CONGRESSO NACIONAL

ANAIS DO SENADO FEDERAL

ATAS DA 239ª SESSÃO À 240ª SESSÃO DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA

VOLUME 33 Nº 88
4 DE DEZEMBRO A 7 DE DEZEMBRO

SENADO FEDERAL
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
SUBSECRETARIA DE ANAIS
BRASÍLIA – BRASIL
2009

VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL

1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-
v. ; 27 cm.
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531
CDU 328(81)(093.2)

Senado Federal
Subsecretaria de Anais - SSANS
Via N 2, Unidade de Apoio I.
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DIRETORA
(2009-2010)

PRESIDENTE	**Senador**	**JOSÉ SARNEY (PMDB-AP)**
1º VICE-PRESIDENTE	**Senador**	**MARCONI PERILLO (PSDB-GO)**
2º VICE-PRESIDENTE	**Senadora**	**SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)**
1º SECRETÁRIO	**Senador**	**HERÁCLITO FORTES (DEM-PI)**
2º SECRETÁRIO	**Senador**	**JOÃO VICENTE CLAUDINO (PTB-PI)**
3º SECRETÁRIO	**Senador**	**MÃO SANTA (PMDB-PI)**
4º SECRETÁRIO	**Senadora**	**PATRÍCIA SABOIA (PDT-CE)**

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Senador	**CÉSAR BORGES (PR-BA)**
2º Senador	**ADELMIR SANTANA (DEM-DF)**
3º Senador	**CÍCERO LUCENA (PSDB-PB)**
4º Senador	**GERSON CAMATA (PMDB-ES)**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Regis Fichtner* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Edison Lobão*
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Hélio Costa*
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Minoria-PSDB - João Faustino* (S)
Minoria-DEM - José Bezerra* (S)
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Belini Meurer* (S)
Maioria-PMDB - Selma Elias* (S)
Minoria-PSDB - Níura Demarchi** (S)

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PR - Alfredo Nascimento**

Paraná
Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Maioria-PMDB - Leomar Quintanilha*
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
S/PARTIDO - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

ÍNDICE TEMÁTICO

Pág.

AGRICULTURA

Comentários acerca dos esforços de Sua Excelência nos Ministérios da Agricultura e do Planejamento, a fim de obter mais recursos para o setor agrícola brasileiro e registro de participação de Sua Excelência no 10º Encontro da Mulher Rural, com ênfase na agricultura familiar. Senadora Serys Slhessarenko. 163

Registro da realização em Manaus, no Estado de Amazonas, do 66º Encontro Nacional dos Conselhos Federal e Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea). Senador João Pedro. 402

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

Comentários sobre o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque acerca da importância que há na função de parlamentar no tocante à transformação da política. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 189

Registros das atividades realizadas por Sua Excelência em dezembro de 2009 no Estado de Mato Grosso e comentários acerca do recebimento de homenagens da Organização Brasil Américas a parlamentares, autoridades e prefeitos do Estado. Senadora Serys Slhessarenko. 363

Registro e comentários acerca da agenda cumprida por Sua Excelência no mês de dezembro de 2009, nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. Senador Paulo Paim. 382

Leitura de carta que Sua Excelência enviou ao Presidente do Diretório de São Paulo do Partido dos Trabalhadores (PT), Edinho Silva, e ao Presidente do Diretório Nacional do PT, Deputado Federal Ricardo Berzoini, no dia 5 de dezembro de 2009, em reunião ocorrida na sede do Sindicato dos Servidores da Saúde, sobre prestação de contas do mandato de Sua Excelência. Senador Eduardo Suplicy. 410

Pág.

CORRUPÇÃO

Manifestação em defesa de mobilização da sociedade, das instituições e da imprensa, pela moralização da política e pelo afastamento dos políticos corruptos da administração pública. Senador Mozarildo Cavalcanti. 168

Manifestação contrária à corrupção que se verifica no País. Senador Mão Santa. 181

Comentários acerca da crise de corrupção no Governo Federal e sobre a importância do debate ideológico. Senador Cristovam Buarque. 184

Considerações à campanha de iniciativa do jornal *O Globo* que, sob o tema "Nós e você somos dois", prega uma grande mobilização nacional no combate à corrupção. Senador Pedro Simon. 194

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Considerações sobre o Programa Calha Norte, ação de desenvolvimento em defesa da Região Norte do Brasil. Senador Papaléo Paes. 371

Registro da realização da I Feira da Modas no Estado do Tocantins, em dezembro de 2009, importante movimento de negócios para o estado. Senador Sadi Cassol. 407

CALAMIDADE PÚBLICA

Comentários sobre a edição de medida provisória para socorrer as famílias atingidas pelas catástrofes climáticas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Senadora Ideli Salvatti. . 374

EDUCAÇÃO

Críticas ao Ministério da Educação pelo baixo índice de comparecimento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pela transferência de

Pág.

responsabilidade na confecção das provas para empresas terceirizadas. Senador Papaléo Paes. . 371

Considerações acerca das audiências públicas realizadas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para homenagear e premiar os Educadores Nota 10 no Brasil, prêmios concedidos pela Fundação Victor Civita. Senador Flávio Arns. 392

GOVERNO

Comentários acerca da forma como são feitas as licitações públicas no País, os comprometimentos com as empresas e com as campanhas eleitorais e denúncia de fraude em licitação no Ministério dos Esportes. Senador Gilberto Goellner. 208

GOVERNO ESTADUAL

Críticas ao governo do Estado do Piauí pela má gestão dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT). Senador Mão Santa. 181

Comentários acerca da realização, no Estado do Acre, do plebiscito para a decisão do horário local. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 191

HOMENAGEM

Homenagem ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões, localizado no Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, pelos 80 anos de sua criação. Senador Mão Santa. 377

Comentários acerca do transcurso no dia 5 de dezembro, do Dia Nacional da Pastoral da Criança, e no dia 11 de dezembro, do Dia Nacional da à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES). Senador Flávio Arns. 392

HOMENAGEM PÓSTUMA

Registro de falecimento do ex-Deputado Estadual, pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Nelson Buainain. Senador Valter Pereira. 395

Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte, Antônio Rodrigues de Carvalho. Senador Garibaldi Alves Filho. 402

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Críticas à prisão do jornalista Antônio Muniz, no Estado do Acre. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 191

Pág.

MAÇONARIA

Comentários acerca da importância, para o Brasil, dos assuntos discutidos junto com as instituições e o Congresso Nacional no templo da Maçonaria. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Osvaldo Sobrinho. 170

Comentário acerca da importância da luta contra a corrupção juntamente com os membros da Maçonaria. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Cristovam Buarque. 172

Comentários acerca da presença dos líderes maçônicos no Brasil durante toda a história brasileira. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Mão Santa. 173

MANIFESTAÇÃO POPULAR

Considerações sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção e apelo para que a ordem da Juíza Júnia de Souza Antunes de reintegração de posse, por parte da Polícia Legislativa, seja dado um prazo maior para os parlamentares e os manifestantes entrem em acordo pacífico. Senador Cristovam Buarque. 396

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Sadi Cassol. .. 397

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Eduardo Suplicy. 397

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Garibaldi Alves Filho. 398

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador João Pedro. 398

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte

Pág.

ao Senador Cristovam Buarque. Senador Alvaro Dias. 399

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. Senador Mão Santa. 400

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Mensagem nº 255, de 2009 (nº 980/2009, na origem), que informa ao Senado Federal a escolha do Senhor José Marcos Nogueira Viana, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica. 474

Mensagem nº 256, de 2009 (nº 981/2009, na origem), que informa ao Senado Federal a escolha do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). 490

Mensagem nº 257, de 2009 (nº 982/2009, na origem), que propõe aos Senhores Membros do Senado Federal que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMAII – Segunda Fase", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda. 509

OBRA LITERÁRIA

Registro da presença de Sua Excelência no lançamento do livro *Atentai Bem! Assim Falou Mão Santa,* de Zózimo Tavares. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 191

PARECER

Parecer nº 2.233, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências. Senador Valdir Raupp. 2

Parecer nº 2.234, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências. Senador João Durval. 15

Parecer nº 2.235, de 2009 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências. Senador Paulo Paim. 25

Parecer nº 2.236, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências. Senador Flávio Arns. 30

Parecer nº 2.237, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que qualifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, por correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, além de aumentar as suas respectivas penas, por isonomia com o Código Penal. Senador Demóstenes Torres. 41

Parecer nº 2.238, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, de autoria do Senador Paulo, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. Senador Alvaro Dias. 49

Parecer nº 2.239, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, de autoria do Senador Paulo, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. Senador Papaléo Paes. 54

Parecer nº 2.240, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado

Pág.

nº 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos. Senador Inácio Arruda. 73

Parecer nº 2.241, de 2009 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco. Senador César Borges. 87

Parecer nº 2.242, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco. Senador Papaléo Paes. 92

Parecer nº 2.243, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população. Senador Papaléo Paes. 99

Parecer nº 2.244, de 2009 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde. Senador Papaléo Paes. 106

Parecer nº 2.245, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde. Senadora Rosalba Ciarlini. 113

Parecer nº 2.246, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados. Senador Marcelo Crivella. 130

Parecer nº 2.247, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul. Senador Inácio Arruda. 141

Parecer nº 2.248, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2007 (nº 142/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende. 216

Parecer nº 2.249, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2007 (nº 369/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso. Senador Valter Pereira. 221

Parecer nº 2.250, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2008 (nº 501/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magno's Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais. Senador Eliseu Resende. 225

Parecer nº 2.251, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2008 (nº 689/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima. Senador Romero Jucá. 230

Parecer nº 2.252, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2009 (nº 822/2008, na Câmara dos Deputados),

Pág.

que aprova o ato que outorga concessão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima. Senador Romero Jucá. 235

Parecer nº 2.253, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2009 (nº 1.312/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato o ato que outorga autorização à CECOAMA – Central de Comunicação de Amarante do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão. Senador Lobão Filho. 240

Parecer nº 2.254, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2009 (nº 1.515/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis - ACCSD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul. Senador Delcídio Amaral. 244

Parecer nº 2.255, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2009 (nº 1.441/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz -ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira. ... 248

Parecer nº 2.256, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2009 (nº 1.461/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia. Senador Antonio Carlos Júnior. 253

Parecer nº 2.257, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009 (nº 1.504/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí. Senador Antonio Carlos Júnior. . 257

Parecer nº 2.258, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009 (nº 1.526/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi. 261

Parecer nº 2.259, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2009 (nº 1.533/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres. ... 265

Parecer nº 2.260, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009 (nº 1.537/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi. 270

Parecer nº 2.261, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2009 (nº 1.969/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária beneficente e Cultural de São João Batista do Glória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais. Senador Wellington Salgado de Oliveira. 274

Parecer nº 2.262, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2009 (nº 1.223/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo. 278

Parecer nº 2.263, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2009 (nº 1.413/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo. Senador Marcelo Crivella. 283

Parecer nº 2.264, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2009 (nº 1.486/2009, na Câmara dos Depu-

Pág.

tados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultura e Artístico de Honório Serpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná. Senador Flávio Arns. 288

Parecer nº 2.265, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2009 (nº 1.492/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi. 292

Parecer nº 2.266, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2009 (nº 1.532/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro. Senador Marcelo Crivella. 297

Parecer nº 2.267, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2009 (nº 1.544/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária – FM de Lindóia do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina. Senador Flávio Arns. 302

Parecer nº 2.268, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2009 (nº 1.545/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco. Senador Sérgio Guerra. 307

Parecer nº 2.269, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2009 (nº 1.630/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos Nova Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo. Senador Eduardo Azeredo. 312

Parecer nº 2.270, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2009 (nº 1.622/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalvense para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Sérgio Zambiasi. 316

Parecer nº 2.271, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2009 (nº 1.635/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale das Perdidas de Jaciara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso. Senador Gilberto Goellner. 321

Parecer nº 2.272, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2009 (nº 1.703/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso. Senador Gilberto Goellner. 325

Parecer nº 2.273, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2009 (nº 1.723/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins. Senador João Ribeiro. 330

Parecer nº 2.274, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2009 (nº 1.724/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina - TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins. Senador João Ribeiro. 334

Parecer nº 2.275, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2009 (nº 1.482/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Auto CAP – Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima. Senador Valdir Raupp. ... 338

Parecer nº 2.276, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2009 (nº 1.610/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autoriza-

Pág.

ção à Associação de Radiodifusão de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins. Senador João Ribeiro. 343

Parecer nº 2.277, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2009 (nº 1.648/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro. 347

Parecer nº 2.278, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2009 (nº 1.728/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cata-vento – Juventude e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal. Senador Cristovam Buarque. 352

Parecer nº 2.279, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2009 (nº 1.693/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juriti, Estado do Pará. Senador Flexa Ribeiro. 412

Parecer nº 2.280, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009 (nº 984/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008. Senador Aloizio Mercadante. 420

Parecer nº 2.281, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009 (nº 1.383/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006. Senador João Ribeiro. 427

Parecer nº 2.282, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009 (nº 1.396/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008. Senador Heráclito Fortes. 432

Parecer nº 2.283, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009 (nº 1.477/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/ Eletrobrás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008. Senador Marco Maciel. 437

Parecer nº 2.284, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009 (nº 1.656/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008. Senador Roberto Cavalcanti. 442

Parecer nº 2.285, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009 (nº 1.741/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008. Senador João Pedro. 447

POLÍTICA DE TRANSPORTES

Comentários acerca do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, do jornalista Elio Gaspari, intitulado "Punição ao *overbooking*" sobre o projeto que indeniza o usuário pelo atraso quanto por *overbooking*. Senadora Serys Slhessarenko. 363

Comentários acerca do projeto sobre o transporte aeroviário que indeniza o usuário pelo atraso quanto por *overbooking*. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. Senador Roberto Cavalcanti. 363

POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE

Considerações acerca dos avanços com as discussões em torno da reforma do Código Florestal Brasileiro. Senador Acir Gurgacz. 211

Comentários acerca da abertura da 15ª Conferência das Partes (COP 15), em Copenhague, Di-

Pág.

namarca um dos maiores evento na área ambiental. Senadora Serys Slhessarenko. 363

Justificação pela ausência de Sua Excelência na abertura da 15ª Conferência das Partes (COP 15), em Copenhague, Dinamarca, um dos maiores eventos na área ambiental. Senadora Ideli Salvatti. 374

POLÍTICA ECONÔMICO FINANCEIRA

Manifestação contrária às declarações feitas pelo economista Paul Krugman, ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2008, em dezembro de 2009, que alertou para o fato de o fluxo de dólares para o Brasil ser uma bolha especulativa. Senador Roberto Cavalcanti. 368

Alerta sobre a previsão das perdas ocasionadas pela renúncia fiscal do Governo, que decidiu prorrogar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, móveis e construções civis, medida que tem impacto direto na arrecadação dos Municípios. Senador Alvaro Dias. 408

POLÍTICA ENERGÉTICA

Relato dos problemas enfrentados pelo Estado do Mato Grosso na produção de energia elétrica na Usina Mário Covas e as dificuldades verificadas no suprimento de gás boliviano para a mesma Usina e outros segmentos produtivos do Estado. Senador Osvaldo Sobrinho. 201

Considerações acerca do apagão de energia elétrica ocorrido em diversos estados do País na noite do dia 10 para o dia 11 de novembro de 2009. Senador João Durval. 617

POLÍTICA INTERNACIONAL

Cumprimentos aos bolivianos pelo resultado das eleições realizadas em dezembro de 2009. Senadora Ideli Salvatti. 374

Considerações acerca do resultado das eleições na Bolívia, em dezembro de 2009. Senador João Pedro. 402

Comentários ao pronunciamento do Senador João Pedro sobre o resultado das eleições na Bolívia, em dezembro de 2009. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Eduardo Suplicy. 404

Comentários ao pronunciamento do Senador João Pedro sobre as eleições na Bolívia, em dezembro de 2009. Aparte ao Senador João Pedro. Senador Sadi Cassol. 404

Pág.

POLÍTICA PESQUEIRA

Comentários acerca da sanção, pelo Presidente da República, da Lei nº 11.959, que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da agricultura e da pesca. Senador Garibaldi Alves Filho. 166

Comentários ao pronunciamento do Senador Garibaldi Alves Filho sobre o desenvolvimento da atividade pesqueira. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. Senador Gilberto Goellner. 167

Comentários acerca da importância da atividade pesqueira. Senador Mão Santa. 180

POLÍTICA SALARIAL

Comentários acerca dos vencimentos dos professores, médicos e aposentados do País. Senador Mão santa. 181

Comentários ao pronunciamento do Senador Mão Santa sobre os vencimentos dos professores do País. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Cristovam Buarque. 183

POLÍTICA SOCIAL

Considerações sobre a produção legislativa de Sua Excelência, destacando o projeto que assegura aos estagiários o direito ao vale-transporte e apelo em favor da aprovação do projeto que dispõe sobre a proibição de propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão. Senador Geraldo Mesquita Júnior. 191

Reflexão sobre a fome, miséria e violência no mundo. Senador Pedro Simon. 194

Registro da realização da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2009, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Garibaldi Alves Filho. 380

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Comentários acerca da luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Senador Paulo Paim. 382

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Flávio Arns. 387

Pág.

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Garibaldi Alves filho. 388

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Valter Pereira. 388

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Sadi Cassol. 389

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Alvaro Dias. 390

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Projeto de Decreto Legislativo nº 953, de 2009 (nº 1.105/2008, na Câmara dos Deputados) que aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004. 456

PROJETO DE LEI DO SENADO

Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garatia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste -SUDECO e dá outras providências. Senadora Marisa Serrano. 452

REFORMA AGRÁRIA

Comentários acerca da distribuição de terra no País. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Gilberto Goellner. 199

REQUERIMENTO

Requerimento nº 1.610, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Palombini, ex-Prefeito de Vacaria e ex-Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul. Senador Pedro Simon. 205

Requerimento nº 1.611, de 2009, que requer Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Senhora Fátima Fink, ex-Prefeita de Miraguaí, Estado do Rio Grande do Sul. Senador Pedro Simon. 207

Requerimento nº 1.612, de 2009, o qual requer que seja encaminhado ao Presidente da República Voto de Conclamação para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas - proposta de emenda ao Estatuto de Roma, de 1998, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal o julgamento de responsáveis por crimes contra o Meio Ambiente, ampliando sua jurisdição. Senador Fernando Collor. 358

SAÚDE

Críticas à propaganda vinculada na TV, do Ministério da Saúde, que trata sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Senador Papaléo Paes. 371

SENADO FEDERAL

Comentários e registro acerca da produção legislativa do Senado Federal e a necessidade de ser promovida uma reforma constitucional no capítulo que trata da organização do Estado. Senador Osvaldo Sobrinho. 201

SOCIEDADE

Considerações acerca do perfil da sociedade brasileira, destacando a matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 4 de outubro de 2009. Senador Mozarildo Cavalcanti. 168

Comentários ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti sobre o perfil da sociedade brasileira bem como o sistema eleitoral brasileiro. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Gilberto Goellner. 171

TELECOMUNICAÇÕES

Registro de audiência de Sua Excelência com o Ministro das Comunicações Hélio Costa. Senadora Serys Slhessarenko. 163

Ata da 239ª Sessão Não Deliberativa, em 4 de dezembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa, Geraldo Mesquita Júnior e Acir Gurgacz

(Inicia-se a Sessão às 9 horas e 4 minutos e encerra-se às 13 horas e 45 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei da Câmara nº 282, de 2009** (nº 5.919/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre o acesso às graduações superiores de militares oriundos do Quadro de Taifeiros da Aeronáutica.*

Tendo sido aprovado terminativamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o Projeto vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) –Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2009**, de autoria do Senador João Tenório, que *acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, para proibir a utilização de metanol nos processos de fabricação de biodiesel a partir de óleos vegetais.*

Tendo sido rejeitado terminativamente pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, o Projeto vai ao Arquivo.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) –Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei do Senado nº 531, de 2009**, de iniciativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que *dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio estatal do petróleo, gás natural, e derivados, sobre o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa pública Petróleo Brasileiro (Petrobras), a destinação das receitas geradas pela atividade econômica para o combate às desigualdades sociais, e dá outras providências.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Serviços de Infraestrutura, nos termos do despacho inicial do Projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 2.233, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, do Senado Federal, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional de Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 356, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, ora submetido ao exame da Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias e destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989.

A proposição em exame estabelece novo limite para as despesas de custeio e manutenção do serviço das modalidades de loterias federais em vigor, nelas incluídos os dispêndios com distribuidores e revendedores de bilhetes, determinando que essas despesas não poderão ultrapassar dez por cento da arrecadação total.

O art. 2º determina que, do total da arrecadação de cada teste ou extração das atuais modalidades da loteria federal, serão destinados ao Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) os seguintes percentuais: 9,13%, no caso das loterias de números, loterias esportivas e concursos especiais de loterias esportivas; 7,39%, no caso da loteria federal; 10%, na loteria instantânea.

O art. 3º estipula que, do valor dos prêmios acumulados de loterias de números e esportivas, parcela correspondente a dez por cento será deduzida para integrar o Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O projeto determina, ainda, que os recursos destinados ao Fundo serão aplicados em conformidade com as diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente, instituída por meio da Lei nº 6.938, de 1981, com os objetivos do Fundo Nacional do Meio Ambiente e com as prioridades estabelecidas nas Agendas 21 Locais, sendo que, na execução de programas e projetos financiados com tais recursos, deverá ser assegurada a participação da comunidade beneficiada.

Na justificação que acompanha o projeto, a autora enfatiza que o fortalecimento das ações voltadas para a promoção do equilíbrio ecológico e do desenvolvimento sustentável são essenciais para que se concretizem os preceitos relativos ao meio ambiente previstos no art. 225 da Constituição Federal. Chama, também, a atenção para o fato de que a Política Nacional do Meio Ambiente busca compatibilizar o desenvolvimento econômico e social com a preservação do meio ambiente e com a manutenção do equilíbrio ecológico, consagrando princípios tais como o incentivo a atividades de estudo e pesquisa voltadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais; a proteção de áreas ameaçadas de degradação e a recuperação das áreas já degradadas; a educação ambiental em todos os níveis.

Argumenta que, no sentido de promover a implementação dessa Política, foi instituído o FNMA, cujos recursos, pela legislação vigente, devem ser aplicados prioritariamente em unidades de conservação, pesquisa e desenvolvimento tecnológico, educação ambiental, manejo e extensão florestal, desenvolvimento institucional, controle ambiental e aproveitamento econômico da flora e da fauna nativas.

Informa que a Agenda 21 Global, documento aprovado durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), e a Agenda 21 Brasileira reconhecem a importância da esfera local na concretização do desenvolvimento sustentável. Com base nessa constatação, o projeto em análise busca não somente incrementar os recursos financeiros colocados à disposição do FNMA, mas também direcionar esses recursos adicionais preferencialmente para projetos que representem iniciativas vinculadas às Agendas 21 Locais.

Ao projeto foi apresentada a Emenda Substitutiva nº 001 – CAS, de autoria da própria Senadora Serys Slhessarenko, autora do PLS nº 356, de 2003, com a seguinte redação:

EMENDA SUBSTITUTIVA Nº - CAS
(ao PLS nº 356, de 2003)

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para destinar recursos da Loteria Esportiva Federal ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

.....

IV – renda líquida de 2 (dois) concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, por ano, ou concurso que a suceder.

....." (NR).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

II – ANÁLISE DA PROPOSIÇÃO

Ainda que, em um plano abstrato, o conceito de desenvolvimento sustentável já esteja consagrado na sociedade brasileira e se faça presente em todas as formulações de políticas públicas, constata-se que sua aplicação efetiva permanece limitada. Certamente a mitigação de danos ambientais já logrou avanços significativos, tanto na área industrial quanto na representada pelos grandes projetos de infra-estrutura, por força das normas relativas ao meio ambiente. Mas a aplicação concreta desse conceito continua muito longe de efetiva universalização, especialmente na esfera da utilização de recursos

naturais. Tal deficiência tem sido demonstrada pela persistência de elevados índices de desmatamento, particularmente na Amazônia.

Nesse contexto, o FNMA representa importante iniciativa do Estado brasileiro voltada para o financiamento de projetos ambientais capazes de representar modelos que possam ser disseminados e reproduzidos por todo o País.

O Fundo reveste-se, ainda, de caráter inovador, ao incentivar, de forma descentralizada e em todo o território nacional, a participação das comunidades locais em iniciativas voltadas para a defesa do meio ambiente, por meio de entidades não-governamentais. Muitos desses projetos têm se mostrado importantes instrumentos de geração de emprego e renda.

Têm sido freqüentes, todavia, reclamações de que o Fundo enfrenta crônica escassez de recursos, o que estaria limitando o alcance de suas ações. Com base em tal percepção, surgem, naturalmente, propostas voltadas para a elevação do montante de recursos financeiros a serem destinados ao FNMA, tais como a veiculada pelo projeto ora analisado – utilização de parcela dos recursos arrecadados pelas loterias federais administradas pela CEF.

Há que se reconhecer que as loterias federais administradas pela Caixa Econômica Federal (CEF) representam importantíssima fonte de financiamento de gastos governamentais na área social, especialmente nos segmentos de seguridade social, educação, esporte e segurança pública. Informações fornecidas pela Caixa mostram que praticamente a metade da arrecadação das loterias é destinada a fundos e programas sociais do Governo Federal.

Em 2006, de uma arrecadação de R$ 4,2 bilhões, um montante em torno de R$ 2 bilhões foi canalizado para programas sociais desenvolvidos no âmbito dos seguintes beneficiários, entre outros: Seguridade Social – R$ 720 milhões; Fundo Nacional da Cultura – R$ 121 milhões; Ministério dos Esportes – R$ 179 milhões; Fundo de Investimento do Estudante Superior (FIES/Crédito Educativo) – R$ 380 milhões; Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) – R$ 127 milhões; Comitê Olímpico Brasileiro (COB) – R$ 69 milhões; Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB) – R$ 12 milhões, concursos especiais (Apae, Cruz Vermelha, Comitê Olímpico Brasileiro e Comitê Paraolímpico Brasileiro) – R$ 343 milhões.

Reconhecendo que a pulverização crescente das receitas das loterias federais, entre os diversos beneficiários, torna praticamente impossível agregar um novo destinatário, o projeto propõe que o novo beneficiário representado pelo FNMA seja contemplado com recursos extraídos da parcela hoje destinada à CEF, para cobertura das despesas de administração do sistema de loterias.

Em nosso entendimento, todavia, não é viável estabelecer, de forma generalizada, um teto de 10% para as despesas de custeio e manutenção das loterias federais, conforme apontado acima. De fato, atualmente, só a comissão dos revendedores lotéricos, que constantemente reclamam de baixa remuneração, representa 9% da receita total na maioria das modalidades e 13% no caso da modalidade instantânea. Redução adicional dessa parcela inviabilizaria a cobertura dos custos de manutenção das casas lotéricas, tais como pagamento de funcionários, aluguel, impostos, água, energia elétrica, telefone e taxas diversas. A conseqüência última seria um elevado índice de falências entre esses agentes.

A parcela destinada à remuneração da Caixa Econômica já se encontra drasticamente comprometida com despesas que, em sua maioria, são fixas – 1% para o Fundo de Desenvolvimento de Loterias (FDL), voltado para inovações tecnológicas e atividades de promoção e marketing; 2,13% para o pagamento de tributos; 5,34% para pagamento de fornecedores; e 1% para a Conta Nacional de Segurança (CNS). Assim, para a maioria das loterias federais, o valor líquido final para cobertura de outras despesas administrativas seria de apenas 1,5%.

Frente a essa estrutura de despesas, é evidente que a tentativa de reduzir a 1% a remuneração da Caixa levaria, de imediato, à inviabilização do sistema de loterias federais, pois os gastos superariam, por larga margem, as receitas.

Por semelhante modo, é desaconselhável deduzir, do valor dos prêmios acumulados, uma parcela para contemplar o FNMA. Afinal, há um reconhecimento de que os prêmios acumulados representam poderoso incentivo ao aumento da arrecadação das loterias. Uma medida que reduzisse esse estímulo sacrificaria importantes programas sociais financiados pela receita das loterias.

Todos esses argumentos foram reconhecidos pela Senadora Serys Slhessarenko, autora do projeto, que julgou por bem apresentar a emenda

substitutiva destinando ao FNMA apenas a renda líquida de dois concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal por ano. Para isso, bastaria a inclusão do inciso IV ao art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, renumerando o seu atual inciso IV para V. Assim, a emenda substitutiva altera a ementa e o art. 1º e exclui os arts. 2º, 3º, 4º e 6º do projeto.

Como bem argumentou a Senadora Serys Slhessarenko, o projeto original oneraria ainda mais as loterias federais, reduziria os prêmios e as tornaria menos atrativas, o que resultaria, em última análise, prejuízos para as entidades beneficiárias. Na prática, conforme argumentado, o projeto original inviabilizaria a maioria das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal.

Com a proposta contida na emenda substitutiva, recursos serão destinados ao FNMA livres de contingenciamento, sem prejuízo dos atuais beneficiários legais e sem inviabilizar o sistema de loterias federais.

III – VOTO

Com base no exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, nos termos do seguinte Substitutivo:

EMENDA Nº – CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2003

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para destinar recursos da Loteria Esportiva Federal ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

.....

IV – renda líquida de dois concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, por ano, ou concurso que a suceder;

V – outros, destinados por lei. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

ora ROSALBA CIARLINI
ão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada em 18 de novembro de 2009, aprova o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF, em 25 de novembro de 2009.

EMENDA Nº 1 – CAS (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2003

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para destinar recursos da Loteria Esportiva Federal ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

.....

IV – renda líquida de dois concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, por ano, ou concurso que a suceder;

V – outros, destinados por lei. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356 DE 2003 (SUBSTITUTIVO)	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 /12/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR VALDIR RAUPP	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB) (Relator)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) (presidente)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
...RAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2003 (SUBSTITUTIVO)**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)	X			
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM) (PRESIDENTE)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 12 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2003

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 356, DE 2003

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, para destinar recursos da Loteria Esportiva Federal ao Fundo Nacional do Meio Ambiente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 2º** Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

.....

IV – renda líquida de dois concursos de prognósticos da Loteria Esportiva Federal, por ano, ou concurso que a suceder;

V – outros, destinados por lei. (NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

TÍTULO VIII
Da Ordem Social

CAPÍTULO VI
DO MEIO AMBIENTE

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá- lo para as presentes e futuras gerações.

LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981

Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

LEI Nº 7.797, DE 10 DE JULHO DE 1989.

Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente e dá outras providências.

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente de que trata o art. 1º desta Lei:

I - dotações orçamentárias da União;

II - recursos resultantes de doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de pessoas físicas e jurídicas;

III - rendimentos de qualquer natureza, que venha a auferir como remuneração decorrente de aplicações do seu patrimônio;

IV - outros, destinados por lei.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Of. nº 324/2009 - PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, que "Dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER
Nº 2.234, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23 parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências.

RELATOR: Senador **JOÃO DURVAL**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 271, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, tem a finalidade de acrescentar parágrafo ao art. 23 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para isentar as comunidades terapêuticas do cumprimento das regras estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Não há, no projeto, especificação da data em que a lei deverá entrar em vigor.

A proposição foi distribuída à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para decisão em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – ANÁLISE

A Lei nº 11.343, de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), prescreve medidas destinadas a prevenir o uso indevido de drogas e a promover a atenção e a reinserção social de usuários e dependentes dessas substâncias. No desempenho dessas atividades, as instituições, sejam elas públicas ou privadas, devem respeitar as orientações e as normas emanadas do Conselho Nacional Antidrogas (CONAD).

As entidades privadas que prestam atendimento aos usuários e dependentes de substâncias psicoativas são chamadas de comunidades terapêuticas. As normas para o funcionamento dessas instituições foram estabelecidas pela Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 2001, da Anvisa. O Anexo dessa resolução define os critérios de adesão, elegibilidade e manutenção do tratamento; os recursos humanos mínimos exigidos para o funcionamento da instituição; e a infra-estrutura física necessária para a sua instalação.

Grande parte das comunidades terapêuticas é formada por instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos. Algumas delas não dispõem dos recursos humanos ou financeiros necessários ao cumprimento de todas as condições estabelecidas por aquela resolução. O fechamento dessas instituições, motivado por essa impossibilidade de cumprir as normas, acarreta danos à assistência aos usuários e dependentes de drogas, uma vez que os serviços públicos ainda são insuficientes para atender à demanda.

A Federação Brasileira de Comunidades Terapêuticas (FEBRACT), entidade que representa quase uma centena de filiadas, luta para que algumas das regras instituídas pela Resolução sejam alteradas, a fim de evitar a interdição de um número considerável de comunidades. Todavia, os esforços da Febract nesse sentido têm sido em vão.

O parágrafo único que o projeto em apreciação propõe acrescentar ao art. 23 da Lei nº 11.343, de 2006, tem a mesma redação do art. 54 do PLS nº 115, de 2002. Esse projeto, matriz da lei que o PLS nº 271, de 2007, pretende alterar, foi apresentado pela Comissão Mista de Segurança Pública, criada para acelerar a apreciação de matérias sobre segurança pública, em tramitação nas duas Casas do Poder Legislativo. Por razões que

desconhecemos, a versão aprovada no Senado Federal excluiu o art. 54 da proposição.

A medida proposta pelo PLS nº 271, de 2007, é de inegável mérito, pois se destina a evitar que várias comunidades terapêuticas encerrem as suas atividades por não disporem das condições mínimas de funcionamento exigidas pela Anvisa. O fechamento dessas entidades deixará um vácuo na assistência aos usuários e dependentes de substâncias psicoativas, pois o poder público não dispõe de serviços próprios que as substituam plenamente.

Embora meritório, o projeto necessita de adequações aos preceitos técnico-legislativos instituídos pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Além de omitir a cláusula de vigência, a proposição não contém o preâmbulo, que indica a instituição competente para a elaboração da norma, nem o art. 1º, destinado a indicar o objeto da lei.

Outra adequação refere-se à ementa, que utiliza expressão discordante da que consta na Lei nº 11.343, de 2006, no que diz respeito à finalidade das comunidades terapêuticas. Para harmonizar os textos, a expressão que deve ser utilizada é "de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas".

É conveniente que o parágrafo proposto seja transformado em artigo, pois o seu conteúdo não se relaciona diretamente com o do *caput* do artigo ao qual está vinculado. Ademais, o dispositivo deve ser inserido no "Título VI – Disposições Finais e Transitórias" da lei que se pretende alterar, pois a medida proposta é, em princípio, de caráter transitório.

A adequação do projeto aos preceitos técnico-legislativos vigentes recomenda a elaboração do substitutivo que submetemos à apreciação desta Comissão.

Não identificamos vícios de constitucionalidade nem de juridicidade na proposição. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre proteção e defesa da saúde, matéria do PLS nº 271, de 2007. Ademais, a medida proposta é inovadora, eficaz e razoável, qualidades que conferem juridicidade à norma. Foram respeitados, também, os critérios regimentais quanto à autoria, à apresentação, à distribuição e à tramitação da matéria.

III – VOTO

Pelo exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, na forma do seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271 (SUBSTITUTIVO), DE 2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para suspender a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, das condições que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 68-A:

"**Art. 68-A.** Até que o poder público instale, nas localidades com mais de cem mil habitantes, serviços próprios de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas que observem as regras previstas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), fica suspensa a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas dessa natureza, das condições estabelecidas por essa Resolução."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Roseli Cardim, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada em 18 de novembro de 2009, aprova o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta e, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF, em 25 de novembro de 2009.

EMENDA Nº 1 - CAS
(SUBSTITUTIVO) AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para suspender a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, das condições que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 68-A:

"**Art. 68-A.** Até que o poder público instale, nas localidades com mais de cem mil habitantes, serviços próprios de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas que observem as regras previstas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), fica suspensa a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas dessa natureza, das condições estabelecidas por essa Resolução."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2007 (SUBSTITUTIVO)	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR JOÃO DURVAL	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO**
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	**MAIORIA (PMDB E PP)**
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	**BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)**
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	**PTB SUPLENTES**
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	**PDT SUPLENTES**
JOÃO DURVAL (Relator)	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2007 (SUBSTITUTIVO)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)					3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: – ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2007

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 271, DE 2007

Acrescenta dispositivo à Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para suspender a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas, das condições que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 68-A:

"**Art. 68-A.** Até que o poder público instale, nas localidades com mais de cem mil habitantes, serviços próprios de atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas que observem as regras previstas na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 101, de 30 de maio de 2001, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), fica suspensa a exigibilidade de cumprimento, pelas comunidades terapêuticas dessa natureza, das condições estabelecidas por essa Resolução."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 11.343, DE 23 DE AGOSTO DE 2006.

Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.

TÍTULO III

DAS ATIVIDADES DE PREVENÇÃO DO USO INDEVIDO, ATENÇÃO E REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS

CAPÍTULO II

DAS ATIVIDADES DE ATENÇÃO E DE REINSERÇÃO SOCIAL DE USUÁRIOS OU DEPENDENTES DE DROGAS

Art. 23. As redes dos serviços de saúde da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios desenvolverão programas de atenção ao usuário e ao dependente de drogas, respeitadas as diretrizes do Ministério da Saúde e os princípios explicitados no art. 22 desta Lei, obrigatória a previsão orçamentária adequada.

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 68. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar estímulos fiscais e outros, destinados às pessoas físicas e jurídicas que colaborem na prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes e na repressão da produção não autorizada e do tráfico ilícito de drogas.

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Of. nº 323/2009 - PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, que "Altera o dispositivo da lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências", de autoria do Senador Magno Malta.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal

PARECERES
Nºs 2.235 E 2.236, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências.*

PARECER Nº 2.235, DE 2009
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, que acrescenta o Capítulo IV-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer normas de proteção ao idoso em seu ambiente de trabalho.

Em seu art. 1º, a proposição introduz capítulo na CLT, compreendendo sete artigos, que disciplina a jornada de trabalho do idoso, ali definido como a pessoa com mais de sessenta anos de idade. Institui, também, a obrigatoriedade da realização de exames médicos e de acuidade visual semestralmente e por ocasião de seu desligamento da empresa.

O projeto estabelece, ainda, a proibição de o idoso ser empregado em serviço que demande esforço muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos, para o trabalho ocasional.

Determina, adicionalmente, que o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) reservarão cinco por cento das vagas de seus cursos de profissionalização para as pessoas idosas.

A proposição institui, também, multas pecuniárias a serem aplicadas pelas Delegacias Regionais do Trabalho no caso de descumprimento das obrigações previstas no novo capítulo da CLT.

Por meio do art. 2º, a proposição estabelece a entrada em vigor da nova lei na data de sua publicação.

Em sua justificação, a autora da proposição salienta que a medida proposta tem o objetivo de compatibilizar a legislação laboral brasileira com o que dispõe a Recomendação nº 162, de 1980, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. Este último diploma legal, observa a autora, já determina, em seu art. 26, que o direito do idoso ao trabalho precisa ser assegurado, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

A nobre autora da proposição ressalta que é dever do Estado estabelecer as condições em que o trabalho do idoso deve ser exercido, assegurando, assim, a igualdade de condições com os demais trabalhadores.

O Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, foi apresentado no dia 12 de junho de 2007, sendo distribuído a este colegiado e, em seguida, à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que deverá se manifestar em caráter terminativo.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Quanto à iniciativa, não há vícios que prejudiquem o projeto, tendo em vista que, de acordo com o art. 230, *caput*, da Constituição Federal, o Estado tem o dever de amparar as pessoas idosas. A União possui, portanto, competência para legislar sobre a matéria. A proposição tampouco apresenta óbices quanto à juridicidade e à técnica legislativa, inclusive no que concerne à observância do que dispõe a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que se refere ao mérito, estamos diante de uma proposição que amplia e aprofunda os direitos da pessoa idosa no âmbito de sua inserção no mundo do trabalho. Como se sabe, o exercício de atividades laborais

constitui um elemento fundamental para o fortalecimento da auto-estima dos indivíduos e de sua inclusão social. Inúmeros estudos, promovidos por entidades especializadas, têm demonstrado que a efetiva inclusão no mundo do trabalho, em atividades compatíveis com suas condições físicas e psicológicas, proporciona às pessoas idosas melhores condições de vida e de saúde.

Estabelecer, por meio de aperfeiçoamento da legislação trabalhista, medidas que viabilizem a inclusão de um número maior de pessoas idosas no mundo do trabalho constitui medida cujo alcance vai além de seu caráter humanitário e de cumprimento da determinação, inscrita no art. 230 da Carta Magna, de garantir a dignidade e o bem-estar do idoso. Representa, também, iniciativa que contribuirá significativamente para preservar e transmitir às gerações mais novas a experiência e o conhecimento que essas pessoas acumularam ao longo de toda uma vida laboral, assegurando, em muitas empresas, o processo de aperfeiçoamento técnico e profissional.

Julgamos oportuno ressaltar que estamos tratando de um segmento populacional numeroso e crescente no conjunto da sociedade brasileira. Precisamos estar atentos à mudança no perfil demográfico do País. Em 1970, o percentual de pessoas com mais de 65 anos era de 3,1%. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), esse percentual chegará a 11,4% em 2020, correspondendo a um contingente de 25 milhões de pessoas em uma população total de 219,1 milhões de habitantes.

A sociedade brasileira tem dado mostras de amadurecimento no que se refere à inclusão social da pessoa idosa. É fundamental que esse movimento se amplie, estimulando-se, cada vez mais, a participação dos idosos no mundo do trabalho e o exercício pleno da cidadania.

Visualizamos, entretanto, um reparo formal a ser feito na proposição. Faz-se necessário alterar o art. 1º, onde se encontra equivocadamente grafado Capítulo VI-A, quando se trata, na realidade, de incluir, na lei a ser modificada, um Capítulo IV-A.

III – VOTO

Pelo exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 1 - CDH

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 315, de 2007, a seguinte redação:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A:

.....

Sala da Comissão, 5 de junho de 2008.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/06/2008, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE:	
RELATOR:	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)	
FLÁVIO ARNS	**1 – SERYS SLHESSARENKO**
FÁTIMA CLEIDE	**2 – EDUARDO SUPLICY**
PAULO PAIM (RELATOR)	**3 – (VAGO)**
PATRÍCIA SABOYA GOMES	**4 – IDELI SALVATTI**
INÁCIO ARRUDA	**5 – MARCELO CRIVELLA**
JOSÉ NERY(vaga cedida ao PSOL) (PRESIDENTE)	
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	**1 – MÃO SANTA**
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	**2 – ROMERO JUCÁ**
PAULO DUQUE	**3 – ROSEANA SARNEY**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**4 – VALTER PEREIRA**
GEOVANI BORGES	**5 – JARBAS VASCONCELOS**
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
CÉSAR BORGES	**1 – (VAGO)**
ELISEU RESENDE	**2 – HERÁCLITO FORTES**
ROMEU TUMA	**3 – JAYME CAMPOS**
GILBERTO GOELLNER	**4 – VIRGÍNIO DE CARVALHO**
ARTHUR VIRGÍLIO	**5 – MÁRIO COUTO**
CÍCERO LUCENA	**6 – LÚCIA VÂNIA**
MAGNO MALTA	**7 – PAPALÉO PAES**
PTB	
	1 – SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	

PARECER Nº 2.236, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instituída pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso. O projeto insere um novo capítulo IV-A na CLT, com 7 artigos, que:

a) definem como idoso o trabalhador com mais de sessenta anos de idade;

b) estipulam o número máximo de horas de trabalho por dia e por semana para os trabalhadores idosos, assim como as condições de prestação de horas extraordinárias;

c) ordenam a subtração de 30 minutos da jornada quando exercida em condições penosas, perigosas ou insalubres;

d) exigem a realização de exames médicos e oftalmológicos nos trabalhadores idosos, às expensas do empregador, a cada seis meses, e nas ocasiões de seu ingresso e de seu desligamento;

e) estabelecem os limites de esforço permitido para o idoso em vinte quilos para o trabalho contínuo e vinte e cinco quilos para o trabalho ocasional;

f) obrigam a reserva de 5% das vagas para idosos nos cursos de profissionalização especializada ministrados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SENAT) e pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR); e

g) impõem multas aos empregadores infratores.

Na justificação, a autora argumenta que a proposta nada mais é que a adequação da legislação do trabalho ao disposto na Recomendação nº 162, de 1980, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, o Estatuto do Idoso. Ambos os instrumentos afirmam o direito do idoso ao trabalho, direito que, para vigorar, exige normatização que contemple a especificidade do trabalhador idoso em relação aos demais trabalhadores.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

O Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), com uma emenda de redação apresentada pelo relator. A manifestação desta Comissão de Assuntos Sociais revestir-se-á de caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Assinalo, em primeiro lugar, a relevância da proposta em apreço. Acumulam-se as evidências da importância da atividade produtiva para a saúde e bem-estar do trabalhador de mais idade. De outro lado, a manutenção desses trabalhadores na produção importa, do ponto de vista da empresa, em ganhos derivados de sua experiência no trabalho e de seu papel na capacitação dos trabalhadores jovens, ainda inexperientes.

Em segundo lugar, é preciso lembrar que o segmento de idade superior a sessenta anos tem participação crescente no conjunto da população brasileira. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as pessoas de mais de 65 anos constituíam 3,1% do total de brasileiros em 1970. Em 2020 estima-se que venham a corresponder a 11,4% da população.

Em terceiro lugar, constato a adequação e pertinência da quase totalidade das medidas propostas face aos objetivos perseguidos. Afinal, o projeto define o trabalhador idoso; delimita uma jornada adequada a sua capacidade de trabalho; estabelece a jornada reduzida em caso de atividades penosas, insalubres ou perigosas; exige acompanhamento médico periódico; determina os limites de esforço físico permitido e penaliza os empregadores infratores. Forçoso é reconhecer que esse rol de dispositivos aponta problemas relevantes para o trabalho do idoso e oferece normas adequadas a sua proteção.

Considero, entretanto, que o mesmo não possa ser dito da exigência de reserva de 5% das vagas para idosos nos cursos profissionalizantes oferecidos pelo Senai, Senac, Senat e Senar, apesar da intenção evidente de prevenir a discriminação que o dispositivo revela. O número de cursos que esses quatro Serviços ofertam é grande e seu conteúdo extremamente diversificado. Boa parcela desses cursos têm como foco atividades profissionais restritas a trabalhadores jovens, atividades, inclusive, que, muitas vezes, demandam esforço físico superior ao estipulado pela proposta como condizente com a condição de idoso. Nesses casos, o cumprimento simultâneo da reserva de vagas e dos limites de esforço permitidos forçaria o não preenchimento das vagas reservadas aos idosos, em prejuízo de trabalhadores mais jovens que poderiam seguir aquele curso.

A título de exemplo, menciono cursos de direção defensiva para motoristas de caminhão que transportam produtos inflamáveis, atividade de alto risco, e que exige atuação ágil e imediata por parte do motorista em caso de acidente com possibilidade de derramamento de produto, incêndio ou mesmo explosão. Além dessa situação específica, onde é natural entender-se que o trabalho deva ser exercido por pessoa mais jovem, casos assemelhados existem nos mais diversos ramos de atividade, o que levaria para a ilegalidade as entidades de formação profissional que não cumprissem as cotas para alunos idosos em tais cursos. Ademais, as entidades do Sistema "S" já favorecem o acesso de pessoas idosas a cursos profissionalizantes, que possibilitem o exercício seguro da atividade por pessoas idosas.

O projeto não apresenta óbices no que diz respeito à constitucionalidade e juridicidade. No que toca à técnica legislativa, proponho a supressão da expressão "e dá outras providências" da ementa, até porque o projeto não faz mais que alterar a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a proteção ao idoso.

A emenda aprovada no âmbito da CDH, de caráter meramente formal, cuidou de corrigir a numeração do capítulo a ser inserido na CLT, erroneamente grafado como Capítulo VI-A no art. 1º da proposição.

III – VOTO

Em razão do exposto, o parecer conclui pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, e da Emenda nº 1 – CDH, com as seguintes emendas:

EMENDA - CAS

Suprima-se o art. 441-F do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007.

EMENDA - CAS

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, a expressão "e dá outras providências".

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009.

Senadora Roseana Sarney, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, com as Emendas nº 01 – CDH/CAS, nº 02 e nº 03 – CAS.

EMENDA Nº 1 - CDH/CAS

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 315, de 2007, a seguinte redação:

> **Art. 1º** A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A:
>
> .....

EMENDA Nº 2 - CAS

Suprima-se o art. 441-F do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007.

EMENDA Nº 3 - CAS

Suprima-se da ementa do Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, a expressão "e dá outras providências".

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315 DE 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 25 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATOR: SENADOR FLÁVIO ARNS

(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB) (relator)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- MARISA SERRANO (PSDB)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315 DE 2007

(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)					5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	X				6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					7- JOSÉ NERY (PSOL)				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)					1- LOBÃO FILHO (PMDB)	X			
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)					3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X			
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	(PRESIDENTE)				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)	X				5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)					6- MARISA SERRANO (PSDB)	X			
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
JOÃO DURVAL					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO EMENDAS Nº 1-CDH-CAS 2-CAS e 3-CAS PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007

(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)					5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	X				6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)					7- JOSÉ NERY (PSOL)				
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)					1- LOBÃO FILHO (PMDB)	X			
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)					3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	X			
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	(PRESIDENTE)				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)	X				5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)					6- MARISA SERRANO (PSDB)	X			
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
JOÃO DURVAL					1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 11 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 25 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 315, DE 2007

Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida do seguinte Capítulo IV-A:

"CAPÍTULO IV-A
DA PROTEÇÃO DO TRABALHO DO IDOSO

Art. 441-A. Considera-se idoso para os efeitos desta Consolidação o trabalhador com mais de sessenta anos de idade.

Parágrafo único. As normas presentes nesta Consolidação aplicam-se ao trabalhador idoso, naquilo em que não colidirem com a proteção especial instituída neste Capítulo.

Art. 441-B. A jornada diária do trabalho do idoso é de oito horas diárias e poderá ser prorrogada:

I – mediante convenção ou acordo coletivo, nos termos do Título VI desta Consolidação, em até duas horas, independentemente de acréscimo salarial, desde que o excesso de horas em um dia seja compensado pela diminuição em outro, de modo a ser observado o limite máximo de quarenta e quatro horas semanais ou outro inferior legalmente fixado;

II – excepcionalmente, por motivo de força maior, até o máximo de doze horas, com acréscimo salarial de, pelo menos, cinqüenta por cento sobre a

hora normal e desde que o trabalho do idoso seja imprescindível ao funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo único. Em caso de prorrogação do horário normal, é obrigatório um descanso de trinta minutos, antes do período extraordinário do trabalho.

Art. 441-C. A jornada diária de trabalho, exercida em condições penosas, perigosas ou insalubres, sem prejuízo do acréscimo salarial, será reduzida em trinta minutos.

Art. 441-D. É obrigatório o exame médico do idoso, às expensas do empregador, na admissão, semestralmente e por ocasião de seu desligamento da empresa.

§ 1º Além dos exames de clínica médica, é obrigatório o de acuidade visual.

§ 2º O resultado dos exames médicos será comunicado ao trabalhador.

§ 3º Outros exames poderão ser exigidos, a critério médico, para a apuração da capacidade ou aptidão física e mental do empregado para a função que deve exercer.

Art. 441-E. É vedado empregar o idoso em serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte quilos, para o trabalho contínuo, ou vinte e cinco quilos, para o trabalho ocasional.

Parágrafo único. Não está compreendida na determinação deste artigo a remoção de material feita por impulsão ou tração de vagonetes sobre trilhos, de carros de mão ou quaisquer aparelhos mecânicos.

Art. 441-F. Pela infração de qualquer dispositivo deste Capítulo, será imposta ao empregador a multa de R$ 300,00 a R$ 3.000,00 aplicável pelas Delegacias Regionais do Trabalho ou por aquelas que exerçam funções delegadas.

§ 1º A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

a) se ficar apurado o emprego de artifício ou simulação para fraudar a aplicação dos dispositivos deste Capítulo;

b) nos casos de reincidência.

§ 2º O processo na verificação das infrações, bem como na aplicação e cobrança das multas, será o previsto no título "Do Processo de Multas Administrativas", observadas as disposições deste artigo."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 441 - O quadro a que se refere o item I do art. 405 será revisto bienalmente. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29.01.1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.

Mensagem de veto

Vigência

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Of. nº 328/09 - PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, com as Emendas 01 – CDH/CAS, 02 e 03– CAS de 2009, que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso", de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER
Nº 2.237, DE 2009

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que qualifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, por correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, além de aumentar as suas respectivas penas, por isonomia com o Código Penal.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

I – RELATÓRIO

Trata-se do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009, que pretende definir como hediondos os crimes previstos nos arts. 205, § 2º, 232, 233, 242, § 3º, 243, § 2º, 244, *caput* e §§ 1º, 2º e 3º, 292, § 1º, 295, *caput*, e 296, *caput*, do Código Penal Militar, devido a sua correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 – Lei dos Crimes Hediondos, além de aumentar as suas respectivas penas, visando guardar isonomia com o Código Penal.

A proposição legislativa estende, ainda, a causa de aumento da pena prevista no art. 9º da Lei dos Crimes Hediondos aos crimes militares praticados nas mesmas condições, isto é, se a vítima não é maior de quatorze anos, é doente ou deficiente mental ou não tem condições de oferecer resistência.

O autor do projeto, Senador Magno Malta, exara que o projeto justifica-se pelo fato de que a Lei dos Crimes Hediondos, não indicando, no seu art. 1º, os determinados crimes do Código Penal Militar, não permitiu, tendo em vista o princípio da especialidade, o seu enquadramento técnico no conceito legal de crime hediondo.

No prazo regimental não foram oferecidas emendas.

II – ANÁLISE

Tendo como base o disposto no artigo 5º, XLIII, da Constituição Federal, exarado, também, na Justificação do projeto, que determina que "*a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática de tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem*", é que foi editada a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que "dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências".

A referida Lei nº 8.072, de 1990, veio não só para adequar a norma penal ao preceito constitucional, como também para atender a imperativos de ordem jurídico-social, visto que a violência tem assustado a sociedade.

O princípio da legalidade, prescrito no art. 5º, XXXIX da Constituição Federal, estabelece que "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". Dessa forma, a lei que institui o tipo penal e a pena deve ser anterior ao fato que se quer punir, dependendo, também, a existência de crime hediondo de prévia definição legal.

Vige, ademais, no direito penal, o postulado da determinação taxativa, que preside a formulação da lei penal, exigindo-se do legislador o uso de técnica correta e de uma linguagem rigorosa e uniforme.

O legislador optou por um critério objetivo, fazendo uma enumeração taxativa dos tipos penais tidos como hediondos. Não estabeleceu, assim, como crimes hediondos determinados crimes militares que guardam semelhança com os tipos do Código Penal, merecendo a Lei dos Crimes Hediondos, conforme considera o projeto sob exame, sofrer alteração, para adequar-se aos anseios da atual ordem jurídico-social, respeitando-se o princípio da isonomia.

III – VOTO

Dessa forma, opino pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009.

Sala da Comissão, 11 de novembro de 2009.

Sen. ANTONIO CARLOS JUNIOR , Presidente EM EXERCÍCIO

, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 89 **DE** 2009

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 11 / 11 /2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: EM EXERCÍCIO: Sen. ANTONIO CARLOS JUNIOR	
RELATOR: **Senador DEMÓSTENES TORRES**	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
SERYS SLHESSARENKO	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
JOÃO PEDRO	6. MARINA SILVA (PV)
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. RENAN CALHEIROS
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
OSVALDO SOBRINHO	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
JARBAS VASCONCELOS	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLÉXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 04/11/2009

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 89 , DE 2009

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES – BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SERYS SLHESSARENKO					1 – RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 – AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY	X				3 – MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 – INÁCIO ARRUDA				
IDELI SALVATTI					5 – CÉSAR BORGES	X			
JOÃO PEDRO					6 – MARINA SILVA (PV)				
TITULARES – PMDB e PP	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – PMDB e PP**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
PEDRO SIMON	X				1 – ROMERO JUCÁ				
ALMEIDA LIMA					2 – RENAN CALHEIROS				
GILVAM BORGES					3 – GERALDO MESQUITA JÚNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 – LOBÃO FILHO	X			
VALTER PEREIRA	X				5 – VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					6 – NEUTO DE CONTO				
TITULARES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES – BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
KÁTIA ABREU	X				1 – EFRAIM MORAIS				
DEMÓSTENES TORRES (RELATOR)	X				2 – ADELMIR SANTANA				
OSVALDO SOBRINHO	X				3 – RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL	X				4 – JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR (PRES.)					5 – ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS					6 – EDUARDO AZEREDO				
JARBAS VASCONCELOS					7 – MARCONI PERILLO				
LÚCIA VÂNIA					8 – ARTHUR VIRGÍLIO	X			
TASSO JEREISSATI	X				9 – FLEXA RIBEIRO	X			
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ROMEU TUMA	X				1 – GIM ARGELLO				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE – PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
OSMAR DIAS					1 – FLÁVIO TORRES				

TOTAL: 17 **SIM:** 16 **NÃO:** — **ABSTENÇÃO:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 11 / 11 / 2009

Senador
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE *QUORUM* (art. 132, § 8°, do RISF)

U:\CCJ\2009\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 04/11/2009).

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

.....

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura , o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;

.....

DECRETO-LEI Nº 1.001, DE 21 DE OUTUBRO DE 1969.

Vide texto compilado **Código Penal Militar**

.....

TÍTULO IV

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I

DO HOMICÍDIO

Homicídio simples

Art. 205. Matar alguém:

Pena - reclusão, de seis a vinte anos.

.....

Homicídio qualificado

§ 2° Se o homicídio é cometido:

I - por motivo fútil;

II - mediante paga ou promessa de recompensa, por cupidez, para excitar ou saciar desejos sexuais, ou por outro motivo torpe;

III - com emprêgo de veneno, asfixia, tortura, fogo, explosivo, ou qualquer outro meio dissimulado ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, com surprêsa ou mediante outro recurso insidioso, que dificultou ou tornou impossível a defesa da vítima;

V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime;

VI - prevalecendo-se o agente da situação de serviço:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

.....

CAPÍTULO VII

DOS CRIMES SEXUAIS

Estupro

Art. 232. Constranger mulher a conjunção carnal, mediante violência ou grave ameaça:

Pena - reclusão, de três a oito anos, sem prejuízo da correspondente à violência.

Atentado violento ao pudor

Art. 233. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a presenciar, a praticar ou permitir que com êle pratique ato libidinoso diverso da conjunção carnal:

Pena - reclusão, de dois a seis anos, sem prejuízo da correspondente à violência.

.....

CAPÍTULO II

DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo simples

Art. 242. Subtrair coisa alheia móvel, para si ou para outrem, mediante emprêgo ou ameaça de emprêgo de violência contra pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer modo, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a quinze anos.

.....

Latrocínio

3º Se, para praticar o roubo, ou assegurar a impunidade do crime, ou a detenção da coisa, o agente ocasiona dolosamente a morte de alguém, a pena será de reclusão, de quinze a trinta anos, sendo irrelevante se a lesão patrimonial deixa de consumar-se. Se há mais de uma vítima dessa violência à pessoa, aplica-se o disposto no art. 79.

.....

Extorsão simples

Art. 243. Obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, constrangendo alguém, mediante violência ou grave ameaça:

a) a praticar ou tolerar que se pratique ato lesivo do seu patrimônio, ou de terceiro;

b) a omitir ato de interêsse do seu patrimônio, ou de terceiro:

Pena - reclusão, de quatro a quinze anos.

.....

§ 2º Aplica-se à extorsão, praticada mediante violência, o disposto no § 3º do art. 242.

.....

Art. 244. Extorquir ou tentar extorquir para si ou para outrem, mediante seqüestro de pessoa, indevida vantagem econômica:

Pena - reclusão, de seis a quinze anos.

Formas qualificadas

1º Se o seqüestro dura mais de vinte e quatro horas, ou se o seqüestrado é menor de dezesseis ou maior de sessenta anos, ou se o crime é cometido por mais de duas pessoas, a pena é de reclusão de oito a vinte anos.

2º Se à pessoa seqüestrada, em razão de maus tratos ou da natureza do seqüestro, resulta grave sofrimento físico ou moral, a pena de reclusão é aumentada de um têrço.

3º Se o agente vem a empregar violência contra a pessoa seqüestrada, aplicam-se, correspondentemente, as disposições do art. 242, § 2º, ns. V e VI ,e § 3º.

.....

Epidemia

Art. 292. Causar epidemia, em lugar sujeito à administração militar, mediante propagação de germes patogênicos:

Pena - reclusão, de cinco a quinze anos.

Forma qualificada

1º Se do fato resulta morte, a pena é aplicada em dôbro.

.....

Art. 295. Fornecer às fôrças armadas substância alimentícia ou medicinal corrompida, adulterada ou falsificada, tornada, assim, nociva à saúde:

Pena - reclusão, de dois a seis anos.

Modalidade culposa

.....

Art. 296. Fornecer às fôrças armadas substância alimentícia ou medicinal alterada, reduzindo, assim, o seu valor nutritivo ou terapêutico:

Pena - detenção, de seis meses a dois anos.

.....

LEI Nº 8.072, DE 25 DE JULHO DE 1990.

Mensagem de veto

Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências.

. Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

II - latrocínio (art. 157, § 3º, **in fine**); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

III - extorsão qualificada pela morte (art. 158, § 2º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada (art. 159, **caput**, e §§ 1º, 2º e 3º); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

~~V - estupro (art. 213 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)~~

~~VI - atentado violento ao pudor (art. 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)~~

V - estupro (art. 213, **caput** e §§ 1º e 2º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VI - estupro de vulnerável (art. 217-A, **caput** e §§ 1º, 2º, 3º e 4º); (Redação dada pela Lei nº 12.015, de 2009)

VII - epidemia com resultado morte (art. 267, § 1º). (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

VII-A – (VETADO) (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20.8.1998)

VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais (art. 273, *caput* e § 1º, § 1º-A e § 1º-B, com a redação dada pela Lei nº 9.677, de 2 de julho de 1998). (Inciso incluído pela Lei nº 9.695, de 20.8.1998)

Parágrafo único. Considera-se também hediondo o crime de genocídio previsto nos arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 2.889, de 1º de outubro de 1956, tentado ou consumado. (Parágrafo incluído pela Lei nº 8.930, de 6.9.1994)

.....

Art. 9º As penas fixadas no art. 6º para os crimes capitulados nos arts. 157, § 3º, 158, § 2º, 159, caput e seus §§ 1º, 2º e 3º, 213, caput e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único, 214 e sua combinação com o art. 223, caput e parágrafo único, todos do Código Penal, são acrescidas de metade, respeitado o limite superior de trinta anos de reclusão, estando a vítima em qualquer das hipóteses referidas no art. 224 também do Código Penal.

.....

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 367/09-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 11 de novembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **JOSÉ SARNEY**
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação**, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009, que "Qualifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, por correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, além de aumentar as suas respectivas penas, por isonomia com o Código Penal", de autoria do Senador Magno Malta.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **DEMÓSTENES TORRES**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

PARECERES
Nºs 2.238 E 2.239, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.

PARECER Nº 2.238, DE 2009
(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

RELATOR: Senador **ALVARO DIAS**

RELATOR "AD HOC": Senador **RENATO CASAGRANDE**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, está distribuído a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania pela terceira oportunidade. Na primeira distribuição coube ao Senador PAPALÉO PAES a relatoria. Sua Excelência, após relatório e análise que adotamos, concluiu pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

Redistribuído ao saudoso Senador JEFFERSON PÉRES, tendo em vista o desligamento, desta Comissão, do Senador PAPALÉO PAES, a proposição foi objeto de novo exame. O Senador JEFFERSON PÉRES igualmente entendeu cumpridos os requisitos materiais e formais de constitucionalidade e juridicidade. Devido a um requerimento para que tramitasse em conjunto com outros projetos, a matéria foi retirada da pauta da Comissão.

Em abril deste ano de 2009, apresentei requerimento para que este Projeto de Lei fosse desapensado das demais matérias, para tramitar isoladamente. O requerimento foi aprovado e o Projeto passou a tramitar autonomamente, e readquiriu o caráter terminativo, tendo sido distribuído a esta Comissão e à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, à qual cabe a decisão terminativa.

Transcrevo, a seguir, os elementos fundamentais do parecer elaborado pelo Senador JEFFERSON PÉRES, por seu turno já inspirado em

trabalho anterior, do Senador PAPALÉO PAES, e adoto as suas conclusões. Trata-se, como visto, de projeto de lei com o propósito de alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, para autorizar o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional do Livro Didático.

Além de autorizar a criação do novo órgão, o projeto lhe confere a finalidade de *examinar, na forma do regulamento, o material didático destinado às escolas públicas e privadas de ensino básico, para verificar se nele estão veiculadas informações contendo qualquer forma de discriminação ou preconceito em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.*

E cuida, ainda, da composição desse novo colegiado, determinando a representação de órgãos federais encarregados das áreas de educação, cultura, direitos humanos e de minorias e cidadania, assim como de representantes dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, de entidades da sociedade civil e personalidades das áreas dos direitos humanos e das minorias e de especialistas de notório saber nas áreas de História, Sociologia e Antropologia.

O projeto estabelece que *os membros da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático exercem função de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte, diárias e jetons de presença a serem fixados em regulamento.* E assinala, por fim, *que as decisões do Conselho Nacional de Avaliação do Material Didático serão tomadas sempre em sessão pública, assegurado aos interessados o contraditório e a ampla defesa, e terão a natureza de recomendações aos sistemas de ensino e às escolas.*

O autor do Projeto, Senador PAULO PAIM, argumenta, para justificá-lo, que a Constituição vigente deu um passo vigoroso ao determinar que *a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais,* e que *a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.* A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no mesmo compasso, determina que *o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.*

O autor ressalta que *não se trata aqui de qualquer forma de censura prévia (...) o que se propõe é a instituição de um órgão colegiado técnico e plural encarregado de avaliar e expedir recomendações sobre livros e outros materiais didáticos, para orientar os sistemas de ensino e as escolas*

sobre o seu conteúdo, enfatizando que as decisões em seu âmbito serão tomadas observando o contraditório e a ampla defesa.

Desse modo, *o próprio processo de tomada de decisões da Comissão que se visa instituir terá caráter pedagógico, ao discutir, inclusive com os seus autores, o conteúdo dos livros didáticos editados no País, buscando em ambiente democrático, explicitar o eventual preconceito e discriminação neles presente, ainda que sem dolo.*

II – ANÁLISE

É conhecida a polêmica, de natureza constitucional, a respeito dos projetos de lei autorizativos. Embora o Senado Federal continue a apreciá-los e, não raro, a aprová-los, sabemos que a Câmara dos Deputados tem jurisprudência sobre a matéria, consolidada em decisões de sua Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da própria Mesa Diretora, pela qual as proposições que simplesmente autorizam o Poder Executivo a praticar ato de sua competência exclusiva, como a criação de órgão público, são encaminhadas, naquela Casa, ao arquivo.

No Senado, entretanto, segue prevalecendo o entendimento expresso no Parecer nº 527, de 1998, de autoria do então Senador Josaphat Marinho, e aprovado por esta CCJ. Conforme esse parecer, *o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de um ato de sua competência.*

Entendemos que tal parecer deve ser alterado, sobretudo em face da revogação, pelo Supremo Tribunal Federal, do Verbete nº 5 de sua Súmula de Jurisprudência, pelo qual a sanção presidencial a uma proposição dessa natureza sanaria o seu vício de iniciativa. Outro caminho seria a alteração do Regimento Interno do Senado Federal, para dar ao instituto da indicação as atribuições que, conforme o parecer citado, cabem ao projeto autorizativo.

Conforme o inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição, em sua alínea *e*, são de iniciativa privativa do Presidente da República *as leis que disponham sobre a criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública, observado o disposto no art. 84, VI.* O art. 84, em seu inciso VI, por seu turno, autoriza o Chefe de Governo a dispor, mediante decreto, sobre a organização e o funcionamento da administração pública, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Enquanto prevalecer no Senado Federal o entendimento, expresso no Parecer nº 527, de 1998, de que os projetos de lei autorizativos são

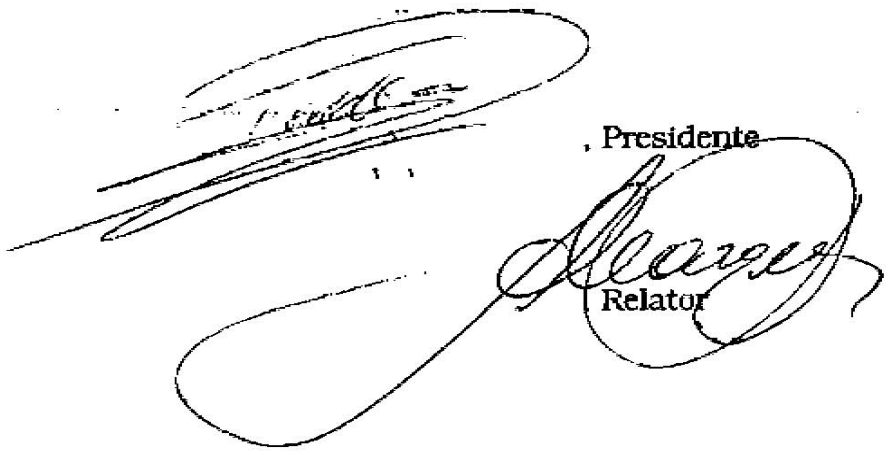
admissíveis quanto à sua constitucionalidade, devemos aceitar que tais proposições tenham livre tramitação nesta Casa, ainda que conheçamos a posição adotada pela Câmara dos Deputados, desde 1991, a respeito do assunto.

Quanto ao mérito, entendemos que as competências da Comissão de Avaliação do Material Didático proposta pelo Projeto, devem ser mais amplas, para avaliar o livro didático em suas diversas dimensões e, sobretudo, para apreciar e opinar sobre a sua qualidade pedagógica. Não deveria resumir a sua atividade a avaliar eventuais manifestações racistas e/ou preconceituosas. O exame do mérito da proposição, entretanto, cabe à douta Comissão de Educação desta Casa, para a qual a proposição foi também distribuída, em caráter terminativo.

III – VOTO

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003.

Sala da Comissão, 1º de julho de 2009.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 63 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/07/09, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: SENADOR DEMÓSTENES TORRES	
RELATOR: "AD HOC": SENADOR RENATO CASAGRANDE	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLICY	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI	5. CÉSAR BORGES
EXPEDITO JÚNIOR	6. SERYS SLHESSARENKO
MAIORIA (PMDB, PP)	
PEDRO SIMON	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA	5. VALDIR RAUPP
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	6. NEUTO DE CONTO
BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)	
KÁTIA ABREU	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	5. ELISEU RESENDE
ALVARO DIAS	6. EDUARDO AZEREDO
SÉRGIO GUERRA	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI	9. FLEXA RIBEIRO
PTB	
ROMEU TUMA	1. GIM ARGELLO
PDT	
OSMAR DIAS	1. PATRÍCIA SABOYA

Atualizada em: 19/03/2009

PARECER Nº 2.239, DE 2009
(Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Em exame o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 63, de 2003, do Senador Paulo Paim, que autoriza o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. Para tanto, em seu art. 1º, o projeto insere art. 27-A na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).

De acordo com a proposição, a Comissão terá a incumbência de examinar, nos termos de regulamento, o material didático utilizado nas escolas públicas e privadas de educação básica. O intento último desse exame é evitar conteúdos que se revelem preconceituosos ou discriminatórios, notadamente quanto a questões de raça, cor, etnia, religião, nacionalidade, deficiências, gênero e orientação sexual.

Além disso, no que tange à composição do colegiado, o PLS assegura a participação de representantes de órgãos federais, dos sistemas de ensino e de entidades da sociedade civil de algum modo envolvidas com o tema, contemplando, ainda, especialistas ou estudiosos das áreas de História, Sociologia e Antropologia, os quais, quando convocados, farão jus a verbas de transporte, diárias e jetons *de presença a serem fixados no regulamento.*

Por fim, o PLS nº 63, de 2003, determina que a Lei proposta entrará em vigor na data de sua publicação (art. 2º).

Em sua justificativa, o autor destaca, essencialmente, que a comissão de avaliação representará espaço democrático e propício ao debate sobre o tema da discriminação, constituindo instrumento de orientação dos educadores brasileiros. Desse modo, a atuação da comissão poderia, a seu juízo, contribuir para a extinção efetiva do preconceito em nosso país.

Ao ser analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desta Casa, o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, foi considerado constitucional e jurídico, não tendo recebido emendas após sua remessa a esta Comissão, onde ora é apreciado em decisão terminativa.

II – ANÁLISE

A manifestação sobre o PLS nº 63, de 2003, decorre do disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que confere legitimidade e competência à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) para opinar acerca do mérito de matérias afetas à área educacional.

No que tange ao conteúdo do projeto, vale lembrar que a preocupação com o livro didático, especificamente, está contemplada, somente no nível da União, em, pelo menos, três programas, todos geridos pela autarquia conhecida como Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). São eles: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Ocorre que a preocupação fulcral do FNDE no que tange a tais programas está centrada na distribuição, no fazer chegar livros didáticos, gratuitamente, a todos os alunos de escolas de educação básica das redes federal, estadual e municipal e de entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado.

A aquisição de obras a serem utilizadas na formação do alunado revela certo zelo, já que segue especificações técnicas estabelecidas nos editais de execução dos programas e envolve a análise do material , sob o aspecto pedagógico, pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). Ressalte-se, contudo, que os programas em questão são adstritos ao setor público e não envolvem o controle *a posteriori*.

Portanto, os procedimentos utilizados na avaliação tal qual hoje se verifica são, de toda maneira, ineficazes na identificação e inibição de atitudes reforçadoras de preconceitos, tendo como fonte e estímulo os recursos didático-pedagógicos. Com efeito, a matéria, além de meritória, remanesce oportuna, a ensejar acolhida pelo Senado Federal.

III – VOTO

Em face do exposto, reafirmando a constitucionalidade e juridicidade já atestadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o voto é, no mérito, pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

, Presidente
(Sen. Marisa Serrano)

, Relator

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 63, DE 2003.

EMENDA DE REDAÇÃO

Dê-se ao inciso IV, § 2º, art. 1º, do PLS 63, de 2003, a seguinte redação:

"Especialista de notório saber nas áreas pedagógicas da educação básica".

Justificativa

A presente emenda tem como objetivo prestigiar os profissionais da área pedagógica.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2009.

Senador ***FLÁVIO ARNS***

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão, reunida no dia de hoje, aprova por 14 (quatorze) votos favoráveis o presente projeto, tendo como relator o Senador Papaléo Paes, incorporando ao texto final a emenda nº 1-CE, de autoria do Senador Flávio Arns, aprovada por 13 (treze) votos, oferecida durante a discussão.

EMENDA Nº 1-CE

Dê-se ao inciso IV, § 2º, art. 1º, do PLS 63, de 2003, a seguinte redação:

"IV - especialista de notório saber nas áreas pedagógicas da educação básica".

Sala da Comissão, em 10 de novembro de 2009.

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidenta no exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLS Nº 063/03 NA REUNIÃO DE 10/11/09 OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Mozarildo - (Sra. Marisa Serrano)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
IDELI SALVATTI	1- JOÃO PEDRO
AUGUSTO BOTELHO	2- ANTONIO CARLOS VALADARES
FÁTIMA CLEIDE	3- EDUARDO SUPLICY
PAULO PAIM	4- JOSÉ NERY
INÁCIO ARRUDA	5- (VAGO)
ROBERTO CAVALCANTI	6- JOÃO RIBEIRO
SADI CASSOL	7- MARINA SILVA
MAIORIA (PMDB e PP)	
VALTER PEREIRA	1- ROMERO JUCÁ
MAURO FECURY	2- FRANCISCO DORNELLES
GILVAM BORGES	3- PEDRO SIMON
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	4- NEUTO DE CONTO
GERSON CAMATA	5- VALDIR RAUPP
(VAGO)	6- GARIBALDI ALVES FILHO
(VAGO)	7- LOBÃO FILHO
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	
RAIMUNDO COLOMBO	1- GILBERTO GOELLNER
MARCO MACIEL	2- KÁTIA ABREU
ROSALBA CIARLINI	3- OSVALDO SOBRINHO
HERÁCLITO FORTES	4- EFRAIM MORAIS
JOSÉ AGRIPINO	5- ELISEU RESENDE
ADELMIR SANTANA	6- MARIA DO CARMO ALVES
ALVARO DIAS	7- (VAGO)
FLÁVIO ARNS	8- MARCONI PERILLO
EDUARDO AZEREDO	9- PAPALÉO PAES RELATOR
MARISA SERRANO	10- SÉRGIO GUERRA
	PTB
SÉRGIO ZAMBIASI	JOÃO VICENTE CLAUDINO
ROMEU TUMA	MOZARILDO CAVALCANTI
	PDT
CRISTOVAM BUARQUE	1- JEFFERSON PRAIA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL** **PLS** 63 /2003

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI					JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM					JOSÉ NERY				
INÁCIO ARRUDA	X				(VAGO)				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCÁ				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GILVAM BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO				
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS				
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
FLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES	X			
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR – PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 15 **SIM:** 14 **NÃO:** ~ **ABS:** ~ **AUTOR:** ~ **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 07/11/2009

SENADORA MARISA SERRANO
Vice–Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE **LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL** Emenda 1-CE **PLS** 63/2003 Emenda nº 01-CE

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB e PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
IDELI SALVATTI					JOÃO PEDRO				
AUGUSTO BOTELHO	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
FÁTIMA CLEIDE	X				EDUARDO SUPLICY				
PAULO PAIM					JOSÉ NERY				
INÁCIO ARRUDA	X				(VAGO)				
ROBERTO CAVALCANTI	X				JOÃO RIBEIRO				
SADI CASSOL					MARINA SILVA				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - MAIORIA (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA					ROMERO JUCÁ				
MAURO FECURY					FRANCISCO DORNELLES				
GILVAM BORGES	X				PEDRO SIMON				
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					NEUTO DE CONTO	X			
GERSON CAMATA					VALDIR RAUPP	X			
(VAGO)					GARIBALDI ALVES FILHO				
(VAGO)					LOBÃO FILHO				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
RAIMUNDO COLOMBO					GILBERTO GOELLNER	X			
MARCO MACIEL	X				KÁTIA ABREU				
ROSALBA CIARLINI					OSVALDO SOBRINHO				
HERÁCLITO FORTES					EFRAIM MORAIS				
JOSÉ AGRIPINO					ELISEU RESENDE				
ADELMIR SANTANA					MARIA DO CARMO ALVES				
ALVARO DIAS					(VAGO)				
PLÁVIO ARNS	X				MARCONI PERILLO				
EDUARDO AZEREDO	X				PAPALÉO PAES				
MARISA SERRANO					SÉRGIO GUERRA				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI					JOÃO VICENTE CLAUDINO				
ROMEU TUMA	X				MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR – PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE	X				JEFFERSON PRAIA				

TOTAL: 14 **SIM:** 13 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 10/11 **/ 2009**

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente, no exercício da presidência,
da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO

TEXTO FINAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 063, DE 2003

Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 27-A:

"Art. 27-A. Com a finalidade de dar efetividade ao disposto no § 4º do art. 26, no art. 26-A e no inciso I do art. 27, fica o Poder Executivo da União autorizado a criar a Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático.

§ 1º A Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático tem por finalidade examinar, na forma do regulamento, o material didático destinado às escolas públicas e privadas de ensino básico, para verificar se nele são veiculadas informações contendo qualquer forma de discriminação ou preconceito em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.

§ 2º A Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático será composta, na forma do regulamento, por:

I – representantes dos órgãos federais encarregados das áreas de educação, cultura e direitos humanos e de minorias e cidadania;

II – representantes dos sistemas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

III – representantes de entidades da sociedade civil e personalidades das áreas de defesa dos direitos humanos e das minorias;

IV – especialistas de notório saber nas áreas pedagógicas da educação básica.

§ 3º Os membros da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático exercem função de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte, diárias e jetons de presença a serem fixados no regulamento.

§ 4º As decisões da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático serão tomadas sempre em sessão pública, assegurado aos interessados o contraditório e a ampla defesa, e terão a natureza de recomendações aos sistemas de ensino e às escolas.".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de novembro de 2009.

Senadora Marisa Serrano, Vice-Presidenta

Senador Papaléo Paes, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

.....

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

.....

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (Incluída pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 26. Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

§ 1º Os currículos a que se refere o *caput* devem abranger, obrigatoriamente, o estudo da língua portuguesa e da matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil.

§ 2º O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.~~

~~§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos. (Redação dada pela Lei nº 10.328, de 12.12.2001)~~

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.

§ 5º Na parte diversificada do currículo será incluído, obrigatoriamente, a partir da quinta série, o ensino de pelo menos uma língua estrangeira moderna, cuja escolha ficará a cargo da comunidade escolar, dentro das possibilidades da instituição.

§ 6º A música deverá ser conteúdo obrigatório, mas não exclusivo, do componente curricular de que trata o § 2º deste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.769, de 2008)

~~Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.~~ ~~(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

~~§ 3º (VETADO)~~ ~~(Incluído pela Lei nº 10.639, de 9.1.2003)~~

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

.....

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
SECRETARIA DA COMISSÃO
ANEXO 2, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, SALA 17/A
70165-900 — BRASÍLIA-DF
Fone: 3303-3498/2006 — e-mail: scomce@senado.gov.br

Of. nº 274/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
NESTA

Assunto: **Aprovação de matéria**

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 063, de 2003, de autoria de Sua Excelência a Senhor Senador Paulo Paim, segundo o qual "Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.", com a emenda oferecida.

Atenciosamente,

SENADORA MARISA SERRANO
Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

A proposição legislativa de que trata este parecer dispõe-se a promover alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996), para autorizar o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Material Didático. Foi distribuída a esta Comissão, para exame de sua constitucionalidade, e à Comissão de Educação, para apreciação de mérito, em caráter terminativo.

O Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, ademais de autorizar o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Avaliação do Material didático, confere a este novo órgão a finalidade de *examinar, na forma do regulamento, o material didático destinado às escolas públicas e privadas de ensino básico, para verificar se nele são veiculadas informações contendo qualquer forma de discriminação ou preconceito em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.*

Trata, ainda, da composição do colegiado, determinando a representação de órgãos federais encarregados das áreas de educação, cultura, direitos humanos e de minorias e cidadania, assim como de representantes dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, de entidades da sociedade civil e personalidades das áreas dos direitos humanos e das minorias e de especialistas de notório saber nas áreas de História, Sociologia e Antropologia.

O projeto estatui que *os membros da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático exercem função de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte, diárias e jetons de presença a serem fixados em regulamento*. E assinala, por fim, que *as decisões da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático serão tomadas sempre em sessão pública, assegurado aos interessados o contraditório e a ampla defesa, e terão a natureza de recomendações aos sistemas de ensino e às escolas.*

O Senador PAULO PAIM, autor do projeto, para justificá-lo, argumenta que a Constituição vigente deu um passo vigoroso ao determinar que *a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais,* e que *a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.* A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no mesmo compasso, determina que o *ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.*

O autor ressalta que *não se trata aqui de qualquer forma de censura prévia (...) o que se propõe é a instituição de um órgão colegiado técnico e plural encarregado de avaliar e expedir recomendações sobre livros e outros materiais didáticos, para orientar os sistemas de ensino e as escolas sobre o seu conteúdo, enfatizando que as decisões em seu âmbito serão tomadas observando-se o contraditório e a ampla defesa.*

Desse modo, *o próprio processo de tomada de decisões da Comissão que se visa instituir terá caráter pedagógico, ao discutir, inclusive com seus autores, o conteúdo dos livros didáticos editados no País, buscando em ambiente democrático, explicitar o eventual preconceito e discriminação neles presente, ainda que sem dolo.*

II -- ANÁLISE

É sobremaneira conhecida a polêmica, de natureza constitucional, a respeito dos projetos de lei ditos autorizativos. Embora o Senado Federal continue a apreciá-los e, não raro, a aprová-los, sabemos que a Câmara dos Deputados tem jurisprudência sobre a matéria, consolidada em decisões de sua Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e da própria

Mesa Diretora, pela qual proposições que simplesmente autorizam o Poder Executivo a praticar ato de sua competência exclusiva, como a criação de órgão público, são encaminhadas, naquela Casa, ao arquivo.

Nesta Casa, entretanto, segue prevalecendo entendimento expresso em Parecer nº 527, de 1998, desta CCJ, pelo qual *o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.* Entendemos que tal entendimento deve ser alterado, inclusive mediante a alteração do Regimento Interno do Senado Federal, para dar ao instituto da indicação as atribuições que, conforme o parecer citado, cabem ao projeto autorizativo.

Conforme determina o inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição, em sua alínea *e*, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a *criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública, observado o disposto no art. 84, VI.* O art. 84 trata da competência privativa do Presidente da República, e o seu inciso VI autoriza o Chefe de Governo a dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública, mediante decreto, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Entretanto, enquanto prevalecer no Senado Federal o entendimento, expresso no Parecer nº 527, de 1998, no sentido de que os projetos de lei autorizativos são admissíveis, quanto à sua constitucionalidade, devemos admitir que tais projetos poderão ter livre tramitação nesta Casa.

Quanto ao mérito, talvez as competências da Comissão de Avaliação proposta no projeto devessem ser mais amplas, para avaliar o livro didático em suas diversas dimensões, não apenas quanto à manifestação de opiniões racistas ou preconceituosas. O exame do mérito da proposição, entretanto, cabe à douta Comissão de Educação desta Casa, para a qual a proposição também foi distribuída.

III – VOTO

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **JEFFERSON PÉRES**

I – RELATÓRIO

A proposição legislativa de que trata este parecer dispõe-se a promover alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 1996), para autorizar o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Material Didático. Foi distribuída a esta Comissão, para exame de sua constitucionalidade, e à Comissão de Educação, para apreciação de mérito, em caráter terminativo. A matéria foi objeto de parecer, de autoria do Senador Papaléo Paes, o qual não foi votado porque Sua Excelência deixou de pertencer a esta Comissão. Esse trabalho, entretanto, serve de base para o presente parecer.

O Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, além de autorizar o Poder Executivo a criar a Comissão Nacional de Avaliação do Material didático, confere a este novo órgão a finalidade de *examinar, na forma do regulamento, o material didático destinado às escolas públicas e privadas de ensino básico, para verificar se nele são veiculadas informações contendo qualquer forma de discriminação ou preconceito em virtude de raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, deficiência, gênero e opção sexual.*

Trata, ainda, da composição desse novo colegiado, determinando a representação de órgãos federais encarregados das áreas de educação, cultura, direitos humanos e de minorias e cidadania, assim como de representantes dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, de entidades da sociedade civil e personalidades das áreas dos direitos humanos e das minorias e de especialistas de notório saber nas áreas de História, Sociologia e Antropologia.

O projeto determina que *os membros da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático exercem função de interesse público relevante, com precedência sobre quaisquer outros cargos públicos de que sejam titulares e, quando convocados, farão jus a transporte, diárias e jetons de presença a serem fixados em regulamento.* E assinala, por fim, que *as decisões da Comissão Nacional de Avaliação do Material Didático serão tomadas sempre em sessão pública, assegurado aos interessados o contraditório e a ampla defesa, e terão a natureza de recomendações aos sistemas de ensino e às escolas.*

O Senador PAULO PAIM, autor do projeto, para justificá-lo, argumenta que a Constituição vigente deu um passo vigoroso ao determinar que *a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais,* e que *a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.* A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no mesmo compasso, determina que o *ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e européia.*

O autor ressalta que *não se trata aqui de qualquer forma de censura prévia (...) o que se propõe é a instituição de um órgão colegiado técnico e plural encarregado de avaliar e expedir recomendações sobre livros e outros materiais didáticos, para orientar os sistemas de ensino e as escolas sobre o seu conteúdo, enfatizando que as decisões em seu âmbito serão tomadas observando-se o contraditório e a ampla defesa.*

Desse modo, *o próprio processo de tomada de decisões da Comissão que se visa instituir terá caráter pedagógico, ao discutir, inclusive com seus autores, o conteúdo dos livros didáticos editados no País, buscando em ambiente democrático, explicitar o eventual preconceito e discriminação neles presente, ainda que sem dolo.*

II – ANÁLISE

É sobremaneira conhecida a polêmica, de natureza constitucional, a respeito dos projetos de lei ditos autorizativos. Embora o Senado Federal continue a apreciá-los e, não raro, a aprová-los, sabemos que a Câmara dos Deputados tem jurisprudência sobre a matéria, consolidada em decisões de sua Comissão de Constituição, Justiça e Redação e da própria Mesa Diretora, pela qual proposições que simplesmente autorizam o Poder Executivo a praticar ato de sua competência exclusiva, como a criação de órgão público, são encaminhadas, naquela Casa, ao arquivo.

Nesta Casa, entretanto, segue prevalecendo o entendimento expresso em Parecer nº 527, de 1998, de autoria do então Senador Josaphat Marinho, e aprovado por esta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania. Conforme esse Parecer *o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência.* Entendemos que tal Parecer deve ser alterado, sobretudo em face da revogação, pelo Supremo Tribunal Federal, do verbete nº 5 de sua Súmula de Jurisprudência, pelo qual a sanção presidencial sanaria o vício de iniciativa de proposições desta natureza. Outro caminho seria a alteração do Regimento Interno do Senado Federal, para dar ao instituto da indicação as atribuições que, conforme o parecer citado, cabem ao projeto autorizativo.

Conforme determina o inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição, em sua alínea *e*, são de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre a *criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública, observado o disposto no art. 84, VI.* O art. 84 trata da competência privativa do Presidente da República, e o seu inciso VI autoriza o Chefe de Governo a dispor sobre a organização e o funcionamento da administração pública, mediante decreto, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.

Entretanto, enquanto prevalecer no Senado Federal o entendimento, expresso no Parecer nº 527, de 1998, no sentido de que os projetos de lei autorizativos são admissíveis, quanto à sua constitucionalidade, devemos admitir que tais projetos poderão ter livre tramitação nesta Casa, ainda que conheçamos a posição adotada pela Câmara dos Deputados, desde 1991, a respeito de proposições desta natureza.

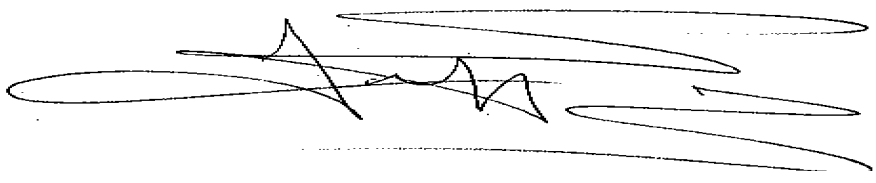
Quanto ao mérito, entendemos que as competências da Comissão de Avaliação proposta no projeto devessem ser mais amplas, para avaliar o livro didático em suas diversas dimensões e, sobretudo, para apreciar e opinar sobre a qualidade pedagógica do livro didático. Não deveria resumir sua atividade a avaliar eventuais manifestações racistas ou preconceituosas. O exame do mérito da proposição, entretanto, cabe à douta Comissão de Educação desta Casa, para a qual a proposição também foi distribuída, em caráter terminativo.

III – VOTO

Em face do exposto, o nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECER
Nº 2.240, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos.

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, determina que todos os hospitais com mais de oitenta leitos ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo mantenham uma comissão de captação e doação de órgãos, que deverá ser composta por profissionais da própria instituição.

A comissão terá as seguintes finalidades:

1) identificar potenciais doadores de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, para fins de transplante e tratamento;

1) fazer contato com familiares, com o objetivo de obter autorização para a doação;

1) manter meios de comunicação permanente com as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade da Federação em que se localizem;

1) outras, na forma do regulamento.

O projeto estabelece penalidade para os estabelecimentos de saúde especificados que deixarem de manter a citada comissão.

Em sua justificação, o autor da matéria argumenta que, nos últimos anos, tem ocorrido diminuição no número de transplantes realizados, o que, entre outras causas, é devido à insuficiente organização dos hospitais onde se encontram os potenciais doadores. Assim, a comissão proposta objetiva contribuir para a superação desse problema.

O projeto vem para ser apreciado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, ressaltando-se que não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Não há como deixar de reconhecer o mérito do propósito almejado pelo projeto de lei ora analisado, que é o de contribuir para aumentar o número de transplantes no País, haja vista a queda observada nos últimos dois anos no número de transplantes realizados.

Relatório de auditoria realizada em 2006 pelo Tribunal de Contas da União sobre o Programa Captação e Doação de Órgãos constatou que muitos aspectos essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) ainda não foram equacionados. Há deficiências nas atividades de planejamento, gerenciamento, execução e controle das ações do Programa, com falta de articulação entre os diversos componentes do Sistema.

Um dos aspectos essenciais a serem contemplados para se conseguir dar mais efetividade ao SNT é o aprimoramento da captação de órgãos e tecidos. E é justamente nesse aspecto que está focado o projeto ora sob comento.

A medida proposta – obrigar que todos os hospitais com mais de oitenta leitos ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo mantenham uma comissão de captação e doação de órgãos – está prevista em portarias editadas pelo Ministério da Saúde, como a Portaria nº 1.752/GM, de 2005. No entanto, essa portaria está sendo reavaliada pela atual coordenação nacional do SNT, pois a experiência obtida desde a sua edição tem demonstrado que ela apresenta inadequações em diversos aspectos.

Um dos aspectos questionados diz respeito à exigência de que hospitais com mais de oitenta leitos mantenham comissões de captação e doação de órgãos ou tecidos. O porte do hospital não é critério adequado para se avaliar a sua potencialidade em termos de captação de órgãos ou tecidos para transplantes. Isso é facilmente percebido no caso dos hospitais psiquiátricos, que não se constituem em locais de captação de potenciais doadores, ainda que possam ter um grande número de leitos. O inverso também pode ocorrer, com estabelecimentos de menor porte apresentando, pela dinâmica e tipo de atendimento realizado, grande potencial em termos de captação de órgãos e tecidos.

Assim, não é conveniente que a lei venha a instituir um modelo de captação de doadores que apresenta impropriedades em alguns aspectos. Atualmente, o modelo considerado mais adequado está baseado na constituição de organizações regionalizadas, que realizam busca de potenciais doadores em um, ou mais de um, hospital de determinada área geográfica. Essas organizações devem monitorar as notificações de morte encefálica, mantendo contato permanente com as unidades notificadoras.

Para adequar o projeto a esse novo modelo de organização de procura de órgãos e tecidos para transplantes, considerado mais efetivo, apresentamos substitutivo ao PLS nº 347, de 2007. Em função das características da doação de córneas para transplante, que são bem distintas das demais doações de órgãos ou tecidos, introduzimos dispositivo específico referente à criação de organizações de procura de córneas.

Também entendemos ser oportuno introduzir outro dispositivo com vistas ao aperfeiçoamento da legislação vigente no que diz respeito à doação *inter vivos*. Caberá ao Conselho Federal de Medicina, da mesma forma como ocorreu

para a definição dos critérios de morte cerebral, determinar as diretrizes a serem observadas em caso de utilização de órgão sólido ou parte de órgão proveniente de doador vivo.

III – VOTO

Pelas considerações expendidas, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CAS (substitutivo)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2007

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para determinar a criação de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e de organizações de procura de córneas, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, e a definição de diretrizes a serem observadas em caso de doador vivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

"**Art. 13-A.** É obrigatória a criação, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes, de caráter intra ou inter-hospitalar, com a finalidade de identificar potenciais doadores de órgãos, tecidos ou partes do corpo para fins de transplante ou tratamento.

§1º As organizações referidas no *caput* serão responsáveis pelo monitoramento das unidades notificadoras de doadores, de estabelecimentos públicos ou privados, existentes em determinada área geográfica e terão sua estrutura, composição e atividades definidas em regulamento.

§ 2º Para a captação de córneas, poderão ser criadas organizações de procura de córneas, observando-se o previsto no *caput* e no § 1º, as quais deverão proceder a busca ativa de doadores com parada cardíaca irreversível, providenciar os exames sorológicos indicados, captar, preparar, avaliar e preservar as córneas, entre outras atribuições definidas em regulamento.

§ 3º As organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e as organizações de procura de córneas não poderão ter qualquer participação na alocação dos órgãos ou tecidos por elas captados."

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

"**Art. 9º** .....

.....

§ 9º A doação referida neste artigo deverá obedecer às diretrizes estabelecidas por resolução do Conselho Federal de Medicina. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senador Romeu Tuma, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347 DE 2007 (SUBSTITUTIVO)	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR INÁCIO ARRUDA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB) relator
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2007 (SUBSTITUTIVO)**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada em 18 de novembro de 2009, aprova o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias e, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF, em 25 de novembro de 2009.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347 , DE 2007

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para determinar a criação de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e de organizações de procura de córneas, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, e a definição de diretrizes a serem observadas em caso de doador vivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

"**Art. 13-A.** É obrigatória a criação, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes, de caráter intra ou inter-hospitalar, com a finalidade de identificar potenciais doadores de órgãos, tecidos ou partes do corpo para fins de transplante ou tratamento.

§1º As organizações referidas no *caput* serão responsáveis pelo monitoramento das unidades notificadoras de doadores, de estabelecimentos públicos ou privados, existentes em determinada área geográfica e terão sua estrutura, composição e atividades definidas em regulamento.

§ 2º Para a captação de córneas, poderão ser criadas organizações de procura de córneas, observando-se o previsto no *caput* e no § 1º, as quais deverão proceder a busca ativa de doadores com parada cardíaca irreversível, providenciar os exames sorológicos indicados, captar, preparar, avaliar e preservar as córneas, entre outras atribuições definidas em regulamento.

§ 3º As organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e as organizações de procura de córneas não poderão ter qualquer participação na alocação dos órgãos ou tecidos por elas captados."

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

"**Art. 9º** .....

.....

§ 9º A doação referida neste artigo deverá obedecer às diretrizes estabelecidas por resolução do Conselho Federal de Medicina. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2007

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 347, DE 2007

Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para determinar a criação de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e de organizações de procura de córneas, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, e a definição de diretrizes a serem observadas em caso de doador vivo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:

"**Art. 13-A.** É obrigatória a criação, no âmbito do Sistema Nacional de Transplantes, de organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes, de caráter intra ou inter-hospitalar, com a finalidade de identificar potenciais doadores de órgãos, tecidos ou partes do corpo para fins de transplante ou tratamento.

§1º As organizações referidas no *caput* serão responsáveis pelo monitoramento das unidades notificadoras de doadores, de estabelecimentos públicos ou privados, existentes em determinada área geográfica e terão sua estrutura, composição e atividades definidas em regulamento.

§ 2º Para a captação de córneas, poderão ser criadas organizações de procura de córneas, observando-se o previsto no *caput* e no § 1º, as quais deverão proceder a busca ativa de doadores com parada cardíaca irreversível, providenciar os exames sorológicos indicados, captar, preparar, avaliar e preservar as córneas, entre outras atribuições definidas em regulamento.

§ 3º As organizações de procura de órgãos ou tecidos para transplantes e as organizações de procura de córneas não poderão ter qualquer participação na alocação dos órgãos ou tecidos por elas captados."

Art. 2º O art. 9º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

"Art. 9º .....

.....

§ 9º A doação referida neste artigo deverá obedecer às diretrizes estabelecidas por resolução do Conselho Federal de Medicina. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias da data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. Nº 322/2009 – PRES/CAS Brasília, 25 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, que "Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos", de autoria do Senador Osmar Dias.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 9.434, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997.

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

Art. 13. É obrigatório, para todos os estabelecimentos de saúde notificar, às centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade federada onde ocorrer, o diagnóstico de morte encefálica feito em pacientes por eles atendidos.

Parágrafo único. Após a notificação prevista no caput deste artigo, os estabelecimentos de saúde não autorizados a retirar tecidos, órgãos ou partes do corpo humano destinados a transplante ou tratamento deverão permitir a imediata remoção do paciente ou franquear suas instalações e fornecer o apoio operacional necessário às equipes médico-cirúrgicas de remoção e transplante, hipótese em que serão ressarcidos na forma da lei. (Incluído pela Lei nº 11.521, de 2007)

.....

Art. 9º-A É garantido a toda mulher o acesso a informações sobre as possibilidades e os benefícios da doação voluntária de sangue do cordão umbilical e placentário durante o período de consultas pré-natais e no momento da realização do parto. (Incluído pela Lei nº 11.633, de 2007).

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

I – RELATÓRIO

O projeto de lei acima epigrafado, de autoria do Senador Osmar Dias, determina que todos os hospitais com mais de oitenta leitos ou que disponham de unidades de emergência ou de tratamento intensivo mantenham uma comissão de captação e doação de órgãos, que deverá ser composta por profissionais da própria instituição.

A comissão terá as seguintes finalidades:

1) identificar possíveis doadores de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

2) fazer contato com familiares com o objetivo de obter autorização para a doação;

3) manter meios de comunicação permanente com as centrais de notificação, captação e distribuição de órgãos da unidade da Federação em que se localizem;

4) outras, na forma do regulamento.

O projeto estabelece pena para os estabelecimentos de saúde especificados que deixarem de manter a citada comissão.

Em sua justificação, o autor da matéria argumenta que, nos últimos anos, tem ocorrido diminuição no número de transplantes realizados, o que, entre outras causas, é devido à insuficiente organização dos hospitais onde se encontram os doadores potenciais. Assim, a comissão proposta objetiva contribuir para a superação desse problema.

O projeto vem para ser apreciado de forma terminativa pela Comissão de Assuntos Sociais, ressaltando-se que não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O projeto de lei ora analisado é bastante meritório, pois há dados que demonstram uma queda no número de transplantes realizados no País, nos últimos dois anos.

Relatório de auditoria realizada em 2006 pelo Tribunal de Contas da União sobre o Programa Captação e Doação de Órgãos constatou que muitos aspectos essenciais para o funcionamento do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) ainda não foram equacionados. Há deficiências nas atividades de planejamento, gerenciamento, execução e controle das ações do programa, com falta de articulação entre os diversos componentes do Sistema.

A melhoria do quadro de transplantes no País requer a adoção de várias medidas de forma coordenada, com a implementação de mecanismos de gerenciamento adequados, meios eficazes de articulação entre os diversos componentes do Sistema, maior provisão de recursos humanos e materiais para a realização de transplantes, apenas para citar algumas.

A medida proposta pelo PLS nº 347, de 2007, poderá contribuir para a organização dos hospitais onde estão os potenciais doadores. Tanto é assim que a criação de comissões hospitalares específicas voltadas para a captação de órgãos está prevista em portarias editadas pelo Ministério da Saúde, como a Portaria nº 1.752/GM, de 2005.

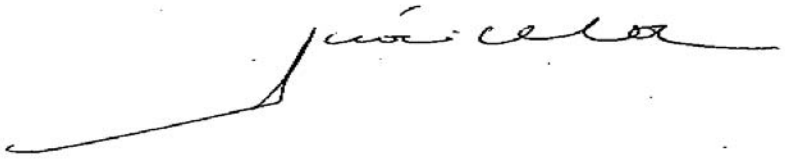
No entanto, cremos que portarias são instrumentos precários, que podem ser alterados ou revogados a qualquer momento, de acordo com a vontade exclusiva do gestor de saúde. Assim, concordamos com o autor da matéria no sentido de que as comissões intra-hospitalares de captação e doação de órgãos devam estar previstas em lei específica, o que conferirá maior estabilidade à sua atuação.

III – VOTO

Pelas considerações expendidas, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007.

Sala da Comissão,

, Presidente



, Relator

PARECERES
Nºs 2.241 E 2.242, DE 2009.

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco.

PARECER Nº 2.241, DE 2009
(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATOR: Senador **CÉSAR BORGES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, obriga todos os produtos que utilizam o tabaco como matéria-prima a receberem o nome "cancerígeno" em sua designação.

Assim, o parágrafo único do art. 1º especifica as expressões admitidas para especificar os diferentes produtos. Como exemplo, citamos: "cancerígeno tipo bastão", para designar o cigarro (inciso I); "cancerígeno tipo bastão fino", para denominar a cigarrilha (inciso II); "cancerígeno tipo bastão grosso", para identificar o charuto (inciso III); "cancerígeno em rolo", para o fumo em rolo. E por aí vai.

O art 2º obriga a utilização dessa nova designação em documentos de comercialização (exceto os de exportação), em normas infralegais (federais, estaduais e municipais) e nos materiais didáticos do ensino básico. O parágrafo único estende a obrigação aos documentos de comercialização de produtos importados.

O art. 3º do projeto altera a redação dos arts. 2º (inclui o § 3º), 3º (inclui os §§ 6º, 7º e 8º) e 3º-C (altera o inciso V do § 2º e inclui o § 4º) da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que *dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do art. 220 da Constituição Federal.* A finalidade dessas alterações também é obrigar o uso do termo "cancerígeno" para designar os produtos elaborados com tabaco.

A cláusula de vigência do projeto (art. 4º) determina que a lei entrará em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

O projeto vem primeiro a esta CMA, de onde seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, onde receberá decisão em caráter terminativo.

Ressalte-se que, no prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao PLS nº 431, de 2007.

II – ANÁLISE

A despeito de a proposição vislumbrar uma medida para desencorajar o hábito de fumar e reduzir o consumo dos produtos de tabaco, o que, a princípio, parece meritório, há sérias objeções à sua aprovação.

Primeiramente, o PLS nº 431, de 2007, contraria a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que exige que as disposições normativas tenham clareza e precisão. Assim:

- para a obtenção de clareza, a Lei determina que se devem usar *as palavras e as expressões em seu sentido comum*, exceto quando a norma versar sobre assunto técnico; ora, ao determinar a substituição de termos de sentido comum pelas designações por ele criadas, o projeto contraria a disposição assinalada, apesar de não constituir uma norma sobre assunto técnico;

- para a obtenção de precisão, a Lei recomenda *evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto*; ora, as determinações do projeto, ainda que por si mesmas sejam claras, originarão imprecisão de termos em situações, produtos, normas e documentos destinados a serem lidos pela população; não se pode imaginar que todas as

pessoas compreenderão, por exemplo, que *cancerígeno tipo bastão* quer dizer *cigarro*.

Também a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor, estabelece como direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e sobre os riscos que apresentam (art. 6º, III) e determina que a oferta e apresentação de produtos devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade e composição, entre outras, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde (art. 31). Pois bem: o projeto em análise privilegia a informação acerca do risco e negligencia a clareza, a correção e a precisão dos dados sobre o produto.

É significativo, também, que, na própria justificação do projeto, a autora reconheça a dificuldade de as normas serem incorporadas pela população, ao admitir a possibilidade de o povo continuar a chamar o cigarro por esse nome. Dessa forma, a segunda objeção ao projeto é exatamente o desajuste entre a proposta e a sociedade à qual ela se destina. Isso ocorre, principalmente, porque os idiomas e os termos neles consagrados não são cabíveis de alteração imposta por via de norma legal.

Outro problema é que a substituição determinada pelo projeto utiliza uma designação que não se aplica a todos os casos. Nem todas as pessoas desenvolverão câncer em decorrência do hábito de fumar, pois a probabilidade de o fumo causar câncer não é de cem por cento. Assim, cigarro é sempre cigarro para todo o mundo, mas não é cancerígeno para todas as pessoas. Ou seja, o projeto comete a impropriedade de designar o todo pela parte.

Na verdade, o fumo é um fator de risco para o câncer, mas a grande maioria dos fumantes não irá desenvolver a doença. É mais adequado, portanto, manter a situação atual, em que o cigarro é apresentado como cigarro mesmo e são colocadas advertências sobre os riscos de fumar, inclusive sobre a possibilidade de o tabaco causar câncer.

Em termos epidemiológicos, o risco cardiovascular que o tabagismo acarreta é mais significativo. Não faz sentido, contudo, designá-lo como "trombogênico cancerígeno tipo bastão", pois teríamos de estender essa medida para todo e qualquer produto que seja fator de risco para doenças.

Por fim, o PLS nº 431, de 2007, pode ter efeito contrário ao que pretende. Em vez de reforçar o combate ao tabagismo, há o risco de a proposta desmoralizar essa política de vital importância, já que sua leitura provoca comentários jocosos.

Dessa forma, e a despeito de sermos defensores das ações para reduzir o consumo de tabaco, as considerações de mérito aqui expedidas contra-indicam a aprovação do projeto.

III – VOTO

Pelas razões apresentadas, nosso voto é pela **rejeição** do PLS nº 431, de 2007.

Sala da Comissão, 27 de novembro de 2007.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLS **Nº** 431 **DE** 2007

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 27/11/07 **, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

PRESIDENTE : L. Quintanilha (SEN. LEOMAR QUINTANILHA)	
RELATOR : César Borges (SEN. CÉSAR BORGES)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
RENATO CASAGRANDE-PSB	FLÁVIO ARNS-PT
SIBÁ MACHADO-PT Sibá Machado	AUGUSTO BOTELHO-PT
FÁTIMA CLEIDE-PT	SERYS SLHESSARENKO-PT
CÉSAR BORGES-PR	INÁCIO ARRUDA-PC do B
EUCLYDES MELLO-PRB	EXPEDITO JÚNIOR-PR
Maioria (PMDB)	
LEOMAR QUINTANILHA PRESIDENTE	ROMERO JUCÁ
WELLINGTON SALGADO	GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	GARIBALDI ALVES
VALTER PEREIRA	GERALDO MESQUITA
Bloco da Minoria (DEM e PSDB)	
ELISEU RESENDE-DEM	ADELMIR SANTANA-DEM
HERÁCLITO FORTES-DEM	VAGO
JONAS PINHEIRO-DEM	EDISON LOBÃO-PMDB
JOSÉ AGRIPINO-DEM	RAIMUNDO COLOMBO-DEM
CÍCERO LUCENA-PSDB	LÚCIA VÂNIA-PSDB
MARISA SERRANO-PSDB	FLEXA RIBEIRO-PSDB
MARCONI PERILLO-PSDB	SÉRGIO GUERRA-PSDB
PDT	
JEFFERSON PERES	VAGO

Atualizada em: 14/11/2007

PARECER Nº 2.242, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, obriga todos os produtos que utilizam o tabaco como matéria-prima a receberem o nome "cancerígeno" em sua designação para substituir os termos atualmente em uso.

O parágrafo único do art. 1º especifica as expressões admitidas para designar os diferentes produtos, sendo o termo "cancerígeno" complementado com o tipo específico de produto a que se referir. Assim, por exemplo, entre outros, "cancerígeno tipo bastão" designa o cigarro (inciso I); "cancerígeno tipo bastão fino" denomina a cigarrilha (inciso II); "cancerígeno tipo bastão grosso" identifica o charuto (inciso III); e "cancerígeno em rolo" refere-se ao fumo em rolo.

O art. 2º obriga que essa nova designação seja inscrita em documentos de comercialização (exceto os de exportação), em normas infralegais (federais, estaduais e municipais) e nos materiais didáticos direcionados ao ensino básico. Parágrafo único estende a obrigação do uso dessa palavra aos documentos de comercialização de produtos importados.

O art. 3º do projeto altera a redação dos arts. 2º (inclui o § 3º), 3º (inclui os §§ 6º, 7º e 8º) e 3º-C (altera o inciso V do § 2º e inclui o § 4º) da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que *dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumígeros, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do art. 220 da Constituição Federal*. Essas alterações também têm a mesma finalidade: obrigar o uso do termo "cancerígeno" para designar os produtos elaborados com tabaco.

O art. 4º estabelece a cláusula de vigência do projeto e determina que a lei entrará em vigor trezentos e sessenta e cinco dias após a data de sua publicação.

O projeto foi submetido, inicialmente à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde, no mérito, recebeu parecer pela rejeição, e, agora, vem à apreciação desta CAS, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas ao PLS nº 431, de 2007.

II – ANÁLISE

Não há reparos a serem feitos à proposição no que concerne à constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

O projeto de lei em tela, ao propor a utilização do termo "cancerígeno" em substituição aos nomes consagrados para designar os diferentes produtos fabricados com tabaco, tem por objetivo conscientizar a população dos riscos a que ela se expõe ao consumir esses produtos e desencorajar o hábito de fumar, em nosso País.

Não obstante o caráter meritório de iniciativa em exame, cumpre mencionar que há sérias objeções à sua aprovação.

Ressalte-se, inicialmente, que o PLS nº 431, de 2007, desrespeita a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que estabelece a exigência de que as disposições normativas tenham clareza e precisão. Assim:

- para a obtenção de clareza, a Lei determina (art. 11, I, *a*) que, em sua redação, devem ser usadas ***as palavras e as expressões em seu sentido comum***, *salvo quando a norma versar sobre assunto técnico* (grifo nosso); ora, apesar de não constituir uma norma sobre assunto técnico, o projeto em tela contraria o dispositivo supramencionado ao determinar a substituição de termos consagrados de sentido usual por designações artificialmente criadas por ele;
- para a obtenção de precisão, a Lei recomenda (art. 11, II, *c*) ***evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto*** *(grifo nosso)*; ora, as determinações do projeto, não obstante o fato de serem claras, originarão imprecisão de termos em situações, produtos, normas e documentos destinados a serem lidos pela população; não se pode imaginar que todas as pessoas compreenderão, por exemplo, que *cancerígeno tipo bastão* quer dizer *cigarro*.

Desrespeita, também, a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, – o Código de Defesa do Consumidor –, que estabelece como direito básico do consumidor a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e sobre os riscos que apresentam (art. 6º, III) e determina que a oferta e apresentação de produtos devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre suas características, qualidades, quantidade e composição, entre outras, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde (art. 31).

É, portanto, forçoso registrar que o projeto em análise, embora contenha informação acerca do risco, negligencia verdadeiramente a clareza, a correção e a precisão dos dados sobre os produtos por ele tratados.

Ressalte-se, em segundo lugar, que há um desajuste entre a norma proposta e seu cumprimento por parte da sociedade à qual ela se destina, desajuste esse evidenciado na justificação do projeto. A própria autora, ao admitir a possibilidade de o povo continuar a chamar o cigarro por esse nome, reconhece a dificuldade de as novas denominações serem assimiladas pela população e incorporadas a sua linguagem num passe de mágica. Isso ocorre, principalmente, porque os idiomas e os termos neles consagrados não são passíveis de simples substituição, após alteração imposta por via de norma legal.

Outro problema é que a substituição determinada pelo projeto utiliza uma designação que não se aplica a todos os casos. Cumpre registrar que a probabilidade de o fumo causar câncer não é de cem por cento, e isso significa que nem todas as pessoas desenvolverão câncer em decorrência do hábito de fumar. Ou seja, o projeto comete a impropriedade de generalizar, ao tomar a parte pelo todo.

Não há como refutar que o fumo é fator de risco para o câncer e que o consumo de tabaco deve ser agressivamente combatido. Sem dúvida, em nosso País, esse combate vem se ampliando a cada ano. A Organização Mundial da Saúde (OMS) reconhece que o Brasil possui uma das políticas de controle do tabaco mais abrangentes e avançadas e que serve de exemplo para a comunidade internacional.

As autoridades do Ministério da Saúde estão sempre atentas às novas informações científicas e devem ter a liberdade de tomar as medidas necessárias para responder às necessidades do momento, em nível infralegal. Fixar em lei normas como a proposta pelo PLS em tela é engessar a atuação daquelas autoridades, que precisa ser ágil para poder fazer modificações sem a morosidade exigida pela tramitação legislativa.

Um bom exemplo da necessidade de liberdade para a tomada de decisão, por meio de atos normativos, no âmbito do Poder Executivo são os dados recentes referentes aos riscos para a saúde do fumante passivo. As dúvidas existentes sobre os riscos a que estavam sujeitas as pessoas expostas à poluição ambiental por tabaco, que existiam alguns anos atrás, não existem mais: foram encontradas evidências científicas de que o fumo passivo também pode matar.

É, portanto, mais adequado manter a situação atual, em que o cigarro é apresentado sob essa denominação, com a obrigatoriedade de colocação de advertências sobre os riscos de fumar, inclusive sobre a possibilidade de o tabaco causar câncer.

Por fim, o PLS nº 431, de 2007, pode ter efeito contrário ao que pretende: em vez de reforçar o combate ao tabaquismo, há o risco de a proposta desmoralizar essa política de vital importância, já que sua leitura provoca risos e comentários jocosos.

Dessa forma, e a despeito de sermos defensores das ações para reduzir o consumo de tabaco, as considerações de mérito aqui expedidas contra-indicam a aprovação do projeto.

III – VOTO

Pelas razões apresentadas, nosso voto é pela **rejeição** do PLS nº 431, de 2007.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente.

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, rejeita o Projeto de Lei do Senado nº 431 de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR PAPALÉO PAES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 431, DE 2007

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)		X			3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X			4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)		X		
FÁTIMA CLEIDE (PT)		X			5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)		X			7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)		X			1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)		X			3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)		X			5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	PRESIDENTE				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)		X			6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)		X			7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL		X			1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: – NÃO: 11 ABSTENÇÃO: – AUTOR: – PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OF. nº 310/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, que "Dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco.", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER
Nº 2.243, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população.

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 147, de 2008, que *altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população.*

A proposição acrescenta parágrafo ao art. 3º da Lei nº 6.259, de 1975, para obrigar o Programa Nacional de Imunizações a incorporar vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe.

O art. 2º do projeto – cláusula de vigência – fixa prazo de um ano para que a lei entre em vigor.

O PLS veio distribuído à CAS para decisão em caráter terminativo. Esgotado o prazo regimental, não foram oferecidas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

O tema objeto da proposição legislativa sob exame é deveras relevante para a saúde pública. Pelo menos desde os tempos de Hipócrates, a medicina reconhece que a melhor maneira de cuidar da saúde é atuando na prevenção das doenças, o que é muito mais eficaz do que tratar dos enfermos. No âmbito da prevenção de moléstias infecciosas, o emprego em larga escala da vacinação trouxe resultados impressionantes desde sua introdução no século XIX.

No Brasil, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), do Ministério da Saúde, é reconhecido nacional e internacionalmente por sua efetividade. Em decorrência de bem-sucedidos programas de vacinação levados a efeito no País, foram erradicadas a febre amarela urbana, em 1942, a varíola, em 1973, e a poliomielite, em 1989. O sarampo, o tétano neonatal, as formas graves da tuberculose, a difteria, o tétano acidental e a coqueluche foram controlados. Além disso, mais recentemente, foram implementadas medidas para o controle das infecções pelo *Haemophilus influenzae* tipo b, da rubéola, da hepatite B, da influenza e das infecções pneumocócicas.

O arcabouço normativo que embasa as ações de vacinação no País é composto de uma lei – nº 6.259, de 1975, que dispõe sobre o PNI –, do decreto que a regulamenta e de portaria do Ministério da Saúde, que institui os calendários de vacinação.

O Programa utiliza-se da rede de serviços do SUS, composta por vinte e cinco mil salas de vacinação e quatro dezenas de centros de referência de imunobiológicos especiais, para atingir a quase totalidade da população brasileira.

Segundo a coordenadora do PNI, Luiza de Marilac M. Barbosa, em entrevista concedida ao Boletim da Sociedade Brasileira de Infectologia, em 2006, a "incorporação de um imunobiológico ao calendário de vacinação é precedida da avaliação da relação entre o custo da utilização universal para todas as pessoas a serem contempladas e o real impacto desta ação no comportamento epidemiológico da doença".

Para a adoção de uma nova vacina, portanto, é necessário o preenchimento de múltiplos critérios, tais como:

- Epidemiológico: a prevalência/incidência da doença deve ser relevante.

- Imunológico: a imunogenicidade proporcionada pela vacina deve ser alta.

- Tecnológico: a vacina deve estar registrada preferencialmente no Brasil e contemplar a possibilidade de incorporação tecnológica ao parque industrial nacional público.

- Sanitário: o produto deve apresentar segurança em relação a eventos adversos.

- Custo financeiro e critério socioeconômico: o custo/benefício relativo à vacinação deve compensar os gastos com a aquisição e a administração da vacina.

- Orçamentário: a inclusão de uma nova vacina acarreta gastos permanentes e, portanto, é necessário garantir recursos orçamentários.

- Sustentabilidade: a produção nacional deve proporcionar sustentabilidade à inserção da nova vacina no calendário obrigatório.

Ademais, o processo de tomada de decisão de introdução de novas vacinas no PNI é subsidiado pelo Comitê Técnico Assessor de Imunizações do Ministério da Saúde, constituído por especialistas de notório saber. Não é sempre que um imunobiológico deve ser adotado para toda a população. Há subgrupos populacionais, entretanto, para os quais alguns desses imunobiológicos representam benefícios indiscutíveis. Dessa forma, o Ministério solicita análises freqüentes para avaliar a conveniência de se incorporar novos imunobiológicos ao calendário vacinal brasileiro.

Em termos orçamentários, os gastos do País com a manutenção do PNI aumentaram oito vezes e meia (em dólares americanos) no período de 1995 a 2007. Isso indica claramente que o Ministério da Saúde tem, sim, promovido a melhora da cobertura vacinal da população, inclusive com a incorporação de novos imunobiológicos, a exemplo da vacina contra o rotavírus.

Destarte, embora o PLS nº 147, de 2008, não contenha vícios de técnica legislativa, juridicidade ou constitucionalidade, em função do caráter eminentemente técnico das decisões a respeito da incorporação de novos imunobiológicos ao PNI, julgamos que a proposição não deve prosperar. A lista das vacinas que será oferecida à população não deve ser definida em lei, sob pena de se promover o engessamento do PNI e reduzir-lhe a reconhecida eficácia.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Rosalba Ciarlini, Presidente

Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, decide pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147 DE 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR PAPALÉO PAES	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147 DE 2008

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)		X			3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)		X			4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)		X		
FÁTIMA CLEIDE (PT)		X			5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)		X			7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)		X			1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)		X			3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)		X			5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	PRESIDENTE				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)		X			6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)		X			7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL		X			1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: — NÃO: 11 ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Of. nº 312/09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008, que "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população.", de autoria do Senador Raimundo Colombo.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECERES
Nºs 2.244 E 2.245, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde.

PARECER Nº 2.244, DE 2009
(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR "AD HOC": Senador **JOSÉ NERY**

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria da Senadora Patrícia Saboya que tem o objetivo de delimitar, em minúcias, o atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para isso, o *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, de 2008, define os objetivos do atendimento *médico* da criança e do adolescente: a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento (grifo nosso).

O § 1º do mesmo artigo estabelece que esses objetivos serão alcançados por meio de ações educativas e preventivas destinadas a *impedir a ocorrência de agravos à saúde que ponham em risco o êxito do processo de crescimento e desenvolvimento* (grifo nosso), ações diagnósticas e terapêuticas e ações voltadas para a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O § 2º define que as ações preventivas e educativas serão objeto de atendimentos médicos regulares, além de inscrever *as ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação do crescimento e desenvolvimento (...) no conceito de atendimentos médicos curativos* (grifos nossos).

O § 3º garante *os atendimentos médicos curativos (...) em quantidade e qualidade necessárias ao diagnóstico e tratamento completo de todos os agravos* à saúde do público-alvo do projeto, bem como à recuperação plena do seu crescimento e desenvolvimento, em consultas ambulatoriais, pronto-atendimentos ou internação hospitalar, conforme tabela do Anexo I ao projeto (grifo nosso).

O art. 2º e seus quatorze incisos obrigam os atendimentos definidos no projeto a incluírem as seguintes avaliações: estado nutricional, história alimentar, curva de crescimento, estado vacinal, desenvolvimento neuropsicomotor, desempenho escolar e cuidados dispensados pela escola, padrão de atividades físicas diárias, *capacidade* visual (grifo nosso), condições do meio ambiente, cuidados domiciliares, desenvolvimento da sexualidade, sono (avaliação qualitativa e quantitativa), função auditiva e saúde bucal.

O § 1º do art. 2º obriga o especialista em pediatria a orientar os pais ou responsáveis sobre os cuidados recomendados para cada item avaliado e a registrar essas orientações no prontuário, enquanto o § 2º determina que o pediatra requeira a assistência de outros profissionais para os cuidados que fujam a sua competência, de forma a garantir o atendimento multidisciplinar, mediante encaminhamento à respectiva *operadora* (grifo nosso).

O *caput* do art. 3º determina que os pais ou responsáveis *terão a responsabilidade de ensejar* às crianças e aos adolescentes *os atendimentos médicos para cuidados com a saúde previstos no cronograma estabelecido* (grifo nosso) no Anexo I. Os §§ 1º e 2º desse artigo obrigam a unidade de saúde responsável pelo atendimento a comunicar à família, com antecedência de um mês, os atendimentos médicos previstos e a manter registro dos atendimentos para o controle operacional necessário.

Por fim, o art. 4º define a vigência da lei na data de sua publicação.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à qual caberá decisão em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

É indubitável o mérito subjacente ao desejo de garantir que nossas crianças e nossos adolescentes recebam o atendimento mais completo possível, de forma a tentar promover, proteger e recuperar sua saúde e seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Por essa razão, reformulamos o parecer anteriormente apresentado e recomendamos a aprovação do projeto em análise, cujos equívocos podem ser corrigidos por meio de substitutivo.

Quanto ao conteúdo da proposição, o projeto almeja uma atenção integral e multidisciplinar, mas utiliza todo o tempo os termos *atendimento médico*.

Dessa forma, mesmo que o § 2º do artigo 2º estabeleça que o pediatra deva requerer o atendimento do profissional pertinente nos casos que fujam à sua competência, o substitutivo propõe uma norma dirigida diretamente a todos os profissionais de saúde, e não só ao médico.

Ainda em relação ao seu conteúdo, também é preciso apontar as falhas do projeto no que tange às definições e aos conceitos nele contidos. Por exemplo, não é correto dizer que ações educativas e preventivas são capazes de impedir a ocorrência de agravos à saúde. Por mais que a criança ou o adolescente seja objeto dessas ações, e por mais cuidadosas que elas sejam, sempre é possível a ocorrência dos mais diferentes agravos à saúde.

No § 3º do art. 1º, o projeto define que os atendimentos curativos serão garantidos conforme a tabela contida no Anexo I. Isso não é apropriado, pois esses atendimentos precisam ocorrer sempre que há necessidade, e não de forma programada. Os atendimentos agendados só se aplicam às ações preventivas e educativas.

No inciso VIII do art. 2º, foi utilizada a expressão capacidade visual, em vez de acuidade visual, que é a expressão médica mais usual. No § 2º do mesmo artigo, usou-se a frase *mediante encaminhamento à respectiva operadora*. Ocorre que o termo *operadora* costuma ser utilizado, na área de saúde, para designar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à

saúde, isto é, pertence ao campo da medicina suplementar e não ao sistema público de saúde.

Em termos de mérito, o projeto, ao concentrar a atenção pediátrica nas consultas programadas pelas unidades de saúde, subverte a lógica hoje dominante no SUS de privilegiar a Estratégia de Saúde da Família, que tem como um componente essencial da atenção básica os atendimentos domiciliares feitos por equipes multidisciplinares de saúde, associados ao atendimento nas unidades básicas de saúde e ao trabalho no âmbito comunitário.

Além disso, não nos parece razoável obrigar os pais ou responsáveis a levar a criança ou o adolescente em todos os atendimentos previstos no cronograma. Há que salientar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e toda a legislação civil brasileira já atribuem aos pais ou responsáveis a obrigação de zelar pela saúde de suas crianças e seus adolescentes. Por essa razão, nos rincões do País, onde o acesso aos serviços de saúde é grandemente dificultado, não é recomendável exigir a presença obrigatória em todas as consultas agendadas.

Também não é razoável supor que, num país extenso como o Brasil, onde diferentes dificuldades estruturais se fazem presentes em todas as regiões, as unidades de saúde serão capazes de comunicar às famílias de todos os pacientes, com antecedência de um mês, os atendimentos agendados.

Por fim, é preciso considerar os problemas de técnica legislativa. Primeiro, a proposta deveria ter sido apresentada como alteração da Lei Orgânica da Saúde ou do ECA, para atender ao mandamento da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que desencoraja a edição de leis avulsas.

Em segundo lugar, não cabem nos textos legais definições técnicas, como a contida no § 2º do art. 1º. Assim, é desnecessário definir que as ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação inscrevem-se no conceito de atendimento curativo, pois essa já é uma definição consagrada na área de saúde.

E em terceiro lugar, não é apropriado que uma lei descreva todas as ações que um profissional deve realizar no cumprimento de suas obrigações, como o projeto faz em relação ao atendimento que um pediatra

deve oferecer aos seus pacientes durante as consultas. Lembramos, aqui, que nenhuma lei de regulamentação profissional se arvora a traçar um roteiro para a atuação de seus regulados, mas limita-se a dispor, em normas gerais, sobre as competências que cabem a eles.

Assim, as disposições contidas no art. 2º e seus incisos caberiam exclusivamente em regulamentos infralegais de órgãos técnicos, como o Ministério da Saúde.

Essas são as razões que nos levam a propor o substitutivo que apresentâmos.

III – VOTO

Nosso voto, diante dos argumentos apresentados, é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 - CDH (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatórias, na assistência à saúde da criança e do adolescente, as intervenções necessárias à promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 7º e 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que

permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso e incluam a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento, em condições dignas de existência. (NR)"

"**Art. 11.** É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde e do processo normal de crescimento e desenvolvimento, mediante intervenções educativas, preventivas, diagnósticas e terapêuticas que levem em consideração os seguintes aspectos:

I – estado nutricional;
II – história alimentar;
III – curva de crescimento;
IV – estado vacinal;
V – desenvolvimento neuropsicomotor;
VI – desempenho escolar e cuidados dispensados pela escola;
VII – padrão de atividade física;
VIII – acuidade visual;
IX – condições do meio ambiente;
X – cuidados domiciliares;
XI – desenvolvimento sexual;
XII – qualidade e quantidade de sono;
XIII – função auditiva;
XIV – saúde bucal;
XV– outros parâmetros de saúde e desenvolvimento.
.....(NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 10 de setembro de 2008.

, Presidente

, Relator

SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 10/09/2008, OS SENHORES SENADORES

PRESIDENTE: (SEN PAULO PAIM)	
RELATOR: AD HOC (SEN JOSÉ NERY)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PR/PSB/PC DO B/PRB/PP)	
FLÁVIO ARNS	**1 – SERYS SLHESSARENKO**
FÁTIMA CLEIDE	**2 – EDUARDO SUPLICY**
PAULO PAIM	**3 – MARINA SILVA**
PATRÍCIA SABOYA	**4 – IDELI SALVATTI**
INÁCIO ARRUDA	**5 – MARCELO CRIVELLA**
~~**JOSÉ NERY**~~**(vaga cedida ao PSOL)**	
PMDB	
LEOMAR QUINTANILHA	**1 – MÃO SANTA**
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	**2 – ROMERO JUCÁ**
PAULO DUQUE	**3 – ROSEANA SARNEY**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**4 – VALTER PEREIRA**
GILVAM BORGES	**5 – JARBAS VASCONCELOS**
BLOCO DA MINORIA (DEM/PSDB)	
CÉSAR BORGES	**1 – (VAGO)**
ELISEU RESENDE	**2 – HERÁCLITO FORTES**
ROMEU TUMA	**3 – JAYME CAMPOS**
GILBERTO GOELLNER	**4 – VIRGÍNIO DE CARVALHO**
ARTHUR VIRGÍLIO	**5 – MÁRIO COUTO**
CÍCERO LUCENA	**6 – LÚCIA VÂNIA**
MAGNO MALTA	**7 – PAPALÉO PAES**
PTB	
	1 – SÉRGIO ZAMBIASI
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE	

PARECER Nº 2.245, DE 2009
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

RELATORA: Senadora **ROSALBA CIARLINI**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que *define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde*, objetiva a melhoria da qualidade de vida na infância e na adolescência e, conseqüentemente, da população brasileira adulta.

O art. 1º define os objetivos do atendimento médico da criança e do adolescente, quais sejam a promoção, a proteção e a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O § 1º do mencionado artigo estabelece as ações necessárias para a consecução desses objetivos: educativas e preventivas, diagnósticas e terapêuticas, e de recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O § 2º dispõe que as ações preventivas e educativas serão objeto de atendimentos médicos regulares. Além disso, inclui, no âmbito dos atendimentos médicos curativos, as ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação do crescimento e desenvolvimento..

O § 3º assegura a qualidade e a quantidade de atendimentos médicos curativos necessários ao diagnóstico e ao tratamento integral de todos os agravos à saúde de crianças e adolescentes, bem como à recuperação plena do crescimento e

desenvolvimento, mediante consultas ambulatoriais, de pronto-atendimento ou por meio de internações hospitalares, de acordo com a tabela de freqüência de atendimentos que consta de anexo do projeto de lei.

O art. 2º e incisos estabelecem um rol mínimo de avaliações a serem realizadas nos atendimentos prestados: estado nutricional, história alimentar, curva de crescimento, estado vacinal, desenvolvimento neuropsicomotor, desempenho escolar e cuidados dispensados pela escola, padrão de atividades físicas diárias, capacidade visual, condições do meio ambiente, cuidados domiciliares, desenvolvimento da sexualidade, sono, função auditiva e saúde bucal.

O § 1º do artigo retromencionado determina que o pediatra deva orientar os pais ou responsáveis acerca dos cuidados recomendados para cada item avaliado e registrar essas orientações no prontuário do paciente.

De acordo com o § 2º do art. 2º, também fica garantido o atendimento multidisciplinar, mediante requerimento do pediatra.

O *caput* do art. 3º estabelece a parcela de responsabilidade que cabe aos pais ou responsáveis em proporcionar às crianças e aos adolescentes os atendimentos médicos previstos no cronograma anexo ao projeto. Os parágrafos do artigo obrigam a unidade de saúde responsável pelo atendimento a alertar a família, com antecedência mínima de um mês, dos atendimentos médicos programados e a manter registro desses atendimentos.

A vigência da lei – indicada no art. 4º – terá início na data de sua publicação.

A proposição foi distribuída às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que aprovou substitutivo ao projeto, e de Assuntos Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O projeto de lei sob análise tem uma intenção meritória, qual seja a de garantir a qualidade de vida da população adulta brasileira, mediante o aprimoramento da atenção à saúde de crianças e adolescentes. Ao materializar essa aspiração em proposição legislativa, contudo, surgiram óbices de várias naturezas, que merecem reparos.

Primeiramente, em termos da técnica legislativa utilizada, não cabe a propositura de projeto de lei "extravagante", conforme dispõe o inciso IV do art. 7º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998: "o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei". Ao contrário, deveria se buscar na legislação vigente onde introduzir a modificação desejada. Desse modo, a proposta poderia ter sido apresentada como alteração da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências*.

Existem óbices, também, em relação à constitucionalidade do projeto de lei. O art. 24 da Constituição Federal estabelece que, no âmbito da legislação concorrente, que é o caso da *proteção e defesa da saúde* (inciso XII) e da *proteção à infância e à juventude* (inciso XV), a União limitar-se-á a estabelecer *normas gerais* (§ 1º). O presente projeto de lei vai de encontro a esse mandamento ao descrever, em minúcias, o atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Exemplo disso é o Anexo I da proposição, *Tabela de freqüência e regularidade dos atendimentos para cuidado com a saúde de crianças e adolescentes*.

Ainda quanto à constitucionalidade da proposição, cabe destacar que vários dispositivos que o projeto de lei em tela pretende normatizar são ações típicas do Poder Executivo, nomeadamente do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais de saúde. Configura-se, portanto, uma interferência indevida na independência dos Poderes.

Em termos da juridicidade, o projeto peca por transformar matéria típica de norma infralegal em lei. É o caso do extenso rol de ações que o pediatra deve realizar nos atendimentos, conforme dispõem os catorze incisos do art. 2º.

Quanto ao conteúdo da proposição, o projeto defende a atenção integral e multidisciplinar às crianças e adolescentes, mas, paradoxalmente, refere-se o tempo todo ao médico e ao atendimento médico, e não aos diferentes

profissionais de saúde. O projeto também se equivoca ao utilizar terminologia própria do setor de saúde suplementar, qual seja "operadora", para se referir a unidades do SUS. Ademais, o projeto define que os atendimentos curativos serão garantidos conforme cronograma contido no Anexo I, mas isso não é adequado, pois esses atendimentos precisam ocorrer sempre que houver necessidade e não necessariamente de forma programada. Além disso, não é factível que as unidades de saúde sejam obrigadas a comunicar às famílias de todos os pacientes, com antecedência de um mês, os atendimentos previamente agendados, haja vista as grandes diferenças regionais e notórios problemas estruturais do País.

É incontestável, contudo, o mérito da proposição em garantir que as crianças e os adolescentes recebam atendimento integral de saúde, de forma a promover, proteger e recuperar sua saúde e o seu processo de crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido – concordamos com a autora –, o projeto de lei representará um ganho econômico indiscutível para o SUS, na medida em que reduzirá a necessidade de internações hospitalares e a utilização de procedimentos diagnósticos e terapêuticos, redundando em expressiva economia de recursos financeiros.

Por essa razão, recomendamos a aprovação do projeto em análise, cujas imprecisões podem ser corrigidas por meio de substitutivo. Para tanto, referendamos o relatório do Senador Papaléo Paes, favorável à aprovação da matéria na forma da Emenda nº 01 - CDH (Substitutivo), aprovado na CDH, no dia 10 de setembro de 2008.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, na forma da Emenda nº 01 - CDH (Substitutivo).

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senador Inácio Arruda, Presidente em Exercício

Fátima Cleide, Relatora

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada em 18 de novembro de 2009, aprova o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e, não tendo sido oferecidas emendas em turno suplementar, o Substitutivo foi definitivamente adotado, nos termos do art. 284 do RISF, em 25 de novembro de 2009.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatórias, na assistência à saúde da criança e do adolescente, as intervenções necessárias à promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 7º e 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso e incluam a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento, em condições dignas de existência. (NR)"

"Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde e do processo normal de crescimento e desenvolvimento, mediante intervenções educativas, preventivas, diagnósticas e terapêuticas que levem em consideração os seguintes aspectos:
I – estado nutricional;

II – história alimentar;
III – curva de crescimento;
IV – estado vacinal;
V – desenvolvimento neuropsicomotor;
VI – desempenho escolar e cuidados dispensados pela escola;
VII – padrão de atividade física;
VIII – acuidade visual;
IX – condições do meio ambiente;
X – cuidados domiciliares;
XI – desenvolvimento sexual;
XII – qualidade e quantidade de sono;
XIII – função auditiva;
XIV – saúde bucal;
XV– outros parâmetros de saúde e desenvolvimento.
.....(NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 25 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227 DE 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda. (Presidente em exercício)	
RELATORA: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB) (Presidente)
TIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227 DE 2008 (SUBSTITUTIVO)**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B) (PRESIDENTE)				
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	X				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senador Inácio Arruda
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2008

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para tornar obrigatórias, na assistência à saúde da criança e do adolescente, as intervenções necessárias à promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 7º e 11 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso e incluam a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento, em condições dignas de existência. (NR)"

"Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde e do processo normal de crescimento e desenvolvimento, mediante intervenções educativas, preventivas, diagnósticas e terapêuticas que levem em consideração os seguintes aspectos:

I – estado nutricional;
II – história alimentar;
III – curva de crescimento;
IV – estado vacinal;
V – desenvolvimento neuropsicomotor;
VI – desempenho escolar e cuidados dispensados pela escola;
VII – padrão de atividade física;
VIII – acuidade visual;
IX – condições do meio ambiente;
X – cuidados domiciliares;
XI – desenvolvimento sexual;
XII – qualidade e quantidade de sono;
XIII – função auditiva;
XIV – saúde bucal;
XV– outros parâmetros de saúde e desenvolvimento.
.....(NR)"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 25 de novembro de 2009

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Of. nº 325/2009 - PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, que "Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde", de autoria da Senadora Patrícia Saboya.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subseqüente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

XV - proteção à infância e à juventude;

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

.....

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

.....

XV - proteção à infância e à juventude;

.....

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

.....

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.

Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

.....

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

.....

Art. 11. É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. (Redação dada pela Lei nº 11.185, de 2005)

§ 1º A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado.

§ 2º Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

.....

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subseqüente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

.....

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO.

RELATÓRIO

RELATOR: Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei de autoria da Senadora Patrícia Saboya que tem o objetivo de delimitar, em minúcias, o atendimento a ser prestado a crianças e adolescentes no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Para isso, o *caput* do art. 1º do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, de 2008, define os objetivos do atendimento *médico* da criança e do adolescente: a promoção, proteção e recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento (grifo nosso).

O § 1º do mesmo artigo estabelece que esses objetivos serão alcançados por meio de ações educativas e preventivas destinadas a *impedir a ocorrência de agravos à saúde que ponham em risco o êxito do processo de crescimento e desenvolvimento* (grifo nosso), ações diagnósticas e terapêuticas e ações voltadas para a recuperação do processo normal de crescimento e desenvolvimento.

O § 2º define que as ações preventivas e educativas serão objeto de atendimentos médicos regulares, além de inscrever *as ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação do crescimento e desenvolvimento (...) no conceito de atendimentos médicos curativos* (grifos nossos).

O § 3º garante *os atendimentos médicos curativos (...) em quantidade e qualidade necessárias ao diagnóstico e tratamento completo de todos os agravos* à saúde do público alvo do projeto, bem como à recuperação plena do seu crescimento e desenvolvimento, em consultas ambulatoriais, pronto-atendimentos ou internação hospitalar, conforme tabela do Anexo I ao projeto (grifo nosso).

O art. 2º e seus quatorze incisos obrigam os atendimentos definidos no projeto a incluírem as seguintes avaliações: estado nutricional, história alimentar, curva de crescimento, estado vacinal, desenvolvimento neuropsicomotor, desempenho escolar e cuidados dispensados pela escola, padrão de atividades físicas diárias, *capacidade* visual (grifo nosso), condições do meio ambiente, cuidados domiciliares, desenvolvimento da sexualidade, sono (avaliação qualitativa e quantitativa), função auditiva e saúde bucal.

O § 1º do art. 2º obriga o especialista em pediatria a orientar os pais ou responsáveis sobre os cuidados recomendados para cada item avaliado e a registrar essas orientações no prontuário, enquanto o § 2º determina que o pediatra requeira a assistência de outros profissionais para os cuidados que fujam a sua competência, de forma a garantir o atendimento multidisciplinar, mediante encaminhamento à respectiva *operadora* (grifo nosso).

O *caput* do art. 3º determina que os pais ou responsáveis *terão a responsabilidade de ensejar* às crianças e aos adolescentes *os atendimentos médicos para cuidados com a saúde previstos no cronograma estabelecido* (grifo nosso) no Anexo I. Os §§ 1º e 2º desse artigo obrigam a unidade de saúde responsável pelo atendimento a comunicar à família, com antecedência de um mês, os atendimentos médicos previstos e a manter registro dos atendimentos para o controle operacional necessário.

Por fim, o art. 4º define a vigência da lei na data de sua publicação.

O projeto foi distribuído a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), à qual caberá decisão em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

É indubitável o mérito subjacente ao desejo de garantir que nossas crianças e nossos adolescentes recebam o atendimento mais completo possível, de forma a tentar promover, proteger e recuperar sua saúde e seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Não obstante, faz-se necessário apontar os equívocos que a proposição em análise comete na busca pela realização desse desejo.

Quanto ao mérito, há objeções tanto no que se refere ao objetivo do projeto em si quanto ao conteúdo nele presente.

Em relação ao propósito do PLS nº 227, de 2008, não é razoável supor que a realização do direito à saúde possa ser garantida pela aprovação de mais uma lei ou estar na dependência dessa aprovação. A despeito de a Constituição Federal e as principais leis que organizam o SUS garantirem o direito à saúde e o oferecimento de ações e serviços para promover, proteger e recuperar a saúde integral de todos os cidadãos – com base nos princípios da integralidade e universalidade que regem o Sistema –, hoje se aceita como inevitável o conceito de que o direito à saúde é de realização progressiva, isto é, o grau de universalidade e integralidade cresce na medida das disponibilidades financeiras, do aprimoramento gerencial e estrutural e da incorporação de novas tecnologias.

Assim, tendo em vista que o País cumpre apenas parcialmente sua obrigação constitucional e legal de garantir o direito integral e universal à saúde, isso quer dizer que tanto a nossa Carta Magna quanto as leis que organizam o SUS são hoje parcialmente descumpridas. O que também quer dizer que qualquer outra lei nesse sentido será parcialmente descumprida.

Nesse ponto, chama nossa atenção o fato de que o projeto de lei não prevê a aplicação de sanções a quem descumprir suas determinações. A nosso ver, muito mais necessária do que uma lei para explicitar o conteúdo da assistência à saúde que se almeja é uma norma legal para tratar das responsabilidades sanitárias, da forma como fazem alguns projetos de lei já apresentados no Poder Legislativo.

Quanto ao conteúdo da proposição em análise, algumas falhas precisam ser apontadas. O projeto almeja uma atenção integral e multidisciplinar, mas utiliza todo o tempo os termos *atendimento médico*.

Dessa forma, mesmo que o § 2º do artigo estabeleça que o pediatra deva requerer o atendimento do profissional pertinente nos casos que fujam a sua competência, o correto seria fazer uma norma dirigida diretamente a todos os profissionais de saúde, e não só ao médico.

Ainda em relação ao seu conteúdo, também é preciso apontar as falhas do projeto no que tange às definições e aos conceitos nele contidos. Por exemplo, não é correto dizer que ações educativas e preventivas são capazes de impedir a ocorrência de agravos à saúde. Por mais que a criança ou o adolescente seja objeto dessas ações, e por mais cuidadosas que elas sejam, sempre é possível a ocorrência dos mais diferentes agravos à saúde.

No § 3º do art. 1º, o projeto define que os atendimentos curativos serão garantidos conforme a tabela contida no Anexo I. Isso não é apropriado, pois esses atendimentos precisam ocorrer sempre que há necessidade, e não de forma programada. Os atendimentos agendados só se aplicam às ações preventivas e educativas.

No inciso VIII do art. 2º, foi utilizada a expressão capacidade visual, em vez de acuidade visual, que é a expressão médica mais usual. No § 2º do mesmo artigo, usou-se a frase *mediante encaminhamento à respectiva operadora*. Ocorre que o termo *operadora* costuma ser utilizado, na área de saúde, para designar a operadora de plano ou seguro privado de assistência à de saúde, isto é, pertence ao campo da medicina saúde suplementar e não ao sistema público de saúde.

Em termos de mérito, o projeto, ao concentrar a atenção pediátrica nas consultas programadas pelas unidades de saúde, subverte a lógica hoje dominante no SUS de privilegiar a Estratégia de Saúde da Família, onde a atenção básica é feita por meio de atendimentos domiciliares feitos por equipes multidisciplinares de saúde.

Além disso, não nos parece razoável obrigar os pais ou responsáveis a levar a criança ou o adolescente em todos os atendimentos previstos no cronograma. Há que salientar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e toda a legislação civil brasileira já atribuem aos pais ou responsáveis a obrigação de zelar pela saúde de suas crianças e seus adolescentes. Por essa razão, nos rincões do País, onde o acesso aos serviços de saúde é grandemente dificultado, não é recomendável exigir a presença obrigatória em todas as consultas agendadas.

Também não é razoável supor que, num país extenso como o Brasil, onde diferentes dificuldades estruturais se fazem presentes em todas as regiões, as unidades de saúde serão capazes de comunicar às famílias de todos os pacientes, com antecedência de um mês, os atendimentos agendados.

Por fim, é preciso considerar os problemas de técnica legislativa. Primeiro, a proposta deveria ter sido apresentada como alteração da Lei Orgânica da Saúde ou do ECA, para atender ao mandamento da Lei Complementar nº 95, de 1998, que desencoraja a edição de leis avulsas.

Em segundo lugar, não cabem nos textos legais definições técnicas, como a contida no § 2º do art. 1º. Assim, é desnecessário definir que as ações diagnósticas, terapêuticas e de recuperação inscrevem-se no conceito de atendimento curativo, pois essa já é uma definição consagrada na área de saúde.

E em terceiro lugar, não é apropriado que uma lei descreva todas as ações que um profissional deve realizar no cumprimento de suas obrigações, como o projeto faz em relação ao atendimento que um pediatra deve oferecer aos seus pacientes durante as consultas.

Essas são as razões que nos levam a contra-indicar a aprovação do projeto em análise.

III – VOTO

Nosso voto, diante dos argumentos apresentados, é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

PARECER
Nº 2.246, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, do Senador Antonio Carlos Valadares, que tem por objetivo fixar novo prazo de recolhimento da contribuição sindical compulsória dos empregados e dos trabalhadores avulsos, bem como o estabelecimento de multa, de 1% ao dia, ao empregador que atrasar a transferência da contribuição sindical descontada da folha de seus empregados.

Ao justificar sua iniciativa, o autor da proposta argumenta que, sendo o desconto da contribuição sindical dos empregados feito sobre a folha de pagamento do mês de março de cada ano, não há razão para que o montante dessa contribuição não seja repassado aos sindicatos já no início do mês de abril.

Já em relação à multa que se pretende implementar, o parlamentar afirma que a matéria está regulamentada por diplomas infra-legais, quando seu disciplinamento deveria ser feito por meio de leis, em flagrante desrespeito, portanto, ao art. 5º, II, da Constituição Federal.

Ao projeto, no prazo regimental, não foram apresentadas e

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 100, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre o presente projeto.

A matéria objeto da proposição – recolhimento da contribuição sindical obrigatória referente aos empregados e trabalhadores avulsos – pertence ao ramo do Direito do Trabalho.

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional na proposição, dada sua conformidade com o art. 61 da Constituição Federal.

Por outro lado, a disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, I, da CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF).

A norma proposta não afronta os princípios adotados pela Constituição não havendo, portanto, impedimentos constitucionais formais, nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados, estando, portanto, apta para entrar em nosso ordenamento jurídico.

Estamos plenamente de acordo com o autor da proposta quanto à mudança do prazo para o recolhimento da contribuição sindical. A medida é salutar, pois possibilita que as entidades sindicais possam transformar, num espaço de tempo menor, os recursos dessa contribuição em benefícios para as categorias que representam.

Já em relação à adição do § 3º ao art. 583, que cria uma multa, à razão de 1% ao dia, nos casos em que houver atraso do recolhimento da contribuição sindical, não podemos dizer o mesmo. O apenamento que se pretende instituir é desnecessário, pois os arts. 598 a 600, e, em especial, este último, da Consolidação das Leis do Trabalho, tratam de maneira satisfatória sobre as penalidades a serem impostas aos que descumprirem o prazo para o recolhimento da contribuição sindical.

Finalmente, tendo vista o acatamento da mudança proposta ao *caput* do art. 583, faz-se necessário alterar a redação atual do *caput* do art. 586, a fim de adequá-lo ao novo texto do *caput* do art. 583.

III- VOTO

A vista do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS

Suprima-se o § 3º do art. 583 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, na forma que dispõe o art. 1º do PLS nº 281, de 2008.

EMENDA Nº - CAS

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 281, de 2008, a seguinte redação, remunerando-se o atual como art. 3º:

Art. 2º Dê-se ao *caput* do art. 586 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, a seguinte redação:

"**Art. 586** A contribuição sindical será recolhida, na data e nos meses fixados no presente Capítulo, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil S/A ou aos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais, os quais, de acordo com as instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, repassarão à Caixa Econômica Federal as importâncias arrecadadas. (NR)"

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Roseli Sarney, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, com as Emendas nº 01 e 02 - CAS.

EMENDA Nº 1- CAS

Suprima-se o § 3º do art. 583 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, na forma que dispõe o art. 1º do PLS nº 281, de 2008.

EMENDA Nº 2 - CAS

Dê-se ao art. 2º do PLS nº 281, de 2008, a seguinte redação, renunerando-se o atual como art. 3º:

> **Art. 2º** Dê-se ao *caput* do art. 586 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, a seguinte redação:
>
> **Art. 586** A contribuição sindical será recolhida, na data e nos meses fixados no presente Capítulo, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil S/A ou aos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais, os quais, de acordo com as instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, repassarão à Caixa Econômica Federal as importâncias arrecadadas. (NR)"

Sala da Comissão, em 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 18 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELLA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB) (relator)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM) (presidente)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2008

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	PRESIDENTE				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO **EMENDAS Nº 1 e 2 - CAS** **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2008**

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1 SALA DAS REUNIÕES, EM 18/11/2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2008

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 281, DE 2008

Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 583 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 583. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado até o dia cinco do mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro.

.....

(NR)"

Art. 2º Dê-se ao *caput* do art. 586 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho, a seguinte redação:

"Art. 586 A contribuição sindical será recolhida, na data e nos meses fixados no presente Capítulo, à Caixa Econômica Federal, ao Banco do Brasil S/A ou aos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais, os quais,

de acordo com as instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, repassarão à Caixa Econômica Federal as importâncias arrecadadas. (NR)"

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI, Presidente

Senador Marcelo Crivella, Relator

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

II - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei;

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Seção II

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Vide texto compilado

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....

Art. 583 - O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)

.....

Art. 586. A contribuição sindical será recolhida, nos meses fixados no presente Capítulo, à Caixa Econômica Federal ao Banco do Brasil S. A. ou aos estabelecimentos bancários nacionais integrantes do sistema de arrecadação dos tributos federais, os quais, de acordo com instruções expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, repassarão à Caixa Econômica Federal as importâncias arrecadadas. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)

§ 1º Integrarão a rede arrecadadora as Caixas Econômicas Estaduais, nas localidades onde inexistam os estabelecimentos previstos no caput deste artigo. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976)

§ 2º Tratando-se de empregador, agentes ou trabalhadores autonomos ou profissionais liberais o recolhimento será efetuado pelos próprios, diretamente ao estabelecimento arrecadador. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976)

§ 3º A contribuição sindical devida pelos empregados e trabalhadores avulsos será recolhida pelo empregador e pelo sindicato, respectivamente. (Redação dada pela Lei nº 6.386, de 9.12.1976)

.....

SEÇÃO IV
DAS PENALIDADES

~~Art. 598 - Sem prejuizo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 553, serão aplicadas multas de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) pelas infrações deste Capitulo impostas no Distrito Federal pela autoridade competente de 1ª instância do Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e no Território do Acre pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Industria e Comercio. (Revogado pelo Decreto-lei nº 8.740, de 19.1.1946,~~

~~Parágrafo único - A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator. (Revogado pelo Decreto-lei nº 8.740, de 19.1.1946,~~

Art. 598 - Sem prejuízo da ação criminal e das penalidades previstas no art. 553, serão aplicadas multas de Cr$ 10,00 (dez cruzeiros) a Cr$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) pelas infrações deste Capitulo impostas no Distrito Federal pela autoridade competente de 1ª instância do Departamento Nacional do Trabalho e nos Estados e no Território do Acre pelas autoridades regionais do Ministério do Trabalho, Industria e Comercio. (Vide Decreto-lei nº 8.987-A, de 1946) Atenção: (Vide Lei nº 6.205, de 1975 e Lei 6.986, de 1982) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)

Parágrafo único - A gradação da multa atenderá à natureza da infração e às condições sociais e econômicas do infrator. (Vide Decreto-lei nº 8.987-A, de 1946)

Art. 599 - Para os profissionais liberais, a penalidade consistirá na suspensão do exercício profissional, até a necessária quitação, e será aplicada pelos órgãos públicos ou autárquicos disciplinadores das respectivas profissões mediante comunicação das autoridades fiscalizadoras. (Vide Lei nº 11.648, de 2008)

~~Art. 600. O pagamento do imposto sindical efetuado fora do prazo do recolhimento referido neste capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de mora de 10% (dez por cento) revertendo a importância correspondente a essa multa em favor do "Fundo Social Sindical", ficando nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade.~~

~~Art. 600. O pagamento da contribuição sindical efetuado fora do prazo do recolhimento referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de mora de dez por cento revertendo a importância correspondente a essa multa em favor do sindicato respectivo, ficando, nesse caso o infrator isento de outra penalidade. (Redação dada pela Lei nº 4.589, de 1964)~~

~~§ 1º Na inexistência do sindicato, o disposto neste artigo será recolhido à respectiva federação e, na sua inexistência à confederação respectiva. (Incluído pela Lei nº 4.589, de 1964)~~

~~§ 2º Não existindo sindicato ou entidade de grau superior será recolhido para a conta "Emprêgo e Salário". (Incluído pela Lei nº 4.589, de 1964)~~

Art. 600 - O recolhimento da contribuição sindical efetuado fora do prazo referido neste Capítulo, quando espontâneo, será acrescido da multa de 10% (dez por cento), nos 30 (trinta) primeiros dias, com o adicional de 2% (dois por cento) por mês subseqüente de atraso, além de juros de mora de 1 % (um por cento) ao mês e correção monetária, ficando, nesse caso, o infrator, isento de outra penalidade. (Redação dada pela Lei nº 6.181, de 11.12.1974) (Vide Lei nº 11.648, de 2008)

§ 1º - O montante das cominações previstas neste artigo reverterá sucessivamente: (Redação dada pela Lei nº 6.181, de 11.12.1974)

a) ao Sindicato respectivo;

b) à Federação respectiva, na ausência de Sindicato;

c) à Confederação respectiva, inexistindo Federação.

§ 2º - Na falta de Sindicato ou entidade de grau superior, o montante a que alude o parágrafo precedente reverterá à conta "Emprego e Salário". (Redação dada pela Lei nº 6.181, de 11.12.1974)

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Of. nº 306/09 - PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, com as Emendas nº 01 e nº 02 – CAS de 2009, que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.425, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados", de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

PARECER
Nº 2.247, DE 2009

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008 de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **INÁCIO ARRUDA**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008, que acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212 e o art. 51-A à Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul é de autoria do eminente Senador PAULO PAIM.

Trata-se de proposição legislativa que objetiva permitir o parcelamento dos débitos previdenciários dos pescadores no Estado do Rio Grande do Sul.

Argumenta o autor que a degradação do ecossistema da Laguna dos Patos, graças aos contaminadores urbano-industriais situados na cidade de Rio Grande, o repasse da contaminação do lago Guaíba e a destruição parcial do banhado do Taím prejudicaram a pesca.

Com isso, cerca de 10 mil pescadores tiveram sua renda diminuída ou mesmo suprimida. Em decorrência dessa situação, a maioria deles não consegue regularizar as contribuições junto ao INSS.

Assim, como incontável número de pescadores se encontram em situação de inadimplência, seus representantes demandam a regularização parcelada dos respectivos débitos, sem prejuízo da concessão da aposentadoria a que fazem jus, com prestações limitadas a 30% dos valores da renda mensal do benefício.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais dar parecer sobre o presente Projeto de Lei, em caráter terminativo.

Alterações promovidas na legislação que versa sobre o plano de benefícios da previdência social e o plano de custeio da seguridade social inserem-se no campo do Direito Previdenciário e da Seguridade Social.

Normas com esse conteúdo estão entre aquelas de iniciativa comum, previstas no art. 61 da Constituição Federal.

Cabe ao Congresso Nacional a competência para legislar sobre o tema, nos termos do art. 48 da mesma Carta. Observados esses pressupostos, temos que a proposição não apresenta vícios de inconstitucionalidade, nem de ilegalidade.

Preliminarmente, cabe salientar que, nos termos da Lei nº 8.212, de 1991, alterada pela Lei nº 11.718, de 2008, o pescador artesanal está enquadrado como contribuinte individual, ou segurado especial, conforme se depreende do disposto no art. 12, *verbis*:

> **Art. 12.** São segurados obrigatórios da Previdência Social as seguintes pessoas físicas:
>
> I – .....
>
> .....
>
> **V – como contribuinte individual:**
>
> a) a pessoa física, proprietária ou não, que explora atividade agropecuária, a qualquer título, em caráter permanente ou temporário, em área superior a 4 (quatro) módulos fiscais; ou, quando em área igual ou inferior a 4 (quatro) módulos fiscais **ou atividade pesqueira**, com auxílio

de empregados ou por intermédio de prepostos; ou ainda nas hipóteses dos §§ 10 e 11 deste artigo;

.....

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros a título de mútua colaboração, na condição de:

a) .....

b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.

.....

§ 1º Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes.

.....

Ao contrário do que se possa imaginar, não há no contexto da proposição sob análise nenhum tipo de privilégio ou excepcionalização desmedida.

Os fatos apontados indicam verdadeiramente uma situação peculiar e excepcional, pois todo um ecossistema está comprometido, sem chances de revitalização no curto prazo da atividade pesqueira.

Os pescadores alcançados pela medida proposta, na condição de contribuintes individuais ou segurados obrigatórios, fazem jus ao parcelamento de seus débitos previdenciários como qualquer outro contribuinte.

Compete ao INSS processar e conceder os benefícios previdenciários e à Secretaria da Receita Federal do Brasil cuidar da arrecadação e do parcelamento de débitos.

Além disso, o contribuinte individual pode fazer jus à aposentadoria por tempo de contribuição, ou proporcional, em situação distinta daquela do segurado especial.

Do ângulo constitucional e tributário, não há a ocorrência de tratamento desigual entre contribuintes equivalentes, em razão do justo motivo

apontado na proposição. Mesmo assim, por cautela, adaptamos o texto do projeto para estender a todos os pescadores o mesmo benefício.

A regularização tributária decorrente de parcelamento deferido pela Receita Federal do Brasil implica em confissão de dívida de natureza previdenciária.

O parcelamento e a confissão de dívida tornam regular o período de contribuição abrangido.

Após a regularização jurídica do período de contribuição, poderá o segurado requerer o benefício de aposentadoria ou outro qualquer benefício.

Trata-se de uma inovação que é plenamente plausível do ponto de vista jurídico, com a "vantagem" de que o parcelamento do débito será totalmente adimplido mediante consignação do valor da parcela por ocasião do pagamento do próprio benefício a que fará jus o segurado.

Essa singular situação pode representar um importante precedente para outras políticas sociais, considerada sempre a excepcionalidade da situação fática em questão.

Todavia, em face do advento da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, o prazo para pagamento e parcelamento de dívidas tributárias, inclusive as de natureza previdenciária, vencidas até 30 de novembro de 2008, foi dilatado para até 180 meses, nos termos do art. 1º da referida Lei.

Assim, poderão os pescadores se aproveitar também desse benefício fiscal.

Embora o art. 38 da Lei nº 8.212, de 1991, tenha sido revogado pelo art. 78, inciso I, da Lei nº 11.941, permanece apropriada a inserção do art. 38-A na Lei nº 8.212, de 1991.

Como o parcelamento repercute na concessão de benefício previdenciário, está correta a alteração conjunta da Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social.

Sugerimos, ao final, que, no *caput* do art. 38-A, sejam incluídos os pescadores enquadrados como segurados especiais, para se evitar a discriminação de tratamento entre segurados obrigatórios.

Também não é correto vincular o deferimento de parcelamento de débitos à concessão do benefício de aposentadoria por idade, pois muitos segurados poderão não preencher tais requisitos, além do que o parcelamento de débitos e a concessão do benefício são feitos por órgãos distintos.

III – VOTO

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CAS

A ementa do PLS nº 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação:

> Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art.51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade.

EMENDA Nº – CAS

O art. 38-A acrescido à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pelo art. 1º do PLS nº 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação:

> **Art. 38-A.** Pelo período de cinco anos, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS concederá parcelamento de débitos vencidos até 30 de junho de 1999, pelo prazo de até cento e oitenta meses, aos pescadores, segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de contribuintes individuais ou de segurados especiais, cuja atividade de pesca é realizada em áreas atingidas por danos ambientais ou ecológicos certificados pela Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca – SEAP da Presidência da República, servindo o parcelamento deferido como contribuição regular do período

abrangido, para efeito de concessão do benefício de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo.

Parágrafo único. Deferido o benefício de aposentadoria por idade nos termos do art. 51-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o valor das parcelas decorrentes do parcelamento de contribuições sociais devidas pelo segurado será consignado sobre o valor da aposentadoria por idade até o limite de trinta por cento.

EMENDA Nº – CAS

O art. 51-A acrescido à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pelo art. 1º do PLS nº 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação:

Art. 51-A. O benefício de aposentadoria por idade será concedido, pelo período de cinco anos e em caráter excepcional, aos pescadores segurados obrigatórios enquadrados como contribuintes individuais ou segurados especiais, observado o disposto no art. 38-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cumpridas as demais exigências para a concessão do benefício.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora Roseana Sarney, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

IV - DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o Projeto de Lei do Senado nº 456 de 2008, com as Emendas nº 01, nº 02, nº 03 – CAS.

EMENDA Nº 1 – CAS

A ementa do PLS nº 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação:

> **Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade.**

EMENDA Nº 2 – CAS

O art. 38-A acrescido à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, pelo art. 1º do PLS nº 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação:

> **Art. 38-A.** Pelo período de cinco anos, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS concederá parcelamento de débitos vencidos até 30 de junho de 1999, pelo prazo de até cento e oitenta meses, aos pescadores, segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de contribuintes individuais ou de segurados especiais, cuja atividade de pesca é realizada em áreas atingidas por danos ambientais ou ecológicos certificados pela Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca

– SEAP da Presidência da República, servindo o parcelamento deferido como contribuição regular do período abrangido, para efeito de concessão do benefício de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo.

Parágrafo único. Deferido o benefício de aposentadoria por idade nos termos do art. 51-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o valor das parcelas decorrentes do parcelamento de contribuições sociais devidas pelo segurado será consignado sobre o valor da aposentadoria por idade até o limite de trinta por cento.

EMENDA Nº 3 – CAS

O art. 51-A acrescido à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, pelo art. 2º do PLS nº 456, de 2008, passa a ter a seguinte redação

Art. 51-A. O benefício de aposentadoria por idade será concedido, pelo período de cinco anos e em caráter excepcional, aos pescadores segurados obrigatórios enquadrados como contribuintes individuais ou segurados especiais, observado o disposto no art. 38-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cumpridas as demais exigências para a concessão do benefício.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456 DE 2008	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 13 / 11 /2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI	
RELATOR: SENADOR INÁCIO ARRUDA	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(vago)	1- (vago)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAIM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB) (relator)
FÁTIMA CLEIDE (PT)	5- IDELI SALVATTI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
(vago)	4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)
MÃO SANTA (PSC)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)
FLÁVIO ARNS (PSDB)	5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- (vago)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTES
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELLO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTES
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2008

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)	PRESIDENTE				2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 13 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – LISTA DE VOTAÇÃO EMENDAS Nº 1 a 3 - CAS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2008

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PR, PRB, Pc do B) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
(vago)					1- (vago)				
AUGUSTO BOTELHO (PT)					2- CÉSAR BORGES (PR)				
PAULO PAIM (PT)	X				3- EDUARDO SUPLICY (PT)				
MARCELO CRIVELLA (PRB)	X				4- INÁCIO ARRUDA (PC do B)	X			
FÁTIMA CLEIDE (PT)	X				5- IDELI SALVATTI (PT)				
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)					6- (vago)				
RENATO CASAGRANDE (PSB)	X				7- JOSÉ NERY (PSOL)				
MAIORIA (PMDB E PP) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	MAIORIA (PMDB E PP) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB)	X				1- LOBÃO FILHO (PMDB)				
GILVAM BORGES (PMDB)					2- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
PAULO DUQUE (PMDB)	X				3- VALDIR RAUPP (PMDB)				
(vago)					4- GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)				
MÃO SANTA (PSC)	X				5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)				
Bloco da Minoria (DEM e PSDB) TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco da Minoria (DEM e PSDB) SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ADELMIR SANTANA (DEM)					1- HERÁCLITO FORTES (DEM)				
ROSALBA CIARLINI (DEM)					2- OSVALDO SOBRINHO (PTB)				
EFRAIM MORAIS (DEM)					3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
RAIMUNDO COLOMBO (DEM)					4- JOSÉ AGRIPINO (DEM)				
FLÁVIO ARNS (PSDB)					5- SÉRGIO GUERRA (PSDB)				
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	X				6- (vago)				
PAPALÉO PAES (PSDB)	X				7- LÚCIA VÂNIA (PSDB)				
PTB TITULARES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PTB SUPLENTES	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MOZARILDO CAVALCANTI					1- GIM ARGELLO				
PDT TITULAR	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	PDT SUPLENTE	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOÃO DURVAL	X				1- CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01 SALA DAS REUNIÕES, EM 18 / 11 /2009.

OBS.: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º - RISF)

Senadora ROSALBA CIARLINI (DEM)
PRESIDENTE

TEXTO FINAL
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2008

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 456, DE 2008

Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 38-A:

> **Art. 38-A.** Pelo período de cinco anos, o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS concederá parcelamento de débitos vencidos até 30 de junho de 1999, pelo prazo de até cento e oitenta meses, aos pescadores, segurados obrigatórios da Previdência Social na condição de contribuintes individuais ou de segurados especiais, cuja atividade de pesca é realizada em áreas atingidas por danos ambientais ou ecológicos certificados pela Secretaria Especial da Aqüicultura e Pesca – SEAP da Presidência da República, servindo o parcelamento deferido como contribuição regular do período abrangido, para efeito de concessão do benefício de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo.
>
> *Parágrafo único.* Deferido o benefício de aposentadoria por idade nos termos do art. 51-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, o valor das parcelas decorrentes do parcelamento de contribuições sociais devidas pelo segurado será consignado sobre o valor da aposentadoria por idade até o limite de trinta por cento.

Art. 2º A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 51-A:

> **Art. 51-A.** O benefício de aposentadoria por idade será concedido, pelo período de cinco anos e em caráter excepcional, aos pescadores segurados obrigatórios enquadrados como contribuintes individuais ou segurados especiais, observado o disposto no art. 38-A da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, cumpridas as demais exigências para a concessão do benefício.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor no primeiro dia do exercício financeiro e orçamentário seguinte ao de sua publicação.

Sala da Comissão, 18 de novembro de 2009.

Senadora ROSALBA CIARLINI, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

.....

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

~~X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas;~~
~~XI - criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, *b*; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

~~XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos Presidentes da República, da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)~~

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

.....

Subseção III
Das Leis

.....

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

~~c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

~~e) criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.(Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

.....

LEI Nº 8.212, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências.

.....

Art. 38. As contribuições devidas à Seguridade Social, incluídas ou não em notificação de débito, poderão, após verificadas e confessadas, ser objeto de acordo para pagamento parcelado em até 60 (sessenta) meses, observado o disposto em regulamento. (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008) (Revogado pela Lei nº 11.941, de 2009)

§ 1º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos e as decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30, independentemente do disposto no art. 95.

§ 1º Não poderão ser objeto de parcelamento as contribuições descontadas dos empregados, inclusive dos domésticos, dos trabalhadores avulsos, as decorrentes da sub-rogação de que trata o inciso IV do art. 30 e as importâncias retidas na forma do art. 31, independentemente do disposto no art. 95. (Redação dada pela Lei nº 9.711, de 1998). (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 2º Não pode ser firmado acordo para pagamento parcelado se as contribuições tratadas no parágrafo anterior não tiverem sido pagas. (Revogado pela Lei 9.528, de 10.12.97)

§ 3º A empresa ou segurado que, por ato próprio ou de terceiros tenha obtido, em qualquer tempo, vantagem ilícita em prejuízo direto ou indireto da Seguridade Social, através de prática de crime previsto na alínea "j" do art. 95, não poderá obter parcelamentos, independentemente das sanções administrativas, cíveis ou penais cabíveis. (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 4º As contribuições de que tratam os incisos I e II do art. 23 serão objeto de parcelamento, de acordo com a legislação específica vigente. (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 5º Será admitido o reparcelamento por uma única vez. (Redação dada pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 6º Sobre o valor de cada prestação mensal decorrente de parcelamento serão acrescidos, por ocasião do pagamento, juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia SELIC, a que se refere o art. 13 da Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do 1º dia do mês da concessão do parcelamento até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês do pagamento. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 7º O deferimento do parcelamento pelo Instituto Nacional do Seguro Social INSS fica condicionado ao pagamento da primeira parcela. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, não sendo paga a primeira parcela ou descumprida qualquer cláusula do acordo de parcelamento, proceder-se-á à inscrição da dívida confessada, salvo se já tiver sido inscrita na Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social INSS e à sua cobrança judicial. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.528, de 10.12.97). (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 9º O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá cláusula em que estes autorizem a retenção do Fundo de Participação dos Estados FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS do valor correspondente a cada prestação mensal, por ocasião do vencimento desta. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.638, de 25.5.98). (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

§ 10. O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá, ainda, cláusula em que estes autorizem, quando houver o atraso superior a sessenta dias no cumprimento das obrigações previdenciárias correntes, a retenção do Fundo de Participação dos Estados FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social INSS do valor correspondente à mora, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda. (Parágrafo acrescentado pela Lei nº 9.639, de 25.5.98).

§ 10. O acordo celebrado com o Estado, o Distrito Federal ou o Município conterá, ainda,

~~cláusula em que estes autorizem, quando houver a falta de pagamento de débitos vencidos ou de prestações de acordos de parcelamento, a retenção do Fundo de Participação dos Estados – FPE ou do Fundo de Participação dos Municípios – FPM e o repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS do valor correspondente à mora, por ocasião da primeira transferência que ocorrer após a comunicação da autarquia previdenciária ao Ministério da Fazenda. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001).~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

~~§ 11. Não é permitido o parcelamento de dívidas de empresa com falência decretada. (Incluído pela Lei nº 9.711, de 1998).~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

~~§ 12. O acordo previsto neste artigo conterá cláusula em que o Estado, o Distrito Federal e o Município autorize a retenção do FPE e do FPM e o repasse à autarquia previdenciária do valor correspondente às obrigações previdenciárias correntes do mês anterior ao do recebimento do respectivo Fundo de Participação. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001).~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

~~§ 13. Constará, ainda, no acordo mencionado neste artigo, cláusula em que o Estado, o Distrito Federal ou o Município autorize a retenção pelas instituições financeiras de outras receitas estaduais, distritais ou municipais nelas depositadas e o repasse ao INSS do restante da dívida previdenciária apurada, na hipótese em que os recursos oriundos do FPE e do FPM não forem suficientes para a quitação do parcelamento e das obrigações previdenciárias correntes. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001).~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

~~§ 14. O valor mensal das obrigações previdenciárias correntes, para efeito deste artigo, será apurado com base na respectiva Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de Informações à Previdência Social – GFIP ou, no caso de sua não apresentação no prazo legal, estimado, utilizando-se a média das últimas doze competências recolhidas anteriores ao mês da retenção prevista no § 12 deste artigo, sem prejuízo da cobrança ou restituição ou compensação de eventuais diferenças. (Incluído pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001).~~ (Revogado pela Medida Provisória nº 449, de 2008)

.....

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

.....

LEI Nº 11.718, DE 20 DE JUNHO DE 2008.

Acrescenta artigo à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, criando o contrato de trabalhador rural por pequeno prazo; estabelece normas transitórias sobre a aposentadoria do trabalhador rural; prorroga o prazo de contratação de financiamentos rurais de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 11.524, de 24 de setembro de 2007; e altera as Leis nºs 8.171, de 17 de janeiro de 1991, 7.102, de 20 de junho de 1993, 9.017, de 30 de março de 1995, e 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991.

.....

Art. 12. Ficam revogados:

I – o § 3º do art. 12 e o § 4º do art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e

II – o § 3º do art. 17 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

.....

LEI Nº 11.941, DE 27 DE MAIO DE 2009.

Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620, de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências.

.....

CAPÍTULO I
DOS PARCELAMENTOS

Seção I
Do Parcelamento ou Pagamento de Dívidas

.....

Art. 1º Poderão ser pagos ou parcelados, em até 180 (cento e oitenta) meses, nas condições desta Lei, os débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e os débitos para com a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, de que trata a Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, no Parcelamento Especial – PAES, de que trata a Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no Parcelamento Excepcional – PAEX, de que trata a Medida Provisória nº 303, de 29 de junho de 2006, no parcelamento previsto no art. 38 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e no parcelamento previsto no art. 10 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, mesmo que tenham sido excluídos dos respectivos programas e parcelamentos, bem como os débitos decorrentes do aproveitamento indevido de créditos do

Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI oriundos da aquisição de matérias-primas, material de embalagem e produtos intermediários relacionados na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados – TIPI, aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, com incidência de alíquota 0 (zero) ou como não-tributados.

§ 1º O disposto neste artigo aplica-se aos créditos constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa da União, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, inclusive os que foram indevidamente aproveitados na apuração do IPI referidos no caput deste artigo.

§ 2º Para os fins do disposto no caput deste artigo, poderão ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, de pessoas físicas ou jurídicas, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento, assim considerados:

I – os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II – os débitos relativos ao aproveitamento indevido de crédito de IPI referido no caput deste artigo;

III – os débitos decorrentes das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art. 11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, das contribuições instituídas a título de substituição e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil; e

IV – os demais débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 3º Observado o disposto no art. 3º desta Lei e os requisitos e as condições estabelecidos em ato conjunto do Procurador-Geral da Fazenda Nacional e do Secretário da Receita Federal do Brasil, a ser editado no prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data de publicação desta Lei, os débitos que não foram objeto de parcelamentos anteriores a que se refere este artigo poderão ser pagos ou parcelados da seguinte forma:

I – pagos a vista, com redução de 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício, de 40% (quarenta por cento) das isoladas, de 45% (quarenta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

II – parcelados em até 30 (trinta) prestações mensais, com redução de 90% (noventa por cento) das multas de mora e de ofício, de 35% (trinta e cinco por cento) das isoladas, de 40% (quarenta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

III – parcelados em até 60 (sessenta) prestações mensais, com redução de 80% (oitenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 30% (trinta por cento) das isoladas, de 35% (trinta e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal;

IV – parcelados em até 120 (cento e vinte) prestações mensais, com redução de 70% (setenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 25% (vinte e cinco por cento) das isoladas, de 30% (trinta por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal; ou

V – parcelados em até 180 (cento e oitenta) prestações mensais, com redução de 60% (sessenta por cento) das multas de mora e de ofício, de 20% (vinte por cento) das isoladas, de 25% (vinte e cinco por cento) dos juros de mora e de 100% (cem por cento) sobre o valor do encargo legal.

§ 4º O requerimento do parcelamento abrange os débitos de que trata este artigo, incluídos a critério do optante, no âmbito de cada um dos órgãos.

§ 5º (VETADO)

§ 6º Observado o disposto no art. 3º desta Lei, a dívida objeto do parcelamento será consolidada na data do seu requerimento e será dividida pelo número de prestações que forem indicadas pelo sujeito passivo, nos termos dos §§ 2º e 5º deste artigo, não podendo cada prestação mensal ser inferior a:

I – R$ 50,00 (cinquenta reais), no caso de pessoa física; e

II – R$ 100,00 (cem reais), no caso de pessoa jurídica.

§ 7º As empresas que optarem pelo pagamento ou parcelamento dos débitos nos termos deste artigo poderão liquidar os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício, e a juros moratórios, inclusive as relativas a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido próprios.

§ 8º Na hipótese do § 7º deste artigo, o valor a ser utilizado será determinado mediante a aplicação sobre o montante do prejuízo fiscal e da base de cálculo negativa das alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), respectivamente.

§ 9º A manutenção em aberto de 3 (três) parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, a imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, o prosseguimento da cobrança.

§ 10. As parcelas pagas com até 30 (trinta) dias de atraso não configurarão inadimplência para os fins previstos no § 9º deste artigo.

§ 11. A pessoa jurídica optante pelo parcelamento previsto neste artigo deverá indicar pormenorizadamente, no respectivo requerimento de parcelamento, quais débitos deverão ser nele incluídos.

§ 12. Os contribuintes que tiverem optado pelos parcelamentos previstos nos arts. 1º a 3º da Medida Provisória nº 449, de 3 de dezembro de 2008, poderão optar, na forma de regulamento, pelo reparcelamento dos respectivos débitos segundo as regras previstas neste artigo até o último dia útil do 6º (sexto) mês subsequente ao da publicação desta Lei.

§ 13. Podem ser parcelados nos termos e condições desta Lei os débitos de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS das sociedades civis de prestação de serviços profissionais relativos ao exercício de profissão legalmente regulamentada a que se referia o Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, revogado pela Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

§ 14. Na hipótese de rescisão do parcelamento com o cancelamento dos benefícios concedidos:

I – será efetuada a apuração do valor original do débito, com a incidência dos acréscimos legais, até a data da rescisão;

II – serão deduzidas do valor referido no inciso I deste parágrafo as parcelas pagas, com acréscimos legais até a data da rescisão.

§ 15. A pessoa física responsabilizada pelo não pagamento ou recolhimento de tributos devidos pela pessoa jurídica poderá efetuar, nos mesmos termos e condições previstos nesta Lei, em relação à totalidade ou à parte determinada dos débitos:

I – pagamento;

II – parcelamento, desde que com anuência da pessoa jurídica, nos termos a serem definidos em regulamento.

§ 16. Na hipótese do inciso II do § 15 deste artigo:

I – a pessoa física que solicitar o parcelamento passará a ser solidariamente responsável, juntamente com a pessoa jurídica, em relação à dívida parcelada;

II – fica suspensa a exigibilidade de crédito tributário, aplicando-se o disposto no art. 125 combinado com o inciso IV do parágrafo único do art. 174, ambos da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional;

III – é suspenso o julgamento na esfera administrativa.

§ 17. Na hipótese de rescisão do parcelamento previsto no inciso II do § 15 deste artigo, a pessoa jurídica será intimada a pagar o saldo remanescente calculado na forma do § 14 deste artigo.

.....

Art. 78. (VETADO)

.....

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES
COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Of.nº 297/09-PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009.

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008, com as Emenda 01, 02 e 03 – CAS de 2009, que "Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul.", de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente,

Senadora ROSALBA CIARLINI
Presidente

Excelentíssimo Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
DD. Presidente do Senado Federal
SENADO FEDERAL

A SRA PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 323, 324, 328 e 367, de 2009**, das Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, dos **Projetos de Lei do Senado nºs 356, de 2003; 271 e 315, de 2007; e 89, de 2009**, cujos pareceres foram lidos anteriormente.

Com referência aos expedientes recebidos, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que os Projetos de Lei do Senado nºs 356, de 2003; 271 e 315, de 2007; e 89, de 2009, sejam apreciados pelo Plenário.

São os seguintes os ofícios:

Of. nº 323/2009 – PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substituto ao Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, que "Altera o dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona, e dá outras providências", de autoria do Senador Magno Malta.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

Of. nº 324/2009 – PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, que "Dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797 de 10 de julho de 1989, e dá outras providências", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

Of. nº 328/09 – PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, com as Emendas nº 01 – CDH/CAS, 02 e 03 – CAS de 2009, que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso", de autoria da Senadora Lúcia Vânia.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 367/09-Presidência/CCJ

Brasília, 11 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009, que "Qualifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, por correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, além de aumentar as suas respectivas penas por isonomia com o Código Penal", de autoria do Senador Magno Malta.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o Ofício nº 274, de 2009, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003.

Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recursos, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 274/2009/CE

Brasília, 10 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo,

na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, de autoria de Sua Excelência a Senhor Senador Paulo Paim, segundo o qual "Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático.", com a emenda oferecida.

Atenciosamente, – Senadora **Marisa Serrano**, Vice-Presidente no Exercício da Presidência da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

A SRA PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT-MT) – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, o **Ofício nº 274, de 2009**, comunicando a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003**.

Com referência ao expediente recebido, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto seja apreciado pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 297/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008 com as Emenda nºs 01, 02 e 03 – CAS de 2009, que "Acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul.", de autoria do Senador Paulo Paim.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

Of. nº 306/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, com as Emendas nº 01 e nº 02 – CAS de 2009, que "Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados", de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

Of. nº 310/09 – PRES/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, que "Dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco.", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

Of. nº 312/09 – PRS/CAS

Brasília, 18 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão rejeitou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008, que "Altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população.", de autoria do Senador Raimundo Colombo.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

Of. nº 322/2009 – PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, que "Altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplantes e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos", de autoria do Senador Osmar Dias.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

Of. nº 325/2009 – PRES/CAS

Brasília, 25 de novembro de 2009

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em turno suplementar, adotou definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2008, que "Define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde", de autoria da Senadora Patrícia Saboya.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

A SRA PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 407/2009-Presidência/CCJ

Brasília, 2 de dezembro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador José Sarney
Presidente do Senado Federal
Assunto: texto final do PLS nº 476/2003

Senhor Presidente,

A fim de sanar as dúvidas de Vossa Excelência externadas no Of. nº 2.267/2009, relativas ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2003, na forma do Substitutivo, vos comunico, primeiro, que devem permanecer os atuais incisos do § 1º e o inciso II do art. 1º, bem como o **caput**, o inciso I e os §§ 1º a 3º do art. 11 da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998. Segundo, que a redação à alínea **b** do inciso II do art. 11 da referida lei deverá possuir a seguinte redação: "**b**) das operações a que alude o inciso I deste artigo; (...)".

Igualmente, importa vos informar que anexo o Substitutivo com as correções dos erros materiais na forma mencionada.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Of. nº 2.267/2009-SF

Em de outubro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senador Demóstenes Torres
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Assunto: texto final do PLS nº 476/2003

Senhor Presidente,

Tendo em vista a aprovação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2003 devolvo o processado a V. Exª para revisão do texto final, de modo a sanar as seguintes dúvidas relativas ao art. 1º do Projeto, na forma do Substitutivo:

1) se os incisos do § 1º do art. 1º da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, devem permanecer;

2) se o inciso II do § 2º do art. 1º da Lei nº 9.613, de 1998, deve permanecer;

3) se a redação do **caput** e o inciso I do art. 11 da Lei nº 9.613, de 1998, devem permanecer;

4) se está completa a redação dada pelo Substitutivo à alínea **b** do inciso II do art. 11 da Lei nº 9.613, de 1998;

5) se os atuais §§ 1º a 3º do art. 11 da Lei nº 9.613, de 1998, devem permanecer.

Atenciosamente, – Senador **José Sarney**, Presidente.

A SRA PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, o **Projeto de Lei do Senado nº 476, de 2003**, aprovado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, vai à Câmara dos Deputados.

A SRA PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Como sou a primeira oradora inscrita, convido o Senador Geraldo Mesquita para presidir esta sessão. (*Pausa.*)

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Com a palavra a Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Srs. telespectadores, eu diria que é impossível não destacar, neste meu pronunciamento de hoje, uma das grandes lutas que tive este ano em favor do setor agrícola.

Fiz verdadeiras romarias nos Ministérios da Agricultura e do Planejamento, sempre buscando sensibilizar a área econômica por mais recursos para o setor, que pudessem amenizar a crise que todos enfrentamos destacadamente no início de 2009.

Agora, nesta semana, li com muita satisfação no jornal *Valor Econômico*, e repasso a toda a Nação brasileira:

O orçamento do governo federal para compras e subsídios diretos à produção agrícola será recorde em 2010. Os recursos reservados para a Execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) devem somar R$6 bilhões. Além disso, o orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para compra de produtos de agricultura familiar e assentados da reforma agrária, terá outros R$753 milhões no próximo ano.

Estes, senhoras e senhores, será o maior orçamento de apoio ao setor rural desde o fim da chamada conta movimento, por meio da qual o Governo podia intervir diretamente no mercado sem limitação de recurso até 1986. Com isso o nosso Governo tentará atenuar as pressões sobre o setor em meio a previsões de baixas generalizadas nos preços internacionais das principais *commodities* agrícolas.

As projeções incluem aquisição direta de 2,52 milhões de toneladas de grãos e operações de garantias e sustentação de preços para outras, 14,7 milhões de toneladas.

O Governo prevê ainda a execução de outros recursos do Orçamento de 2009 no próximo ano. Estariam incluídos aqui R$700 milhões para café e mais R$500 milhões para subsídios ao milho, ao trigo e ao algodão.

A proposta do Governo enviada ao Congresso prevê R$2,3 bilhões para ações de formação de estoques públicos via compras diretas, as AGFs, além de R$1,2 bilhão para garantia e sustentação de preços por meio de mecanismos como subsídios ao frete (PEP) e contratos de opção de venda, além de subvenções diretas a prêmios de equalização de preços (Pepro, Prop e Pesoja).

A Conab projeta operar R$357 milhões desse orçamento. O restante será operado diretamente por 100 Municípios e Estados do Nordeste e da região da Sudene, no caso do leite, e por 70 Municípios e outros 17 Estados, no caso da compra direta de alimentos.

Esse orçamento, senhoras e senhores, faz homenagem ao Brasil que produz alimentos. Já é de conhecimento geral que nosso País é um dos líderes mundiais do comércio agrícola, ocupando a primeira posição nos embarques de açúcar e de carne bovina e a segunda nas vendas de soja e de carnes de aves. Já era o maior exportador mundial de café, mas até há uns vinte anos a maior parte de sua produção agropecuária era menos competitiva que as das principais potências produtoras. Esse quadro mudou, senhoras e senhores, graças a um persistente esforço de modernização do setor.

A transformação do Brasil num dos líderes mundiais da exportação agropecuária foi possibilitada por uma combinação de ações políticas e empresariais. A ocupação do cerrado por agricultores provenientes de outras áreas – principalmente do sul – intensificou-se nessa mesma época. Nos anos 80, a agropecuária exibiu dinamismo e modernizou-se, graças ao investimento em novas tecnologias e à adoção de melhores práticas de produção. O avanço tecnológico pelas pesquisas da Embrapa, senhoras e senhores, foi particularmente notável, nessa época, na criação de gado de corte e na produção de aves. Agora um salto significativo foi dado em meu Estado de Mato Grosso.

Graças à ação firme do Presidente Lula, teremos a Embrapa em Mato Grosso, um antigo sonho de todos nós matogrossenses.

No dia 19 de outubro ocorreu o lançamento da pedra fundamental da sede da Embrapa em nosso querido Município de Sinop. Agora é realidade e a previsão é de que sejam aplicados R$7,92 milhões em edificações e vai gerar mais de cem empregos diretos no Município (sendo 32 pesquisadores, 15 analistas e 54 assistentes). Não tenho dúvida de que, a partir do funcionamento efetivo da Embrapa em nosso Estado, Mato Grosso dará salto fantástico de qualidade na pesquisa da pecuária e da agricultura.

Agora a missão da Embrapa em Mato Grosso será estudar as áreas de grãos (soja, milho, arroz, feijão, sorgo), fibras (algodão), pecuária (bovinocultura de corte e de leite, suinocultura, piscicultura, avicultura de corte e ovos), espécies arbóreas (fruticultura e florestas plantadas) e mandioca. Algumas linhas de pesquisa como piscicultura, avicultura e suinocultura serão trabalhadas de forma descentralizada em vários Municípios.

Estamos preparados para produzir e vamos produzir. Sou cada vez mais uma entusiasta desta causa. Por isso, neste meu mandato de Senadora, eleita por Mato Grosso, tenho me esforçado em potencializar nossa agricultura, principalmente a familiar, seja percorrendo os Ministérios em Brasília, ou indo a seminários de agricultores e agricultoras.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senadora Serys, queria participar. É rápido. É muito rápido.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco PT – MT) – Senador, tem que ser muito rápido.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Queria só dizer que vinha ouvindo no rádio V. Exª falando, enaltecendo, defendendo e chamando as mulheres para participar e agora continua. Quero que V. Exª reveja o número de Senadoras. Quantas Senadoras tem aqui? São 10%? Pois então são 20%, porque V. Exª vale por dez. É muito ativa. O Estado de Mato Grosso tem que trazer essa mulher que vale por dez.

A SRA SERYS SLHESSARENKO (Bloco PT – MT) – Obrigada, Senador.

Recentemente, estive na cidade de São José dos Quatro Marcos, onde falei para mais de 1.500 mulheres, Senador Mão Santa, Senador Geraldo Mesquita, Senador Garibaldi, trabalhadoras rurais, no 10º Encontro da Mulher Rural, com ênfase na agricultura familiar. Nesse evento fui recebida pelo meu companheiro Prefeito, João Roberto Ferlin, pela Primeira-Dama, Jô, e por várias autoridades locais, entre vereadores e secretários municipais e o Deputado Português. Foi um belo encontro em que as trabalhadoras puderam trocar experiências, participar de palestras, *shows*, além de orientações principalmente sobre o Programa de Aquisição Alimentar.

Essa foi uma ação muito feliz do Prefeito João Ferlin e de sua esposa Jô. Parabéns por essa postura democrática e principalmente por estarem realizando uma administração voltada efetivamente para os interesses do povo. A Primeira-Dama Jô teve um papel destacado, e com muita organização recebeu as nossas trabalhadoras rurais em seu Município. João Ferlin e sua esposa merecem todo o nosso respeito, todos os nossos elogios.

Afirmo que o mundo tem muito a aprender com essas mulheres guerreiras que estão na cadeia produtiva do nosso Governo e o do meu Estado, do Governo do Presidente Lula e do Governador Blairo Maggi, em Mato Grosso. Sei muito bem que na área rural muitas dessas mulheres estão sujeitas a longas jornadas duplas e até triplas, prejudicando sua saúde e levando ao estresse muitas vezes. São condições que afetam toda a família. Mas elas enfrentam os desafios com paciência e determinação, sabendo que o trabalho de cada uma é fundamental para o alcance de suas dignidade e de suas famílias.

Com muito orgulho, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, digo que as mulheres de Mato Grosso e de todo o Brasil são verdadeiras empreendedoras, aquelas que trabalham no meio rural e aquelas que trabalham no meio urbano e contribuem significativamente com a nossa economia. São mulheres trabalhadoras, trabalhadoras na área rural, trabalhadoras na área urbana. Senadores, Senadores de Mato Grosso, Senador Goellner, Senador Osvaldo Sobrinho, aqui presentes, falo das nossas mulheres, das mulheres trabalhadoras rurais, das mulheres trabalhadoras urbanas.

Outro tema importante que destaco é o das comunicações. O Governo do Presidente Lula tem-se esforçado para levar a todo o Brasil, e muito especialmente ao nosso Estado de Mato Grosso, serviços públicos de boa qualidade. São dados irrefutáveis que, além do setor de Comunicações, alcançam programas como o Luz para Todos, o Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, o Pronasci, Território da Cidadania, agricultura familiar e tantos outros.

Faço questão de registrar com muito carinho a audiência que tive anteontem, dia 2 de dezembro, com o Ministro das Comunicações, Hélio Costa. O Ministério das Comunicações tem prestado um grande serviço ao Brasil com ações concretas no sentido de alcançar com seus serviços o maior número possível de pessoas. Agora finalmente entramos na era digital, que não é mais privilégio dos nossos irmãos do Sul e Sudeste; pelo contrário, às vezes a era digital tem chegado à nossa região de forma pioneira.

Fiz questão de tecer pessoalmente vários elogios ao Ministro Hélio Costa e ao seu assessor especial José Vicente. São grandes brasileiros a serviço da Nação.

Falei ao Sr. Ministro que lá em Mato Grosso os telecentros (sucesso total) já estão em quase todos os nossos 141 Municípios (apenas dois ainda não estão cadastrados). Esses telecentros consistem em uma sala de leitura, auditório, laboratório de divulgação da ciência, laboratório de informática, estúdio multimídia e oficina de rádio, mas são verdadeiras revoluções nas atividades das pessoas. São espaços com computadores ligados, conectados à internet banda larga e cada unidade possuiu normalmente entre 10 e 20 micros. O uso livre dos equipamentos, cursos de informática básica e oficinas especiais são as principais atividades oferecidas à população.

A meta do nosso Governo é atingir a implantação de 21 mil telecentros comunitários até o final de 2010, colocando à disposição da população 231 mil computadores com acesso gratuito à internet. Outra frente de promoção de políticas públicas para inclusão digital levou os Ministérios da Comunicação e da Educação a desenvolver uma estratégia para garantir a banda larga nas escolas públicas. No ano passado, por iniciativa do Ministro Hélio Costa, o Governo fechou um acordo com as operadoras de telefonia para substituir algumas obrigações previstas nos contratos de concessão. Até 31 de junho deste ano, cerca de 30 mil escolas de todo o País estão conectadas à internet, o que representa mais da metade do total dos estabelecimentos de ensino fundamental nas cidades do nosso País. Até o final deste ano, a expectativa do Ministério é que 45.381 escolas já estejam conectadas, correspondente a 80% de todas as escolas públicas urbanas.

O próximo passo, senhoras e senhores, é levar banda larga para as escolas rurais. Isso deve começar a virar realidade em janeiro de 2010. isso porque, em 24 de junho, o Ministério das Comunicações publicou a portaria que institui o Programa Nacional de Telecomunicações Rurais. O Governo Federal, o Governo

do Presidente Lula, vem implementando nos últimos quatro anos o maior programa de inclusão digital da América Latina. A ação vem sendo desenvolvida pelos Ministérios das Comunicações, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia e na área da Educação.

Parabéns mais uma vez ao Ministro Hélio Costa e a sua competente assessoria.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Após a fala da Senadora Serys, consultando a lista de oradores, convido a usar da palavra o Senador Garibaldi, o primeiro a chegar neste plenário, nesta sexta-feira.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, Senador Geraldo Mesquita, quero hoje trazer para o plenário a discussão sobre a atividade pesqueira em nosso País e sua recente regulação.

Recentemente, no dia 29 de junho do ano corrente, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei nº 11.959, dispondo sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.

Esse diploma legal foi formatado no sentido de promover o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira no Brasil. Buscou-se, Sr. Presidente, a regulamentação e a definição das diversas modalidades de pesca realizadas, dando lastro jurídico para as relações comerciais e produtivas do setor protegendo o direito dos trabalhadores nele inseridos.

Foram 10 anos de tramitação da Lei da Pesca no Senado Federal. Entretanto, a despeito dessa discussão ter se tornado tão madura, ainda tivemos o veto presidencial a quatro artigos previstos na Lei nº 11.959, o que acabou por gerar uma imensa e incômoda lacuna com relação a essa atividade.

Ora, é do conhecimento geral que uma das modalidades da atividade pesqueira mais conhecidas e populares do nosso País se dá pelo contrato de parceria da pesca artesanal. Trata-se de uma realidade presente em todo nosso litoral, onde incontáveis pescadores associam-se a donos de barcos e materiais de captura para exercer seu ofício.

Dessa forma, ao excluir da regulação a modalidade de parceria na atividade da pesca artesanal feita sob alegação de sua insuficiente caracterização formal, a lei, embora recém inserida em nosso ordenamento jurídico, já nasceu amputada, faltando-lhe uma clara disposição sobre esse regime contratual.

Por outro lado, no que tange à pesca industrial, exercida por contrato com previsão de pagamento ao pescador profissional, parte em dinheiro e parte em percentual do resultado da pesca, a ausência de estipulação legal específica também trouxe, Sr. Presidente, repercussões negativas para os trabalhadores do setor que acabaram ficando desamparados pela falta de uma regulamentação mais compreensiva.

Neste sentido, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, alertado para a situação por representantes do setor pesqueiro, apresentei o Projeto de Lei do Senado de nº 243, de 2009, acrescentando à legislação pesqueira a definição e caracterização dessas modalidades contratuais de produção e equiparando a pesca à atividade agropecuária. E hoje já tivemos aqui uma defesa veemente da atividade agropecuária que foi feita há poucos instantes pela Senadora Serys Slhessarenko. (Não há jeito, vou terminar a sessão legislativa embaraçado com o nome da Senadora).

Portanto, Sr. Presidente, no atual estágio de indefinição legal, as parcerias de pesca acabam assumindo um caráter mais aproximado à relação de emprego, onde há um chefe com maior poder decisório e de barganha produtiva, mas sem a garantia dos direitos trabalhistas previstos em lei.

Nas "parcerias" atuais, em muitos casos, não há sócios, mas patrões e subordinados. Não há partilha de lucros e prejuízos na exata medida da cota parte de investimento, mas relações de mera prestação de serviços, o que acarreta, não raro, situações de franca desvantagem para o pescador.

Constata-se, portanto, a necessidade premente de fazermos a estipulação e a definição clara, precisa, do que seja o contrato de parceria e suas condições. Daí a importância de discutirmos e aprovarmos esse Projeto de Lei de nº 243, que se encontra em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais. Já foi lido o relatório, já foi encerrada a discussão e falta apenas agora a votação.

Quanto à modalidade da pesca industrial, entendemos que sua regulação deve ser atrelada à legislação trabalhista, com o objetivo de assegurar pelo menos a percepção do salário mínimo no cômputo da parcela em dinheiro a ser paga ao pescador.

Sr. Presidente, Senador Geraldo Mesquita, Srªs e Srs. Senadores, temos a obrigação de reconhecer na figura do Presidente da República um entusiasta da atividade pesqueira no Brasil, prova disso foi a criação da Secretaria Especial da Pesca e, agora, a criação do próprio Ministério da Pesca.

Até por sua origem humilde, por conhecer de perto as agruras de um trabalhador, o Presidente deve e, evidentemente, reconheceu nos pescadores uma categoria que estava absolutamente esquecida e abandonada no nosso País.

Daí por que veio a exigência desse estatuto legal, dessa regulamentação e, agora, não podemos,

de maneira nenhuma, deixar que esse trabalho que se fez para valorizar, para definir melhor a atividade pesqueira, fique comprometido. Não podemos permitir, depois de tanto tempo, nenhum retrocesso.

E, assim, também não podemos permitir que seja deixada de lado a inquestionável necessidade de se abordar a matéria, não de uma perspectiva exclusivamente econômica, mas sob a ótica social e cultural das comunidades inteiras que vivem da pesca artesanal no nosso País.

No nosso Estado, Rio Grande do Norte, nós temos dezenas desses casos de comunidades inteiras totalmente voltadas para a atividade da pesca. E temos à frente agora da Presidência da Confederação Nacional dos Pescadores, vinculada à Força Sindical, um dos nossos líderes da atividade, que é o Presidente Abraão Lincoln.

Reconhecemos que o advento da Lei nº 11.959 trouxe significativos avanços para a proteção e para o fomento da atividade. Mas, como foram deixadas essas lacunas, elas precisam ser preenchidas. É preciso que se dê a elas a mesma prioridade que vem sendo dada a outros projetos que aqui têm tramitado, sobretudo à Lei da Pesca.

Por tudo isso, Sr. Presidente e demais Senadores e Senadoras aqui presentes, entendemos ser de vital importância a aprovação célere desse projeto de lei que ainda vai à Câmara dos Deputados, o Projeto nº 423, que acrescenta alguns dispositivos à legislação pesqueira recentemente inserida em nosso ordenamento jurídico.

Nordestino, como já disse aqui, rio-grandense-do-norte, aprendi a conviver, desde criança, com famílias inteiras de pescadores que habitam nosso extenso litoral. Com eles, aprendi a necessidade de valorizarmos nossas tradições seculares. Percebi a importância dessa atividade para a manutenção de milhares e milhares de pessoas.

Daí por que precisamos de um setor pesqueiro cada vez mais forte e produtivo em nosso País. Temos esse imenso litoral à nossa disposição, além de rios e lagoas plenas de vida aquática. Não podemos, portanto, desperdiçar esse enorme potencial gerador de emprego e renda.

Queremos que o brasileiro não só pesque mais, mas também, claro, que consuma pescados em maiores quantidades. A Organização Mundial de Saúde recomenda a ingestão anual *per capita* de doze quilos por ano, mas a taxa brasileira ainda está por volta de sete quilos anuais.

Dessa forma, Sr. Presidente, queremos deixar esta tribuna com a convicção de que teremos, a cada dia que passa, principalmente neste Congresso, iniciativas que venham ao encontro da valorização da atividade pesqueira artesanal e industrial, sobretudo a artesanal, para reconhecer o valor desse nosso pescador.

Muito obrigado.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – O senhor me permite um aparte ainda na conclusão, Senador Garibaldi?

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Pois não, Senador Gilberto Goellner.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Acompanho sua preocupação, Senador Garibaldi, com o setor de pesca. Inclusive, há uma emenda, na Comissão de Agricultura, à qual o senhor não se referiu diretamente, de algo em torno de R$100 milhões, uma das quatro emendas de incentivo ao setor pesqueiro aprovadas naquela Comissão. Não me recordo da rubrica, mas possivelmente no setor de incremento da frota pesqueira. O senhor poderia explicar um pouco melhor? Vejo que será um incentivo muito grande à pesca artesanal brasileira. Mesmo que nossas emendas não tenham sido incluídas, principalmente a minha, que dava uma complementação orçamentária ao Ministério da Agricultura, na área de defesa animal e vegetal, de R$80 milhões para cada Ministério, já que ficou defasado – foi cortado do Orçamento –, o que vai causar problema. Também é importante para seu Estado e para todos os Estados brasileiros, na área de defesa vegetal, das fiscalizações, da entrada de doenças, tanto na área animal, principalmente na área de febre aftosa, quanto na área de defesa vegetal, de que tanto o País precisa. Mesmo assim, eu o cumprimento, porque o setor pesqueiro, com sua emenda, vai ter um incentivo muito grande. Então, quero parabenizá-lo por ter sido aprovada sua emenda. Esperamos que o Relator do Orçamento também o faça, acatando sua emenda na integralidade. Mesmo assim, nós não vamos desanimar. Estamos solicitando ao Relator Geral, Geraldo Magela, que acate a complementação das emendas de defesa animal e vegetal para o Ministério da Agricultura, porque, uma vez incluída no seu orçamento, daria as condições mínimas para o serviço de fiscalização e controle daquele Ministério. Parabenizo V. Exª, portanto, pela sua defesa do setor pesqueiro brasileiro, que tanto necessita também desses incentivos, principalmente na área da frota pesqueira. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Agradeço ao Senador Gilberto Goellner.

Vejo que temos, hoje, aqui, uma espontânea e natural frente parlamentar em defesa da pesca. Ela pode não ter sido nem formalizada ainda, mas ela, mesmo não existindo de direito, existe de fato, no sentido de carrearmos mais recursos para aquela atividade, já que – eu não falei isto aqui – a pesca industrial se

ressente muito do fato de que as exportações, com a questão do câmbio, diminuíram bastante, o que fez com que aqueles que vivem da atividade da pesca tenham sido obrigados a recorrer, cada vez mais, ao mercado interno. Aí entra também a questão da renovação da frota pesqueira, o que só será possível com incentivos como aqueles criados pelo Governo Federal no sentido da aquisição de novos barcos para a atividade.

Agradeço, pela tolerância, ao Presidente Geraldo Mesquita e agradeço, sobretudo, ao Senador Gilberto Goellner pelo aparte.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Garibaldi, os agradecimentos da Mesa pelo discurso feito por V. Exª nesta manhã.

Concedo, incontinente, a palavra ao Senador Mozarildo, penitenciando-me por não ter visto o nome dele aqui na relação de oradores.

Com a palavra o Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Geraldo Mesquita, que preside esta sessão de sexta-feira neste momento, Srªs e Srs. Senadores, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, quero – vou fazer isto até a realização das eleições de outubro do ano que vem – tratar de um tema fundamental para o qual, na minha mania, vamos dizer assim, de médico, não adianta buscar tratamentos se não fizermos diagnóstico. Não adianta ficar dizendo para fazer isto ou aquilo para tratar alguma coisa sem ter o diagnóstico.

E eu já abordei aqui uma pesquisa que foi feita pela *Folha de S.Paulo*, no dia 4 de outubro, e fiz uns comentários. Mas, como a matéria era vasta e profunda, resolvi pedir à Consultoria Legislativa do Senado que analisasse mais tecnicamente essa pesquisa. E quero aqui hoje ler a nota informativa da Consultoria Legislativa do Senado, que, na verdade, é um trabalho curto, mas conciso e bom, e que vem assinado pelo consultor Caetano Ernesto Pereira de Araújo.

Não vou ler a nota toda; vou ler alguns pontos principais e pedir, depois, que seja transcrita na íntegra, porque acho que é importante que isso não só fique nos Anais do Senado, mas principalmente sirva de meditação, de reflexão e de análise por quem realmente quer neste País uma forma mais honesta, ou honesta – porque não há esse negócio de mais ou menos, não –, uma forma honesta de se administrar tanto as Prefeituras, as Câmaras de Vereadores, os Governos dos Estados, as Assembléias Legislativas, a Presidência da República, o Senado e a Câmara. Portanto, é preciso que o eleitor brasileiro e a eleitora brasileira aproveitem bem esta próxima eleição, do ano que vem, para fazerem realmente uma mudança para valer nos quadros políticos deste País.

Então, diz aqui a nota informativa, analisando a pesquisa do jornal *Folha de S.Paulo*, do dia 4 de outubro:

> O primeiro ponto a assinalar é o grau elevado de homogeneidade moral que as respostas revelam. Variações ligadas principalmente à renda e à escolaridade manifestam-se, contudo são menos significativas que o pano de fundo de um alto consenso valorativo. A população brasileira partilha posições comuns a respeito do que é certo e errado, bem como declara percentuais aproximados de observância das regras apresentadas pela pesquisa.
>
> Em segundo lugar, chama a atenção o grau de desconfiança em relação a diferentes instituições. Para as instituições mais bem avaliadas, os percentuais de confiança são os seguintes: Igreja Católica, 29%[veja bem, a mais bem avaliada tem 29% apenas de avaliação positiva]; Forças Armadas, 24%; imprensa; 21%; igrejas evangélicas, 20%; sindicatos, 16%; e bancos e financeiras, 16%. Isso significa que 71% dos entrevistados acreditam haver corrupção na instituição mais bem avaliada, a Igreja Católica, o que revela um quadro mais severo em relação às outras instituições avaliadas.

Vejam que a desconfiança do povo na honestidade, na moralidade está solapada, está completamente contaminada. Então, é preciso que analisemos isso com muita serenidade e muita profundidade.

Do outro lado da tabela, [e aí é que é o mais grave] encontram-se as instituições com pior avaliação: o Congresso Nacional e os partidos políticos, com 8%; a Presidência da República e os ministérios, com 12%; os governos estaduais, com 13%; as assembléias legislativas, com 14%; as prefeituras, as câmaras e as polícias militares, 19%. Seguem-se a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Poder Judiciário.

Então, vejam que não há mais credibilidade em instituição nenhuma neste País, nem nas igrejas, nem nas Forças Armadas, nem nos sindicatos, que são os mais bem avaliados. Quer dizer, a mais bem avaliada – repito –, que é a Igreja Católica, tem 29%; as igrejas evangélicas, 20%. E aí os percentuais com relação a essa parte outra – vamos dizer – são piores ainda: a Presidência da República e os Ministérios, 12%; os governos estaduais, 13%; e as assembléias legislativas, 14%. Vejam quanto insignificante é a avaliação positiva das instituições.

O terceiro dado relevante da pesquisa é a confrontação entre a avaliação do entrevistado a respeito de uma série de ilícitos ou irregularidades apresentadas e a declaração da prática desse ilícito. Pela ordem decrescente da avaliação do "errado" está a falsificação de documentos (97% consideram errado e 3% já praticaram), a compra de diploma [96% acham errado, mas 1% disse que já o fez, já obteve diploma falso]; a venda do voto [89% condenam contra 10% que afirmam já haver praticado a venda do seu próprio voto]; a cola em provas de concursos [31% confessam que já colaram em provas de concursos]; a ultrapassagem do sinal vermelho [23% declararam que já fizeram]; a inverdade na declaração na declaração de renda [5% declararam]; a captura de músicas pela internet [27% declararam que já o fizeram] e a compra de produtos piratas [68% declararam que já compraram produtos piratas]. Entrevistados com maior escolaridade e renda tendem a assumir em maior grau a prática de alguns ilícitos mencionados. O conjunto das respostas apresenta, nesse caso, uma hierarquia nítida de práticas consideradas mais e menos condenáveis, ilicitudes leves e pesadas, hierarquia na qual, claramente, capturar músicas na internet e comprar produtos piratas encontram-se no degrau mais baixo da escala de gravidade.

Complementares a esses dados são aqueles que dizem respeito à relação do entrevistado, ativa ou passiva, com a prática da corrupção. Apenas 5% reconhecem haver oferecido dinheiro a algum funcionário público em troca de vantagens, o mesmo percentual reconhece a tentativa de suborno a guardas de trânsito, e 13% dizem ter sido objeto de tentativa de suborno.

Finalmente, a pesquisa revela uma profunda assimetria, apontada com propriedade pelo professor Renato Lessa, um dos articuladores do caderno especial dedicado ao assunto...

Esse caderno especial – repito – foi fruto de uma pesquisa da *Folha de S.Paulo*, que entrevistou um universo considerável de eleitores sobre os temas.

Em síntese, poucos estão propensos a avaliar positivamente o ilícito, poucos admitem havê-lo praticado, mas muitos consideram os demais capazes de cometê-lo. Exemplo: 82% das pessoas declaram não admitir a possibilidade de vender seu voto, mas 79% pensam que a maioria dos brasileiros assim o faz.

Ora se 79% acham que as pessoas vendem o voto é porque de alguma maneira também já venderam ou em troca de emprego ou de favor ou de algum tipo de contrapartida.

Como avaliar esse conjunto de dados? Em primeiro lugar, é forçoso reconhecer que não trazem grandes novidades. Um bom número de pesquisas anteriores, das quais uma das mais recentes divulgadas encontra-se no livro de Carlos Alberto Almeida A Cabeça do Brasileiro havia chegado a resultados semelhantes, a saber:

a) levado grau de homogeneidade valorativa na população brasileira;

b) sobre o pano de fundo homogêneo, diferenças que respondem principalmente a variações de escolaridade;

c) a tendência maior entre os menos escolarizados a declarar opiniões e práticas conforme a norma considerada "correta";

É lógico. Esse é um dado importante a considerar, Senador Cristovam: quanto mais escolarizado, portanto, como se diz no popular, mais escolado é o eleitor, que sabe, portanto, disfarçar o seu ilícito.

d) o fundamento da confiança nas relações pessoais, donde a confiança em relação ao "outro anônimo" e as suas personificações jurídicas, as instituições;

e) a hierarquia estabelecida em diferentes ilícitos e a hierarquia amplamente partilhada entre os entrevistados.

Aqui vale dizer: ora, cometer um ato de corrupção, não interessa se foi por trinta dinheiros, como fez Judas lá atrás, ou se foi por trinta milhões. É ato de corrupção da mesma forma. Vai valorizar se foi muito ou se foi pouco? Quem se vende por trinta dinheiros, como fez Judas, pode se vender também por alguns mil reais.

Então, isso demonstra que nós temos de ir fundo na sociedade, começando na família, indo para a escola, indo para as instituições, indo para a rua, para realmente mudar a sociedade, porque esses eleitos, todos que mencionei aqui, do Vereador ao Presidente da República, são eleitos pelo voto de cada um de nós.

Sobre a homogeneidade valorativa, pouco há a comentar, exceto a estranheza que parece ter gerado em alguns dos analistas da pesquisa. Solapa claramente uma noção cara ao senso comum: as enormes desigualdades econômicas, sociais e de conhecimento devem replicar-se necessariamente em diferenças de valores estéticos e morais. Não é o que se verifica, ao menos no que respeita aos valores morais.

A desconfiança em relação às instituições vincula-se, como afirmado anteriormente, ao fundamento da confiança nas relações

> pessoais, aspecto não explorado na pesquisa sob análise, mas extensamente trabalhado em pesquisas anteriores. A simetria entre a autovaloração e a alheia também replica o mesmo tema. Até a tolerância maior com o ilícito, quer dizer, a tolerância com o erro, com a corrupção, observada na avaliação da pirataria e da captura de músicas na Internet, manifesta-se nos casos em que os prejudicados são indivíduos longínquos ou, num outro plano, isto é, coletividades teoricamente anônimas.

Então, é muito importante, e não vou ler o restante, Senador Geraldo Mesquita, mas, como disse, peço a transcrição na íntegra, porque quero fazer alguns comentários que realmente eu já comecei a fazer e, repito, vou fazer até as eleições, porque, aqui no Senado, dois terços dos Senadores, isto é, 54 Senadores, vão ser eleitos ou reeleitos, se os eleitores decidirem, no dia 3 de outubro do ano que vem. O Presidente da República, 54 Senadores e 513 Deputados. Haverá eleição para 513 Deputados. Se o povo vai reeleger esses que estão aí ou outros, é o povo que vai falar. A Constituição diz: o poder emana do povo. Isso se repete com os Governadores dos Estados e com os Deputados Estaduais; no caso do Distrito Federal, o Governador do Distrito Federal e os Deputados Distritais. Então, não há outro momento mais adequado para que façamos essa mudança, essa revolução cívica.

E eu tenho dito aqui, inclusive falando sobre a Maçonaria, que a Maçonaria deve se envolver de maneira muito firme nessa questão. Inclusive, recentemente, numa palestra que fiz no 1º Encontro de Maçons e Damas da Maçonaria do Sul e Sudeste do Pará, na cidade de Marabá, fiz questão de dizer isso a todos os maçons presentes, às esposas dos maçons, que nós chamamos de cunhadas e que pertencem a uma entidade chamada As Damas da Fraternidade, à juventude maçônica lá presente, representada pelos jovens da Ordem DeMolay e pelas jovens da entidade chamada Arco-Íris.

E fico muito feliz porque vejo aqui, Senador Sobrinho, V. Exª que também é um maçom, que o Grande Oriente do Distrito Federal já entrou nessa. E ele está aqui numa página da revista do Grande Oriente do Distrito Federal, de Brasília, com o símbolo do Grande Oriente do Distrito Federal, a bandeira do Brasil estilizada, e bota: "Novo Brasil. Ética, Moral, Dignidade".

A responsabilidade é de todos nós. É de todos nós. É muito importante que o eleitor saiba, seja ele uma pessoa analfabeta, simples, seja ele o mais letrado professor, com pós-doutorado, ele tem de saber. Não só ele tem a obrigação de votar certo e não vender o voto dele, como tem de convencer aqueles que estão ao redor dele, sob a influência dele, de não fazer isso também.

O Sr. Osvaldo Sobrinho (PTB – MT) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Em seguida, com muito prazer.

Então, eu quero comentar esse engajamento do Grande Oriente do Distrito Federal. E, ao final, tem aqui: "Muda Brasil. Ética, Moral, Dignidade. A responsabilidade é de todos nós". E aqui em amarelo: "Entre nessa".

Entre nessa, meu caro telespectador, telespectadora da TV Senado, ouvintes da TV Senado. Entre nessa. Vamos de fato fazer uma mobilização social pela mudança, pela moralidade da atividade pública. Eu me sinto desconfortável quando eu ouço de alguém, às vezes até próximo de mim: "Político é tudo igual. Todo mundo faz as coisas erradas mesmo. Tem de fazer. Até tem que fazer!" Nisso realmente eu não acredito, isso não aceito e acho que temos de mudar, porque conheço muitos, muitos e muitos. Aliás, eu diria até que é a minoria. Em alguns casos, pode ser que seja a maioria que realmente se vale de métodos escusos para se eleger e para exercer o seu mandato.

Mas, Senador Sobrinho, com muito prazer ouço V. Exª, que também é maçom e espero – sou do Grande Oriente do Brasil, e V. Exª, do Grande Oriente Independente; e esse encontro lá de Marabá a que me referi foi das grandes lojas– que as três potências maçônicas se engajem nisso.

Quero ouvir V. Exª, que, com certeza, será o grão-mestre do Grande Oriente lá no seu Estado.

O Sr. Osvaldo Sobrinho (PTB – MT) – Muito obrigado, Excelência. Na verdade, quero aproveitar o seu pronunciamento para dizer aqui da admiração que tenho pelo Grande Oriente do Brasil, seção DF, que tem feito um grande trabalho principalmente junto às instituições e ao Congresso Nacional. Em todas as quintas-feiras, quartas-feiras, eles convocam, convidam os Parlamentares para ali, no templo da Maçonaria aqui no DF, discutir assuntos de importância não só do DF, mas do Brasil como um todo. A Maçonaria dessa forma volta a participar dos grandes temas nacionais. Aliás, a Maçonaria sempre esteve presente em todos movimentos libertários, moralizadores da história do Brasil e do mundo, desde a Revolução Francesa, a Independência das Colônias Americanas, a Inconfidência Mineira, a Independência do Brasil. Em todos esses movimentos importantes, lá esteve a Maçonaria presente. Por um tempo, ficou um pouco afastada, somente na parte ritualística. Agora, volta a ser mais operativa. Portanto, acredito que é um momento sério também de convocar para as situações de conflito

por que passa a Nação, também chamar a Maçonaria para estar presente nesses momentos, porque ela tem uma reserva moral deste País. Ela tem as pessoas que pensam, são pessoas líderes. Todos que estão nas colunas maçônicas são homens que verdadeiramente têm uma influência na comunidade e, de uma forma ou de outra, seja pedreiro, seja construtor, seja trabalhador de forma geral, estão lá, cada um edificando o seu templo, fazendo com que as coisas possam realmente melhorar. Portanto, o DF, ou seja, a Maçonaria do DF, por meio do Grande Oriente do Brasil, tem feito um trabalho nesse sentido, voltando, reconciliando a Maçonaria com a sociedade, fazendo com que ela seja uma parcela viva da sociedade e com que possa trazer a sua mensagem de reconforto na restituição ou na reconstrução de uma sociedade melhor. Esse trabalho temos também tentado fazer em Mato Grosso, por intermédio dos Três Grandes Orientes, digo, das Três Grandes Potências, e a nossa, que é a Independente, tem feito também um trabalho nesse sentido. Tenho agora ultimamente viajado e visitado quase todas as lojas da nossa Potência no Estado.

Tenho sentido que há uma vontade muito latente naqueles maçons no sentido de buscar a participação novamente da comunidade, até uma defesa de que os maçons também participem da vida pública, disputando também eleições, para que possam ali imprimir os seus conceitos, as suas vontades, os seus desejos, as suas aspirações, o seu espírito cívico e, acima de tudo, o seu espírito patriótico. Portanto, quero parabenizar V. Exª, que tem sido um dos homens desta Casa que tem defendido o espírito maçônico e que tem, ao mesmo tempo, divulgado a nossa filosofia, logicamente dentro dos nossos princípios, das nossas leis, da nossa Constituição, respeitando tudo aquilo que é enigmático dentro da nossa sociedade, mas, evidentemente, logicamente, o espírito geral dela compete a todos, e todos têm de saber que ela existe como uma célula viva, assim como existe a Igreja, como existem as instituições do Estado, assim como existem outras instituições que também zelam pela democracia e pelo republicanismo. Portanto, parabéns a V. Exª e digo que, na verdade, estamos no caminho certo e a Maçonaria será um dos veios que nos levará à recondução deste País ao caminho certo. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Sobrinho, quero dizer que fico muito feliz com o aparte de V. Exª. Como disse, tenho certeza de que será o futuro grão-mestre do Grande Oriente Independente lá no seu Estado.

E V. Exª usou duas coisas que me chamaram a atenção. Primeiro, destacou realmente a atuação do Grande Oriente do Distrito Federal, que é jurisdicionado pelo Grande Oriente do Brasil e que é dirigido pelo irmão Jafé Torres, homem que se dedica integralmente, de corpo e alma, à Maçonaria. Tem feito um trabalho brilhante. Já foi inclusive chefe de gabinete do Grão-Mestre Geral no passado e atualmente tem feito esse movimento, que, como V. Exª disse, no passado fizemos vários movimentos libertários – a Independência do Brasil, a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República. Agora é um movimento libertário também, um movimento libertário pelo voto. Quer dizer, libertar o País da corrupção começa no voto. Por isso é que, além da Maçonaria, temos que convocar os Rotarys, os Lyons, sindicatos, igrejas, associações de bairros, enfim, toda organização da sociedade civil a se mobilizar para efetivamente fazer essa mudança.

Senador Goellner, com muito prazer ouço V. Exª.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Quero parabenizar-lhe, Senador Mozarildo, pelos seus constantes pronunciamentos em prol de uma moralização do sistema eleitoral brasileiro. O principal componente que faz com que a compra de votos vire uma instituição generalizada em todas as cidades brasileiras, em todos os Estados, é o caixa dois dos partidos, o caixa dois dos candidatos. E foi isso que veio à tona na semana passada aqui no Distrito Federal. Enquanto não se abolir diretamente a presença desses recursos financeiros sem origem, que não são contabilizados na campanha eleitoral, vai continuar a compra de votos no País. E eu acho até pouco o chamamento só às instituições. As instituições têm um papel relevante nesse sentido – Maçonaria, Lyons, Rotary –, o TSE, os TREs locais fazem esse chamamento pela televisão, mas é preciso ser muito mais orientado; o povo precisa ser orientado. Mas isso é característica dessa pobreza do cidadão brasileiro. Ele se vende pelo voto. Ele espera, a cada dois anos, uma eleição. Ele gostaria que houvesse todos os anos. Além de trabalhar diretamente como massa de manobra de alguns candidatos, ele também espera uma compensação financeira pelo seu voto. Então, é isso que nós precisamos abolir no País, e é a isto que o senhor se refere: moralização das campanhas, moralização dos candidatos. Todos deveriam se propor realmente a não participar dessa maneira escusa de ser eleito para qualquer função do Legislativo ou do Executivo brasileiro. Então, nesse sentido, esse seu chamamento de hoje e outros que o senhor tem pronunciado vêm ao encontro do que nós queremos, do que nós desejamos, que é omitir completamente o caixa dois das campanhas. As doações que forem feitas deverão ser registradas, deverão estar transparentes para que toda a população conheça, para que todo cidadão acompanhe. Eu vejo agora que, com a

nova fórmula de se colocar isso na Internet, nós vamos moralizar muito. Já vamos partir para isso. Agora, a fiscalização está muito aquém. Parte do que cada candidato gasta é fiscalizado, mas a fiscalização do restante, do dia, da véspera, das mobilizações que são feitas na véspera, essas ficam fora do controle de qualquer instituição que venha a fiscalizar. Meus parabéns. Nós fazemos coro ao seu chamamento. Precisamos moralizar o sistema eleitoral, a forma de se candidatar cada cidadão brasileiro. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Goellner, V. Exª tem razão na abordagem que fez. Quero pegar um ponto para dizer a V. Exª o seguinte: é lógico que o pobre, que está realmente passando fome, é mais vulnerável – é verdade –, mas o rico também se vende. E o rico se vende mais caro, porque vai se vender em troca de uma retribuição depois; ele vai se vender trabalhando como general eleitoral numa campanha; ele vai dizer que tem 'x' votos, vai promover reuniões etc., mas se vende, Senador Gilberto Goellner. Portanto, não é um mal que esteja localizado num segmento, digamos, mais vulnerável, que é justamente o daqueles desvalidos; é geral.

Inclusive, ontem, o jornalista da Globo Heraldo Pereira, quando terminou uma reportagem sobre a questão da corrupção, ele disse que todos nós devemos entrar nessa também – mais ou menos assim, ao final do comentário. É isso mesmo. Acho que a imprensa terá um papel fundamental, não só de investigar e de apontar realmente as irregularidades, mas também de ajudar a conscientizar a população de que não se pode vender o voto. E buscar culpados? A culpa é do caixa dois; a culpa é do Presidente da República, por exemplo, que minimizou a história do mensalão do PT, que minimiza qualquer escândalo – ele é uma espécie de Deus do Brasil, pai do Brasil –, que se arvora de juiz para dizer isso ou aquilo. E aí vem o mau exemplo. Mas será que é só ele o culpado? Muita gente diz que é o Judiciário, porque não julga e, portanto, há impunidade. É bom lembrar que o Judiciário cumpre a lei, executa o que está no Código de Processo Civil, no Código de Processo Penal, e não pode deixar de cumprir, porque o advogado está ali em cima, exigindo o cumprimento. Então, se é lento o processo judicial, a culpa é da lei. E quem faz a lei? É o Poder Legislativo. E por que o Legislativo não faz? Porque não interessa ao Executivo e muito menos a certos setores da sociedade.

Então, essa história do culpado é uma coisa que a gente tem que analisar. Como eu digo, o importante é fazer o diagnóstico, e a peça chave nessa questão, agora em 2010, é o eleitor.

É verdade que o nosso processo eleitoral, por permitir caixa dois, por exemplo, é muito ruim. Mas, mesmo sendo muito ruim, é aquela história, Senador Mão Santa – V. Exª que é médico também –, a gente usa o remédio que tem, de que dispõe, e o remédio de que dispomos agora é esclarecer o eleitor. Eu disse aqui: infelizmente, os partidos políticos nem aparecem na avaliação, de tão ruins que são no conceito da sociedade. Ora, se a Igreja Católica tem só 29%, as evangélicas, 20% de confiabilidade, então é preciso mudar. Quer dizer, é aquela frase que o Senador Mão Santa gosta de citar do Rui Barbosa: de tanto ver triunfarem as nulidades, de tanto ver os desonestos prosperarem, o homem honesto tem vergonha de ser honesto e até se arrepende de ser honesto. Mas isso não pode contaminar a sociedade. Nós temos que mudar isso. Como médico, acredito sempre na recuperação. Tenho certeza de que podemos fazer a recuperação da vida pública por meio do esclarecimento e de uma campanha cívica desse tipo.

Ouço o Senador Cristovam e, depois, o Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador Mozarildo, pedi um aparte somente para associar-me às referências feitas sobre a Maçonaria e para lembrar o grande movimento da Maçonaria lançado aqui no dia 15 de novembro: 120 anos da República pela educação. A ideia do movimento – eu estava presente, mesmo não sendo maçom, e deram-me a palavra – é no sentido de que a República não ficará completa enquanto a escola for tão desigual entre os cidadãos e as cidadãs do Brasil. Não há República com duas escolas absolutamente diferentes. Para completar a República, é preciso que a gente possa ter uma escola igual, não no conteúdo – é preciso tolerar absolutamente a liberdade pedagógica –, mas na qualidade, para que cada um possa tirar proveito conforme o seu talento, conforme a sua vocação e sua persistência. Na luta contra a corrupção, talvez a gente devesse ter, hoje, um movimento ainda mais forte da Maçonaria nessa luta, porque defendo aqui a educação, mas com a corrupção que existe é impossível ter uma boa educação. Primeiro, a educação cívica. De que adianta a gente dar aula na escola às crianças sobre o amor à Pátria, o respeito às leis, se elas chegam em casa, ligam a televisão e veem as cenas de corrupção explícita que têm aparecido ultimamente, inclusive o caso de Brasília? E essa não é a primeira vez. Acaba todo o ensino do professor; vai por terra, vai para o chão. Acaba! Vai para o lixo. Então, ressalto a luta contra a corrupção. Seria preciso lembrar que, de vez em quando, chegam rumores de que alguns desses corruptos na política são membros da irmandade da Maçonaria. Seria importante uma campanha dentro da Maçonaria contra a presença de pessoas corruptas, se é que de fato

elas são, porque a gente sabe que essa não é uma posição que se conhece pelo Diário Oficial. Existe – é natural, é uma qualidade e não um defeito – o fato de que a membresia, como se diz pelo menos nas igrejas hoje, é feita de maneira discreta. Mas seria importante, talvez, uma campanha interna, para eliminar esse tipo de comportamento de pessoas que fazem parte dessa grande irmandade, tão antiga e que tantos serviços tem prestado ao Brasil.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Cristovam, V. Exª diz sempre que não é maçom, embora seja filho de maçom e tenha uma vida pautada nos princípios da Maçonaria, porque um requisito básico para ser maçom está resumido numa frase: ser livre e de bons costumes. Ser livre significa, no sentido amplo, não ser apegado a fanatismos, não estar comprometido com determinadas instituições que, por exemplo, conduzam seu pensamento, enfim, ser livre completamente. A expressão "de bons costumes" resume-se exatamente em não ter nenhum tipo de conduta amoral ou imoral. Se, por acaso, quem, depois de ser maçom – não se vira santo, sendo maçom –, comete um delito, com certeza, Senador Cristovam, ele será afastado da Maçonaria. Na Maçonaria, realmente, como em qualquer instituição humana, existem maçons que se desviam, como existem padres, professores e pastores evangélicos que se desviam. Mas, quando se desviam, nós os afastamos da Maçonaria.

Não só a Maçonaria, mas todas as instituições organizadas deste País. E aqui vou repetir: os Rotarys, os Lyons, as igrejas, mesmo com pouca credibilidade, entrem nessa luta, para mudarmos. "Entrem nessa", como diz aqui o *folder* do Grande Oriente do Distrito Federal.

Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Mozarildo, adentra aqui Pedro Simon. Ontem, Pedro Simon bradava ali em nome do Brasil. Ele que, sem dúvida nenhuma, é o nosso Cícero, que dizia "o Senado e o povo de Roma", e ele fala pelo povo do Brasil. Cadê a UNE, a OAB, a ABI, a CNBB? E todas as instituições? E agora vem atendendo ao clamor a Maçonaria, fiel à sua história. Gonçalves Ledo e José Bonifácio, garantindo a independência; Rui Barbosa, nosso patrono, como maçom, garantindo a liberdade dos escravos e a República. Então, V. Exª, aquele clamor... Ô Pedro Simon, V. Exª, que bradava ontem, onde está a UNE, onde está a OAB, a ABI, a CNBB, a CUT? Apresenta-se a Maçonaria na vanguarda, representada pelo seu líder maior hoje, Mozarildo Cavalcanti. Atentai bem! V. Exª fez o chamamento. Embora eu não seja maçom, mas orgulhoso porque um tio meu foi patrono da Maçonaria na minha cidade, o Centro Maçônico Francisco Correia – irmão de meu avô. Mas queria dizer o seguinte: o chamamento para a ética, para a dignidade, para a moral na democracia. E a sua voz é tão importante. V. Exª repercute aqui como Gonçalves Ledo, o primeiro líder maçônico que gritou pela independência da Pátria. Aqui está um seguidor. Ô Mozarildo, eu dizia que V. Exª talvez seja hoje o maior líder maçônico, livre e de bons costumes, e está aqui um dos seus, lá de Santa Catarina. Ele é médico como nós, ginecologista e obstetra, Dr. Adilson Tadeu Machado. Ele é de Blumenau, Santa Catarina. E ele é daqueles como os piauienses: mata a cobra, mostra o pau e a cobra morta. Então, isso aqui é o que ele traz em mão, orgulhoso: o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti em sessão do dia 5/12/2006, no plenário do Senado Federal. Então, o brado de V. Exª não está como o de São João Batista, que falava em deserto. V. Exª foi o primeiro a atender ao clamor de Pedro Simon. Forte e orgulhosa, a Maçonaria está para a nossa campanha, como Heloísa Helena dizia, é vergonha na cara e bondade no coração. Meus parabéns!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Quero cumprimentar o irmão que está na tribuna de honra e dizer que realmente, Senador Mão Santa, Senador Geraldo, que preside a sessão, essa mobilização tem de ser feita. Tem de ser feita por quem não vai ser candidato, por quem é candidato e é do bem, para que possamos efetivamente, repito, o importante é votar, e votar em pessoas de bem, e votar de maneira correta.

Acho que o eleitor, quando fosse abordado por um candidato, oferecendo-lhe vantagem para obter o seu voto, já deveria pensar assim: "Essa vantagem que ele me está dando não é dele, é com certeza dinheiro escuso, de origem escusa, desonesta, portanto". Então, é preciso que o eleitor até denuncie esse tipo de abordagem. Assim, faríamos a moralização. E repito: todas as instituições! E aqui o Senador Mão Santa lembrou ontem, e o Senador Pedro Simon falou da OAB, da CUT, da UNE, e eu incluiria aqui a ABI – Associação Brasileira de Imprensa, os conselhos das diversas profissões, como o Federal de Medicina, etc., para que pudéssemos de fato fazer uma campanha como essa do Grande Oriente do Distrito Federal. Mostrar e mobilizar a sociedade, para que possamos mudar a política pelo voto. Simples, não é, Senador Geraldo? Pelo voto. Basta que o voto seja dado, portanto, o voto honesto, consciente e que não esteja maculado por qualquer tipo de corruptor. O eleitor deve lembrar: se ele pratica isso, o político que oferece é o corruptor, e ele é o corrupto. Ambos, portanto, praticam corrupção.

Então, quero encerrar, Senador Geraldo Mesquita – até porque tenho um compromisso e também

em respeito aos colegas que estão inscritos para falar – repetindo meu pedido de transcrição na íntegra da nota da Consultoria Legislativa e, pelo menos, os dizeres desse *folder*, já que sei que a imagem não é possível reproduzir nos Anais do Senado. A imagem é muito linda, mas não pode ser; então, pelo menos os dizeres: "Novo Brasil. Ética – Moral – Dignidade. A responsabilidade é de todos nós". E aqui está também dito: "Entre nessa!"

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOVO BRASIL

ÉTICA - MORAL - DIGNIDADE

A RESPONSABILIDADE É DE TODOS NÓS

NOTA INFORMATIVA Nº 3.756, DE 2009

Relativa a STC nº 2009-09465 que demanda informação, a partir de matéria jornalística, sobre ética no Brasil.

A STC acima referida demanda informação sobre ética no Brasil, a partir de pesquisa nacional sobre o tema, realizada em setembro do corrente pelo Instituto Datafolha. Demanda ainda a apresentação de sugestões de proposições legislativas, se couber. Os resultados da pesquisa foram publicados no jornal Folha de São Paulo, no domingo passado, 4 de outubro, acompanhados de análises e comentários, de cientistas sociais e jornalistas. A presente Nota Informativa contém uma apresentação dos principais resultados e alguns comentários sobre os problemas que os dados levantam.

O primeiro ponto a assinalar é o grau elevado de homogeneidade moral que as respostas revelam. Variações ligadas principalmente à renda e à escolaridade manifestam-se, contudo são menos significativas que o pano de fundo de um alto consenso valorativo. A população brasileira partilha posições comuns a respeito do que é certo e errado, bem como declara percentuais aproximados de observância das diversas regras apresentadas pela pesquisa.

Em segundo lugar, chama a atenção o grau de desconfiança em relação às diferentes instituições. Para as instituições mais bem avaliadas os percentuais de confiança são os seguintes: Igreja Católica, 29%; Forças Armadas, 24%; imprensa, 21%; igrejas evangélicas, 20%; sindicatos, 16%; e bancos e financeiras, 16%. Isso significa que 71% dos entrevistados acreditam haver corrupção na instituição melhor avaliada, a Igreja Católica, o que revela um quadro ainda mais severo com relação às outras instituições avaliadas. Do outro lado da tabela, encontram-se as instituições com pior avaliação: o Congresso Nacional e os partidos políticos, com 8%; a Presidência da República e os ministérios, com 12%; os governos estaduais, com 13%; as assembléias legislativas, com 14%; as prefeituras, as câmaras municipais e as polícias militares, com 19%. Seguem-se a Polícia Civil, a Polícia Federal e o Poder Judiciário.

O terceiro dado relevante da pesquisa é a confrontação entre a avaliação do entrevistado a respeito de uma série de ilícitos ou irregularidades apresentadas e a declaração da prática desse ilícito. Pela ordem decrescente da avaliação "errado" está a falsificação de documentos (97% consideram errado e 3% já praticaram), a compra de diploma (96% contra 1%), a venda do voto (89% contra 10% que afirmam haver praticado), a cola em provas e concursos (86% contra 31%), a ultrapassagem do sinal vermelho (83% contra 23%), a inverdade na declaração de renda (82% contra 5%), a captura de músicas pela internet (64% contra 27%) e a compra de produtos piratas (63% contra 68%). Entrevistados com maior escolaridade e renda tendem a assumir em maior grau a prática de algum dos ilícitos mencionados. O conjunto das respostas apresenta, nesse caso, uma hierarquia nítida de práticas consideradas mais e menos condenáveis, ilicitudes leves e pesadas, hierarquia na qual, claramente,

capturar músicas na internet e comprar produtos piratas encontram-se no degrau mais baixo da escala de gravidade.

Complementares a esses dados são aqueles que dizem respeito à relação do entrevistado, ativa ou passiva, com a prática da corrupção. Apenas 5% reconhecem haver oferecido dinheiro a algum funcionário público em troca de vantagens, o mesmo percentual reconhece a tentativa de suborno de guardas de trânsito, e 13% declaram ter sido objeto de tentativas de suborno.

Finalmente, a pesquisa revela uma profunda assimetria, apontada com propriedade pelo professor Renato Lessa, um dos articulistas do caderno especial dedicado ao assunto, entre auto-avaliação e avaliação dos demais. Em síntese, poucos estão propensos a avaliar positivamente o ilícito, poucos admitem havê-lo praticado, mas muitos consideram os demais capazes de cometê-lo. Exemplo: 82% das pessoas declaram não admitir a possibilidade de vender seu voto, mas 79% pensam que a maioria dos brasileiros assim faz.

Como avaliar esse conjunto de dados? Em primeiro lugar é forçoso reconhecer que não trazem grandes novidades. Um bom número de pesquisas anteriores, das quais uma das mais recentes e divulgadas encontra-se no livro de Alberto Carlos Almeida "A cabeça do brasileiro", havia chegado a resultados semelhantes, a saber:

a) elevado grau de homogeneidade valorativa na população brasileira;

b) sobre o pano de fundo homogêneo, diferenças que respondem principalmente a variações na escolaridade;

c) a tendência maior entre os menos escolarizados a declarar opiniões e práticas conforme a norma considerada "correta";

d) o fundamento da confiança nas relações pessoais, donde a desconfiança em relação ao "outro anônimo" e a suas personificações jurídicas, as instituições; e

e) a hierarquia estabelecida entre os diferentes ilícitos, hierarquia amplamente partilhada entre os entrevistados.

Sobre a homogeneidade valorativa, pouco há a comentar, exceto a estranheza que parece ter gerado em alguns dos analistas da pesquisa. Solapa claramente uma noção cara ao senso comum: as enormes desigualdades econômicas, sociais e de conhecimento devem replicar-se necessariamente em diferenças de valores, estéticos e morais. Não é o que se verifica, ao menos no que respeita aos valores morais.

A desconfiança em relação às instituições vincula-se, como afirmado anteriormente, ao fundamento da confiança nas relações pessoais, aspecto não explorado na pesquisa sob análise, mas extensamente trabalhado em pesquisas anteriores. A assimetria entre a autovaloração e a alheia também replica o mesmo tema. Até a tolerância maior com o ilícito, observada na avaliação da pirataria e da captura de músicas na internet, manifesta-se nos casos em que os prejudicados são indivíduos longínquos ou, num outro plano, coletividades anônimas.

A STC que origina a presente Nota demanda sugestões de proposições legislativas, se cabíveis. É possível apontar algumas alternativas

de caminhos nessa direção, cujo desdobramento em propostas efetivas dependerá da decisão do Senador Mozarildo Cavalcanti.

Em primeiro lugar, a questão da desconfiança profunda em relação às instituições da democracia representativa. Vimos que Congresso Nacional, partidos políticos, Presidente da República e seus auxiliares, governos estaduais, Assembléias legislativas, prefeituras e câmaras municipais, são todos alvos da desconfiança generalizada da população. Parte da literatura especializada interpreta esse dado como indicador da fragilidade da cultura democrática do brasileiro. A meu ver, a hipótese alternativa merece consideração: a insatisfação do cidadão dirige-se, ainda que de maneira pouco clara, não à representação política como tal, mas à regra de seleção dos seus representantes. Reformas na regra eleitoral e partidária que possibilitem a redução do custo de campanha, o aumento da transparência, a maior proximidade entre representantes e representados e, principalmente, a congruência entre o que é proclamado nas campanhas e o que é realizado nos mandatos, contribuiriam, possivelmente, para a redução progressiva do grau de desconfiança registrado.

Em segundo lugar, diferentes segmentos do Poder Público, responsáveis pela prestação direta de serviços essenciais ao cidadão foram, também, alvo de desconfiança elevada, em particular as polícias civil, militar e federal e o Poder Judiciário. Proposições legislativas cabíveis nesse caso seriam de reforma do Estado no sentido amplo, de maneira a maximizar a transparência e a qualidade dos serviços, aumentar a vigilância sobre o desempenho dos servidores, bem como o aumento da efetividade de punições aos servidores responsáveis por eventuais deslizes, omissões ou abusos.

Vale lembrar que a desconfiança em relação ao outro não conhecido, detectada nesta e em diversas outras pesquisas é, na verdade, conseqüência da desconfiança em relação ao Estado, o fiador, em última análise, dos direitos de cada indivíduo nas relações que entabula com cidadãos que não conhece. Cabe ao Estado cuidar da minha segurança, de meus direitos, inclusive de meus bens, no desenvolvimento dessas relações. Se o Estado não é confiável, esse déficit de confiança dificilmente pode ser substituído por garantias advindas de outros particulares e o resultado é a desconfiança generalizada que a pesquisa mostra, com conseqüências importantes em termos políticos, sociais e econômicos.

Consultoria Legislativa, 4 de novembro de 2009.

Caetano Ernesto Pereira de Araujo
Consultor Legislativo

O SR PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – V. Exª será atendido, na forma do Regimento.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Queria apenas, valendo-me do precedente aqui estabelecido pelo Senador Mão Santa, fazer um pequeno aparte ao Senador Mozarildo. Parabenizo V. Exª pelo pronunciamento, muito lúcido, muito oportuno, inclusive, mas a minha interpretação é a de que, no nosso País, avançamos bastante no processo de apuração, de investigação, de levantamento de fatos, de casos. No mundo do crime, de uma maneira geral, em que a corrupção se insere, eu diria que essa fase, ou seja, a da investigação, da apuração, tem correspondido à expectativa da população brasileira. E aqui, com todo respeito ao Poder Judiciário, Senador Mozarildo, que todos temos – acatamos respeito ao Poder Judiciário –, eu diria que, na fase do julgamento, deixa-se muito a desejar.

Queria lembrar a todos nós que os prazos estabelecidos na lei... Faz muito tempo que eu não vejo o Poder Judiciário julgar conforme os prazos estabelecidos na lei. Eu lembro aqui – anotei só para avivar a nossa memória – Eldorado de Carajás, um caso emblemático. Ontem, Senador Mozarildo, liguei a televisão e vi estarrecido um caso de atropelamento de uma moça, em Niterói, ocorrido há sete anos; o julgamento se deu, portanto, sete anos depois. Não há como admitir uma situação como essa. O mensalão do PT. São três casos que eu colocaria aqui, cada um no seu escaninho.

Com todo respeito ao Poder Judiciário, acho que precisamos avançar na medida da punição. O que há em nosso País é uma larga impunidade, os casos vão-se arrastando, vão-se arrastando, vão-se arrastando, a população vai ficando descrente. Eu citei três casos aqui, cada um no seu escaninho: Eldorado de Carajás, uma coisa bárbara ocorrida em nosso País; o mensalão do PT, outra coisa estarrecedora; e esse fato, o atropelamento de uma moça de forma criminosa por dois jovens há sete anos, julgados sete anos depois. É inadmissível uma coisa dessas. Acho que, com todos os problemas que o Judiciário tem para proceder com celeridade aos processos, mesmo assim continua deixando a desejar. É inadmissível que um caso como esse seja julgado somente sete anos depois. A população, Senador Mozarildo, fica descrente. Agora, na apuração e na investigação, nós avançamos muito em nosso País.

Portanto, era só essa a pequena lembrança que eu queria deixar aqui como uma contribuição ao discurso de V. Exª, que foi de uma clareza e de uma oportunidade incrível.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senador Presidente, eu podia então complementar e dizer a V. Exª que o Poder Judiciário, evidentemente, tem falhas, mas há que se reconhecer que, embora já tenhamos reformado, por exemplo, o Código de Processo Civil e o Código de Processo Penal, esses Códigos permitem muitos recursos.

Mesmo com a súmula vinculante, ainda assim permitem que os advogados façam 'n' manobras para postergar julgamentos, até, muitas vezes – como é caso aqui, de Senadores que se livraram porque houve a prescrição do crime. Então, na verdade, é preciso fazer uma reforma profunda do Código de Processo Civil e até mesmo do Código Penal para que a gente possa, efetivamente, melhorar o funcionamento do judiciário.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, pela ordem.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Pedi a palavra porque Garibaldi Alves fez um pronunciamento de muita importância para nós do Nordeste. O Garibaldi Alves representa muito. Ele ressaltou, hoje, as nossas preocupações com a pesca. Aliás, ele é uma figura notável! As preocupações dele, toda a riqueza do Rio Grande do Norte passaram sob a influência e a liderança dele. A importância do Rio Grande do Norte como ponto turístico, como bacia leiteira. O melhor programa de bacia leiteira é do Nordeste. Nós vimos lutando pela carcinicultura e pela pesca, que também atinge o Piauí, principalmente a mim. V. Exª vai compreender. O símbolo do meu Partido é o peixe – Partido Social Cristão –, aquele alimento que Deus escolheu para matar a fome dos companheiros famintos. E até o Juscelino dançava o "Peixe Vivo". Então, eu queria dizer que é muito importante. O Piauí sente-se representado nessa defesa da pesca artesanal. Nós temos só 66 km de litoral, mas temos dezenove rios – seis perenes –, cem lagoas. Quando governei o Estado do Piauí, vendo isso, entreguei 800 canoas às colônias de pesca e 80 barcos de pesca.

Só para V.Exª...

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Senador Mão Santa, V.Exª está inscrito, em substituição ao Senador João Vicente Claudino, é o próximo orador a falar. V. Exª não prefere vir à tribuna fazer seu pronunciamento?

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Agradeço. É outro assunto. Então, meus cumprimentos ao Senador Garibaldi Alves, que defende a pesca, que é muito im-

portante para o Nordeste, para o Rio Grande do Norte dele e para o meu Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Concedo a palavra o Senador Mão Santa, forte líder do Estado do Piauí.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Geraldo Mesquita, que preside esta reunião de sexta-feira, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros que nos assistem aqui e nos acompanham pelo sistema de comunicação do Senado, Deus escreve certo por linha torta. Entendo que Deus não iria abandonar o povo do Brasil. O povo cristão, nos seus mais difíceis momentos, ô Pedro, estava lá.

Deus buscou o menino Davi para acabar com o monstro Golias, que humilhava os cristãos. Deus buscou Moisés para libertar o seu povo. E Deus colocou V. Exª aqui para presidir nesta sexta-feira.

V. Exª representa o Direito, a firmeza, a seriedade, a ética, a honestidade.

E ontem vi aqui no Senado Pedro Simon. Se Ulysses Guimarães, que encantou a todos nós e está encantado no fundo do mar, foi chamado de Sr. Diretas, Pedro Simon é o Sr. Ética. Ontem ele bradava mais alto e mais forte do que Castro Alves em "O Navio Negreiro": Ó Deus, ó, Deus, onde estás... E ontem ele, Pedro Simon, Sr. Ética, bradava à UNE, que nos envergonha, submissa ao poder, atrás de castelos, perdendo a coragem e a independência da mocidade. E digo, ô Geraldo Mesquita, porque fui daqueles do tempo da UNE que nos encantava, que saía à rua cantando: "Vem, vamos embora, que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer". E a UNE de hoje espera o mensalão do Presidente da República. Que vergonha!

A ABI, quede a imprensa? A OAB, quede a OAB? A CNBB, quede os movimentos populares? E Pedro Simon bradava e hoje aparece aqui, tinha que ser aqui. Tinha que ser aqui neste maracanã, neste templo da democracia que tem de ser o Senado; a Maçonaria, representada por Mozarildo Cavalcanti, como Gonçalves Ledo, foi um ícone da independência, como Rui Barbosa, Bonifácio Coelho e outros, da liberdade dos escravos e da República.

Mozarildo traz a primeira que chega. Atendendo o clamor, o desespero de Pedro Simon, ela chega aqui e mostra que ela está em ação, buscando a ética, a dignidade, a moral para a nossa democracia. Então, nós queríamos dizer, e eu, que represento o Partido Social Cristão, coisa de Deus, de Jesus, sou orgulhoso porque o símbolo é o peixe, de que falei há pouco, e o *slogan* do nosso Partido é "ética, decência na democracia". O programa tem o ser humano em primeiro lugar, e a doutrina é cristã.

Fui buscado pela imprensa e pensavam até que eu era... Nada! Eu sou um cristão novo no partido. Sou Presidente da regional do Piauí. Houve um que entrou nesse imbróglio, e eu não sei, eu não o conheço – está ouvindo, Cristovam? Mas eu quero dizer que ele entrou no caminho errado, porque este é Partido de Deus, do filho de Deus, o Partido Social Cristão – está ouvindo, Cristovam? E Deus deixou claro para o seu Líder Moisés as leis. O oitavo mandamento diz: não roubar. Então, ele entrou num caminho... Ele não sabe a constituição primária de nosso Partido, Mozarildo, que é o Livro de Deus, a primeira constituição a que obedecemos, e, depois, a feita pelos homens.

Eu buscaria o Livro de Deus. Olha, depois da tempestade vem a bonança. Eu não acredito que possa piorar. Já chegou ao fundo, ao mar de lama, num tsunami de desmoralização, de corrupção.

Luiz Inácio, nunca antes houve tanta corrupção neste País. Eu tenho 67 anos, bem vividos. Nunca antes! E Montesquieu que pensou em criar um tripé para sustentar a democracia, os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário... Cristovam, o tripé que está segurando esses governos, sustentando, é um tripé também: corrupção, mentira... Nunca antes se mentiu tanto neste País. Nunca antes. Quanto ao governadorzinho do Piauí, que é do PT, eu não conheço, nunca vi, nunca ouvi falar numa pessoa que mentisse tanto. Nunca! E digo que está sendo engraçado. O tripé, ô Cristovam: corrupção, mentira e incompetência. Aloprados rodeiam Luiz Inácio por todo lado.

Ô, Cristovam, V. Exª é professor. Nós acreditamos muito no estudo, na leitura, no CDF, como chama a nossa mocidade. Eu, Geraldo e todos. Mas eu não vou dizer que o Luiz Inácio não tem cultura. Não vou. Eu sou pai da Pátria.

A minha profissão, Geraldo Mesquita, cirurgião – atentai bem, Cristovam –, a minha profissão, a que eu me dediquei, você pode aprendê-la, e eu aprendi assim: estudei muito. A teoria é uma luz, um farol. Ia olhar grandes cirurgiões operando. Ficava de trás olhando, olhando... Ia puxar o saco deles mesmo para que eles me permitissem entrar na sala e segurar a pinça para eles. Um cirurgião pode ser feito só disso – não é, Mozarildo? –, só do lado prático. Então, o Luiz Inácio tem isso. Primeiro, ele teve a felicidade de nascer num País organizado. Houve um antes, um muito antes... Um País em que ele teve o privilégio, a sorte, a felicidade de freqüentar uma escola do Senai.

Conheço o que é a escola do Senai. Conheço muito. Essa Federação das Indústrias, o Senai no Piauí foi levada por minha família. Hoje o Presidente é meu

irmão... meu avô. São escolas excepcionais, escolas técnicas de padrão.

Então, acabe com isso de que ele é desgraçado. Ele, não! O Luiz Inácio foi um bem-aventurado. Encontrou um País responsável.

Roberto Simonsen idealizou o ensino profissionalizante no Sistema S, que está aí. Eu conheço. Lia a revista, quando menino, do Sesi, o Sesinho. Escola boa, tinha o lado técnico e o lado fundamental. Tenho uma irmã Yeda de Moraes Souza, que foi professora de português de lá. A revista Sesinho... A aritmética de Trajano era adotada. Então, Luiz Inácio, acabe com este negócio de vítima.

Bem amparado por Deus, estudou em uma escola do Brasil responsável, do empresário responsável – digo isso em homenagem ao meu avô, que era empresário e que levou esse complexo para o Piauí. Ele, depois desse privilégio, foi uma liderança sindical que aplaudimos em todo o País. Ele viajou muito, e não o estou condenando. Juscelino... Quantos médicos há? Quantos políticos? Ele encontrou na viagem conhecimento. Então, não se engane, não! O Luiz Inácio foi como aquele cirurgião que se prepara, mesmo sem amor aos livros – ele mesmo confessa que ler uma página de livro dá uma canseira e que é melhor fazer uma hora de esteira. Mas ele viajou o mundo. Ele conheceu. Ele é como um cirurgião – conheço isso – que não adentrou nos livros, mas teve a capacidade de observar grandes cirurgiões. Então, ninguém conhece mais o mundo do que Luiz Inácio. Só Deus! Só Deus, que o fez. Ele conhece. Viajou e repetiu por várias vezes; mais de 100 países. Então, ele viu a prática. É como também o cantor de música que diz que o é "por ouvido". Não sou bom de música, mas sei disso.

O Luiz Inácio, Cristovam, conhece mais países do que nós todos juntos aqui. Ele viu os povos: uns ricos, outros pobres; uns educados, outros mal-educados; uns que acreditam em Deus, outros que não acreditam em Deus. Então, ele tem essa cultura.

Mas eu quero dizer que perdemos, e votei em Luiz Inácio em 1994. Fui responsável e já pedi perdão. Rezo e ensino o Brasil a rezar. Está vendo, Garibaldi? Não caia nessa não. Ô Pedro Simon, três coisas só fazemos uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT. Eu já fiz, já pedi perdão, rezo e tudo. Olhai os governos do PT aí. Eu quero que fique o exemplo. O exemplo arrasta, e como diz Padre Antonio Vieira: "Palavra sem exemplo é um tiro sem bala". Mas nós estamos aqui.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu não gostei da afirmativa de V. Exª: Nascer, votar no PT e morrer. V. Exª já nasceu, já votou no PT, mas tem muita coisa para fazer antes de morrer.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pois é, uma delas que é a mais importante é ter a coragem de revelar o erro que fiz. E lá no Piauí é uma desgraceira.

Mas eu traria aqui umas manchetes: "Reitora demite 216 prestadores de serviço de uma só vez". Esse é o PT. A universidade, Senador Cristovam...

Eu tenho também uma página na educação. Deus me permitiu criar 400 cursos no Piauí, 36 *campi* universitários. Eu dei, Senador Cristovam, o Palácio moderno de Governo do Estado para o reitor e fui para um casebre antigo, dando o exemplo.

Eu não sei... A Uespi foi um desastre. Cristovam, só vou te dar um quadro. Eu tive a visão de fazer convênios com o mundo. Coimbra! Aí, eu fui lá – eu votei nessa gentalha – e perguntei se tinham utilizado o convênio com Coimbra. Quando eu assinei, eu fiquei em um castelo em Coimbra. Não sei se V. Exª conhece o castelo. Eu e Adalgisa, Geraldo, em um castelo. Fui lá e saí para beber uma ginja num povoado. É um licor deles, a ginja. Ô, é bom! Mas aí eu levei o reitor e fizemos o convênio. Eu fui lá. Está certo, Geraldo Mesquita, que era aposento de estudante, mas era R$500 a mensalidade de estudante piauiense da Uespi para ir para lá. Eu fui perguntar quantos foram. Esse PT é uma desgraceira! São uns aloprados. Eu digo que o tripé é: corrupção, mentira e incompetência. Nenhum! Dão dinheiro para toda a desgraceira, para toda a parafernália do mundo. Nenhum! Eu pensei que o Governador iria premiar os melhores alunos com uma bolsa para estudar em Coimbra. Nenhuma! Zero! É a incompetência dessa gente! E aqui está a Uespi se acabando.

Aqui há um artigo no *Diário do Povo*: "Sindicatos acusam Governo de apropriação indébita", de Luciano Coelho, um repórter extraordinário. Essa reportagem é longa e é de um jornalista bravo, eficiente, Luciano Coelho, repórter de política. Governo fica com dinheiro dos sindicatos, do estudo, do Iapep. É grande. Podem lê-la. É de Luciano Coelho. Está no *Diário do Povo*. Esse é o Governo do PT.

E queria mostrar, no final, para terminar: "Dez mil famílias em risco de alagamento". Mas o PT...

É interessante, Geraldo Mesquita, pesquisei e mostrei a este País que havia 76 impostos. Rapaz, eles criaram outro, Cristovam! Eles são... Olha, se Cristo andasse hoje na Brasília do Cristovam... Diz que perguntaram a ele, revoltado contra os governantes, o povo se enfurecendo, contra os "Arrudas" da vida: Cristo, é justo a gente pagar o imposto? Aí, ele olhou e perguntou: o que está aí nessa moeda? É de César? "Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus." Geraldo, se Cristo andasse aqui e lhe perguntassem se é justo pagar imposto ao PT, Cristo pularia

acolá e diria: não, essa gente está roubando demais e já criou imposto demais.

Atentai bem, ele está criando outro. Olha aí, rapaz! O bicho é traquinas. Não existe as estradas? Quem botar propaganda agora, um *outdoor*, um negócio paga imposto. E o descaramento chega a tal ponto que ele diz que é para consertar as estradas. E a Cide, criada e já removida? Então, é isso.

Ontem, os médicos do Piauí fizeram greve. Cristovam, V. Exª pediu e se frustrou, está frustrado, eu estou até com medo, você tem que tomar um Persantin para não ter um enfarte. As professorinhas, por quem V. Exª sonhou, lutou, esbravejou e nos liderou para dar-lhes um piso de R$960,00. E este é o País imoral, indigno e corrupto. O piso não é uma realidade – é um sonho –, não chegou às professorinhas. E os médicos do Piauí... Não deixe, Pedro Simon! Bote o Fogaça lá para tomar conta. Olha, sabe quanto ganha o médico? Ganha R$1.010,00. Ouviu, Cristovam? Os médicos do Piauí fizeram greve, liderados pelo sindicato.

O descaramento, Pedro Simon... Nunca vi, eu nunca vi tanto descaramento. Atentai bem! Ele não foi convidado para Copenhague porque o Luiz Inácio chegou à conclusão de que ele é um menino travesso, mentiroso. Aí, ele, para não ficar por baixo, foi para a Alemanha e para a Grécia. Disse que ia buscar o comércio da Grécia com o Piauí. A Grécia não – não existe nada – não comercializa nem com o Brasil. Avalie com o Piauí.

Ele entrou na Alemanha. Sabe o que ele fez, Cristovam? V. Exª saiu do PT na hora certa. Sabe o que ele fez? O secretário não é médico não; é um companheiro dele. O médico, eu acho que... Aí tirou – falou uma mulher em alemão – e disse que vai trazer médicos alemães para o Brasil. Falou. Encheu a televisão, os jornais e o diabo. O Geraldo Mesquita sabe disso. Olha o descaramento! Agora, para cima de mim, que tenho 43 anos de médico? Rapaz, como é que um médico alemão vai lá para o Piauí? Quem é que sabe alemão? Quando esse médico alemão entender português, já vai ter morrido todo mundo que estava internado lá. Quer dizer, vivemos sob isso. Então, são essas as nossas palavras.

Ô, Pedro Simon, nós estávamos conversando aqui – eu, o Cristovam e o Geraldo Mesquita. V. Exª é o general dessa campanha, que começou a ter eco. Aí, a grande gente de Brasília, que somos todos nós, começou a exigir, e eu, Líder aqui do Partido Social Cristão, lembro o meu líder, Cristo. Não é só negócio de mansidão, não. Houve uma hora em que Cristo pegou o chicote, enfureceu-se e botou os vendilhões para fora. Ó homens e mulheres de Brasília, 300 mil piauienses – eu aqui represento o Piauí –, está na hora de pegarmos... Ô Pedro Simon, olha o Cristo com o chicote, o líder do meu Partido, que botou os vendilhões para fora da casa de Deus. Então, está na hora, Cristovam, de ensinarmos o bravo povo de Brasília, Capital da República, na festa maior dos seus 50 anos, a pegar o chicote e botar esses vagabundos corruptos para fora do Governo de Brasília e do Brasil.

Um aparte de Cristovam não poderia faltar, porque ele representa com grandeza esse povo. Falo com emoção e vibração. Brasília é grandiosa, porque tem 300 mil piauienses, que a construíram e a engrandecem.

O Sr. Cristovam Buarque (PDT – DF) – Senador, primeiramente, parabéns por todo o seu discurso. Obrigado por sua referência a Brasília. Realmente, Brasília precisa demonstrar ao Brasil inteiro que soube enfrentar essa crise terrível que vivemos. Não há outra maneira, a não ser afastando aqueles que envergonham a cidade pelo que fizeram, comprovadamente. Mas quero agradecer-lhe sobretudo a referência às professorinhas, como o senhor disse. Quanto às professoras e aos professores do Brasil, depois de uma luta tão grande aqui, conseguimos aprovar um piso salarial, que está parado no Supremo há um ano. O Supremo não decide se esse piso é ou não constitucional. Imaginem que coisa absurda! Tenho a impressão de que, se esses Governadores que pediram a inconstitucionalidade estivessem no Governo em 1888, teriam entrado com um pedido de inconstitucionalidade da Lei Áurea, porque diriam que a Princesa não tinha poder para interferir nos escravos nos seus respectivos Estados. Se o Supremo fosse o atual, pelo menos um ano ou mais, teriam ficado sem liberdade nossos escravos. É inadmissível dizer que o Brasil, a União e nós do Congresso podemos definir salário mínimo aplicado a todos os Estados e pisos salariais de outras categorias, como fizemos nesta semana, quando aprovamos uma reforma constitucional estabelecendo o piso para os policiais civis e militares, mas o professor não tem esse direito. É inadmissível que Governadores tenham feito isso.

É mais inadmissível ainda que o Supremo segure esse projeto, e mais inadmissível ainda que nesse período em que não decide o piso dos professores ele tenha aumentado o teto salarial dos Ministros do Supremo.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Incorporo todas as palavras do sábio Professor Cristovam Buarque diante dessas coisas, no País que se sustenta no tripé corrupção, mentira e incompetência. Quando esse Barack Obama vem aqui, Cristovam? Esse Barack Obama, quando vir os velhinhos aposentados, ele que confessou no seu primeiro livro: "Se não fossem os meus avós, eu seria um maconheiro"! Quando ele

vir os avós do Brasil, os velhinhos idosos aposentados, sofridos, humilhados, desesperançados, ele vai mudar Luiz Inácio. Mude antes que o Presidente Barack Obama chegue aqui e veja a corrupção, a mentira, a incompetência, o abandono das professorinhas, dos médicos, dos aposentados. E ele disse: "É o cara! Luiz Inácio é o cara! Mas cara de pau!"

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Parabéns pelo pronunciamento, Senador Mão Santa. Agora, eu diria a V. Exª, mais uma vez, usando da prerrogativa e do precedente instituído por V. Exª, que Barack Obama não está mais com essa bola toda não. Depois de mandar mais trinta mil jovens americanos para a guerra do Afeganistão, ele baixou muito a bola no meu conceito.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Mas quem está com a bola toda aqui é a busca da verdade, da ética e da decência, e o nosso comandante é Pedro Simon nessa batalha. Eu tenho a convicção de que o bem haverá de vencer o mal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Mesquita Júnior. PMDB – AC) – Aí falando em Pedro Simon, é unanimidade.

De uma tacada só, convido V. Exª para assumir a Presidência da Mesa e chamo à tribuna o Senador Cristovam Buarque, o próximo orador inscrito.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Cristovam Buarque, que representa o Distrito Federal e o PDT, juntos, começamos a manifestar indignação deste Senado diante do mar de corrupção que enfrentamos. Embora estejamos no centro do Brasil, o mar que Brasília ganhou foi o de corrupção. Mas nós dois, com Geraldo Mesquita, que tinha se manifestado, com Mozarildo, já aceitamos ser comandados. Está ouvindo, Pedro Simon? Pedro Simon, nós aqui que começamos com essa campanha de tremermos por indignação contra a corrupção, escolhemos V. Exª o general. Lembre-se da Guerra dos Farrapos, foram 10 anos – Bento Gonçalves, os libertários lá do Rio Grande do Sul.

Com a palavra o professor Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, apenas antes de começar a razão do meu discurso...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permita-me, Senador! V. Exª não deve brincar com essa história de gaúcho, porque o gaúcho é capaz de levar a sério, e aí a coisa vai adiante!

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª sabe da admiração...que a pessoa que mais quero, depois da Adalgisa, é uma filha que se formou em medicina e está no Rio Grande do Sul, buscando sabedoria e ética.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – O senhor falou aqui que o mar é de corrupção. Acho que é a expressão que a gente deveria usar é o mar de lama. Há um *rock* que diz que o Eixão é a nossa praia, aqui no Distrito Federal. Parece que a nossa praia hoje é de lama.

Mas, Sr. Presidente, embora eu não venha falar especificamente deste caso de Brasília, o que venho falar tem a ver, porque quero repercutir o discurso feito ontem aqui, nesta tribuna, pelo Senador Pedro Simon.

Em geral, os discursos que fazemos aqui vêm e vão embora, ninguém toma conhecimento, ficam para os Anais, um dia a gente publica e nada mais.

Creio que o discurso de ontem não merecia apenas o aparte que fiz, mas merecia, em primeiro lugar, a releitura de algumas frases – poucas, para não tomar o tempo. E, depois, uma pequena reflexão, Senador Pedro Simon, sobre onde erramos e o que fazer.

Algumas frases do Pedro Simon que creio que vale a pena lembrar: ele diz que nós todos estamos vivendo um impacto tremendo com os fatos do Governo de Brasília. Eu diria: os fatos e as fotos. Porque essas duas coisas juntas criaram esse impacto terrível sobre a posição de Brasília no cenário nacional no que se refere a essa realidade desses últimos dias.

Creio que uma frase para a qual vale a pena chamar a atenção é quando ele diz que o constrangimento é geral. Na carta que ele leu aqui à Presidenta do PMDB: "O constrangimento é geral e atinge, desde ontem, o próprio PMDB, ferido com o envolvimento de nomes ilustres de seu comando nacional".

Creio que vale a pena também citar uma frase que ele diz: "Eu me sinto achacado por esses fatos" ou "achatado [como está escrito aqui] por esses fatos". "Tenho dito e repito: não espero deste Congresso quase nada". E diz: "Perdoe-me [estava se dirigindo a mim], mas falo com quase 60 anos de vida pública, com quase 80 anos de idade, e fechando 32 anos só nesta Casa". E ele continua dizendo: "Não tenho direito de ter esperança; pelo que está acontecendo, não tenho direito de ter esperança!".

Uma frase extremamente forte para alguém como o Senador Pedro Simon, com a respeitabilidade, com a experiência e com as utopias que ele carrega dentro dele.

Mais adiante ele diz: "Na lei que votamos aqui [Lei de Reforma Eleitoral] não teve uma vírgula em temos

de moralização". Veja que frase para ficar na história. "Não teve uma vírgula de moralização". "Acho que a sociedade tem que acordar". E ele diz: "Acredito na ira popular, e acho que deve ser feito isso". Ele transfere, de certa forma, coerentemente, ao dizer que não tem esperança, para a população a mobilização no sentido de tomar as rédeas deste País. E diz "acho que o momento é agora".

Quis lembrar essas frases para retomar também a provocação que fiz, quando disse que nós daqui podemos até, se for o caso, perder a esperança, mas não podemos perder a vontade de lutar; e, para ter a vontade de lutar, podemos até não ter esperança, mas temos que ter um objetivo aonde chegar. Ainda que a gente diga que não tem esperança de ver aquele objetivo na vida da gente, mas a gente tem que ter um objetivo. E aí, Senador Pedro Simon, as minhas reflexões em cima do seu discurso: onde erramos, e o que fazer?

Claro que são muitos outros pontos além desse, e eu acho que esse discurso deveria merecer um pouco de reflexão de todos nós.

Eu tenho a impressão, Senador Mão Santa, de que uma das coisas que nos fez chegar aqui é a profissionalização da função política. A política deveria ser uma função, Senador; virou uma profissão. Nós deveríamos ter aqui a clareza de que estamos com uma função específica, com um mandato determinado para realizar uma tarefa clara numa luta de construir um País melhor. Lamentavelmente, nós transformamos a função política em uma profissão de políticos. Qualquer dia desses, entre tantos projetos de regularização, é capaz de chegar um de regularizar a profissão política e dizer que só pode ser político e candidato quem já tiver mais de tantos anos de mandato. Virou uma profissão. Perdemos o espírito público de uma função que exercíamos provisoriamente e assumimos a ideia de uma profissão que temos que fazer com que seja mantida permanentemente, impedindo a morte, tomando os remédios, indo aos médicos, tomando cuidado com a saúde e, ao mesmo tempo, buscando os votos para continuar, mas não na função, não nos objetivos da luta, mas no exercício de uma profissão como se fosse um caráter permanente.

A atividade política não pode ser vista dessa forma. Nós só nos justificamos aqui enquanto tivermos uma função a cumprir, e não um título a manter. E é por isso que, dentro da ideia do que fazer, eu volto a insistir em uma ideia que há anos e anos eu defendo – coloquei em livros, coloquei em um projeto de lei: que a gente tenha prazos de mandatos para as funções. Pode até mudar de uma para outra nos mandatos, mas não permanentemente naquela.

O segundo é – eu não encontrei a palavra correta, talvez esta nem esteja no dicionário – um certo desfazimento do trabalho parlamentar. O trabalho do parlamentar é o trabalho de par-la-men-tar – e nós não estamos fazendo isso. A prova é o vazio do plenário; a prova é a falta de repercussão dos discursos aqui dentro. O que eu estou fazendo hoje, ao repercutir o discurso de ontem de Pedro Simon, é algo feito raramente aqui dentro – e eu próprio não o costumo fazer. Muitas vezes, Senador Mão Santa, se não fossem seus gritos, chamando a atenção de cada um de nós, a gente nem prestaria atenção aos discursos – a verdade é essa. O senhor provoca que a gente preste atenção, porque nós estamos aqui, cada um de nós, em outras atividades, e terminamos o discurso e vamos embora. Falamos para a televisão e não falamos para os outros senadores. Houve um desfazimento da atividade parlamentar. Grave, ainda, é que votamos aqui sem votar. Os Líderes acertam seus votos, e chega aqui o Presidente e diz: "Quem estiver de acordo, fique sentado". Os poucos que estão aqui ficam sentados. E eu não digo que isso são os outros, eu também.

Essa é uma autocrítica. Nós estamos desfazendo a atividade de parlamentar. Não discutimos entre nós, não elaboramos com cuidado as coisas como deveria ser. Isso só pode mudar - e eu tenho proposto -, quando decidirmos que a presença do Senador é uma condição necessária à atividade parlamentar.

Não é necessário ficar aqui para exercer atividade política. Política a gente exerce conversando com os nossos companheiros onde estivermos, conversando com o nosso povo, falando com o eleitor. Para fazer política, não precisa estar aqui, mas, para parlamentar, o único jeito é estando aqui.

Quando eu vejo o plenário vazio, acredito que os outros que não estão aqui talvez estejam trabalhando muito mais do que nós, caminhando, andando, conversando com os eleitores. Estão trabalhando mais do que nós, mas não estão parlamentando. Não estão fazendo o trabalho que cabe a cada um de nós, de Senador, de parlamentar.

Esta, Senador Simon, é a minha segunda causa: o desfazimento do trabalho do parlamentar, como foi feito durante anos, durante o período de redemocratização. Ali houve um processo de parlamentarização, como houve na aprovação da Lei Áurea, em que, em dez dias, isto aqui se reuniu e decidiu como aprovar a lei que vinha da Coroa.

O terceiro é a tolerância com os malfeitos. Aproveitando sugestão sua, Mão Santa, a perda dos bons costumes, como você falou. Nós estamos perdendo os bons costumes deste País, Senador Mozarildo. Estamos perdendo o hábito dos bons costumes em geral,

no País, e também na política. Aí a política não é exceção. A falta dos bons costumes a gente vê generalizadamente. Nesta semana, a compra de ingressos para assistir a um jogo de futebol no Brasil mostrou a falta de bons costumes. Quando você assiste a uma sala de aula hoje funcionando, está ali implícita a falta de bons costumes. Quando a gente vai a qualquer lugar, hoje, a gente sabe que os bons costumes desapareceram. Nós somos tolerantes com os malfeitos hoje: os malfeitos de chegar atrasado, de romper a fila, os malfeitos de roubar milhões ou bilhões de recursos públicos, os malfeitos de empresários nas manipulações para definir os seus preços, para baixar os salários dos seus trabalhadores.

Há hoje uma tolerância absoluta com os maus costumes; há hoje uma aceitação dos maus costumes; há uma tolerância com os malfeitos, e aí a corrupção entra no meio disso.

Certamente, a corrupção dos políticos é o mais grave dos maus costumes que tem hoje o Brasil, mas não único. Não único. Existem maus costumes no Executivo, no Legislativo – vamos falar com franqueza –, existem muitos maus costumes no Poder Judiciário, mas muitos, muitos mesmo. A corrupção é um deles. E há maus costumes fora da política também.

Há um outro ponto que eu coloco, e refletindo sobre seu discurso: é a impunidade para os que podem pagar os serviços jurídicos, definindo legalidade e ilegalidade conforme a habilidade do advogado, conforme a capacidade dele de manipular as vírgulas. E o senhor disse, no seu discurso de ontem, que a gente não colocou nenhuma vírgula na reforma política em nome da moralização. E o que botou foi negativo. Em nome da moralização, não colocamos uma vírgula. Essa sua frase é uma frase para ser pichada, guardada e sofrer com ela. Não acrescentamos uma vírgula na moralização. Acrescentamos vírgulas, acrescentamos palavras para outras coisas, mas não para moralização. Então, nós temos uma impunidade total. Todos nós sabemos disso. Os fatos não terminam em punição.

Hoje o jornal lembra que faz dez anos, se não me engano, do processo em que o Governador Arruda é julgado pelo painel do Senado. Ainda não foi ouvido. Mas, na verdade, não faz dez anos o fato. O fato foi em 1992.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele ainda não foi ouvido sobre a questão do painel do Senado. Houve aquela questão, marcou-se a audiência para ele ser ouvido. Até hoje ele não foi ouvido para discutir a questão do painel do Senado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Há uma notinha no jornal *O Globo* dizendo que, se ele tivesse sido ouvido, talvez tivéssemos evitado muito das coisas de hoje. Está lá, em *O Globo*.

Então, essa impunidade é uma das causas de tudo isso que está acontecendo e que ontem se materializou no seu discurso, dizendo que não tem esperança nesta Casa, não tem esperança no Judiciário, não tem esperança no Executivo, no Lula - aliás, cita -, e sua esperança está na ira do povo.

O outro ponto onde erramos é o abandono à educação, que ficou para poucos e equivocada. Não é questão de nota só, até porque eu estou colocando essa já em quinto lugar. Não é uma questão de nota só e de mania que eu tenho. Não. É a realidade. O processo educacional é feito para poucos e de maneira equivocada, até porque educação não é só escola. Educação é escola, é família, é mídia e entidades outras, inclusive as religiosas.

Esse complemento não está havendo. Nós temos as famílias dilaceradas hoje, incapazes de atender às exigências das crianças no processo educacional.

Nós temos uma mídia, vamos falar com franqueza, que pode merecer todos os prêmios do mundo, pela qualidade, do ponto de vista estético técnico, mas que não está sendo um instrumento educativo. Não está sendo. Existem instrumentos educativos paralelos, até das próprias televisões, com alguns dos seus programas, em algumas das suas televisões específicas, mas, do ponto de vista do dia a dia do noticiário, do dia a dia das novelas, do dia a dia das atividades, do dia a dia dos programas, nossa mídia é um instrumento de deseducação das crianças, dos adultos e também dos bons costumes.

Nós passamos parte dos maus costumes através da mídia. Nós passamos parte dos maus costumes pela omissão das famílias. E nós passamos maus costumes pela incapacidade da escola, do professor. Incapacidade! Não é falta de vontade de serem instrumentos dessa verdadeira educação.

Sem escola, não há educação. Só com escola, educação não há. E nós cometemos erros de achar que educação é apenas instrução. A mídia tem que estar dentro da educação, e creio que há um projeto do Senador Simon em relação ao uso dela. Há um projeto seu antigo em que uma parte do tempo da mídia tem que ser transmissão de idéias educativas. Tem que haver uma maneira de a família se envolver.

E aí o projeto em que eu digo que os pais do Bolsa Família teriam que ir uma vez por mês à escola está sendo barrado e está difícil de passar, por acharem que vamos exigir demais dos pobres que recebem o Bolsa Família. Não! Temos que exigir de todos que participem da educação dos seus filhos. Pela lei, recebem o Bolsa Família para dar educação aos seus filhos.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nesse sentido, V. Exª sabe que acabou a Voz do Brasil. O Governo do PT acabou com a Voz do Brasil. Cada rádio apresenta no horário em que quer: um apresenta às 2h; outro, às 3h; outro, às 5h. Mas aquele espaço que fazia com que o Brasil inteiro falasse a linguagem do Brasil desapareceu. Hoje não tem chance. Modéstia à parte, a Voz do Brasil estava excepcionalmente muito bem. Acabou!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas em uma hora errada.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – E o próximo passo é dizer que, se é às 3h ou 4h da manhã, por que manter isso? É o próximo passo. E extingui-la de uma vez por todas. A ideia de tirar o horário fixo, que era um horário em que todos ouviam ou desligavam, se quisessem – tinham direito a isso, ou ficavam vendo a televisão, em que não existe a Voz do Brasil –, a ideia de liberalizar só tem uma razão de ser: acabar com ela. Não faz sentido manter às 3h, às 2h esse programa. E esse era um instrumento de unificar o Brasil no mesmo tipo de programa, único.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – É o único instrumento de Federação. O Brasil falava igual para todos os brasileiros.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Falava igual para todo o Brasil. Era o único momento.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Hoje, a televisão é do Rio, de São Paulo. Nós, lá... Tem que ser uma desgraça muito grande para aparecer em uma notícia, senão não existe.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – Era o único momento, salvo os jogos da seleção brasileira de futebol, que trazem a liberação do patriotismo, mas não trazem a construção da consciência.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – E quem diria que o Lula é que acabou... O Fernando Henrique não acabou; foi o Lula que acabou.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PT – DF) – E isso leva a uma das constatações a respeito das quais tenho falado.

O Presidente Lula, costumo dizer, não tenho a menor dúvida, é dos melhores Presidentes que o Brasil já teve, para não dizer que algum é o melhor. Agora, um ponto, entre outros, é decepcionante: a perda de capacidade do Brasil de debater o seu futuro. O Lula provocou um retrocesso ideológico neste País. Ele melhorou a generosidade com os pobres, manteve a responsabilidade econômica, fez, de fato, uma inflexão na política externa... O debate dele, ontem, com a chanceler da Alemanha é algo a ser elogiado, primeiro por ele ficar em condições de absoluta igualdade e não subalterno, como os Presidentes do Brasil costumavam se comportar diante dos chefes dos grandes países, e, segundo, pela capacidade de discordar e dizer de público que, se vamos acabar as armas nucleares em um país, que acabemos em todas. Foi uma lição de moral que o Presidente Lula deu ontem para o mundo inteiro. Quanto a isso, não há dúvida.

Agora, um ponto é trágico. Vamos levar 10, 15, 20, 30 anos para recuperar a perda da capacidade de debate ideológico. A Oposição, por exemplo, só tem críticas, não tem um debate ideológico, de propostas novas, porque o Lula adotou as propostas dela. Como o senhor gritou aqui ontem: une onde estás, oculte onde estás. Foi seu discurso. Acabou o debate ideológico, Senador Mozarildo. Não debatemos...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Repare V. Exª que o único entendimento que tenho hoje... O que vai acontecer no fim do ano que vem? Ninguém sabe se vai haver um terceiro mandato, se vai ser o Lula, se vai ser a Ministra, se vai ser o Serra, se vai ser o Ciro, se vai ser o Governador de Minas Gerais, se vai ser o Requião, ninguém sabe. O que todo mundo sabe é que o Líder do Governo vai ser o Jucá, porque a pessoa mais coerente que tem neste Senado se chama Jucá. Eu quero fazer justiça.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Ele não mudou.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ele foi Líder do Governo Fernando Henrique aqui e hoje é Líder do Governo Lula. Ele não mudou um terço do discurso dele. Até hoje eu não posso cobrar no discurso do Jucá... "Ah, mas quando V. Exª era Líder do PSDB, V. Exª falava diferente..." Não dá para cobrar, porque é o mesmo discurso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade. Não foi o Líder que mudou; mudou o que está na direção do Líder.

Então, esse retrocesso ideológico, essa falta de capacidade de debate, essa conversa que a gente está tendo morreu. Morreu não, mas entrou em paralisia. Até pela competência do Lula, pelo carisma do Lula, pela sedução que ele tem, ele juntou todo mundo e disse: "agora não vamos mais discutir". Aí alguns dizem que é porque acabou o Muro de Berlim, que o Muro de Berlim é que separava esquerda e direita. Nunca foi tão necessário uma esquerda e uma direita. A esquerda defende o equilíbrio ecológico, a direita não se preocupa com isso. A esquerda defende que a escola do trabalhador vai ser igual à escola do patrão. Isso é ser de esquerda. A esquerda mudou de objetivos, não está mais na estrutura econômica, mas está na estrutura educacional, está no modelo de desenvolvimento. É mais ainda do que era antes. Agora não

é mais a discussão entre dois modelos da civilização industrial, agora é o modelo de uma nova civilização pós-industrial. Agora que a gente devia estar debatendo, mas a gente não está. Até porque, mesmo quando o Presidente adota a ideia da redução das emissões de dióxido de carbono, ele está tocando num pedacinho da química, não da ideologia. Ele está discutindo a química das relações do processo industrial que provocam o dióxido de carbono que vai para a atmosfera e trazem, com o efeito estufa, o aumento da temperatura do planeta. Ele está sendo químico, não está sendo ideólogo. Para ser ideólogo, ele precisaria dizer "vamos mudar o modelo industrial que produz dióxido de carbono, vamos mudar a matriz energética, vamos mudar a matriz produtiva". E qual a prova de que ele não está? Porque está comemorando o aumento na venda de automóveis. Como é que a gente comemora aumento na venda de automóveis e diz que vai reduzir as emissões de carbono? Substituindo tudo por etanol? Quando substituir tudo por etanol, vai ter de destruir florestas para produzir mais combustível.

Há um modelo morrendo e um modelo querendo nascer. Esse era o debate que o Presidente Lula deveria estar provocando hoje, mas ele provoca pinceladas específicas olhando, obviamente, o processo eleitoral. E aí leva a uma das outras razões, das sete que eu anotei em relação ao seu discurso.

Nós substituímos líderes por políticos. Antigamente, nós disputávamos uma eleição para ter o poder de liderar. Agora, nós disputamos uma eleição para sermos apenas políticos. Antes, a gente era político para liderar; agora a gente é político para ser político. Acabou o discurso de líder, do que vem na frente, do que corre o risco de ser execrado, do que corre o risco de perder voto, do que corre o risco de perder eleição. As eleições deixaram de ser em função do que diz o candidato e passaram a ser em função do que as pesquisas dizem para ele dizer e de como os "marqueteiros" dizem para ele dizer. E todos nós – não é crítica aos outros – terminamos nos submetendo. O que a pesquisa diz que é para dizer agora? Como o "marqueteiro" diz que é para dizer agora? A idéia de liderança morreu.

Recentemente, lendo um livro, vi que, quando o Primeiro Ministro da Inglaterra, Churchill, naquela semana em que ele decidiu fazer a declaração de guerra contra Hitler, as pesquisas de opinião diziam que os ingleses queriam fazer a paz. Os ingleses não queriam ir para a guerra, acreditavam que ainda era possível barrar Hitler simplesmente com um acordo de paz, na idéia do apaziguamento que vinha até do Primeiro Ministro anterior, do Chamberlain. O Churchill disse: "Não, é hora de a gente enfrentar, é hora do sangue, suor e lágrimas".

Ninguém ganha eleição...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) (Fora do microfone) – Pegaram a Polônia e Chamberlain disse: "Salvamos a pátria".

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Claro, depois do encontro em Munique.

Ninguém vence eleição, hoje, no Brasil, falando em sangue, suor e lágrimas. Hoje, para você ganhar a eleição, você tem que falar em salários mais altos, você tem que falar em trabalho menor, você tem que falar em lucros maiores. Perdemos a capacidade de ter líderes querendo conduzir o País; temos geniais políticos administrando o País.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Quero avisar que V. Exª está falando para o Presidente, para mim e para o Senador. A TV Senado está fora do ar. Não sei por que, mas ela está fora do ar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu não sabia disso.

Talvez, se fôssemos pretensiosos, diríamos...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dr. José Roberto, o Pedro Simon está dizendo que a televisão está fora de ar. Então, eu gostaria de ter informações precisas, porque este pronunciamento de Cristovam é muito importante para o País.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu vou deixar de lado um pouquinho a minha "pernambucanidade", porque nós pernambucanos somos tão pretensiosos que eu ia dizer que é por minha causa que tiraram a televisão do ar. Não vou ser ridículo, obviamente. Fica só a brincadeira com a "pernambucanidade".

Mas mesmo que estejamos só nós aqui...

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – As más línguas vão dizer que é com relação a V. Exª. Pelo amor de Deus, tenho certeza de que não é. É apagão mesmo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É apagão. Além disso, estão aqui os taquígrafos e essa conversa nossa fica registrada. Temos outras formas de divulgar depois e podemos repetir esse discurso outra vez. É uma boa desculpa para repeti-lo outra vez.

Pois bem, nós perdemos a capacidade de buscarmos ser líderes e nos viciamos na tarefa de buscarmos os mandatos, sem o compromisso com a transformação, sem o compromisso com a mudança maior, sem o risco de olhar na frente, olhando apenas o que as pesquisas indicam que a população quer naquele instante e, o pior, dito da maneira que os "marqueteiros" dizem que é para falar. Isso, a meu ver, Senador Pedro Simon, é uma das causas da sua decepção...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Cristovam Buarque, está no ar. Estou sendo informado pelo José Anchieta de Moraes Silva, um líder, filho de Dr. João Silva. Ele é da minha cidade e está ouvindo V. Exª. Está no ar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está no ar?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Viu como é importante? Está no ar lá no Piauí. José é sobrinho do Alberto Silva, mas o pai dele era Dr. João Silva, foi o maior líder da cidade de Parnaíba.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Está no ar e tenho pelo menos um assistente. Eu quero agradecer a ele por estar assistindo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está me ouvindo. Está vendo como é a audiência?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Então, Senador, o sexto problema que vejo é essa substituição de líderes por puros políticos. É claro que não há líder que não seja político. A liderança é uma atividade que exige, como premissa, a capacidade política, que o Churchill, que citei, tinha. Agora, você pode ser político sem ser líder. O problema é que a proporção de líderes entre os políticos está cada vez menor. Nós estamos sendo transformados em bonecos dos marqueteiros e dos que fazem pesquisas de opinião. Então, estamos prisioneiros do presente, porque a pesquisa de opinião reflete o pensamento naquele instante e não reflete o que vai acontecer no futuro.

Aí, se deixamos de ser líderes, nós nos apequenamos. O processo de globalização levou ao apequenamento dos líderes. Nesse ponto, o Lula até tem se saído melhor do que os outros. A sensação que dá é a de que os líderes deixaram de ser lideres e transformaram-se em gerentes comerciais. Eles vão para as reuniões, na OMC, discutir se o país deles está ganhando mais ou menos no comércio. Eles perderam a capacidade de ir para as organizações internacionais defender as revoluções. Os presidentes dos menores países africanos, nos anos 50, 60, iam para as Nações Unidas falar da luta contra o colonialismo no mundo. Não iam para lá defender a melhoria do preço do café na Costa do Marfim, dos seus produtos específicos. Eles lutavam por bandeiras. Eles não lutavam apenas pelos seus países. A globalização apequenou os líderes. Os líderes viraram ministros da economia e, às vezes – o que é pior –, viraram gerentes comerciais. Eles perderam a grandeza da dimensão da proposta de uma nova alternativa para o mundo – que a globalização exige – e para seus países.

Antes de passar para mais um ponto, Senador Pedro Simon, tudo provocado pela reflexão do seu discurso de ontem, passo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, que a pediu.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Cristovam, o Dr. José Roberto, nosso secretário executivo, disse que era um problema interno, mas já voltou o ar. Então, V. Exª está sendo ouvido no Brasil pelos 190 milhões que param o País para ouvi-lo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado.

Senador Geraldo Mesquita.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Caríssimo professor Cristovam Buarque, V. Exª hoje profere mais uma aula; e o tema é de fundamental importância, que é a política. Sempre entendi, professor Cristovam, que a política é um dos principais instrumentos que temos para transformarmos o mundo, partindo do nosso pequeno universo para a frente. Sempre entendi a política como esse instrumento. Quando V. Exª fala que hoje estamos reféns dos marqueteiros de certa forma, compreendi perfeitamente sua fala. É claro que não é ofensiva aos marqueteiros, mas discordo em parte disso. Acho que os marqueteiros cumprem um papel que exigimos deles, porque renunciamos à transformação do mundo. Nós, de maneira geral, que atuamos na política, nos últimos tempos, estamos *pari passu* renunciando ao exercício do papel mais importante da política, que é a tentativa de transformar o mundo. Nós nos conformamos e nos acomodamos com um objetivo muito pequeno, que é mudar para continuar tudo na mesma. Isso para mim não é transformar o mundo, não é? Portanto, aqui não estou fazendo nenhuma defesa dos marqueteiros. Estou apenas situando e colocando em termos concretos e práticos o papel deles nesse processo todo. Eles cresceram de importância nestes últimos anos, porque nós perdemos importância, nós renunciamos à importância. A verdade é essa. Eles nos atendem. Na verdade, o anseio é nosso de fazer política, de transformar a política nessa mesmice que está hoje. Porque, culpa nossa, de pessoas que militam na política, nós renunciamos ao papel mais bonito que a política tem e nos oferece, que é o de transformar o mundo. Os marqueteiros apenas cumprem o papel de nos atender. Nesse anseio pequeno, nós nos apequenamos, na verdade. Em suma, nós reduzimos a nossa atividade na busca de mudar para continuar tudo da mesma forma. A verdade é essa.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, estou totalmente de acordo, e até lhe agradeço que tenha trazido a defesa dos marqueteiros, porque não são eles os culpados, absolutamente. Nós é que perdemos a capacidade de liderar com as nossas falas, com as nossas caras, e nos submetemos a eles pela nossa falência, pela falta, que é o outro ponto,

de bandeiras. Isto é que está nos matando: falta de bandeiras.

Quem tem bandeira nem precisa de marqueteiro, sobretudo se o programa eleitoral fosse diferente. Quem tem bandeira deve convencer com a sua fala, mesmo que não ganhe. Nós caímos nos marqueteiros pela falência nossa, pela nossa falência. A falta de bandeiras: isso está nos faltando. Nós tínhamos a bandeira da democracia. Quando ela chegou, nós ficamos perplexos; contentes e perplexos. Mas ainda, por alguns anos, restava a bandeira do socialismo, para alguns; do capitalismo, para outros. Com a queda do Muro de Berlim, com a globalização, pareceu ficar tudo parecido, e aí a gente perdeu bandeiras. E agora, com o Governo Lula, os partidos ficaram todos iguais. E, ao ficarem todos iguais, perdemos as bandeiras específicas dos nossos partidos, que não se diferenciam mais. E alia-se a isso o fato de que talvez os partidos sejam entidades em caminho de obsolescência. Por quê? Com a globalização, que nos exige pensar coisas que vão além das nossas fronteiras; com a comunicação imediata dos *blogs* e dos *twitters*, o nosso partido não é mais quem manda na gente, são os nossos seguidores do Twitter, são os nossos seguidores do *blog*, que vivem aqui mandando mensagens, cobrando posições, que vivem aqui se manifestando a cada dia. Os partidos talvez estejam ficando algo obsoleto.

Há país – aprendi ontem, Senador Mão Santa – em que o candidato se apresenta sozinho à campanha, não há partido. Depois de eleito, tomado posse na Câmara, aí ele se organiza com aqueles que são mais próximos dele, mas sem a necessidade formal do partido. É como era na convenção da Revolução Francesa. Eles se organizaram ali dentro, fazendo com que, ali dentro, houvesse os girondinos, houvesse os *montagnards*, houvesse cada um deles, conforme o tema em discussão. Era para executar o rei? Aí havia um tipo de organização. Era para fazer a guerra com os países vizinhos? Havia outro tipo de composição.

Nós estamos vivendo um momento em que talvez a atividade política esteja exigindo uma reformulação completa. A falta de bandeiras talvez seja a mais grave das fragilidades que levam a essa situação que vivemos.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Vou ao último ponto.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Cristovam, eu acho que esse foi o pronunciamento mais lindo e mais útil na história do Brasil.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não acredito, mas acho que...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Há outros companheiros com voo marcado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu não queria fazer um depoimento. Eu queria fazer uma conversa aqui, como estou. E vou para o último item, também provocado pelo Senador Pedro Simon, ontem.

O Pedro Simon, ontem, disse que um médico, a quem procurou, respeitado, diz que não quer se candidatar. Isso é o que a gente mais vê hoje. E vi uma coisa pior, Senador Pedro Simon. Conversando com algum Senador aqui, esta semana, ele disse que sente isso – creio que foi o Camata.

Senador, fico até constrangido de falar isso. A situação está tão dramática que, às vezes, quando vejo um jovem que, com essa crise toda, chega até a mim e diz que quer fazer política, confesso, Senador Pedro Simon, que às vezes me pergunto: esse cara quer fazer política porque ele é muito bom, ou ele quer fazer política porque ele quer se locupletar.

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Vou repetir, porque essas últimas palavras perderam-se.

Eu me pergunto: ele quer ser político porque ele é um santo, porque quer mudar o País, como dizia Geraldo Mesquita? Ou ele é um político porque, de tanto ouvir que a gente tem benefícios, ele quer se locupletar no cargo?

Quando eu era da idade deles, e dizia, e entrava e fui fazer política, a gente ia correndo o risco de vida. A gente foi correndo o risco de se sujar de sangue. Hoje, é de se sujar de lama! Como a gente vai querer que candidatos que aceitem correr o risco de lama?

E uma das causas de tudo isso é o custo da política. Como a gente vai pedir dinheiro a empresário para financiar campanha agora em 2010? Eu me pergunto. Eu não me sinto à vontade para pedir dinheiro para campanha. Agora, como vou fazer campanha sem ter dinheiro? Mas a gente diz: a gente pode pedir dinheiro só legal. Se pedirmos dinheiro só legal, não há problema. Primeiro, não se consegue tanto dinheiro, se for só legal, provavelmente. Segundo, você pega dinheiro legal de uma empresa; amanhã, vem aqui um projeto de lei que tem a ver com aquela empresa; você vota conscientemente a favor daquele projeto; ninguém vai acreditar que não foi pelo dinheiro.

Eu fico muito feliz porque uma das empresas que deu contribuição na minha campanha para Presidente foi a AmBev, e eu sou radicalmente contra publicidade de bebidas na televisão e vou votar contra elas quando chegar aqui o projeto, radical. Mais que isso: há um projeto meu que propõe colocar no rótulo de bebi-

das alcoólicas mensagens tão duras quanto aquelas que há nos maços de cigarro. Agora, felizmente estou contra essa empresa. Se eu estivesse a favor, quem ia acreditar que não era por causa da contribuição que recebi?

Então, nós passamos a uma atividade...

(Interrupção do som.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Nós entramos em uma atividade de alto risco para a honra de cada um de nós. E aí, como vamos querer trazer gente séria, gente boa, que preze a honra para exercer essa atividade? Vai ser difícil.

Senador Pedro Simon, esses oito pontos foram resultado da reflexão de ontem para hoje em cima do seu discurso. Mas eu gostaria, como lhe disse, logo depois que saí, quando telefonei para o senhor, que a gente se encontrasse mais para tentar fazer isso que se chama parlamentar, e não apenas discursar. Nós estamos transformando a atividade de parlamentar em uma atividade de discursar, e não é o mesmo. Parlamentar é discursar, debater, divergir, conciliar e encontrar saídas para mudar o Brasil e o mundo, como dizia Geraldo Mesquita.

Nós não temos direito ainda de perder a esperança. Essa esperança ainda tem que continuar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Eu queria informar que a TV Senado está no ar em todo o Brasil. Houve um problema interno, o VIP estava com problema, mas já foi resolvido. Todas as três rádios de que dispõe o Senado – AM, FM e ondas curtas – estão no ar. Então, os Senadores da República estão falando para o Brasil.

O orador seguinte é Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Mão Santa, eu gostaria de solicitar sua compreensão.

Vou apresentar questão de relevância e de urgência de uma análise que estou fazendo de uma licitação pública que o Ministério dos Esportes vai fazer na segunda-feira próxima. Como se trata de urgência – é uma denúncia –, como membro relator da Comissão de Fiscalização e Controle das obras da Copa, eu gostaria de saber em que ordem está a minha apresentação, o meu pronunciamento, porque eu gostaria de ser atendido antes do término desta sessão, porque ela também tem prazo. Hoje é uma sexta-feira, o prazo é mais livre, mais liberal. Então, eu gostaria de saber se os próximos oradores vão ter prazo definido, porque nós já nos encontramos no adiantado da hora desta sessão, apesar de todos os pronunciamentos terem sido de muita relevância para o País.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nós estamos seguindo a ordem de inscrição. O próximo inscrito é Geraldo Mesquita Júnior; depois, o inscrito é Pedro Simon; e o terceiro inscrito é V. Exª. Há, ainda, outros oradores inscritos após V. Exª. Eu asseguro que não vai haver o final antes de ouvirmos V. Exª. O País quer saber a denúncia.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O orador da vez agora é Geraldo Mesquita Júnior, a quem convidamos para usar da tribuna.

Eu recebi uma missão, Senador Geraldo Mesquita. V. Exª recebeu um livro, um folheto do livro *Assim Falou Mão Santa*. O jornalista Zózimo Tavares, levando em consideração que você foi o Senador que, por último, visitou o Estado do Piauí, convidou-o – se estiver disponível na quarta-feira, às 18h30, na biblioteca –, para a apresentação desse livro, em que Zózimo Tavares analisa a minha figura como Senador, Governador e Prefeito.

Então, ele pediu que o convidasse, e eu estou aproveitando este instante. Daria eu, segunda-feira, a boneca do livro para V. Exª. Então, Zózimo Tavares escolheu V. Exª para fazer a apresentação de seu livro *Atentai bem! Assim Falou Mão Santa*, quarta-feira, às 18h30.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Caríssimo amigo Senador Mão Santa, que preside esta sessão, Srs. Senadores presentes, senhores ouvintes da Rádio Senado e da TV Senado, eu não faltaria, de forma alguma, ao lançamento desse livro. Está aqui. Como diz V. Exª, "parceiro, dê um *close* aqui": de Zózimo Tavares, *Atentai Bem! Assim Falou Mão Santa*.

V. Exª, que tem a consideração, o respeito e a estima de seus Pares aqui nesta Casa e do povo brasileiro, sem falar no povo do Piauí, pode ter certeza de que um dos presentes a essa solenidade serei eu, seu fã, seu admirador, seu irmão mais novo – pouquinha coisa, mas mais novo. A admiração e o apreço que tenho por V. Exª me fará ir prazerosamente ao lançamento desse livro. Faço questão absoluta de estar presente em solidariedade e em respeito a V. Exª.

Hoje pela manhã, Senador Mão Santa, recebi um apelo da minha mulher, Maria Helena, minha companheira, minha conselheira, e aqui revelo um pouco dos bastidores da atividade política no âmbito familiar. Ela me perguntou: "Você vai falar hoje?" Eu disse: devo falar. Ela me fez um apelo: "Evite temas de confronto".

Porque não é raro, Senador Mão Santa, a gente vir aqui e ter que denunciar fatos, trazer notícias que, de alguma forma, signifiquem confronto mesmo, contraditório, polêmica. Mas hoje, atendendo o apelo da minha principal conselheira, abdico da fala do confronto, Senador Pedro Simon, e vou me referir aqui a coisas não menos importantes, mas respondendo aqui inclusive a interpelações que recebo por vezes de eleitores, de pessoas que se comunicam conosco pela Internet ou seja de que forma for.

"Senador, qual é a sua produção legislativa?" Essa é uma pergunta pertinente, porque, afinal de contas, como disse o Senador Buarque, além de parlamentar, além de fazer discursos, nós estamos aqui também para, de certa forma, produzir, apresentar projetos de lei, acompanhar a sua tramitação e empenhar-se na sua aprovação. E eu hoje tenho a grata satisfação de anunciar para aqueles que me interpelam – de forma justíssima, por sinal – que, nos últimos dias, tive talvez até o privilégio de ver aprovados projetos importantes.

Um deles, Senador Pedro Simon, uma decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais, é um projeto de minha autoria que assegura aos estagiários o direito ao vale-transporte. Olha que coisa singela. Parece uma coisa singela. Esse projeto foi protocolado no Senado por provocação de muita gente. Senador, por que o senhor não propõe...? Até formalizar esse projeto, eu recebi apelos nesse sentido e histórias de pessoas que estavam ou estão estagiando em alguma parte do País e dizem: "Senador, a gente recebe, o mais das vezes, uma 'titicazinha' de valor econômico, de valor financeiro para o estágio e não temos direito ao vale-transporte, que, em regra, dependendo de onde estivermos prestando esse serviço, consome boa parte daquilo que nos é pago". Não foi apenas uma ou duas pessoas que me solicitaram e me sugeriram a formulação desse projeto. Protocolei e tive, como eu disse agora, a sorte, o privilégio de ver esse projeto aprovado, em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais da Casa, com relatoria do meu companheiro Senador Wellington Salgado, que se empenhou na sua aprovação. E eu confesso que isso me deixa muito satisfeito.

Essa é uma outra parte da nossa atividade aqui que por vezes a gente não traz à tribuna. Hoje eu fiz questão de trazer. É um assunto que não é confronto, como me pediu a minha caríssima esposa, mas é um assunto de repercussão.

Quantos jovens estão por aí afora, milhares e milhares, estagiando no serviço público, na iniciativa privada, muitas vezes e em sua grande maioria, em situação precaríssima. E olhe, na grande maioria, é uma mão de obra excepcional, Senador Pedro Simon. É quase um artifício, é um benefício o estágio, mas é quase um artifício do Poder Público e da iniciativa privada recrutar essa mão de obra, pagar muito pouco por ela, e ela presta um relevante serviço, Senador Mão Santa, às instituições e ao País.

Portanto, eu queria anunciar a aprovação desse projeto, que está indo para a Câmara, já que foi aprovado em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal.

Um outro projeto pelo qual eu me empenhei, se bem que não é de minha autoria, mas eu assumi esse projeto como se de minha autoria fosse, é um projeto de decreto legislativo de autoria do Deputado Flaviano Melo, meu companheiro do PMDB do Estado do Acre, Presidente do PMDB regional do meu Estado. Ele, em boa hora, protocolou, tempos atrás, um projeto que estabelece a obrigatoriedade de realizarmos um referendo popular, um instituto muito pouco usado neste País, em que pese a Constituição nossa prever, inclusive enaltecer, colocar à disposição de todos nós, mas não usamos. O Deputado Flaviano se valeu dessa prerrogativa constitucional e propôs, mediante projeto de decreto legislativo, que, no Acre, nas próximas eleições, o povo acreano seja ouvido com relação à mudança do fuso horário empreendido por lei. Claro que foi por lei.

Assumi a relatoria desse projeto nesta Casa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, graças à generosidade dos meus Pares, eu o vi aprovado rapidamente naquela Comissão. Veio para o plenário com pedido de urgência e, mais uma vez, esta Casa correspondeu às expectativas deste Senador e aprovou o projeto de decreto legislativo, por unanimidade, dias atrás. O projeto já foi inclusive publicado no Diário Oficial.

Enfim, o povo acreano, no dia 3 de outubro do ano que vem, além de eleger quem deve eleger – Presidente da República, Senadores, Governador, Deputados Estaduais e Federais –, vai ter o privilégio, a prerrogativa de dizer claramente na urna: queremos a manutenção do horário que foi alterado ou queremos a volta do horário anterior.

Por que me empenhei na aprovação dessa matéria, Senador Pedro Simon? Não foi em represália a ninguém. Dizem lá no Acre que foi por represália. Não foi por represália a ninguém. Foi por respeito ao povo acreano. Acho que esse é um assunto que não deve ser feito sem a consulta à população de um determinado Estado. Alterar um horário que secularmente vige em determinada região do País, por lei... Aprovamos, muda! Olha, isso causou um desconforto enorme à população do Estado.

Eu disse aqui, quando sustentei a aprovação do projeto no plenário, que pode ser até que, decorrido mais de um ano, quem sabe, da aprovação da lei, a população esteja já se acostumando com o novo horário. Agora, acho que devemos, em razão do respeito que devemos devotar à população dos nossos Estados, devolver essa decisão à população.

Portanto, no dia 3 de outubro do ano que vem, a população do meu Estado decidirá se mantém o horário estabelecido por lei – essa alteração que foi feita – ou se o Estado do Acre volta a conviver com o horário antigo, o horário dos nossos avós, o horário dos nossos bisavós, o horário com que a população estava absolutamente acostumada a conviver. Essa é uma manifestação de extremo respeito à população do meu Estado.

Portanto, está aqui. Estou, de certa forma, prestando contas àqueles que nos interpelam: cadê a sua produção legislativa? É pequena. Aqui não é fácil a gente aprovar matérias, mas, devagarzinho, a gente vai, com a generosidade dos nossos Pares, introduzindo alguns assuntos na Casa e aprovando algumas matérias, Senador Mão Santa.

Queria lembrar aqui o final do discurso do Senador Cristovam Buarque sobre o fato de ele ter recebido doação da AmBev para a sua campanha, se é que eu entendi. E bati palmas dali silenciosamente para o Senador Buarque quando ele disse que aguarda ansioso a chegada no plenário de qualquer projeto que estabeleça a proibição de anúncio de bebidas alcoólicas na televisão e nas rádios brasileiras. Esse é um outro projeto que protocolei acho que desde que cheguei nesta Casa. É retaliação às indústrias de cerveja? Não, Senador Mão Santa. Eu costumo dizer que, tempos atrás, nós aprovamos no Congresso Nacional a retirada, nas rádios e nas televisões brasileiras, da propaganda do cigarro, Senador Pedro Simon, V. Exª que é de uma região produtora de tabaco; mas retiramos da rádio e da televisão brasileira por uma razão simples. Rádio e televisão no Brasil são instrumentos públicos concedidos à iniciativa privada. O que são TV Globo, TV Bandeirantes, rádio isso, rádio aquilo? São instrumentos públicos concedidos à iniciativa privada. Mas, ao serem concedidos, eles não perdem a natureza de públicos. E acho uma excrescência, Senador Mão Santa, acho uma estupidez o País continuar permitindo a divulgação, a propaganda.

Agora, por último, aparece um craque da seleção brasileira. Pelo fato de a seleção ser patrocinada por uma cervejaria dessa, aparece um craque, fazendo a apologia da ingestão da cerveja, como outros já fizeram, artistas etc. Acho isso um escárnio. O País gasta uma fábula de dinheiro para consertar, recuperar pessoas que, de qualquer forma, ao ingerirem bebidas alcoólicas, ou adquirem doenças, ou se quebram todas em acidentes de trânsito. Enfim, o Brasil gasta uma fortuna, mas não abre mão de recolher tributos das cervejarias, das fábricas de bebidas deste País e de permitir, de forma assim meio cínica mesmo – cínica! –, a veiculação nas rádios e nas televisões brasileiras de propaganda de bebida.

Eu aqui não estou pregando que ninguém deixe de beber. Olhe, quem quiser beber que beba. Agora, acho um absurdo que a rádio e a televisão brasileira continuem sendo instrumentos de divulgação, de estímulo, de incentivo principalmente à nossa juventude.

Dizem os cervejeiros que a propaganda não induz ao consumo. Ah, minha Nossa Senhora!

Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Então, para que a propaganda?

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB – AC) – Então, para que a propaganda? Dizem eles que ela apenas regula o mercado entre os concorrentes. Pelo amor de Deus! Vamos parar de cinismo! Vamos parar de avacalhar um assunto como esse!

Portanto, esse é mais um projeto. Espero acabar meu mandato, Senador Mão Santa, e ver esse projeto pelo menos submetido ao plenário, porque ele vai para lá, vem para cá, para uma comissão; outro pede o apensamento de um outro projeto. Tudo para protelar. É a pura chicana legislativa, como se diz. E dizem que é por *lobby* das cervejarias. É um poder extraordinário, é um poder extraordinário.

Mas tenho a esperança de que, até o final do meu mandato, esse assunto venha para o plenário, que até pode decidir manter a propaganda, mas queria que, pelo menos, o projeto fosse apreciado. Já fiz apelos, todas as medidas que um Parlamentar pode adotar, no sentido de ver seu projeto caminhar numa Casa como esta, eu já fiz, mas não tive sucesso até agora.

Peço, inclusive, aos meus Pares, ao meus Colegas que atentem para isto: é uma gravíssima omissão que cometemos, uma gravíssima omissão, permitir propaganda de bebida alcoólica na televisão. Tiramos, repito, tivemos a coragem, anos atrás, de tirar a propaganda de cigarro da televisão e do rádio. Por que não se consegue tirar a da bebida? Que *lobby* forte é esse, Senador Pedro Simon! Que coisa impressionante! Um Congresso Nacional, um Senado Federal se curvar a um *lobby* como esse! Que coisa impressionante! Se a propaganda não induz à ingestão de bebida, então, por que essa pressão toda, para que esse projeto não seja apreciado? Não consigo entender.

Portanto, quero concluir, trazendo aqui a notícia de projetos já aprovados; trazendo aqui a esperança

de que esse projeto, pelo qual tanto me tenho batido, venha, pelo menos, ao plenário da Casa, para ser apreciado. É só o que peço, é só o que peço: que aqui cada um, dependendo da sua consciência, vote "sim" ou "não" em relação à divulgação de propaganda de bebida alcoólica nas rádios e na televisão brasileira.

Por último, Senador Mão Santa, queria lembrar a esta Casa a notícia que trouxe ontem da prisão de um jornalista no meu Estado, Antônio Muniz, uma pessoa estimadíssima, um jornalista sério, competente, independente, libertário, que está preso exatamente por causa disso. E continua preso. Inacreditavelmente, no século XXI, a Lei de Imprensa já derrogada: a liberdade de expressão foi violentamente truncada com a prisão desse jornalista. Antônio Muniz – quero repetir aqui – continua preso no meu Estado. Uma coisa inacreditável, nos dias de hoje, em pleno século XXI, um jornalista preso, por ter manifestado seu direito de livre expressão. Na razão profunda, é essa a causa da sua prisão. Ele exercitou o legítimo direito de jornalista de expressar aquilo que achava que deveria ser dito.

Portanto, enquanto ele estiver preso, virei a esta tribuna, para denunciar o fato, porque o acho da maior gravidade – da maior gravidade, da maior gravidade.

Sou daqueles que recebem, inclusive, ofensas de parte da imprensa do meu Estado, mas acho que é melhor ouvi-las e tentar rebatê-las de alguma forma, do que propor o silêncio de um jornalista por meio da sua prisão. Acho inacreditável que isso continue acontecendo, principalmente no meu Estado.

Senador Mão Santa, um bom fim de semana a V. Exª e a todos que tiveram a paciência de me ouvir.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Esse foi o Geraldo Mesquita. A nossa solidariedade.

Pedro Simon, líder da nossa geração, um médico como nós disse: "Se és capaz de tremer de indignação por uma injustiça em qualquer lugar do mundo, és companheiro". Vi ontem isso, que hoje se repetiu: Geraldo Mesquita tremendo de indignação pela prisão do jornalista.

E eu lembraria àqueles que fizeram o Acre, pediria que se lembrassem do estadista Thomas Jefferson, que disse que preferia que um país não tivesse governo a que não tivesse liberdade de imprensa.

Olhando a lista de oradores, o próximo é Pedro Simon.

Pedro Simon já tem garantido no Senado da República 32 anos e iguala-se a Rui Barbosa pelas sua liderança, capacidade e virtudes. Se Ulysses Guimarães pegou o aposto de Sr. Diretas, Simon pega o aposto de Sr. Ética. E como estamos precisando do Sr. Ética no Brasil, principalmente em Brasília!

V. Exª pode usar da palavra pelo tempo que achar conveniente.

Em seguida, estão inscritos Osvaldo Sobrinho e Gilberto Goellner.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – No ano que vem, entrarei no Piauí, fazendo a campanha de V. Exª para o Senado, seja qual for o Partido. Lamentavelmente, não é o meu, porque o meu tem um comando que não entendo. Aliás, ontem, escrevi uma carta à direção nacional, pedindo esclarecimentos com relação à participação do PMDB nos acontecimentos de Brasília, da Câmara Legislativa. Espero resposta.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, Mário Quintana, nosso poeta gaúcho maior, escreveu um dia algo assim: "Bendito quem inventou o belo truque do calendário, pois o bom da segunda-feira, do primeiro dia do mês e de cada Ano Novo é que nos dão a impressão de que a vida não continua, mas apenas recomeça".

Hoje é sexta-feira, estamos nos últimos dias do ano velho, e vem aquela impressão, por enquanto, não do que continua, nem do que recomeça, mas do que termina. Uma sensação de balanço e um enorme desejo de lançar tudo o que aconteceu de ruim neste ano na conta dos "lucros e perdas" e botar no arquivo.

Bom seria se muito do que está acontecendo neste final de ano efetivamente terminasse, fosse para o "arquivo morto" de cada um de nós. E que, portanto, parodiando o poeta, não recomeçasse, nem na próxima segunda-feira, nem no Ano Novo que está muito próximo.

O Senado, por exemplo, espero que permaneça nas primeiras páginas dos jornais. Mas não continue com as mesmas notícias deste ano velho. Que recomece com boas novas. Que as novas notícias sejam verdadeiramente políticas, e não policiais. Aliás, tem passado ano velho e recomeçado ano novo, e que se torna novamente velho, e o Senado tem persistido, por longo tempo, nas principais manchetes. Só que, no lugar das "boas novas", as "más velhas" - as más velhas notícias.

Bom seria se as causas das crises no Senado não continuassem, nem recomeçassem, no Ano Novo.

Neste ano, eu perdi e ganhei amigos. Acho que esse balanço foi positivo, porque me sinto mais leve do lado esquerdo do peito. Com amigos é assim: quanto mais, mais o coração levita.

Eu não posso me fixar em cada amigo que perdi em particular. Fosse assim, o coração partiria. Os inimigos que eventualmente ganhei, eu rezo por todos, porque, sendo assim, o coração perdoa.

Se me perguntarem o que gostaria que não recomeçasse no ano novo, eu teria uma lista com índices

que sempre foram repetitivos a cada ano velho. E que, pior, se renovam a cada ano novo.

Já falei do Senado. Espero não precisar mais tocar neste assunto, não porque as nossas mazelas tenham sido varridas para debaixo do tapetes azuis do Senado, mas por absoluta desnecessidade de que tenhamos, de novo, sido cobertos pelo manto da vergonha.

Em primeiro lugar, eu priorizo o combate à fome. Não só a fome dos brasileiros, que ainda são muitos, mas a de mais de um bilhão de seres humanos em todo o mundo. O equivalente a seis vezes a população do Brasil. Seis vezes o Brasil! Um bilhão! Fome que mata uma pessoa a cada quatro segundos. O que gastei para fazer essa afirmação, lá se foram doze pessoas que morreram de fome.

Nesta noite, 130 milhões de crianças dormirão de estômago vazio. Muitas delas, o sono eterno. Sem segunda-feira, sem Natal e, portanto, sem ano novo. Elas partirão, estando, na sua grande maioria, nos países menos desenvolvidos e nas periferias das grandes cidades. Nos países ricos, serão menos de dez a cada mil nascidas vivas. Nos países pobres, mais de cem.

Nesses países periféricos e em todas as outras periferias, as pessoas que nascerem hoje e viverem até o Natal terão 14 vezes maior probabilidade de que suas vidas não continuem no ano novo. Para elas, o ano novo não será nem começo, nem recomeço.

E olhem, meus irmãos, isso em um mundo onde não faltam alimentos. Ao contrário, sobram alimentos no mundo. Ou se perdem alimentos no mundo. Ou são lançados ao lixo, pela luxúria e pela ganância. Ou, pior, para que esses mesmos alimentos faltem na mesa de todos, porque, faltando, lhes aumentam os preços e, aumentando os preços, propiciam maiores lucros. Que morram. E que se escondam os alimentos.

Bom seria, portanto, se a ganância não continuasse nem recomeçasse no ano novo.

A clássica escolha das lições de economia, entre o canhão e a manteiga, perdeu o benefício, ou o malefício, da dúvida: o escolhido é o canhão. Diria eu, entre o canhão e o pão, o míssil. O míssil que se investe sobre os muitos inocentes, muitas vezes famintos pelo pão, para o lucro e gáudio dos poucos indolentes, quase sempre fartos exatamente por aqueles que fabricam – e nem sempre comem – pão.

Eu não tenho dúvida de que o mundo precisa de um novo paradigma. Recomeçar. Rever prioridades. Resgatar os melhores valores. Eu não advogo a ideia, como alguns já espalham, mesmo que ironicamente, de que é hora de um novo dilúvio. Até porque, alguém também já disse, o primeiro dilúvio também já não deu certo.

Deus teria hoje muito trabalho para encontrar um novo Noé. Quem sabe poderiam ser noés, vários noés, aqueles em quem depositamos as nossas melhores esperanças, quando eles ganham eleições, principalmente nos países mais desenvolvidos. Mas que, apesar de um discurso de pão, ato contínuo, também eles escolhem o canhão no dia a dia.

Os novos noés, quando da iminência de um dilúvio, chamam para suas respectivas arcas os banqueiros e deixam de fora os famintos. O dinheiro que falta para distribuir o pão é o mesmo, ou muito mais, que sobra para socorrer os bancos, as grandes empresas. Para eles, o risco é sistêmico: não vem do aumento da miséria, mas da diminuição do lucro.

A FAO calcula que seriam necessários US$30 bilhões por ano para erradicar a fome no mundo. Trinta bilhões de dólares por ano equacionariam o problema da fome no mundo! Suponhamos que estes dados estejam errados, e que não necessitássemos de US$30 bilhões, mas de US$100 bilhões para acabar com a fome no mundo. Ainda assim, seriam necessários menos de 10% dos recursos que se injetaram, de uma só vez, para sanear poucos bancos e grandes empresas cujas arcas se afundaram na lama da ganância. O que se dirá, também, dos ganhos com a ciranda financeira, facilitada pela globalização? Um percentual baixíssimo, com zeros antes e depois da vírgula, desses ganhos sem produção seriam suficientes também para matar – aí, sim, o mesmo verbo, mas com um sentido nobre – a fome em todo o planeta!

Bom seria, portanto, Srs. Senadores, se a especulação desenfreada não continuasse nem recomeçasse no ano novo. Quem sabe, o primeiro passo para construirmos um novo paradigma para este mundo de hoje seja derrubar a nossa Torre de Babel nas religiões, nas facções, na economia e na política! Eu não tenho dúvida de que é unanimidade mundial o desejo de exterminar a fome. Só que antes todos querem construir a sua própria torre. Falam línguas diferentes e não se entendem. Do alto dessas mesmas torres, lançam mísseis para exterminar, na verdade, a vida. A mesma vida que se equilibra por um fio nos hospitais públicos. Uma porta a separar quem pode viver e quem deve morrer, numa verdadeira loteria macabra de vida e de morte. Além dessa mesma porta, verdadeiros cenários de campos de guerra.

Quem sabe, quem anda de mal com a vida visite um hospital público, principalmente os dos grandes centros! Um verdadeiro atentado à cidadania e ao verdadeiro conceito de humanidade. Corredores que se transformam em enfermarias, feridas expostas, verdadeiros estacionamentos de macas, ainda assim com vagas duramente disputadas, ao som ambiente

dos gemidos da dor. Bom seria, portanto, se a dor não continuasse nem recomeçasse no ano novo. Que a dor, ela sim, morresse de velha. A saúde é sinônimo mais que perfeito do direito à vida. A dor não se transfere em ambulâncias do Município sem hospital para o hospital sem médico. Em cada local, por menor que seja, há que se ter um atendimento à saúde onde se permita nascer e se evite a morte.

Não só a educação que ensine a desenhar o nome ou a não confundir bulas de remédio. Até porque existem ainda milhões que oficialmente nem nomes têm. Que dirá remédios com bula! A educação de que necessitamos é aquela que forma verdadeiros cidadãos, plenamente conscientes de seus direitos e de suas obrigações. Só assim teremos as mudanças que tanto reclamos. Só assim o futuro será diferente. Bom seria, portanto, se a escuridão do analfabetismo não continuasse nem recomeçasse no ano novo.

No Brasil, eu não posso negar que tenha havido avanços. Diria que o balanço é positivo neste final de ano. A contabilidade do ano novo vai receber uma situação bem melhor que no início deste ano de 2009. A crise que tanto nos assombrou há exatamente um ano parece ter diminuído pelos ventos soprados pelos fundamentos da nossa economia. Sinal da existência de novos e nossos melhores potenciais. Alguns poucos, como sempre, ganharam com a crise, mas é verdade que nem tantos perderam com ela, como a gente imaginaria que haveriam de perder.

Eu incluo também, Srs. Senadores, na coluna dos ativos do nosso balanço anual, a importância de programas como o Fome Zero e o Bolsa Família. Não como um fim de si mesmos nem como uma mera distribuição de dádivas eleitoreiras, mas como andaimes seguros para se levantarem as tais paredes do futuro. Tal e qual a educação não significa apenas a construção do novo amanhã, o combate à fome também não é uma atitude exclusiva do presente. Ao contrário, esses programas de alimentação são primordiais para moldar o nosso futuro.

É bem verdade que não podemos considerar o tempo desses programas como indefinido para cada grupo de beneficiários. Tem que haver uma imagem objetiva de emancipação, para que ele termine, e as pessoas possam trabalhar e, com o fruto do seu trabalho, viverem com dignidade. É por isso que a contrapartida principal a ser exigida por esses beneficiários é a educação. A antecipação do futuro para o presente, que se soma à projeção do presente para o futuro.

Não é à toa que, no Brasil, a taxa de mortalidade de crianças menores de cinco anos, a cada mil nascidas vivas, caiu de 58, em 1990, para 22, em 2007. Um dado da FAO divulgado neste ano. São crianças mais bem alimentadas. Os índices relativos à saúde dessas mesmas crianças também têm apresentado sensíveis melhoras. E isso significa um futuro diferente, um futuro melhor para o País. Como não é à toa a melhoria na esperança de vida do brasileiro divulgada nesta semana.

Hoje vivemos mais, em média, apesar de tamanha violência. Ainda não chegamos aos índices dos países desenvolvidos, mas estamos cada vez mais longe da média dos países do chamado terceiro mundo. É pela forte correlação, portanto, entre alimentação, saúde e educação que essas prioridades devem continuar ou recomeçar no ano que se avizinha.

Como viabilizar programas de tamanha abrangência? Com que recursos? No Brasil, felizmente, e graças ao Criador, recursos são o que menos nos faltam, de todos os tipos, qualitativa e quantitativamente, mais do que suficiente. Há que se ter apenas mudança nas prioridades. Em primeiro lugar, o Brasil tem um dos maiores potenciais em termos de recursos naturais de todo o planeta, se não o maior de todo o planeta. Capacidade de produção não nos falta; ao contrário. Temos aqui todos os chamados microclimas. O Brasil é capaz de cultivar produtos de inverno em pleno verão e vice-versa. Temos condições naturais de plantar e colher praticamente todos os produtos agrícolas em todos os períodos do ano.

O Brasil tem também um mercado interno ainda a ser explorado. Em termos de população a ser alimentada, a nossa corresponde a quatro vezes a da Argentina. É como se colocássemos em um único país a soma das populações da França, da Itália, do Reino Unido. Há ainda uma demanda reprimida considerável nesse imenso mercado interno.

Acontece que, em 1950, dois terços da nossa população viviam no campo. Produziam, pelo menos, como dizem os produtores, para o gasto. Hoje essa situação mais do que inverteu. Oitenta e cinco por cento dos brasileiros moram nas cidades. Não quer dizer que perderam completamente suas relações com o meio rural, mas adquiriram características tipicamente urbanas. Isso significa que o Brasil tem hoje pouco mais da metade da população da Argentina para alimentar o equivalente a todos os italianos, mais os franceses, mais os ingleses e os demais habitantes que formam o Reino Unido, todos juntos. Toda essa população que saiu do campo e deixou de produzir obviamente continua consumindo.

É difícil, quase impossível, reverter esse processo migratório, agora, rumo ao meio social... Perdão, rumo ao meio rural. Mas também não há dúvida de que o inchaço das cidades, fruto dessa migração rural humana desenfreada, já chegou ao limite e tem que ser

repensado, sob pena de vermos cada vez mais a explosão da violência de todos os tipos, principalmente nas periferias dos grandes centros. Sob pena de vermos também a fome cada vez mais dolorida e vermos, como consequência, a necessidade também cada vez maior de programas tipo Fome Zero e Bolsa Família e, o que é pior, sem emprego, com pouca chance de emancipação dos beneficiários.

Quem ficou no campo sente cada vez mais suas oportunidades reduzidas. Apenas 1% dos estabelecimentos rurais brasileiros possui quase metade das terras em áreas maiores que mil hectares. Eu repito, apenas 1% dos estabelecimentos rurais brasileiros possui quase metade das terras em áreas maiores que mil hectares. Na outra ponta, também quase a metade dos estabelecimentos com menos de 10 hectares só responde por 2,7% da área agrícola. Meus irmãos, 1% dos estabelecimentos agrícolas possui metade da terra no Brasil. Metade dos estabelecimentos agrícolas possui 2,7% da área. Não é à toa que o Brasil tem uma das piores distribuições de renda de todo o planeta, de renda e de propriedade.

O pior ainda é que mais de 80% de toda a população remanescente rural brasileira tem baixíssima escolaridade, mal desenham o próprio nome; quase 40% dela não sabe nem ler nem escrever. Mais de um milhão de crianças com menos de quatorze anos ainda trabalha na roça, sem estudar, sem futuro. Quer dizer, o problema da população rural brasileira, principalmente da que produz alimentos para a grande massa da população urbana, é de ordem quantitativa e qualitativa, heranças do passado que comprometem o presente e o futuro.

Assim, não podemos mais continuar tratando a questão da reforma agrária brasileira no campo das ideologias. Há espaço suficiente para a convivência entre o agronegócio, a agricultura de menor porte e a agricultura familiar. Não se trata mais apenas de conceber programas para segurar a população no campo e nas pequenas cidades. Há que se abrir oportunidades para quem quer voltar a viver a realidade rural, para produzir alimentos para o gasto e para vender os excedentes na cidade.

Há quem compare os nossos percentuais de população rural e de distribuição de terra com os de outros países e não vê os grandes problemas, mas a nossa realidade é outra: os nossos pequenos Municípios ainda mantêm características tipicamente rurais. Muitos dos trabalhadores que foram para as cidades e que não encontraram empregos não perderam suas habilidades para a produção agrícola. Em alguns lugares, ainda que sem qualquer incentivo, já se observa o movimento de volta para o campo, para as pequenas cidades e para a produção de alimentos.

Os estudos migratórios regionais também estão demonstrando sinais de reversão. Os pontos de chegada dos migrantes estão se transformando em pontos de partida e vice-versa. Dessa forma, o Governo Federal tem que apoiar esses movimentos e criar mecanismos de incentivo à pequena produção rural, principalmente nos pequenos Municípios.

Na próxima semana, daremos aqui, no Senado, um grande passo nesse sentido, com a aprovação do projeto que cria políticas e programa nacional de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e reforma agrária. Será, talvez, um projeto dos mais revolucionários, dos mais importantes e dos mais significativos e que terá profunda influência na história do nosso País. Para mim, um respaldo legal, um reconhecimento oficial e a garantia de recursos para custear um trabalho dos mais importantes para o País, que já vem sendo desenvolvido há décadas pelas empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural.

Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, a extensão rural no Brasil passou por momentos de grandes dificuldades. Foram cortados recursos federais que custeavam os órgãos estaduais que prestavam serviço aos pequenos produtores do campo. Eu fui, como Governador, o primeiro a gritar, a agir e a protestar contra essa verdadeira asfixia dos órgãos de assistência técnica e extensão rural. Imediatamente, não só garanti recursos estaduais para manter a Emater gaúcha, como orientei meu Secretário da Agricultura, na época, Odacir Klein, para que todos os esforços fossem concentrados na manutenção e na expansão do atendimento à agricultura familiar.

Os programas de estímulo à agricultura não podem se preocupar apenas com aumentos de produção e de produtividade. Produzir mais não tem significado acréscimos na mesma proporção na mesa do consumidor. As perdas na produção e na comercialização agrícola têm sido alarmantes. Em alguns casos, mais do que metade do que poderia ser ofertado. Além disso, essas mesmas perdas afetam custos, aumentam preços. Mais ainda, mesmo o que chega às panelas, ainda assim muito se perde, em função da opulência e da ganância. É inconcebível a quantidade de comida que se joga fora neste País. Um desperdício que deixa de abastecer o estômago de milhões de brasileiros famintos.

Há alguns anos, uma pesquisa numa cidade hoje considerada de grande porte deu conta de que os restos de comida que se jogavam no lixo e que sobravam

nos pratos e nas panelas dariam para alimentar toda a população carente do Município e ainda sobrava.

Não sei a quanto anda, hoje, o desperdício, mas qualquer que seja ele, mesmo assim, continua abominável. O retrato de uma situação de desigualdade que não tangencia nem mesmo sentimentos como a compaixão. Bom seria, portanto, se a opulência de tantos e tantos outros pecados capitais não continuassem, nem recomeçassem, no Ano Novo.

Mas o maior financiamento para mudar radicalmente a nossa situação de fome, de dor, de analfabetismo e de outros tantos problemas, como o desemprego e a violência, pode ter como fonte a diminuição, para não dizer a erradicação da corrupção.

Existem muitos exercícios de cálculo sobre os montantes de dinheiro público que se desviam hoje no Brasil. Qualquer número, entretanto, se enquadra no campo do achismo (do "eu acho") porque a corrupção não deixa rastros estatísticos. Qualquer número é cabalístico. Nove zeros à direita, com certeza. Eu só não sei quantos (dois ou três) dígitos antes desses mesmos zeros. São bilhões de reais que deixam de saciar a fome, de curar a dor, de acender luzes na escuridão do analfabetismo de milhões de brasileiros. De gerar emprego e renda e de diminuir, em muito, nossos índices de criminalidade e de todos os tipos de violência. A corrupção no Brasil, salvo uma possível confusão mental no meio de tantos zeros, seria suficiente para comprar todos os panetones do mundo para muitos mais Natais que ainda virão. Quem sabe pelo menos um panetone para cada um dos quase sete bilhões da habitantes do Planeta neste Natal?

Bom seria, portanto, se a corrupção não continuasse, nem recomeçasse, no Ano Novo. O País seria outro, com índices econômicos e sociais de Primeiro Mundo, sem corrupção. Quem sabe pudéssemos, então, apenas como início de um movimento, pôr em prática uma campanha nacional para diminuir a corrupção ao menos em 50%? Metade a menos das propinas, metade a menos da pirataria, metade a menos da sonegação, metade a menos da lavagem de dinheiro, metade a menos dos chamados "laranjas", metade a menos nos "recursos não contabilizados", metade a menos nos mensalões federal e estaduais, metade a menos nos desvios dos orçamentos da União e dos Estados, metade a menos nos crimes do colarinho branco, e assim por diante.

É inconcebível imaginar que muitos empresários já coloquem, na coluna dos custos de suas produções, percentuais destinados à propina e à corrupção; percentuais que se colocam vergonhosamente na mesma coluna de gastos nobres, como o pagamento dos salários dos trabalhadores.

Em boa hora, portanto, a iniciativa do jornal *O Globo*, no sentido de uma grande mobilização nacional para o combate à corrupção: "Nós e você já somos dois" – como é chamado esse movimento. Quem sabe possa essa mobilização sensibilizar corações e mentes para que se prescrevam os melhores remédios para essa doença nacional, que tem como efeitos colaterais exatamente a fome, a miséria, a dor, o analfabetismo, a violência e outras tantas mazelas.

Remédios não faltam. Basta que eles sejam realmente prescritos e verdadeiramente tomados, embora muitas vezes possam ser amargos. O remédio da lei. Remédios que já existem, porque o Brasil é um dos países melhor aparelhados em termos legais para combate à corrupção. Só que ninguém cumpre nada.

Mas não é o que vem acontecendo, principalmente nos últimos tempos. Ao contrário, esses mesmos remédios têm perdido prazos de validade. Prescrevem em outro sentido. Todo esse quadro de deterioração social tem um nome: impunidade.

Muitos dizem, eu, inclusive, que a corrupção é um câncer que se transforma em metástase em todos os nossos órgãos públicos, alimentada por células malignas da iniciativa privada. Vale a comparação, pelos efeitos maléficos do câncer. Só que, na Medicina,só agora, depois de um longo tempo, parece estarmos na proximidade de causas, remédios e profilaxias. Na política, não. No caso, já sabemos que o grande mal é a corrupção, a causa é a impunidade, o remédio é a aplicação da lei.

Procurei construir aqui uma espécie de escada, em que cada degrau representa os nossos maiores males. Todos eles, bom seria, se não continuassem, nem recomeçassem no Ano Novo. Mas procurei também determinar uma sequência em que, a cada degrau, as consequências antecedem as causas. Listei a fome, listei a dor nos hospitais públicos, a escuridão do analfabetismo. Poderia incluir também, com maior ênfase, a violência, a banalização da vida, a perda dos melhores valores, entre tantas outras mazelas do nosso dia a dia. São os primeiros degraus, e os mais visíveis – os mais sentidos também.

Falei da corrupção, que campeia em todos os escalões dos órgãos públicos, infelizmente, agora, em todos os níveis. A corrupção nessa minha escada está sempre entre os degraus intermediários, porque é um misto de causa e consequência. Ao mesmo tempo em que ela é a responsável pelas tantas mazelas dos degraus de baixo, é resultado do que ocorre no degrau superior, o da impunidade.

Portanto, voltando ao que escreveu o poeta gaúcho no primeiro degrau deste meu pronunciamento, que soube como ninguém entender a alma, os sentimen-

tos, as mazelas, as alegrias e as tristezas do povo, se quisermos, no Ano Novo, não como mera impressão, mas como a mais pura realidade, que a vida continue, não apenas que continue, mas que recomece, temos, quem sabe, que eliminar, primeiro, o último degrau: a causa, a impunidade. Os outros cairão como consequência. A corrupção, como sempre, no meio de tudo. Depois, a fome, a miséria, a dor, o analfabetismo, a violência, a barbárie. Quem sabe, então, possamos nos comprometer no Ano Novo com a construção de uma nova escada, de uma nova sociedade.

Nos primeiros degraus, no lugar da fome e da miséria, da dor e do analfabetismo, da violência e da barbárie, a solidariedade, a compaixão, o amor, o amor ao próximo e a verdadeira cidadania.

Nos degraus intermediários, no lugar da corrupção, a ética. Só assim chegaremos ao último degrau dessa nova escala, do novo ano, no lugar mais alto, hoje ocupado pela impunidade, a humanidade. Hoje, ocupado pela impunidade, o valor da lei e da verdade.

Com o maior prazer, Senador.

O Sr. Gilberto Goellner (DEM – MT) – Senador Pedro Simon, estou apreciando seu pronunciamento, que também faz referência à distribuição da terra no País, a área que realmente está sendo utilizada e da forma como está distribuída. Gostaria de colocar que hoje o País utiliza, dos 859 milhões de hectares, algo em redor de 350 milhões, com as cidades, com os campos, com todas as áreas em produção. Isso são mais de cinco milhões de propriedades rurais. Dá uma média de 69 hectares por propriedade, e que grande parte desses latifúndios a que V. Exª faz referência, de que 1% detém mais da metade da área brasileira, faz referência também ao restante da área do País, onde grandes empresas possuem áreas intocadas. Vou lhe dar um exemplo: a Aplub, de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, detém uma área, que ela conserva na integralidade, inicialmente de 1.600.000 hectares no Estado do Amazonas. Hoje, retirando os parques que foram feitos, áreas indígenas, ela ainda detém em redor de 1.100.000 hectares. E é uma área que ela faz uma conservação. Ela utilizou dessa área apenas 5 mil hectares em testes, de ocupação, de produção, de pecuária, há 20 anos. E não deu certo. Nem a exploração da madeira é economicamente viável, o manejo florestal, como é altamente salutar para a floresta brasileira. Então, diria que o que precisamos, Senador, e gostaria de colocar novamente esta proposta aqui, é de propiciar aos filhos de agricultores, a que o senhor também se refere, que estão deixando o campo pela diminuição da área a cada ano por herança. A média do meu Município de Não-Me-Toque, no Rio Grande do Sul – sou de origem daquele Município –, era, há trinta anos, de 27 hectares, hoje é menos da metade disso por produtor. Então, as áreas estão diminuindo, os módulos não se tornam mais efetivos econômica e socialmente viáveis. O que nós precisamos é colocar esses filhos de agricultores realmente no sistema de reforma agrária. Esses, sim, são os verdadeiros futuros agricultores que a reforma agrária deveria contemplar, porque nós, excluindo esses produtores pelo fato de o pai ser do campo, mas eles não vão mais participar porque a área está diminuindo, como eu falei, inviável economicamente, socialmente também estão com dificuldade. Então, esses filhos de agricultores precisariam de uma oportunidade, e essa oportunidade nada mais é do que conceder-lhes ingresso no sistema de reforma agrária. E o Incra dispõe de setenta milhões de hectares já em mãos para fazer a reforma agrária. Nós precisamos urgentemente contemplar essa agricultura familiar, que não dispõe hoje de condições de compra de áreas na localidade, e fazer com que esses produtores tenham uma oportunidade em outros lugares do País onde tanto o povo gaúcho foi exemplar. No seu livro *A Diáspora do Povo Gaúcho*, o senhor colocou recentemente e foi editado. Ali conta toda a odisseia dos filhos de agricultores que foram para o Centro-Oeste do País. E nós devemos fazer, sim, um chamamento e dar uma oportunidade para que esses filhos de agricultores sejam contemplados pelo sistema de reforma agrária. Além disso, a reforma agrária colocando o sistema habitacional brasileiro, que é hoje nada mais do que uma favela que se inicia quando o sistema habitacional dá um pequeno pedacinho de 100m² para construir uma casa e sem a oportunidade de fazer uma horta ou de colocar uma árvore para sombra. Nós precisamos colocar um sistema moderno, que dê acesso, um sistema de produção de hortigranjeiros junto a todas as cidades brasileiras; fazer, assim, uma reforma agrária incluída juntamente com o sistema habitacional. Então, eu o parabenizo por sua preocupação com a alimentação mundial, com a dificuldade que tem o País na distribuição de terras, mas precisamos fazer propostas, realmente, onde nós incluamos esses filhos de agricultores. Vai ser muito salutar dar uma oportunidade a quem conhece, a quem vem do campo, a quem tem origem, a quem conhece a atividade. Então, meus parabéns. E o cumprimento, mais uma vez, por sua preocupação. V. Exª conta a saga do povo gaúcho, e nós agora, possivelmente, poderemos fazer uma nova reforma agrária, dando uma oportunidade a esses filhos de agricultores de toda a Região Sul e Sudeste, com a reforma agrária do País. Obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu fico muito emocionado com o aparte de V. Exª.

É bom que os gaúchos que estão me assistindo percebam que terminou de falar um ilustre Senador pelo Centro-Oeste. Nasceu no Rio Grande do Sul, e sua família saiu do Rio Grande do Sul e foi por este Brasil afora, sem nenhum auxílio, sem colaboração de nada, sem governo, sem coisa nenhuma, e fizeram esse milagre. Vejo na Presidência um ilustre companheiro cuja mãe saiu do Rio Grande do Sul, de lá foi ao Paraná e, do Paraná, para o Norte.

Dois exemplos do que foi um trabalho fantástico. Se nós analisarmos hoje a realidade brasileira, se nós analisarmos hoje a nossa balança de pagamentos, nós vamos verificar que o superávit primário é nestas zonas: Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, Pará, Piauí, Maranhão, Bahia. E sabemos que 1,5 milhão de gaúchos ou filhos de gaúchos foram para Santa Catarina e depois foram lá para cima; ou filhos de gaúchos foram ao Paraná, e seus filhos subiram. E foram eles que geraram o superávit primário. O superávit primário é dessa gente. Essa gente fez uma coisa fantástica.

Não entendo, Senador, juro que não entendo por que o Lula não está fazendo nada. Isto eu não entendo: por que o Lula não está fazendo nada? "Ah! Porque distribuiu terra e não sei o quê." Vou ser sincero. Com os sem-terra conversei várias vezes.

No governo do Fernando Henrique, no governo do Sarney, nos governos passados, eles não confiavam. Mas no governo do Lula? Por que o Lula não os chama para conversar, para debater, para discutir? Por que não estabelece um plano, um esquema, uma forma de fazer?

Juro que eu não entendo, juro que eu não entendo que o Governo Lula tenha um resultado tão pífio com relação à agricultura. Parece que o diálogo com os sem-terra é de mentirinha. Deixa eles irem, voltarem, aquela coisa toda, mas não equacionam o problema. Mas essa é uma grande questão.

Hoje tem algo de moderno. Os senhores saíram, a família de vocês saiu do Rio Grande do Sul porque naquela época não tinha biotecnologia. Os coitados dos avós, dos bisavós de vocês receberam 25 hectares e quiseram fazer milagre nesses 25 hectares. E fizeram milagre. Mas cada um, com 14 filhos, distribuir esses 25 hectares, não dava para conviver. Com a biotecnologia, com 25 hectares, dá para ficar milionário. Com 25 hectares, tu pega dois hectares, bota água canalizada, bota plasticultura e tem uma produção.

Aqui em Brasília, os gaúchos que estão aí produzem pimentão em dois hectares, vendem para o mundo inteiro e ganham uma montanha de dinheiro. Em dois hectares, há uma produção de pimentão que você fica olhando... Existe um restaurante, acho que o nome é Minas da Serra; você vai, vê o restaurante, depois o dono leva você para ver a plantação e diz: "Olha, o restaurante, essa região, tudo é muito bacana, mas eu ganho dinheiro é aqui". Ele ganha dinheiro nos dois hectares de área irrigada, com plasticultura, que dá uma montanha de dinheiro".

Então, hoje dá para fazer. Eu juro que não entendo por que o Lula não faz. Eu juro que não entendo por que não faz para valer esse negócio.

Cá entre nós, esse movimento dos sem-terra, que vão aí para invadir, eles já são um movimento de guerrilha, de luta, de trabalho. A pior coisa que o Lula faria era se pegasse esse pessoal dos sem-terra que anda por aí e botasse num lugar para plantar. Eles não querem isso. Mas o Lula podia fazer...

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Um grande exemplo, Senador Pedro Simon, de reforma agrária é o Estado de Rondônia. O Estado de Rondônia é resultado de um grande assentamento feito nas décadas de 70 e 80 por agricultores, a maioria paranaense, que foram transferidos do interior do Paraná para integrar o nosso Estado de Rondônia. E hoje aqueles assentamentos se transformaram em grandes cidades. Foi feita uma grande reforma agrária, como um grande exemplo. E hoje Rondônia produz, tem bacia leiteira...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Naquela época, sem apoio de governo, sem coisa nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Naquela época, sem nada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – E quando ainda não tinha a biotecnologia, que hoje tem.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – As pessoas eram transportadas para Rondônia, entre as quais estava eu, porque estava no Paraná, onde hoje é o lago Itaipu. Aquelas famílias que lá moravam foram transportadas para Rondônia e lá colocadas sem nenhum auxílio do Governo. E hoje, Senador, essas mesmas famílias estão sendo discriminadas, porque tiveram que derrubar, naquela época, até 50% da mata dos seus lotes, dos seus terrenos, para poder ter o direito do título. Atualmente elas estão sendo discriminadas porque derrubaram além do que a lei permite hoje. Este é um outro tema que temos que discutir. Temos que dar apoio àquelas famílias que precisam ter acesso ao crédito agrícola e à tecnologia e não têm. Elas estão lá praticamente abandonadas pelo Governo Federal. Era só para complementar um pouquinho da sua fala, que nos traz um conhecimento muito grande da situação brasileira, que o senhor conhece muito bem.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas sua mãe era gaúcha?

O Sr. Acir Gurgacz (PDT – RO) – Minha mãe é sua conterrânea, lá de Charrua, distrito de Getúlio Vargas. Com muito orgulho, faço esta colocação de ser, em parte, seu conterrâneo também.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado.

V. Exª tem toda razão. Mas por que o Lula não entra nesse movimento? Por que o Lula não leva isso adiante? Hoje, é uma brincadeira...

Agora, o movimento dos sem-terra, um movimento meio armado e não sei o quê, eles querem fazer movimento, querem fazer badalação. Imagine se o Lula pegasse essa gente toda e lhes desse uma área de terra para trabalhar. Eles iam enlouquecer. Eles não querem isso.

Então, o que eu estou dizendo é que o Lula podia fazer essa distribuição de terra para valer, podia fazer essa produção agrícola da extensão familiar para valer.

Quero fazer justiça: pela primeira vez, agora estão estendendo o crédito, porque não tinha. Quer dizer, a agricultura familiar não encontrava um centavo de coisa nenhuma. Agora estão estendendo. Quer dizer, realmente, a partir do ano que vem, a agricultura familiar vai ter crédito especial que pode ser utilizado nesse sentido. É um bom começo.

Agradeço, Sr. Presidente. Acho que fiz a minha parte. Sonhei aqui de olhos abertos para o Brasil do ano que vem. Quem sabe dá certo, quem sabe neste novo ano o Senado consiga se encontrar, para não vivermos um fim de ano tão difícil, tão triste. Se cada um de nós meditar sobre o que realizamos este ano, a lista do déficit seria bem maior do que aquilo que a gente fez.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – V. Exª nos deu uma lição de conhecimento amplo do nosso País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Parabéns!

Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Chamo agora o Senador Osvaldo Sobrinho, do PTB do Mato Grosso, Estado vizinho do meu Estado de Rondônia.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srªs e Srs. Senadores, acabou de falar aqui o Senador Pedro Simon, trazendo, tanto ontem quanto hoje, uma mensagem de alerta ao País, de alerta à Nação, com relação aos rumos que temos que tomar.

Eu estava ali pensando com os meus botões no sentido de que este Congresso trabalha muito, e este Senado também, só que, às vezes, as notas dissonantes fazem com que a gente se nivele por baixo em termos do Brasil como um todo. Para termos uma idéia, somente no mês de novembro o Senado da República votou 208 matérias, o que não é pouco, é bastante. Se fôssemos medir pelo trabalho dos Srs. Senadores, talvez o Congresso estaria em um patamar bem melhor. Mas acontece que esse caldeirão de inconsequências que acontece no País como um todo faz com que o povo desmereça a intenção que tem para com o Senado da República e a gente fique em uma situação de estar sempre explicando as coisas que acontecem.

Portanto, Senador Simon, o seu esclarecimento aqui, o seu pronunciamento, um compêndio que V. Exª citou aqui para a Nação, faz com que a gente acredite que todos podem trilhar e que este Senado, a partir do momento em que passar essa nuvem negra que paira sobre ele, poderá, evidentemente, fazer o melhor e ser mais compreendido pela Nação.

Este Senado tem aqui um setor de comunicação, comandado pelo nosso amigo César Mesquita, que faz um grande trabalho, um trabalho sério, competente, honrado, que dá para nós a dimensão do que é feito no Senado no dia a dia, nas comissões, nas subcomissões, no plenário, nas discussões. Dá para se ter uma idéia do que os Senadores fazem em todos os recantos deste Senado. Se fôssemos computar isso em uma organização normal, talvez não desse para sentir a dimensão desse trabalho. Somente depois que a gente coloca aqui, que olha, que vê, que sente as publicações, é que sabe que, na verdade, os Srs. Senadores trabalham aqui diuturnamente trazendo o melhor.

Antes que eu entre no meu pronunciamento, quero dizer que o Senador Pedro Simon ontem trouxe aqui uma ideia das mais belas possíveis, que defendo sempre e que vou continuar defender. Mas ele tem muito mais credibilidade para trazer uma ideia e ir avante porque tem 24 anos de Senado. Estou falando da Constituinte exclusiva, que é a única saída que temos para esta Nação. Não temos outra saída. Neste Congresso que aqui está eu também não acredito. Já falei várias vezes, aqui, inclusive no mês passado, e fui até aparteado pelo Senador Simon, que, se não for por meio de uma Constituinte exclusiva, não temos condições de mudar nada. A Constituinte de 88 mudou alguma coisa, mas pouca gente participou desse capí-

tulo da organização do Estado, pois havia problemas maiores que os olhos avançavam, que eram os direitos fundamentais, que eram os direitos coletivos, que eram os direitos difusos, que eram, acima de tudo, as dívidas sociais. Na verdade, não partimos para adentrar à questão do Estado. E o capítulo da organização do Estado lastimavelmente não pegou a ênfase que deveria pegar. No entanto, nós sabemos que hoje é preciso reformar a máquina por dentro; e o Executivo, o Legislativo e o Judiciário precisam de olhos diferentes, e isso só vai se resolver por meio de uma constituinte exclusiva, que possa dar um novo rumo à Constituição do Brasil, uma nova carta, uma carta mais moderna, uma carta que possa realmente dar condições para governabilidade.

Mas não era isso que eu ia falar. Aproveitei só um mote do Senador Simon, porque, verdadeiramente, é um assunto que diz respeito... E eu queria também ressaltar este trabalho do Senado, que, indiscutivelmente, faz um bom trabalho. Só o mês passado, 208 matérias aprovadas aqui foram, acima de tudo, uma dimensão, que, se olhar de fora, talvez não dê para medir, para mensurar. Mas, aqui, a gente vendo, a gente sabe que foi um trabalho muito profícuo.

Eu queria voltar ao assunto, Sr. Presidente, do que eu falei aqui sobre a Usina Mário Covas, usina de energia lá de Cuiabá, movida a gás, que foi um sonho, foi uma utopia de todos aqueles que ali trabalharam durante a história de Mato Grosso toda. Essa utopia tornou-se realidade, mas, de repente, a gente vê que ela volta ao ponto zero, porque acordos internacionais não estão sendo cumpridos. E logicamente não adiantam os acordos se as duas partes não cumprem.

Portanto, eu queria fazer mais um relato dessa situação por que passa a Usina Mário Covas, que foi um sonho de Dante de Oliveira, nosso Governador, que já não está entre nós, mas era um homem cheio de alegrias, cheio de esperanças, cheio de utopias, um homem que pensava no futuro, um homem que verdadeiramente fez um capítulo da história do Brasil, na sua grandiosidade. E o Dante lutou para que isso acontecesse e findou aquele caos que existia na energia de Mato Grosso, tanto que, depois de algum tempo, conseguiu fazer com que essa utopia ou essa vontade se transformasse em realidade. Funcionou durante um tempo, mas, depois, ela caiu por terra.

Eu queria fazer aqui somente uma leitura do cenário que nós encontramos naquela época, a fim de que se possa entender a realidade, e os senhores sentirem, o Congresso Nacional sentir, o povo brasileiro sentir que nós não estamos aqui simplesmente falando para o ar, mas nós queremos que essas falas nossas aqui, tanto a de ontem como a de hoje, possam ter um alcance maior em relação ao Brasil. Que o Governo Federal, o governo estadual e as autoridades de modo geral possam entender o nosso reclame, o nosso sofrimento no Estado do Mato Grosso.

E o cenário é mais ou menos o seguinte:

O Projeto Integrado Cuiabá começou a ser concebido em 1996. Naquela época, Mato Grosso apresentava-se como um Estado deficitário em energia elétrica. A nossa energia quase toda era tocada a motores, que, chegava à meia noite, paravam e voltavam novamente às seis horas da manhã. Portanto, quem tem energia pouca não tem energia nenhuma.

Em 1997, a Eletronorte publicou uma licitação internacional, na modalidade de menor preço, buscando a implantação de uma usina de geração de energia em Cuiabá. O objetivo era solucionar definitivamente as deficiências no fornecimento de energia no Estado de Mato Grosso.

Em 1997, a Empresa Produtora de Energia, EPE, ou Pantanal Energia, sagrou-se vencedora na licitação internacional, tendo oferecido o menor preço para o fornecimento de energia elétrica entre todos os participantes.

Em seguida, a Pantanal Energia firmou com a Eletronorte um contrato de fornecimento de energia por um prazo de 21 anos, com preços fixos e predeterminados. Esse contrato obrigava a Pantanal Energia a gerar energia em sua capacidade plena de 480 MW, a qualquer tempo, quando solicitada pela Eletronorte, salvo em eventos extraordinários ou em manutenção.

Para cumprir o contrato, a Pantanal Energia buscou fornecimento de gás natural firme, que garantisse também o suprimento, a qualquer momento, de 2.2 milhões de m^3/dia, volume necessário para gerar 480 MW. Assim, um contrato de fornecimento de gás, na modalidade firme, foi firmado com uma empresa privada espanhola na Bolívia, a Repsol, por um prazo de 21 anos do contrato.

Vou falar sobre o empreendimento.

A proposta vencedora consistiu na implantação de uma usina termelétrica de gás natural, com capacidade de geração de 480 MW. Exigiu a construção de dois gasodutos, com a extensão de 643 km, da cidade de Chiquitos, na Bolívia, passando por São Matias e Cáceres, até chegar em Cuiabá. Esses gasodutos são operados pela empresa gás Ocidente, em Mato Grosso, do lado brasileiro digo, e Gás Oriente Boliviano, do lado boliviano. Esse empreendimento é o projeto chamado Projeto Integrado Cuiabá.

Hoje, 10 anos depois da implantação da térmica, sua capacidade de geração é capaz de abastecer até 70% da demanda de energia do Estado de Mato Grosso. No projeto, foram investidos aproximadamente

US$750 milhões, o que equivale hoje a R$1,5 bilhão, que faz do Projeto Integrado Cuiabá o maior investimento privado na história de Mato Grosso.

A construção desse gasoduto: peça fundamental do Projeto Integrado Cuiabá, os gasodutos foram dimensionados para atender não somente a térmica de Cuiabá, mas também o mercado de gás de Mato Grosso. Com capacidade para transportar até 2,8 milhões m³/dia de gás sem compressão e 7,8 milhões m³/dia com compressão, o gasoduto atendia a térmica de Cuiabá com 2,2 milhões m³/dia e uma pequena demanda de MTGás de 20 mil m³/dia, menos que 1% da capacidade do gasoduto.

A nacionalização: em 1º de maio de 2006, o Governo boliviano publicou o Decreto Supremo nº 28.701, repassando para a estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos a propriedade, posse e comercialização do gás natural boliviano. O decreto estabeleceu que as empresas que exploram ou exportam gás natural na Bolívia teriam 180 dias para subscrever contratos junto à YPFB, atendendo o marco legal do decreto supremo.

As medidas de nacionalização na Bolívia obrigaram a térmica de Cuiabá a assinar contrato de fornecimento de gás junto à YPFB, sendo a estatal boliviana a proprietária e única comercializadora do gás natural daquele país.

Em dezembro de 2006, iniciaram-se as negociações junto à estatal boliviana. Durante as negociações do contrato de fornecimento de gás para a térmica de Cuiabá, foram feitas pelo Governo brasileiro e pantanal energia relevantes concessões ao governo boliviano. Inicialmente, o governo boliviano impôs um novo preço de gás natural de US$4,20/MMBTU, um aumento de quase 300%, tendo como contrapartida a garantia de suprimento de 2,2 MMm³/dia de gás.

Posteriormente, os governos acordaram uma redução de 50% no volume de fornecimento, de gás de 2,2 MMm³/dia para 1,1m³/dia, até dezembro 2009.

Em 22 de junho de 2007, essa mesma empresa boliviana fornecedora de gás para a unidade técnica de Cuiabá, sob a chancela dos governos do Brasil e da Bolívia, firmaram contrato de gás e compromisso para firmar contrato definitivo de gás até 31 de julho de 2007, nas seguintes condições:

– Volume de fornecimento mínimo de 1,1 MMm³/dia até dezembro de 2007 e de 2,2 MMm³/dia até 2019;

– Prioridade de abastecimento: mercado interno, Petrobras, Cuiabá, BG e também Argentina;

– Novo preço de 4,20 USD/MMbtu, posto em Rio Grande.

A Bolívia descumpriu, sistematicamente, esse contrato, tanto a garantia de fornecimento de gás quanto a prioridade de fornecimento acordada.

Em 26 de agosto de 2007, dois meses após a assinatura do contrato provisório, a Bolívia interrompeu definitivamente o fornecimento de gás a Cuiabá, priorizando o atendimento ao mercado argentino e à Petrobras.

Portanto, nós, que precisávamos muito mais desse gás, fomos praticamente isolados do processo, dando prioridade total ao país vizinho, a Argentina, e também a um contrato que havia com a Petrobras para atender às regiões Sul e Sudeste do Brasil.

Situação atual: podemos dizer que o fornecimento de gás a Cuiabá foi interrompido totalmente desde o dia 26 de agosto de 2007, não tendo retornado até o presente momento. Desde então, a usina termelétrica está paralisada devido à falta de seu principal insumo para a geração de energia.

A interrupção do envio de gás natural a Cuiabá é uma questão de prioridade de atendimento. A Bolívia conta hoje com capacidade de produção de 40 milhões de metros cúbicos e prioriza o atendimento ao seu mercado interno, depois à Petrobras, depois à Argentina e, por último, se sobrar, se der jeito, a Cuiabá.

Em 2007, o país vizinho dispunha então de aproximadamente 41 milhões de m³/dia de capacidade de produção e tinha contratado o fornecimento de até 31 milhões de m³/dia de gás natural junto à Petrobras e mais 2,2 milhões de m³/dia para Cuiabá. Seu mercado interno consumia mais 6 milhões de m³/dia de gás, restando um volume de gás disponível de aproximadamente 1,8 milhões de m³/dia.

Contudo, a empresa formada na Bolívia assinou um contrato de fornecimento de gás com a Argentina para fornecer um volume mínimo de 4,6 milhões de m³/dia – portanto, já ficando deficitária e, com isso, logicamente, tendo de cortar o Brasil. Com a assinatura desse contrato, a Bolívia excedeu sua capacidade de produção em aproximadamente 2,8 milhões de m³/dia.

A termelétrica de Cuiabá agrega importante capacidade de geração para o Sistema Interligado Nacional (SIN), reforçando-o e tornando-o mais seguro para dar conta do processo de crescimento econômico matogrossense e brasileiro. Com a térmica em operação, é possível garantir a qualquer investidor que em Mato Grosso não faltará mais energia.

Localizada no maior centro consumidor do Estado de Mato Grosso e conectada às principais subestações da baixada cuiabana, a UTE Cuiabá, com capacidade para atender 70% da demanda do Estado, garante grande confiabilidade elétrica e energética para o Estado de Mato Grosso.

Ainda, por estar conectada ao Sistema Interligado Nacional, as despesas da geração dessa termelétrica são custeadas por todos os consumidores de energia do Brasil. Dessa forma, trata-se de um empreendimento com enormes benefícios ao Estado de Mato Grosso e cujo custo é compartilhado com todos os consumidores de energia do Sistema Interligado Nacional.

Além disso, a térmica sempre foi uma grande parceira do desenvolvimento do mercado de gás em Mato Grosso, não somente viabilizando a chegada desse novo combustível ao Estado, mas ajudando de forma decisiva na modicidade do custo de transporte para que o gás chegasse a Mato Grosso. Os grandes volumes de gás transportados para atendimento da termelétrica fazem viável e competitiva a operação dos 642 Km de gasodutos, praticamente, dedicados ao atendimento do mercado de Mato Grosso, sem os quais se resultaria em um aumento significativo dessa tarifa, podendo inviabilizar esse combustível aos demais consumidores do Estado.

Portanto, trata-se de um importante e estratégico ativo integrante do sistema elétrico brasileiro, cuja continuidade das operações se torna essencial ao desenvolvimento industrial do Estado de Mato Grosso, além de propiciar a competitividade ao gás natural como mais uma fonte de energia disponível ao desenvolvimento econômico da região.

Portanto, Sr. Presidente, este é o nosso reclame, este é o nosso choro ao Brasil como um todo e às autoridades deste País: não deixem Mato Grosso voltar aos tempos da escuridão; não deixem Mato Grosso voltar a ter que dispensar indústrias que lá vão se instalar, porque não podem oferecer energia; não deixem que o capital que ali foi empregado na formação daquela termelétrica seja sucateado e jogado fora, porque não têm a matéria prima para funcionar; não deixem que o patrimônio nacional seja deteriorado simplesmente por um descumprimento de compromisso contratual pelo país vizinho.

Nós temos um Itamaraty operativo. A melhor diplomacia do mundo sempre foi a do Brasil, que sempre foi da paz, da concórdia, buscando soluções. Que entre em contato agora, que procure o país vizinho para que possa cumprir o contrato com o Brasil e, principalmente, com Mato Grosso. Caso contrário, será mais uma vez o Brasil acocorando-se para o país vizinho pela falta de cumprimento daquele. Já houve a invasão da nossa Petrobras lá na Bolívia, e ninguém falou nada, praticamente nada se fez.

Agora, descumprem o contrato, dando prejuízo ao Centro-Oeste brasileiro, ao Centro-Oeste mato-grossense, o que não podemos admitir e nem podemos aceitar. Contratos são para ser cumpridos, principalmente quando se trata de povo civilizado, quando se trata de países que, na verdade, têm responsabilidade com os seus vizinhos. E o Brasil não pode de maneira alguma deixar que essas coisas aconteçam, sob pena de daqui a pouco ninguém no Cone Sul nos respeitar mais. Contrato internacional, acordo internacional é para ser cumprido. E, portanto, Mato Grosso exige que cumpram o compromisso com o Estado. Sabiam que não tinham gás para oferecer quando fizeram novos convênios. Por que o fizeram? Há que existir alguma regra de controle dessas coisas. Caso contrário, não há por que fazer mais acerto com países vizinhos, porque não se cumpre.

Portanto, fica aqui o nosso reclame, em nome do povo mato-grossense, que represento nesta Casa, em nome do pacto federativo de que Mato Grosso faz parte com seus Municípios, em nome da grandeza nacional e de tudo aquilo que temos feito para a grandeza do Brasil nos últimos anos, tirando o cerrado que lá estava, inóspito, e transformando-o num verdadeiro jardim de produção. Hoje, Mato Grosso é responsável pela maior produção de carne do Brasil; Mato Grosso é responsável pela maior produção de soja do Brasil; Mato Grosso é responsável pela maior produção de milho do Brasil, fora outros *commodities* que temos. E, no entanto, vem um desrespeito desse à nossa economia, ao trabalho do nosso povo, ao trabalho da nossa gente.

Sr. Presidente, ficam aqui, em nome do nosso povo, em nome da classe produtora de Mato Grosso, os nossos reclames. Fica aqui a nossa decepção com relação a esse fato que, lastimavelmente, vem trazer o desconforto à população de Mato Grosso. Sei do que estou falando, porque conheço a história do Estado. E tenho certeza de que, aqui, todos nós Senadores desta Casa, o Senador Gilberto, a Senadora Serys, e os Deputados da nossa bancada federal, todos eles vão também ajudar a fazer com que o Itamaraty, o Governo Federal ou a própria Petrobras destine um pouco do seu gás natural a fim de atender Mato Grosso nos seus problemas e nas suas reivindicações.

É o nosso reclamo, Sr. Presidente. Deixo aqui a nossa certeza de que alguma coisa poderá ser feita, não para simplesmente contentar este Parlamentar, mas que se possa dizer um sim à economia de Mato Grosso, ao nosso pioneirismo, à bravura daqueles que foram lá para trabalhar, para lutar e para fazer riqueza para o Brasil. Nós estamos produzindo para o Brasil. Se a Balança de Pagamentos do Brasil hoje está bonita, é porque, na verdade, Mato Grosso, o Centro-Oeste do Brasil produziu. O meu Estado, o Estado de V. Exª, Goiás, Mato Grosso do Sul, todos nós estamos produzindo. Respondemos ao chamamento do Governo

Federal. Portanto, é necessário que a gente busque do Governo boliviano as condições necessárias para continuar o fornecimento de gás para o funcionamento da nossa usina Mário Covas, em Cuiabá.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade que me dá.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Muito bem. Parabéns pelas suas colocações, Senador. Nós sabemos que Mato Grosso cresce além da média nacional e precisa de investimento em infra-estrutura, e energia é o quesito principal para que Mato Grosso continue a crescer e a dar ao Brasil tantas alegrias como tem dado ultimamente.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Obrigado. Incorporo as colocações de V. Exª ao meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Sobre a mesa, requerimentos do Senador Pedro Simon, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.510, de 2009

(Do Senador Pedro Simon)

*Requer Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. **Marcos Palombini**, ex-prefeito de Vacaria e ex-secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.*

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador JOSÉ SARNEY,

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento do **Sr. Marcos Palombini, ex-Prefeito de Vacaria e ex-Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul**

JUSTIFICAÇÃO

Marcos Palombini, que nos deixou na madrugada de hoje, aos 78 anos, foi um visionário, um empreendedor ousado e um homem de bem. Extremamente dedicado à sua terra e sua gente, foi três vezes prefeito de Vacaria, soube conquistar definitivamente a confiança e o carinho da população.

A história de Vacaria mudou com as administrações dinâmicas e progressistas de Palombini, especialmente com seu projeto inovador de introdução da fruticultura, especialmente a maçã, produto que se tornou tão importante para a economia regional, ao ponto de contribuir inclusive para o agroturismo.

Dentista por formação e empreendedor por natureza, Palombini também se destacou como homem de partido. Fundador do PMDB, participou com suas idéias e propostas sempre brilhantes para a construção histórica de um jeito de governar característico, aliando a preocupação com a justiça social e a capacidade de impulsionar o desenvolvimento.

Marcos Palombini foi considerado um dos melhores Secretários da Agricultura do Rio Grande do Sul. Sua presença entusiasmada e as teses revolucionárias que defendia com entusiasmo, empolgavam seus companheiros de trabalho e de governo. Na secretaria, introduziu um ousado Plano de Irrigação e Micro-açudes que beneficiou milhares de produtores rurais no Rio Grande do Sul, especialmente, a agricultura familiar. Foi ainda um dos primeiros administradores a apostar na plasticultura como ferramenta capaz de produzir culturas fartas e de qualidade.

Homem de bem, administrador competente e ousado, companheiro leal e entusiasmado nas lutas partidárias, Marcos Palombini marcou a todos quantos o conheceram.

A homenagem que presto, através deste Voto de Pesar do Senado Federal, tem ampla justificativa. O trabalho e a vida de Palombini servem de exemplo aos homens públicos e aos jovens de nossa terra.

Sala das Sessões, 04 de dezembro 2009.

Senador PEDRO SIMON

REQUERIMENTO Nº 1.611, de 2009

(Do Senador Pedro Simon)

Requer Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Senhora Fátima Fink, ex-Prefeita de Miraguai no Estado Rio Grande do Sul.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador JOSÉ SARNEY

Com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência a inserção em Ata de voto de profundo pesar pelo falecimento da **Sra. Fátima Fink, ex-Prefeita de Miraguaí no Estado do Rio Grande do Sul**

JUSTIFICAÇÃO

A ex-prefeita de Miraguaí, Fátima Fink, faleceu no último sábado, 28, aos 48 anos, vítima de acidente de trânsito.

A ex-prefeita atualmente ocupava as funções de coordenadora regional do partido na região Celeiro, de professora no Instituto Estadual de Educação Fagundes Varela, em Miraguaí, e de diretora executiva da Associação dos Municípios da Região Celeiro (Amuceleiro). Fátima Fink era casada e tinha três filhos e um neto.

Até o fatídico acidente no sábado, ela coordenava o PMDB regional, mais de 21 Municípios, e era a Secretária Geral da Associação dos Municípios da Região Celeiro — AMUCELEIRO.

Professora de profissão, a companheira Fátima lançou-se nos últimos 10 anos na carreira política. Foi Vereadora e, na última Legislatura, Prefeita de Miraguaí, onde operou um trabalho de transformação municipal muito forte.

Como disseram meus amigos e colegas do PMDB: "Ela fazia política de verdade; olhava para os direitos da mulher, para os mais fracos; trabalhava pela educação, pela saúde."

Perde muito Miraguaí, muito o Rio Grande e, perde muito mais, o PMDB que luta pelo que acredita.

Sala das Sessões, 04 de dezembro 2009.

Senador PEDRO SIMON

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Os expedientes lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Com a palavra, agora, o Senador de Mato Grosso, também vizinho do nosso Estado de Rondônia, Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (DEM – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, nobre Senador Acir Gurgacz.

Quero agradecer ao Senador Osvaldo Sobrinho pela brevidade do tempo de que dispôs, apesar da importância do assunto, pois a usina termelétrica de Cuiabá já está seriamente comprometida em função da falta de gás, do gasoduto que foi feito com o país vizinho, a Bolívia, que deixa de cumprir suas funções por um descaso político, eu diria, daquele país com o Brasil, sendo que possuímos tantas atividades, tantos negócios conjuntos, de interesse dos dois países, Brasil e Bolívia.

Mas quero trazer hoje aqui, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que as obras da Copa ainda nem começaram e já há gente querendo ganhar o jogo ao arrepio da lei e dos princípios jurídicos, infelizmente. Estamos falando da situação de como acontecem as licitações no País, os comprometimentos com as empresas, com as campanhas eleitorais. E estou relatando esta denúncia em função da minha posição como Relator da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O Senado Federal, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, instituiu uma comissão que tem como Presidente o Senador Cícero Lucena; como Vice-Presidente, o Senador César Borges; e eu sou o Relator.

Eu recebi uma denúncia e gostaria de apresentá-la, porque se trata do Edital nº 4, de 2009, do Ministério do Esporte, que abriu, em 20 de outubro, uma licitação, em forma de concorrência pública, destinada à contratação de empresa ou consórcio de empresas para o fornecimento de equipamentos de segurança dos estádios brasileiros, também a implantação dos mesmos e a manutenção desses sistemas de controle de acesso, de monitoramento de imagens de todos os estádios brasileiros que são utilizados no Campeonato Brasileiro das séries "A" e também "B", de forma que esse projeto tenha a denominação de Projeto Torcida Legal.

Nada mais oportuno, nada mais importante e salutar do que dotarmos os estádios brasileiros de segurança. Nós precisamos nos preparar para a Copa do Mundo. O mérito é incontestável. O problema tange a forma como é feita a licitação pública, que vai ser realizada na próxima segunda-feira, dia 7, às 10h da manhã.

Mas eu gostaria de colocar aqui os estádios que vão ser beneficiados, paulatinamente, se fossem contratados esses equipamentos. São estádios públicos e privados. São vinte estádios privados brasileiros, estádios de futebol, e onze estádios públicos, onde também se realizam os jogos e, então, esses estádios normalmente são concedidos a um clube de futebol dessas cidades.

Os estádios privados são: Sport Club do Recife, de Recife; Paraná Clube, de Curitiba; Náutico Capibaribe, de Recife; em Taguatinga, o Boca do Jacaré (aqui próximo), do Grupo OK, de Luiz Estevão; Coritiba Futebol Clube, que é o Couto Pereira, de Curitiba; Esporte Clube Vitória, de Salvador; Estádio do Vasco da Gama, São Januário, do Rio de Janeiro; ABC Futebol Clube, de Natal, que é o Frasqueirão; Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, de Porto Alegre, que é o Estádio Olímpico, que é o clube do meu coração; Estádio Alfredo Jaconi, de Caxias do Sul, do Esporte Clube Juventude; Figueirense, de Florianópolis; Avaí, de Florianópolis; Palmeiras, Estádio do Parque Antártica, de São Paulo; Santos Futebol Clube, que é o Vila Belmiro, de Santos; Bragantino, de Bragança Paulista; Guarani Futebol Clube, de Campinas, que é o Brinco de Ouro; Ponte Preta, em Campinas; Portuguesa de Desportos, que é o Canindé, de São Paulo. E mais dois estádios privados: Beira-Rio, de Porto Alegre, do Sport Clube Internacional; São Paulo Futebol Clube, que é o Morumbi.

Os estádios públicos são: Ipatinga, de Ipatinga; o estádio de Campina Grande, o Amigão, do Governo do Estado da Paraíba; o Engenhão, que tem o nome de João Havelange, no Estado do Rio de Janeiro, que é cedido ao Botafogo Esporte Clube; o do Governo do Estado da Bahia, em Salvador, que é o estádio Roberto Santos; o do Estado de Goiás, em Goiânia, o Serra Dourada; o da Prefeitura de Volta Grande, que é o Volta Grande; o de Barueri, que pertence à Prefeitura de Barueri; o de São Caetano do Sul, que é do Clube de São Caetano do Sul; o da Prefeitura de Santo André, que é o estádio de Santo André, o Bruno José Daniel; e o do Governo do Estado do Ceará, em Fortaleza, que é o Castelão.

Enfim, esses são os clubes listados pelo Ministério dos Esportes que seriam contemplados com esse sistema de segurança que será licitado na segunda-feira para compor o sistema de segurança especificamente, que é controle de acesso, bilheterias, armazenamento de dados cadastrais dos torcedores, coleta

de foto, biometria digital, sistema de catraca, sistema de segurança, de impressão de ingressos.

É um preparo para a Copa do Mundo, realmente algo meritório que faz o Ministério dos Esportes. E também o monitoramento de imagens, esse, sim, para dar segurança maior também aos torcedores, que é um sistema com câmeras especiais, tanto internamente quanto até fora dos estádios, para evitar esses excessos que houve, inclusive agora, até na compra de ingressos no Estádio do Maracanã. Quer dizer, antes de uma partida, uma semana antes, a polícia entrou com gás lacrimogêneo, aliás, querendo segurar realmente... Nisso aí está faltando é monitoramento.

Então, nada mais meritório do que essa preocupação do Ministério do Esporte. Acontece que o contrato envolvendo esses equipamentos e a instalação e o monitoramento dos mesmos possui, no item 6.2.4, que fala da licitação, a definição dos requisitos de qualificação técnica, entre os quais que os concorrentes tenham atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de automação de entidades futebolísticas.

Veja bem, é esta a palavra: entidades futebolísticas. O que se lê com isso, que já foi confirmado pelo Ministério do Esporte? Clubes privados. Quer dizer, experiência técnica comprovada unicamente com clubes privados, entidades futebolísticas. Não valeria, então, experiência de comprovação de trabalho executado por um fornecedor que tenha realizado o serviço em estádio público.

Aparentemente ingênuo, esse dispositivo gera dúvidas em sua interpretação literal, pois não deixa evidente o sentido da expressão "entidades futebolísticas". Porém, isso foi revertido, foi questionado. O Ministério do Esporte, no dia 2, anteontem, reuniu os pretensos candidatos ao fornecimento desses equipamentos, e essa assertiva foi confirmada pelo Ministério do Esporte.

Os pretensos concorrentes, por força do dispositivo constante da licitação, que é o item 6.2.4, que estiveram presentes à apresentação feita no dia 2 próximo passado, levantaram novamente a questão sobre o significado da expressão "entidade futebolística", quer dizer, experiência com clubes, com entidades futebolísticas e não com estádios ou outros eventos, porque hoje se faz também controle em outros grandes eventos, em outros grandes locais.

A resposta dada pelo Ministério foi a mesma que já havia sido oferecida ao pedido de esclarecimento de uma empresa, a Plantech, que, fazendo esse questionamento, recebeu do Ministério, simplesmente, o entendimento de que o atestado deverá comprovar a prestação de quaisquer serviços de automação de entidades futebolísticas.

Na mesma reunião do dia 2, foi esclarecido que é requisito de participação no certame de licitação a realização pelo candidato de serviço de automação em entidades futebolísticas, assim entendidas instituições de caráter futebolístico.

O fato veio, informalmente, ao conhecimento do Senado por um dos concorrentes que estavam presentes à reunião e que se acha realmente prejudicado pela forma como está instituída essa licitação. Conforme o denunciante, o representante do Ministério do Esporte afirmou que, se algum licitante tiver realizado obras em estádios públicos, essas não servirão para o cumprimento do requisito.

O que se verifica nessa interpretação dada pelo Ministério do Esporte é que o respectivo dispositivo impede a participação de interessados, afrontando, em uma só tacada, os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade e da probidade administrativa, que devem presidir o processo licitatório.

Merece igualmente menção a vedação constante no inciso I do § 1º do art. 3º da Lei de Licitações:

> I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo [...] ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato.

Se é verdade que várias empresas pelo Brasil afora já fizeram, em estádios públicos, obras e serviços idênticos aos previstos nesse edital do Ministério do Esporte, também é verdade que pouquíssimas os fizeram em estádios privados de grande vulto.

Uma vez que é exigido que a empresa participante detenha um elevadíssimo patrimônio líquido, R$8 milhões – outro condicionante muito grande –, não é difícil concluir que a licitação se destina exclusivamente às empresas que já fizeram os respectivos serviços em estádios privados de grande porte, limitados, no Brasil, a um número ínfimo de grandes clubes. Eu citaria, entre eles, o do Internacional, em Porto Alegre, Beira-Rio; o do São Paulo, o Morumbi; o do Atlético Mineiro; o do Atlético Paranaense, no Paraná; e o do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro.

Isso, porque grande parte dos grandes estádios brasileiros pertence ao Poder Público.

Tal procedimento enseja obrigatoriamente as seguintes perguntas e questionamentos:

1) que razão teria o Ministério do Esporte em não permitir que participassem da licitação empresas de menor porte econômico e que já tivessem feito gran-

des obras em enormes estádios públicos? Não há por que essa condicionante de que a empresa tenha feito algum trabalho somente em estádios privados, já que grande parte dos grandes estádios brasileiros são públicos;

2) se a licitação se destina a aparelhar estádios públicos, não seria mais coerente, ainda que igualmente errado, limitar-se às empresas que tivessem feito obras em estádios públicos? Também seria uma incoerência limitar-se dessa forma.

A resposta intuitiva é que tal procedimento demonstra inequívoca tendência de restringir a licitação ou, quem sabe, de direcioná-la a talvez um único concorrente que atenda, ao mesmo tempo, ao severo critério de patrimônio líquido e à experiência em estádios privados.

A interpretação dada pelo Ministério do Esporte de que a exigida comprovação de "prestação de serviços de automação de entidades futebolísticas" restringe-se a instituições de natureza privada, excluindo-se, portanto, os estádios públicos, precisa ser fortemente rechaçada.

Merece destaque, ainda, o critério de pontuação, que se tornou um requisito de participação, nos termos do anexo I ao Edital, conforme apresento a seguir:

Vejam bem, os critérios serão técnicos e de preço, porém, para aprovar futuramente o preço, que fica em aberto, são levados em consideração oito itens, que têm pontuação de dois e de três pontos, totalizando-se vinte pontos. É nesse critério direcionado de avaliação do suporte de serviço tecnicamente que vai ser escolhida a empresa, e o preço fica em aberto. Se ela já foi escolhida antecipadamente, se obtiver a maior pontuação, também vai colocar o preço que achar conveniente. Então, uma licitação dúbia.

Vejam a pontuação: possuir um corpo técnico de instalação do sistema de controle em pelo menos um estádio do País, dois pontos; possuir atestado de capacidade técnica do fornecimento e instalação de solução de controle de acesso, em pelo menos um estádio no Brasil, com tecnologia MFARE e ingresso com código protegido contra cópia, dois pontos; possuir um atestado, também, que comprove o fornecimento e a instalação de solução de emissão de ingressos emitidos em tempo de venda nos próprios guichês de bilheterias, três pontos; possuir atestado de capacidade técnica que comprove o fornecimento e a instalação no sistema, em pelo menos um estádio no Brasil, três pontos.

O quinto item, vejam bem, exige que a solução de controle de acesso cotada encontre-se instalada, em operação, em pelo menos um estádio no exterior, dois pontos – possivelmente, só a experiência nacional foi retirada como critério essencial. Essa também tem dois pontos.

O Item 6 se refere a possuir rede de assistência técnica – nada mais necessário –, três pontos.

Os outros itens são: possuir serviço de suporte ao cliente por meio do serviço 0800, dois pontos; possuir atestado de capacidade técnica de fornecimento e instalação com sistema CFTV com tecnologia IP, três pontos.

Esses critérios, oito itens de serviço, envolvem uma pontuação que chega a 20 pontos. Quer dizer, a escolha vai ser técnica; o equipamento vai ser escolhido por quem atender às exigências técnicas, e do preço a licitação não fala, vai ser depois colocado.

Para piorar a situação, observa-se que os Itens 1, 2, 4 e 5 transformaram-se em exigência intransponível para a maioria dos concorrentes, na medida em que se exige a prévia realização de serviços em pelo menos um estádio. Mas não um estádio público-privado; não, uma entidade futebolística. Isso causa dúvida e restringe as empresas, porque quem tem experiência em estádio público – e são tantos no País, que já são utilizados e que o serão na Copa do Mundo –, se tem experiência no fornecimento desses equipamentos, não vai obter a participação, porque não tem exclusivamente experiência com estádios privados.

E mais: essa experiência de ter realizado o fornecimento para um estádio do exterior também restringe violentamente. Foi incluída, de forma que se descartassem, possivelmente, alguns participantes, alguns fornecedores.

Eu diria que isso, sim, é um direcionamento de licitação. Por isso mesmo, apresentei, no dia de ontem, requerimento – que foi protocolado, possivelmente, hoje pela manhã – ao Tribunal de Contas da União e ao Ministério Público, para que esses órgãos tomem tempestivamente as providências necessárias, para barrar esse tipo de procedimento de licitação danoso ao Erário.

Gostaria de acrescentar que, no Estado do Mato Grosso, Cuiabá vai ser sede também da Copa do Pantanal, assim denominada. E o Governador Blairo Maggi instituiu uma Agência da Copa, em que participam pessoas de renomada reputação pública e privada. São seis membros diretores que a compõem.

Essa agência concentra todos os poderes para a execução das obras necessárias a dotar Cuiabá e adjacências ao turismo, à infraestrutura, à mobilidade, enfim, à reconstrução do estádio Verdão e dando condições de suporte para todas as ações necessárias para a Copa de 2014.

E a pergunta é: não seria o caso de o Governo Federal, a União instituir uma Secretaria Especial para

coordenar todas essas ações que dizem respeito à infraestrutura – vão ser repassados recursos para os Estados, para as Capitais, para os Municípios –, enfim, preparar o Brasil para esta Copa tão esperada pelos brasileiros? É a segunda Copa que se disputa no País. Eu diria que é uma oportunidade para repensar. Isso aqui é um início, é a primeira licitação e é o primeiro trabalho desta Comissão de Fiscalização, Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016, da qual sou Relator.

Apresento, então, esta denúncia pública, para que o Ministério Público e o TCU realizem uma avaliação e acompanhem essa licitação programada para o dia 7, segunda-feira, às 10 horas da manhã. Os componentes e os interessados já estiveram reunidos agora, no dia 2, porque, pelo edital, teriam de receber, 72 horas antes, todas as explicações necessárias para participarem da licitação. Mas o questionamento já foi colocado, e o Legislativo está aqui também para auxiliar no levantamento dessas questões. Mas o TCU e o Ministério Público poderão se pronunciar, porque a eles cabe a análise desse edital de licitação e o acompanhamento dela.

Eu vejo que isso aí deveria ser barrado. Nós não poderíamos deixar uma licitação dúbia, onde a experiência dessas empresas que fornecerão esses equipamentos de segurança aos estádios seja restrita a quem prestou serviço a entidades futebolísticas – diz respeito, então, aos clubes privados –, e deixa de fora a experiência que essas empresas tiveram com estádios públicos. Então, dessa forma, para que não haja uma dúbia apresentação de que essa licitação é dirigida, de que tudo foi preparado de forma a dirigir a licitação para quem comprove todos esses requisitos técnicos, fizemos o nosso questionamento. Eu deixo isso aí, e espero que o Ministério Público e o TCU tenham tempo hábil para segurar essa licitação e para que ela seja refeita.

O mérito de dotarmos os estádios brasileiros de um sistema perfeito de segurança, com sistemas modernos de monitoramento de imagens e sistemas de controle de acesso dos torcedores, é essencial para modernizarmos e viabilizarmos que mais pessoas cheguem aos estádios com mais conforto, com mais segurança, com mais tranquilidade, porque, da forma como está, as torcidas organizadas, em alguns locais, não interferem, mas, em outros, complicam e precisam ser monitoradas constantemente.

Então, deixo aqui a minha preocupação, esperando que esses órgãos de controle do Estado brasileiro acompanhem esse processo licitatório e tomem as devidas providências de análise e de acompanhamento.

O que estamos apresentando foi uma denúncia que nos chegou de concorrentes que se sentiram extremamente prejudicados. Espero que consigamos fazer algo democrático, aberto, sem direcionamento e viável a todos os concorrentes, como é justo num sistema licitatório em todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Antes de encerrar esta sessão, quero manifestar aqui a preocupação mundial, hoje, com relação ao meio ambiente, principalmente com relação à Região Amazônica e, em especial, ao nosso Estado de Rondônia.

Quero pedir atenção e preocupação, principalmente para com as pessoas que moram nessas regiões, porque são elas que podem nos ajudar a preservar a Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – O Sr. Senador Acir Gurgacz enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. SENADOR ACIR GURGACZ (PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores,

Os ajustes necessários para a aprovação do novo Código Florestal e a regulamentação de compensação financeira para os produtores rurais e as populações extrativistas que fazem o uso sustentável da floresta na Amazônia deram um importante passo esta semana aqui nesta Casa.

Foi com atenção que acompanhei a aprovação do Projeto de Lei do Senado – PLS nº 483/09, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. O projeto, que teve como relator o senador Osmar Dias (PDT – PR), a quem eu cumprimento pelo belo trabalho e pelas emendas acrescentadas, prevê pagamento a produtores rurais de áreas vizinhas a unidades de conservação que mantiverem cobertura florestal em suas terras. Conforme a proposta, os recursos serão pagos como compensação ambiental. O benefício financeiro também é previsto para agricultores que conservarem a qualidade do solo, impedindo os processos erosivos.

Outro projeto importante que vem complementar a iniciativa do senador Gilberto Goelner, e também atender as necessidades dos produtores rurais e de conservação da floresta amazônica, é o Projeto de Lei nº 342/08, do senador Valdir Raupp, que propõe a moratória para o desmatamento na Amazônia Legal, anistiando os produtores rurais. A proposta também institui o conceito de ativo econômico e prevê a concessão de incentivos na gestão sustentável das florestas existentes na Amazônia.

Observe, senhor presidente, a importância dessas duas iniciativas para os produtores rurais de todo o Brasil e em especial para os povos da Amazônia. Elas legitimam o sentimento de busca por reconhecimento dos agricultores, em especial do meu estado de Rondônia, onde muitos foram obrigados, em épocas passadas, a desmatar até 50% de suas posses para

terem direito ao título da terra e para combater moléstias como a malária e outras doenças tropicais. Essa era a orientação do Governo Federal e do Incra no processo de colonização e reforma agrária da Amazônia.

Nada mais justo, senhores senadores, que esses agricultores tenham a moratória para o desmatamento que fizeram numa época onde essa era a regra. Hoje, sofremos as consequências de ações patrocinadas pelo Governo Federal. Para repará-lo, não basta apenas proibir o desmatamento e abandonar esse povo sem nenhuma ajuda e orientação.

Devemos lembrar que no período da colonização, as famílias entravam na mata apenas com cacaio nas costas para abrir uma clareira, erguer seu barraco e começar a fazer sua roça. Assim foi a colonização de Rondônia, mas o maior desafio foi vencer a malária, que em todos os assentamentos ocorreram grandes surtos, onde pessoas morreram e outras sofrem ate hoje por sua causa.

Essas famílias foram transportadas das suas terras no Sul do País para assentamentos em Rondônia. Eu mesmo, participei desta saga. Lembro bem quando fazia o embarque destas famílias, que moravam onde hoje é o lago de Itaipu, e também de outras regiões do Paraná, e as transportava em ônibus para o Norte do País, para os núcleos de assentamentos do Incra em Rondônia, que hoje são grandes cidades em nosso Estado.

Portanto, Senhor Presidente, não é justo que hoje estes agricultores, que passaram por tudo isto, agora recebam a visita de fiscais do Ibama e junto com eles multas pelo passado. Não e justo que fiquem discriminados perante o restante do País, com a mídia os classificando como criminosos ambientais.

É preciso lembrar desse passado, para que hoje possamos fazer justiça com essa gente. Esses trabalhadores que precisam de orientação técnica, de incentivos fiscais, de alternativas de renda, de crédito, de moratória pelo desmatamento feito naquele período e compensação financeira pela conservação da floresta.

Veja Senhor Presidente, que a proposta do Senador Gilberto Goellner, e a proposta do Senador Valdir Raupp se complementam. Isto é um sinal de que estamos convergindo idéias e esforços no sentido de reconhecer a importância do fator humano na conservação das florestas. O destino da Amazônia está atrelado à vida de 25 milhões de pessoas que vivem hoje na região.

Há consenso entre os brasileiros de que a conservação da Floresta Amazônica é vital para o Brasil e para o Planeta e de que ainda dá tempo de salvá-la. Os cientistas e muitas ONG também concordam com esta afirmação. Estranhamente, o homem, o protagonista da saga amazônica, responsável pela colonização e pela integração da região ao mapa do Brasil, está sendo deixado a margem dessa equação. Esquecem que para conservar a floresta é preciso dar condições de vida digna ao homem da Amazônia e oferecer alternativas econômicas que não dependam do desmatamento.

O desmatamento e as queimadas na Amazônia, e em particular no Estado de Rondônia, diminuiram consideravelmente nos últimos anos. E não há mais necessidade de derrubar a floresta como em outras épocas. O aproveitamento das áreas já desmatadas para a agricultura e a pecuária, e o manejo sustentável da floresta podem assegurar o desenvolvimento econômico da região e garantir a manutenção da floresta em pé. Podem assegurar o desenvolvimento da economia regional e a sustentação da vida no planeta.

Vivemos hoje sob o fantasma das mudanças climáticas. O Brasil tem demonstrado capacidade técnica e liderança política para enfrentar esse problema. Na semana passada, aprovamos aqui nesta casa a Política Nacional sobre Mudança do Clima. O projeto fixa em lei o compromisso voluntário do Brasil de reduzir, até 2020, as emissões projetadas de gases de efeito estufa dentro do limite que vai de 36,1% a 38,9%.

O anuncio antecipado das metas pelo Brasil aumentou a sua responsabilidade para a Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que inicia na próxima semana em Copenhague, na Dinamarca. Mas, para cumprir essa meta, o Brasil terá que fazer o dever de casa. Será preciso desenvolver alternativas econômicas para a Amazônia, e no caso de Rondônia, basta aplicar o Zoneamento Ecológico Econômico, feito na década passada.

Para que possamos atingir nossa meta na redução da emissão de gases de efeito estufa, sou favorável ao desmatamento ilegal zero na Amazônia, ao fim das queimadas, e também ao pagamento de compensação financeira aos agricultores que preservam a floresta.

É preciso aparar as arestas e encontrar um ponto de equilíbrio entre as propostas conflitantes de madeireiros, ambientalistas, pecuaristas e agricultores, enfim, dos povos da floresta e das cidades de Rondônia e da Amazônia.

É preciso conciliar as necessidades de uso sustentável da floresta, unindo as premissas atuais de proteção e manejo florestal com a necessidade de desenvolvimento econômico e social e humano da região.

É nesse sentido, senhores senadores, que comemoro os avanços que o Congresso Nacional e a sociedade brasileira está tendo com as discussões em torno da reforma do Código Florestal Brasileiro e sobre esse novo olhar para o homem do campo e da floresta. E faço um apelo para que o presidente Lula também olhe com carinho para a nossa região e para estas famílias de trabalhadores.

Quero saudar toda a bancada parlamentar de Rondônia, que está atenta ao assunto e convergindo es-

forços no sentido de assegurar que o nosso Estado, por suas características ambientais e históricas, pelo processo de colonização e desenvolvimento agropecuário distinto de toda a Amazônia, e também por sua diversidade e complexidade, tenha também tratamento diferenciado e autonomia para estabelecer suas normas de uso do solo e dos recursos naturais, conforme já delineamos no Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado.

Reforço o entendimento de que o Governo precisa estabelecer os princípios básicos que nortearão a legislação ambiental, no entanto, o novo Código Florestal deve deixar para os Estados o detalhamento das normas, para que o façam de acordo com as realidades e características regionais.

Muito obrigado! – *Senador* **Acir Gurgacz,** PDT – RO.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. PDT – RO) – Sem mais oradores, declaro encerrada esta sessão.

(Levanta-se a sessão às 13 horas e 45 minutos.)

SENADO FEDERAL

ATA DA 221ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE NOVEMBRO DE 2009

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 188,** em 26 de novembro de 2009)

RETIFICAÇÃO

Na página 62513, após a Mensagem nº 838, de 2009, inserir o texto completo da EMI Nº 00017 MRE/MCT –DCTEC/DAI/DAOC I ETEC-BRAS-INDI.

Publicado no DSF de 5-12-2009

EMI Nº 00017 MRE/MCT - DCTEC/DAI/DAOC I ETEC-BRAS-INDI **00001.001003/2008-16**

Brasília, 14 de janeiro de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República da Índia em Cooperação Científica e Tecnológica, celebrado em Brasília, no dia 12 de setembro de 2006.

2. Trata-se de instrumento que visa a substituir Acordo Bilateral em Ciência e Tecnologia datado de 1985. Baseado na igualdade e vantagens recíprocas, o novo Acordo atualiza as áreas de cooperação, seus mecanismos de implementação e avaliação, além de disciplinar sobre propriedade intelectual, entre outras disposições. Sua assinatura é fruto das substanciais convergências de interesses entre os dois países e da percepção comum da necessidade de concertação diplomática que induza à consecução de metas em setores prioritários com vistas ao desenvolvimento econômico sustentável, inclusão social e redução da pobreza.

3. O acordo harmoniza-se, igualmente, aos interesses do Fórum de Diálogo IBAS, iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, estabelecida com o intuito de promover a cooperação Sul-Sul. Nesse contexto, o Brasil e a Índia, juntamente com a África do Sul, guardam elevado potencial para o aprofundamento de uma parceria equilibrada, simétrica e complementar, afinada com os interesses nacionais.

4. A cooperação regida pelo acordo inclui pesquisa nos campos de ciências humanas, sociais e naturais e focalizará, inicialmente, as áreas de biotecnologia, química, pesquisa climática, ciências marítimas, novos materiais, matemática, física, fontes de energia sustentável e renovável, espaço e parceria indústria-pesquisa. A eleição dessas áreas decorre do recente adensamento da interlocução bilateral em ciência e tecnologia, de que são exemplos os três encontros do Conselho Científico Brasil-Índia, ocorridos no Brasil, em 2005, 2006 e 2007, a III Reunião da Comissão Mista de Cooperação Política, Econômica, Científica e Tecnológica e Cultural, em 2007, a assinatura do Acordo Quadro sobre Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, em 2004, o Ajuste Complementar sobre a Cooperação para a Ampliação da Estação Brasileira Terrestre de Recepção e Processamento de Dados por Satélite de Sensoriamento Remoto da Índia, e a renovação do Convênio firmado pelo CNPQ e Conselho de Pesquisa Científica e Industrial (CSIR) da Índia, além de avançadas negociações na área de meteorologia.

5. Como ilustração dos benefícios dessa cooperação, vale destacar que outros temas guardam estreita relação com a área de ciência e tecnologia no âmbito bilateral. Por exemplo, os assuntos relacionados ao desenvolvimento agrícola são tratados, pelos indianos, por meio do Ministério de Ciência e Tecnologia. Em iniciativas multilaterais, tais como o projeto intergovernamental para o estabelecimento de um Sistema Global de Sistemas de Observação da Terra (GEOSS) e a Aliança Inter-regional para o Sistema Global de Observação dos Oceanos (GOOS), a cooperação Brasil-Índia facilitará a defesa de interesses comuns.

6. Por meio do acordo, os países reconhecem a importância da ciência e tecnologia no desenvolvimento de suas economias nacionais e no melhoramento de seus padrões de qualidade de vida socioeconômicos. Indubitavelmente, o presente acordo contribui para elevar o patamar das relações Brasil-Índia, de maneira coerente com a prioridade estratégica estabelecida pelo Governo de Vossa Excelência.

7. Uma vez que a ratificação do presente Acordo depende de prévia autorização do Congresso Nacional, nos termos do inciso I, artigo 49 da Constituição Federal, permitimo-nos submeter à alta apreciação de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem presidencial ao Congresso Nacional, para encaminhamento do referido instrumento à apreciação do Poder Legislativo.

Respeitosamente,

ATA DA 227ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2009

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 190**, em 28 de novembro de 2009)

RETIFICAÇÕES

Na página 62932, para correção do despacho.

Onde se lê:

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Serviços de Infraestrutura)

Leia-se:

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Na página 63099, para correção do número do ofício da Comissão de Assuntos Sociais

Onde se lê:

OFÍCIO Nº 238/09 – PRES/CAS

Leia-se:

OFÍCIO Nº 298/09 – PRES/CAS

ATA DA 228ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE NOVEMBRO DE 2009

(Publicada no **Diário do Senado Federal nº 191**, em 1º de dezembro de 2009)

RETIFICAÇÃO

Na página 63559, para correção do número de origem da mensagem

Onde se lê:

Mensagem nº 253, de 2009
(nº 957/2009, na origem)

Leia-se:

Mensagem nº 253, de 2009
(nº 967/2009, na origem)

Ata da 240ª Sessão, Não Deliberativa, em 7 de dezembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência da Srª Serys Slhessarenko e dos Srs. Mão Santa, Papaléo Paes, João Pedro e Roberto Cavalcanti

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 3 minutos e encerra-se às 19 horas e 33 minutos.)

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 2.248, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o *Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2007* (nº 142/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR "AD HOC": Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 446, de 2007 (nº 142, de 2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 446, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que renova a permissão outorgada à *Scala FM Stereo de Belo Horizonte Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

RELATOR AD HOC - Senador Eduardo Azeredo

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2007.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 446, de 2007 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JUNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO AD HOC
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 446, de 2007.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLAVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.249, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2007 (nº 369/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **VALTER PEREIRA**

RELATOR "AD HOC": Senador **WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 484, de 2007 (nº 369, de 2007, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Vida Nova de Canarana* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e

Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 484, de 2007, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 484, de 2007, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que autoriza a *Associação Comunitária Vida Nova de Canarana* a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

Senador Wellington Salgado de Oliveira
Relator AD HOC

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2007.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 484, de 2007 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA AD HOC	1. VALTER PEREIRA RELATOR
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 484, de 2007.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE				
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO				
GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X			
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA				
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES	X			
LEOMAR QUINTANILHA				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER	X			
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.250, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2008 (nº 501/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magno's Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **ELISEU RESENDE**

RELATOR "AD HOC": Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 325, de 2008 (nº 501, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Magno's Comunicações e Serviços Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações que devem instruir o processo submetido à análise da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 325, de 2008, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação aplicável à espécie.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 325, de 2008, não evidenciou violação da legislação aplicável à matéria, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Magno's Comunicações e Serviços Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

RELATOR AD HOC: SENADOR EDUARDO AZEREDO

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2008.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 325, de 2008 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE** RELATOR
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO** AD HOC
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 325, de 2008.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE				
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO				
GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X			
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA				
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES	X			
LEOMAR QUINTANILHA				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER	X			
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.251, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2008 (nº 689/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 367, de 2008 (nº 689, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 367, de 2008, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *PARAVIANA COMUNICAÇÕES LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

Senador Flexa Ribeiro, Presidente

, Relator

Relator Ad Hoc, Senador Valdir Raupp.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2008.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 367, de 2008 NA REUNIÃO DE 02/12/2009.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ** RELATOR
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP AD HOC	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 367, de 2008.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Publicado no **DSF**, de 8/12/2009.

PARECER
Nº 2.252, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2009 (nº 822/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima.

RELATOR: Senador **ROMERO JUCÁ**

RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 46, de 2009 (nº 822, de 2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Paraviana Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 46, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Paraviana Comunicações Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

Relator Ad Hoc, Senador Valdir Raupp

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 46, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/2009.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ** RELATOR
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP AD HOC	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 46, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.253, DE 2209

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2009 (nº 1.312/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à CECOAMA – Central de Comunicação de Amarante do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão.

RELATOR: Senador **LOBÃO FILHO**

RELATOR "AD HOC": Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 429, de 2009 (nº 1.312, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *CECOAMA - Central de Comunicação de Amarante do Maranhão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 429, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 429, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *CECOAMA - Central de Comunicação de Amarante do Maranhão* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

(Relator Ad Hoc: Senador Valdir Raupp)

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 429, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO RELATOR	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP RELATOR AD HOC	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 429, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: – ABS: – AUTOR: – PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER Nº 2.254, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2009 (nº 1.515/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis – ACCSD para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul.

RELATOR: Senador **DELCÍDIO AMARAL**

RELATOR "AD HOC": Senador **JOÃO RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 632, de 2009 (nº 1.515, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis - ACCSD* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 632, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 632, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis - ACCSD* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

RELATOR AD HOC: Senador João Ribeiro

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 632 de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL RELATOR
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO AD HOC
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES Leopoldo Paes	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 632, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					*FLÁVIO ARNS*	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.255, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2009 (nº 1.441/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz – ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 675, de 2009 (nº 1.441, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 675, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 675, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz - ACEEFE* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 675, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 675, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.256, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2009 (nº 1.461/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia.

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 679, de 2009 (nº 1.461, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amigos de Pindaí* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia,

Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 679, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 679, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Amigos de Pindaí* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 679, de 2009 NA REUNIÃO DE 2/12/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR RELATOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 679, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 13 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.257, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009 (nº 1.504/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí.

RELATOR: Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 683, de 2009 (nº 1.504, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 683, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 683, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

missão,

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 683, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/2009.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 683, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Publicado no DSF, de 8/12/2009.

PARECER
Nº 2.258, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009 (nº 1.526/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária – ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 685, de 2009 (nº 1.526, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e

imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 685, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 685, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 685, de 2009 NA REUNIÃO DE 02 12 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 685, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.259, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2009 (nº 1.533/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás.

RELATOR: Senador **DEMÓSTENES TORRES**

RELATOR "AD HOC": Senador **ANTONIO CARLOS JÚNIOR**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 687, de 2009 (nº 1.533, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição Federal e as formalidades e critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 687, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 687, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, voto pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

Senador Antonio Carlos Júnior
Relator Ad-Hoc

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 687, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR AS HOC	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES RELATOR	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 687, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.260, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009 (nº 1.537/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 689, de 2009 (nº 1.537, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 689, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 689, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 689, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 689, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE				
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO				
GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X			
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CICERO LUCENA				
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES	X			
LEOMAR QUINTANILHA				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER	X			
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.261, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2009 (nº 1.969/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **WELLINGTON SALGADO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 698, de 2009 (nº 1.969, de 2005, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 698, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 698, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Beneficente e Cultural de São João Batista do Glória* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2009.

Sala das Comissões,

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 698, de 2009 NA REUNIÃO DE / /
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA RELATOR	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 698, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE				
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO				
GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X			
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA				
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES	X			
LEOMAR QUINTANILHA				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER	X			
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.262, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2009 (nº 1.223/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 740, de 2009 (nº 1.223, de 2008, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva - MG* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 740, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 740, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à

Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva - MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 740, de 2009 NA REUNIÃO DE 02 / 12 / 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO RELATOR
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 740, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 **SIM:** 11 **NÃO:** - **ABS:** - **AUTOR:** - **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.263, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2009 (nº 1.413/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATOR "AD HOC": Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 745, de 2009 (nº 1.413, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A Exposição de Motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 745, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 745, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação*

Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

Relator ad hoc: Senador Paulo Paim

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2009.

Sala das Comissões,

Senador **ELEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 745, de 2009 NA REUNIÃO DE 02 / 12 / 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA RELATOR	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES AO voto	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 745, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ÉLISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: 1 ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.264, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2009 (nº 1.486/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Honório Serpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 750, de 2009 (nº 1.486, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Honório Serpa* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de

concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

OS:19068/2009

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

OS:19068/2009

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 750, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 750, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Honório Serpa* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

Senador FLEXA RIBEIRO, Presidente

Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 750, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 750, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE				
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X			
LOBÃO FILHO				
GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X			
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA				
FLEXA RIBEIRO				
PAPALÉO PAES	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES	X			
LEOMAR QUINTANILHA				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER	X			
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: – ABS: – AUTOR: – PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.265, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2009 (nº 1.492/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 754, de 2009 (nº 1.492, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *RÁDIO PRADO LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 754, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *RÁDIO PRADO LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 754, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 754, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				*GILBERTO GOELLNER*	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	***SIM***	***NÃO***	***AUTOR***	***ABSTENÇÃO***	***SUPLENTE - PDT***	***SIM***	***NÃO***	***AUTOR***	***ABSTENÇÃO***
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 **SIM:** 11 **NÃO:** — **ABS:** — **AUTOR:** — **PRESIDENTE:** 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.266, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2009 (nº 1.532/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro.

RELATOR: Senador **MARCELO CRIVELLA**

RELATOR "AD HOC": Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 755, de 2009 (nº 1.532, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 755, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 755, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

Relator ad hoc: Senador Rapaléo Paes

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 755, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA RELATOR	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES AD HOC.	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 755, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO				
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: _____ SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.267, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2009 (nº 1.544/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária – FM de Lindóia do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina.

RELATOR: Senador **FLÁVIO ARNS**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 757, de 2009 (nº 1.544, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina. O ato foi

submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 757, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 757, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Rádio Comunitária - FM de Lindóia do Sul* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

Senador FLEXA RIBEIRO, Presidente

Senador **FLÁVIO ARNS**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 757, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	(Senador Flexa Ribeiro)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS** RELATOR
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 757 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: – ABS: – AUTOR: – PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02 / 12 / 2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.268, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2009 (nº 1.575/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco.

RELATOR: Senador **SÉRGIO GUERRA**

RELATOR "AD HOC": Senador **PAPALÉO PAES**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 760, de 2009 (nº 1.575, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 760, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 760, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

Relator Ad Hoc, Senador Papaléo Paes.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 760, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/11/2009,
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JUNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA** RELATOR
PAPALÉO PAES AD HOC	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 760, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: – ABS: – AUTOR: – PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.269, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2009 (nº 1.630/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos Nova Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo.

RELATOR: Senador **EDUARDO AZEREDO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 766, de 2009 (nº 1.630, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Amigos Nova Vale* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

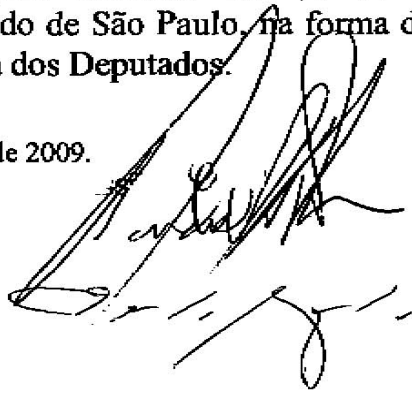
A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 766, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 766, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos **pela aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Amigos Nova Vale* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.



, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 766, de 2009 NA REUNIÃO DE 02 12 09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO RELATOR
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 766, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.270, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2009 (nº 1.622/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalvense para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.

RELATOR: Senador **SÉRGIO ZAMBIASI**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 781, de 2009 (nº 1.622, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *FUNDAÇÃO NÚCLEO CULTURAL BENTOGONÇALVENSE* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

Devido à sua especificidade, os canais de *radiodifusão educativa* são reservados à exploração da União, Estados e Municípios, universidades e fundações constituídas no Brasil, com finalidade educativa, conforme preceitua o art. 14 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, que complementou e modificou a Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 781, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *FUNDAÇÃO NÚCLEO CULTURAL BENTOGONÇALVENSE* para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, *com fins exclusivamente educativos*, na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em 02 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2009.

Sala das Comissões, em 02 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 781, de 2009 NA REUNIÃO DE 02 / 12 / 2009.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI RELATOR	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 781, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.271, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2009 (nº 1.635/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale das Perdidas de Jaciara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 788, de 2009 (nº 1.635, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Rádio Vale das Perdidas de Jaciara Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 788, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Rádio Vale das Perdidas de Jaciara Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 788, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER RELATOR
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

Publicação no DSF, de 8/12/2009.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 788, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.272, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2009 (nº 1.703/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso.

RELATOR: Senador **GILBERTO GOELLNER**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 807, de 2009 (nº 1.703, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 807, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga permissão à *Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 807, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER RELATOR
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 807, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.273, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2009 (nº 1.723/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 824, de 2009 (nº 1.723, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 824, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 824, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

Senador **JOÃO RIBEIRO**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 624, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO RELATOR
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 824 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02 / 12 / 2009

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.274, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2009 (nº 1.724/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 825, de 2009 (nº 1.724, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina - TO* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 825, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 825, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina - TO* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

Senador **JOÃO RIBEIRO**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 825, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO** RELATOR
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 825, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCIDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Publicado no **DSF**, de 8/12/2009.

PARECER Nº 2.275, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo n 853, de 2009 (nº 1.482/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Auto CAP – Comunicações, Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima.

RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 853, de 2009 (nº 1.482, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *AUTO CAP - COMUNICAÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o

parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 853, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **APROVAÇÃO** do ato que outorga permissão à *AUTO CAP - COMUNICAÇÕES, INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **ELEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 853, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP RELATOR	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 853, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.276, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2009 (nº 1.610/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 857, de 2009 (nº 1.610, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem

sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 857, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 857, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

Senador **JOÃO RIBEIRO**, Relator

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 857, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/09
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO (RELATOR)
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 857, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/09

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.277, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2009 (nº 1.648/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 860, de 2009 (nº 1.648, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 860, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 860, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

Presidente Eventual
Sen. Wellington Salgado de Oliveira.

, Relator

Senador Flexa Ribeiro.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 860/09 NA REUNIÃO DE 01/12/2009.
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Wellington Salgado de Oliveira	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO RELATOR	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 460 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES (PMDB e PP)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO	X				SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02 / 12 / 2009.

SENADOR Wellington Salgado de Oliveira

Presidente Eventual,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

PARECER
Nº 2.278, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2009 (nº 1.728/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cata-vento – Juventude e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

RELATOR "AD HOC": Senador **ACIR GURGACZ**

1 – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 864, de 2009 (nº 1.728, de 2009, na Câmara dos Deputados), destinado a aprovar o ato que outorga autorização à *Associação Cata-vento - Juventude e Cidadania* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidenciai, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 864, de 2009, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 864, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga autorização à *Associação Cata-vento - Juventude e Cidadania* para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

Relator ad hoc:
Senador Acir Gurgacz

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2009.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS Nº 864, de 2009 NA REUNIÃO DE 02/12/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	Senador Flexa Ribeiro
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	1. DELCÍDIO AMARAL
RENATO CASAGRANDE	2. FLÁVIO ARNS
MAGNO MALTA	3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO CAVALCANTI	4. JOÃO RIBEIRO
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	1. VALTER PEREIRA
LOBÃO FILHO	2. ROMERO JUCÁ
GERSON CAMATA	3. GILVAM BORGES
VALDIR RAUPP	4. LEOMAR QUINTANILHA
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	1. GILBERTO GOELLNER
DEMÓSTENES TORRES	2. ELISEU RESENDE
JOSÉ AGRIPINO	3. MARCO MACIEL
EFRAIM MORAIS	4. KÁTIA ABREU
CÍCERO LUCENA	5. EDUARDO AZEREDO
FLEXA RIBEIRO	6. SÉRGIO GUERRA
PAPALÉO PAES	7. ARTHUR VIRGÍLIO
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	1. FERNANDO COLLOR
PDT	
ACIR GURGACZ	1- CRISTOVAM BUARQUE

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS Nº 864, de 2009.

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO					SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: — ABS: — AUTOR: — PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02/12/2009.

SENADOR FLEXA RIBEIRO
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 231, de 2009**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo dos **Projetos de Decreto Legislativo nºs 446 e 484, de 2007; 325 e 367, de 2008; 46, 429, 632, 675, 679, 683, 685, 687, 689, 698, 740, 745, 750, 754, 755, 757, 760, 766, 781, 788, 807, 824, 825, 853, 857, 860 e 864, de 2009**.

Nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 231/2009-CCT

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, os projetos de Decretos Legislativos nºs: 446, 484 de 2007; 325, 367 de 2008; 46, 429, 632, 675, 679, 683, 685, 687, 689, 698, 740, 745, 750, 754, 755, 757, 760, 766, 781, 788, 807, 824, 825, 853, 857, 860 e 864 de 2009. – Senador **Flexa Ribeiro**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 131, de 2009**, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo; **347, 348, 350 e 351, de 2009**, da Comissão de Assuntos Sociais; e **416, de 2009**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, comunicando a aprovação de Substitutivos aos **Projetos de Lei do Senado nºs 114, de 2004** (tramitando em conjunto com os **Projetos de Lei do Senado nºs 283, 429 e 533, de 2007**), **334, de 2005; 249, de 2006, 740, de 2007**; **49, de 2008** (tramitando em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2008); e 223, de 2009**.

Com referência aos expedientes mencionados, a Presidência comunica ao Plenário que aos Substitutivos aos **Projetos de Lei do Senado nºs 114, de 2004, 334, de 2005, 249, de 2006, 740, de 2007, 49; 140, de 2008, e 223, de 2009**, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania.

São os seguintes os ofícios:

OF. nº 131/2009-CDR

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Assunto: Decisão Terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Extraordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2004, que "Altera dispositivo da Lei nº 7.565, de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, de modo a instituir indenização a passageiros em caso de excesso de reservas em aeronaves", de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, e pela rejeição dos Projetos de Lei do Senado nº 283, 429 e nº 533, de 2007 e ele apensados.

Nos termos do art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal, o Substitutivo será submetido a turno suplementar na próxima reunião da Comissão.

Respeitosamente, – Senador **Neuto de Conto,** Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

OF. nº 347/2009-PRES/CAS

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 740, de 2007, que "Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Artistas e de Técnico em Espetáculos de Diversões, e dá outras providências", de autoria do Senador Romeu Tuma.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

OF. nº 348/2009 – PRES/CAS

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2006, que "Altera a Lei nº

8.234, de 17 de setembro de 1991, para dispor sobre a jornada e condições de trabalho dos nutricionistas.", de autoria do Senador Paulo Paim.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OF. Nº 350/2009-CAS

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em turno único, o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 49, de 2008, de autoria do Senador Expedito Júnior, que "Acrescenta o § 3º ao art. 217 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e altera o inciso II do § 2º do art. 77 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para estender o direito à pensão por morte aos filhos e dependentes até os 24 anos de idade, quando estudantes", e rejeitou o Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2008, que "Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para estabelecer normas sobre o repasse de recursos da União destinados ao pagamento dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias admitidos pelos gestores locais do Sistema Único de Saúde", de autoria do Senador Cristovam Buarque, que tramitam em conjunto.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, Senadora **Rosalba Ciarlini,** Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

OF. Nº 351/2009-PRES/CAS

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2005, que "Dispõe sobre a desconsideração dos ganhos provenientes do benefício de prestação continuada recebidos por um membro da família, no cálculo da renda mensal familiar **per capita** para concessão do benefício para outro integrante", de autoria do Senador Flávio Arns.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art, 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Atenciosamente, – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Ofício nº 416/2009 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Assunto: Turno Suplementar

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou em caráter terminativo pela aprovação do Substitutivo de autoria do Senador Osmar Dias ao Projeto de Lei do Senado n] 223, de 2009, quer "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para proibir a contratação de empresas prestadoras de serviços para atividades inseridas entre as funções de cargos da estrutura permanente ou que representem necessidade finalística, essencial ou permanente dos órgãos da administração pública", de autoria do Senador Marcelo Crivella.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Demóstenes Torres** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.612, DE 2009

(REQUERIMENTO Nº 105, DE 2009 – CCT)

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, seja encaminhado ao Presidente da República voto de congratulação para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas –, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, de 1998, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal o julgamento de responsáveis por crimes contra o Meio Ambiente, ampliando sua jurisdição.

JUSTIFICAÇÃO

A Corte Penal Internacional, com sede em Haia, na Holanda, foi criada pelo chamado Estatuto de Roma, de 17 de julho de 1998, que entrou em vigor em 1º de julho de 2002. Tem como objetivo impedir a impunidade daqueles que cometem graves crimes que ameacem a paz, a segurança e o bem estar mundiais.

Embora relacione-se com a Organização das Nações Unidas, a Corte é órgão independente, dotado de personalidade jurídica internacional própria. Tem jurisdição sobre pessoas no que diz respeito aos mais sérios crimes objeto de preocupação da comunidade internacional e complementa as jurisdições penais nacionais.

De acordo com o instrumento que a fundou – o Estatuto de Roma, do qual o Brasil é signatário – a corte criminal abrange o genocídio, os crimes contra a humanidade, os crimes de guerra e de agressão. Essas grandes áreas de jurisdição são objeto de extensa e precisa tipificação, de que citam-se alguns exemplos.

No caso do genocídio, o Documento Internacional contempla os atos cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. São ações que se verificam, por exemplo, por meio da morte de membros do grupo, ou da imposição deliberada de condições de vida que podem levar à sua destruição física total ou parcial.

No que diz respeito aos crimes contra a humanidade, temos situações como amplo e sistemático ataque contra qualquer população civil, caracterizado pelo extermínio ou transferência forçada de população.

Sobre crimes de guerra, o Estatuto cita desobediência à Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949, principalmente em relação à população civil, inclui o uso de substâncias tóxicas e venenosas, o emprego da fome como método de luta, e o tratamento humilhante e degradante.

Esses poucos exemplos da exaustiva listagem do Estatuto de Roma mostram-nos que todas essas condutas são, em síntese, agressões ao ser humano, à própria humanidade, que não podem ficar impunes

Temos aqui uma inegável analogia com as agressões à natureza, o tratamento degradante dado ao meio ambiente, que se torna também agressão ao ser humano. Assim, a mudança climática, ao provocar violentas alterações ambientais como secas e chuvas torrenciais freqüentes, está levando ao deslocamento forçado de populações inteiras.

O aquecimento global já causa aumento do nível dos oceanos, forçando o deslocamento populacional em várias partes do globo e mesmo ao desaparecimento paulatino de ilhas habitadas.

As mudanças do clima levam à diminuição de colheitas e à fome e prejudicam principalmente as populações mais carentes. A escassez de água e a desertificação também atingem as camadas mais pobres.

A emissão de gases tóxicos, e o lançamento descontrolado e irresponsável de poluentes na atmosfera, nas águas e no solo, equivalem ao uso de venenos e armas químicas, cuja condenação já é prevista nas convenções sobre a guerra e encampada pelo Estatuto que criou a Corte Criminal Internacional.

Assim, creio que agora, às vésperas da Conferência de Copenhague (COP 15), é chegado o momento de propormos que às atribuições da Corte sejam acrescentados os crimes ambientais internacionais. Não podemos deixar que os autores de crimes contra a natureza e, portanto, contra a humanidade – que equiparo aos genocidas e aos criminosos de guerra – fiquem impunes, por mais politicamente poderosos que hoje sejam. Deverão ser julgados dirigentes que, por ação ou omissão, cometam crimes ambientais internacionais.

Cumpre, portanto, fazer com que a Corte passe a ter competência para julgar crimes ambientais contra a humanidade. O Estatuto de Roma prevê (art.121) a possibilidade de que, sete anos após sua entrada em vigor (2002), qualquer Estado Membro poderá propor emendas. Determina, ademais, a realização de Conferência de Revisão também após sete anos de vigência. Essa conferência terá lugar no próximo ano em Uganda.

Como o Brasil, desde a RIO 92, está na vanguarda da luta internacional pelo meio ambiente, conclamo o Governo brasileiro a propor emenda ao Estatuto de Roma no sentido de que a Corte passe a ser competente para julgar crimes ambientais contra a humanidade.

Sala da Comissão. 3 de dezembro de 2009.

FERNANDO COLLOR
Senador

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº 105, DE 2009 - CRE.

ASSINAM O REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 03 / 12 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTEEM EXERCÍCIO: SENADOR HERACLITO FORTES	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído na Ordem do Dia de amanha, 8 de dezembro.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Convido o Senador Mão Santa para assumir a Presidência, uma vez que sou a primeira inscrita para usar da palavra. *(Pausa.)*

A Sra. Serys Slhessarenko, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Quatorze horas e quatro minutos.

A Presidente Serys Slhessarenko, hoje, neste exato momento, está assumindo a Presidência do Senado da República, uma vez que o nosso querido Presidente entrou com pedido de licença por dez dias. Uma mulher na Presidência do Congresso e do Senado da República. E essa mulher é do Partido dos Trabalhadores, tem brilhante carreira política e, sem dúvida nenhuma, também representa as lindas e valorosas professoras e mulheres do mundo, que estão se agigantando.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada.

Srs. Senadores, Sr. Presidente Senador Mão Santa, que preside a sessão neste momento, gostaria de falar, em primeiro lugar, hoje, sobre este evento do Planeta Terra que teve sua abertura hoje de manhã, a chamada Cop 15, em Copenhague, capital da Dinamarca, o maior evento da história na área ambiental, na área de mudanças climáticas.

É um mundo que está realmente preocupado com a sobrevivência do Planeta, que é hoje responsabilidade de todos, mas diferenciada, porque lá estão em torno de 190, 192 países.

Com relação ao Brasil, a sua delegação já está chegando; outros chegarão, porque o evento vai até dia 18 de dezembro. Eu mesma possivelmente vá para uma mesa de debate no dia 16, mas não dá para estar o tempo todo lá, de 7 a 18. Então, existe uma variação de calendário na ida das pessoas dos mais variados países. Os Parlamentos do mundo praticamente todos estão lá representados, porque a nós compete fazermos as leis para ajudar na proteção do Planeta Terra, do meio ambiente, para garantir a sobrevivência do nosso Planeta, a sobrevivência da flora e da fauna e, especialmente, obviamente, dos seres vivos, muito especialmente do ser humano, porque nós estamos vendo aí no dia a dia geleiras que se estão acabando, tempestades que estão aparecendo, tsunamis, Katrinas. E, vimos o que ocorreu aqui bem perto de nós, em Santa Catarina, além de tantas outras respostas que a natureza, de forma feroz, dá quando é atacada. Temos dados muito claros de que quem realmente está machucando a natureza é o ser humano. São dados concretos e não são só do nosso Brasil, mas de todos os países do mundo.

Nós, do Parlamento, já participamos, há dois anos, de reuniões que tratam da mudança climática. Estivemos, há um mês, em Copenhague, juntamente com os Senadores Casagrande, Cícero Lucena e os Deputados Palocci e Pizzato. Deixamos um documento pronto com o Ministro do Meio Ambiente da Dinamarca. Será apresentado como uma das contribuições para a proteção do meio ambiente. Não sabemos o que vem após Kyoto – que vence em 2012. Não sabemos se virá Kyoto II. Algo tem de vir e que venha com a força da proteção. É fundamental que haja desenvolvimento econômico para que sejam extirpadas a pobreza, a miséria de partes da população de nossa Planeta, do nosso País e dos demais países. Mas tem de ser um desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental. Isso já foi cantado e decantado. Nós aqui mesmo, no Senado, na Câmara, já aprovamos várias leis nos últimos dias que são importantíssimas para a proteção do meio ambiente. O próprio Governo nosso, o Governo do Presidente Lula, junto com a equipe ministerial, com representação da sociedade, definiu a redução de emissões, até 2020, de 36,1% a 39%, e 80% a redução do desmatamento, tendo como patamar de referência 1995 a 2005. Isso é extremamente relevante.

Nós precisamos acompanhar de perto o que vai acontecer até o dia 18 em Copenhague. O próprio Presidente Obama, Presidente dos Estados Unidos, disse que não iria ao evento e, agora, está decidido a ir. Disse que não demarcaria já os percentuais de redução de emissões de carbono. Mas já demarcou. É pequena a demarcação ainda? É; menos da metade do Brasil, mas já demarcou em 17% a busca da redução de emissões de carbono. Então, as coisas estão avançando, estão sendo encaminhadas.

Concedo a palavra ao Senador Roberto para um aparte.

O Sr. Roberto Cavalcanti (Bloco/PRB – PB) – Senadora Serys Slhessarenko, eu estava aguardando a oportunidade de me dirigir a V. Exª, porque, quando aqui cheguei, V. Exª estava presidindo a sessão. Então, vou aparteá-la, tomando um pouco desse precioso tempo. Sou inteiramente cioso de quão difícil é nós termos um tempo na tribuna, mas eu gostaria de fa-

zer algumas referências. Na verdade, as pessoas vão conhecendo as outras aos poucos, as pessoas vão tendo oportunidades que a vida lhes dá. Tive oportunidade de, aqui no Senado Federal, conviver com V. Exª em várias circunstâncias: na tribuna e no dia a dia do Senado. V. Exª agora está como Vice-Presidente do Senado Federal, hoje na Presidência. E até por ser nossa vizinha de gabinete – nossos gabinetes ficam exatamente, por minha sorte, um de frente para o outro –, conheci esse lado da preocupação de V. Exª com o meio ambiente. Na última semana, surgiu um fato que, eu diria, foi uma grande oportunidade de me aprofundar no trabalho desenvolvido nesta Casa por V. Exª em benefício do Brasil. Fui Relator *ad hoc* do projeto de V. Exª sobre o *overbooking*, É um projeto de extrema valia, de extrema relevância, que vai dar uma projeção, sem dúvida, a V. Exª no sentido de o ter idealizado, mas, fundamentalmente, ao usuário do transporte aeroviário, um ganho e uma recuperação que ele sempre, na história da aviação, almejou, que é ter assegurado o seu mínimo direito de, quando lesado, no sentido de não ter a sua reserva que estava garantida, ter isso honrado pelas companhias aéreas. Eles ficam à mercê dessas companhias, à mercê de funcionários, muitas vezes, descredenciados para o trabalho. E eu gostaria de pinçar, dentro do projeto de V. Exª, um ponto que eu considerei extraordinariamente bem posto e vital para o mesmo: o ressarcimento pelo valor da tarifa plena. Para as pessoas melhor nos entenderem, o que acontece com o passageiro, com o usuário do transporte aeroviário? Ele se dirige a um aeroporto, muitas vezes, com passagens compradas com tarifas promocionais ou eventos, viagens programadas ao longo de vários meses e, quando lá chegam, se deparam com uma figura chamada *overbooking*, terminologia americana que quer dizer que, se havia cem vagas, eles reservaram para cento e dez passageiros, esperando que dez faltassem. E se você não faltou, os outros passageiros não faltaram, você fica sem a sua vaga assegurada. O que acontecia? O passageiro ficava tendo o direito de simplesmente usar uma outra oportunidade naquela mesma companhia aérea porque a passagem, muitas vezes, não podia ser endossada para uma outra companhia porque o preço dela não estava no preço que as outras empresas estavam praticando. Com o projeto que V. Exª apresentou e que tive a felicidade de relatar, nós percebemos que, entre outras virtudes, está este ponto, que é dar ao usuário do transporte esse direito, de ter a sua tarifa plena, para que ele, com esse dinheiro ou com esse ressarcimento, possa optar por qualquer uma outra companhia que melhor o atenda dentro do horário conveniente. Então, parabenizo V. Exª. Tive a grata satisfação de relatar esse projeto que estava na Casa já há algum tempo e espero que, no Congresso Nacional, nós possamos aprová-lo com a maior celeridade. Esse tema não é o mesmo com que V. Exª abriu o seu pronunciamento, fazendo referência a um sentimento sobre o meio ambiente que V. Exª tem, mas eu não poderia estar aqui hoje sem fazer referência a esse fato que ocorreu na semana passada. Parabéns.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito lhe agradeço, Senador Roberto Cavalcanti. Alegra-me o senhor ter lembrado, até porque eu iria falar disso também; está aqui. Vou voltar a falar especificamente sobre questões detalhadas. Hoje seria apenas para registrar a abertura da COP-15, em Copenhague, na Dinamarca.

Mas quem está de parabéns é o senhor, o Relator. Eu sou a autora, mas o senhor fez um relatório realmente da maior relevância, valorizando os pontos do projeto, tanto indenização por atraso quanto por *overbooking*. Há várias outras questões que estamos trabalhando, Senador Roberto Cavalcanti, que vão desde a indenização... As vítimas daquele acidente da GOL, até onde fui informada, só receberam R$14 mil até hoje. Muitos filhos, crianças, jovens estão passando até necessidades porque seus familiares faleceram, perderam a vida naquele acidente terrível. Então, o projeto está definindo também um piso indenizatório. Se as famílias quiserem buscar mais, acharem por bem, têm esse direito, mas o piso... Vida não tem preço, não é, Senador? Não existe, mas estipulamos um piso de R$1 milhão por vida perdida e R$750 mil por incapacidade permanente, obrigatoriamente.

Há também a questão do atraso na entrega de bagagens. Há poucos dias, esperei mais de uma hora. Existe um projeto de três, quatro, cinco anos atrás, prevendo que o atraso na entrega de bagagem pode ser de no máximo trinta minutos. Ocorrendo um atraso maior do que esse, também deverá haver o ressarcimento, ocorrerá a multa.

Infelizmente, há certas coisas que, se não são pelo amor; são pela dor. Se não vai porque tem de ser cumprido um compromisso – e é normal cumprir um compromisso –, que vá por multa. O pessoal sente quando bate e aperta no bolso. Então, é o caso do *overbooking*, o atraso no vôo – que não por questões meteorológicas, é óbvio –, o excesso de venda de passagens, o retardamento na entrega da bagagem, caso de acidente etc.

Senador Roberto Cavalcanti, sobre o projeto de que sou autora e V. Exª, o competente Relator, saiu no *Estadão* de domingo um editorial sobre esse assun-

to. Editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de domingo: "Punição ao *overbooking*".

O editorial foi escrito pelo competente Elio Gaspari. As colocações estão muito bem feitas e falam do projeto, que é de 2004, da nossa autoria, antes do apagão aéreo. E foi muito bom o jornalista Elio Gaspari ter colocado que o meu projeto é de antes do apagão. Não foi pelo apagão, por causa disso ou daquilo. É que já vivíamos esses problemas, que eram mais esporádicos em 2004. Veio o apagão aéreo, aquele problema imenso, e a coisa não pode ficar por isso mesmo. Tem de ter legislação, e ela está aí. É de nossa autoria e V. Exª é o Relator. Acho importante que ele seja lido – não vou ler aqui porque é um editorial grande –, pois fala da importância desse projeto de lei, cujo texto foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional, que defende os direitos dos usuários do transporte aéreo, que não têm esses direitos garantidos e assegurados em lugar nenhum. Vamos ver agora. Só falta agora ele ser aprovado na Câmara dos Deputados, onde esperamos que ele ande depressa, para que possamos combater de vez determinadas práticas da aviação civil do nosso País.

Eu acho que é um projeto importante porque pega vários ângulos do problema e protege aqueles que são usuários desse serviço, que eram absurda e totalmente desprovidos de qualquer direito que lhes fosse assegurado.

Então, eu quero aqui dizer que a relatoria foi do Senador Roberto Cavalcanti, que, de forma competente, agilizou. Desde 2004, há praticamente seis anos, que esse projeto, de minha autoria, percorre os trâmites. Mas agora vai, como nós brincamos. O senhor fez o relatório de forma competente, ele foi aprovado naquela reunião da CDR, presidida pelo Senador Neuto de Conto. Então, já demos um passo grande.

Eu queria pedir, Sr. Presidente, que seja registrado, na íntegra, o editorial do *Estadão*, escrito pelo jornalista Elio Gaspari.

Eu queria ainda falar um pouco, rapidamente, aos senhores telespectadores e às senhoras telespectadoras da TV Senado. Aliás, todo mundo já está ficando acostumado, lá no meu Estado, Srs. Senadores, com os meus pronunciamentos voltados aos Municípios brasileiros e muito especialmente do meu Mato Grosso, porque se tornou parte das minhas ações de Parlamentar a prestação de contas das atividades que desenvolvo geralmente na sexta, no sábado e no domingo no meu Estado. Como Senador, temos que estar, obrigatoriamente, aqui, em Brasília, Senador Papaléo, Senador Paim, Senador Mão Santa, Senador Cavalcanti, nas terças, quartas e quintas, dias de sessão ordinária, de votação. Mas nós que moramos em outros Estados, que temos nosso domicílio eleitoral lá no Rio Grande do Sul do Paim, no Amapá do Senador Papaléo, na Paraíba do Senador Roberto Cavalcanti, no Piauí do Senador Mão Santa, no meu Mato Grosso, temos que estar lá junto com nossos eleitores. Temos que estar lá conversando. Eu tenho ver como está o Luz para Todos lá no Município bem distante; preciso estar lá para ver como está a questão da duplicação da Serra de São Vicente; tenho que ver como é que está o asfalto da 158; tenho que estar lá no meu Estado conversando com a população, vendo os problemas, vendo como estão indo as políticas públicas do Governo Federal lá no meu Estado. Então, sexta-feira, sábado e domingo e, às vezes, segunda, até meio-dia eu estou lá. Eu cheguei há pouco. E tenho que estar lá, porque, se não estiver, a população me cobra.

Então, quando a sessão não é ordinária, quando não há votação, temos que estar nos nossos Estados. Isso é uma realidade de qualquer um dos nossos Senadores e Senadoras.

Precisava registrar isso porque há algumas pessoas que dizem: "Ah, sexta-feira estava vazio". Aliás, sexta-feira, fui para o meu Estado, mas, ante de ir, eu vim aqui abrir a sessão. Havia vários Senadores aqui. Abri a sessão sexta-feira, fiz o meu discurso – ainda fiz uma fala sexta-feira, antes de sair daqui –, mas tive que ir ao meu Estado, porque a população me esperava. Então, eu precisava fazer este registro.

Sem ser neste final de semana, no interior do meu Estado de Mato Grosso, a minha viagem começou, na sexta-feira, pelo Município de São José do Povo, que fica ao sul do meu Estado de Mato Grosso, que tem a maioria da sua população na zona rural. É extremamente importante ir até lá para ver o Luz para Todos. São agricultores, trabalhadores e trabalhadoras rurais, professoras, professores, todos determinados a criar condições cada vez melhores para a população local.

Fui recebida, lá em São José do Povo, na Câmara Municipal, pelo Prefeito João Batista de Oliveira, um Prefeito do DEM. Ele estava lá aguardando para conversar, para trazer os problemas do Município para uma Senadora do PT. Qual o problema? Eu sou Senadora pelo meu Mato Grosso e de todas e todos os mato-grossenses, independentemente da coloração partidária. Digo isso porque alguns podem estranhar: "Ela foi lá conversar com o Prefeito do DEM". Fui à Câmara de Vereadores, conversei com os Vereadores, com a população que estava lá e com o Prefeito,

com muita honra. Honrou-me muito a presença dele. A população de São José do Povo foi extremamente hospitaleira.

Em todos esses Municípios, sempre falo de vários programas, como o Bolsa Família. Falo da implementação do Programa Minha Casa Minha Vida; falo também da questão da necessidade de fortalecimento da agricultura familiar, com regras absolutamente corretas, e sempre convoco as Prefeituras a comprarem do pequeno agricultor toda a sua produção, para alimentação escolar – a lei já obriga a 30%, mas pode ser muito mais. Falo de muitas outras atividades que o Governo do nosso Presidente Lula tem colocado à disposição do povo brasileiro, com muita determinação.

Nesse dia, almocei em São José do Povo, e agradeço imensamente pelo carinho de todos e de todas. No mesmo dia, fui ao Município de Pedra Preta e, mais uma vez, fui recepcionada com muito carinho pela população, inclusive pelo Vice-Prefeito de Pedra Preta, que lá esteve conosco. De uma forma muito gentil, recebeu-nos o Sr. Marcionilo, de Pedra Preta, com os Vereadores.

Nesse mesmo dia, na sexta-feira, estive na cidade de Rondonópolis, onde mantive encontro com a população, com os Vereadores e com as Vereadoras. Esteve presente nesse encontro o meu amigo Prefeito de Rondonópolis, José Carlos do Pátio, Prefeito do PMDB. No sábado, ainda em Rondonópolis, visitei o Consórcio Intermunicipal da Região Sul, que congrega quinze Municípios. Depois, visitei a Escola do Pró-Infância, no Bairro Jardim Liberdade, com lideranças do Jardim Liberdade.

Fui também ao Município de Juscimeira, ao Município de São Pedro da Cipa e, de lá, a Jaciara, onde fui recebida pelos Prefeitos da região, pelo Sr. Naoum, das usinas Pantanal e Jaciara, que reuniram centenas de pessoas para falarmos sobre essa questão do biocombustível.

Para onde podemos levar a discussão da questão ambiental, estamos levando. São reuniões nas Câmaras Municipais, com a sociedade de um modo geral, com políticos, com lideranças locais.

E aqui eu quero fazer um outro registro, rápido, da homenagem que recebi da Organização Brasil Américas a Parlamentares, autoridades e Prefeitos de Mato Grosso. Foram oito Prefeitos homenageados como os melhores das Américas. E eu tive a honra de ser reconhecida pelas minhas atividades no Parlamento brasileiro, sendo apontada como uma Parlamentar que teve uma das melhores atuações parlamentares.

Estavam presentes nesta homenagem os Prefeitos de Sinop, Juarez Alves, e de Campo Verde, Dimorvan. Também foram homenageados os Prefeitos de Barra do Garças, Wanderley; de Poconé, Clóvis Martins; de Ribeirãozinho, Aparecido Marques; de Rondonópolis, José Carlos do Pátio; de São Félix do Araguaia, Filemon Gomes, e de São José dos Quatro Marcos, meu companheiro João Ferlin.

Enfim, registrei aos presentes nesse evento que esse reconhecimento é importante, pois valoriza, a um só tempo, uma mulher e uma militante das causas de toda a sociedade.

Meus projetos, senhoras e senhores, são desenvolvidos auscultando os movimentos sociais, buscando temas relevantes para a sociedade brasileira, ouvindo os mais diversos grupos, sejam prefeitos, vereadores, categorias de trabalhadores, ambientalistas, movimentos organizados, a sociedade de um modo geral, e aos anseios dos professores, dos militantes partidários, das mulheres, muito especialmente.

O Ministro do Trabalho, Carlos Lupi, esteve nesse evento e também foi premiado; além dele, vários Deputados Estaduais e Federais e Prefeitos de várias regiões do Brasil.

Essa foi a 14ª edição da solenidade da Organização Mundial de Estados, Municípios e Províncias, e a ideia é reconhecer as instituições públicas verdadeiramente compromissadas com as questões sociais, políticas, econômicas e administrativas. A escolha foi feita por meio de pesquisa do Ministério das Cidades e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e do **Jornal do Brasil** sobre o índice de qualidade de vida nas cidades brasileiras.

Agradeço aqui ter sido homenageada por esse grupo.

Srªs e Srs. Senadores, senhores e senhoras que nos ouvem, quando nos prestam uma homenagem, nós avaliamos como importante, agradecemos. Isso nos honra, mas eu costumo dizer sempre que, a partir do momento em que fui eleita Senadora, sou Senadora de todos os brasileiros e brasileiras e especialmente, é claro, dos mato-grossenses e das mato-grossenses. Para isto eu vim para cá: para fazer projetos que importam, para melhorar a qualidade de vida da população brasileira e para estar junto dos vários segmentos da sociedade, defendendo seus interesses, suas necessidades e suas aspirações.

Obrigada.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Michelle Araujo Ferreira

De: Marcello Antunes da Silva
Enviado em: segunda-feira, 7 de dezembro de 2009 10:15
Para: Michelle Araujo Ferreira
Assunto: Veja isto e analise como aproveitar na imprensa

Michele

A senadora deve entrar de cabeça nesse tema. O Estadão, veja, colocou em editorial neste domingo

Editorial de O Estado de S. Paulo - edição de Domingo

Punição ao overbooking

O Senado está prestes a aprovar um instrumento de defesa do interesse dos passageiros prejudicados por uma das práticas das companhias aéreas que mais provocam reclamações, o overbooking, isto é, a confirmação de reservas em número superior à capacidade da aeronave. A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou projeto de lei que obriga as empresas aéreas que vendem passagens em número superior ao de poltronas da aeronave a indenizar o passageiro que não conseguir embarcar no voo para o qual tinha reserva. A indenização não isenta as companhias aéreas da obrigação de, no prazo de 24 horas, embarcar o passageiro em outro voo que faça a mesma rota.

O projeto inicial, de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), tramita desde 2004 - antes, portanto, do "apagão aéreo", que começou em dezembro de 2006 e se estendeu até 2007, culminando com o acidente do voo 3054 da TAM, no qual morreram 199 pessoas. Na época do caos aéreo, o ministro da Defesa, Nelson Jobim, prometeu várias medidas para evitar a repetição dos problemas e oferecer mais conforto e segurança aos usuários do transporte aéreo de passageiros, entre as quais a punição do overbooking e o aumento do espaço entre as poltronas, mas nada fez.

O texto aprovado pela CDR é um substitutivo que incorpora outros projetos sobre direitos dos usuários dos serviços de transporte aéreo e, por isso, deve ser submetido a uma segunda votação. Se novamente aprovado e se não houver recurso no plenário contra a decisão, irá diretamente para a Câmara dos Deputados.

O valor da indenização será igual ao da tarifa da classe econômica ou superior, sem desconto, para evitar que as empresas escolham para não embarcar por excesso de reservas os passageiros que compraram bilhetes em promoção.

O passageiro prejudicado pode escolher entre embarcar em outro voo para o mesmo destino no prazo de 24 horas ou desistir da viagem e exigir o reembolso imediato, em moeda ou em crédito. Se a interrupção do voo ou o atraso de mais de duas horas ocorrer em aeroporto de escala, além da indenização, o passageiro poderá optar por retornar ao aeroporto de origem.

Até agora, para conter a prática do overbooking, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) vem fazendo acordos com as companhias aéreas, mas não tem meios legais para obrigá-las a colocar em operação os aviões de reserva que elas se comprometem a utilizar em casos de excesso de passageiros. Na avaliação da agência, o acordo funcionou no ano passado - a Anac assegura que ele permitiu a redução de 30% para 15% na porcentagem de voos com atrasos de mais de 30 minutos - e deve funcionar também neste fim de ano, época em que o número de voos é sempre muito maior do que a média dos outros meses.

Não há, porém, nenhuma garantia de que não se repitam, neste dezembro, as cenas vistas nos aeroportos em anos anteriores, de passageiros cansados por causa das longas esperas para o embarque. Com a queda da venda de passagens entre o quarto trimestre de 2008 e o primeiro de trimestre de 2009, diminuíram as reclamações contra as deficiências do transporte aéreo. Mas longas filas ressurgiram no segundo semestre, no que pode ser uma antecipação dos problemas do fim do ano.

A própria Anac contribuirá para isso, pois acaba de limitar a 45 por hora o número de pousos e decolagens no Aeroporto de Guarulhos, que vinha mantendo uma média de 49 operações por hora. Medida semelhante deverá ser imposta a outros aeroportos, como os de Viracopos e de Brasília. Perdem os passageiros e as companhias aéreas, pois haverá menos voos num momento em que a demanda se aquece. Uma das consequências disso deve ser o aumento do preço das passagens.

Nos últimos anos, a estatal Infraero tem transformado os aeroportos que administra em luxuosos shopping centers. Deixou em segundo plano a sua função precípua, que é aumentar o número e a qualidade das pistas, a abertura de slots, a ampliação dos equipamentos de segurança e o conforto dos passageiros. Para compensar essa deficiência e proporcionar segurança às operações aéreas, a Anac reduz as frequências de voos, punindo os usuários e as empresas aéreas.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após as brilhantes palavras dessa mulher que representa, com muito estoicismo e bravura, o Mato Grosso... e o Mato Grosso não pode mandá-la de volta, já que V. Exª representa...

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Mandar de volta para onde? Para o Senado?

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Não pode deixar de mandá-la de volta para cá, já que V. Exª representa essa afirmação vitoriosa da mulher no mundo. V. Exª deu passos avançados. Convido V. Exª para presidir a sessão.

Papaléo! Cadê o Papaléo?

É interessante. Estou lendo aqui um livro do escritor Zózimo Tavares. Na primeira frase, vocês todos estão aqui. Então, ele analisa a minha pessoa como Senador, como Governador e como Prefeito. Ele começa assim, Papaléo: "Nunca dantes..."

Atentai bem, ó, Luiz Inácio! Atentai bem, ó, Sarney! Atentai bem, ó, Pedro Simon! Papaléo, ô, Papaléo, atentai bem! Atentai bem, ó, Paim! É Mão Santa quem vos fala. Então, aqui, atentai bem!

Está aqui prevista uma permuta de Mozarildo com Papaléo Paes. V. Exª quer usar da palavra agora?

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, eu seria o segundo a fazer uso da palavra, mas o Senador Roberto Cavalcanti falará.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª gentilmente cede a Roberto Cavalcanti.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Ele é o nosso representante da Paraíba.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Ele representa a Paraíba e o PRB, Partido do nosso querido Vice-Presidente da República, José Alencar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Depois dele, eu posso fazer o meu pronunciamento.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (PRB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Mão Santa, foi com muita alegria que V. Exª, nesta tarde, ao adentrar o plenário do Senado Federal, nos apresentou um livro que será lançado aqui na próxima quarta-feira. Não tive oportunidade ainda de ter um contato mais profundo nem de ler o livro. Porém, pela apresentação, pela capa, pelas fotografias, pelo que está ilustrado e por seu conteúdo, sem dúvida, será um grande marco na política brasileira, no tocante aos Anais deste Senado. Sem dúvida, o livro refere-se à passagem de V. Exª por toda a vida pública.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Desculpe-me interrompê-lo.

O livro é uma realidade, e o Brasil vai conhecer – parte já conhece – um dos maiores escritores da nossa história. É Zózimo Tavares, da Academia de Letras. É professor universitário de comunicação e foi secretário. Ele é um misto de Sebastião Nery – não há o folclore político? – com Machado de Assis. Então, a garantia do êxito é o autor.

Evidentemente, pela convivência, já que ele vive no Piauí, resolveu retratar minha figura como Senador – V. Exª, com certeza, está por aqui –, como Governador do Estado do Piauí e Prefeito na minha cidade.

O Zózimo Tavares tem já várias publicações. Aqui tenho em mão, para que vocês tenham noção: *Falem Mal, Mas Falem de Mim*; *Pra Seu Governo*; *O Pulo do Gato*; *Meus Senhores, Minhas Senhoras*; *O Velho Jequitibá*. Olhem o que Sebastião Nery diz dele. Eu conheço o Zózimo. Eu sempre disse que ele se iguala a Carlos Castello Branco, o Castelinho, que é piauiense, até fisicamente.

Veja o que disse Sebastião Nery dele – Sebastião Nery todo o País conhece, aquele do folclore político; já leu, não é?

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Lógico. Lógico.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – "Com o seu texto curto, seco, direto, leve, claro, Zózimo Tavares nos dá uma bela lição de texto enxuto e iluminado" – Sebastião Nery.

Com a palavra V. Exª.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI (Bloco/PRB – PB) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na semana passada, mais precisamente na quinta-feira, dia 3 de dezembro, ouvi, estarrecido e indignado, declarações do economista Paul Krugman, Prêmio Nobel de Economia e Professor da Universidade de Princeton, alertando para o fato de que o fluxo de dólares para o Brasil seria uma bolha especulativa.

Em evento em São Paulo, após declarar que tem aplicações em fundos que investem na moeda brasileira, Krugman, diante de uma plateia atônita, manifestou a sua intenção de se desfazer de suas posições, pois já começa a pensar em tirar o dinheiro do País por causa do otimismo, para ele exagerado, com a economia brasileira.

Ora, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, uma pessoa pública da importância do Sr. Krugman, Nobel de Economia, repito, não pode se arrogar o direito de falar o que lhe vem à cabeça como simples pessoa física, sob pena de ser leviano e até, quem sabe, fraudar a opinião pública, porque conhece o peso que suas palavras terão junto aos investidores no mercado global.

Cabe perguntar a quem interessam as declarações do Sr. Krugman. A que interesses escusos poderia ele estar servindo ao tentar manipular o mercado no momento em que houve enorme correria para se tentar abafar eventuais repercussões com a crise de Dubai, paraíso de investidores norte-americanos?

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, insisto com veemência no tema da responsabilidade pública, porque a história econômica recente tem sido pródiga em registrar declarações equivocadas e estapafúrdias, cujos desdobramentos quase sempre são danosos aos países emergentes.

Na prática recorrente de dar palpites no quintal alheio, recentemente, causou muita polêmica o professor Sebastian Edwards, da Universidade da Califórnia (Ucla), e ex-economista chefe do Banco Mundial para a América Latina.

Segundo afirmou Edwards, num seminário em Buenos Aires, "o entusiasmo dos investidores reflete uma percepção de curto prazo, mas o Brasil não manterá esse desempenho sem uma evolução produtiva e de inovação. No Brasil a qualidade da educação é deplorável e os obstáculos burocráticos aos investimentos ainda são enormes".

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, sabemos que a educação no Brasil é deficiente. Esse diagnóstico deve servir para direcionar as ações do Poder Público no sentido de aperfeiçoar o sistema educacional e o processo educativo para que o País realmente possa chegar a um lugar de destaque entre as nações.

No *site* da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), tivemos acesso ao artigo "A Crise Financeira e a Educação no Brasil", de autoria de Maria Clotilde Lemos Petta. Esse artigo foi publicado no apogeu da crise financeira, em 31 de outubro de 2008, e trata, principalmente, dos baixos investimentos em educação, sem omitir a questão da baixa qualidade do ensino oferecido. A conclusão é de que a educação ainda não se tornou prioridade para o Poder Público no Brasil.

O texto aborda também um estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) – "Education at a Glance, 2007". Segundo esse estudo, em 2004, quando os dados foram apurados, o volume de recursos aplicados em educação no Brasil, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), atingia míseros 3,9%, situando o País em antepenúltimo lugar entre os pesquisados.

Por sua vez, no jornal *O Globo,* de 19 de maio de 2009, pode-se ler o artigo de Demétrio Weber intitulado "Na série B da Educação". Ali o autor discorre sobre

o desempenho dos alunos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa). O baixo desempenho do Brasil e de um grupo de países num dos mais importantes testes de ensino levou a OCDE a reformular a prova para o ano de 2009. Esse exame, que é realizado a cada três anos, teve início em 2000. Nesse ano, o Brasil amargou o último lugar em leitura entre as 32 nações. Em 2006, já com 56 nações, o Brasil ficou em 49º lugar no exame, atrás de países como Indonésia, México, Uruguai e Chile.

Mas a notícia que nos deixa esperançosos com relação ao futuro do país parte do próprio coordenador-geral do Pisa, Andreas Schleicher. Diz ele que o grande desafio para os sistemas de ensino é diagnosticar as falhas e ajudar os alunos a melhorarem.

Acrescenta ele que, apesar de o Brasil precisar superar o abismo da falta de qualidade, comparando os últimos cinco ou seis anos, fizemos mais avanços do que Chile, México e a maioria dos países do continente americano. Portanto, o momento é mais de confiança nos destinos País do que de previsões catastróficas.

Aliás, Srªs e Srs. Senadores, as palavras de Sebastian Edwards contrastaram com a de outro grande especialista, pelo menos nas expectativas de curto prazo. Trata-se do economista-chefe do Citigroup para a América Latina, Alberto Ades. Segundo esse economista, a economia brasileira crescerá 5% em 2010, com inflação de 4% e superávit comercial de 14 bilhões. E mais: contrastando com a previsão pessimista de Edward e outros economistas, Ades não vislumbra problemas cambiais e sustenta que o "ponto de equilíbrio" do real se situa entre R$1,55 e R$1,60 por dólar.

O Brasil recuperou a confiança do sistema financeiro internacional. A situação dos investimentos estrangeiros é cada vez mais sólida. Em agosto do ano passado, o Banco Central já divulgava, por meio do relatório especial denominado Evolução da Sustentabilidade Externa, que os investimentos estrangeiros diretos (no setor produtivo) cresceram 225% de 2001 a 2007, de US$101 bilhões para US$328 bilhões. No mercado de ações, esse volume aumentou dez vezes e atingiu US$364 bilhões.

Por sua vez, a Agência da BBC divulgava em seu *site*, em 20 de maio de 2009, matéria cujo título era "Investimentos estrangeiros no Brasil cresceram 30% em 2008". Assim começa a matéria: "Na contramão da tendência global, a entrada de investimentos diretos no Brasil cresceu 30% entre 2007 e 2008, segundo um relatório publicado pela Unctad (Agência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento)".

E mais: entre os 19 países em desenvolvimento pesquisados, dez sofreram redução no fluxo de investimentos vindos do exterior, como México, Peru e Turquia. Mas os países do grupo conhecido como Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) tiveram aumento na entrada de investimentos vindos de fora.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o economista Alberto Ades avalia que, mesmo com um crescimento forte em 2010, o déficit brasileiro em conta corrente não deverá ser superior a 2,2% do PIB, o que ele considera bem razoável. Com crescimento significativo, observou o economista, é de se esperar um suave aumento da inflação a partir do segundo trimestre, como resultado do afrouxamento monetário e da expansão econômica. Esse item deverá ser o desafio maior para o Banco Central, o que exigirá um aumento de cerca de dois pontos percentuais na taxa de juros.

Srªs e Srs. Senadores, sabemos que, em matéria de economia, não é possível fazer previsões sem possibilidade de erro. Mas, conforme as fontes mais insuspeitas, o Brasil está no rumo certo para o desenvolvimento e para o crescimento, o que fica sobejamente comprovado pela confiança dos investidores internacionais. Ninguém, em sã consciência, aplicaria seu dinheiro onde não veja uma grande possibilidade de lucro e segurança. E os números a favor do Brasil não mentem. São insuspeitos.

Por isso, vou entrar para o coro daqueles que pensam como Alberto Ades e que veem um futuro mais promissor para o Brasil, e repudiar, mais uma vez, a infeliz declaração de Paul Krugman. Ao contrário do que ele disse em São Paulo, acredito, sim, que o Brasil será uma grande potência amanhã.

Estão aqui as manchetes dos principais jornais do Brasil, nos quais esse cidadão norte-americano, no nosso quintal, no quintal da nossa casa, em São Paulo, vem ameaçar a economia brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o pronunciamento de Roberto Cavalcanti, Senador que representa a Paraíba e o PRB, convidamos para usar da palavra o próximo orador inscrito. Seria o Mozarildo Cavalcanti, mas ele permutou com o Senador Papaléo Paes.

Papaléo Paes representa o Amapá com muita grandeza, muita dignidade, muita firmeza. Sem dúvida, é um dos Senadores que mostram muita virtude e engrandecem o Senado da República. Ele substitui o Mozarildo Cavalcanti.

Comentava, há pouco, com a Senadora Ideli Salvatti que, na sexta-feira, o Mozarildo Cavalcanti, com a sua dedicação ao Senado da República, reportou-se a pesquisas sobre as instituições do Brasil. Fiquei deveras preocupado. Eu estava presidindo, mas o que me preocupou, Papaléo, é que a instituição mais acreditada no Brasil era a Igreja Católica, com 29%; os evangéli-

cos, com 20%; o Congresso, com 8%. Não me lembro dos números, mas vivemos um momento de falta de crença. Eu me lembro porque estudei em Colégio Marista, de ordem religiosa, católico e quase todo mundo acreditava na Igreja Católica. Então, a queda foi geral. Segundo o Mozarildo, o Congresso tem 8%, e partidos políticos não têm credibilidade nenhuma.

Então, este é o momento em que vivemos, daí a importância de homens como Papaléo Paes, que chega a esta Casa com credibilidade.

Eu não conheço o Amapá, mas o essencial é invisível aos olhos. Eu conheço a história. Recentemente, fui à publicação de um livro sobre o Amapá, de um piauiense que lá vive.

Papaléo é o exemplo de grandeza política, do exercício da medicina pela maneira ética, correta, solidária. Ele foi pinçado a ser prefeito pela maneira de austeridade, de seriedade, sem gastar um tostão. Essa é a beleza do Senado. O povo lá do seu Estado o mandou representar. Então, V. Exª, neste momento de incredibilidade que o Brasil vive, traduz que é possível acreditar. O povo do Amapá deu uma lição a todo o Brasil, mandando para cá em quem ele acreditava: Papaléo.

E, hoje, V. Exª não é acreditado somente no Amapá, não, mas no Brasil todo. Por onde eu ando vejo a satisfação: "Mão Santa, V. Exª é muito amigo do Papaléo?" Eu digo: amigo e admirador.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte pronunciamento. Sem revisão do orador) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela referência. Quero agradecer também a V. Exª, que é um grande Senador, um grande homem, muito culto e preparado, como aqui sabemos pelos seus pronunciamentos. E agradeço também pela sua presença na quarta-feira, no lançamento do livro de um amapaense, Amiraldo Bezerra, que fala sobre Macapá. Agradeço a V. Exª e aos outros Senadores, porque, apesar de estarmos em um momento de votação nominal, os senhores compareceram para prestigiar o amapaense, o Estado do Amapá.

Por isso, fico muito grato a V. Exª, aos demais Senadores e aos servidores da Casa, que tiveram uma presença significativa lá para prestigiar esse evento.

Mas, Sr. Presidente, antes de fazer o meu pronunciamento, que será sobre o Calha Norte, eu quero comentar rapidamente, pois não é o motivo da minha presença na tribuna hoje, primeiro, sobre a questão referente a uma propaganda do Ministério da Saúde.

O Ministério da Saúde tem uma propaganda sobre Aids, que realmente chega a ser até constrangedora. Sob o ponto de vista familiar, pode constranger bastante. Nós sabemos que cada um tem seu nível de atualização na nova forma de se viver a vida em família, mas muitos outros são conservadores dos bons costumes e das boas práticas. Esse é um lado. Ou seja, vocês põem um casal se beijando na televisão por muitos segundos, quase trinta segundos, o que já é constrangedor, se você estiver junto com o seu filho criança para tentar explicar aquilo e explicar ainda mais, o lado técnico.

Eu acredito que ao Sr. Ministro da Saúde realmente deve ter passado despercebido isso, até batido, porque o que acontece hoje em dia... Houve um brilhante aparte do Senador Geraldo Mesquita de que nós estamos entregando à mídia para ela fazer o nosso futuro. E não devemos fazer isso, não. Nós devemos dizer o que queremos e entregar para a mídia fazer, não fazer com que a mídia faça aquilo que ela quer para nos deixar submissos a essa situação – às empresas de propaganda e *marketing*, é o que quero dizer. Então, aconteceu isso, exatamente isso.

Acredito que tenham deixado lá para a empresa de propaganda e *marketing*, para fazer uma propaganda para chamar a atenção sobre a prevenção de Aids, sobre Aids, e ouvi, na mídia mais séria, mais científica, deste País, várias comentários que me chamaram a atenção, Senador Mão Santa. Havia, ali, infectologistas, odontólogos e clínicos, enfim, vários falando exatamente sobre aquele beijo. Que aquele beijo significa um paciente contaminado beijando um paciente são. E ali afirma que não pega nada pela saliva. E nós ouvimos muitas controvérsias a respeito disso de especialistas, de pessoas extremamente especialistas. Acredito até que tenham retirado da televisão essa propaganda, que é constrangedora sob o ponto de vista moral e sob o ponto de vista técnico-científico também. Constrange-nos muito.

Sr. Presidente, quero fazer referência ao Enem. Nós sabemos que o Enem foi o sinônimo do fracasso neste País durante o ano de 2009. O Ministro da Educação, Fernando Haddad, realmente deve estar extremamente preocupado com o fracasso obtido pelo Enem, quando foram vazadas as provas, num desrespeito extremamente grave a todos os brasileiros, não só aos estudantes, mas às famílias dos brasileiros. Deixaram vazar e, agora, vieram praticar uma prova que custou muito ao País. E o fato de o Ministério da Educação transferir a responsabilidade a uma empresa para aplicar a prova não quer dizer que não houve vazamento também, que não houve corrupção. Eu duvido muito disso. Eu acredito que tenha havido de novo. É uma opinião pessoal. Por quê? Porque isso deveria ficar sob a responsabilidade do Ministério da Educação.

Eu lembro, Senador Mão Santa, que havia uma gráfica da Universidade Federal do Pará, próxima de

casa, lá em Belém, onde as provas eram impressas. Então, fazia dois dias que não saía nenhum funcionário dali; ninguém saía de forma alguma. Então, hoje nós estamos terceirizando a responsabilidade para uma empresa particular, que não é sinônimo de credibilidade, absolutamente; muito ao contrário, é sinônimo de descredibilidade. E foi aplicada essa prova.

O que eu quero até perguntar aos srs. educadores – eu vou fazer uma pergunta por escrito, por meio de requerimento à Mesa, oficial ao Ministério da Educação – qual a finalidade que o Enem, que o Ministério da Educação quer alcançar pelo Enem, se é nível de conhecimento, se é nível de atenção do aluno, se é nível de capacidade intelectual no sentido da sua agilidade. Não sabemos o que o Ministério da Educação quer alcançar com essa prova. Como é que pode, Sr. Presidente, ter no sábado uma prova com quatro horas de duração, contendo 90 quesitos para responder? Tomei conhecimento de algumas perguntas, que são altamente complexas, difíceis de serem interpretadas. Isso tudo bem, podem até deixar, mas e o tempo para 90 questões para o aluno interpretar texto e dar resposta em cima dessa interpretação? Realmente, está-se indo na contramão do que hoje se preconiza como uma boa educação num país que realmente tenha educação como a sua grande meta.

Ontem, no domingo, o resultado do Enem. E já vejo que para o ano deverão acontecer duas provas do Enem. O que o Sr. Ministro quer com o Enem? O Sr. Ministro tem que se preocupar com o índice de analfabetismo, que aumentou muito neste País – e esse dado me surpreendeu, mas ele aumentou – e tem que se preocupar fundamentalmente com o nível de ensino nas escolas públicas, que, pelas que eu vejo por aí, estão realmente extremamente precárias. Os professores não têm segurança sequer para administrar suas aulas. E os alunos muito menos condições de aprendizado. Ele tem que se preocupar muito com isso.

Tem que se preocupar com as universidades públicas. As universidades públicas, Senador Mão Santa – V. Exª que teve oportunidade de estudar numa universidade federal, como eu tive –, hoje, dão vergonha a nós.

Quando perguntam: Papaléo, onde é que tu te formastes? Eu digo: me formei na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará. Quando era universidade federal, que nos tínhamos o orgulho de encher a boca e dizer isso. Eu faço questão de referenciar, porque eu não aceito a referência de hoje.

Hoje, você entra num campus universitário, Senador Camargo, e eu lhe digo que é uma tristeza. Você vê garrafa de cachaça pra um lado, ponta de maconha pro outro, aluno sem camisa na beira do rio. É assim! Quer dizer está uma baderna. Consequência de quê? Do ensino público. Isso não se vê, de forma alguma, nas faculdades ou universidades particulares. Inverteu-se a qualidade.

Hoje, a qualidade está na mão do particular. E a pública, que deveria ser exemplo, está essa verdadeira baderna, porque hoje – viu, Senador Eurípedes, eu quero lhe falar – tem algumas modernidades que se quer aplicar, mas que a sociedade ainda não está preparada para isso.

Essa história de eleger reitor, Senador Mão Santa, muito democrático, muito bonito, muito teórico, mas, na prática, o resultado é muito negativo, porque o camarada para se eleger ele precisa de votos, e negocia como se negocia voto qualquer candidato a um cargo eletivo. Quando ele vai para lá ele está comprometido. É o professor que diz "Olha, eu vou votar em ti mas não posso comparecer no dia de quarta-feira porque tenho um compromisso toda quarta..." "Não tem problema, vote em mim e arruma voto." Então virou uma baderna, uma baderna na maioria das universidades públicas e, principalmente, além dessa baderna, a falta de recursos adequados para a manutenção da qualidade dessas universidades.

Então fica aqui minha crítica, Sr. Ministro da Educação, a V. Exª por ter transferido a responsabilidade na confecção das provas a uma empresa privada, quando onerou cerca de R$130 milhões os cofres públicos e poderíamos muito bem, Sr. Ministro, dispensar, em 2009, dados os acontecimentos, a execução do Enem porque foi uma catástrofe, foi uma lástima termos 40% de pessoas que não compareceram. Por quê? Porque a maioria das faculdades, das universidades, já não aceitam o Enem para este ano.

Lamentavelmente, a educação no País tem como cartão de visitas esta grave agressão ao estudante brasileiro, que foi o vazamento da prova do Enem, e que foi a elaboração da prova do Enem às pressas por uma empresa privada e, principalmente, a forma como foram elaboradas as questões.

Mas Sr. Presidente, eu pergunto a V. Exª o tempo que tenho ainda para tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A minha presença aqui só tem um significado: garantir a V. Exª a palavra e o tempo que desejar.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Serei objetivo no meu discurso.

Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, há cerca de 24 anos desenvolve-se, nas fronteiras setentrionais do Brasil, o Programa Calha Norte, iniciativa que se encontra atualmente sob coordenação do Ministério da Defesa. Trata-se, sem o menor favor, de uma das mais importantes ações do Governo Federal

voltadas à Região Norte, de iniciativa que tem sabido crescer e aperfeiçoar-se no tempo, sem perder, contudo, o melhor de suas características.

O Programa, que hoje abrange os Estados do Acre, Rondônia, Roraima, Amazonas e o meu Estado do Amapá, além da porção norte e noroeste do vizinho Estado do Pará, ainda mantém inalteradas suas duas vertentes de atuação principais.

A primeira delas visa a contribuir para a manutenção da soberania nacional e da integridade do nosso território, naquele distante pedaço de Brasil. A segunda, promover o desenvolvimento regional.

Aí está, Sr. Presidente, o maior trunfo desse Programa, que é precisamente compreender que a melhor, e talvez a única maneira de garantir a integridade territorial e a soberania brasileira naquela região é, precisamente, a promoção do seu desenvolvimento econômico e social, em prol do contingente de brasileiros que a ocupa.

É notável, aliás – e num sentido negativo, infelizmente – que tal nexo de princípio não oriente e não influencie, de modo mais recorrente, muitas iniciativas governamentais voltadas para a Amazônia.

Assim, e de forma coerente, o Programa Calha Norte assume como seu objetivo principal "aumentar a presença do Poder Público na região (...), contribuindo para a Defesa Nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na Região."

E como tudo isso acontece, Srs. Senadores?

Inicialmente, por meio de uma série de projetos centrados na defesa territorial e na segurança, tais como a construção e a manutenção de embarcações para controle e fiscalização da navegação fluvial regional; a instalação e a conservação de aeródromos em áreas de difícil acesso; e a manutenção da infraestrutura instalada para uso dos Pelotões Especiais de Fronteira, entre outros serviços.

Como se vê, várias dessas ações – além de seus efeitos militares – beneficiam, de modo direto ou indireto, o conjunto das populações locais, provendo desde segurança pública até transporte e acesso às localidades mais distantes.

Mas há, ainda, de todo modo, outro rol de projetos vinculados ao Calha Norte que são voltados especificamente para o desenvolvimento local.

Cito, dentre os mais importantes, a implantação de infraestrutura básica em Municípios carentes, com ações de melhoria da qualidade de vida e das condições de saúde, educação, saneamento básico, transporte, energia e comunicações.

Outra ação extremamente importante é o apoio social, na forma da distribuição de equipamento escolar e de material didático às comunidades isoladas, assim como aos inúmeros povoamentos indígenas que se localizam na região.

Merece destaque, Sr. Presidente, ainda, o apoio logístico, realizado por meio aéreo, em aviões da Aeronáutica, Marinha e Exército, no socorro às comunidades isoladas. É que os rios, principal meio de transporte da região, são navegáveis somente no período de inverno. Por isso, a utilização do transporte aéreo é, muitas vezes, a única forma eficaz de prestar assistência às populações carentes e isoladas nos casos de urgência ou de emergência médica, constituindo as chamadas "missões de misericórdia".

Há, inclusive – o que me surpreendeu – um projeto dedicado à conservação de pequenas centrais elétricas, fundamentado na prestação de assistência técnica especializada em manutenção, onde quer que as administrações regionais não possuam meios adequados de obtê-la. Dessa forma, é possível evitar-se a interrupção do fornecimento da energia dispensada quer às famílias, quer aos Pelotões Especiais de Fronteira.

Com um leque tão grande de iniciativas, seria de fato natural que o Programa acumulasse, no decurso de seu longo período de execução, um respeitável portfólio de realizações.

E essa é a realidade, Senhoras e Senhores Senadores, sem a menor sombra de dúvida.

Com o propósito de otimizar a aplicação dos recursos do Programa, o Ministério da Defesa, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Superior de Administração e Economia, elaborou o estudo "Subsídios para uma Estratégia de Desenvolvimento da Amazônia Setentrional", com vistas a propor estratégias de desenvolvimento regional.

Essas estratégias vieram a se consolidar nos assim chamados "Planos de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável", com objetivos centrados na melhoria do padrão da vida da população, na ampliação das oportunidades de investimentos e produção, na modernização do sistema de gestão municipal e no fortalecimento das atividades econômicas estaduais e municipais.

É relevante citar a realização de convênios com 4 Estados e com quase duas centenas de Prefeituras Municipais para a realização de 426 obras de infraestrutura, contadas entre Postos de Saúde, escolas, sistemas de abastecimento de água, cais fluviais, sistemas de eletrificação rural, rodoviárias urbanas e centros comunitários e de treinamento profissional.

Por tudo isso, Sr. Presidente, cabe nosso louvor e nosso elogio ao Programa Calha Norte e, de forma especial, ao Brigadeiro Roberto de Medeiros Dantas, Gerente Geral do Programa, com quem estivemos con-

versando há alguns dias. Dirigimos, também, elogios ao Ministério da Defesa e a todos os órgãos e entidades que participam do Calha Norte, com destaque de honra para os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, seus efetivos agentes implementadores.

Como afirma o próprio Ministério, "o Programa Calha Norte transcende em muito o aspecto de vigilância daquela região de relevante interesse político-estratégico, para se mostrar (...) um programa governamental arrojado e multidisciplinar, de considerável alcance social para os brasileiros, cuja presença em áreas inóspitas é um fator importante para assegurar a jurisdição brasileira sobre a região".

É em nome desses brasileiros, Sr. Presidente, desses sofridos e bravos amazônidas, que deixo aqui registradas algumas das marcas deixadas, entre eles, pela trajetória bem sucedida do Programa Calha Norte, uma iniciativa governamental realmente importante, séria, modelar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Papaléo.

Convidamos agora a Senadora Ideli Salvatti, Senadora inscrita aqui.

Pela ordem, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Sem partido – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é só para V. Exª me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Exª está inscrito para uma comunicação.

Convido o Papaléo Paes para presidir. Ele parece o Auro de Moura Andrade, aquele Presidente do Congresso. (*Pausa.*)

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Papaléo Paes

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti.

A SRA. IDELI SALVATTI (Bloco/PT – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, eu gostaria até de justificar, porque deveria estar neste momento em Copenhague, participando da abertura da Conferência Mundial sobre o Clima, que a Organização das Nações Unidas inicia neste dia 7 de dezembro, com término no dia 18. Uma conferência sobre a qual há uma grande expectativa, para a qual todo o planeta está atento, acompanhando se vamos efetivamente evoluir com metas, compromissos assumidos pelas quase duas centenas de países que estarão participando e que têm a responsabilidade – alguns muito mais do que outros – de assumir tarefas para a redução dos gases de efeito estufa, que vêm provocando o aquecimento global.

Mas como, na semana passada, nós tivemos um aquecimento de outra ordem em nosso País, principalmente em Brasília, com repercussões aqui no Congresso Nacional, a minha tarefa imediata, na condição de Líder do Governo no Congresso, praticamente me obrigou a rever a viagem. Assim, não pude estar na abertura da conferência para cuidar, de forma mais atenta, das questões de votação do Congresso, principalmente a votação do Orçamento para o ano de 2010, além de quase 60 créditos extraordinários que estão na pauta do Congresso para serem votados, mas que o referido aquecimento político da semana passada não permitiu que o fizéssemos. A sessão do Congresso de terça-feira à noite acabou não acontecendo, e a sessão do Congresso de quinta-feira, às 10 horas da manhã, foi derrubada por obstrução da Oposição. Então, não tivemos condições de fazer as votações necessárias.

Desse modo, aqui estou eu, no plenário do Senado, acompanhando muito atentamente o que está acontecendo lá em Copenhague, até porque a minha tarefa de Presidente da Comissão Nacional de Mudanças Climáticas me obrigaria, de certa forma, a estar lá. Realizamos um belíssimo trabalho pela Comissão este ano. Conseguimos, inclusive, fazer um convencimento do Congresso para a aprovação de duas matérias importantes: o Fundo Nacional de Mudanças Climáticas, que está na mesa do Presidente Lula para ser sancionado esta semana – provavelmente deverá acontecer na quarta ou na quinta-feira –, e a Política Nacional de Mudanças Climáticas, cuja emenda, aqui no Senado, por nossa iniciativa, foi por mim apresentada, depois sofreu alguns ajustes pelo Senador Casagrande. Mas aprovamos por unanimidade que, na Política Nacional de Mudanças Climáticas, o compromisso assumido pelo Governo brasileiro, o compromisso oficial do nosso País, de redução, até 2020, entre 36% e 38,9% das emissões dos gases de efeito estufa, ficasse consignado na lei.

Quarta-feira passada, inclusive, retirei-me do plenário da Câmara não diria indignada, mas um pouco aborrecida. Havia um acordo. Poderíamos ter votado a alteração que o Senado fez na Câmara na quarta-feira passada. A Política Nacional de Mudanças Climáticas, juntamente com o fundo, poderia estar sendo sancionado pelo Presidente Lula esta semana. Portanto, poderíamos levar as duas leis como um resultado do trabalho do Congresso Nacional, coisa que, por exemplo, o Congresso do Estados Unidos não faz. O Senado

americano não se dispõe a votar a lei estabelecendo os compromissos dos Estados Unidos.

Não posso estar em Copenhague, mas vou ficar aqui estes dias cuidando muito atentamente dessas questões. Amanhã, devo fazer plantão novamente no plenário da Câmara. Vamos ver se conseguimos convencer a Oposição, de forma muito especial, porque quem não permitiu o acordo foi o Deputado Caiado, do Democratas. Havia até, por parte da Liderança do Democratas, do PSDB, do PPS, de vários Partidos, um acordo para podermos votar. Mas o Deputado Caiado foi intransigente. Anunciou que, se houvesse tentativa de votação por acordo, ele pediria verificação de quórum às 23h. É claro que não teríamos condição de ter quórum e de votar daquela forma. Então, vamos ver se amanhã a situação se acalma um pouco, e a gente consegue votar.

Além de terminar, de acompanhar esse processo de votação da Política Nacional de Mudanças Climáticas e a sanção dessas duas legislações, que esperamos poder, ainda durante a realização da conferência, tê-las aprovadas e sancionadas pelo Presidente Lula, estamos também acompanhando muito atentamente, Senador Papaléo... Tive a oportunidade de ter uma reunião durante o almoço com o Ministro Padilha e com o Ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, e eles me confirmaram a edição de medida provisória que deverá sair não sei se hoje ou, o mais tardar, até o meio da semana. É uma medida provisória com recursos para atender de novo a catástrofes que estão acontecendo no nosso País.

Tivemos agora toda a situação do Rio Grande do Sul, alguns casos em Santa Catarina, como também em vários outros Estados: desmoronamentos, enchentes. E é mais ou menos nesse período da virada do ano, em que, praticamente em todos os anos, nós temos necessidade de socorro a vítimas das enchentes, das tragédias que infelizmente se abatem sobre vários Estados em todo o Brasil.

Então, a medida provisória já está saindo para socorrer essas tragédias bem recentes, agora dos últimos dias, e para que a gente já tenha a medida provisória editada, porque esperamos e torcemos para que não aconteça, mas, infelizmente, todo ano tem acontecido. Então, o melhor é que já se tenha a medida provisória editada para se fazer o socorro, para o Ministério da Integração prover alívio e socorro para as famílias atingidas.

No caso de Santa Catarina, a minha permanência aqui no Brasil esta semana também vai me permitir concretizar duas ações extremamente importantes. Acho que todo o Brasil acompanhou: Santa Catarina vem se transformando, cada vez mais, num Estado onde os desastres extremos vêm acontecendo. São tornados, furacões, granizo, enchentes, desmoronamento, até onda de três metros. Nós tivemos agora quase que um tsunami na ilha de Florianópolis, com aqueles episódios que a gente só vê em filme, como um barco em cima de uma casa. Então, aquelas situações que efetivamente demonstram que a reação da natureza vem sendo cada vez mais forte.

E Santa Catarina tem uma situação bastante difícil, porque nós não temos uma cobertura de radar em todo o Estado. Existem algumas áreas, algumas regiões onde não há monitoramento de radar, e a gente sabe que não pode impedir que chova, a gente não pode impedir que caia o granizo, a gente não pode impedir que o vento sopre a mais de cem quilômetros. Mas a meteorologia faz previsão, e, ao fazer a previsão, tendo um bom monitoramento, é claro que se dá o alerta, e aí as autoridades e a própria população tomam medidas no sentido de diminuir o risco, diminuir o prejuízo. Por isso que para nós, em Santa Catarina, o sistema meteorológico completo, com cobertura integral, é muito importante. Eu tive, na sexta-feira passada, a confirmação do atendimento para o nosso Estado. O Ministro Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia, confirmou a liberação de R$15 milhões para que Santa Catarina possa comprar o radar que falta e fazer algumas adequações nos radares que já existem. Nesta semana também vou me dedicar. Vamos estar voltados para essa questão da cobertura e da previsão meteorológica mais adequada, para podermos avisar à população e monitorar os eventos, tomando medidas preventivas.

Mesmo antes da edição desta nova medida provisória – que deve sair esta semana, conforme notícia que me deu o Ministro Paulo Bernardo -, Santa Catarina ainda tem recursos a serem encaminhados aos Municípios para socorro de vítimas e obras de prevenção em um montante de quase R$80 milhões, que estão no Ministério da Integração. Também vamos acompanhar nesta semana projetos de nossas prefeituras e do Governo do Estado, para que esses recursos não deixem de chegar aos nossos Municípios, e, assim, permitam que Santa Catarina tenha a sua reconstrução e se prepare para o próximo período.

Não estou em Copenhague. Estou aqui com prioridade no Brasil, cuidando dessas questões relacionadas à prevenção, à previsão meteorológica, a recursos para atender os atingidos por catástrofes, tanto no meu Estado, como nos demais Estados, esperando que o Congresso efetivamente vote, a Câmara vote a alteração que fizemos na Política Nacional de Mudanças Climáticas, para o Presidente Lula poder levar, no encerramento da conferência, até em nome do próprio

Congresso Nacional... A Ministra Dilma viaja no final de semana para chefiar a delegação. Que possamos estar no encerramento da conferência com a nossa tarefa feita, ou seja, compromissos assumidos de forma pública e legislação aprovada.

Eram essas as questões relacionadas ao clima e à conferência que eu gostaria de deixar aqui registrado.

Eu gostaria também, Sr. Presidente, se V. Exª me permite, de cumprimentar os habitantes, os nascidos, os que vivem neste País tão sofrido que é a Bolívia, esse país que tem uma história muito longa, muito triste de golpes militares, de ditaduras, de profunda pobreza – 70% da população da Bolívia, infelizmente, vive abaixo da linha de pobreza, com concentração de renda, com exploração do povo, de forma ostensiva, durante muitos e muitos séculos. Eu não poderia deixar de comemorar com o povo boliviano o resultado das eleições deste final de semana, de parabenizá-lo por esse resultado.

A reeleição do Presidente Evo Morales ocorreu com mais de 61% dos votos – a boca de urna está dando o índice de mais de 61% dos votos, com a maioria absoluta no Congresso, com praticamente 2/3 dos Senadores sendo eleitos -, o que dará uma governabilidade maior e uma estabilidade melhor para o Governo do Presidente Evo Morales.

Mas o parabéns não é pela democracia, pelo processo eleitoral tranquilo, sólido que aconteceu naquele país, o que não é muito usual, pois, infelizmente, a Bolívia não tem essa tradição democrática de fortalecimento do processo democrático. Mas os principais motivos da reeleição de Evo Morales é que precisam ser realçados. Ele é o primeiro presidente indígena da Bolívia, país em que a grande maioria da população é de origem indígena. Pela primeira vez, elege-se um presidente representativo, como dizemos, com a cara do povo boliviano. Ele sempre foi visto com muita desconfiança pelas elites bolivianas, inclusive com inúmeras tentativas de derrubada, de golpe, e processo quase de guerra civil muito forte.

Evo Morales termina esse primeiro mandato não apenas com uma imagem de presidente companheiro dos pobres, mas um presidente que teve a capacidade de manejar a macroeconomia, a ponto de ganhar elogios da comunidade econômica internacional. Até do próprio FMI ele recebeu elogios. E adotou políticas muito, muito, muito semelhantes às adotadas aqui no Brasil.

E, quando fazemos o comparativo da popularidade do Presidente Lula e o resultado eleitoral agora da reeleição de Evo Morales, as coisas ficam muito próximas. Por exemplo, na Bolívia, foi criada uma espécie de Bolsa Escola de duzentos bolivianos, valor, para nós, muito pequeno, mas, para a renda da maior parte da população boliviana, foi importante, foi significativo. Num montante de R$50 por ano, quase dois milhões de crianças em idade escolar... As reservas internacionais da Bolívia, em um processo muito semelhante ao do Brasil... Quando o Presidente Lula assumiu, nossas reservas não chegavam a US$15 bilhões, e hoje já estamos com US$270 bilhões. Na Bolívia também, as reservas eram de US$1,7 bilhão, atualmente estão em US$9 bilhões. O Produto Interno Bruto da Bolívia cresceu sempre acima dos 4% durante o mandato de Evo Morales, e só neste ano é que não vai chegar a crescer acima dos 4%. Mas, mesmo assim, vai ser de 3%, o maior crescimento do PIB na América Latina, numa demonstração clara de que Evo Morales, realmente, acertou na política adotada. As exportações registraram recordes durante todo o período. E o setor público, não financeiro, ou seja, não os bancos, pela primeira vez, obtém superávit na Bolívia, ou seja, os setores produtivos tiveram superávit na Bolívia pela primeira vez, desde 1970.

Esses são os motivos que fazem com que um presidente que foi demonizado, que foi afrontado, praticamente quase retirado à força do poder, agora, em um processo democrático, tenha uma aprovação, uma eleição com mais de 60% dos votos, no fortalecimento da democracia.

Então, gostaríamos de aqui deixar o nosso parabéns e esperar que, efetivamente, cada vez mais se fortaleçam as democracias e aconteçam as políticas públicas voltadas principalmente para os que mais precisam, para os pobres. Que sejam diminuídas as diferenças sociais, regionais, que aconteça a inclusão social, não só no Brasil, mas na Bolívia e em todos os outros países.

Por último, Sr. Presidente, eu queria ainda deixar o registro da confirmação dos bons resultados que o Brasil vem tendo em vários aspectos da economia. E um deles todos sabem que é o credito. Nenhum país se sustenta, cresce e se desenvolve sem crédito. O Brasil sempre foi, infelizmente, um país com pouco crédito, muito pouco financiamento. Quando o Presidente Lula assumiu, nós tínhamos apenas 20% do Produto Interno Bruto, da riqueza brasileira, só 20% era movimentado com crédito.

E a imprensa, nesse final de semana, apresenta as projeções feitas por bancos e economistas, de que o volume do crédito para o ano que vem deve chegar a 53% do Produto Interno Bruto. Ao final deste ano, nós já estaremos nos aproximando dos 50%, mas, para o ano que vem, a projeção é de que 53% do Produto Interno Bruto seja de crédito no Brasil. Ou

seja, para quem começou muito perto dos 20%, chegar a 53% no próximo ano é um salto significativo, é algo extremamente importante, porque é esse crédito que vem movimentando a economia. Ele é o propulsor da economia, ele dá sustentação aos investimentos e ao consumo, às empresas e às famílias, que têm no crédito a forma de poder comprar, consumir, produzir. Por isso é que ele é tão relevante.

Mas vejam bem: nós vamos estar, este ano, com 48%, 49%, e, no ano que vem, com 53% - é o projetado. Mas olhem o que acontece nos demais países: na Índia, o crédito é 78% do PIB; na China, é 123%. Ou seja, a China tem crédito disponível mais que uma vez e um quarto, aproximadamente, da riqueza anual disponibilizada. E, nos Estados Unidos, é 187%, quase duas vezes a riqueza, apesar de todas as lambanças que eles fizeram lá, na bolha de consumo imobiliário. Mesmo assim, mesmo com a crise, o crédito nos Estados Unidos continua sendo de quase duas vezes o PIB. Nós avançamos muito. De algo em torno de 20%, estamos já com mais da metade prevista para o ano que vem, de crédito em relação à riqueza do Brasil. Mas temos ainda muito a avançar.

Um dos principais propulsores desse aumento do crédito tem sido o BNDES, que, nos dez primeiros meses deste ano, já disponibilizou, ou seja, emprestou, colocou nas mãos de empresas, nas mãos de órgãos públicos financiamentos da ordem de R$107 bilhões – R$107 bilhões. Isso é mais da metade do que foi emprestado no ano de 2008, portanto, numa prova muito clara do quanto o BNDES tem sido esse alavancador da oferta de crédito.

Então, era isto que eu queria, Sr. Presidente: parabenizar as medidas com relação ao aumento do crédito no Brasil, medidas importantes que vêm sendo adotadas; mais uma vez, dar os meus parabéns aos bolivianos pela reeleição de Evo Morales, principalmente pelos motivos pelos quais Evo Morales foi reeleito, como o crescimento, a diminuição da pobreza, a inclusão social, o desenvolvimento do país; e manifestar a nossa atenção, de hoje até o dia 18, a tudo que acontecerá em Copenhague, na Conferência do Clima.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito agradecida.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Agradeço a V. Exª e, realmente, quero aqui torcer junto com V. Exª para que tenhamos um projeto aprovado na Câmara dos Deputados, porque é extremamente importante para esse encontro da mais alta relevância para o mundo inteiro, que está sendo realizado em Copenhague.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mão Santa, como orador inscrito, sem prejuízo na ordem das Srªs e dos Srs. Senadores inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão de segunda-feira, Parlamentares presentes, brasileiras e brasileiros aqui presentes no plenário e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado.

Papaléo Paes, quis Deus V. Exª estar aí presente. Nós todos tivemos um sonho. E para ele nós dedicamos o melhor de nossas vidas. Nosso sonho foi sermos médicos. Depois, vêm outros sonhos.

Padre Antonio Vieira, teólogo e filósofo que por aqui passou, sempre disse que um bem nunca vem só. Depois de conquistarmos o nosso sonho de ser médico, ao qual nós dedicamos os melhores anos de nossa vida para buscar ciência e consciência e com consciência servirmos, um sonho nunca vem só, vem acompanhado de outro. O Padre Antonio Vieira disse que um bem nunca vem só; é acompanhado de outro bem, Zezinho.

Então, depois desse sonho conquistado, eu tive outro: ser cirurgião. E é encantadora a vida de um cirurgião. Papaléo, eu indico a todo jovem que faz medicina e medicina cirúrgica a ler o livro "Sob o Olhar de Deus", de Hans Killian, um médico cirurgião de guerra, filho de Joseph Killian. Foi Joseph Killian quem criou o broncoscópio. Foi o que primeiro tirou objetos do pulmão usando o broncoscópio. Esse livro narra a vibração e a emoção de um cirurgião.

Eu quero dizer que fui muito feliz. Está ouvindo, Papaléo? Eu tenho uma gratidão a meus familiares, porque eles me deram todos os meios para que eu pudesse fazer todos os cursos imagináveis em medicina. Mas também tenho mérito porque eu podia ter essa condição e ter sido um vadio. Tive oportunidade e aproveitei.

E fiz residência. Na época, a melhor residência em cirurgia era a do Hospital dos Servidores do Estado, do Ipase. Era meu professor Mariano de Andrade.

Há pouco, comentávamos o livro que Zózimo Tavares vai lançar. É um grande laureado, um dos melhores escritores, hoje, do Brasil é Zózimo Tavares, um piauiense. E o Piauí tem essa tradição de grandes escritores. Cito Carlos Castello Branco. Ninguém o superou como jornalista político. A coluna do Castelinho orientava todos nos tempos mais difíceis.

E Zózimo está lá. Recebi, hoje, um volume para entregar ao nosso Geraldo Mesquita Júnior, escolhido para apresentar o livro quando ele foi ao Piauí. Eu li lá uma frase. Ele cita umas frases que o Mão Santa, ao longo de sua vida, costuma repetir, além do "atentai

bem!" que ele colocou na capa. Ele disse esta frase: "A ignorância é audaciosa". Atentai bem, Papaléo, para o significado disso.

Eu era médico, residente, lá no Hospital dos Servidores do Estado, e o nosso chefe era o Prof. Mariano de Andrade. Ele era professor de Medicina em cirurgia. Ele talvez tenha sido, Papaléo, um dos melhores cirurgiões de tireóide do mundo. Ele tinha uma técnica de tireoidectomia subtotal com anestesia local.

Flávio Arns, então, o laureado Professor Mariano de Andrade costumava ver os residentes operarem. O médico residente – Papaléo foi residente e não fez cirurgia, mas acompanhou –, novo, acha que a velocidade é que qualifica o cirurgião. Mariano de Andrade entrava na sala e, quando via um médico residente ligeiro e afoito, parava e dizia: "A ignorância é audaciosa." Era só isso que ele dizia, porque é verdade. Isto é para a vida e não só para a cirurgia: a ignorância é audaciosa.

O cirurgião que não tem muitos conhecimentos opera rapidamente. Sangrou, ele pinça e amarra. Mas ele não sabe que ali pode haver um nervo. Quando se está tirando a tireóide, há uns bichinhos bem pequenos que se chamam paratireóides, debaixo da tireóide. Se, na hora da cirurgia, elas forem lesadas, causa-se um problema eterno do distúrbio do cálcio e do fósforo, e o paciente fica a vida toda com convulsões. O cirurgião ignorante faz ligeiramente e tira o negócio, mas, nessa arrancada, pode lesar o recorrente e nunca mais falar, pode lesar a paratireóide e causar distúrbios do cálcio, do metabolismo, do fósforo e causar convulsões.

Então, ele dizia, na sua sabedoria, esta frase: "a ignorância é audaciosa."

O cara. O próprio Platão...

Chegou a Professora Ideli Salvatti. Olha, V. Exª está citada no livro ali, e quarta-feira eu convido V. Exª. Eu não tenho culpa não; é o autor. Você sabe que o nosso caso é assim, entre tapas e beijos, carinho e amor, vamos levando, mas sempre nos respeitando. Então, um jornalista pegou e fez um livro. No Senado, V. Exª tinha que estar citada, não é? Aí não tem nada. E no Governo do Piauí, nós não conhecemos lá... Mas está, tinha que estar. Sem a Ideli, não tinha. Então, eu convido V. Exª para quarta-feira.

Ele lançou essa frase, que eu repito. Platão, quando fez, Papaléo, a primeira academia, o mestre dele, o Sócrates, o Mariano de Andrade dele, não tinha escrito nada, como Jesus não tinha escrito nada, como Jesus não escreveu nada – não é, Ideli? –; foram os discípulos, o Platão fez a sua escola. E ele dizia, na primeira aula, no primeiro ano: "Seja ousado". No segundo: "Seja ousado, cada vez mais". E no terceiro, que era o último do curso, dizia: "Seja ousado, não em demasia".

Então, Platão recomendava a ousadia com a prudência. O Professor Mariano dizia: "A ignorância é audaciosa", o que é demais. Tem que ter prudência, principalmente em cirurgia. E ele dizia, Flávio Arns – V. Exª, que é muito sensível –, uma frase: "Cirurgia não é corrida de cavalo". Você não vai demorar dois dias, três dias operando o cara, mas não é corrida de cavalo. Você só não deve também marcar o tempo que você opera em calendário. Mas tem o meio-termo. A virtude está no meio.

A cirurgia é fantástica. Depois do sonho de médico que você teve, aí V. Exª se apaixonou pelo coração, que é o centro da vida. Talvez até pensasse que lá havia um amor, aí você foi dissecá-lo, porque lá é o centro do amor, e soube que não é. Lá existem os nódulos de Tawara, o feixe de His, a rede de Purkinje. E na cardiologia, o seu partido não é o PSDB; na cardiologia, é o PQRSTU, que são as linhas, as ondas do eletrocardiograma.

V. Exª entrou nesse mundo, e nós entramos no da cirurgia. Agora, isso é tão importante... E eu sou como Pelé. Ele não joga mais, mas ama o futebol, vive o futebol. Era o Pelé fazendo gol; eu, operando e o Dom Hélder, celebrando. E, Papaléo, muito importante... Aí, de repente, eu entro nesse negócio de política. Elegeram-me Deputado, e eu até gostei, porque Deputado – lá parecia com isso aqui – só fazia discurso e ia embora.

Olha, Papaléo, eu saía da sala de cirurgia meio-dia, deixava o Dr. Paulo lá ajudando – ele foi meu Secretário de Saúde –, pegava um Corcel branco, que era novo, e ia para Teresina. Olha, era muita multa. O cara já esperava. Antes de três horas – eram 340 quilômetros – eu já estava discursando na Assembléia. Já tinha um paletó lá. Adalgisa sabia que eu não parava – era novinha – e já levava um sanduíche ali para os caronas que a gente dava. A gente ia direto em duas horas e quarenta de cinco minutos, às vezes três horas. Coisas da juventude.

Depois me elegeram Prefeito. Quando era Deputado, ia ali, passava terça e quarta. Quinta de noite eu voltava, sexta eu já estava operando.

Mas, Ideli, V. Exª é candidata à Governadora?

Pois aí, fui eleito, que nem o Papaléo. Não sei como o Papaléo reagiu. Eu tive medo. Flávio Arns, a gente tem medo. Tenho coragem de dizer que tive medo.

Papaléo, fui um cirurgião muito bom, muito feliz. Meu mundo era Fortaleza, onde me formei; Rio de Janeiro, aonde todo ano eu ia – tirava uns dias – , e ia comprar livros; na última semana, em Buenos Aires,

com Adalgisa, no El Ateneo. Não tinha nada em Teresina. Meu mundo era esse.

Aí me elegeram Prefeito, Flávio Arns. Sabe o que é medo, Flávio Arns? Você já teve medo? Eu tive. Minha eleição, quando eu vi... Garibaldi não sabe. Eu tive. Aí comecei a pensar: "Por que diabo entrei nessa? Mas, Mão Santa, tu és doido". Na sala de cirurgia, eu ia tão bem, eu dominava. Operava muito bem, muito, muito, muito bem. Foi para Brasília quem quis. Era uma oportunidade para quem quisesse. Eu que não quis vir para Brasília, para o Hospital de Base.

Papaléo, aí eu disse: "Estou lascado. Como é que entrei numa fria dessa?" Estava tão bom, médico e cirurgião. Parnaíba. Fortaleza, Rio. Só com a Adalgisa! Tranquilo, fazendo o bem numa Santa Casa, onde, além de ganhar um dinheirinho, tinha satisfação. Foi lá que me colocaram esse apelido.

Papaléo, aí eu estou lascado. Pensei: como é que eu vou me meter nisso? Vou me queimar com esse negócio de ser prefeito. Administrar? Não tem nada a ver. Eu sou bom é aqui na sala de cirurgia.

Mas nós aprendemos a estudar, Garibaldi. Médico estuda muito. Não é pouco, não. Eu estou com uma filha médica agora que já está há três anos médica; passou um ano no Rio, agora está estudando no Rio Grande do Sul, não acaba. A gente aprende a estudar. A coisa mais importante é isto: aprender a estudar. Eu aprendi não foi nem lá não; foi interno num colégio cearense, o Marista.

Então, eu aí comecei a estudar. Fui eleito, dia 1º iria tomar posse, mas eu... A Adalgisa dormindo, e eu estudando, como estudava Anatomia, como estudei Fisiologia - porque eu fiz Medicina -, como estudei Cirurgia, porque a gente estuda muito, médico estuda muito. Flávio Arns, aí eu comecei a estudar Administração. Henri Fayol, o primeiro. Henri Fayol, o primeiro livro de Administração: unidade de comando, unidade de direção, planejar, designar, orientar, coordenar e controlar. Aí fui estudando. Li até...

Este País, Luiz Inácio... Eu estou aqui é para ensinar mesmo, nós somos pais da pátria. Este País é muito organizado. O Getúlio Vargas fez o Dasp. Wagner Estelita foi o seu diretor. Quem vai administrar vá ler, vá buscar – está ouvindo, Garibaldi? – Wagner Estelita Campos, o livro de administração *Chefia: sua técnica, seus problemas*. O livro é sobre chefia, liderança, administração. Eu li também ele. Critérios de promoção. Ninguém escreveu mais bonito sobre o assunto do que o Dasp, de Getúlio Vargas.

Atentai bem, Luiz Inácio, este País tem muita história. Houve o antes. Critério de promoção é a coisa mais importante! Ninguém hoje... Garibaldi, peça hoje na biblioteca: Wagner Estelita, do Dasp. É a coisa mais séria. Vou dar um exemplo a V. Exª de que não tive isso. Por exemplo, o Hospital Getúlio Vargas, um grande hospital do Nordeste, feito na ditadura por um médico. Eu construí um Pronto Socorro do lado. Se você for para lá e pegar um diretor....Se buscar um lá do Rio Grande do Norte e botar lá, fere ali o critério de muita gente. Critério de promoção. Isso é muito importante.

Quero dizer que eu, estudando, estudando, estudando, Garibaldi, eu olhava e dizia: estou é lascado. No dia 1º, acabou o Mão Santa. Vai ficar é *Mão do Cão* no negócio para a Prefeitura. Como é que eu vou mexer nisso? Com medo, Paim! Está entendendo?

Mas aí eu estou estudando de madrugada, vem um livro – e esta é a homenagem do discurso que estou fazendo, a coisa mais séria: Colégio Brasileiro do Cirurgião. Aí Garibaldi, com medo, já estava chegando o dia 1º. E eu dizia: estou lascado. Fui fazer esta besteira, fui sair daqui, estava tão bom: médico, cirurgião, famoso. Era o Roberto Carlos cantando, o Pelé fazendo gol, e eu cirurgião numa Santa Casa. Então, vão me queimar.

Aí, um irmão meu mais velho me disse: "Rapaz, você não sabe onde vai se meter. Lá só tem cabra sem vergonha". Aí é que fiquei com medo: estou lá. Mas, lá pela madrugada, peguei um livro, capa amarela, *Taylor, o Mago da Administração*. Aí fui lendo, e com medo. Quando chegou lá pelas 2h30 da madrugada, Flávio Arns, o cabra disse o seguinte: "Administrar é fácil." Fácil o quê? Estou é lascado! "É como o cirurgião." Aí eu digo: é comigo mesmo. Para administrar, você tem de ser como um cirurgião: ter coragem, saber começar e saber terminar.

Ninguém sabe mais disso do que um cirurgião. Dava uma anestesia ráqui, porque às vezes o anestesista não ia, e eu tinha de dar para fazer uma cesariana em uma pobre na Santa Casa. Entendeu? Então, a gente tem de saber começar e saber terminar. Tem um prazo. O cirurgião sabe. É preciso saber trabalhar em equipe. Ter coração. E estudar os problemas os mais importantes, ter as prioridades. Se a pessoa tem uma apendicite, você não vai operá-la de varizes antes. Tem de operar a apendicite, ou dá peritonite, e o cabra morre. Não é verdade?

Então, aí o autor foi dando o exemplo do cirurgião. "Trabalhar em equipe, ter coragem, saber começar." Eu digo: é comigo mesmo. Comecei a me situar. "O pré-operatório." Por isso, o Juscelino não deu certo. O pré-operatório é o planejamento - está-se falando do pré-operatório, daquela consulta - é o planejar; o transoperatório é a operação em si, é a obra ali; e o pós-operatório é o controle.

O que é administração? É planejar, designar, orientar, coordenar e fazer o controle. Então, Paim,

o cirurgião tem três itens. O pré-operatório é o planejamento; o transoperatório é a cirurgia em si, que a gente faz em equipe, trabalhando, consultando; e o pós-operatório é o controle, se o doente vai bem, sem pressa.

E aí vi que Juscelino deu certo. O Piauí tinha três cirurgiões médicos, ótimos governadores: Rocha Furtado; Dirceu Mendes Arcoverde, que morreu aqui no primeiro discurso, por isso que eu discurso aqui, excelente, homem de bem, governador; e o Mão Santa, que foi governador. Por isso que você vê... Agorinha mesmo nós temos esse do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, o Jackson Lago, o Almir Gabriel. Então, um cirurgião, como Taylor diz. Aí eu fui e deu certo.

Ô Flávio Arns, olha para cá! V. Exª sabe que sou um indivíduo. Está ouvindo, Papaléo? Você teve quantos votos lá na sua cidade do Amapá? Paim, você já teve quantos votos lá na sua Caxias do Sul? Quantos votos que você já teve, o mais de percentual?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Quantos votos eu fiz em Caxias?

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Não. Na eleição que você teve mais votos em Caxias do Sul, quantos por cento você teve?

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Ah, devo ter tido lá uns 35% dos votos.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Garibaldi, você nasceu em Natal mesmo? Ô Garibaldi! Rapaz, o Garibaldi está encantando pela Ideli, nem olha. Garibaldi! Ficou encantando pela Ideli. Venha cá, Garibaldi. Ó, não vou não. Ele está encantado, deixem ele lá.

Está ouvindo, Papaléo? E no Amapá? Quanto foi que você teve para prefeito? A maior. Cinqüenta e sete por cento?

Eu tive – olhe para cá, Paim –, e sei isso porque o Ronaldo Cunha me disse... O Juscelino teve setenta e tantos por cento em Diamantina. Ele era o primeiro. Teve uns 78%. Ele disse: "Mão Santa, você me roubou o título. Você teve 83,84% de votos quando saiu da sua Prefeitura para ser Governador."

Quer dizer que deu certo essa coragem. E é você crer. Aí, a Adalgiza é a rainha, e eu sou macho mesmo, eu sou cirurgião, e vai dar certo. E eu estou aqui. Já governei o Estado e tal. Então, é isso. Daí a emoção que eu vivo neste momento. Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Eu recebi uma carta do Dr. Dib Tajra. Eu votei nele. Ele foi médico também, no Ceará. É mais velho do que eu e foi Presidente lá do diretório acadêmico. E ele foi para o Piauí, extraordinário cirurgião, extraordinário mesmo. Criou muitas coisas, o Hospital de Santa Maria, e ele é o líder dos cirurgiões no Piauí, no capítulo...

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Mão Santa, posso participar do discurso de V. Exª?

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pode. Com o maior prazer.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – É para fazer um registro de que, na tribuna de honra desta Casa, estão presentes aqueles que vieram para a instalação da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eles são representantes do Rio Grande do Norte. Não sei se os do Piauí estão chegando. O Congresso vai ser instalado hoje à noite, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Pouco acima, estão outros conterrâneos meus. Uns são componentes da Força Nacional, aquela que foi criada realmente para intervir nos Estados, participar juntamente com a Força Pública dos Estados, quando a segurança estiver sendo ameaçada. Eles estão indo para o Amapá e...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pronto, Papaléo. Viu?

Vocês eram do Rio Grande do Norte? *(Pausa.)*

Eram? *(Pausa.)*

Mas vão para o Amapá. É tudo gente boa. Vocês não precisam buscar líderes na história, em outros países, em outros Estados. Garibaldi foi a luz, e aqui continua, com as mesmas virtudes e decência, o Papaléo.

Então, estão apresentados. Que a Mão Santa os abençoe! *(Risos.)*

Garibaldi, Papaléo, então, queremos dizer o seguinte: esse Dib Tajra foi líder e plantou lá. Ele é o pai aqui do nosso Diretor. Árvore boa dá bons frutos, mas espera. Quando vieram me perguntar por ele, eu disse que não o conhecia, mas que conhecia o pai dele. Sou do Partido Social Cristão – ouviu, Garibaldi? –, do Partido de Jesus, que disse isto: "A árvore boa dá bons frutos". Então, conheço o Dib. Mas esse Dib tem o seguinte: ele é médico e tem três filhos médicos cirurgiões. Olhem a satisfação! Você só tem dois... Eu tenho uma filha médica e estou vibrando, porque está lá no Rio Grande do Sul, fazendo Dermatologia. Ele tem Antonio Dib Filho. Meninos, eu vi, Garibaldi, o irmão do Haroldo aqui fazer o primeiro transplante de coração no Piauí com êxito. Eu vi a história de Euryclides Zerbini, a história de Adib Janete. Eu vi no Piauí. Eu era governador. Ele tem também o Luis Carlos Feitosa Tajra, que é urologista, que fez cursos na França e na Alemanha. E agora o Carlos Edmar Tajra. Ele tem três filhos cirurgiões brilhantes.

Mas eu quero dizer o seguinte: esse Colégio Brasileiro de Cirurgiões comemora 80 anos. Eu me lembro que nós éramos inspirados por Ambroise Paré, que

dizia: "Eu os trato, Deus os cura." E o Colégio Brasileiro, então, tem um capítulo no Piauí, do qual eu faço parte, criado no governo de Dirceu Mendes Arcoverde. Eu fui um dos que ingressou para completar o capítulo do Piauí.

Muito antes, eu fiz cursos no Rio de Janeiro, na praia de Botafogo, de Anatomia Cirúrgica, de Urgências Médicas Cirúrgicas. Eu fazia parte do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. Ingressei no capítulo quando se inaugurou o centro de convenções, que hoje está destruído pelo Partido que acaba tudo, esse tsunami do País que é o PT.

Eu me lembro da inauguração. Era Dirceu Arcoverde inaugurando, e criou-se o capítulo do Piauí. Então, "CBC, 80 anos. Colégio Brasileiro de Cirurgiões. A maior entidade cirúrgica da América Latina completou oito décadas." A gente vê a cirurgia do Piauí avançada. Mas a etiologia é um dos fatores, um dos ícones desse Colégio Brasileiro de Cirurgia. Quer dizer, como se transformou o mundo médico, a ciência médica, o avanço cirúrgico, que teve como luz, farol, o Colégio Brasileiro de Cirurgia, do qual todos nós nos orgulhamos.

Eu me sinto, neste instante, muito honrado em poder ter esse reconhecimento e mostrar ao Brasil onde nasceu o desenvolvimento cirúrgico deste País do qual nos orgulhamos.

> O CBC ocupa os três andares do Edifício Sede, na Rua Visconde da Silva, em Botafogo, Zona Sul do Rio de Janeiro [o Papaléo estudou lá, não é?], onde funciona a administração geral.
>
> Com menos de 30 integrantes em 1929 [quando foi iniciado], o Colégio Brasileiro de Cirurgiões chega aos seus 80 anos com mais de seis mil membros em todo o País. [Eu sou um desses seis mil membros, com muito orgulho.] A entidade congrega, além da cirurgia geral, cirurgiões das mais diversas especialidades. Duas vezes por ano, são realizadas posse de novos membros na sede da entidade e também nos capítulos. Os cirurgiões Ivo Pitanguy e Adib Jante são alguns dos membros do Colégio Brasileiro de Cirurgiões. [o Dr. Antonio Dib, que é o nosso líder maior, que cuida desses capítulos, tem três filhos cirurgiões].
>
> Com atuação em todos os Estados do País, o Colégio Brasileiro de Cirurgiões é dividido em seis setores e 23 capítulos. Os do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais são divididos em regionais.
>
> Criado em 1971, o Concurso para Título de Especialista em Cirurgia Geral é realizado anualmente, de acordo com as normas da Associação Médica Brasileira (AMB), com provas escrita e oral. Até agora, já foram aprovados mais de dois mil especialistas em todo o País.

Eu quero te parabenizar, Papaléo. Há uns bichos que querem inventar a roda. A formação médica do Brasil é muito boa. Eu digo isso porque nesse concurso da OAB, eles fazem muito mais cursos. É porque o sujeito sai médico geral. Mas para médico especialista, Papaléo, tem que vencer esses trâmites todos, e a sociedade. Isso é uma exigência.

> Educação continuada.
>
> Ao longo dos seus 80 anos, o investimento na educação continuada é uma das ações principais do CBC para o desenvolvimento do cirurgião brasileiro. Existe um calendário anual de cursos, jornadas e congressos regionais, curso de cirurgia geral a distância e o Programa de Atualização em Cirurgia – Proaci.
>
> Ponto culminante dessa política é a realização bienal dos congressos brasileiros. Promovidos desde 1938, nas últimas edições, receberam uma média de quatro mil participantes de todo o País. O último congresso foi realizado em julho de 2009, em São Paulo. O próximo será em Fortaleza, em agosto de 2011. [Nós devemos ir a Fortaleza, onde eu me formei, viu, Dr. Dib? Eu quero fazer parte da caravana para aplaudir esses que lideram essa instituição responsável pelo avanço da cirurgia.
>
> Serviços.
>
> No dia 27 de março de 2009, o Centro de Convenções do CBC, um dos mais tradicionais da Zona Sul do Rio, foi reinaugurado para oferecer novas opções ao mercado de eventos e na manutenção da sua qualificação como um símbolo da entidade.
>
> A biblioteca disponibiliza teses e monografias, fitas e DVDs, além de uma grande quantidade de títulos de livros.
>
> Com mais de dois mil acessos por mês, o site do CBC oferece uma série de conteúdos como leituras sugeridas, estudos dirigidos, revista do CBC, além do acesso aos artigos na íntegra de assinaturas de 18 revistas internacionais.
>
> Com periodicidade bimestral, a Revista do CBC é indexada ao SciELO e recentemente conquistou também a indexação ao Medline, base de dados da literatura internacional da

área médica e biomédica, produzida pela National Library of Medicine, USA.

As notícias do CBC e da cirurgia nacional são publicadas no Boletim Informativo trimestral e no Informe Eletrônico quinzenal.

Premiações.

Criado em 1970, o Prêmio Colégio Brasileiro de Cirurgiões é concedido anualmente aos cirurgiões brasileiros que tenham contribuído para o ensino e desenvolvimento da cirurgia.

Para incentivar a pesquisa e a produção de trabalhos científicos, o CBC concede ainda mais sete prêmios anuais: Prêmio José Mendonça, destinado ao melhor trabalho de técnica cirúrgica; Prêmio Brant Paes Leme, clínica cirúrgica; Prêmio Oscar Alves, ao melhor trabalho publicado na Revista do CBC; Prêmio Ivo Pitanguy, cirurgia plástica; e os Prêmios do Fórum de Pesquisa em Cirurgia: Alfredo Monteiro[era um cirurgião-geral, que tinha um livro], Ruy Ferreira Santos e Mariano de Andrade [foi meu professor, que é reconhecido]."

Os assuntos de comunicação estão sob o comando de João Maurício Rodrigues.

Então, queremos prestar esta homenagem e o reconhecimento do País, que se orgulha do desenvolvimento cirúrgico. Uma das instituições mais sérias e mais responsáveis é o Colégio Brasileiro de Cirurgiões, no Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo. No Piauí, o capítulo é dirigido pelo competente e extraordinário médico Dib Tajra.

Então, a eles, a nossa admiração.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Flávio Arns, para uma comunicação inadiável.

Senador Garibaldi Alves, V. Exª está como orador inscrito? (*Pausa*.) Vou providenciar a sua anotação aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveito este momento para falar de uma agenda ampla que fiz este fim de semana, entre quinta, sexta, sábado e domingo, até por que – eu não vou entrar no mérito – foi comentado comigo que algum Senador reclamou da não presença de Parlamentares na sexta-feira, neste plenário do Senado.

Então, quero dizer, com toda tranquilidade, que procuro estar aqui sempre, de segunda a sexta, mas entendo também os que não podem estar presentes segunda e sexta, porque estão cumprindo agenda nos seus Estados. Por isso, e não só por isso, Sr. Presidente, vou fazer um breve relato de onde eu estava.

Sr. Presidente, neste fim de semana, cumpri uma longa agenda no Rio Grande do Sul e no Estado de São Paulo, a qual, neste momento, divido com os senhores.

Na quinta-feira, estive em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, onde fui recebido, ainda no aeroporto, pelo Prefeito Orlando Desconsi e pelo Deputado Estadual Elvino Bohn Gass, que me acompanharam por toda uma agenda naquela região, onde, além de dialogar com os sindicalistas, vereadores, prefeitos, também visitei cidades que foram atingidas pelas chuvas.

Sr. Presidente, às 12 horas e 30 minutos, almocei com os idosos para discutirmos o Estatuto do Idoso, a situação da Previdência no País; falei sobre o fator previdenciário, por cuja extinção vou continuar lutando; sobre a situação do PL nº 1 e também do PL nº 58, que tratam da recomposição do benefício com aumentos reais.

Na entrada do evento, fui recebido – quero destacar isto aqui – pelo coral de idosos, que tem o nome Amor e Compreensão, no Salão Paroquial Católico do Bairro do Cruzeiro.

Sr. Presidente, em torno de 600 a 700 idosos demonstraram ali todo carinho pelas propostas que o Senado aprovou, pelo Estatuto do Idoso e pela luta que nós todos aqui temos travado pela derrubada do fator e pela garantia do reajuste dos aposentados, acompanhando o crescimento do salário mínimo.

Sr. Presidente, um dos idosos, na hora em que eu fazia a palestra e dizia que nós aprovamos todos os projetos dos idosos, aqui no Senado, mas que, infelizmente, eles estão parados na Câmara, me fez a seguinte pergunta: "Sr. Senador, será que os Deputados terão coragem de passar o Natal em suas casas tomando champanhe, tranquilamente, sabendo que eles têm aposentadoria integral, que não sofrem com o fator previdenciário e que não votaram sequer o reajuste real a que nós temos direito, uma promessa de que isso aconteceria este ano?"

Quero registrar que disse a ele que ele tem toda razão. Eu não vou me sentir bem, embora o Senado já tenha feito a sua parte. Vou lembrar, na noite de Natal, quando for meia-noite, que a Câmara ficou com uma dívida para com os aposentados, porque tinha o compromisso de votar o fim do fator e o aumento real, mas não votou. Eu lamento! Digo aqui que, se os Deputados quiserem ficar aqui, à meia-noite, no dia 25, noite de Natal, eu ficarei junto, mas para que eles votem o reajuste dos aposentados. Espero que votem. Hoje é dia 7, ainda tem os dias 7, 10, 11, 12, 15 e até o dia 25. Se quiserem ficar aqui no dia 25, na noite do Na-

tal, sou parceiro, desde que votem o fim do fator e o reajuste dos aposentados.

Sr. Presidente, quero também dizer que eu sentia, Senador Flávio Arns, o brilho da verdade no olhar de cada uma das pessoas que estava lá: "Olha, a nossa esperança é esta, Senador: que a Câmara vote". Eu me comprometi a continuar peleando para que o Congresso cumpra a sua parte. O Senado já fez a sua. Repito: aqueles que me mandam *e-mails* e mais *e-mails* podem continuar mandando, só que estão com o alvo errado. O alvo não são os Senadores, mas os Deputados. Precisam mandar *e-mail* para a Câmara dos Deputados. Nós aqui votamos todos os projetos de interesse dos aposentados e pensionistas – não há nenhum mais aqui –, e todos foram aprovados por unanimidade. Pressionem a Câmara dos Deputados, como eu estou pressionando.

Sr. Presidente, quero dizer que, durante todo esse roteiro que fiz na região de Santa Rosa e de Santo Cristo, me acompanharam o Prefeito Orlando Desconsi, o Deputado Estadual Elvino Bohn Gass e também um grande líder da região, Jefferson Fernandes.

Inclusive, nessa mesma quinta, já às 13 horas e 30 minutos, estivemos num posto de saúde do Bairro Planalto, onde realizamos uma cerimônia em que foram entregues 129 aparelhos para os odontólogos poderem atender à população. O Prefeito Desconsi disse que os aparelhos tinham sido entregues. Eu mesmo não participo desses atos não por ser contra, mas porque não tenho tempo – foram fruto de uma emenda que mandei para a região. Mandei emendas para todos os Municípios do Rio Grande. Não há um dos 496 que não tenha recebido. Participei de uma ou outra atividade, porque não tenho tempo. Muito mais, para mim, que participar da festa de entrega de um instrumento ou de uma máquina agrícola – mandei centenas para o Rio Grande das minhas emendas individuais – é fazer o debate político nas regiões. Mas agradeço muito ao Prefeito Desconsi, que, com a emenda que mandei, comprou esses 129 instrumentos, distribuídos em diversos bairros. É claro que ele fez a contrapartida do Município.

Quero dizer que, ainda, com a presença do Prefeito e do Deputado, visitei diversas áreas de risco em razão da chuva que assolou o nosso Estado. No mesmo dia, deslocamo-nos para a cidade de Cândido Godói, em que fui recebido pelo Prefeito, Valdi Luis, pelo Vice-Prefeito, Mario Backes, e ainda por prefeitos e vereadores de outras cidades da região.

Às 16 horas, participei do 2º Fórum Estadual da Terceira Idade, onde fiz uma palestra para todos os idosos sobre a questão do fator, do Estatuto do Idoso e do reajuste dos aposentados.

Quero cumprimentar aqui os grupos de terceira idade dessa região.

Autografei lá, Senador Flavio Arns, o livro *O Poder que Emana do Povo*, que fala dos projetos que nós apresentamos e aprovamos aqui no Congresso Nacional, durante o mandato de Senador.

Recebi prefeitos e vereadores. Estavam lá presentes mais ou menos dois mil idosos de toda a região e, mais uma vez, demonstraram todo o seu carinho, toda a sua atenção, todo o seu amor pelas causas do nosso povo, do povo brasileiro. E, mais uma vez, também lá, pediram, pelo amor de Deus, que a Câmara dos Deputados vote os projetos de interesse dos aposentados. Eles esperam que a votação aconteça ainda este ano.

É claro que eu não me comprometi. Mas o que eu disse aqui, eu disse lá: se um Deputado resolver fazer uma vigília na noite de Natal, eu fico junto – e sei que os Deputados vão ouvir o que estou dizendo. Se houver um Deputado disposto a manter o plenário da Câmara aberto, eu não vou para o Rio Grande, não vou para minha casa e fico aqui, no plenário, esperando que os outros Deputados venham votar, porque foi compromisso assumido, e eu lamento muito que até hoje não tenham votado, nem com acordo nem sem acordo.

Quero agradecer ainda, Sr. Presidente, ao Presidente da Federação dos Clubes da Terceira Idade do Rio Grande do Sul, o Sr. Renato Scherer, que promoveu esse grande encontro lá no Estado. Foi um momento sublime, ímpar, em que eu pude trocar informação com eles. Agradeço muito a cada um pelas sugestões, pelo carinho que demonstraram, pelo nosso trabalho e de inúmeros Parlamentares aqui em Brasília.

Quero dizer que, às 19 horas – aí eu já volto a Santa Rosa, no Centro Cívico do Município –, apresentei a filosofia do programa que desenvolvemos em diversos Municípios do Rio Grande, o Cantando as Diferenças.

Na oportunidade, tive o prazer de assistir, Senador Flávio Arns, a uma apresentação de música e dança da Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos, Apada, em alusão ao Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, que foi dia 3. Eram todas crianças surdas, que nos brindaram com um belíssimo espetáculo. Foi para mim importante ter recebido da diretora Patrícia dos Santos Pires e das crianças um mimo, e também da professora Kátia Souza.

Muito, muito obrigado, professora Kátia, diretora Patrícia.

Muito, muito obrigado, crianças surdas, pela belíssima apresentação e pelo mimo que me ofertaram.

Quero dizer que, na mesma apresentação, no mesmo dia, nós tivemos um belo espetáculo do grupo de capoeira, que encenou a lenda do Negrinho do Pastoreio, e, segundo o professor, em homenagem à nossa luta aqui no Senado. Quero dizer que fiquei muito honrado em ser comparado ao Negrinho do Pastoreio.

Meus cumprimentos ao professor e mestre de capoeira professor Leandro. Estendo aqui esse cumprimento a toda a sua equipe e alunos.

Sr. Presidente, quero dizer a V. Exª que foi também com muita alegria que assinei o protocolo com a Prefeitura de Santa Rosa, com o programa Cantando as Diferenças. Com certeza, é mais um passo para a construção de um mundo que entendo melhor e mais justo para todos.

Em minha fala, destaquei que o Cantando as Diferenças, que é um programa de ideias e que defendo, já chegou a 320 dos 496 Municípios do Rio Grande. É inspirado na vida, na história e nas ideias de Gandhi, Mandela, Maria da Penha, Zumbi, Sepete Araju, Florestan Fernandes e Chico Mendes; um projeto que tem como eixo os Estatutos do Idoso, da Pessoa com Deficiência, da Igualdade Racial, dos Profissionais do Volante, dos Povos Indígenas, como também o Combate à Poluição, a Defesa do Meio Ambiente, o Combate à Fome e a Defesa dos Direitos Humanos.

Às 20 horas, Sr. Presidente, do mesmo dia, realizamos uma audiência pública em que debatemos, mais uma vez, o que todos querem saber: como fica esse famigerado fator previdenciário. Digo que, se derrubar a lei, tocar fogo, jogar numa lata de lixo e enterrar, é pouco, de tanto mal que esse fator faz para o assalariado brasileiro, principalmente os mais pobres, aqueles que se aposentam, no máximo, no máximo, pela legislação, com quatro ou cinco salários mínimos – e nós sabemos que 95% ganham até três salários mínimos e 5% ganham um pouquinho mais que três salários mínimos.

Quero dizer ainda, Sr. Presidente, que, na sexta-feira, de madrugada, levantei às 6 horas da manhã e às 7 horas e 30 minutos já estava em Santo Cristo, onde, juntamente com o Prefeito da cidade, José Luiz, visitamos a Igreja Matriz e a Escola Leopoldo, ambas totalmente destruídas pelos vendavais, principalmente o telhado. O ginásio de esportes estava também destruído, casas destelhadas, postos de gasolina no chão, centenas e centenas de árvores derrubadas. O que para mim foi gostoso de ver, apesar da desgraça daquele momento, foi a unidade, a valentia da população de Santo Cristo. Eu vi nas ruas crianças, adultos, idosos, empresários, trabalhadores, todos ajudando a reconstruir a cidade.

Comprometi-me, com as limitações deste Senador, de ajudar aqui em Brasília na liberação das verbas para a região, para que as obras necessárias sejam implementadas com rapidez.

Voltei a Santa Rosa, Sr. Presidente, e, já às 8 horas e 30 minutos da manhã, participei de um café da manhã com lideranças políticas, sindicais, associação de idosos na sede do sindicato dos metalúrgicos do Município, cujo presidente é o Sr. João Roque dos Santos. Debatemos a conjuntura, política local, nacional, projetos em debates aqui no Congresso – como a redução de jornada sem redução de salário –, o pré-sal, o fim do fator e o reajuste dos aposentados e pensionistas. Todos foram unânimes, independentemente da central sindical, em declarar total apoio à aprovação desses projetos.

Ainda em Santa Rosa, Sr. Presidente, como eram encontros regionais, às 12 horas encontrei-me com os empresários da área do comércio, da cidade e região (Sindilojas). Eles pediram a aprovação do PL nº 248, que trata da contribuição assistencial, de interesse de empregados e empregadores, pois termina com o litígio junto ao Ministério do Trabalho e com o abuso de algumas entidades que descontam mais de 1% daquilo que seria a contribuição para a respectiva entidade sindical.

Quando retornei de Santa Rosa para Porto Alegre, tive o prazer de me encontrar no aeroporto com Carlos Moacir Pinto Rodrigues e seu cunhado Ernani Vargas. Carlos é o autor de várias obras cantadas pelo inesquecível César Passarinho, tais como "Alma Dentro" e "Que Homens São Esses?"

Eu disse a ele que a música "Que Homens São Esses?" pauta a minha vida. A letra dela é para mim um hino à justiça, à paz e aos direitos iguais para todos, principalmente aos trabalhadores, aos idosos, aos aposentados, enfim, a todos que são discriminados neste País.

Diz a letra dessa música:

Que homens são esses que fogem da luta
Será que não sabem as glórias do pago
Que homens são esses que nada respondem
Que calam verdades, que reprimem afagos
Que homens são esses que trazem nas mãos
O freio, o cabresto, a rédea e o bocal
Que homens são esses que têm o dever
De fazer o bem, mas só fazem o mal
Quero ser gente igual aos avós

Quero ser gente igual a meus pais
Quero ser homem sem mágoas no peito
Quero respeito e direitos iguais
Quero esse Pampa semeando bondade
Quero sonhar com homens irmãos
Quero meu filho sem ódio nem guerra
Quero esta terra ao alcance das mãos
Que sejam mais justos os homens de agora
Que cantem cantigas antigas e puras
Relembrem figuras sem nada temer
Procurem um mundo de paz na planura
E encontrem na luta, na força e na raça
Um novo caminho no alvorecer
Desperta, meu povo, no ventre de outrora
Onde marcas presentes não são cicatrizes
Desperta, meu povo, liberta teu grito
Num brado mais forte que as próprias raízes

E aí ele repete, Sr. Presidente:

Quero ser gente igual aos avós
Quero ser gente igual a meus pais
Quero ser homem sem mágoas no peito
Quero respeito e direitos iguais
Quero esse Pampa semeando bondade
Quero sonhar com homens irmãos
Quero meu filho sem ódio nem guerra
Quero esta terra ao alcance das mãos
Quero ser gente igual aos avós
Quero esta terra ao alcance das mãos

Sr. Presidente, por que resumi agora?

Essa letra eu já li aqui mais de uma vez. Ela é, para mim, uma verdadeira oração. Eu a lerei tantas vezes quantas forem necessárias até que o bem vença o mal. Por exemplo, que o bem vença o fator, que o bem garanta o reajuste dos aposentados e pensionistas.

Peço aos Deputados que, se tiverem tempo, leiam essa música, leiam a letra de "Que Homens São Esses?".

Sr. Presidente, quero ainda dizer que, à tardinha, eu estava em Porto Alegre e fui ao Hospital Mãe de Deus, porque um funcionário e grande amigo meu, funcionário do meu gabinete, de 58 anos, Manoel Fernando, teve uma isquemia cerebral e baixou no Mãe de Deus. Felizmente está melhor. Fui lá e fiquei com ele. Aí, sim, suspendi a agenda da noite.

Mas no outro dia, pela manhã, desloquei-me para a região carbonífera, onde, às 9 horas, participei de um debate organizado pela Associação dos Vereadores da região, na Câmara de Vereadores de São Jerônimo, com cerca de noventa lideranças. Lá discutimos o desenvolvimento sustentável regional.

Estiveram presentes o Prefeito Marcelo Luiz; o Presidente da Câmara de Vereadores, Vereador Carlos Henrique Araújo; o presidente da Associação das Câmaras de Vereadores da Região Carbonífera (Acverc), Rodrigo Dornelles; o Diretor de Infraestrutura do Governo do Estado, Ricardo Guimarães; o ex-Prefeito da cidade, meu companheiro, o petista Paulo Borba; o coordenador regional do PT, Almerindo; o Prefeito de Arroio dos Ratos e presidente da Associação dos Municípios da Região Carbonífera, José Hélio Rodrigues Cifuentes; além de Vereadores das cidades de Arroio dos Ratos, Minas do Leão, Butiá, Charqueadas, Eldorado, São Jerônimo, Barão do Triunfo, General Câmara e Triunfo e representantes de entidades de empresários e de trabalhadores.

A atividade foi um exemplo de que é possível fazer a boa política em prol da comunidade. Lá estiveram presentes vereadores, prefeitos e representantes da sociedade civil de todos os partidos, inclusive do Governo do Estado.

Em minha fala, citei a importância de um novo pacto federativo com responsabilidade social. Falei ainda acerca da importância do pré-sal, que vai gerar R$15 trilhões, R$5 trilhões de lucro líquido, e da importância de destinarmos parte dessa verba para a Previdência.

A ação foi construída em comum acordo pelos Vereadores de todas as cidades que citei. Repito: Arroio dos Ratos, Butiá, Barão do Triunfo, Charqueadas, Eldorado do Sul, General Câmara, Minas do Leão, São Jerônimo e Triunfo.

Os representantes, Sr. Presidente, da Associação dos Municípios da Região Carbonífera também apresentaram as demandas dos Municípios.

A principal solicitação – para mim foi importante – foi simplesmente pedir para que o Governo Federal agilize a liberação dos recursos emergenciais para socorrer os Municípios atingidos pelas enchentes, evitando que a burocracia atrapalhe os esforços da comunidade, e, consequentemente, para que os Municípios voltem à normalidade.

Outro destaque foi a importância do término da rodovia RS 430 T.

Em seguida, Sr. Presidente, em Charqueadas, houve um grande encontro que reuniu as associações de aposentados de todo o Rio Grande. Cerca de trezentas lideranças realizaram um ato celebrando o fim do ano e, ao mesmo tempo, fizeram um protesto contra o fator previdenciário e exigindo que haja a votação pela Câmara, ainda este ano, do reajuste real dos aposentados da forma como a Câmara voltou.

Falamos, Sr. Presidente, sobre a importância da aprovação dos projetos.

Estiveram lá conosco, inclusive, o presidente da Federação dos Aposentados e Pensionistas do Estado de São Paulo, Antônio Alves da Silva; o presidente da Federação dos Trabalhadores Aposentados e Pensionistas do Rio Grande do Sul, Osvaldo Fauerharmel; os representantes da Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina, Luiz Neri, e da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Moacir Meirelles; bem como Jairo Dornelles e Pedro Dornelles.

Sr. Presidente, tenho que relatar ainda isso. Saí de lá e tinha que passar em Canoas para ver meu filho. Não pude porque a agenda atrasou. No sábado à noite, desloquei-me para São Paulo. Cheguei a Catanduva à meia-noite. No domingo, estive no Município de Catanduva para o 14º aniversário de fundação da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Catanduva e Região. Fiz esse deslocamento porque entendo que a Cobap merecia que a gente estivesse lá, principalmente pela luta que a Confederação dos Aposentados e Pensionistas, liderada pelo Warley, vem travando, quase que solitariamente, em favor do fim do fator e do reajuste dos aposentados e pensionistas. Quero dizer que foi um grande evento. Estavam lá cerca de setecentas pessoas.

Estive, quando cheguei à cidade, acompanhado do Vice-Prefeito, Roberto Cacciari, de um Deputado Estadual também daquela região, da Deputada Estadual Beth Sahão, do Presidente da Cobap, Warley Martins, do Padre Sinval, de vereadores, sindicalistas, integrantes também da Pastoral Afro, aposentados, pensionistas, jovens, trabalhadores e trabalhadoras. Enfim, estavam lá representantes de inúmeras entidades.

Em minha fala, Senador Flávio Arns, e já vou concluir, com a emoção daquele momento, expliquei que aquele dia para mim era especial, porque eu havia prometido ao meu filho, Júnior, que tem 17 anos e que passou no vestibular para Direito, que eu estaria com ele naquele sábado à noite. Não pude, porque a agenda atrasou. Eu tive de ir direto para São Paulo e não pude festejar com ele.

O Júnior me ligou e eu disse que estava em Catanduva, interior de São Paulo, com os aposentados e pensionistas. Como todo jovem, em primeiro momento, ele cobrou a minha presença, mas depois acabou entendendo. Sei que ele entendeu...

Desculpe, Júnior. Tu sabes que eu te amo muito. Eu disse que, infelizmente, não poderia estar com ele. Nesse momento, Sr. Presidente, a emoção tomou conta do Plenário. Tomei a liberdade de solicitar a um jovem da pastoral afro, Gabriel, que deve ter mais ou menos a idade do meu filho, que viesse até mim e ele veio. Ele me deu um forte abraço.

Eu disse que aquele era o abraço que eu gostaria de dar no meu filho. Mas, infelizmente, não foi possível. Mas, à distância, o abraço valeu. Obrigado, Gabriel. Obrigado aos pais do Gabriel. Obrigado ao Padre Sinval, que organizou aquela atividade. Desculpe e obrigado, Júnior. Estarei contigo.

Sr. Presidente, apesar de toda a emoção muito forte que mexe com a gente, nesses anos todos de vida pública, claro que perdemos muito de nossas vidas pessoais. Os filhos crescem, casam, vêm os netos, e nós estamos sempre na mesma luta, porque entendemos que são causas justas. E cada um de nós sabe que, no fim, vale a pena sacrificar alguns momentos pelo bem de todo um povo, de toda uma geração. Muito obrigado, povo de Catanduva, pelo carinho que me deu nas horas que lá passei.

Sr. Presidente, eu disse lá e repito aqui: essa luta do combate ao fator e para garantir o reajuste real aos aposentados e pensionistas está no meu sangue, está na minha alma, está em meu coração. Enquanto o meu coração bater, estarei no *front*, carregando essa bandeira. Sei que muitos tombaram, mas não esqueçam, essa luta é nossa. Se nós não a enfrentarmos, ninguém fará por nós.

Que bem seria, Senador Flávio Arns, depois vou passar para V. Exª, se nossos jovens entendessem que eles vão envelhecer e serão atingidos pelo fator. Que bom que os jovens entendessem e começassem a fazer manifestações públicas pela derrubada do famigerado fator previdenciário, que retira 50% do salário do cidadão no ato de sua aposentadoria.

Enfim, quero agradecer pelas homenagens que recebi da Pastoral Afro-Brasileira, uma placa em alusão à luta que travo aqui no Congresso. Muito obrigado. Agradeço, também, à Câmara Municipal de Catanduva, por meio do Ato da Mesa nº 17, que me declarou hóspede oficial da Câmara Municipal de Catanduva. Muito, muito obrigado a todos os Vereadores de Catanduva.

E, por fim, Sr. Presidente, agradeço à Associação dos Aposentados e Pensionistas de Catanduva, que tem o Warley como Presidente.

Warley, sabe que eu fui aí por causa de você também. Eu sei que você tem viajado o Brasil todo em defesa dos aposentados. Viajei quase vinte horas, do interior do Rio Grande, para chegar aí. Só em aeroporto, fiquei mais de oito horas. Mas valeu! Valeu a pena!

E agradeço muito pelo quadro que recebi, onde diz a seguinte frase, Senador Mão Santa. Eu destaco aqui, porque foi um momento bonito daquela solenidade. Diz a frase no quadro que recebi: "*Paulo Paim,*

gladiador, aceite esta homenagem em nome dos aposentados do Brasil. Cumprimentos por ter elaborado os Estatutos do Idoso, do Deficiente Físico, da Igualdade Racial e por ser autor de inúmeros projetos para os idosos".

Dizem eles, Senador Flávio Arns:

> Serão necessárias gerações de políticos para se forjar com a mesma brandura um homem de tamanha coragem e versatilidade que se iguale ao seu perfil arrojado.
>
> O senhor fez história em nossa cidade e plantou raízes em nossos corações. Volte sempre!

Termino, dizendo, como vocês perceberam, que tivemos um fim de semana intenso, mas importante.

É muito bom esse contato com o nosso povo, ouvindo suas preocupações, suas angústias, seus sonhos e também seus protestos. Como é bom viver esses momentos em que nos passam muita energia, muito carinho, muito amor. É bom estar em contato com as pessoas que demonstram que a chama da esperança está viva. O brilho que vi, que percebi, que recebi pelo olhar de cada homem, de cada mulher, de cada jovem, de cada criança me dá, cada vez mais, Senador Mão Santa, convicção de que vale a pena lutar pelas causas da nossa gente. Ações assim nos dão força para seguir sempre com a mesma convicção de que é possível, sim, um mundo melhor para todos. O nosso povo merece.

Senador Flávio Arns.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, eu só quero também parabenizar V. Exª pela agenda que foi desenvolvida no Estado do Rio Grande do Sul e em São Paulo, pelo trabalho que vem sendo desenvolvido por V. Exª aqui no Congresso Nacional, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Parabenizo também o filho também pelo aniversário, que ele seja feliz e se realize, que tenha também no seu trabalho uma referência para sua vida. A agenda foi marcantemente social, voltada para a cidadania, para a dignidade, seja na questão de equipamentos, de infraestrutura de saúde, na questão da pessoa com deficiência, particularmente no debate sobre o aposentado e também em termos de infraestrutura de estrada, o que significa também desenvolvimento econômico e social para as regiões. Alguém já dizia que a construção de uma boa estrada para uma localidade empobrecida é um fator marcantemente social, porque facilita a vida, integra a comunidade e desenvolve determinada região. Eu só quero enfatizar a questão do aposentado e do pensionista novamente.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Foi o eixo de toda a agenda.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Foi o eixo de toda a agenda. E o fator previdenciário, para as pessoas que acompanham esse debate permanentemente pela TV Senado, significa, como foi colocado no seu discurso, uma diminuição de 20%, de 30%, de 40% no valor da aposentadoria...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – No caso da professora celetista, retira 51%.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Cinquenta e um por cento. A pessoa tem tempo de contribuição, tem idade para se aposentar, seguiu as regras todas e, quando se aposenta, diminui-se o valor da aposentadoria em até 50% ou mais, como foi o caso de 51%. Então, a pessoa recebe, por exemplo, R$3.000,00, paga sobre R$2.300,00, que é o teto – então, verte a contribuição sobre R$2.300,00 –, e, na hora em que vai se aposentar,

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só para ajustar: R$3 mil, e quando pega o fator, baixa para R$2,2 mil. V. Exª tem razão. Devido ao fator, recebe R$2,2 mil para menos.

O Sr. Flávio Arns (PSDB – PR) – Dois mil e trezentos para menos. Mas sendo que o patrão, a cota patronal, quer dizer, o patrão, o empregador contribui sobre o total, quer dizer, R$3 mil, R$4 mil, R$5 mil. Então, é algo inexplicável. E esse é o grande desafio para que o fator previdenciário caia, seja extinto. Isto já foi aprovado aqui no Senado. E a Câmara dos Deputados não vem aprovando projeto como deveria; além do fator previdenciário, a questão do reajuste do aposentado e do pensionista. Às vezes, as pessoas dizem não, que só há reajuste de acordo com o índice da inflação. Mas se nós pegarmos só o plano de saúde, que 50 milhões de brasileiros pagam, é sempre o dobro praticamente – 50%, 40% ou o dobro do que o índice oficial da inflação indica. Então, depois de algum tempo, as pessoas não têm mais condições, inclusive, de ter despesas essenciais pagas. Então, quero parabenizar V. Exª e dizer que essa questão do aposentado e do pensionista já foi aprovada. Temos que reforçar isso aqui no Senado Federal. O fator previdenciário: a pessoa contribui, o patrão contribui, o empregador contribui, tem tempo de serviço, tem contribuição e, ao mesmo tempo, há uma diminuição significativa sua aposentadoria. É um fator de desânimo, de desesperança, e há uma correção que o Governo havia dito na campanha, oito anos atrás, que considerava uma injustiça e que seria corrigido. Então, parabéns a V. Exª.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Flávio Arns. Faço este discurso quase apelando à Câmara dos Deputados. É um grito

que ouvi nas ruas. A última esperança que eles têm é na semana que vem. Se não votar nesta semana ou na semana que vem, não se vota mais e joga-se para o ano que vem. E o reajuste tem que vir no dia 1º de janeiro. Esse é o desespero, eu diria, dos aposentados e dos pensionistas. Por isso, fica aqui este apelo.

Estou disposto a ficar aqui esta semana e na semana que vem. Quero, mais uma vez dizer que, se os Deputados quiserem fazer um acordo de não votarmos a LDO sem que, primeiro, se defina essa questão, eu sou parceiro. Sou parceiro para que não se vote a LDO, aí não pode haver recesso sem que, primeiro, se vote o fim do fator e o reajuste dos aposentados.

Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Paim, eu, a exemplo de todos os seus colegas, que inclusive somaram esforços e terminaram aprovando aqui, à unanimidade, os projetos de V. Exª com relação ao reajuste dos aposentados, quero dizer que realmente é uma pena que o que V. Exª está dizendo não possa ser ouvido a poucos metros daqui, onde fica o plenário da Câmara dos Deputados, porque eles veriam que se trata de ouvir o sentimento não apenas dos aposentados, mas também da sociedade, da população. Pelo que V. Exª relatou aí, houve reuniões que não reuniram apenas aquele segmento, que já seria um segmento expressivo e que merece todas as nossas atenções, o dos aposentados e pensionistas, mas toda a população daqueles Municípios que foi envolvida pela pregação levada a eles. Tudo isso foi muito bem relatado por V. Exª. Realmente, V. Exª tem razão: faltam apenas duas semanas para que possamos obter a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de tudo isso que já foi aprovado aqui no Senado. Mas a esperança é a última que morre! Vamos esperar que surja ou a aprovação pura e simples ou mesmo um acordo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – O apelo é este: ou se vota ou se constrói um acordo para haver uma solução. O que não dá é para continuar nessa enrolação. Por isso, meus cumprimentos, Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – É verdade. V. Exª tem razão. Tinha que surgir um acordo. Eu acho que não estamos longe disso. Pelo contrário, já tivemos até autoridade do Governo – o próprio Presidente – admitindo que o fator previdenciário teria de ser revisto. Mas, de repente, nada disso se concretiza, o tempo vai passando e a desesperança vai começando realmente a tomar conta dos aposentados e pensionistas. Congratulo-me com V. Exª. Vejo que V. Exª continua determinado no sentido de ver aprovados esses projetos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Garibaldi. Eu não esperava de V. Exª outra fala que não fosse nesse sentido. V. Exª, quando presidiu esta Casa, sempre apoiou e recebeu todas as centrais, confederações e entidades de aposentados na linha de fortalecer a aprovação dos três projetos.

Senador Valter e, em seguida, Senador Cassol.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Paim, fico refletindo sobre o perfil da Câmara e do Senado à luz dos novos tempos. Veja que o Senado Federal sempre foi a casa do equilíbrio, do comedimento e da revisão. Isso se explica até mesmo pela admissibilidade de uma candidatura ao Senado, que só é possível com 35 anos, quando o indivíduo alcança essa fase mais zen. E hoje eu fico perplexo por assistir uma inversão de valores. Na verdade, o Senado tem ousado, o Senado tem sido a esperança de quem quer mudança; é só analisarmos o que está acontecendo. Nós sabemos que há pressões do Governo para que essa medida não seja aprovada. E essas pressões se produziram no Congresso de maneira geral, inclusive, acredito, até sobre V. Exª mesmo. No entanto, o Senado Federal deu a resposta no momento certo. Aliás, não foi nem no momento certo, porque aqui também demorou um pouco. Dois anos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Há dois anos já, há dois anos que aprovamos aqui.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Há dois anos que nós aprovamos. Pois é, mas o Senado deu a resposta a um problema que precisa ser enfrentado. Afinal de contas, eu sempre sustento nessa discussão que nós não estamos criando nenhum favor para os aposentados ao extinguir o fator previdenciário e ao obrigar o Governo a pagar o justo valor de suas aposentadorias. O que nós estamos fazendo, na verdade, é garantindo um contrato, porque houve aí um contrato de seguro. Na verdade, o aposentado é um segurado da Previdência, porque ele contribuiu, tendo como referência aquele determinado salário.

Pois bem. De repente, a Câmara dos Deputados está com o projeto nas mãos e sentou em cima. É inexplicável. Enquanto isso, lá na base, o aposentado está em situação aflitiva. Se V. Exª fizer um cálculo que ainda não vi trazer a esta tribuna, que há poucos dias tive a paciência de fazer, cairá duro com os preços dos medicamentos prescritos às pessoas de idade avançada, aos aposentados. Medicamentos para controle de patologias próprias da idade, como, por exemplo, colesterol alterado, pressão alta, esquizofrenia, que, também hoje, é uma patologia muito comum. São medicamentos na faixa de R$150,00, de R$200,00, uma caixa, um vidro. Então, Senador Paim, estamos assistindo ao abandono do aposentado, ao abandono do idoso, no

momento em que ele mais precisa, no momento mais difícil da sua vida. E parece que isso não sensibiliza os Srs. Deputados. Eu acho que V. Exª suscita mais uma vez esse problema, faz um veemente apelo. E acho que é preciso trazer à tona essa discussão do quanto está custando a vida do aposentado hoje, porque talvez, por esse viés, possa sensibilizar. Sinceramente, aquela Casa, da qual participamos e que sempre deu grandes demonstrações de irreverência, de inovação, de coragem, hoje está tão tranquila, tão humilde, tão indiferente com a sorte dos nossos aposentados. É lamentável que isso aconteça. Mas há tempo. Estamos no mês de dezembro, mês de festas natalinas. Quem sabe, o espírito natalino possa contagiá-los e tirar da gaveta um projeto de tamanha relevância social. Sentimos que o Governo, sentimos que as forças políticas do País estão focando numerosos segmentos sociais que estiveram por muito tempo abandonados. Não vamos abandonar o aposentado. Vamos socorrê-lo nesse momento difícil também.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Valter, V. Exª traz uma grande reflexão, entendo eu, e vou me socorrer de V. Exª. Nós estávamos lá, avançávamos e dizíamos: o problema é no Senado. Como é que a gente vai aprovar lá? Agora, inverteu. Não é que somos donos da verdade. É que o Senado está tendo um visão muito mais republicana, muito mais generosa, muito mais avançada do que a Câmara. É só ver os projetos que aprovamos aqui e que lá não aprovam. E o que vem de lá para cá aprovamos, sem problema nenhum.

Não estou aqui fazendo crítica individual. Estou fazendo um apelo à Câmara dos Deputados para que vote a matéria. Vote. Bote na pauta e vote.

O Senador Garibaldi foi feliz. Se há possibilidade de um acordo, vamos construí-lo. Se não há, só há uma saída: votar. Vote o fator, vote o PL nº 1 e vote o PL nº 58. Os três tratam de temas de interesse dos aposentados e pensionistas.

Fico com a última frase de V. Exª: tomara que a energia lá do alto do céu, nessa época de Natal e primeiro do ano, contagie os Deputados e eles assumam a responsabilidade de votar, com acordo ou sem acordo.

Senador Cassol e daí eu já terminei, Senador João Pedro.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Senador Paim, eu sempre admirei V. Exª em toda a sua longa vida política, acompanhei e tenho acompanhado muito. Mas agora, aqui no convívio do Senado, eu passo a ser um admirador maior ainda de ver V. Exª na persistência em cima dos fatos mais importantes sobre todos os segmentos que mais precisam de nós aqui no Congresso. Isso é que é o mais importante. Não há como falar hoje no Brasil de aposentados, de aposentadorias, se nós não lembrarmos do Senador Paulo Paim, por mais que todos tenham trabalhado nesta Casa. Eu acredito que nós poderíamos fazer algum cálculo a mais aqui para levar ao Governo. Já foi mencionado pelo Senador Valter e eu quero acrescentar alguma coisa: fica muito mais caro cuidar da depressão desse povo com remédio no SUS do que melhorar o salário deles para que tenham uma vida de alimentação...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem! É isso que estou percebendo nesses encontros.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – ... bem melhor. Com certeza, os remédios os remédios seriam menos. Acredito Senador, sem medo nenhum de errar, de fazer uma afirmação aqui: talvez aqueles técnicos que levam as informações ao Governo levam de forma um pouco diferenciada da sua realidade, porque se soubessem fazer os cálculos que uma caixa de remédio tem um valor bem maior daquilo que se poderia dar ao aposentado para ele se alimentar bem, o custo ficaria bem menor. Acredito que se levassem ao Presidente Lula, com toda a sensibilidade que ele tem pelas áreas sociais – e o que ele já têm ajudado este País! –, a verdadeira realidade do cálculo, com certeza o Presidente Lula seria o primeiro a querer a aprovação desse Projeto. Parabéns pela persistência. Estamos juntos. Vamos tentar esperar, como já foi dito, que o Papai Noel traga essa votação, pelo bem dos aposentados do Brasil. Parabéns.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Cassol, cumprimento V. Exª, assim como todos os Senadores, pelos apartes que fizeram. Permita-me apenas dizer esta frase via TV Senado: eu duvido que tenha um homem de bem neste País – só se não for homem de bem – que defenda o fator previdenciário.

Não adianta pagarem um ou outro economista para escrever artigo, dizendo que o Paim está errado no fator. Bobagem. Estão mentindo à população. E quem escreve esse tipo de artigo não é homem de bem, está mentindo pelos dados, e ele sabe que tenho todos os dados.

Então, antes de escrever um artigo, como vi em um ou outro jornal, vem falar comigo. Troque ideia comigo, que vou mostrar que o fator previdenciário é o maior crime que se fez ao povo deste País no período pós-ditadura. Como é que alguém assina um artigo, por mais que tenha sido pago, a favor do fator previdenciário? É um absurdo! Sinceramente, não sei como é que alguém ainda assina artigo defendendo o fator. É muito pouca gente, mas, de vez em quando, aparece um que deve ter sido muito bem pago, porque não pode, em sã consciência, um economista defender,

quando o próprio Ministério da Previdência chega a dizer que o fator já fez todos os males que tinha de fazer. E não querer entender que tem que acabar com isso? Aí é brincadeira.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Paulo Paim, falarei rapidamente, já que V. Exª já está terminando o seu discurso. Quero dizer que comungamos com a opinião de V. Exª. Achamos que a Previdência Social é superavitária no Brasil, desde que os recursos destinados legalmente para ela sejam exclusivamente aplicados na Previdência. Ocorre que há desvios, isso já está comprovado. Outros setores são beneficiados com os recursos da Previdência. Os recursos da Previdência cobrem buracos em outras áreas, exatamente na área social do Governo. Portanto, essa é uma discussão já conhecida. Debatemos muito isso durante a reforma da Previdência. O que nós não queremos é que prevaleça a inverdade, argumentos falaciosos para tentar desconstruir os objetivos daqueles que aqui, como V. Exª, desejam colocar o aposentado brasileiro no patamar de respeito e de consideração que deve estar. Além, é claro, de outros segmentos pontuais, como V. Exª e todos nós, alguns, Senadores, temos nos empenhado especialmente. É o caso do Aerus e do Aeros, que é uma pendência. Inclusive está na esfera do Judiciário. Tenta-se uma negociação. Essa negociação é interminável, não se chega a uma conclusão. Esses aposentados e pensionistas estão à deriva, vivendo um calvário interminável, esperançosos de um entendimento que não ocorre. São persistentes, mas, afinal, angustiados, estão perdendo as últimas esperanças. Então é preciso um pouco de sensibilidade. Quem sabe agora com o espírito natalino, estamos chegando próximos do Natal, em vez do discurso, da mensagem, do cartão de Natal, dos cumprimentos efusivos que são habituais nesse período, em vez disso, medidas práticas para atender a essa gente. Parabéns a V. Exª, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Ainda hoje eu conversava com V. Exª sobre as minhas preocupações exatamente com o Aerus e com o Aeros. Como esse fim de semana eu tive de viajar para todo lado, atravessei o Brasil, V. Exª pode ter certeza, tanto que, no teco-teco em que viajei, estava um ex-comandante da Varig dizendo: "Eu ganhava R$14.000,00, ganho hoje R$180,00 do fundo do Aerus e estou fazendo pela vida aqui". Outro me dizia: "Estou indo agora para a Azul, o salário é desse tamaninho, mas o que eu vou fazer se eu não recebo mais a minha aposentadoria?" Homens de 60, 70, 80 anos.

Eu hoje falava com V. Exª da nossa disposição de ir ao Supremo mais uma vez, se necessário. Primeiramente, vou falar com a Graziela, com o Dr. Maia, que estão liderando essa possível negociação na questão do Aerus. Mas de fato não dá mais. Há um desespero.

Senador Flávio Arns, permita-me que eu diga só isso. O que alguns não estão percebendo é que as pessoas estão morrendo, morrendo às centenas e centenas, esperando que venha uma resposta, quer seja do Aerus, do Aeros ou mesmo do reajuste dos aposentados. E nada se resolve. Cada dia que passa mais pessoas morrem e só fica a esperança dos dependentes de receber aquilo a que eles têm direito.

Por isso esse apelo, que acho que todos os Senadores fizeram: que o clima de Natal oriente a Câmara dos Deputados para que vote os projetos do aposentados e que a gente avance na questão do Aerus.

Desculpem-me pelo tempo, um abraço a todos.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Pedro.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. João Pedro deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa, 3º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Paulo Paim, faltaram três minutos para V. Exª usar desta tribuna por uma hora. E eu o fiz conscientemente em solidariedade aos aposentados. Aliás, eu pedi até ao José Roberto – cadê o José Roberto, que é tão eficiente? – para me buscar aquela música. Eu não sou bom em música, não, é da Legião Urbana: "Luiz Inácio diz que tem trezentos picaretas na Câmara".

Ô Paulo Paim, eu entendo que na Câmara, o mínimo que tinha que ter era dignidade, a Câmara Federal. Primeiro, eles faltam com a verdade, porque já nos prometeram que iam botar a matéria para votar. E eles estão mostrando que estão faltando com sensibilidade; então, eles estão na irresponsabilidade.

Eu mandei buscar agorinha e eu vou dar também, não em uma hora. Mas eu que estou aqui como Presidente e toda vez que eu estiver aqui eu vou ler. Está aqui, pronto. Ao Luiz Inácio, a minha homenagem, o meu respeito. Ele conhece a Câmara, ele passou por lá. E, por isso, ele disse que aquela Casa tinha trezentos picaretas.

Michel Temer, eu estou em dúvida se aumentou. Eu estou em dúvida, Valter Pereira.

Eu ouvi: "Vamos fechar o Senado!" Vamos pensar também em fechar a Câmara. Vamos fechar.

O mínimo que eles têm, que temos que exigir... Somos o Poder Moderador. Somos os pais da Pátria. Pai tem que ter coragem para dizer para esses meninos que eles têm que ter dignidade. Votem! Aprovem ou desaprovem. Mas ficar com esse negócio, Paim! V. Exª, que lutou, V. Exª reviveu a luta dos lanceiros negros, aqueles que se sacrificaram sonhando com a República, sonhando com a liberdade dos negros na Guerra dos Farrapos. E eu sou orgulhoso, porque fui o relator. Também trabalhei, me esforcei. Você fez o projeto, mas eu aprovei em tudo o que foi comissão e aqui, por unanimidade. E fomos ao Presidente: Ô, Michel Temer, essa é a hora da verdade!

Vi um discurso aqui do Mozarildo Cavalcanti, que passou por lá. Fiquei impressionado. Mandei até buscar agora. Está ouvindo, Flávio Arns? Vamos meditar sobre isso. V. Exª... Ele é um santo... É um Senador. Ele é sobrinho de Evaristo Arns, de Zilda Arns. E você não perde para ele, não. A vida dele aqui é defender os oprimidos, os deficientes.

Os aposentados estão um negócio... Isso é um holocausto!

Garibaldi, ouvi dizer que o Presidente Barack Obama chamou nosso Presidente de "o cara!" Tenho medo quando o Barack Obama vier visitar o Brasil e souber a verdade.

Eu li o livro do Barack Obama. São dois livros. Em um deles, o melhor, ele conta a própria vida e diz, Flávio Arns, que não foi maconheiro porque os avós o educaram. Ele atribuiu o que ele é hoje, o homem que irá receber o Prêmio Nobel da Paz, aos avós.

Luiz Inácio, os avós do Brasil estão sofridos, humilhados. Muitos estão se suicidando. Eu recebo *e-mails*. Eu sou um dos Senadores que os recebe excessivamente. Valter Pereira, nunca antes houve tantos suicídios! Os velhinhos têm dignidade, têm responsabilidade... Eles sonharam, fizeram os compromissos e não podem assumi-los. Quem ganhava dez salários está ganhando cinco; quem ganhava cinco está recebendo dois.

Então, tenho medo de que o Barack Obama, quando vier aqui e souber dessa verdade, complete a frase: "É o cara de pau!" Isso é uma enrolada, é uma vergonha, Paim.

E V. Exª... E os velhinhos ali, resistindo, humilhados, sofridos...

Vocês estão longe de imaginar a audiência dessa televisão, está ouvindo, Flávio Arns? Sabe por quê? Eu vou contar uma cena que jornal nenhum conta, porque eles são pagos. Quem paga o sistema de comunicação é o Governo, é a Petrobras, é o Banco do Brasil, é o Banco do Nordeste. São esses todos. Você pode ver.

Mas eu vou contar uma cena aqui. Por isso o Senado... Somos os pais da Pátria, o que justifica. O Paim chegou e disse: "Mão Santa, vai lá. Vão votar na Câmara."

Eu deixei, ficou aqui e eu me mandei para a Câmara. Isso não tem, ninguém... Vai saber agora.

O que muito me encanta, Valter Pereira, é no poema *I Juca Pirama*, lá do Nordeste: "Meninos, eu vi!" Meninos, eu vi; Brasileiras e brasileiros, eu vi! Aí, eu saí, o Paim mandou. Eu sou obediente a ele, relator, e cheguei lá. Cheguei e estou muito orgulhoso do meu Partido, o Partido Social Cristão. O Líder é Humberto Leal. Ele estava discursando em defesa das suas leis, Paim. Eu ia adentrando, e ele disse: "Vai adentrando o Senador Mão Santa, que ajudou o Paim, foi o relator, e aprovou...".

Valter Pereira, os velhinhos, os idosos, bateram palmas. É, tem joio e tem trigo. Eu não pedi aplauso, eu não fui pra lá, não... Mas eles bateram. Está vendo, Flávio Arns? Disso, eu guardo a gratidão. Aí eu fiquei lá. Eu vi essa cena. Olha a dignidade dos nossos velhinhos. Aí, bateram palmas e anunciaram o Líder do Governo, um médico, o Vaccarezza. Iniciaram uns apupos, não é, porque eles não são idiotas, eles são velhos. Eles têm a satisfação do cumprimento da missão. Está vendo, Valter Pereira; está vendo, Garibaldi?! O seu pai está nessa faixa e vai já, já, chegar como Senador aqui, pois vamos tirar a licença da Rosalba. Está ouvindo, Garibaldi? Com o seu pai, estou simbolizando a grandeza dos homens que são velhinhos. E relembro o meu pai e minha mãe.

Aí, a Mesa Diretora lá ameaçou tirá-los das galerias.

Quer dizer, são, sobretudo, incompetentes. A ignorância é audaciosa, está ouvindo, Alvaro Dias? A democracia é do povo, pelo povo. Ela começou na Grécia, e era o povo que votava, está ouvindo, Garibaldi? Aqui, é uma representativa. Na Itália... Nós representamos...

Então, ameaçaram: se os velhos aplaudissem ou apupassem, botar para fora. Aí, o Líder do Governo começou a falar, Garibaldi. Eu vi. Meninos, eu vi. O Líder do Governo. O Líder de Luiz Inácio na Câmara. Aqui, é o Maracanãzinho; lá, é o Maracananzão. Eles só tiveram, com a coragem deles, de fazer uma coisa, está ouvindo, ô, Garibaldi? Viraram as costas. Viraram as costas todos os velhinhos. Aquilo eu não vi em nenhum jornal, em nenhuma televisão. Estou contando.

Meninos, eu vi. Era como eles podiam resistir. Paim, está na hora.

Mas está aqui, os Paralamas do Sucesso: *"Luís Inácio (300 Picaretas)"*:

> Luís Inácio falou, Luís Inácio avisou
> São trezentos picaretas com anel de doutor
> Luís Inácio falou, Luís Inácio avisou
> São trezentos picaretas com anel de doutor
> Luís Inácio falou, Luís Inácio avisou
> São trezentos picaretas com anel de doutor
> Luís Inácio falou, Luís Inácio avisou
> São trezentos picaretas com anel de doutor"

Essa é a verdade. Assim falava Cristo. O meu Partido é o Partido Social Cristão. Tem que ter um limite. Isso aí, o País...

E eu vi o Mozarildo – V.Exª, que está aí – muito grave. Ele fez um discurso, na sexta-feira.

Valter Pereira, nós estamos em um país em que não se acredita mais em ninguém.

Garibaldi Alves, eu fui educado, interno, em colégio de padre, Marista, Igreja Católica. A instituição que tem mais credibilidade é a Igreja Católica: 29%. A mais. O Congresso tem 8%. Com uma Câmara dessas, que não tem a dignidade de votar, de aprovar ou desaprovar, 8%.

E O Mozarildo, na sua inteligência, que passou por lá, disse que partidos políticos – está ouvindo Garibaldi? – nem são citados em credibilidade. E eu te dou uma verdade. Eu saí do PMDB – está entendendo? –, que já fez Governadores. Eu fui. O Alberto Silva foi. Está em todo o Estado. Foi só eu sair para um partido que está nascendo, eu fiz foi aumentar. Quer dizer, não é partido. Então, nós estamos vivendo. Nós temos que salvaguardar nossa credibilidade individual, pessoal.

Então, ô Paim,... Paim, Richard Donkin, *Sangue, Suor e Lágrimas*. Eu não sei o que V. Exª vai dizer, mas o sentido daqui é o que eu quero dizer: eu estou com os aposentados. Ficarei no Natal com V. Exª.

Eu acho, eu entendo... Ô Garibaldi, você é nosso Presidente, quem foi rei não deixa de ser majestade. Você foi o único que teve coragem de frear uma medida provisória. Não pode ficar assim. Cadê a coragem do Suplicy, fortão, atleta? Ô Suplicy, nós temos que tomar uma atitude. E não se pode nem passar o Natal em casa não.

Garibaldi, eu sou o mais novo na minha família. Então, as minhas irmãs são aposentadas. Uma me deu a minha primeira bicicleta, quando eu era menino, era professora. Como é que vou passar o Natal? Está tudo dizendo: "O que vocês estão fazendo lá?. O que é que vocês estão fazendo?". Não temos nem o direito, ô Paim... Ô Valter Pereira, é isto que eu trago para o Senado: a solidariedade. É, Garibaldi, as minhas irmãs, tudo que é aposentado... Então, no Natal, é melhor ficar aqui contigo, Paim. Porque vão lá...

Ô, vem cá! Tu não és machão, não és atleta? O que adianta a força física nesse negócio dos velhinhos? Aí, eu quero o "Suplição". Boa tarde não. Nós temos é que tomar uma atitude. Ô Paim... Cumprimento... Venha cá. Eu estou é pedindo seu apoio nessa campanha dos velhinhos. Ou então você vem cantar este samba aqui. Está aqui. Você que tem o Supla, uma família de artistas.

Paim, estamos solidários, e eu quero passar o Natal com V. Exª.

Com a palavra Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Sr. Presidente.

Já externei e quero sempre continuar externando a solidariedade à iniciativa dos aposentados e pensionistas em relação ao fator previdenciário, ao reajuste do valor das pensões e aposentadorias e à recuperação das perdas. Esses três projetos já foram aprovados, por unanimidade, aqui no Senado Federal. Então, é bom que se diga: estão aprovados, estão na Câmara dos Deputados, e precisam, como já foi dito com bastante ênfase, ser aprovados lá. Como o Senador Paulo Paim colocou, é hora de votar. Independentemente de resultado, de veto na sequência, o compromisso tem que ser com o voto.

Eu gostaria de destacar, na minha fala, três aspectos que considero de iniciativas interessantes, importantes, que aconteceram no decorrer da última semana. O primeiro aspecto é em relação a audiências públicas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, aqui do Senado Federal.

Na quarta-feira da semana passada, homenageamos, na Comissão, os Educadores Nota 10, assim denominados pelo prêmio que receberam, e o Gestor Nota 10, o diretor de escola nota dez. Foram prêmios concedidos pela Fundação Victor Civita, já faz uns dois meses aproximadamente, em São Paulo. E esses educadores e esse gestor vieram ser homenageados pela Comissão, em uma parceira que já existe há algum tempo, inclusive, com a Fundação Victor Civita.

Foram quatro mil trabalhos apresentados no Brasil. E nós queremos também fazer a lembrança dessa homenagem para que todos os educadores possam se interessar pelo concurso, pelos trabalhos, e possam também, então, participar.

Na quinta-feira, homenageamos os escoteiros. Setenta mil escoteiros no Brasil participaram de uma ação ecológica, para que três pudessem ser selecionados para ir à Antártica, pelo programa Pró-Antar. E esses três escoteiros – um de Sapucaia do Sul (RS), um de Americana (SP) e um de Florianópolis (SC) – estiveram aqui na Comissão e também receberam homenagem dos Senadores. Foi explicado o programa e inclusive com ênfase para que o movimento escoteiro, que é um movimento de educação, de proteção ao meio ambiente, possa se expandir no Brasil. Que cada Município e cada Estado incentive a participação no movimento, a expansão do escotismo em nosso Brasil.

Temos, inclusive, a União Parlamentar Escoteira do Brasil, a exemplo de outros países. Desta União Parlamentar podem participar Vereadores, Vereadoras, Deputados Estaduais, Federais e Senadores que queiram também incentivar os ideais do escotismo. Então, isso aconteceu também na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e uma segunda iniciativa de gente boa, de gente do bem, que faz um trabalho bonito no Brasil. O movimento dos escoteiros no Brasil vai completar, no ano que vem, cem anos de existência em nosso Pais.

Na quarta-feira desta semana, depois de amanhã, compositores, músicos de mais idade, na melhor idade, virão à Comissão de Educação, Cultura e Esporte para serem homenageados e, ao mesmo tempo, na Comissão, debatermos as necessidades e os desafios do processo de envelhecimento dos nossos músicos, compositores, cantores e cantoras, que, muitas vezes, também não contribuíram para a Previdência no decorrer da vida e que precisam do apoio também no processo de envelhecimento. Então, vamos discutir a questão, vamos homenageá-los e vamos buscar, em conjunto, alternativas de apoio para essas pessoas que tanto contribuíram e que contribuem para o Brasil na área da música e das artes.

O segundo aspecto, Sr. Presidente, que eu gostaria de enfatizar diz respeito às datas importantes da última semana. Sábado, 5 de dezembro, foi o Dia Nacional da Pastoral da Criança, que é uma data fundamental e coincide com a data do Voluntariado. As pessoas que trabalham na Pastoral da Criança, em sua grande maioria, são voluntários e fazem a diferença na promoção da vida, na promoção da saúde da gestante e da criança e na mobilização da sociedade. Há um milhão e meio de crianças sendo atendidas em bolsões de pobreza em nosso País. As gestantes estão sendo orientadas; o nascimento está sendo acompanhado; a pesagem das crianças e o acompanhamento, particularmente no primeiro ano de vida, está sendo bastante incentivado.

O Dia Nacional da Pastoral da Criança é 5 de dezembro, em decorrência de uma lei aprovada pelo Congresso Nacional. Então, a nossa homenagem a esses milhões de pessoas que participam dessa iniciativa, que já está funcionando e acontecendo no Brasil há 26 anos; portanto, são 26 anos de pastoral da criança. Homenageio particularmente o Município de Florestópolis, no Paraná, onde essa iniciativa se iniciou.

No dia 11 de dezembro, sexta-feira desta semana, será o Dia Nacional das Apaes (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais), que funcionam no Brasil há 56 anos. A primeira Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) foi a da então Guanabara, hoje Rio de Janeiro. Esse movimento existe em mais de dois mil Municípios do nosso País. São milhares, dezenas de milhares de pessoas envolvidas em promover a cidadania da pessoa com deficiência por meio de serviços – a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, o esporte, a cultura – e apoiar as famílias das pessoas que têm algum filho com deficiência.

As famílias precisam ser apoiadas.

Quando uma família que tem um filho com uma necessidade severa de desenvolvimento pergunta o que é mais interessante, o que pode ser abordado, o que pode ser feito, eu digo: vamos nos reunir, vamos ficar junto com outras famílias, vamos ter uma boa escola, um escola que atenda a esse filho como criança, como adolescente, como adulto, como idoso, que ajude a família a acompanhar o desenvolvimento desse filho ou filha no decorrer da vida.

As famílias, quando têm um filho com deficiência mais acentuada, que tem mais dificuldade, distúrbios de conduta, deficiência intelectual severa, profunda, uma deficiência múltipla, há tantos casos assim de pessoas que precisam de muito apoio, essas famílias sempre dizem que o problema não é ter o filho com deficiência, o problema é ver que o filho ou filha com deficiência não recebe atendimento, não tem a sua disposição os serviços estruturados para que tenha uma vida boa, independente.

E esta é a missão da Apae: ajudar as famílias, ajudar a estruturar serviços e, ao mesmo tempo, lutar por legislação, para que a legislação seja boa, a favor dessas pessoas.

E o dia 11 de dezembro, como eu disse, é o Dia Nacional das Apaes, por uma lei também aprovada pelo Congresso Nacional. São dezenas, centenas de milhares de pessoas, no Brasil, que se mobilizam a favor dessa área. Isso nesta semana, como eu disse: audiências públicas, comemoração das datas nacionais.

E gostaria de destacar, para finalizar, dois aspectos. O primeiro deles é que, quarta-feira desta semana, depois de amanhã, inicia-se em Belo Horizonte,

Minas Gerais, a XIX Olimpíada Nacional das Apaes, que acontece a cada dois anos; portanto, há 38 anos essa olimpíada vem sendo realizada.

Mas quero dizer que a Olimpíada Nacional das Apaes é fruto de cerca de 300 olimpíadas regionais que também desembocam, que se destinam, que também têm a sua saída para as olimpíadas estaduais e, depois das olimpíadas estaduais, para a Olimpíada Nacional das Apaes. São 11 modalidades, mais de mil atletas vão participando, durante alguns dias, em Belo Horizonte: basquete, futsal, ginástica olímpica, ginástica rítmica, natação, tênis de mesa, em modalidades competitivas ou em modalidades adaptadas. Então isso acontece por um esforço das pessoas. Quero destacar isso, porque quero que todos nós reconheçamos que há gente muito boa trabalhando pelo Brasil, gente que se dedica, que dá o melhor de si, como os Educadores Nota 10, os escoteiros, os compositores, a Pastoral da Criança, o Dia Nacional das Apaes, a Olimpíada Nacional das Apaes.

A XIX Olimpíada será em Belo Horizonte, Minas Gerais. São quase 40 anos de esforço da sociedade para mostrar o potencial, a garra, a competência de todo um setor da sociedade.

E aqui do próprio Senado, como último exemplo, a V Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, uma iniciativa do Senado Federal. A V Semana de Valorização da Pessoa com Deficiência, portanto, está acontecendo há cinco anos, e essa quinta semana vai acontecer aqui no período de 15 a 18 de dezembro, semana que vem, com audiências públicas na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais, haverá lançamento de revista, a Exposição Maurício 50 Anos, com a participação dos personagens da Turma da Mônica, o lançamento do filme Além da Luz, do cineasta Ivy Goulart, e a participação de Eriberto Leão, artista da novela Paraíso, da Rede Globo; Neno Rabello, diretor presidente da revista *A Semana*, Igor Carvalho; exposições, debates, material em Braille. Vamos festejar nessa V Semana da Valorização da Pessoa com Deficiência, aqui no Senado Federal, o bicentenário de nascimento de Louis Braille, o inventor da datilografia, do método de leitura escrita em braille para pessoas cegas.

Então, só quero lembrar, Sr. Presidente, que nesse período de uma semana, dez dias, ou foram as audiências públicas, ou foram os dias nacionais, ou as iniciativas – Olimpíada e Semana.

Nessas iniciativas todas, milhões de brasileiros e brasileiras que dão o melhor de si por cidadania, por dignidade, por construção de oportunidades, por respeito a pessoas economicamente menos favorecidas ou a pessoas com deficiência ou a educadores nota 10, gestores ou escoteiros, num processo de educação não formal, de educação do meio ambiente, numa parceria com a Marinha. Enfim, milhões de brasileiros estão trabalhando, lutando, empenhando-se e que precisam também do apoio de toda a sociedade para continuidade dos seus trabalhos. É um exemplo bonito, necessário e que nos deve animar a todos.

Não sei se o Senador Alvaro Dias está pedindo um aparte?

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Flávio Arns, apenas como colega seu do Paraná, desejo reconhecer a importância do trabalho que realiza há muitos anos para essa área fundamental na pauta da administração pública brasileira e da representação popular. V. Exª tem sido um líder a defender os direitos daqueles menos favorecidos, especialmente nessa área de Apaes. V. Exª lidera aqui no Congresso uma bancada que tem essa sensibilidade social. E está de parabéns. Apenas queria fazer esse registro ao final do seu pronunciamento.

O SR. FLÁVIO ARNS (PSDB – PR) – Agradeço e quero reconhecer novamente que, quando V. Exª foi Governador do Estado do Paraná no ano de 1987, e eu tive o prazer de ser o Diretor do Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação do Paraná no seu Governo e no Governo anterior também do ex-Governador José Richa.

O apoio de V. Exª para essa área foi exemplar, muito importante. Nesse mesmo período, a Pastoral da Criança estava começando em Londrina, que é a sua terra, Florestópolis, a 80 km de Londrina. O apoio do Governo do Estado também foi fundamental para essa área. A área da educação, sem dúvida alguma, sempre foi prioridade no seu Governo. Então, parabéns também.

Sempre digo que todas as boas coisas que acontecem no Brasil sempre são fruto do esforço de muita gente, gente boa, competente, lá da comunidade, lá no local mesmo, nas famílias, entre os profissionais e os amigos. Se essas pessoas tiverem o apoio de Vereadores, Deputados, Prefeitos, Governadores, Parlamentares, da sociedade, o esforço de todos, juntos, pode, de fato, transformar a realidade, seja econômica, seja social, seja ambiental, para muito melhor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência recebeu o **Ofício SGM/P 2.405**, datado de 3 de dezembro **de 2009**, do Presidente da Câmara dos Deputados, referente à indicação de Deputados para comporem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito "com a finalidade de apurar as causas, condições e responsabilidades relacionadas a desvios e irregularidades verificados em convênios e contratos

firmados entre a União e organizações ou entidades de reforma e desenvolvimento agrários, investigar o financiamento clandestino, evasão de recursos para invasão de terras, analisar e diagnosticar a estrutura fundiária agrária brasileira e, em especial, a promoção e execução da reforma agrária".

Nesse sentido, a Presidência designa os seguintes Deputados para integrarem a mencionada Comissão:

TITULARES	**SUPLENTES**
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
Dr. Rosinha (PT)	Aelton Freitas (PR)
Ernandes Amorim (PTB)	Antonio C. Chamariz (PTB)
Geraldo Simões (PT)	Carlos Alberto Canuto (PSC)
Homero Pereira (PR)	Nelson Bornier (PMDB)
Jackson Barreto (PMDB)	Paulo Piau (PMDB)
Jilmar Tatto (PT)	Paulo Teixeira (PT)
Nelson Meurer (PP)	Sandes Júnior (PP)
Valdir Colatto (PMDB)	8
	9
PSDB/DEM/PPS	
Abelardo Lupion (DEM)	Alfredo Kaefer (PSDB)
Bruno Araújo (PSDB)	Cezar Silvestri (PPS)
Carlos Sampaio (PSDB)	Jorginho Maluly (DEM)
Moreira Mendes (PPS)	Vic Pires Franco (DEM)
Onyx Lorenzoni (DEM)	Wandenkolk Gonçalves (PSDB)
PSB/PDT/PCdoB/PMN	
Julião Amin (PDT)	Janete Capiberibe (PSB)
Manuela D'Ávila (PCdoB)	2. Jô Moraes (PCdoB)
PV	
Luiz Bassuma	Roberto Santiago
PSOL *	
	1

* Rodízio nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora vamos chamar um orador inscrito, Senador Valter Pereira.

Senador Alvaro Dias, a Mesa solicita aqui a sua presença.

O SR VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na realidade não venho aqui hoje para fazer nenhum discurso, mas apenas fazer um registro lastimável para a sociedade do meu Estado de Mato Grosso do Sul.

Faleceu ontem, em Campo Grande, o ex-Deputado Estadual Nelson Buainain, procedente do antigo PTB, que tinha no ex-Ministro Wilson Fadul sua maior expressão no antigo Estado de Mato Grosso. O Dr. Nelson Buainain sempre perfilou-se nas fileiras da resistência democrática na luta contra a ditadura.

Ele filiou-se ao MDB inicialmente, e permaneceu em seus quadros até a extinção do Partido, quando se inscreveu no sucedâneo PMDB.

Na legislatura de 1983 a 1987, o então companheiro e militante Nelson Buainain foi eleito Deputado Estadual na Assembleia Legislativa do já Estado de Mato Grosso do Sul.

Nesse período eu tive a honra de ter sido seu colega no Parlamento sul-matogrossense. Na sua trajetória política, Nelson Buainain pautou-se pela coerência aos seus ideais, pelo fino trato aos seus colegas e companheiros e pela seriedade com que encarava o mandato eletivo.

Na vida privada, era um médico competente dotado de notável espírito humanitário. Pelas suas mãos, nasceram mais de 4 mil crianças, já que era um renomado ginecologista e obstetra.

Sua esposa, agora viúva, Conceição Buainain foi fundadora e é atualmente é diretora da Rede Feminina de Combate ao Câncer de Campo Grande. A proteção da mulher contra esse mal que tantas delas acomete passou a ser um verdadeiro apostolado para D. Conceição, e o seu grande incentivador, o marido, que acaba de falecer, por ironia do destino, foi vitimado exatamente por uma modalidade de câncer, que o fez sofrer por longos e dolorosos anos.

Ao fazer esse registro, Sr. Presidente, envio minhas condolências a toda a família, especialmente à viúva, D. Conceição, aos cinco filhos, dez netos e um bisneto.

Eu gostaria de fazer comentários sobre um problema que tem ocorrido com certa frequência em Campo Grande e Mato Grosso do Sul: os acidentes rodoviários, especialmente na BR-163. Mas eu adio esse pronunciamento para uma próxima ocasião, Sr. Presidente, e vou restringir a minha fala hoje a esse registro que trouxe para a família sul-mato-grossense uma dor muito profunda, já que a família Buainain tem contribuído decisivamente para o nosso desenvolvimento, não só de Campo Grande como do Mato Grosso do Sul.

Aproveito o ensejo para registrar também aqui a presença do ex-Vereador e ex-Deputado Valdir Cardoso, que está nesta tribuna hoje prestigiando os trabalhos desta Casa.

Era só o registro que gostaríamos de fazer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O Senador Cristovam Buarque está presente. S. Exª trouxe o documento como Líder? S. Exª, então, está como Líder. Está aqui a documentação do Senador Osmar Dias, credenciando-o a falar como Líder do PDT. (*Pausa.*)

V. Exª, Senador Cristovam Buarque, é o orador, inscrito como Líder, de acordo com o documento assinado por Osmar Dias.

O SR CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança do PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, faz alguns meses, durante a crise que vivia o Senado, um grupo de estudantes esteve aqui fazendo uma manifestação e eles terminaram presos pela polícia interna do Senado. Eu, o Senador Suplicy, que está aqui, e outros fomos lá onde eles estavam e ficamos junto com eles até que fossem liberados.

Agora, Senador Suplicy, Senador João Pedro, o mesmo está acontecendo, de uma maneira mais duradoura, na Câmara Legislativa do Distrito Federal, ou seja, aquilo que em outros Estados se chama Assembleia Legislativa. Há um grupo de jovens que ali estão dormindo, sobrevivendo, mas manifestando cada um deles com a força, a dignidade da cidadania e, às vezes, com a ousadia e a audácia de jovens em nome da ética no Distrito Federal.

Não vamos discutir aqui os problemas que ocorreram no momento da invasão, o fato de terem rompido uma porta ou outros bens, até porque isso terá de ser pago – eu creio que eles estão dispostos a isso –, mas o que nós temos de discutir é que, neste exato momento, está para entrar a polícia na Câmara Legislativa, no Poder Legislativo, e tirar esses jovens à força.

Isso será um gesto extremamente perigoso para a democracia. Hoje, em nome de uma desculpa que pode até ser juridicamente correta, a polícia entra para tirar jovens em uma Assembleia Legislativa. Amanhã, entrará na Câmara Federal, no Senado Federal, nas Câmaras de Vereadores e em todos os Poderes Legislativos do País.

Eu gostaria, daqui, Sr. Presidente, fazer um apelo à Juíza Júnia de Souza Antunes, que deu a ordem para que a Polícia retome a propriedade – expressão corretíssima do ponto de vista jurídico – da Câmara Legislativa. Gostaria de fazer um apelo à Juíza – com quem eu não consegui falar ainda por telefone –, para que pelo menos dê um prazo maior para que os Parlamentares e esses jovens dialoguem e encontremos uma maneira de resolver esse problema, sem que o Distrito Federal, que há uma semana mostra, na televisão, todos os dias, as cenas explícitas de corrupção de políticos locais, mostre agora outra coisa que nos envergonhará muito: a polícia batendo em estudantes que estão dentro da Câmara Legislativa em protesto por causa da corrupção. Juntando essas duas coisas, o Distrito Federal passará a imagem de uma terra sem lei, sem ordem, sem cumprimentos do livre exercício da democracia. Sem lei, pode-se dizer porque, juridicamente, não se deve ocupar espaço público. Mas, sem democracia, porque não há como combinar democracia com polícia, Exército, Marinha ou Aeronáutica dentro do Poder Legislativo. Nem mesmo se convidado pelo Presidente da Câmara, nem mesmo se convidado pelos próprios Parlamentares, porque, na hora que eles fizerem isso, eles estão demonstrando sua incapacidade de dialogar com a sociedade. Ali não estão malfeitores, ali não está ninguém para roubar patrimônio; ali está um grupo de jovens se manifestando, às vezes até, como acontece em todos os movimentos, nem só de jovens, como acontece em todos os movimentos, passa-se dos limites. Isso é uma discussão a fazer depois. Cada um assumirá a responsabilidade dos danos causados. O movimento terá...

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Permite-me um aparte, Senador?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Permitirei, com o maior prazer.

Os que fizeram isso terão que amanhã prestar contas dos danos que causaram. Agora, a retirada deles é um gesto que transcende muito os danos materiais. É um dano de ordem moral na democracia da nossa cidade.

Eu vou sair daqui e vou para lá. Estarei junto com os estudantes. Às sete horas, oito horas, temos o evento de entrega do prêmio do Congresso em Foco para os melhores Parlamentares. Eu tenho a honra de ir receber o de melhor Parlamentar do ano, mas, se for preciso, eu abrirei mão de estar lá e receber esse troféu. O que nós não podemos é deixar que a democracia dê um exemplo tão nefasto de a polícia arrancar jovens de dentro de uma Casa legislativa.

Apelo mais uma vez à Juíza Júnia de Souza Antunes, apelo até aos estudantes para que a gente possa dialogar, conversar e apelo muito ao Comando da Polícia Militar do Distrito Federal para que saiba se comportar como a democracia exige. E apelo a todos para que não passemos ao resto do Brasil mais imagens vergonhosas do Distrito Federal. Ontem, troca de dinheiro. Agora, troca de cacetadas nas cabeças dos jovens. Eu apelo e vou tentar naquilo que for possível para que isso não aconteça.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – V. Exª me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu passo, em primeiro lugar, ao Senador Sadi Cassol, porque pediu antes.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Eu agradeço o aparte. Eu quero me associar ao seu apelo, Senador Cristovam Buarque, e até sugerir, se isso for possível, que a polícia retire os corruptos e os corruptores de suas mesas e de seus locais de trabalho e que deixe aqueles que querem ver a administração pública cada vez mais limpa, mais transparente. Essas cenas que vemos nesses últimos dias envergonham o País, envergonham o mundo. Acho que precisamos cuidar disso. Eu até estou sugerindo – vou entrar com uma matéria nos próximos dias – que, para as eleições do próximo ano, se ainda for possível, numa resolução do TSE ou dos Tribunais Regionais Eleitorais, que se obrigue a colocar no "santinho" de cada candidato o CPF, para que cada um possa entrar na *internet* e ver em quem se está votando. Não é possível que se continue votando em quem tem dez, doze, quinze processos ou até mesmo um processo. Quem tem um processo não é digno de ser votado pelo povo. Eu defendo essa tese. Se você tem um processo, como é que você se apresenta para pedir voto para o eleitor? Então, eu acho que temos de ir apertando, apertando mesmo, para ver se paramos com essa vergonha que, de vez em quando, estoura aqui e acolá, incomodando o eleitor mais humilde, que bate palma nos comícios e depois vê essas roubalheiras acontecerem. Parabéns pela iniciativa e vamos torcer para que a polícia retire realmente os corruptos e não aqueles que estão lá, democraticamente, protestando contra a corrupção.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, o seu aparte é um daqueles que a gente diz que não gosta porque diz o que eu gostaria de ter dito. A sua frase "se a polícia tivesse de entrar, deveria entrar para retirar os corruptos das mesas onde eles estão sentados e não os estudantes de onde eles estão deitados protestando" é exemplar. Fico feliz que ela entre no meu discurso como um aparte seu. Ela é exemplar, claro que figurativamente, porque a polícia não deve entrar nem para tirar os corruptos, pois os corruptos nós é que devemos tirar através do voto. Mas a sua frase é exemplar.

A polícia não entra para tirar os corruptos, não prende os corruptos que já foram retirados e agora está pensando, por ordem de uma juíza, em entrar para tirar, na marra, na força, os estudantes que ali estão.

Senador, por favor.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Cristovam Buarque, V. Exª fala a respeito desse episódio com um peso maior do que nós porque, tendo sido Governador do Distrito Federal e sendo Senador pelo Distrito Federal, conhece muito mais de perto a gravidade dos episódios que, infelizmente, caracterizam a vida política da Capital Federal. O sentimento de indignação expresso pelos estudantes, pelos jovens que foram à Câmara Distrital é algo natural. O que nós percebemos diante da publicação e divulgação dos episódios em que pessoas, com responsabilidade no Governo do Distrito Federal, estavam ali como que compartilhando recursos financeiros totalmente ilegais, constituíram situações que levaram, naturalmente, a essa indignação. Então, não é à toa que os estudantes estão lá a exigir que possa haver o fim do mandato do Governador José Roberto Arruda, até porque não houve qualquer explicação satisfatória que pudesse modificar a gravidade daquilo que foi revelado. Ademais, o próprio Partido ao qual pertence o Governador deu um prazo até esta semana para que ele possa se defender, possa dar as explicações convincentes, mas até agora não houve explicação adequada que possa colocar qualquer justificativa para aquelas imagens e ações que por todos estão sendo condenadas. De maneira que o apelo que V. Exª faz, aos estudantes e também às autoridades policiais que estão ali presentes na Câmara Distrital, é um apelo de bom senso. Eu avalio que, com a autoridade que V. Exª tem como ex-Governador e como Senador, V. Exª está em condição muito propícia para mediar um entendimento de procedimento por parte dos estudantes e também de pedir à polícia um procedimento que seja civilizado e que leve em conta essa indignação da parte dos que protestam com um sentido de indignação muito forte, comum à população de Brasília. Quero lhe transmitir, Senador Cristovam Buarque, que pude perceber essa indignação – V. Exª, certamente, mais do que eu –, até ao caminhar, de manhã cedo, pela quadra onde moro, ao fazer a minha caminhada, durante o meu exercício normal, quando as pessoas, senhoras, se dirigiram a mim dizendo: "Senador..." O que aconteceu é de uma gravidade tal que todas as pessoas estão solicitando a mobilização das forças sociais, indignadas com respeito a isso. Então, cumprimento V. Exª por estar preocupado com esse problema e por procurar encaminhar uma solução de bom senso, inclusive perante os estudantes que se encontram na Câmara Distrital em diálogo com as autoridades policiais, com os Deputados Distritais e com outras autoridades.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador Garibaldi.

O Sr. Garibaldi Alves Filho (PMDB – RN) – Senador Cristovam Buarque, eu também acho que o Senador Sadi Cassol tem inteira razão. Há uma inversão de valores nisso que V. Exª está denunciando. As autoridades policiais não deveriam se voltar contra os estudantes que estão protestando, que estão na Assembleia Legislativa no seu direito de realmente manifestar a sua indignação, porque nós não podemos perder a capacidade de nos indignar. Mas nós a estamos perdendo. Esses estudantes, pelo menos, estão tentando salvar isso. Creio que V. Exª tem razão em fazer esse apelo e, ao mesmo tempo, esse protesto no qual estou inteiramente solidário com V. Exª. Para Brasília, o Distrito Federal, para a Capital Federal estão voltadas todas as atenções. Um ato como esse seria verdadeiramente antidemocrático. Seria um ato que só traria mais vergonha para todos nós.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador. Acho que realmente traria vergonha para todos nós. Mesmo que essa ocupação e essa manifestação estejam servindo de pretexto a muitos Deputados para não irem lá e, com isso, não tomarem a iniciativa de começar a CPI, por essa razão, eu quero até dizer que, por sugestão do Senador Mão Santa, durante meu discurso feito na semana passada, estamos recolhendo assinaturas para uma CPI no Senado, caso não haja CPI na Câmara Legislativa. Se houver, muito bem; se não houver, não podemos ficar omissos. Foi sugestão do Senador Mão Santa, a quem agradeço, mas tomei, junto com ele, a iniciativa. Estamos pedindo as assinaturas e já temos sete. Alguns não assinam dizendo que isso é uma tarefa da Câmara Legislativa. Muito bem, mas vamos ter as assinaturas prontas no caso de a Câmara Legislativa, controlada, como parece ser, pelas mesmas forças que aparecem na televisão, não fazer uma CPI.

Passo a palavra ao Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Cristovam...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Só um detalhe, Senador.

Eu quero dizer que, enquanto estávamos aqui falando, chegou um aviso para mim de que não haverá hoje a invasão pela Polícia. Chegou a informação de que teria sido suspensa de hoje, sem marcar a data, provavelmente para amanhã, o que nos dá tempo de conversar com a juíza, de conversar com os estudantes, de procurarmos uma saída pacífica para essa situação. De qualquer maneira, fica aqui a minha preocupação, o meu protesto.

Até aqui todos diziam, quando eu vinha para cá, que a Polícia já estava entrando. Mas parece que, no meio do caminho, já dentro, decidiu dar mais um tempo.

Senador João Pedro.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Ouviram o pronunciamento de V. Exª, o apelo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não sou tão pretensioso a ponto de achar que foi o pronunciamento aqui. Mas...

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – É o melhor caminho.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Mas foi exatamente neste momento.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Senador Cristovam, V. Exª, como membro do Senado e legítimo representante do PDT, Senador aqui do Distrito Federal, eu acompanho a preocupação de V. Exª e o seu pronunciamento, principalmente com essa possibilidade de a Polícia usar a força no cumprimento de uma determinação judicial, de uma juíza, e tirar a força os estudantes. V. Exª então está correto quando busca o entendimento, a conversa. E eu quero refletir sobre as palavras de V. Exª. o caminho é este: conversar com os estudantes, com a direção da Casa, da Assembleia, conversar com a juíza. Mas refletir sobre isso. Imagine um oficial que não esteja preparado ou alinhado politicamente com o Governador, alinhado politicamente, porque é claro que ele está cumprindo um papel de Estado, uma ordem judicial de um outro Poder. Mas como é delicada essa situação de, na retirada dos estudantes, se mudar o eixo da discussão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – É verdade.

O Sr. João Pedro (Bloco/PT – AM) – Veja a delicadeza nessa ação. Então, é preciso que os estudantes, que cada estudante que está ali represente a indignação da sociedade brasileira contra o Governador Arruda, os Deputados, os secretários, que pegaram... E estão aí os registros recebendo o dinheiro. Então, quero me congratular com os estudantes. Não poderia ser diferente. Os estudantes, há bem pouco tempo na história do Brasil, em todo o Brasil, foram com a cara pintada protestar contra a corrupção. E foram mesmo, de Manaus ao Rio Grande do Sul, de Boa Vista ao Rio Grande do Sul. Então, é uma manifestação que faz parte da cultura do movimento estudantil, da juventude brasileira, de protestar. Então, precisamos tratar, trabalhar essa manifestação, que é correta, é justa. E cada estudante ali, com certeza, representa milhares e milhares de brasileiros que condenam essa postura do que aconteceu com o Governo do Distrito Federal, Deputados e secretários, enfim. Então, quero me congratular com os estudantes. Segundo, também

me associar às preocupações de V. Exª no sentido de buscar o diálogo, a conversa para o entendimento. E quero chamar a atenção da sociedade: o eixo não é a saída dos estudantes. O eixo é cobrar a apuração e exigir rigor na apuração contra essa vergonha que macula não só a política do Distrito Federal, mas a política nacional, porque sobra para todos nós. Ela é localizada, mas sobra para todos nós. Então, quero, mais uma vez, condenar o que aconteceu no Governo do Distrito Federal. Minha opinião é essa. Minha opinião é esta: é o afastamento do Governador, para apurar. O Governador deve se afastar, para apurar. Imediatamente, afastar-se. Deve se afastar, para apurar. Então, espero que haja a conclusão por parte da Justiça. Mas é muito importante que a Assembleia apure, instaure uma CPI, para que o poder político possa se manifestar também. É muito importante isto: essa manifestação. Mas parabéns pelo pronunciamento e pela busca de V. Exª pelo entendimento no sentido de apoiar o protesto, entender o protesto, e que isso não seja motivo para que se mude o eixo, o foco dessa situação. Não podemos mudar de foco. O foco é o seu Arruda, o Governador que foi pego recebendo dinheiro. Isso precisa ser explicado. Ele precisa se afastar, e precisa haver uma apuração rigorosa acerca dessa situação aqui em Brasília. Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Agradeço ao Senador João Pedro e digo que os bons apartes são aqueles que acrescentam, e o do Senador Cassol trouxe essa contribuição imensa de dizer que a gente termina tirando, batendo em estudantes, e não nos corruptos. E o Senador João Pedro trouxe aqui duas coisas muito boas em que eu não havia pensado. Primeiro, a mudança de eixo. Quando sair na televisão a Polícia batendo em estudantes, o eixo vai ser a Polícia batendo em estudantes, e vai-se esquecer todas as imagens de corrupção. Segundo, o que eu achei de uma beleza até poética: é lembrar que cada um desses estudantes representa centena, milhares de estudantes no Brasil inteiro que gostariam de estar aqui se mobilizando. Eles não vão poder pegar ônibus e virem para cá, os daqui estão fazendo o seu trabalho; e, realmente tirá-los é uma afronta aos estudantes do Brasil inteiro.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Cristovam, este um assunto que exige o posicionamento de todos nós, e eu espero, não hoje, mas, quem sabe, amanhã também fazer um pronunciamento da tribuna sobre esse escândalo de Brasília. Mas, pontualmente, sobre aquilo que disse o Senador Sadi Cassol, realmente essa inversão provoca uma indignação e uma desesperança na população. Se a população verificar que a policia, em vez de perseguir os corruptos e colocá-los no lugar onde devem ser colocados, ir atrás de estudantes ou de manifestantes que, democraticamente, manifestam a sua indignação e exigem providências, nós teremos aí, evidentemente, uma desesperança maior da população, verificando que a impunidade realmente é a rainha nesse cenário em que o Brasil é o paraíso da corrupção. Outra coisa que é muito importante dizer: nestes dias, ouve-se muito falar que a corrupção é em função da eleição, o dinheiro é para campanha eleitoral. É como se nós tivéssemos eleição todo dia, porque essa corrupção é no exercício do mandato. Obviamente, o pretexto é a campanha eleitoral. Parte desses recursos podem ser aplicados em campanha eleitoral. Mas o objetivo mesmo, o objetivo definitivo é o enriquecimento ilícito de pessoas desonestas. Nós temos que evitar a contaminação dos partidos, que são instituições que devem ser preservadas. Nós devemos ser implacáveis com aqueles que, eventualmente, sujam suas mãos nesse lamaçal de corrupção. Essas imagens desgastam, deprimem. São imagens que provocam enorme revolta popular; revolta contida, mas ela existe. Ela não explode nas ruas, como antes, mas existe de forma contida. Nós temos que, pelo menos, como Parlamentares, ficar presentes nessa exigência. Temos que exigir que a investigação seja rigorosa. O julgamento político prescinde de provas materiais. O que se viu de indícios é suficiente para estabelecer rigorosa punição dos envolvidos. Da minha parte, o meu Partido tem que agir assim. Eu defendo que aja desta forma: que as pessoas com indícios sérios de envolvimento sejam colocadas para fora imediatamente, sejam afastadas do Partido. É o mínimo que podemos fazer para evitar que isso contamine o partido político, que é uma instituição que deve ser preservada. Parabéns a V. Exª.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Alvaro Dias.

Quero concluir, Presidente Roberto Cavalcanti, dizendo que fico feliz com a reação demonstrada aqui por todos os que falaram em seus apartes.

Cada um de uma cidade diferente, cada um de um Estado diferente e cada um manifestando a sua solidariedade com esses jovens que estão ocupando a Assembleia.

Logo que houve o assunto e que chegaram as notícias de que haviam quebrado uma porta, eu disse: não vou dizer que estou de acordo com esses erros, mas prefiro jovens que cometem erros a jovens que ficam omissos. Esses jovens aqui de Brasília não ficaram omissos, Senador Roberto Cavalcanti; eles fo-

ram à luta e têm toda a minha solidariedade, mesmo que – quando necessário, eu digo – haja gestos que devessem ser evitados. Quero estar ao lado deles, embora, aparentemente, já não seja necessário fisicamente, nesta tarde, pela notícia de que o movimento foi suspenso – vou checar isso com mais detalhes –, mas nós temos que estar ao lado deles.

E o Senador João Pedro deu a saída. A saída é o afastamento do Governador. Eu não usei a palavra *impeachment*. *Impeachment* exige um julgamento, exige a defesa, exige um ritual, uma liturgia que demora meses às vezes. Agora, o afastamento, puro e simples, por própria vontade, não; este pode ser imediato. O Governador Arruda afastou todos os Secretários que apareceram nas imagens. Esqueceu de afastar a ele próprio. Ele podia se afastar, por seis meses, por 60 dias, por 30 dias, que seja, mas se afastar, entregar o poder ao Vice-Governador, e a gente começaria a apurar o que aconteceu de fato. Até porque, Senador Roberto, aos poucos se começa a sentir na cidade o risco de uma paralisia. Pessoas da Secretaria de Educação com quem conversei começam a temer a dificuldade de fazer a matricula das crianças no próximo ano, cujo calendário começava agora – a matrícula por telefone, que, aliás, eu implantei aqui quando fui Governador. No Distrito Federal, a matrícula é feita pelo telefone, mas há um cronograma muito cuidadoso.

As empresas começam a temer que as obras não sejam pagas conforme o cronograma de execução. Aí as empresas vão ter que demitir os trabalhadores, e haverá pais de família sem emprego. As coisas vão começar a paralisar. Não há como continuar funcionando bem um Governo sem apoio dos partidos, sem os secretários que estavam, com secretários provisórios. Não há como continuar, não há como manter a cidade funcionando.

Então o que disse o Senador João Pedro eu venho dizendo aqui desde o primeiro dia. O Senador José Roberto Arruda poderia fazer um gesto: afastamento. Não peço a renúncia dele, porque ele tem suas confianças naquilo que fez e vai provar, vai mostrar, vai dizer. Agora, que se afaste, que dê um tempo para que as coisas funcionem normalmente, ou quase normalmente, porque normalmente nós não vamos conseguir funcionar nem tão cedo.

Por isso eu cheguei a dizer que a comemoração dos 50 anos de Brasília não deveria ser mais em abril do próximo ano, deveria ser adiada para um período em que não estivéssemos de luto. Ninguém faz festa vestido de preto. Mas pelo menos daria um tempo, Senador Cassol, para que as coisas funcionassem.

Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PSC – PI) – Senador Cristovam, nós vivemos um momento muito difícil. Acho que no País não está havendo aquele tripé que Montesquieu imaginou, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Nós vivemos um tripé de mentira, corrupção e incompetência. Um pronunciamento muito oportuno e sério que ouvi na sexta-feira – eu estava presidindo –, foi o do Mozarildo Cavalcanti. Ele buscou uma pesquisa, não sei bem os dados – vou até buscar, quando ele chegar, o pronunciamento –, que muito me preocupou, Prof. Cristovam. Eu, por exemplo, fui interno em colégio de padres católicos, o Colégio Marista. Então, fui nascido naquele tempo em que todo mundo acreditava, havia credibilidade na Igreja. Na pesquisa apresentada pelo Senador Mozarildo – não sei a fonte, mas eu ouvi, estava presidindo –, a instituição mais acreditada no País – atentai bem! – era a Igreja Católica, com 29%. Aí vem descendo. Eu me lembro bem de que este Poder tinha 8%. A Justiça, não sei o número, mas... Partido político não era nem citado, não é nem acreditado. Então, vivemos esse momento de descrença. A gente tem que crer, tem que ter fé. Então, é um momento muito difícil. E Brasília é a capital. O exemplo arrasta. Então, a situação está feia. Atento ainda à crença que tenho em Deus e que nos sustenta, eu diria que, depois da tempestade, vem a bonança.

E quadro mais feio não existe na história da democracia. Então, nós temos que tomar uma providência para que se acredite nas instituições. Eu não sei o número exato, mas eu gravei bem que a maior credibilidade é a da Igreja, 29%. Eu não sei o número da Justiça, mas está bem abaixo de 29%, que foi a maior. Que país é este onde não se acredita em mais nada? Então, a única crença – e eu sou do Partido Social Cristão – é em Deus, que diz que depois da tempestade vem a bonança. Vamos ver se vai chegar essa bonança com mudanças de atitude. E V. Exª, queira ou não, está no olho desse furacão, porque o maior furacão hoje é Brasília! Esse é um quadro que nem Dante Alighieri, quando descreveu o inferno, imaginou. Esse desequilíbrio, desrespeito... não há mais o princípio de autoridade. No meu entender – e eu entendo bem, muito bem – autoridade não pode ser suspeita. E eu entendo assim não é de agora, não. Eu era prefeitinho de Parnaíba, quando, de repente, um capitão foi considerado suspeito. Atentai bem! Lá existe a Capitania dos Portos. Era uma força à qual eu tinha de recorrer, porque era acima da Polícia – e o governo do Estado era contra mim. E eu, dialogando com o capitão, disse – eu era prefeitinho: entendo que uma autoridade não pode ser suspeita. Eu não posso, o bispo não pode, o senhor não pode. Então, havia esse suspeito,

era o Capitão Correia Lima. Aí, quando eu cheguei ao Governo do Estado, eu tive o privilégio de prendê-lo. Ele era o Coronel Correia Lima. Era o chefe do crime organizado. Então, eu estou mais sofrido, mais vivido, e hoje eu sou um pai desta Pátria. Então, eu já tinha esse conceito. Autoridade não pode ser suspeita. E aqui não há suspeita, não; ele está é condenado. Um quadro vale por dez mil palavras. E foram quadros deprimentes, piores do que os que a gente lê em Dante Alighieri descrevendo o inferno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Obrigado, Senador Mão Santa.

Eu quero concluir, Senador Roberto, pegando o gancho do que falou o Senador Mão Santa, dizendo que nós somos, no Distrito Federal, dois milhões de pessoas, e somos apenas – porque sou um deles – 37 Parlamentares. Juntando os 24 Deputados locais, os 8 Deputados Federais, os 3 Senadores, o Governador e o Vice-Governador, somos 37. Nós não somos nada em número diante de nós dois milhões.

Eu, quando venho aqui, no olho do furacão, como dizia o Senador Mão Santa, venho como um dos 37, mas venho, sobretudo, como um dos dois milhões. E esses dois milhões não merecem a imagem que está sendo passada no Brasil inteiro, Senador Cassol. Não merecem! São dois milhões de pessoas que vieram de suas cidades para o Distrito Federal, muitas delas – vivas ainda – quando aqui não havia nada. Correram o risco que poucos brasileiros correram de virem para o Planalto Central construírem uma nova cidade. Os outros que aqui estão vieram também em períodos difíceis dessa cidade. Os outros são filhos e netos dos que vieram para cá; são trabalhadores. E, hoje, mais da metade, não é nem funcionário público, trabalha no setor privado, sobrevive do trabalho no setor privado. Nós, dois milhões, é que estamos hoje no olho do furacão. Porque as imagens que aparecem é como se fosse Brasília e não como se fossem alguns daqueles 37, dos quais, eu, como Senador, faço parte também.

Mas eu faço parte dos dois milhões também. E é em nome desses dois milhões que, ao mesmo tempo em que eu peço desculpas ao Brasil inteiro pelo que está acontecendo aqui, eu também digo que nós, os dois milhões, não somos a mesma coisa que nós, os 37; nós, os dois milhões, somos pessoas que viemos de fora para trabalhar.

Quando eu vim para cá, Senador Roberto Cavalcanti, Brasília nem tinha eleição. Eu vim ser professor na Universidade de Brasília. Aqui, não havia eleição para Deputado, para Senador, para Governador, para nada. Nós éramos cassados. Agora, se continuarmos com eleições, levando a 37 que geram imagem desse tipo, qualquer dia o resto do Brasil vai perguntar se nós sabemos votar. O pior é que esquecem as corrupções de outras cidades; esquecem os corruptos de outros Estados; esquecem, inclusive, os que vieram para esta Casa eleitos de fora pra cá. E fica a imagem de Brasília.

Nós, dois milhões de brasilienses, não temos nenhuma razão para diminuir o nosso orgulho, de lutarmos para fazer uma capital nova, onde antes não havia nada, de lutarmos para manter esta cidade com todas as dificuldades, longe até do mar, que é o sonho de todo brasileiro. Nós, dois milhões, nós temos muito orgulho da cidade onde nós vivemos e que nós fizemos.

Agora nós somos também – eu, um dos Senadores – 37, dos quais alguns estão sendo ao mesmo tempo a imagem do que há de pior na política e contaminando os outros brasilienses que labutam todos os dias sem fazerem parte da política.

Aqueles que, agora, nas férias, vão sair por aí, pelo Brasil, com a placa escrito Brasília, sabendo que, por conta disso, podem ser ridicularizados. Até pouco tempo atrás, já o éramos, por causa dos que vinham para cá identificados como brasilienses, e não eram brasilienses. Foi daqui que surgiram as causas que levaram a esse sentimento contra Brasília que hoje surge. Por isso, nós, brasilienses, temos de encontrar saída para esta crise o mais rápido possível.

E eu concluo, fazendo um apelo ao Governador José Roberto Arruda. Que ele faça um gesto, que ele dê uma contribuição, que ele se afaste do seu cargo para que as coisas sejam apuradas e, aí sim, a gente possa dizer o que deve ser feito definitivamente do ponto jurídico. Mas, do ponto de vista da imagem da cidade, ele prestaria um serviço com seu afastamento, como ele fez ao afastar os outros secretários de Governo.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Cristovam, parabenizo V. Exª pelo pronunciamento. Não o aparteei porque eu estava presidindo a sessão, mas V. Exª é merecedor dos apartes que obteve de todos os presentes nesta Casa. Parabéns! Tenho certeza de que a mensagem de V. Exª será percebida e será, se possível, atendida. Parabéns!

Regimentalmente, tenho de prorrogar a sessão por mais uma hora, em função de oradores inscritos.

Pela ordem de inscrição, convoco o Senador...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem. Se V. Exª me permite, eu queria apenas fazer um registro necrológico do ex-Prefeito de Mossoró Antonio Rodrigues de Carvalho, que morreu no último fim de semana. O sepultamento foi realizado ontem mesmo, no Cemitério Morada da Paz.

Antonio Rodrigues nasceu no Município de Upanema, em 13 de junho de 1927, dia em que o bando de Lampião invadiu Mossoró. Devido a um erro, ele foi registrado como se tivesse nascido em 13 de janeiro do mesmo ano. Seus pais eram o trabalhador rural Luís Rodrigues de Carvalho e a lavadeira Cosma Martiniano de Carvalho. Portanto, filho de pais de origem humilde, o menino que viria a ser Prefeito de Mossoró em dois mandatos chegou à cidade aos 7 anos, em 1934, trazido no lombo de um burro por tropeiros, a pedido de duas irmãs que trabalhavam na cidade como empregadas domésticas.

O ex-Prefeito cursou o primário em escolas públicas. Ao chegar ao antigo ginásio, ele se viu em dificuldades, porque, na década de 1930, apenas o Colégio Diocesano Santa Luzia oferecia o curso.

Próximo, então, ao Vereador Manoel João, Antonio Rodrigues de Carvalho mandou uma carta ao então Governador Rafael Fernandes, pedindo uma bolsa de estudo. E essa bolsa foi concedida.

Ao concluir essa fase nos estudos, Antonio Rodrigues teve de se mudar para Natal para cursar o científico. Morou na Casa do Estudante. Logo sua boa oratória o fez chegar à política, convidado para completar uma chapa para Deputado Estadual. Ele foi eleito para a Assembleia Legislativa aos 21 anos de idade. O passo seguinte na carreira política foi chegar à Prefeitura de Mossoró. E sucedeu a Vingt Rosado em 1958, tornando-se o mais jovem prefeito da segunda cidade do Rio Grande do Norte, aos 31 anos.

Depois, com a sua divergência com o esquema Rosado, ele foi convidado pelo ex-Governador Aluízio Alves para ser candidato do MDB (o PMDB de hoje) em 1968, e enfrentou o Professor Vingt-un Rosado, irmão do ex-Deputado Vingt Rosado, também já falecido.

A campanha foi memorável. E Aluízio Alves denominou a jornada para fazer Toinho do Capim novamente Prefeito de Mossoró como "a mais bela campanha".

Foi uma campanha belíssima, Sr. Presidente. E, já que temos V. Exª, que é um homem público do Nordeste na Presidência da Casa, V. Exª poderá muito bem avaliar o que foi naquela época uma campanha popular na cidade de Mossoró. Houve uma vigília...

Espere aí, o Senador João Pedro já está na tribuna. Desculpe-me, Senador João Pedro. Agora eu comecei e estou no final da biografia, homenageando a memória desse meu conterrâneo. V. Exª vai me desculpar.

Desentendeu-se, então, Antonio Rodrigues de Carvalho, após essa belíssima campanha, com auxiliares e aliados de primeira hora. E aí surgiram divergências. Mas o que é certo é que ele continuou a ser, na sua cidade de Mossoró, um político verdadeiramente legendário, o ex-Prefeito que também chegou a chanceler da hoje Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Ainda há poucos anos, tentou voltar à vida pública, mas não conseguiu.

Ele deixa viúva a Dª Maria Augusta, a quem apresentamos os nossos pêsames. Deixa os seus filhos Nairma e Maranto; sua nora, Joana; e Antônio, Lucas e Samuel, seus netos.

E a esta homenagem, que estou prestando, graças à compreensão de V. Exª e do Senador João Pedro, associam-se o Senador José Agripino e a Senadora Rosalba Ciarlini, integrantes da Bancada do Rio Grande do Norte neste Senado Federal.

Agradeço, Senador João Pedro. Desculpe-me. Jamais faria uma coisa dessa se não fosse a proteção do Presidente, o apoio do Presidente Roberto Cavalcanti.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – De forma nenhuma, Senador.

V. Exª merece todas as atenções, inclusive pergunto se vai fazer uso da palavra como orador inscrito ou se V. Exª se dá por atendido na sessão de hoje.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Não. Não farei uso da palavra. Se puder destinar o meu tempo – sei que é impossível –, se puder, eu o destino ao Senador João Pedro.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Muito obrigado.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador João Pedro.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, primeiramente, quero dizer ao Senador Garibaldi Alves que desejo me associar à manifestação justa, legítima de V. Exª a uma liderança política do vosso Estado.

Sr. Presidente, faço dois registros neste início de noite.

Primeiro, eu quero registrar que, nesta semana que se encerrou, tivemos no Amazonas, na cidade de Manaus, o encontro do Confea/Crea, dos engenheiros agrônomos, geógrafos e arquitetos do Brasil, que durou uma semana. Foi o 66º Encontro Nacional do Confea/Crea, um evento importante para a categoria, para o Brasil, para a Amazônia, para a América Latina e para o mundo. No encontro nacional dos engenheiros, discutiu-se a situação do profissional, o Brasil, a região e o Brasil do futuro.

Na sexta-feira, com representantes de outros Partidos, do PDT e do PSDB – por sinal, o Senador Arthur Virgílio fez parte do debate, representando o PSDB –, eu tive a honra de representar o Presidente Nacional do PT, Deputado Ricardo Berzoini, nesse debate que refletia sobre o Brasil como nação, numa perspectiva para 2050. Participou também o engenheiro Miguel Bianco, de Manaus, representando o PMDB. Quase três mil profissionais de todo o Brasil, estudantes e engenheiros estiveram nesse evento.

Quero registrar aqui, na pessoa do presidente nacional, o engenheiro Marcos Túlio de Melo, que é o Presidente do Confea, a minha saudação a todos os engenheiros, o meu reconhecimento da importância do evento em nível nacional.

Quero registrar a presença também de amazonenses, engenheiros renomados, como o engenheiro Afonso Lins, o atual Presidente do Crea, o Sr. Telamon Firmino Neto, que preside o Crea no Estado do Amazonas. Eu quero parabenizar essas lideranças e parabenizar todas as engenheiras, todos os engenheiros. A questão da mulher, a questão de gênero foi discutida nesse evento.

O produto, o resultado do evento nacional do Confea foi a Carta de Manaus. Eu não vou ler detalhadamente a Carta, Sr. Presidente, mas quero considerar como lida a Carta de Manaus e espero que a Mesa a recepcione, porque são itens que pensam um Brasil atual, pensam o Brasil do futuro e pensam o Brasil no contexto mundial, principalmente nesse debate que começou no dia de hoje, em Copenhague, na Dinamarca, que é a discussão sobre as mudanças climáticas, sobre o aquecimento global, e sobre os compromissos que os países devem assumir com o meio ambiente.

Sr. Presidente, a segunda reflexão é acerca do resultado das eleições na Bolívia, país que faz fronteira com o Brasil.

Primeiro, quero destacar o processo democrático interno da Bolívia; segundo, registrar a opinião dos observadores internacionais, através da OEA, que registrou, primeiro, a consistência das instituições lá na Bolívia, segundo, a expressiva participação da sociedade boliviana no processo das eleições.

Sr. Presidente, registro com satisfação a eleição na Bolívia por entender que, há pouco tempo, a Bolívia vivia traumas por conta de golpes militares, e, num processo tão recente na América Latina, temos presidentes eleitos com projetos populares, Senador Sadi Cassol, presidentes de esquerda, presidentes comprometidos com a redução, o fim da pobreza. E como a Bolívia é tão emblemática do ponto de vista de ser um país rico, bonito e de carregar uma pobreza tão forte por conta da exploração, da dominação de outros países em suas riquezas, então, é com alegria que vejo a democracia se consolidar na América Latina.

Eu estava lendo ontem um jornal e me chamou muito a atenção, um jornal importante do Brasil, o *Valor Econômico*. Parecia que era um manifesto, uma análise da esquerda. O reconhecimento do Governo Evo Morales pelo combate à pobreza, pela estabilidade econômica, pelo controle da inflação. Reconhecimento, Presidente Roberto, de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, reconhecendo ajustes, avanços e estabilidade na Bolívia. O FMI elogiando o Governo Evo Morales, no *Valor Econômico* do final de semana.

Sr. Presidente, uma liderança indígena, uma liderança oriunda dos movimentos populares dirigir um país! Não tenho nenhuma dúvida em vir registrar aqui esse grande desafio para os movimentos populares, para os partidos, para consolidar projetos comprometidos com a maioria, com todos.

Quero dizer da minha alegria de acompanhar a eleição na Bolívia e constatar a reeleição do Presidente Evo Morales, com 60%, com mais de 60% de apoio da sociedade boliviana. Que bonito! Uma liderança indígena, um homem de esquerda, um homem que começou o Governo com setores importantes tanto do seu país como em nível internacional, desconfiando da condução do político, do homem Evo Morales. E vejo agora, quatro anos depois, ele ser reeleito com esse expressivo apoio, o que me deixa cheio de alegria, por conta do projeto, da responsabilidade de quem milita na esquerda, de quem defende causas populares, de ver na América Latina avanços importantes nesses governos – que são governos recentes.

Então, eu registro, Sr. Presidente, com muita alegria, esse processo que vive a Bolívia, que vive a sociedade boliviana em participar de uma eleição tão

importante para a recuperação de valores, mas de questões tão relevantes como o fim da pobreza.

Concedo um aparte a V. Exª, Senador Eduardo Suplicy, e em seguida a V. Exª, Senador Sadi Cassol.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador João Pedro, quero também expressar a minha solidariedade ao seu pronunciamento, ao povo da Bolívia, ao Presidente Evo Morales, que conseguiu extraordinária vitória nessa sua reeleição de domingo passado, ontem, em que se pôde registrar uma mobilização extraordinária da população por toda a Bolívia. Ele conquistou, paulatinamente, mais e mais adeptos em função do conjunto de políticas econômicas e sociais que permitiram à Bolívia ter um bom desempenho econômico, e, conforme ressaltou V. Exª, com passos muito significativos para a erradicação da pobreza absoluta. Pôde beneficiar, sobretudo, a população indígena, que na Bolívia é majoritária, mas que, por tanto tempo, não teve a atenção devida de seus governantes. Quero ressaltar que a Bolívia, através do Governo Evo Morales, vem dando passos significativos na direção de um programa que pode guardar relação com a renda básica de cidadania, pois, de um lado, eles têm um programa semelhante ao que o Governo Lula oferece e proporciona às famílias mais carentes do Brasil; guarda relação com o Programa Bolsa Família; ademais, no que diz respeito ao direito aos idosos, proporcionou a toda a população acima de 60 anos, salvo engano, o direito incondicional de todos receberem uma renda que é igual para todos. Então, é um passo na direção do que pode ser considerado renda básica de cidadania. É importante que nós possamos conhecer melhor também essa experiência e seus resultados. Nessa interação que acontece entre todos os países da América Latina, mais e mais experiências têm acontecido e precisam ser estudadas por todos os países para aperfeiçoar o melhor sistema possível. Meus cumprimentos a V. Exª.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Muito obrigado, Senador Suplicy.

Ouço o Senador Sadi Cassol.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Quero parabenizar V. Exª, Senador João Pedro. E eu aqui, lembrando os meus 30, 40 anos atrás, quando se viviam no Brasil e na América do Sul as famosas ditaduras, de que a gente participou de certa forma diretamente como políticos, na época do sofrimento de um povo, quando não se tinha liberdade de expressão e quando, por muitas vezes, a repressão tomava conta das manifestações populares e tomava conta de nós, estudantes. Éramos reprimidos, e eu consegui, por uma vez, com muito orgulho – tenho falado muitas vezes –, visitar o Governador Leonel Brizola no Uruguai, quando ele estava no exílio. E ouço agora V. Exª dizendo que a Bolívia passou daquela época das ditaduras para uma fase democrática. E vou afirmar mais: seja o tipo de eleição que for, seja o tipo de governo que for, é um milhão de vezes melhor uma eleição democrática do que qualquer ditadura.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT – AM) – Com certeza.

O Sr. Sadi Cassol (Bloco/PT – TO) – Nós não podemos jamais pensar em ditadura. Nós, que vivemos a nossa ditadura, que vivemos a ditadura de toda a América do Sul, sabemos o que passamos nessa época. Então, quero aqui parabenizar V. Exª e dizer que, se o Governo está acertando, que faça uma, duas, três, quatro, cinco, seis eleições, se for o caso, cada um na sua constituição, cada um respeitando as suas leis. Que se faça eleição, sim, que o clamor popular possa ser cantado em versos em cada país, a vontade do eleitor, a vontade do povo. Quero parabenizar V. Exª e dizer da importância que tem essa democracia aqui em toda nossa América.

O SR. JOÃO PEDRO (Bloco/PT AM) – Muito obrigado, meu companheiro de partido, do PT, Sadi Cassol, do Tocantins.

Finalizo, Sr. Presidente, destacando os dois apartes dos meus companheiros, refletindo sobre o significado da consolidação da democracia lá na Bolívia, mas, fundamentalmente, o significado histórico da reeleição dessa grande liderança do MAS (Movimento rumo ao Socialismo), que é o partido do Presidente Evo Morales.

O presidente Evo Morales está tendo o segundo mandato por mérito, pelos acertos do seu Governo, mas eu quero ressaltar a participação da sociedade boliviana, porque o resultado dessa eleição cujos últimos votos já estão sendo apurados é resultado, também, do amadurecimento da sociedade boliviana.

Então, fica aqui o meu registro acerca dessa eleição e da importância do segundo mandato do Presidente Evo Morales.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO PEDRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CARTA DO AMAZONAS

Mais de dois mil profissionais, representativos de um universo profissional de quase integrantes, reuniram-se na 66ª Semana Oficial da Engenharia, da Arquitetura e da realizada na cidade de Manaus, na região amazônica, para "Pensar o Brasil no conte inovação, desenvolvimento sustentável e ética".

A Amazônia, que reúne oito países da América do Sul, representa um terço da biod verdadeiro repositório genético onde residem as maiores esperanças de descoberta e medicamentos. A floresta como um todo, embora seus mecanismos de equilíbrio pouco conhecidos, desempenha um importante papel na estabilização do clima plar entanto, reverter a lógica econômica que se esconde sob o desmatamento, que val derrubada que a floresta em pé.

Trata-se de um ativo dos mais valiosos a demandar reconhecimento, especialmente das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, que mês, em Copenhague.

Reconhecemos os avanços sociais conquistados no Brasil e em outros países, contu necessidade de mais esforços na busca da sustentabilidade ambiental e na redução sociais. Se as iniciativas locais de inclusão produtiva ainda carecem de políticas púb reversão da tendência de aquecimento global depende de programas substanciais c inovação tecnológica.

Alertamos que a protelação das providências da Carta da Terra (ONU-2002) colocar diante do desafio de buscar o equilíbrio pretendido em níveis de crescente complex se defina um projeto de futuro para médio e longo prazos, do-tando o planeta de p desenvolvimento sustentável.

Diante dessas constatações, o plenário da 66ª SOEAA aprova esta Carta ao povo br profissionais, aos governantes e, especialmente, aos participantes da Conferência c as seguintes propostas:

1. Estabelecimento de políticas, planos e programas de desenvolvimento sustentáv instrumentalizem a recuperação dos passivos ambientais existentes, bem como o d recursos para que a inovação tecnológica ofereça soluções ao desenvolvimento sus

2. Definição de medidas de mitigação e de redução das emissões de gases de efeit pelo desmatamento e mudança no uso do solo, com base em estudos científicos e t desenvolvidos no país;

3. Promoção de pesquisas aplicadas dirigidas a estudos integrados de ciências soci ciências naturais e humanas, em relação às mudanças globais;

4. Busca incansável do consenso entre os países para o estabelecimento dos padrõ ações que fundamentarão os novos paradigmas do desenvolvimento sustentável pl

5. Compromisso ético entre as Nações para a superação do atual estágio da inte-ra humanos e da integração destes com a natureza;

6. Investimentos em pesquisas e empreendimentos que visem o equilíbrio da matri incentivo às fontes renováveis; propagação e adoção de novos padrões de consum priorização do transporte coletivo sobre o individual;

7. Implementação de políticas públicas de acesso universal à educação de quali-dad como condição para se alcançar o desenvolvimento econômico, social e cultural;

8. Promoção de políticas públicas ambientais para avaliar a vulnerabilidade das pop climáticas, especialmente aos extremos de clima;

Desta forma, nós profissionais do Sistema Confea/Crea, comprometidos com a vida conclamamos os movimentos sociais, os empresários e os governantes de todo o r nesse processo, a firmar publicamente este compromisso, isolada ou coletivamente

Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, em 4 de dezembro de 2009.

Lideranças políticas apostam na educação para avanço do país

Manaus, 04 de dezembro de 2009.

Elaborar um projeto de nação a médio e longo prazo por meio da formulação de políticas públicas nacionais. Isto significa pensar o Brasil, eixo alinhado ao tema do painel "Projeto de nação: a visão dos partidos políticos", realizado nesta sexta-feira (04), para o qual foram convidados representantes dos maiores partidos políticos do país. Mesmo diante de diferenças políticas, educação foi o tema convergente entre as lideranças representadas pelos: senador Arthur Virgílio (PSDB-AM); senador João Pedro Gonçalves (PT-AM); secretário-geral do PMDB-AM, Miguel Biango e o secretário nacional de comunicação do PDT, Osvaldo Maneschy.

"É importante defender a soberania do país e ter um projeto de nação comprometido com a sociedade e, para isso, é fundamental garantir uma educação pública de qualidade com planejamento, orçamento e investimento em formação", disse Maneschy resgatando o governo de Brizola no Rio de Janeiro, onde foram instalados os CIEPs (Centros Integrados de Educação Pública), idealizados por Darcy Ribeiro. Já Miguel Biango questiona: "Como unificar a nação já que faltam políticas e direitos?". Ele propõe o aumento de vagas nas escolas e universidades, formação dos profissionais. "A educação é a base para a construção de uma nação forte", enfatizou Biango.

A educação tem um papel estratégico na construção de um projeto de nação. "Se quisermos pensar um projeto de nação, necessariamente, precisamos debater políticas para educação, garantindo qualidade e universalização. Este investimento não só atende o presente, como também e, principalmente, o futuro", avaliou o senador João Pedro Gonçalves.

Crítico e líder da oposição ao atual governo no Senado, o senador Arthur Virgílio, declarou que a educação não tem avançado no Brasil e, muitas vezes, atende aos interesses das empreiteiras. "É preciso democratizar o acesso à educação para formar o discernimento político na sociedade e, assim, criar mecanismos de distribuição de renda", afirmou. De acordo com dados da pesquisa do Indicador de Analfabetismo Funcional (Inaf) publicados pelo Ministério da Educação (MEC), a proporção dos chamados analfabetos absolutos, entre 15 e 64 anos, caiu de 9% para 7% entre 2007 e 2009 no Brasil. Em 2002, esse percentual estava em 12%.

No encerramento da Soeaa será divulgada uma carta pública para lideranças políticas e sociedade civil como forma de contribuição para a formulação de políticas públicas nacionais rumo à construção de um projeto de nação.

Camila Marins
Assessoria de Comunicação da Fisenge

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Parabenizo o Senador João Pedro pelo seu pronunciamento. Gostaria de informar que estamos seguindo aqui aquela sequência tradicional, que é a alternância entre liderança, comunicação inadiável e Senador inscrito.

Então, inscrito aqui, dentro dessa alternância, para comunicação inadiável, chamaria o Senador Sadi Cassol. O próximo será o Senador Alvaro Dias, em todas as circunstâncias. Está inscrito como Senador inscrito e como Liderança.

Senador Alvaro Dias, paciência, porque V. Exª é o próximo, inapelavelmente.

Com a palavra, o Senador Sadi Cassol, do Tocantins.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Estimado Presidente, Srªs e Srs. Senadores, venho à tribuna nesta segunda-feira, já início de noite, para fazer um registro todo especial de um acontecimento na nossa cidade, Palmas, capital do Estado de Tocantins, onde se realizou a I Feira de Modas do Tocantins. Nunca antes havia sido realizado esse tipo de evento.

Vindo agora, à tarde, no voo de Palmas a Brasília, quis rascunhar alguma coisa aqui, porque acho que é preciso escrever para deixar registrado o que tem acontecido com esse importante movimento de negócios do fim de semana no Estado do Tocantins, especialmente na nossa capital.

Então, vou ler aqui alguns dados importantes.

A Prefeitura Municipal de Palmas promoveu, neste final de semana, a I Feira da Moda do Tocantins, que teve início na quinta-feira, dia 3 de dezembro, e se encerrou no domingo, dia 6. O evento foi um grande sucesso de público e de vendas. Ainda no sábado, antes mesmo do seu encerramento, alguns expositores já não tinham mais mercadorias para comercializar.

Cerca de 20 mil pessoas visitaram a Feira diariamente e as vendas alcançaram a cifra de R$30 milhões, superando as expectativas dos expositores e organizadores.

Além da comercialização de confecções, uma grande variedade de atrações completou a programação do evento: oficinas de roupas, espaço para alimentação, salão de jogos, salão de beleza, recreação infantil e shows musicais de voz e violão, oferecendo opções de lazer para toda a família.

Foram promovidos também desfiles de moda infantil e feminina e o sorteio de brindes. Cada R$30,00 em compras davam direito a um cupom para concorrer ao sorteio de 3 motocicletas e 1 carro zero quilômetro.

As confecções foram organizadas em seções e receberam identificação por segmento: moda feminina, moda masculina, calçados, moda íntima, infantil, praia, ginástica, esportiva e até seção de fantasias.

A Vice-Prefeita de Palmas e Presidente do Comitê Gestor do Pólo de Confecções da Capital, Edna Agnolim, comemorou o sucesso da I Feira da Moda do Tocantins, destacando a participação dos mais de 200 expositores, que representaram 14 Municípios do interior do Estado. Empresas do ramo de confecções e fornecedores de matéria-prima e maquinários contaram com um espaço exclusivo para a realização de negócios.

O sucesso do empreendimento deve ser creditado à parceria que a Prefeitura Municipal de Palmas buscou junto ao Governo Estadual e ao Governo Federal, com o Sistema S – Sebrae, Senac, Senai, Fecomércio –, além do apoio de instituições financeiras.

Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, tive a oportunidade de visitar a Feira e fiquei entusiasmado com o potencial econômico da indústria de confecções do meu Estado.

É preciso apostar na diversificação da economia. Estado predominantemente agrícola, o Tocantins demonstra ter vocação também para outras atividades econômicas. Basta que haja estímulo do Governo, que pode ser oferecida tanto na forma de financiamentos com juros baixos, para que os empreendedores possam equipar suas fábricas, quanto na concessão de incentivos fiscais nos processos de fabricação e comercialização dos produtos.

E quero registrar que o nosso Governador Carlos Henrique Gaguim baixou o ICMS das indústrias de confecção do Estado do Tocantins para 2%. Todos aqueles empreendedores do Brasil que quiserem produzir confecções no Estado de Tocantins, a partir de agora, irão recolher apenas 2% de ICMS.

Espaços adequados para a realização de negócios e a promoção de eventos para estimular o consumo são também ações bastante oportunas para fortalecer a indústria de confecções.

Ao registrar aqui, no plenário do Senado Federal, o sucesso alcançado pela I Feira da Moda do Tocantins, quero destacar a atuação das pessoas envolvidas na organização do evento, que produziram um belo trabalho, digno do nosso reconhecimento e dos nossos elogios.

Por essa razão, quero cumprimentar o Prefeito de Palmas, Raul Filho, por mais essa relevante iniciativa, que abre uma excelente perspectiva de negócios para a nossa cidade.

Cumprimento também a Vice-Prefeita de Palmas, Edna Agnolim, que preside o Comitê Gestor do

Pólo de Confecções de Palmas. A realização da Feira consolida o pólo de confecções e atrai a atenção de comerciantes e fornecedores para esse rentável nicho de mercado.

Eu não poderia também deixar de agradecer o imprescindível apoio que recebemos do Governo do Estado, do Governador Gaguim, do Governo Federal, por intermédio do Ministério do Trabalho e Emprego, que disponibilizou os recursos necessários para a implantação do Pólo de Confecções de Palmas e para a capacitação dos trabalhadores que o integram. Já são mais de 1.500 pessoas capacitadas e muitas outras estão inscritas, aguardando uma chance de obter o treinamento.

O êxito da I Feira da Modas do Tocantins é uma demonstração do potencial econômico do nosso Estado e do seu segmento empresarial.

Tenho a certeza de que a disposição de empreender, aliada ao apoio governamental, que não nos tem faltado, possibilitarão ao Tocantins crescer com sustentabilidade, gerando empregos e aumentando a renda da população.

Eu quero que fique registrado, nos Anais da Casa, por ser a primeira Feira de Modas do Estado do Tocantins. E, mais uma vez, parabenizando nosso Prefeito Raul Filho, nosso Governador Carlos Henrique Gaguim, a Edna Agnolim, nossa Vice, que é a Presidente do Comitê Gestor, e todos aqueles empresários que acreditaram, que participaram desse importante movimento comercial, no qual se comercializou, em três dias, R$30 milhões em toda a região.

Eu sempre venho a esta tribuna para dar destaque aos grandes movimentos de desenvolvimento do nosso Estado. Nos últimos noventa dias, foram inaugurados, na cidade de Palmas, o Makro, o Carrefour e será inaugurado ainda, este mês, o Extra, supermercado do Pão de Açúcar. Isso demonstra que o Estado tem uma boa linha de desenvolvimento de produção, porque essas grandes empresas, certamente, não se estabeleceriam em lugar que não seria propício para bons negócios.

O nosso Estado vem vivendo uma boa fase, com grandes investimentos de obras públicas geradas pelo Governo Federal, pelo Governo Estadual, pelos Municípios. As administrações têm sido boas, gerando, com isso, desenvolvimento comercial e dando qualidade de vida à nossa população.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Agradeço a V. Exª, Senador Sadi Cassol. Parabéns!

Ofereço a tribuna, em duas circunstâncias, ao Senador Alvaro Dias: como orador inscrito de imediato ou pela ordem de inscrição, pela Liderança. Acho que vai optar por orador inscrito.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Presidente da União Brasileira de Municípios, Leonardo Santana, alerta sobre a previsão das perdas ocasionadas pela renúncia fiscal do Governo, que decidiu prorrogar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – para automóveis, construção civil e móveis.

Segundo cálculo de técnicos da entidade, os Municípios vão perder cerca de 700 milhões de reais com as novas reduções de IPI.

Há previsão de uma redução em torno de 11,34% nos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), já nos primeiros meses de 2010, em razão da diminuição do IPI para automóveis, construção civil e móveis. E, mais uma vez, o Governo da União faz cortesia com o chapéu das administrações municipais.

Por essa razão, nós apresentamos um projeto que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal e obriga o Governo da União, ao adotar medidas que reduzam as receitas municipais, a repor as perdas dos Municípios, ou seja, o Governo da União estará impedido de fazer concessões a qualquer setor da economia nacional em prejuízo das administrações municipais. Esse é um projeto que apresentei há pouco tempo por recomendação da Associação dos Municípios do Paraná.

E uma outra emenda à Constituição tem por objetivo compartilhar com os Municípios a receita oriunda das contribuições sociais, já que elas representam 58% do total da arrecadação do País. Essas receitas que não são compartilhadas com os Municípios brasileiros ficam concentradas nos cofres da União.

Depois de me manifestar sobre as preocupações da Ubam, falarei sobre essa questão que diz respeito ao sistema federativo, da necessidade de rediscutirmos o pacto federativo. O Presidente da Ubam, entidade que trava uma luta diária em prol dos Municípios brasileiros, ao lado de outras entidades municipalistas, a exemplo da Frente Nacional de Prefeitos, da Confederação Nacional dos Municípios e das Federações Estaduais, destaca que essas novas desonerações causarão uma redução impactante nas contas das prefeituras, comprometendo setores estratégicos no atendimento à população: saúde, educação e bem-estar social.

O Governo Federal reitera postura de desrespeito ao pacto federativo e reforça o autoritarismo fiscal e econômico, "uma equipe decide quanto querem mandar para os entes federados".

Com a desoneração do IPI de móveis, o Governo deixará de arrecadar aproximadamente R$2,2 bilhões. Imaginem o reflexo dessa medida nas contas municipais. Vale ressaltar que o IPI é um dos principais elementos que formam o Fundo de Participação dos Municípios.

A redução do IPI para os produtos da linha branca (fogões, geladeiras, máquinas de lavar e tanquinhos), deverá acarretar uma perda de mais de R$2,3 bilhões nos próximos oito meses.

Segundo dados da Ubam, as novas desonerações ampliaram a renúncia fiscal para R$25,6 bilhões, só em 2009. Recentemente, o Governo prorrogou a redução de IPI para os veículos bicombustíveis e movidos somente a álcool até 31 de março de 2010, além de estender a alíquota zero para os caminhões até 30 de junho do próximo ano.

Os Municípios não podem ser penalizados, diz a Associação dos Municípios. Como o valor de repasse é fixado pelo número de habitantes, para as cidades do porte de Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá, Cascavel, Guarapuava e Ponta Grossa, o impacto deve ser de R$1.769.921.000,00 a menos – ou seja, R$294.986,00 a menos para cada uma, já no mês de janeiro.

"Estimamos que os Municípios irão deixar de receber cerca de R$700 milhões com essas novas reduções do IPI", segundo o Presidente da Ubam.

O Município brasileiro não pode arcar com o ônus de uma decisão isolada da equipe econômica. A população é quem deverá pagar mais essa "fatura".

Bem, Sr. Presidente, nós estamos na antevéspera de uma campanha eleitoral, onde devemos discutir o País. Toda eleição é o ressuscitar de esperanças e de sonhos acalentados pela população. A responsabilidade de quem representa um partido político no pleito majoritário para a Presidência da República é não vender ilusões. Esse debate deve ser calcado exatamente com pressupostos que são indispensáveis, os pressupostos da sinceridade, da possibilidade, ou seja, da exequibilidade daquilo que se promete. Uma eleição não pode ser um festival de mentiras, ou uma coleção de promessas que serão, depois, descumpridas.

A discussão do sistema federativo é indispensável. Ulysses Guimarães, quando promulgou a Carta Magna do País, no dia 5 de outubro de 1988, afirmou: "Este é o documento da democracia, da liberdade, dos direitos humanos, da justiça social. Que Deus nos ajude a cumpri-lo". Quando afirmou isso, Ulysses Guimarães não imaginava que, 21 anos depois, nós ainda não teríamos realizado o trabalho complementar de regulamentar determinados dispositivos constitucionais, promovendo os avanços necessários.

É evidente que esta Constituição implica avanços inquestionáveis: liberdade, democracia, direitos humanos, os princípios da livre iniciativa consolidados, promovendo o desenvolvimento econômico. Mas, há que se reconhecer, repassou-se encargos aos Municípios e não se repassou, de forma compatível, recursos para que os Municípios pudessem arcar com esses encargos, que são fundamentais. Saúde pública, por exemplo. Municipalizou-se a saúde, e, até hoje, o Congresso Nacional não deliberou sobre a participação oficial da União em matéria orçamentária.

Está na Câmara dos Deputados a Emenda nº 29, que define o percentual da União para a manutenção dos serviços de saúde pública no País. Decorreram 21 anos, e nós não temos solução. O ensino fundamental também foi municipalizado, e nós não cuidamos de repassar os recursos suficientes para a sua manutenção. Portanto, esta é uma discussão indispensável no processo eleitoral que se avizinha.

Não acredito em reformas de profundidade, sem que o Presidente da República assuma a liderança do processo, porque nós estamos sob a vigência de um presidencialismo forte, e reformas completas só ocorrem quando há interesse e participação direta do Presidente da República. Se elegermos um Presidente moderno, talentoso e progressista, adepto das transformações, certamente nós teremos reformas fundamentais, que implicarão a rediscussão do sistema federativo, estabelecendo a necessária equanimidade, justiça e isonomia na relação entre os entes federados. Certamente, essa discussão passa por reformas essenciais, como a tributária.

Enfim, Sr. Presidente, os Municípios brasileiros continuam de pires na mão, implorando sempre aquilo que, de direito, já lhes deveria ser repassado de forma automática e sistemática. Só com essa discussão do pacto federativo é que nós poderemos celebrar a consagração de uma legislação capaz de impor os repasses adequados a cada Unidade da Federação, evitando essa concentração exorbitante que há hoje em detrimento do interesse dos Municípios brasileiros.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente, em homenagem sobretudo aos Prefeitos do Brasil, que continuam lutando para superar imensas dificuldades que se avolumaram neste ano de crise, em razão de medidas adotadas pelo Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Alvaro Dias, eu o parabenizo e digo que o tema pacto federativo é um tema, realmente, extremamente forte, discutir a Federação, como V.

Exª falou, e a partilha das riquezas no tocante a essa partilha ser de forma equânime.

Eu o parabenizo e tenho certeza de que, da mesma forma, o Pré-sal será discutido de forma equânime, assim como as águas, quer seja para consumo humano quer seja para geração de energia, e outros também. E lá na frente vamos discutir até o oxigênio.

Senador Eduardo Suplicy, V. Exª tem o privilégio de ser o próximo Senador, pela ordem de inscrição.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Roberto Cavalcanti, quero transmitir ao Senado e a todos aqueles que acompanham meu trabalho aqui desde 1991 o conteúdo da carta que estou enviando ao Ilmº Sr. Edinho Silva, Presidente do Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, e ao Exmº Sr. Deputado Federal Ricardo Berzoini, Presidente do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores:

> Prezados Presidentes:
>
> Venho lhes transmitir que neste último sábado, 5 de dezembro, em reunião ocorrida na sede do Sindsaúde (Sindicato dos Servidores da Saúde do Estado de São Paulo), à rua Cardeal Arcoverde 119, prestei contas de meu mandato como Senador pelo PT de São Paulo.Também conversei com dezenas de filiados, militantes e simpatizantes, a respeito das sucessões que acontecerão para o Governo de Estado e para a Presidência da República, e ainda falamos das eleições para Deputados Estaduais, Federais e Senadores.
>
> Quero agradecer à direção do Sindsaúde por ter aberto o espaço para que pudesse ser realizada essa reunião.
>
> Fiz uma exposição inicial sobre as 54 proposições que até hoje apresentei, incluindo projetos de emenda à Constituição, projetos de lei, projetos de resolução, projetos de decreto legislativo, 2.235 pronunciamentos, 442 requerimentos, 109 relatorias de proposições sobre os mais diversos assuntos, conforme sintetizados nos documentos anexos.
>
> Transmiti aos presentes a minha disposição de cumprir com toda energia e responsabilidade o mandato de Senador até 31 de janeiro de 2015 para o qual fui eleito pelo povo de São Paulo, em 2006, com 8 milhões, 986 mil e 803 votos, 47,08% dos votos no Estado, assim como, se assim considerarem os filiados do PT, de me colocar à disposição do partido para ser pré-candidato ao Governo do Estado de São Paulo.

Nessa reunião, cerca de 30 pessoas expressaram, em significativa maioria, o quão importante é que o PT tenha candidato próprio a Governador. Ressaltaram a importância de haver um sistema democrático de escolha do candidato, tal como prevê o nosso estatuto. Estimularam-me, fortemente, a ser uma das alternativas para que os filiados possam me apontar como o candidato. Informei aos presentes que considero fundamental o processo responsável de escolha que a direção do PT desencadeou em que, após consulta ao sentimento de nossas bases e da população, designou Marta Suplicy, Antonio Palocci, Fernando Haddad, Emídio de Souza, Arlindo Chinaglia e eu próprio, do PT, como possíveis pré-candidatos, além de levar em conta o nome do Deputado Ciro Gomes, do PSB, se houver um entendimento com os partidos da base aliada. Disse que me dou bem com todos esses nomes e que estarei pronto a apoiar, com toda dedicação, a pessoa que for escolhida.

Se for possível chegar a um processo de consenso, por meio de diálogo com a direção, baseado em dados como os levantamentos de pesquisa de opinião isentos, muito bem. Também tenho a disposição de apoiar o Deputado Ciro Gomes, caso ele seja o escolhido por um procedimento democrático. No entanto, ele próprio me relatou, recentemente, como a outros dois presentes, dentre os quais o Deputado Paulo Teixeira, que sua preferência é ser candidato à Presidência da República.

Avalio ser possível que a direção estadual considere a realização de uma prévia entre os pré-candidatos, precedida de debates que possam ser realizados em algumas regiões do Estado, com a colaboração dos meios de comunicação. É perfeitamente possível realizarmos um diálogo construtivo e respeitoso entre nós e que venha a ser um exemplo de prática democrática.

Lembro que no ano passado os povos do mundo puderam acompanhar a extraordinária disputa democrática que aconteceu entre os candidatos Barack Obama e Hillary Clinton, os quais realizaram pelo menos 21 debates transmitidos pelos meios de comunicação.

Aqueles encontros entusiasmaram a população. Na conclusão, a Senadora Hillary Clinton apoiou o seu competidor, ao reconhecer a sua vitória, o que significou grande injeção de ânimo ao partido.

Eis, portanto, um exemplo de como uma prévia pode servir positivamente a um partido que quer aperfeiçoar a democracia brasileira.

Informo que os presentes na reunião afirmaram que se empenharão para obter o número suficiente de assinaturas necessárias, 2.970 filiados ou 1% dos filiados no Estado, [são 297 mil os filiados], para que minha pré-candidatura seja validada, em prazo adequado.

Com a disposição de colaborar com o PT e para a vitória de nossa candidata à Presidência, a Ministra Dilma Rousseff, de nossos candidatos ao Senado, inclusive o Senador Aloizio Mercadante, a deputados federais e estaduais, o abraço amigo,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy"

Eu quero aqui agradecer a presença tanto dos filiados como dos companheiros, como, inclusive, Paulo Feldman, que foi um dos entusiastas que organizou essa reunião, assim como o ex-deputado João Baptista Breda, que disse a mim, na conclusão do encontro, que, pela primeira vez, ele me via expressando com muita vontade a disposição de ser candidato ao Governo de São Paulo, se essa for a escolha de todos os filiados, simpatizantes e da população.

Também agradeço ao Deputado Paulo Teixeira, ao Deputado Simon Pedro – o primeiro, federal; o segundo, estadual –, que, fazendo parte da mensagem ao Partido, informaram-me que estão apoiando e coletando assinaturas, tanto para o Ministro Fernando Haddad, como alternativa, quanto para mim.

Também quero agradecer a presença do Deputado Carlinhos Almeida, do PT de São José dos Campos. Como um dos apoiadores do Prefeito Emídio de Souza, um outro pré-candidato ao Governo, ele fez questão de expressar sua opinião favorável.

Também quero agradecer a presença do Vereador Antônio Donato, que foi eleito democraticamente como Presidente do Diretório Municipal do Partido dos Trabalhadores em São Paulo, e de inúmeros outros militantes do Partido dos Trabalhadores.

Agradeço ao meu prezado amigo e colaborador de tantas jornadas juntos. Falo do economista Samir Cury, economista e engenheiro, que há tantos anos colabora comigo.

Quero agradecer, inclusive, a João Elísio, que me transmitiu, ao final da reunião, que se dispõe a percorrer todos os diretórios zonais e municipais do Partido dos Trabalhadores e contatar todos os diretórios do interior do Estado de São Paulo, para organizar e ajudar na coleta das assinaturas.

Quero aqui informar que o Presidente Edinho Silva transmitiu que qualquer filiado do PT pode indicar mais do que um pré-candidato ao Governo do Estado de São Paulo. Portanto, se o filiado deseja preencher, na lista de assinaturas, que apoiam qualquer dos seis candidatos – Marta Suplicy, Antonio Palocci, Fernando Haddad, Arlindo Chinaglia, Emídio de Souza e o meu próprio nome – pode preencher e assinar a indicação de todos os seis. Pode também expressar a sua opinião de que avalia que, se porventura assim entender, seria bom que tivéssemos uma coligação com o Deputado Ciro Gomes.

Quero aqui externar que dialoguei com o Deputado Ciro Gomes, há cerca de um mês, e transmiti a ele a minha disposição de apoiá-lo se o Partido dos Trabalhadores, tendo em conta a análise que a Direção Nacional, a Direção Estadual, o próprio Presidente Lula e todos os filiados considerarem como melhor. Também expresso que, na reunião havida nesse sábado, entre os trinta oradores que ali transmitiram a sua opinião, mais da metade expressou a importância de o PT ter o nosso próprio candidato filiado ao Partido. Inclusive alguns comentaram que o fato, por exemplo, de, no Rio de Janeiro, o PT às vezes ter aberto mão da candidatura própria muitas vezes tem dificultado que o PT venha novamente a apresentar um candidato próprio, seja a Prefeito, seja ao Governo do Estado de São Paulo. E, dada a importância, o peso e a história do Partido dos Trabalhadores no Estado de São Paulo, que, em 1982, 1986, 1990, 1994, 1998, 2002, disputou as eleições, tendo por vezes resultados muito importantes, que colaboraram para que tivéssemos a eleição de uma bancada significativa para a Câmara dos Deputados e para a Assembléia Legislativa, esses são fatores que devem ser levados em consideração.

Enfim, quero aqui reiterar a minha disposição de colaborar para que o Partido dos Trabalhadores tenha o melhor desempenho possível nas eleições de 2010, tanto na capital do Estado de São Paulo, com também em todas as cidades do interior e no Brasil inteiro. E eu estarei colaborando, no limite das minhas forças físicas, da minha saúde, para percorrer o Estado, bem como outros Estados do Brasil, no apoio tanto à Ministra Dilma Rousseff, quanto em São Paulo ao Senador Aloizio Mercadante, que já expressou ser candidato ao Senado, como também àquela pessoa que, por um processo democrático que a direção do Partido está conduzindo, será escolhida.

Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Senador Suplicy, a pujança e a dimensão do Estado de São Paulo está demonstrada também na política, na quantidade de pré-candidatos. V. Exª

lança oficialmente neste plenário, oficializa neste plenário uma notícia que já existe na imprensa, que é a confirmação da pré-candidatura de V. Exª ao Governo do Estado de São Paulo, pelo PT. Parabenizo V. Exª. Estamos aguardando as decisões paulistas.

Parabéns!

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado, Senador Roberto Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 2.279, DE 2009

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2009 (nº 1.693/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juruti, Estado do Pará.

RELATOR: Senador **FLEXA RIBEIRO**

I – RELATÓRIO

Chega a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 806, de 2009 (nº 1.693, de 2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juruti, Estado do Pará. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, incumbindo-lhe pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições, em caso de decisão terminativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

É entendimento pacífico que a desatualização das certidões constantes do processado – que demonstram situação regular da entidade junto ao INSS, FGTS, Fazenda Federal, Estadual e Municipal, bem como aquelas relativas à condição de pessoa física de seus dirigentes –, não sejam óbice à aprovação do presente ato de outorga, uma vez constatado que a vencedora do certame licitatório apresentou tempestivamente ao poder concedente toda a documentação exigida pela legislação regulamentar, tendo sido tais provas consideradas, à época, satisfatórias.

Encontrou-se o nome da cidade onde é sediada a emissora equivocadamente grafada, sendo **Juruti** a forma correta. Tal lapso é corrigido por meio de emendas de redação.

III – VOTO

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 806, de 2009, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela **aprovação** do ato que outorga concessão à *Beija-Flor Radiodifusão Ltda.* para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juriti, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados, com as seguintes emendas de redação:

EMENDA Nº 1 – CCT

Dê-se à ementa do PDS nº 806, de 2009, a seguinte redação:

Aprova o ato que outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juruti, Estado do Pará.

EMENDA Nº 2 – CCT

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 806, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de fevereiro de 2009, que outorga concessão à **Beija-Flor Radiodifusão Ltda.** para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juruti, Estado do Pará.

Sala da Comissão, 2 de dezembro de 2009.

Presidente Eventual

Senador Wellington Salgado de Oliveira.

, Relator

Senador Flexa Ribeiro.

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em Reunião Extraordinária, realizada nesta data, aprova o Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2009, com as Emendas de Redação abaixo descritas.

EMENDA Nº 1 – CCT

Dê-se à ementa do PDS nº 806, de 2009, a seguinte redação:

Aprova o ato que outorga concessão à BEIJA-FLOR RADIODIFUSÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juruti, Estado do Pará.

EMENDA Nº 2 – CCT

Dê-se ao art. 1º do PDS nº 806, de 2009, a seguinte redação:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº de 27 de fevereiro de 2009, que outorga concessão à **Beija-Flor Radiodifusão Ltda.** para explorar, por dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juruti, Estado do Pará.

Sala das Comissões, 2 de dezembro de 2009.

Senador **FLEXA RIBEIRO**
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
ASSINAM O PARECER AO PDS 806/09 NA REUNIÃO DE 02/12/2009
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EVENTUAL:	(Senador Wellington Salgado de Oliveira)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	
MARCELO CRIVELLA	**1. DELCÍDIO AMARAL**
RENATO CASAGRANDE	**2. FLÁVIO ARNS**
MAGNO MALTA	**3. ANTÔNIO CARLOS VALADARES**
ROBERTO CAVALCANTI	**4. JOÃO RIBEIRO**
Maioria (PMDB e PP)	
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	**1. VALTER PEREIRA**
LOBÃO FILHO	**2. ROMERO JUCÁ**
GERSON CAMATA	**3. GILVAM BORGES**
VALDIR RAUPP	**4. LEOMAR QUINTANILHA**
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM e PSDB)	
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	**1. GILBERTO GOELLNER**
DEMÓSTENES TORRES	**2. ELISEU RESENDE**
JOSÉ AGRIPINO	**3. MARCO MACIEL**
EFRAIM MORAIS	**4. KÁTIA ABREU**
CÍCERO LUCENA	**5. EDUARDO AZEREDO**
FLEXA RIBEIRO RELATOR	**6. SÉRGIO GUERRA**
PAPALÉO PAES	**7. ARTHUR VIRGÍLIO**
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI	**1. FERNANDO COLLOR**
PDT	
ACIR GURGACZ	**1- CRISTOVAM BUARQUE**

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PDS 806 /2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA				
RENATO CASAGRANDE				
MAGNO MALTA				
ROBERTO CAVALCANTI				
TITULARES - MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA				
LOBÃO FILHO				
GERSON CAMATA				
VALDIR RAUPP	X			
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X			
DEMÓSTENES TORRES				
JOSÉ AGRIPINO				
EFRAIM MORAIS				
CÍCERO LUCENA				
FLEXA RIBEIRO	X			
PAPALÉO PAES	X			
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X			
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X			

SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DELCÍDIO AMARAL				
FLÁVIO ARNS	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES				
JOÃO RIBEIRO	X			
SUPLENTES (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
VALTER PEREIRA				
ROMERO JUCÁ				
GILVAM BORGES	X			
LEOMAR QUINTANILHA				
SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
GILBERTO GOELLNER	X			
ELISEU RESENDE				
MARCO MACIEL				
KÁTIA ABREU				
EDUARDO AZEREDO	X			
SÉRGIO GUERRA				
ARTHUR VIRGÍLIO				
SUPLENTE - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
FERNANDO COLLOR				
SUPLENTE - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02 /12 / 2009.

SENADOR Wellington Salgado de Oliveira
Presidente Eventual,
da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL EMENDAS AO PDS 806 / 2009

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARCELO CRIVELLA					DELCÍDIO AMARAL				
RENATO CASAGRANDE					FLÁVIO ARNS	X			
MAGNO MALTA					ANTONIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO CAVALCANTI					JOÃO RIBEIRO	X			
TITULARES – MAIORIA (PMDB e PP)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES (PMDB e PP)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA					VALTER PEREIRA				
LOBÃO FILHO					ROMERO JUCÁ				
GERSON CAMATA					GILVAM BORGES	X			
VALDIR RAUPP	X				LEOMAR QUINTANILHA				
TITULARES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM E PSDB)**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				GILBERTO GOELLNER	X			
DEMÓSTENES TORRES					ELISEU RESENDE				
JOSÉ AGRIPINO					MARCO MACIEL				
EFRAIM MORAIS					KÁTIA ABREU				
CÍCERO LUCENA					EDUARDO AZEREDO	X			
FLEXA RIBEIRO	X				SÉRGIO GUERRA				
PAPALÉO PAES	X				ARTHUR VIRGÍLIO				
TITULAR - PTB	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
SÉRGIO ZAMBIASI	X				FERNANDO COLLOR				
TITULAR - PDT	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTE - PDT**	**SIM**	**NÃO**	**AUTOR**	**ABSTENÇÃO**
ACIR GURGACZ	X				CRISTOVAM BUARQUE				

TOTAL: 12 SIM: 11 NÃO: - ABS: - AUTOR: - PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 02 / 12 / 2009.

SENADOR Wellington Salgado de Oliveira.
Presidente Eventual da CCT

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Of. nº. 232/2009 – CCT

Brasília, 02 de dezembro de 2009.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo: 806 de 2009, com as duas emendas que apresenta.

SENADOR FLEXA RIBEIRO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

A Sua Excelência o Senhor

Senador JOSÉ SARNEY

Presidente do Senado Federal

NESTA

PARECER
Nº 2.280, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009 (nº 984/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício da Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008.

Relator: Senador Aloizio Mercadante

I – RELATÓRIO

Com fulcro no disposto no art. 49, inciso I, da Constituição, o Presidente da República, por meio da Mensagem nº 256, de 2008, encaminhou ao Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008.

O Acordo foi inicialmente apreciado pela Câmara dos Deputados, que aprovou o Projeto de Decreto Legislativo decorrente da Mensagem Presidencial, formulado por sua Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, após ser apreciado, também, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público.

O Projeto de Decreto Legislativo foi aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados em 16 de junho de 2009.

Pois bem, o acordo em comento autoriza o exercício de atividade remunerada no Estado acreditado pelos dependentes de funcionários enviados pelo Estado acreditante, lotados em Missão Diplomática, Repartição Consular ou Representação junto a Organismo Internacional, com base na reciprocidade.

Nos termos do artigo 1º, letra "a", são considerados dependentes: o cônjuge, o companheiro ou companheira, os filhos solteiros menores de 21 anos, os filhos solteiros menores de 25 que estejam cursando o ensino superior em horário integral e os filhos solteiros com deficiência física ou mental que tenham condições de exercer um trabalho.

A autorização de trabalho poderá ser denegada quando o empregador for o próprio Estado acreditado, inclusive por meio de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. A autorização também poderá ser indeferida, quando a atividade afetar a segurança nacional desse Estado.

Obviamente, a permissão para o dependente exercer atividade remunerada cessará com o término das funções, no Estado acreditado, da pessoa à qual esteja vinculado por parentesco.

Importante destacar que o direito de os dependentes exercerem atividade remunerada está condicionado às leis que regem o exercício de profissão específica, vigentes no Estado acreditado. Desse modo, protege-se a ordem jurídica interna do Estado acreditado.

Os dependentes autorizados a trabalhar no Estado acreditado perdem os benefícios da imunidade de jurisdição civil e administrativa, nos atos ou omissões relacionados com o desempenho da atividade remunerada por eles exercida. Esta cláusula é importante, pois sujeita efetivamente os dependentes do pessoal diplomático às leis trabalhistas e previdenciárias do Estado acreditado.

No que se refere às normas de imunidade de jurisdição penal, normais em atos internacionais dessa natureza, em virtude dos ditames da Convenção de Viena Sobre Relações Diplomáticas, estas só poderão ser aplicadas aos fatos relacionados com o exercício da atividade remunerada. Na ocorrência de delito, o Estado acreditante deverá analisar a hipótese de renunciar à imunidade de jurisdição penal do dependente. Se não renunciar, o Estado acreditante se compromete a submeter o delito à apreciação de seus órgãos de persecução penal, devendo informar o Estado acreditado sobre o desfecho do processo.

Como é de praxe nesse tipo de acordo, os seus beneficiários ficarão sujeitos ao regime tributário e previdenciário do Estado acreditado, desde que isso não se oponha a outros compromissos internacionais a que as Partes tenham aderido.

É o Relatório.

II-ANÁLISE

O Acordo em consideração, celebrado entre o Brasil e a Alemanha, tem por finalidade permitir o exercício de atividades remuneradas aos dependentes do pessoal diplomático, consular e de organismos internacionais no território sob a jurisdição do Estado acreditado.

Conforme consta da Exposição de Motivos assinada pelo Ministro, interino, das Relações Exteriores, "o presente Acordo, semelhante aos assinados com mais de uma dezena de países ao longo da última década, reflete a tendência atual de

estender aos dependentes dos agentes das missões diplomáticas a oportunidade de trabalhar no exterior, permitindo-lhes o enriquecimento de sua experiência profissional".

No que tange à constitucionalidade da matéria em pareço, é preciso ressaltar que ela está em harmonia com os princípios constitucionais que norteiam as relações internacionais do Brasil, em particular a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, preceituada no inciso IX do art. 4º da Carta Magna de 1988.

No que se refere ao mérito do ato internacional em pauta, é preciso assinalar, em primeiro lugar, que se trata de acordo idêntico a dezenas de outros já aprovados nesta Casa desde 1987. Há, de fato, uma forte tendência internacional de universalização da permissão de trabalho aos dependentes do pessoal diplomático e consular.

possibilidade de trabalho para dependentes do pessoal diplomático é condicionada, obviamente, à expedição de autorização específica por parte do Estado do país onde o diplomata esteja acreditado. Ademais, o exercício de atividade remunerada por parte do pessoal dependente implica, como vimos no Relatório, revogação da imunidade de jurisdição civil e administrativa relativa às questões decorrentes da referida atividade.

Assim, os dependentes que exerçam atividade remunerada deverão cumprir as obrigações tributárias e previdenciárias decorrentes da atividade, ficando sujeitos à legislação aplicável às pessoas físicas residentes no Estado acreditado. Dessa forma, protege-se a legislação interna do Estado hospedeiro.

Tais acordos beneficiam sobretudo as mulheres de diplomatas que, a partir da celebração desses instrumentos, poderão trabalhar legalmente nos países nos quais os seus maridos estejam acreditados. Como o papel da mulher na sociedade vem

mudando aceleradamente, esses acordos se fazem necessários. Os atos internacionais dessa natureza se constituem, portanto, em acordos de grande mérito social. Saliente-se que a Alemanha vem se constituindo num dos principais países propugnadores desse tipo de acordo, já tendo ratificado dezenas deles.

Do ponto de vista diplomático, o acordo tem também grande mérito, já que o Brasil está empenhado no aprimoramento de sua relação bilateral com a Alemanha, país com o qual temos muitas convergências nas áreas ambiental, econômica e comercial.

Assim sendo, não vislumbramos quaisquer óbices à aprovação deste singelo diploma.

III-VOTO

Ante o exposto, votamos favoravelmente ao Projeto de Decreto Legislativo Nº 496, de 2009 (PDC nº 984, de 2008, na origem), que aprova o texto do "Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008".

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2009.

de 2009

Senador Aloizio Mercadante
Relator

Senador Heráclito Fortes
Presidente em exercício na
Comissão de Relações Exteriores
e Defesa Nacional

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 496, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Aloizio Mercadante, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Heráclito Fortes (Presidente), Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, João Tenório, Fernando Collor, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2009.

Senador HERÁCLITO FORTES

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSAO DE RELAÇOES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 496, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR HERACLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR ALOIZIO MERCADANTE	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT) (Relator)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM) (Presidente)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

PARECER
Nº 2.281, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009 (nº 1.383/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.

RELATOR: Senador **JOÃO RIBEIRO**

RELATOR "AD HOC": Senador **JOÃO TENÓRIO**

I – RELATÓRIO

Esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 721, de 2009, que resulta da Mensagem nº 601, de 13 de agosto de 2007, enviada ao Congresso Nacional pelo Presidente da República, com fundamento no disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, para apreciação do acordo acima ementado.

Na Câmara dos Deputados, a mensagem foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), que elaborou e aprovou o projeto de decreto legislativo (PDC) em análise, ali registrado sob o nº 1.383, de 2009. A proposição passou, em seguida, pelo crivo das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) e de Turismo e Desporto (CTD).

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) em 2 de setembro de 2009 e a este Relator em 15 de setembro, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

Segundo esclarece a exposição de motivos assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores e que acompanha a mensagem presidencial, o acordo realiza as aspirações nacionais de cooperação e integração da América do Sul e fortalece a confiança e a transparência mútuas em matéria de Defesa. São priorizados pelo acordo a pesquisa e o desenvolvimento, o apoio logístico e a aquisição de produtos e serviços, o compartilhamento de conhecimentos e experiências, a promoção de ações conjuntas de treinamento e instrução militar, a colaboração em assuntos relativos a equipamentos e sistemas, o intercâmbio de pessoal e informação, a cooperação em matéria de equipamento militar e treinamento.

II – ANÁLISE

Para além de um acordo de cooperação na área de Defesa, o pacto bilateral, ao reconhecer, no artigo 1, alínea *a*, ter por objeto o desenvolvimento de visão compartilhada de defesa, a identificação de temas e interesses comuns no âmbito global, hemisfério e regional, reveste-se de importância estratégica. Esse é o princípio que inspira e norteia toda a cooperação, em todos os seus meios e modos.

Embora os conceitos contemporâneos de geopolítica privilegiem a manutenção e a expansão do poder pela extensão de outras redes de influência e dependência que não as delimitadas pela força bélica – econômica, ideológica, política, como exemplos –, decerto a capacidade de defesa de um país permanece como importante elemento de definição de sua inserção internacional, para além da sua instrumentalidade na debelação de ameaças, internacionais ou transnacionais, como a criminalidade organizada. Ao se projetar a formação de um espaço de interação regional no qual a união de esforços aperfeiçoa os resultados das políticas governamentais regionais em nome da segurança e da defesa, como no caso concreto, nada mais razoável que a pacificação prévia de uma perspectiva conjunta de defesa. É nesse sentido que se alinhavam todas as atividades de cooperação no tema.

De resto, constam do acordo cláusulas-padrão sobre responsabilidade financeira quanto à cooperação, assistência médica ao pessoal, responsabilidade civil pelas atividades militares levadas a cabo no bojo da cooperação, segurança de matérias classificadas, emenda, revisão e ajuste complementar, solução de controvérsias, vigência e denúncia do tratado.

No momento histórico vivido, no qual a América Latina é assaltada por desconfianças mútuas quanto às intenções implícitas dos países na reformulação e promoção de seus programas de defesa e incremento de efetivos, a valorização da cooperação regional em termos tão transparentes quanto os fixados neste acordo é de todo oportuna e conveniente para estabilizar as expectativas e reafirmar os compromissos, interesses e valores comuns do subcontinente. Acena aos partícipes do tabuleiro geopolítico regional a boa-fé e o compromisso próprios de quem patrocina a causa da atuação conjunta.

III – VOTO

Por todo o exposto, e por não apresentar o Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009, vício algum de constitucionalidade, juridicidade ou técnica legislativa, além de se revelar conveniente e oportuno, o voto é por sua aprovação.

Sala da Comissão,

, Presidente em exercício

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 721, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião extraordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador João Ribeiro, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Heráclito Fortes (Presidente), Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Fernando Collor, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2009.

Senador HERÁCLITO FORTES

Presidente em exercício da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 721, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03 / 12 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR JOÃO TENÓRIO "AD HOC"	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

PARECER
Nº 2.282, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009 (nº 1.396/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008.

RELATOR: Senador **HERÁCLITO FORTES**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Nesse sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009 (PDC nº 1.396, de 2009, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, no dia 8 de outubro de 2009, após passar pelo crivo das Comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 128, de 3 de março de 2009, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 39, de 3 de fevereiro de 2009, do Ministro de Estado das Relações Exteriores (EM Nº 00039 MRE – CVIS).

Cumpre registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O tratado, composto de quinze artigos, estabelece Programa de Férias e Trabalho para cidadãos brasileiros na Nova Zelândia e para cidadãos neozelandeses no Brasil. O programa contempla, como o nome indica, a possibilidade de trabalho de nacionais de cada Estado no território do outro. Isso se dá mediante a outorga de visto temporário que se insere na categoria universalmente conhecida de *working holiday visa* ("visto de férias e trabalho").

O visto mencionado outorga ao portador a possibilidade de trabalhar no país recebedor como meio de complementar os fundos destinados à sua viagem de férias. O contexto dessa facilitação de vistos insere-se na prática de a maioria dos Estados celebrarem acordos bilaterais em que concedem a seus nacionais, de forma recíproca, certos benefícios consulares ou de outra índole. Esse modo de proceder favorece o intercâmbio cultural entre súditos de diferentes países e, no presente caso, possibilita aos jovens por ele contemplados a experiência de viver em outro país sem o ônus de experimentar custos mais elevados. Deve-se observar, contudo, que o trabalho não é a principal razão dessa visita.

Trata-se do primeiro acordo do gênero envolvendo o Brasil e apto a criar, após sua entrada em vigor no plano internacional, oportunidades aos jovens de lado a lado. Do ponto de vista da nossa legislação trabalhista, não se encontram impedimentos constitucionais ou jurídicos para a adoção dessa modalidade de intercâmbio cultural e de recepção de jovens trabalhadores estrangeiros. Estabelecida mediante acordo, essa "contratação" pode adquirir outra forma jurídica, não se confundindo com outros institutos trabalhistas brasileiros como a "relação de emprego", estágio ou contrato de aprendiz.

Como prescreve o tratado com a Nova Zelândia, os participantes do programa regido pelo acordo não poderão estabelecer relação de trabalho permanente durante sua estada, tampouco trabalhar para o mesmo empregador por mais de três meses (art. 8º, item 2). O documento prevê, ainda, a possibilidade de requisição da Carteira de Trabalho e Previdência Social (art. 9º, item 2). Nesse caso específico, caso o visitante pretenda trabalhar, haverá um contrato de trabalho com prazo determinado ou vários contratos, que podem totalizar um ano de atividade.

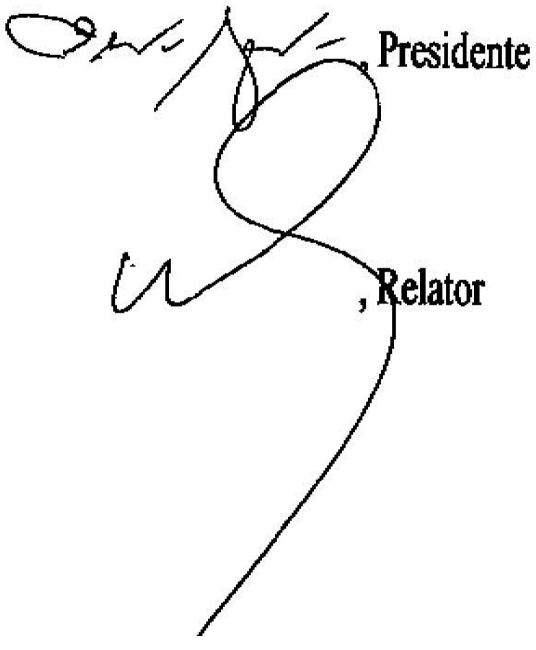
A proposta é especialmente interessante em se tratando da possibilidade de oferecer, aos nossos jovens, a perspectiva de viajar ao exterior, conhecendo novas culturas e aprendendo idiomas estrangeiros. É improvável entretanto, que haja impacto significativo nos níveis de emprego no país.

Trata-se, enfim, de acordo destinado a aproximar Brasil e Nova Zelândia pelo contato direto de seus nacionais mediante o turismo auto-sustentado.

III – VOTO

Por todo o exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, constitucional, além de versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009.

Sala da Comissão,



, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 845, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Heráclito Fortes, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (Presidente), Eduardo Suplicy, Antonio Carlos Valadares, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, Heráclito Fortes, João Tenório, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 845, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

PARECER
Nº 2.283, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009 (nº 1.477/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008.

RELATOR: Senador **MARCO MACIEL**

I – RELATÓRIO

Com fulcro no art. 49, inciso I, da Constituição Federal, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional a Mensagem nº 913, de 20 de novembro de 2008, portadora do texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, de 24 de outubro de 1991, relativo ao Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás. A troca de notas foi concluída em 13 de agosto de 2008.

Por preceito constitucional, a mensagem presidencial iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados. Naquela Casa, ela foi destinada à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que decidiu pela formulação e aprovação do Projeto de Decreto Legislativo presentemente em análise. A proposição foi, em seguida,

apreciada pelas Comissões de Minas e Energia, de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Aprovada pelo Plenário da Câmara no dia 28 de outubro de 2009, a proposição foi recebida no Senado Federal no dia 4 de novembro subseqüente. Distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional na mesma data, foi, em seguida, designada para o Relator que subscreve este Parecer, após prazo regimental sem que tenha recebido emendas.

II – ANÁLISE

O instrumento internacional em pauta constitui Ajuste Complementar, por Troca de Notas, ao Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação Financeira, de 24 de outubro de 1991. O ajuste que ora se aprecia é relacionado com o Projeto "Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás" e foi concluído pelos dois governos em 13 de agosto de 2008.

O ajuste tem por objetivo reprogramar empréstimos e contribuições financeiras não reembolsáveis, num total de 37.232.289,52 EUR (trinta e sete milhões, duzentos e trinta de dois mil, duzentos e oitenta e nove euros e cinquenta e dois centavos), destacando que com esse ajuste, passou a ser denominado de "Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás", em substituição ao anteriormente denominado "Energias Renováveis no Norte e no Nordeste do Brasil".

As notas trocadas, de idêntico teor, por sua natureza, compõem-se de cinco itens referentes aos aspectos econômico-financeiros e outros dois de caráter administrativo-operacional.

Pelo item 1, a República Federal da Alemanha arrola os valores e a reprogramação de seis empréstimos e de uma contribuição financeira não reembolsável, a serem feitos ao Brasil, detalhando, no item 2, os prazos e condições para a quitação dos empréstimos.

Os itens 3 e 4 prevêem uma contribuição financeira não reembolsável e um empréstimo conjugado a serem feitos pela Alemanha, também com destinações especificadas e condições de quitação.

O item 5 sumariza a movimentação financeira que ocorrerá entre os dois países para o programa objeto do ajuste.

Quanto aos parágrafos procedimentais, eles resolvem sobre a aplicação das disposições do Acordo de Cooperação Financeira Brasil-Alemanha de 1991 para os casos omissos e sobre os idiomas oficiais do pacto, que o são o português e o alemão.

Conforme anotado na Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, o instrumento internacional em exame é indicativo da continuidade das relações amistosas entre Brasil e Alemanha mediante laços de cooperação financeira que visam a promover o desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Explicite-se que o ajuste complementar refere-se a dois tipos de repasses: empréstimos e contribuições financeiras não reembolsáveis. Os empréstimos deverão ser quitados nos termos acordados. As contribuições não reembolsáveis constituem montante que será doado mediante a condição de ser aplicado no programa especificado.Esse ajuste insere-se no profícuo quadro atual de cooperação econômica e financeira entre Brasil e Alemanha. Diversos instrumentos normativos bilaterais estão em vigor entre os dois países.

Nessa cooperação observa-se preocupação alemã no sentido de que os projetos brasileiros de infra-estrutura tenham conteúdo de sustentabilidade, com privilégio para projetos que envolvam energias limpas e de preservação ambiental. Com esse intuito, abrem as portas para suporte técnico e contribuições financeiras não reembolsáveis.

O desenvolvimento de programas de pequenas centrais hidrelétricas é importante para o setor elétrico nacional, uma vez que incrementa a oferta de energia renovável a custos já competitivos. Não demandam investimento inicial elevado, podem ser implantadas em prazos curtos, apresentam baixo impacto ambiental e empregam significativa quantidade de mão de obra local, além de poderem ser construídas próximas das áreas de consumo, evitando a construção de grandes sistemas de transmissão.

III – VOTO

Ante o exposto, considerando-se a inexistência na proposição de qualsquer vícios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, tendo em vista o impacto positivo deste ajuste financeiro para a infra-estrutura do País, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2009.

, Presidente em exercício

Senador Marco Maciel, Relator

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 865, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Marco Maciel, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Heráclito Fortes (Presidente em exercício), Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, João Tenório, Fernando Collor, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho, José Agripino e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2009.

Senador HERÁCLITO FORTES

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

(em exercício)

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 865, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE EM EXERCÍCIO: SENADOR HERÁCLITO FORTES	
RELATOR: SENADOR MARCO MACIEL	
TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO (PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – ROMÃO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
FLÁVIO TORRES	1 – CRISTOVAM BUARQUE

Publicado no DSF, de 08/12/2009.

PARECER
Nº 2.284, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009 (nº 1.656/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008.

RELATOR: Senador **ROBERTO CAVALCANTI**

I – RELATÓRIO

Em cumprimento ao disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art 84, inciso VIII, da Constituição Federal, o Presidente da República submeteu à apreciação do Congresso Nacional o texto do ato internacional acima ementado. Nesse sentido, esta Comissão é chamada a pronunciar-se sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009 (PDC nº 1.656, de 2009, na origem).

Na Câmara dos Deputados, o acordo foi aprovado pelo Plenário, no dia 5 de novembro de 2009, após passar pelo crivo das Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Acompanha a proposição a Mensagem nº 156, de 13 de março de 2009, do Poder Executivo, que encaminha o texto do tratado ao Congresso Nacional, bem como a Exposição de Motivos nº 5, de 7 de janeiro de 2009, do Ministro de Estado das Relações Exteriores (EM Nº 00005 MRE – PAIN/BRAS/RFA).

O documento ministerial informa que o acordo "busca aprofundar a cooperação bilateral na área de segurança pública, especialmente no que se refere à execução de projetos técnicos e operacionais com vistas à modernização das instituições brasileiras e ao combate à criminalidade". A exposição de motivos registra, também, que "a cooperação será conduzida nas áreas de prevenção e combate a crimes transnacionais, cometidos ou projetados, e prevê a troca de informação, o intercâmbio de experiência, a adoção de medidas de prevenção e repressão, e a capacitação de especialistas".

Cumpre registrar, ainda, que não foram apresentadas emendas ao projeto no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Os *consideranda* do ato internacional sob análise destacam o desejo de fortalecer a cooperação entre os dois países, bem como promover o bem-estar social e a segurança pública em ambos os Estados. Indicam, por igual, a importância da cooperação que se busca na prevenção e repressão à violência e à criminalidade. Destaca, ainda, a observância dos princípios da igualdade de direitos, da reciprocidade e do benefício mútuo como guias do acordo celebrado.

O tratado compõe-se de dez artigos. O primeiro indica, de modo preciso, o objeto do acordo: melhoria da cooperação bilateral na área de segurança pública, especialmente no que se refere à execução de projetos técnicos e operacionais atinentes. Para tanto, as partes designam as instituições executoras. No Brasil, será o Ministério da Justiça. O escopo da cooperação inclui, entre outros, a troca de informações sobre grupos criminosos; a adoção de medidas conjuntas para a prevenção e a repressão relacionadas ao consumo e à produção de tráfico ilícito de entorpecentes; o intercâmbio de experiências; o estabelecimento, quando necessário, de adidâncias policiais; o intercâmbio de conhecimentos profissionais e melhores práticas.

O texto contempla, também, algumas salvaguardas relacionadas ao direito interno. Assim, por exemplo, na hipótese de eventual solicitação formulada atentar contra a segurança, a ordem pública ou outros interesses essenciais do país, o pedido de cooperação poderá ser recusado, integral ou parcialmente, ou vinculado a condições ou pré-requisitos (art. 6°). Em qualquer caso, a recusa deverá ser justificada. Prevê-se, nessa linha, o tratamento confidencial das informações, de acordo com as disposições do ordenamento jurídico interno de quem as presta (art. 7°).

Trata-se, portanto, de acordo de grande importância, visto que cuida de assunto — segurança pública — que demanda cada vez mais a ação conjunta dos Estados.

III – VOTO

Por todo o exposto, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, por não encontrar óbice quanto à constitucionalidade e juridicidade, além de ser versada em boa técnica legislativa, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 870, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador Roberto Cavalcanti, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (Presidente), Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Pedro Simon, Geraldo Mesquita Júnior, Marco Maciel, João Tenório, Fernando Collor, Aloizio Mercadante, Augusto Botelho, Gilvam Borges, José Agripino e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 870, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/12/2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR ROBERTO CAVALCANTI	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

PARECER
Nº 2.285, DE 2009

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009 (nº 1.741/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre a República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008.

RELATOR: Senador **JOÃO PEDRO**

I – RELATÓRIO

Com fulcro nos arts. 49, I, e 58, *caput*, da Constituição Federal, e no art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), esta Comissão é chamada a opinar sobre o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 875, de 2009, acima ementado.

O PDS nº 875, de 2009, resultou da conversão da Mensagem Presidencial nº 171, de 18 de março de 2009, que encaminha o texto do acordo à Casa iniciadora, transformado no Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 1.741, de 2009. Na Câmara dos Deputados, tramitou nas Comissões de Minas e Energia e de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo encontrado seu trânsito legislativo naquela Casa em 5 de novembro de 2009, quando foi aprovada em plenário.

A proposição veio ao Senado Federal, onde foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional em 16 de novembro de 2009 e a este Relator no dia 26 subsequente, após cumprimento do prazo regimental, durante o qual não recebeu emendas.

A Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, que acompanha a mensagem presidencial, destaca que o Acordo "tem como principal objetivo aprofundar a parceria no setor de energia, principalmente por intermédio da adoção de medidas de eficiência energética e economia de energia e pela ampliação do uso de energias renováveis". O documento ministerial registra, também, que ambos os países "deverão promover o diálogo e intercâmbio de informações, de experiências e de conhecimento científico e tecnológico, assim como a participação do setor privado nas iniciativas de cooperação previstas no mencionado Acordo".

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Versado em nove artigos, o Acordo estabelece cooperação bilateral no setor de energia com foco em energias renováveis e eficiência energética. Nos considerandos do ato internacional em apreciação, as Partes contratantes destacam, em resumo, a necessidade de assegurar o uso seguro e sustentável de energia; a imprescindibilidade de processos de geração de energia que reduzam a emissão de poluentes e gases de efeito estufa na atmosfera; o objetivo comum de cooperação para aperfeiçoar e desenvolver infra-estrutura de energia sustentável por meio de eficiência energética e medidas de economia de energia; o interesse comum no desenvolvimento de tecnologias no campo da eficiência energética e das energias renováveis.

O presente tratado está, de tal ou qual maneira, amparado no Acordo-Quadro sobre Cooperação em Pesquisa Científica e Desenvolvimento Tecnológico, firmado entre as partes em 20 de março de 1996. Ele se vale, por igual, do Acordo Básico de Cooperação Técnica firmado entre as partes em 17 de setembro de 1996. Pode-se, ainda, invocar a parceria no setor energético estipulada por ambos os países em plano de ação sancionado por seus respectivos governos em fevereiro de 2002. Vê-se, pois, que se cuida de item importante na agenda bilateral. Assim, o acordo dá consequência ainda maior à aproximação bilateral que se pretende no campo das energias renováveis.

Nesse sentido, o documento indica como áreas adequadas para a cooperação bilateral no campo das energias renováveis a hidroeletricidade, a energia eólica, a solar, a biomassa, os resíduos sólidos, a geotérmica, a oceânica e

os biocombustíveis. No domínio da eficiência energética, indica todas as formas de conservação e uso racional de energia. Com objetivo de aprofundar a cooperação, as partes criarão Grupos de Trabalho específicos (art. 4°). O texto dispõe, ainda, a necessidade de observância dos direitos de propriedade intelectual em conformidade com a respectiva legislação nacional e com acordos internacionais em vigor nos dois países (art. 5°). Em seus dispositivos finais, o documento disciplina sua validade em quinze anos, renovados por períodos de cinco anos, salvo eventual denúncia por uma das partes.

Assim é que, em nosso entendimento, o acordo bilateral em tela segue os parâmetros normativos brasileiros com relação à matéria. Para além dessa circunstância, ele proporcionará às relações teuto-brasileiras salto qualitativo na medida em que proporciona elementos concretos para efetivação da cooperação em campo da maior importância para ambos os países e, em derradeira análise, para a humanidade.

III – VOTO

Por todo exposto, não apresentando o Projeto qualquer vício de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade ou técnica legislativa, e por ser a proposição conveniente e oportuna aos interesses nacionais, somos pela aprovação do presente Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009.

Sala da Comissão, 3 de dezembro de 2009.

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 875, DE 2009

IV – DECISÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reunião ordinária realizada nesta data, aprovou o Relatório do Senador João Pedro, que passa a constituir Parecer da CRE favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CD).

Assinam o Parecer os Senhores Senadores:

Eduardo Azeredo (Presidente), Eduardo Suplicy, João Pedro, Roberto Cavalcanti, Geraldo Mesquita Júnior, Paulo Duque, Marco Maciel, Heráclito Fortes, Fernando Collor, Augusto Botelho e Romeu Tuma.

Sala da Comissão, em 03 de dezembro de 2009.

Senador EDUARDO AZEREDO

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 875, DE 2009.
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03 / 12 / 2009, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR EDUARDO AZEREDO	
RELATOR: SENADOR JOÃO PEDRO	
TITULARES	**SUPLENTES**
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PC do B, PRB)	
EDUARDO SUPLICY (PT)	1 – ALOIZIO MERCADANTE (PT)
ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)	2 – MARINA SILVA (PV)
JOÃO RIBEIRO(PR)	3 – RENATO CASAGRANDE (PSB)
JOÃO PEDRO (PT) (Relator)	4 – MAGNO MALTA (PR)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	5 – AUGUSTO BOTELHO (PT)
PMDB, PP	
PEDRO SIMON	1 – ALMEIDA LIMA
FRANCISCO DORNELLES	2 – INÁCIO ARRUDA
GERALDO MESQUITA JÚNIOR	3 - WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA
ROMERO JUCÁ	4 – VALDIR RAUPP
PAULO DUQUE	5 – GILVAM BORGES
BLOCO DA MINORIA (DEM e PSDB)	
EFRAIM MORAIS (DEM)	1 – ADELMIR SANTANA (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	2 - ROSALBA CIARLINI (DEM)
MARCO MACIEL (DEM)	3 – JOSÉ AGRIPINO (DEM)
HERÁCLITO FORTES (DEM)	4 – ROMEU TUMA (PTB)
JOÃO TENÓRIO (PSDB)	5 – ÁLVARO DIAS (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB) (Presidente)	6 – ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	7 - TASSO JEREISSATI (PSDB)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 – MOZARILDO CAVALCANTI
PDT	
PATRÍCIA SABOYA	1 – CRISTOVAM BUARQUE

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 232, de 2009**, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, comunicando a aprovação em caráter terminativo do **Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2009**, cujo parecer foi lido anteriormente.

Nos termos do art. 91, inciso III, do Regimento Interno, combinado com a Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário.

É o seguinte o ofício:

Of. Nº 232/2009 – CCT

Brasília, 2 de dezembro de 2009

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em reunião realizada nesta data, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, aprovou, em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 806 de 2009, com as duas emendas que apresenta. – Senador **Flexa Ribeiro,** Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 547, DE 2009

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que *cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica,* para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ementa da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa vigorar com a seguinte redação:

"Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, nas regiões que especifica." (NR)

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao art. 1º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002:

"**Art. 1º** É criado o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituído o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de

sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, situados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO, definidas respectivamente pelas Leis Complementares nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e nº 129, de 8 de janeiro de 2009." (NR)

Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 5º e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante do benefício decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição Federal, que acompanhará o projeto de lei orçamentária cuja apresentação se der após decorridos 60 (sessenta) dias da publicação desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 3 de janeiro de 2007, por meio das Leis Complementares nºs 124 e 125, foram reestruturadas as Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Essas medidas podem ser consideradas marcos importantes no processo de integração regional.

No entanto, entendemos que a região Centro-Oeste deve igualmente fazer parte das políticas públicas para minoração de desigualdades socioeconômicas. Temos percebido que o processo legislativo tem reconhecido o mérito das reivindicações do povo da nossa Região. Entretanto, é necessário se destacar que as medidas têm sido tomadas com diferimento temporal.

Como exemplo maior, citamos o caso da reestruturação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), que só ocorreu por meio da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, ou seja, dois anos após tratamento específico para as regiões Norte e Nordeste.

Em que pesem as ponderações corretas de que aquelas regiões ainda se encontram com menor desenvolvimento relativo, gostaria de fazer a ressalva que esse fato não é verdade para todos os segmentos sociais.

No caso dos agricultores familiares que passam por perdas por catástrofes em razão do fenômeno da estiagem ou excesso hídrico, a situação é praticamente igual. São pessoas com baixa renda, com pouca capacidade econômica para suportar tais desastres, que não dispõem de alternativas para recuperação, que vivem do seu trabalho duro e que são arrastadas para uma situação de penúria incompatível com o sistema de proteção social que, entendemos, deva prevalecer no Brasil.

Visando a minorar tais efeitos, apresentamos o presente projeto de lei com o fim de estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da SUDECO.

Entendemos que o Benefício Garantia-Safra – programa criado no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso com o nome de Seguro-Safra – tem ajudado os pequenos produtores rurais nordestinos a enfrentarem fenômenos naturais, e será igualmente útil para reduzir a pobreza e fortalecer a agricultura familiar na região Centro-Oeste.

Face ao exposto, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 2009

Senadora **MARISA SERRANO**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 10.420, DE 10 DE ABRIL DE 2002.

Cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garantia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica. (Redação dada pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003)

Art. 1º É criado o Fundo Garantia-Safra, de natureza financeira, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, e instituído o Benefício Garantia-Safra, com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de Municípios sistematicamente sujeitos a perda de safra por razão do fenômeno da

estiagem ou excesso hídrico, situados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, definida pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 1º Para os efeitos desta Lei, no Estado do Espírito Santo, consideram-se somente os Municípios referidos na Lei nº 9.690, de 15 de julho de 1998. (Incluído pela Lei nº 10.700, de 9.7.2003)

§ 2º O Benefício Garantia-Safra somente poderá ser pago aos agricultores familiares residentes em Municípios nos quais tenha sido verificada perda de safra nos termos do art. 8º desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

§ 3º Aos beneficiários que aderirem ao Fundo Garantia-Safra somente será pago um benefício por ano-safra, independentemente de terem sofrido perda de safra por estiagem ou excesso hídrico. (Redação dada pela Lei nº 11.775, de 2008)

.....

.....

(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

Publicado no **DSF**, em 08/12/2009.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

Sobre a mesa, projeto recebido da Câmara dos Deputados que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 953, DE 2009
(nº 1.105/2008, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo-Quadro, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

ACORDO-QUADRO ENTRE O MERCOSUL E A REPÚBLICA ÁRABE DO EGITO

A República da Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, Estados Partes do MERCOSUL, e a República Árabe do Egito;

Desejando estabelecer regras claras, previsíveis e duradouras para promover o desenvolvimento do comércio e de investimentos recíprocos;

Reafirmando o compromisso de reforçar as regras do comércio internacional, em conformidade com as normas da Organização Mundial do Comércio.

Reconhecendo que os acordos de livre comércio contribuem para a expansão do comércio mundial, para uma maior estabilidade internacional e, em particular, para o desenvolvimento de relações mais próximas entre seus povos;

Considerando que o processo de integração econômica inclui não apenas a liberação recíproca e gradativa do comércio, mas também o estabelecimento de uma cooperação econômica mais ampla;

ACORDAM:

ARTIGO 1

Para os fins do presente Acordo, as Partes Contratantes são o MERCOSUL e a República Árabe do Egito. As Partes Signatárias são a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai, a República Oriental do Uruguai e a República Árabe do Egito.

ARTIGO 2

O presente Acordo-Quadro tem por objetivo fortalecer as relações entre as Partes Contratantes, promover a expansão do comércio e estabelecer as condições e mecanismos para negociar uma Área de Livre Comércio em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio.

ARTIGO 3

Como primeiro passo para cumprir os objetivos referidos no Artigo 2, as Partes Contratantes acordam concluir um Acordo de Preferências Fixas, visando ao aumento dos fluxos do comércio bilateral por meio da outorga de acesso efetivo aos seus respectivos mercados mediante concessões mútuas.

As Partes Contratantes acordam, ainda, empreender negociações periódicas visando a ampliar o alcance do Acordo de Preferências Fixas.

ARTIGO 4

As Partes Contratantes acordam constituir uma Comissão Negociadora. Seus membros serão, pelo Mercosul: o Grupo Mercado Comum ou seus representantes; pela República Árabe do Egito: o Ministério do Comércio Exterior ou seus representantes. A fim de cumprir os objetivos fixados no Artigo 2, a Comissão Negociadora estabelecerá um cronograma de trabalho para as negociações.

A Comissão Negociadora reunir-se-á com a freqüência determinada pelas Partes Contratantes.

ARTIGO 5

A Comissão Negociadora servirá de foro para:

a) Trocar informações sobre as tarifas aplicadas por cada Parte Contratante, sobre o comércio bilateral e o comércio com terceiros países, bem como sobre suas respectivas políticas comerciais;
b) Trocar informações sobre acesso a mercado, medidas tarifárias e não tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas, regras de origem, regime de salvaguardas, direitos anti-dumping e direitos compensatórios, regimes aduaneiros especiais e solução de controvérsias, entre outros;
c) Identificar e propor medidas para atingir os objetivos fixados no artigo 3, inclusive no que tange à facilitação de negócios;
d) Estabelecer os critérios para a negociação de uma Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito;
e) Negociar um acordo para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, com base nos critérios acordados;
f) Cumprir as outras tarefas que as Partes Contratantes determinarem.

ARTIGO 6

Com o objetivo de ampliar o conhecimento mútuo sobre as oportunidades comerciais e de investimentos em ambas as Partes, as Partes Contratantes estimularão as atividades de promoção comercial, tais como seminários, missões empresariais, feiras, simpósios e exposições.

ARTIGO 7

As Partes Contratantes promoverão o desenvolvimento de ações conjuntas orientadas à implementação de projetos de cooperação nos setores agrícola e industrial, entre outros, por meio da troca de informações, da realização de programas de capacitação e de missões técnicas.

ARTIGO 8

As Partes Contratantes promoverão a expansão e diversificação do comércio de serviços entre elas segundo as disposições da Comissão Negociadora e em conformidade com o Acordo Geral sobre Comércio de Serviços (GATS).

ARTIGO 9

As Partes Contratantes acordam cooperar para a promoção de relações mais próximas entre suas organizações relevantes nas áreas de saúde vegetal e animal, normalização, inocuidade alimentar, reconhecimento mútuo de medidas sanitárias e fitossanitárias, inclusive por meio de acordos de equivalência, em conformidade com os critérios internacionais relevantes.

ARTIGO 10

1. O presente Acordo entrará em vigor trinta dias após a data em que as Partes Contratantes tiverem notificado formalmente, por escrito e pelos canais diplomáticos, o cumprimento das formalidades legais internas necessárias para esse fim.

2. Este Acordo permanecerá em vigor por um período de três anos. A partir de então, será considerado automaticamente prorrogado a cada três anos, a não ser que uma das Partes Contratantes decida não renová-lo, por meio de notificação escrita apresentada por canais diplomáticos. Essa decisão deve ser tomada com antecedência de pelo menos 30 dias em relação à expiração do período de três anos. A denúncia entrará em vigência 6 (seis) meses após a data da notificação.

3. Para os fins do estabelecido no Artigo 10.1, o Governo da República do Paraguai será o Depositário do presente Acordo pelo Mercosul.

4. No cumprimento das funções de Depositário previstas no Artigo 10.3, o Governo da República do Paraguai notificará os demais Estados Partes do Mercosul sobre a data de entrada em vigência do presente Acordo.

ARTIGO 11

O presente Acordo poderá ser emendado com o consentimento mútuo das Partes Contratantes por meio de troca de notas pelos canais diplomáticos.

ASSINADO na cidade de Puerto Iguazú, República Argentina, aos sete dias do mês de julho de dois mil e quatro, em dois exemplares originais, nos idiomas espanhol, português, inglês e árabe, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência em sua interpretacao, o texto em inglês prevalecerá.

RAFAEL BIELSA
Pela República Argentina

MAGDY FARAHAT
Pela República Árabe do Egipto

CELSO LUIZ NUNES AMORIM
Pela República Federativa do Brasil

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
DIRECCION DE TRATADOS

LEILA RACHID
Pela República do Paraguai

ES COPIA FIEL DEL ORIGINAL QUE OBRA EN LA DIRECCION DE TRATADOS DEL MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES

DIDIER OPERTTI
Pela República Oriental do Uruguai

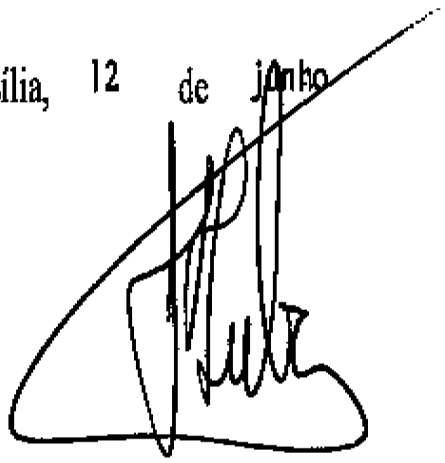
LOURDES RIVAS CUEVAS
Dirección de Tratados

Mensagem nº 360, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo-Quadro entre o Mercosul e a República Árabe do Egito, assinado na cidade de Puerto Iguazú, República Argentina, em 7 de julho de 2004.

Brasília, 12 de junho de 2008.



EM No 00157 MRE DNC-I/DAI/AFEPA/DIR/DACESS/DAF-III/- /COI MSUL EGI

Brasília, 8 de maio de 2008.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência o anexo projeto de Mensagem ao Congresso Nacional pela qual se solicita a aprovação do Acordo-Quadro entre a República Árabe do Egito e o Mercosul. O Acordo-Quadro, firmado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004, lança as bases para a negociação de acordo comercial entre as Partes Contratantes (acordo de livre comércio ou de preferências tarifárias). Registre-se que os Ministérios e Agências do Governo brasileiro que tratam de temas afetos ao Acordo foram devidamente consultados ao longo do processo negociador.

2. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Egito foi de aproximadamente US$ 1,35 bilhão em 2007. As exportações brasileiras foram da ordem de US$ 1,2 bilhão, e as importações, de US$ 52 milhões, confirmando a tendência histórica de superávits brasileiros. Em 2007, os principais produtos da pauta exportadora do Brasil foram: carne bovina (26,9% do total), minério de ferro (14,5%), açúcares e produtos de confeitaria (13,8%) e aeronaves (11,7%). Do Egito, o Brasil importou principalmente algodão, adubos e fertilizantes.

3. O presente Acordo-Quadro com o Egito é parte da estratégia nacional de promoção de entendimentos com parceiros do Oriente Médio e do Magrebe, a exemplo do Acordo de Livre Comércio recentemente concluído com Israel e de outras negociações ou contatos em curso com o Conselho de Cooperação do Golfo, o Marrocos e a Jordânia.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Celso Luiz Nunes Amorim

PARECER DA REPRESENTAÇÃO

A Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, em reunião ordinária realizada hoje, opinou unanimemente pela aprovação da Mensagem n.º 360/2008, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo que apresenta, acatando o Parecer do Relator, Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Estiveram presentes os Senhores:

Senador Aloizio Mercadante - Presidente; Deputados George Hilton e Cláudio Diaz - Vice-Presidentes. Senadores Geraldo Mesquita Júnior, Efraim Morais, Marisa Serrano, Sérgio Zambiasi, Cristovam Buarque, Neuto de Conto, Adelmir Santana e Eduardo Azeredo; e Deputados Dr. Rosinha, Geraldo Thadeu, Germano Bonow, Beto Albuquerque, Íris de Araújo, Celso Russomano, e Valdir Colatto.

Plenário da Representação, em 7 de outubro de 2008

Senador ALOIZIO MERCADANTE
Presidente

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

I – RELATÓRIO

Na reunião ordinária deliberativa do dia 19/08/09 desta Comissão, em decorrência da ausência do relator, Deputado NILSON MOURÃO, tive a honra de ser designado relator substituto da presente proposição e acatei, na íntegra, o parecer do Nobre Parlamentar.

"Chega a esta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.105, de 2008, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, o qual aprova o texto do Acordo-Quadro entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.

Esse ato internacional foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, nos termos do art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal, pelo Excelentíssimo Presidente da República, por meio da Mensagem nº 360, de 2008.

A Exposição de Motivos Nº 00157/2008 do Ministério das Relações Exteriores, que acompanha o ato internacional em pauta, esclarece que o Acordo-Quadro, firmado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004, lança as bases para a negociação de acordo comercial entre as Partes Contratantes (acordo de livre comércio ou de preferências tarifárias) e que os Ministérios e

Agências do Governo brasileiro que tratam de temas afetos ao Acordo foram devidamente consultados ao longo do processo negociador.

A referida Exposição de Motivos também informa que o presente Acordo-Quadro com o Egito é parte da estratégia nacional de promoção de entendimentos com parceiros do Oriente Médio e do Magrebe, a exemplo do Acordo de Livre Comércio recentemente concluído com Israel e de outras negociações ou contatos em curso com o Conselho de Cooperação do Golfo, o Marrocos e a Jordânia.

A finalidade essencial do ato internacional é estabelecida em seu artigo 2, o qual estipula que o presente Acordo-Quadro tem por objetivo fortalecer as relações entre as Partes Contratantes, promover a expansão do comércio e estabelecer as condições e mecanismos para negociar uma Área de livre Comércio em conformidade com as regras e disciplinas da Organização Mundial do Comércio.

Para tanto, o Acordo estabelece, como um primeiro passo, a conclusão de uma negociação de preferências tarifárias fixas, visando progressivo aumento dos fluxos de comércio bilateral, por meio da outorga de acesso mútuo efetivo aos mercados das Partes Contratantes.

O Acordo estipula também, para atingir a finalidade acima referida, será constituída uma Comissão Negociadora. Tal comissão será composta pelos seguintes membros: pelo MERCOSUL, o Grupo Mercado Comum ou seus representantes e, pela República Árabe do Egito, o Ministério do Comércio Exterior ou seus representantes.

Conforme o texto do Acordo, a Comissão Negociadora serviria de foro para:

a) trocar informações sobre as tarifas aplicadas por cada Parte Contratante, sobre o comércio bilateral e o comércio com terceiros países, bem como sobre suas respectivas políticas comerciais;

b) trocar informações sobre acesso a mercado, medidas tarifárias e não tarifárias, medidas sanitárias e fitossanitárias, normas técnicas,

regras de origem, regime de salvaguardas, direitos antidumping e direitos compensatórios, regimes aduaneiros especiais e solução de controvérsias, entre outros;

c) identificar e propor medidas para atingir os objetivos fixados , inclusive no que tange à facilitação de negócios;

d) estabelecer os critérios para a negociação de uma Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito;

e) negociar um acordo para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, com base nos critérios acordados;

f) cumprir as outras tarefas que as Partes Contratantes determinarem.

O Acordo também prevê que as Partes Contratantes estimularão as atividades de promoção comercial, tais como seminários, missões empresariais, feiras, simpósios e exposições, bem como promoverão o desenvolvimento de ações conjuntas orientadas à implementação de projetos de cooperação nos setores agrícola e industrial.

É o relatório.

II - PARECER

Este Acordo ora em apreciação pelo Congresso Nacional representa um primeiro passo para a construção de uma área de livre comércio entre a República Árabe do Egito e o MERCOSUL, a qual deverá ser plasmada num futuro novo acordo entre as Partes Contratantes, a exemplo do já acontecido com o Estado de Israel. Assim, ele se constitui, sem lugar a dúvidas, num importante avanço econômico, comercial e diplomático para o Mercado Comum do Sul.

Com efeito, muito embora o comércio desse bloco econômico com o mundo tenha praticamente quintuplicado entre 1991 e 2007, pois cresceu de US$

46 bilhões para US$ 222 bilhões, o MERCOSUL precisa explorar ainda mais o seu imenso potencial de produção e exportação, aumentando a sua participação relativa no comércio internacional.

A estratégia negociadora do MERCOSUL relativa à ampliação do seu protagonismo comercial e econômico centra-se, acertadamente, na multilateralidade da Organização Mundial do Comércio. De fato, somente nessa mesa de negociações é que temas de grande interesse do MERCOSUL, como o dos subsídios à agricultura, serão efetivamente resolvidos.

Contudo, tal estratégia não exclui negociações bilaterais e regionais, as quais, se bem não vão resolver os temas sistêmicos da OMC, podem contribuir de forma significativa para melhorar o desempenho comercial do MERCOSUL.

É o caso dessas negociações exitosamente em andamento entre o MERCOSUL e o Egito. Indubitavelmente, o acordo em apreciação será muito positivo para os interesses de todos os Estados Partes do MERCOSUL, particularmente para o Brasil.

Considere-se que, de acordo com as informações constantes na Exposição de Motivos, o intercâmbio comercial entre o Brasil e o Egito foi de aproximadamente US$ 1,35 bilhão em 2007. As exportações brasileiras foram da ordem de US$ 1,2 bilhão, e as importações, de US$ 52 milhões, confirmando a tendência histórica de superávits brasileiros. Em 2007, os principais produtos da pauta exportadora do Brasil foram: carne bovina (26,9% do total), minério de ferro (14,5%), açúcares e produtos de confeitaria (13,8%) e aeronaves (11,7%). Do Egito, o Brasil importou principalmente algodão, adubos e fertilizantes.

Obviamente, essa corrente comercial tenderá a se fortalecer e a se ampliar com a evolução das negociações entre as Partes Contratantes, com grande benefício para o nosso país. Há espaço inclusive, no âmbito das negociações em andamento, para o aumento das exportações brasileiras da área industrial, justamente as que têm maior valor agregado.

Deve-se observar também que o Egito, além de ser uma importante economia da África e do Magrebe, é um país com grande influência político-diplomática no mundo árabe e no Oriente Médio, de modo o ato internacional em comento deverá também aumentar o protagonismo do Brasil e do MERCOSUL nessa importante região do planeta.

Ante o exposto, expressamos o nosso voto **favorável** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 1.105, de 2008, de autoria da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, o qual aprova o texto do Acordo-Quadro entre o MERCOSUL e a República Árabe do Egito, assinado em Puerto Iguazú, Argentina, em 7 de julho de 2004.

Sala da Comissão, em 07 de julho de 2009

Deputado NILSON MOURÃO - PT
Relator"

Sala da Comissão, em 19 de agosto de 2009.

Deputado **CARLOS ZARATTINI**
Relator Substituto

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – O Projeto vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, tendo a referida Comissão o prazo de 15 dias úteis para opinar sobre a matéria, prorrogável por igual período, nos termos do art. 376, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu os **Recursos nºs 21 a 23, de 2009**, interpostos no prazo regimental no sentido de que sejam submetidas ao Plenário as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 30, 2008**, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que *altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória (tramitando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008)*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2009**, de autoria do Senador Gilvam Borges, que *altera dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências*; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009** (nº 1.033/2003, na Casa de origem, da Deputada Vanessa Grazziotin), que *altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de redefinir os critérios para caracterização das atividades ou operações perigosas*.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "c", do Regimento Interno.

São os seguintes os recursos recebidos:

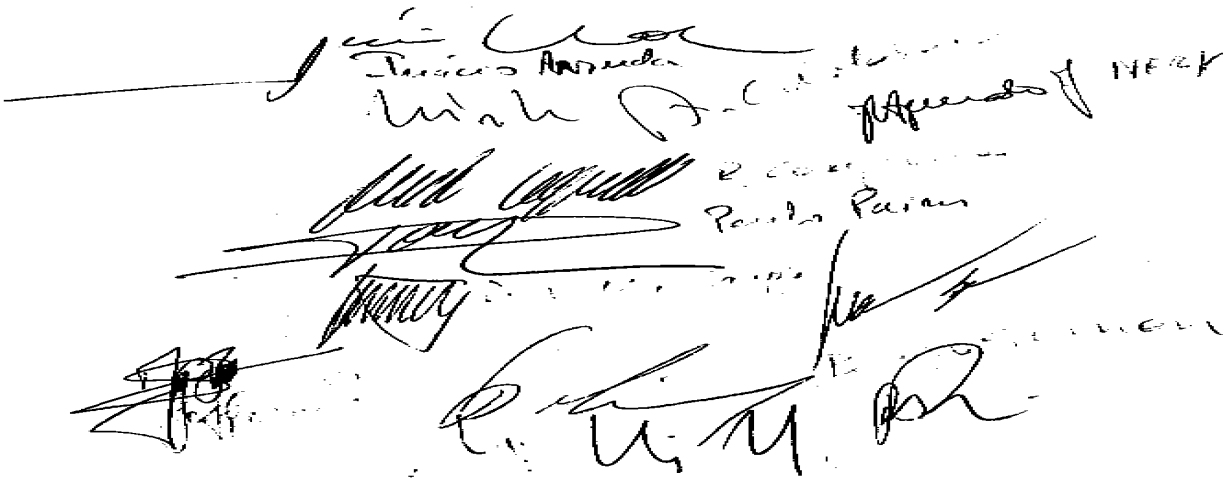
RECURSO Nº 21, DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 91, § 3º e § 4º do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 30 de 2008 que *"Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória"*, seja apreciado no Plenário do Senado.

Justificativa

O Projeto de Lei em questão trata de substancial mudança no art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990 *que dispões sobre crimes hediondos* e precisa ser mais bem debatida nesta Casa Legislativa antes de sua remessa para apreciação na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões,



RECURSO
Nº 22, DE 2009
(Do Senador Adelmir Santana e outros)

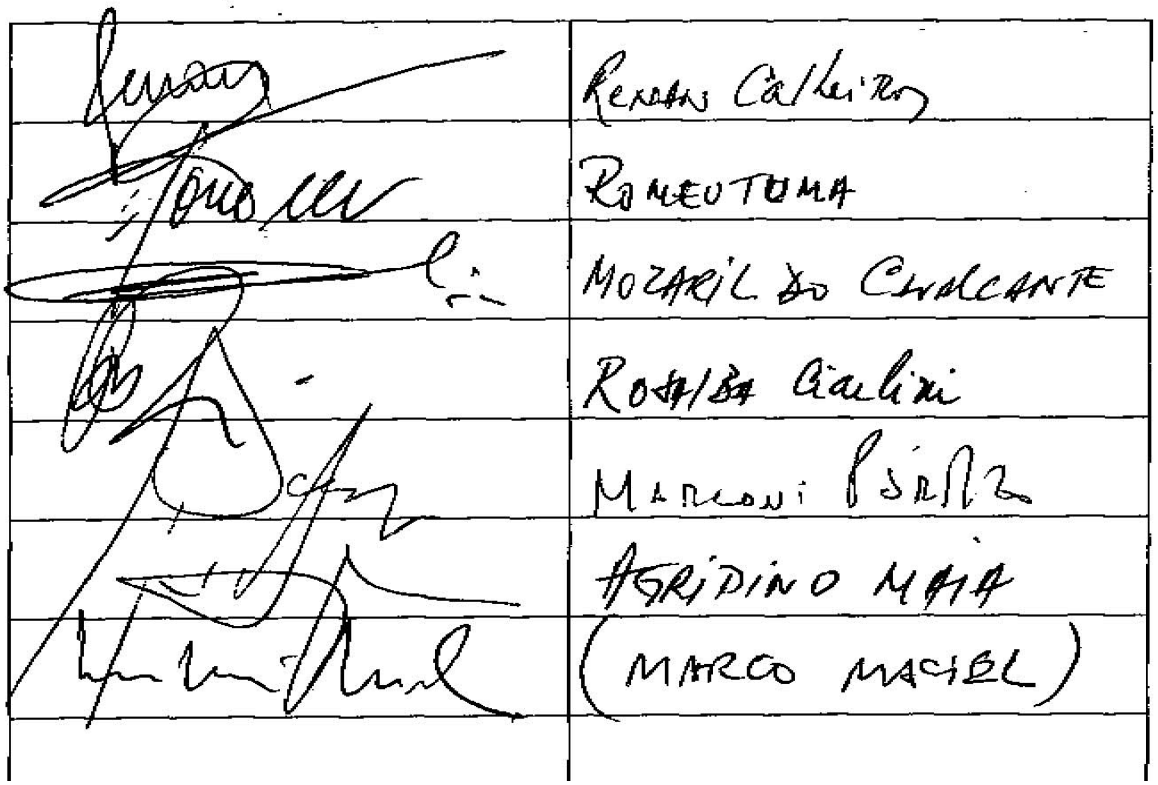
Nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 91 do Regimento Interno do Senado Federal, interpomos recurso com o objetivo de que o Projeto de Lei da Câmara nº 220, de 2009 – aprovado em decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais – seja submetido à apreciação do Plenário desta Casa.

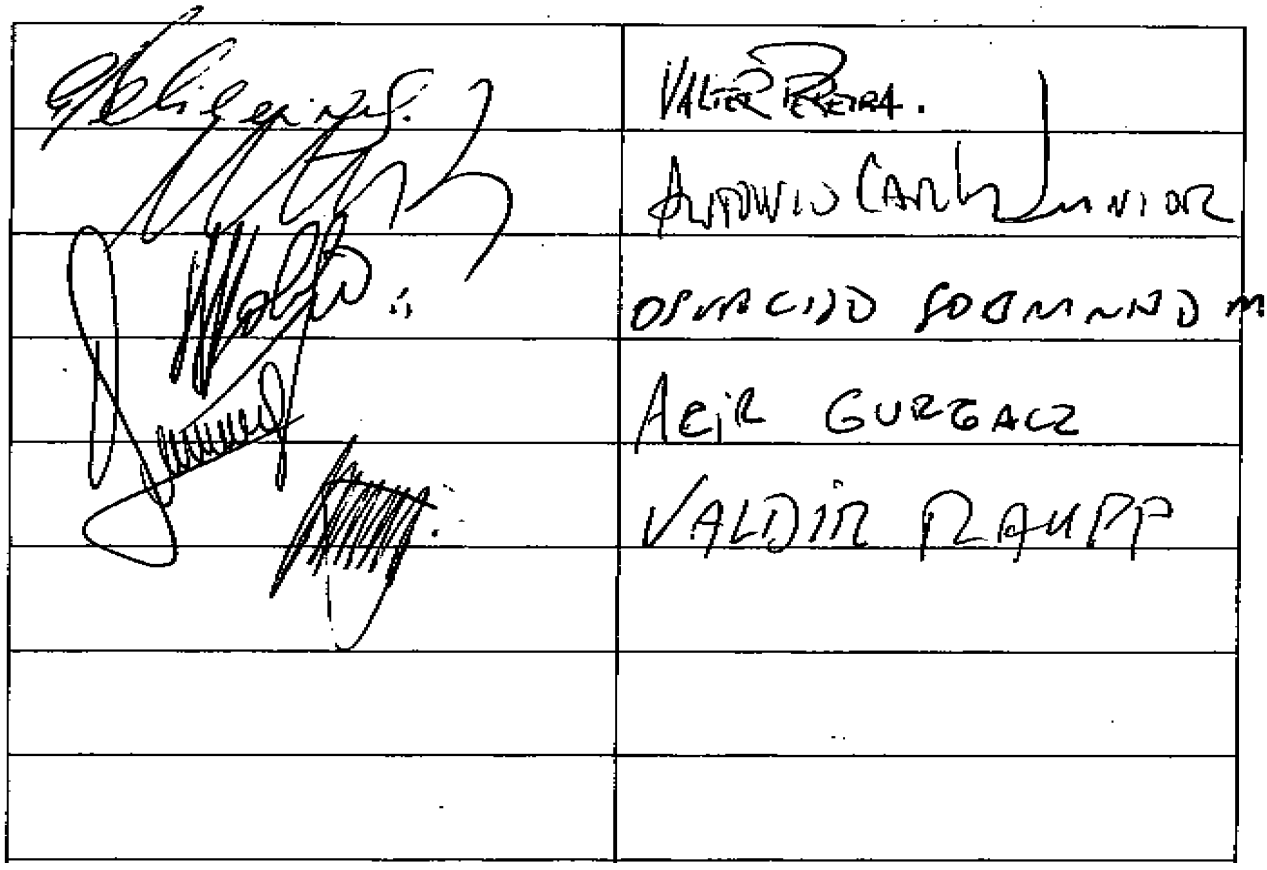
JUSTIFICAÇÃO

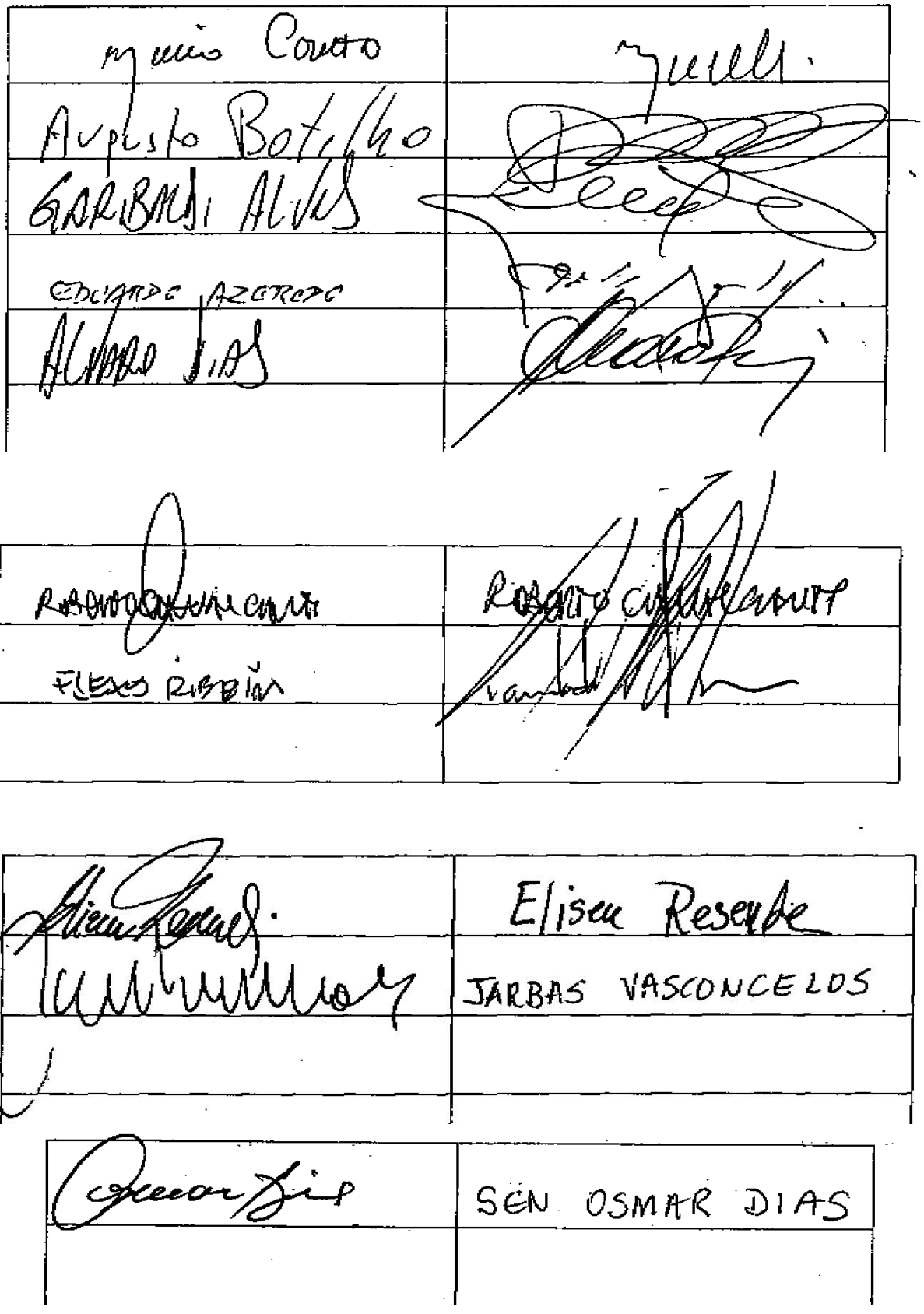
O PLC 220/2009, que altera o art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, de autoria da Deputada Vanessa Grazziotin e relatada pelo Senador Paulo Paim na CAS, pretende estender o adicional de periculosidade a diversas categorias. Entendemos, entretanto, que pelo alcance e importância da matéria e, também, pelo exíguo tempo em que o projeto foi apreciado nas comissões, o projeto merece uma mais profunda reflexão de todos os senhores senadores. Razão pela qual apresentamos o presente recurso.

Sala das Sessões,

Senador **ADELMIR SANTANA**	
ROMERO JUCÁ	
A.C. VALADARES	


RENAN CALHEIROS
ROMEU TUMA
MOZARILDO CAVALCANTE
ROSALBA CIARLINI
MARCONI PERILLO
AGRIPINO MAIA
(MARCO MACIEL)

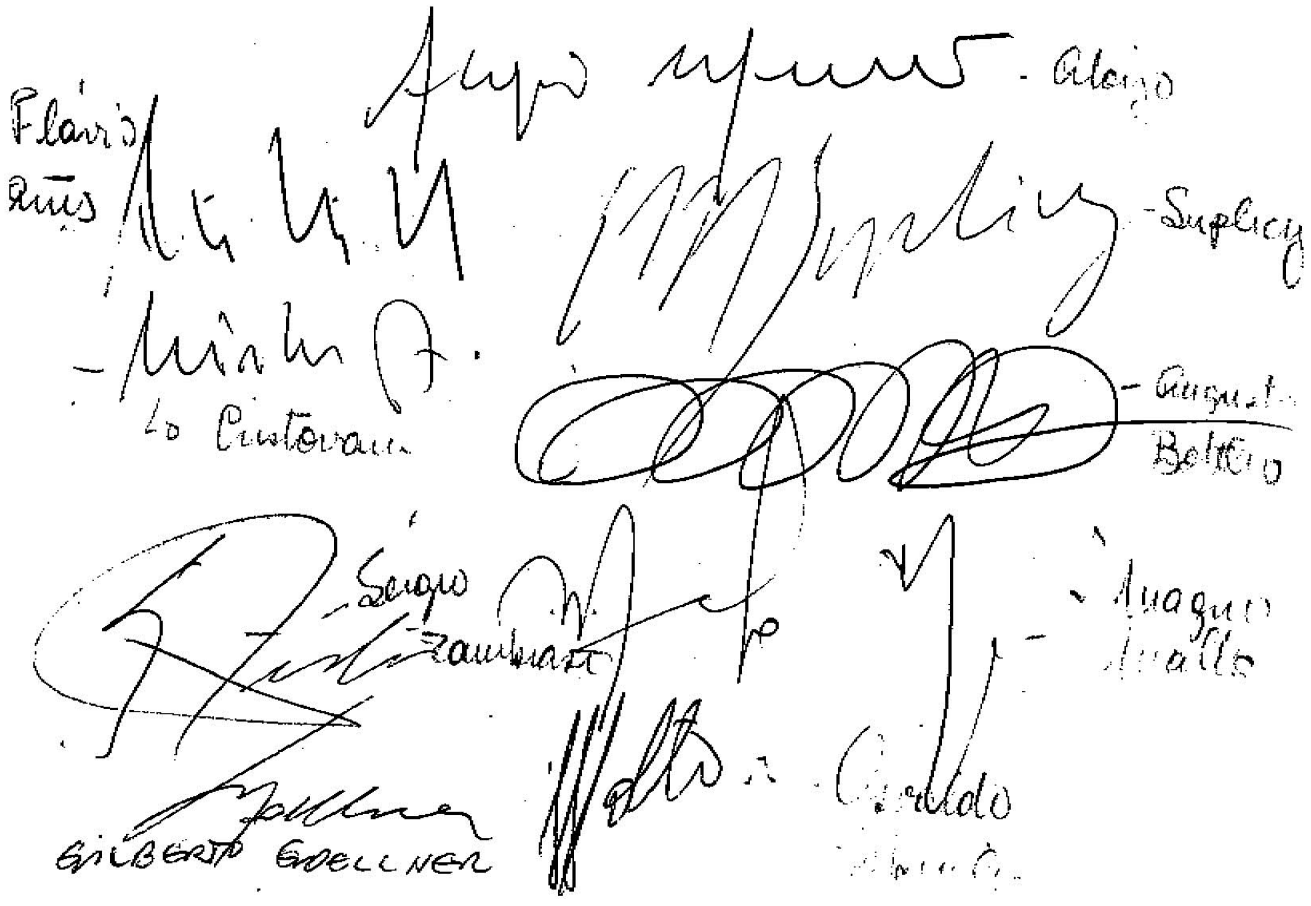

VALTER PEREIRA.
ALOIZIO MERCADANTE
OSMAR DIAS
ACIR GURGACZ
VALDIR RAUPP



RECURSO
Nº 23, DE 2009

Nos termos do § 3º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos que o Projeto de Lei do Senado n.º 140, de 2009, que "Altera dispositivos da Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, para fixar o valor do piso salarial e a jornada de trabalho dos médicos e cirurgiões-dentistas, e dá outras providências.", seja submetido à deliberação do Plenário do Senado Federal.

Sala das Sessões, em de dezembro de 2009



O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 79, de 2009**, de autoria do Senador Fernando Collor, que *altera o art. 107, I, b, do Regimento Interno do Senado Federal, para modificar o dia da semana e o horário em que se realizam as reuniões ordinárias da Comissão de Serviços de Infraestrutura.*

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o **Projeto de Resolução nº 17, de 2009**, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 159, de 2003**, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *determina a concessão de auxílio alimentação aos trabalhadores de empresas prestadoras de serviços terceirizados, reguladas por Enunciado do Tribunal Superior do Trabalho*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2005**, de autoria do Senador Valdir Raupp, que *regulamenta a profissão de taxista e dá outras providências*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006**, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *acrescenta inciso VIII ao art. 16 da Lei nº 6.360, de 1976, para dispor sobre a inclusão de requisito a ser observado na concessão de registro sanitário de medicamento ou de princípio ativo*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2006**, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de forma a permitir que o trabalhador com idade igual ou superior a 65 anos possa movimentar sua conta vinculada*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 620, de 2007**, de autoria do Senador Alvaro Dias, que *dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Prótese Dentária e determina outras providências*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 668, de 2007**, de autoria da Senadora Marisa Serrano, que *altera a Lei nº 8.900, de 30 de junho de 1994, para dispor sobre a duração do período de percepção do benefício do seguro-desemprego dos trabalhadores que são responsáveis legais de crianças portadoras de deficiência*; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 157, de 2009**, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera o art. 3º da Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, que dispõe sobre o Programa Nacional de Imunizações, para tornar obrigatória a adoção de calendários diferenciados de vacinação para os portadores de doenças ou condições que causem baixa resistência imunológica ou exijam a adoção de esquema especial de imunização*.

Tendo sido apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, o Projeto de Lei do Senado nº 29, de 2006, rejeitado, vai ao Arquivo; as demais matérias, aprovadas, vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Sobre a mesa, mensagens do Presidente da República que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM
Nº 255, DE 2009
(nº 980/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Os méritos do Senhor José Marcos Nogueira Viana que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2009.

EM No 00442 MRE/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-APES

Brasília, 27 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de **JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e *curriculum vitae* de **JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE *JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA*
CPF.: 63488191753
ID.: 9056/MRE

1960 Filho de Marcos dos Santos Viana e Lêda de Almeida Nogueira Viana, nasce em 10 de agosto, em Belo Horizonte/MG
1984 Cooperação Internacional, livro publicado pela Editora Salamandra/RJ
1984 Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
1985 CPCD - IRBr
1986 Terceiro Secretário em 16 de dezembro
1987 Instituto Rio Branco, assistente e assessor
1990 Embaixada em Paramaribo, Terceiro Secretário
1992 Embaixada em Viena, Terceiro e Segundo Secretário
1992 Segundo Secretário em 21 de dezembro
1995 Embaixada em Tripoli, Segundo Secretário, Conselheiro, comissionado e Encarregado de Negócios
1998 Divisão da Europa I, assessor
1999 Ministério da Saúde, Assessoria Internacional, Chefe
1999 Primeiro Secretário, por merecimento, em 22 de dezembro
2002 Presidência da República, Secretaria de Estado de Comunicação de Governo, Assessor Especial
2002 Intellectual Property Rights, the World Trade Organization and Public Health: the Brazilian Perspective, in Connecticut Journal of International Law, Spring 2002, volume 17, number 2
2002 Ordem do Mérito de Brasília, Brasil, Comendador
2002 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2003 Delegação Permanente em Genebra, Primeiro Secretário.
2004 Conselheiro, por merecimento, em 30 de junho
2006 Embaixada em La Paz, Conselheiro.
2006 CAE - IRBr, Negociações sobre Patentes Farmacêuticas entre o Brasil e os EUA no âmbito da OMC.
2007 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 29 de junho
2007 Embaixada em La Paz, Ministro Conselheiro.
2007 I Curso para Chefes do Setor de Energia, DE/FUNAG
2008 Consulado Geral em Boston - Consul-Geral Adjunto
2009 Curso Mastering Negotiations Certificate of Harvard University

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.

Subsecretaria-Geral das Américas do Sul, Central e do Caribe (SGAS)

Departamento da América Central e Caribe (DACC)

Divisão do Caribe (DCAR)

DOMINICA



Dominica

Nome Oficial:	Comunidade de Dominica
	Um dos cinco membros da Alternativa Bolivariana para a América Latina **ALBA**
Idioma oficial:	inglês
Capital:	Roseau
Área:	754 km2
População:	72.660 (est. Julho 2009)
PIB PPP (est. 2009):	719 milhões de dólares estadunidenses
PIB per capita PPP (2009):	US$ 9,900.00
Sistema de Governo:	República parlamentar
Chefe de Estado:	Presidente Nicholas J. O Liverpool
Chefe de Governo:	Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit (Dominican Labour Party)
Ministro dos Negócios Estrangeiros, Imigração e Trabalho	Dep Vince Henderson
Embaixador de Dominica no Brasil	Residente em Washington
Embaixador do Brasil em Dominica	Luiz Fernando Gouvêa de Athayde (residente em Port-of-Spain). Será aberta Embaixada do Brasil em Roseau (Decreto n. 6.775, de 18 de fevereiro de 2009). Embaixador a ser designado.

Perfis Biográficos

Presidente da República Nicholas J. O.Liverpool

2008 segundo mandato como PR
2003 Primeiro mandato como Presidente da República
1998 /2001 Embaixador nos EUA;
1965 PHD pela Universidade de Stanford
1934 Nasceu em 9.9., em Dominica

PRIMEIRO MINISTRO Roosevelt Skerrit

Em 2004, apontado como Primeiro-Ministro ;
Ao entrar para o parlamento em fevereiro do ano 2000,
foi Ministro do Esporte e Juventude, e posteriormente
Minisro da Educação
Integrou o Partido Trabalhista Dominicano (DLP),
Formado em Inglês e Psicologia.
Nascido em 8 de junho de 1972

Ministro dos Negócios Estrangeiros, Imigração e Trabalho,
Dep Vince Henderson

Comércio Bilateral (em US$ milhões)

Ano	Exportações	Importações	Saldo Comercial	Corrente de comércio
2002	966.676	1.046	965.630	967.722
2003	1.223.443	5.687	1.217.756	1.229.130
2004	2.963.332	503.988	2.459.344	3.467.320
2005	1.888.003	320.050	1.567.953	2.208.053
2006	1.205.185	222.773	982.412	1.427.958
2007	2.411.690	11.671	2.400.019	2.423.361
2008	2.927.400	11.549	2.915.851	2.938.949

Política Interna

Dominica é uma democracia parlamentar de tipo britânico, dividida em dez circunscrições administrativas. Seu sistema jurídico é fundado no Common Law.

O Presidente da Comunidade de Dominica é eleito pela Assembléia para um termo de cinco anos. O atual Presidente é Nicholas Liverpool, eleito inicialmente em 2003. Em 2008, ele aceita um segundo termo como Presidente.

O Primeiro-Ministro é Roosevelt Skerrit, ex-Ministro da Educação. O partido pela qual se elegeu, o Dominica Labor Party, situa-se à esquerda no espectro político. Skerrit está no poder desde 2004.

O sistema legislativo de Dominica é unicameral. A Assembléia Legislativa conta com 30 assentos, dos quais 21 são eleitos por sufrágio universal. O restante é ocupado por membros designados.

Os principais partidos de Dominica são: Dominica Labor Party, liderado pelo Primeiro-Ministro Skerrit, o Dominica Freedom Party, liderado por Charles Savarin, e o Dominica United Workers Party, liderado por Earl Williams.

Em 2006, Dominica alcançou o crescimento econômico mais alto em duas décadas, o que levou o FMI a cumprimentar o Governo pelos resultados do programa de ajustes adotado.

Além do combate à pobreza, a principal meta do Governo de Dominica é debelar o tráfico de narcóticos, desafio que partilha com as outras ilhas do Caribe. O Governo dominicense tem usado a guarda costeira para interceptar o tráfico, e realizou, entre 2005 e 2008, quatro grandes apreensões de barcos venezuelanos com cem quilos de cocaína cada um. Foi criada uma unidade especial de inteligência, o "Drug Squad", para combater o tráfico na ilha. Como parte deste esforço, Dominica aderiu ao International Narcotic Control Board, órgão responsável pelo monitoramento da aplicação das convenções internacionais de controle das drogas.

Situada na zona de furacões, Dominica foi atingida, em 2007, pelo furacão Dean, que causou prejuízos da ordem de 20% do PIB.

Política Externa

País insular de pequenas dimensões, Dominica exerce sua diplomacia sobretudo no âmbito da Associação dos Países do Caribe Oriental e do CARICOM. Seu principal parceiro internacional tem sido, no entanto, a Venezuela.

Dominica aderiu à Aliança Bolivariana para as Américas em 2008, sendo o único país do Caribe anglófono a integrar o grupo liderado pela Venezuela. A decisão de aderir à ALBA foi tomada pelo Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit, eleito pelo "Dominican Labor Party", agremiação de esquerda que comparte a oposição ao liberalismo econômico própria dos países da ALBA. Terá pesado na decisão dominicense a indiferença dos Estados Unidos para com os países da Bacia do Caribe. O programa "Caribbean Basin Initiative", que oferece tarifas preferenciais para produtos caribenhos no mercado norte-americano, teve pouco impacto para Dominica. A cooperação efetiva dos países da ALBA é mais um elemento a reforçar a adesão ao grupo criado pela Venezuela. Desde a entrada na ALBA, Dominica recebeu benefícios como a concessão de bolsas de estudo para cursos de medicina em Havana, fundação de escolas de enfermagem com apoio cubano e a aprovação de uma linha de crédito venezuelana no valor de 35 milhões de dólares para construção de reservatórios de petróleo.

Em sua última visita oficial, Hugo Chávez prometeu criar uma filial do Banco da ALBA em Dominica. O país caribenho também é signatário do acordo denominado Petrocaribe, que concede financiamento para a compra de petróleo venezuelano em condições favoráveis.

A principal controvérsia internacional de Dominica refere-se às ilhas Bird, pertencentes à Venezuela. Estas ilhas situam-se a 256 km a sudoeste de Dominica e a 621 km a nordeste da Venezuela, que as detém em virtude de tratados celebrados com os Estados Unidos, os Países Baixos e a França. A contestação dominicense refere-se ao direito reivindicado pela Venezuela de explorar a Zona Econômica Exclusiva em torno das ilhas, que invadiria o mar territorial de Dominica. O país caribenho sustenta que a reivindicação venezuelana não tem amparo na Convenção de Direito do Mar, que condiciona os direitos de exploração econômica exclusiva à presença de habitantes nas

ilhas, o que não se verifica nas ilhas Bird. A Venezuela, por seu turno, sustenta que as ilhas não são desabitadas, pois lá estabeleceu uma estação científica desde 1978.

Dominica estabeleceu relações diplomáticas com a China em 2004. Desde então, o país caribenho tem se beneficiado da ajuda econômica de Pequim, como demonstra a construção do estádio poliesportivo Windsor Park com uma contribuição chinesa de 17 milhões de dólares.

Dominica tem votado nos últimos anos contra a moratória à pesca da baleia, o que tem provocado suspeitas de que o voto é uma compensação pelos investimentos e ajuda financeira fornecida pelo Japão à ilha.

Dominica é membro das seguintes organizações internacionais: ONU, CARICOM, OECO, G-77, OEA, FAO, OMC, OMS, OIT, UNESCO, UNIDO, Organização Marítima Internacional, Organização Meteorológica Mundial e União Postal Universal.

Economia, Comércio e Investimentos

Diferentemente da maioria dos países do Caribe Oriental, a atividade econômica de Dominica ganhou impulso em 2008, crescendo 3,8 contra 1,8% em 2007. O aumento da produção é devido à implementação de diversos projetos de infraestrutura urbana, necessários sobretudo devido à devastação do Furacão Dean, em 2007.

Embora a previsão de crescimento da construção civil no país continue positiva, o outro principal motor da economia, o turismo, tem mostrado sinais de desaceleração. A recessão nos Estados Unidos é normalmente apontada como principal causa para o decréscimo da atividade, bem como para a diminuição de investimentos estrangeiros diretos e para a redução de remessas internacionais de cidadãos dominicanos emigrados.

O setor agrícola, de tradicional importância no país, tem perdido importância relativa nas últimas décadas com a diversificação das atividades econômicas. Em 2007, agricultura e pesca respondiam por 17% do PIB, enquanto em 1990 o percentual era bem superior – 25%. Bananas, mesmo com o abalo devido ao Furação Dean em 2007, são o principal produto de exportação, majoritariamente destinado ao Reino Unido. Cocos, frutas cícricas, mangas são também relevantes para o balanço de contas correntes do país. Os cocos formam a base da principal indústria manufatureira, a de sabão.

A perda relativa da importância do setor agrícola e o incipiente setor industrial convivem com a diversificação das atividades produtivas dominicanas. Há um pequeno setor financeiro offshore, juntamente com ao menos três empresas de apostas na Internet. O governo tem encorajado o desenvolvimento do telemarketing e da tecnologia de informação. Duas escolas médicas (Ross University School of Medicine e All Saints University) são fonte importante de divisas internacionais.

Em novembro de 2009, o Primeiro-Ministro Roosevelt Skerrit anunciou que o seu país exportará, provavelmente já a partir do próximo ano, energia elétrica e água engarrafada. O engarrafamento e a comercialização da água ficará por conta de investidores de Hong Kong. Estudo preliminar confirmou que o subsolo dominicence possui reservas aquíferas suficientes para comercialização e exportação em gande escala. Já a energia elétrica excedente – que resultará da construção de usinas a serem financiadas pela Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), da qual a Dominica faz parte – será exportada para as ilhas vizinhas de Guadalupe e Martinica, através de cabo submarino.

Cronologia das Relações Bilaterais

09 de abril de 1986 – O Primeiro Embaixador brasileiro, Octávio Luiz Berenguer César, apresenta credenciais ao Presidente Clarence Henry Augustus Seignoret.

29 de abril de 1987 – Publicado no DOU o Acordo sobre Radioamadorismo, celebrado em 09 de abril de 1986.

07 de outubro de 1988 – O Embaixador Fernando Silva Alves apresenta credenciais ao Presidente Clarence Seignoret.

27 de agosto de 1997 – O Embaixador José Marcos Vinicius de Souza apresenta credenciais ao Presidente Crispin Anselm Sorhaindo.

28 de fevereiro de 2007 – O Embaixador Luiz Fernando Gouveia de Athaíde apresenta credenciais ao Presidente Nicholas Liverpool.

12 e 13 de dezembro de 2008 – O Chanceler Vince Henderson participa da Primeira Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) em Sauípe, Bahia.

19 de fevereiro de 2009 – Publicado no DOU o Decreto 6.775, de 18 de fevereiro de 2009, que dispõe sobre a criação da Embaixada residente do Brasil na Comunidade de Dominica, com sede em Roseau.

Cronologia Histórica

1763 – Cessão de Dominica pela França à Grã-Bretanha

1805 – Dominica torna-se colônia britânica

1967– Dominica adquire autonomia no seio da Commonwealth

1978 – Independência de Dominica

1980 – Mary Eugenia Charles torna-se Primeira-Ministra de Dominica, cargo que ocupará por 15 anos

1981 – Dominica torna-se membro fundador da Associação do Caribe Oriental

2003 – Nicholas Liverpool é nomeado Presidente da República

2004 – Dominica estabelece relações diplomáticas com a China

2007 – O furacão "Dean" atinge Dominica

2008 – Dominica adere à Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA)

2009 – Dominica assina acordo com a União Européia para desenvolver energia geotérmica

Atos Bilaterais Brasil-Dominica

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR
Acordo, por Troca de Notas, sobre Radioamadorismo	09/04/1986	09/04/1986

Dados Econômico-Comerciais

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Comonidade da Dominica
Superfície	754 Km²
Localização	Oeste da América Central, Mar do Caribe
Capital	Roseau
Principais cidades	Roseau, Portsmouth, Marigot
Idioma oficial	Inglês
PIB a preços correntes (2008, estimativa EIU)	US$ 364,4 milhões
PIB "per capita" (2008)	US$ 5.089
Moeda	Dólar do Caribe do Leste

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC – Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States June 2008.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008*
População (mil habitantes)	72	73	74	75	76
Densidade demográfica (hab/Km²)	93,4	93,6	93,9	94,4	95,0
PIB a preços correntes (US$ milhões)	265,2	288,3	317,2	337,2	364,4
Crescimento real do PIB (%)	7,3	4,3	4,0	1,6	3,8
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	2,4	2,7	2,6	3,1	3,9
Reservas internacionais, exclusive ouro (US$ milhões)	42,3	49,2	63,1	60,5	53,8
Câmbio (EC$ / US$)	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economist Intelligence Unit, Country Report Organization of Eastern Caribbean States June 2008.

(1) Estimativa EIU.

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US$ milhões)	2005	2006	2007(1)
A. Balança comercial (líquido = fob)	-103,0	-102,6	-134,2
Exportações	42,9	44,3	39,8
Importações	-145,9	-146,9	-174,0
B. Serviços (líquido)	36,3	48,2	41,0
Receita	88,5	100,2	100,0
Despesa	50,2	52,0	59,0
C. Renda (líquido)	-29,0	-16,8	-16,6
Receita	5,9	6,2	6,2
Despesa	-34,9	-23,0	-22,8
D. Transferências unilaterais (líquido)	15,1	16,8	17,2
E. Transações correntes (A+B+C+D)	-80,6	-54,4	-92,6
F. Conta de capitais (líquido)	18,3	28,0	31,1
G. Conta financeira (líquido)	-56,0	-27,3	-47,7
Investimentos diretos (líquido)	19,2	26,8	46,4
Portfólio (líquido)	-7,7	-0,1	-2,5
Outros	-33,1	0,6	-1,2
H. Erros e Omissões	-12,5	0,0	-12,2
I. Saldo (E+F+G+H)	6,2	8,9	-1,6

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, International Financial Statistics, CD July 2008.

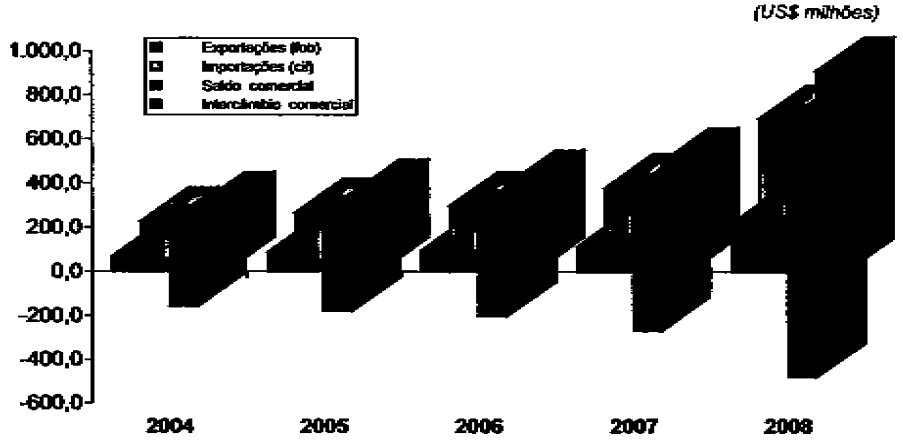
(1) Última posição disponível.

COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações (fob)	69,6	85,9	96,3	114,7	218,0
Importações (cif)	226,7	265,8	298,1	381,2	694,8
Saldo comercial	-157,1	-180,0	-201,8	-266,5	-476,8
Intercâmbio comercial	296,3	351,6	394,4	495,9	912,8

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC – Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD July 2008.

(1) Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes metodologias de cálculo.

COMÉRCIO EXTERIOR DA DOMINICA
2004 - 2008



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD July 2009.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS DOMINICA

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US$ milhões - fob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
EXPORTAÇÕES:						
Japão	1,15	1,2%	1,76	1,5%	65,08	29,9%
China	7,44	7,7%	27,83	24,3%	54,94	25,2%
Jamaica	11,56	12,0%	11,77	10,3%	13,44	6,2%
Antigua e Barbuda	9,25	9,6%	11,48	10,0%	13,11	6,0%
Guiana	7,83	8,1%	9,72	8,5%	11,09	5,1%
Reino Unido	23,34	24,2%	9,34	8,1%	9,05	4,2%
Trinidad e Tobago	5,04	5,2%	6,25	5,4%	7,14	3,3%
Santa Lucia	4,23	4,4%	5,25	4,6%	5,99	2,7%
São Cristóvão e Névis	3,71	3,9%	4,61	4,0%	5,26	2,4%
França	2,53	2,6%	3,32	2,9%	3,32	2,1%
Barbados	2,36	2,5%	2,93	2,6%	3,35	1,5%
Austrália	0,34	0,4%	0,92	0,8%	2,96	1,4%
Brasil	0,22	0,2%	0,00	0,0%	0,02	0,0%
SUBTOTAL	79,00	82,0%	94,58	82,5%	195,95	89,9%
DEMAIS PAÍSES	17,30	18,0%	20,12	17,5%	22,05	10,1%
TOTAL GERAL	96,30	100,0%	114,70	100,0%	218,00	100,0%
IMPORTAÇÕES:						
Japão	5,61	1,9%	42,30	11,1%	295,44	42,5%
Estados Unidos	74,80	25,1%	92,08	24,2%	115,91	16,7%
China	67,08	22,5%	80,79	21,2%	94,48	13,6%
Trinidad e Tobago	40,71	13,7%	50,52	13,3%	57,66	8,3%
Reino Unido	11,58	3,9%	11,61	3,0%	10,23	1,5%
Santa Lucia	5,79	1,9%	7,19	1,9%	8,19	1,2%
Barbados	5,67	1,9%	7,04	1,8%	8,04	1,2%
República da Coréia	15,31	5,1%	8,61	1,8%	7,77	1,1%
Granada	4,84	1,6%	6,00	1,6%	6,86	1,0%
Canadá	5,94	2,0%	5,07	1,3%	6,43	0,9%
Guiana	4,28	1,4%	5,31	1,4%	6,06	0,9%
S. Vicente e Granadinas	3,89	1,3%	4,83	1,3%	5,52	0,8%
Brasil	1,94	0,7%	0,80	0,0%	0,63	0,1%
SUBTOTAL	247,43	83,0%	319,53	83,8%	623,27	89,7%
DEMAIS PAÍSES	50,67	17,0%	61,67	16,2%	71,53	10,3%
TOTAL GERAL	298,10	100,0%	381,20	100,0%	694,80	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do FMI, Direction of Trade Statistics, CD July 2009.

Países listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2007[1]	Part % no total
EXPORTAÇÕES (US$ mil)		
Sabões, agentes orgânicos de superfície	10.496	28,5%
Frutas, cascas de cítricos e de melões	8.987	24,4%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	4.146	11,3%
Sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	3.805	10,3%
Extratos tanantes e tintoriais, taninos e derivados	3.575	9,7%
Produtos hortícolas, plantas, raízes e tubérculos	1.888	5,1%
Produtos diversos das indústrias químicas	1.229	3,3%
Subtotal	34.126	92,7%
Demais Produtos	2.707	7,3%
Total Geral	36.833	100,0%
IMPORTAÇÕES (US$ mil)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	33.671	17,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15.955	8,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	13.817	7,1%
Veículos automóveis tratores e ciclos	11.424	5,8%
Plásticos e suas obras	7.567	3,9%
Papel e cartão, obras de pasta celulósica	6.306	3,2%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	5.534	2,8%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	5.515	2,8%
Carnes e miudezas, comestíveis	5.466	2,8%
Ferro fundido, ferro e aço	5.312	2,7%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.270	2,7%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	5.156	2,6%
Móveis, mobiliário médico-cirúrgico, colchões	4.687	2,4%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	4.482	2,3%
Livros, revistas, jornais	3.533	1,8%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	3.344	1,7%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3.210	1,6%
Preparações à base de cereais, malte, amidos	3.021	1,5%
Preparações alimentícias diversas	3.001	1,5%
Borracha e suas obras	2.889	1,5%
Produtos da indústria de moagem, malte, amidos e féculas, insulina, glúten de trigo	2.857	1,5%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.818	1,4%
Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	2.710	1,4%
Subtotal	157.545	80,5%
Demais Produtos	38.189	19,5%
Total Geral	195.734	100,0%

Elaborado pela ASE/GPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados de UNCTAD/ITC/Trademap.

Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.

(1) Última posição disponível.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - DOMINICA (US$ mil, fob)	2004	2005	2006	2007	2008
Exportações	2.963	1.808	1.205	2.412	2.927
Variação em relação ao ano anterior	142,3%	-38,3%	-36,2%	100,2%	21,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,2%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	504	320	223	12	12
Variação em relação ao ano anterior	8300,0%	-36,5%	-30,3%	-94,6%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,5%	0,3%	0,1%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	3.467	2.204	1.428	2.424	2.939
Variação em relação ao ano anterior	182,1%	-36,3%	-35,3%	69,7%	21,2%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,3%	0,1%	0,1%	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo Comercial	2.459	1.568	982	2.400	2.915

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

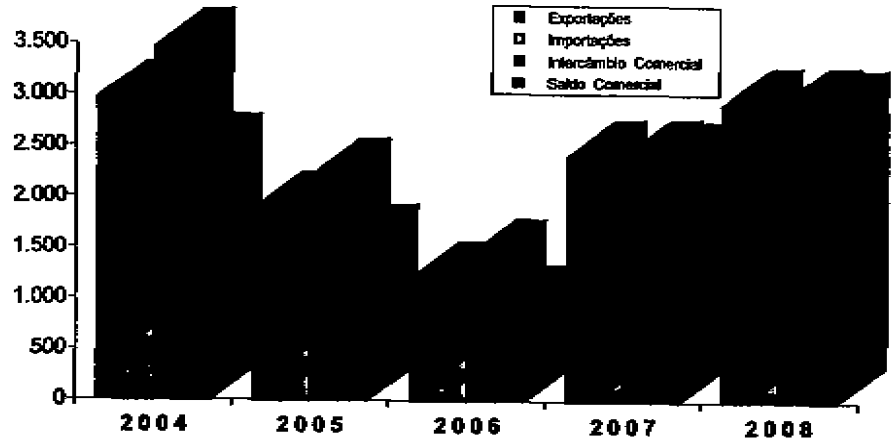
(1) As discrepâncias observadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações de país a país muitas podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - DOMINICA (US$ mil, fob)	2007 (jan-fev)	2008 (jan-fev)
Exportações	144	170
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	39,8%	1,4%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para o CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	10	23
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	66,7%	90,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras do CARICOM	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial	154	193
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	40,0%	1,3%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-CARICOM	0,1%	0,1%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança Comercial	134	147

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - DOMINICA
2004 - 2008

(US$ mil)



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - DOMINICA (US$ mil - fob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Carnes e miudezas, comestíveis	185	16,4%	928	38,6%	1.049	35,8%
Pedaços e miudezas, comest. de galos/galinhas, congelados	169	15,8%	883	36,6%	1.035	35,4%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	252	20,9%	566	23,6%	569	19,4%
Outs. madeiras compensadas, folheado, espessura não sup. a 6mm	0	0,0%	283	11,7%	292	10,0%
Madeira compensada c/fls <=6mm, face de madeira nicorífer	0	0,0%	51	2,1%	91	3,1%
Portas, respect. caixilhos, alizares e soleiras, de madeira	47	3,9%	81	3,4%	83	2,8%
Outras madeiras serradas/cortadas em folhas	38	3,2%	33	1,4%	30	1,0%
Produtos cerâmicos	223	18,5%	273	11,3%	471	16,1%
Outros tedrilhos, etc. de cerâmica, vidrados, esmaltados	210	17,4%	273	11,3%	471	16,1%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	264	21,9%	160	6,6%	249	8,5%
Preparações alimentícias e conservas, de bovinos	252	20,9%	150	6,2%	234	8,0%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	0	0,0%	68	2,8%	65	2,2%
Peles, exceto peleteria, e couros	0	0,0%	0	0,0%	67	2,3%
Leite e laticínios, ovos de aves, mel natural	16	0,8%	25	1,0%	34	1,8%
Borracha e suas obras	1	0,1%	28	1,2%	54	1,8%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	33	2,7%	45	1,9%	51	1,7%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	31	2,6%	54	2,2%	48	1,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	23	1,9%	20	0,8%	37	1,3%
Subtotal	1.035	85,9%	2.165	89,8%	2.745	93,8%
Demais Produtos	170	14,1%	244	10,1%	181	6,2%
TOTAL GERAL	1.205	100,0%	2.412	100,0%	2.927	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - DOMINICA (US$ mil- fob)	2006	% do total	2007	% do total	2008	% do total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	0	0,0%	2	16,7%	7	58,3%
Outras obras de ferro ou aço	0	0,0%	0	0,0%	4	33,3%
Outros obras moldadas de ferro fundido, não maleável	0	0,0%	0	0,0%	2	16,7%
Outros artefatos p/perfeitos, de ferro fundido/ferro/aço	0	0,0%	2	16,7%	0	0,0%
Caldeiras, máquinas, instrumentos e aparelhos mecânicos	195	87,4%	0	0,0%	2	16,7%
Válvulas de segurança ou de alívio	0	0,0%	0	0,0%	1	8,3%
Outras bombas volumétricas rotativas	129	57,8%	0	0,0%	0	0,0%
Outros motores hidráulicos	58	26,0%	0	0,0%	0	0,0%
Obras diversas de metais comuns	0	0,0%	0	0,0%	1	8,3%
Máquinas, aparelhos e material elétricos	12	5,4%	3	25,0%	1	8,3%
Outros interruptores de circuitos elétricos	0	0,0%	0	0,0%	1	8,3%
Disjuntores para tensão <=1kV	12	5,4%	3	25,0%	0	0,0%
Óleos essenciais e resinóides, produtos de perfumaria	14	6,3%	3	25,0%	0	0,0%
Outros óleos essenciais	14	6,3%	3	25,0%	0	0,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	0	0,0%	2	16,7%	0	0,0%
Subtotal	221	99,1%	10	83,3%	11	91,7%
Demais Produtos	2	0,9%	2	16,7%	1	8,3%
TOTAL GERAL	223	100,0%	12	100,0%	12	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, tendo por base os dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em 2008.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - DOMINICA (US$ mil - fob)	2008 (jan-jun)	% do total	2009 (jan-jun)	% do total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Carnes e miudezas, comestíveis	608	39,3%	718	45,7%
Produtos cerâmicos	235	15,2%	215	13,7%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	132	8,5%	209	13,3%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	366	23,6%	130	8,3%
Fumo(tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	93	6,0%	115	7,3%
Gorduras, óleos e ceras animais ou vegetais	0	0,0%	29	1,8%
Subtotal	1.434	92,6%	1.416	90,2%
Demais Produtos	114	7,4%	154	9,8%
TOTAL GERAL	1.548	100,0%	1.570	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Obras diversas de metais comuns	0,0	0,0%	3,8	50,0%
Óleos essenciais e resinóides, prod. de perfumaria ou locados	0,0	0,0%	2,5	33,3%
Máquinas, aparelhos e material elétricos, suas partes	0,9	9,0%	0,2	2,6%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	7,0	70,0%	0,1	0,7%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	1,9	19,0%	0,0	0,0%
Subtotal	9,9	99,0%	7,6	99,3%
Demais Produtos	0,1	1,0%	0,0	0,7%
TOTAL GERAL	10,0	100,0%	7,6	100,0%

Elaborado pela MRE/DPR/DIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb.

Grupos de produtos listados em ordem decrescente, tendo como base os valores apresentados em jan-jun/2008.

Aviso nº 1.026 - C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ MARCOS NOGUEIRA VIANA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Comunidade de Dominica.

Atenciosamente,

ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interina

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

MENSAGEM
Nº 256, DE 2009
(nº 981/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PEDRO MOTTA PINTO COELHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Os méritos do Senhor Pedro Motta Pinto Coelho que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 4 de dezembro de 2009.

EM No 00432 MRE/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-APES

Brasília, 01 de dezembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação de PEDRO MOTTA PINTO COELHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

2. Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o Organismo Internacional e *curriculum vitae* de PEDRO MOTTA PINTO COELHO que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ruy Nunes Pinto Nogueira

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE *PEDRO MOTTA PINTO COELHO*
CPF.: 14653265100
ID.: 5115/MRE

1946 Filho de Luiz Pinto Coelho e Maria do Carmo Motta, nasce em 28 de maio, em Santa Bárbara/MG
1971 CPCD - IRBr
1973 Terceiro Secretário em 6 de fevereiro
1973 Divisão das Nações Unidas, assistente
1975 Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e Centro Universitário de Brasília/DF
1975 Embaixada em Washington, Terceiro, Segundo e Primeiro Secretário
1976 Segundo Secretário, por merecimento, em 20 de dezembro
1979 Ciências Humanas e Música pela George Washington University, Washington-DC, EUA
1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
1980 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
1981 Mestrado em Ciência Política pela Georgetown University, Washington-DC, EUA
1984 Divisão de Organismos Internacionais Especializados, Chefe, substituto
1984 Divisão do Mar, do Espaço e da Antártida, Chefe, substituto
1985 IV Operação Antártica, Antártida, Chefe de delegação
1986 Coordenação de Documentação Diplomática, Chefe, substituto e Chefe
1986 Conselheiro, por merecimento, em 17 de dezembro
1987 Divisão de América Meridional II, Chefe
1988 Medalha Mérito Santos Dumont, Brasil
1988 II Reunião da Comissão Mista Brasil-Suriname, Brasília, Chefe de delegação
1989 Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
1989 Delegação Permanente em Genebra, Conselheiro
1989 GATT-Rodada Uruguai; GT sobre Serviços; GT sobre Investimentos; e GT sobre Propriedade Intelectual, Chefe de delegação
1989 Fundo Multilateral para o Meio-Ambiente, Comitê Executivo, reuniões de Genebra, Roma, Nairobi, Abidjan e Washington, Chefe de delegação
1991 Convenção de Viena sobre a Camada de Ozônio, Protocolo de Montreal sobre as Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio, Comitê Executivo, Genebra, Chefe de delegação
1992 Convenção sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos,Convenção de Basiléia, Comitê Técnico, Genebra, Chefe de delegação
1992 CAE - IRBr, Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado
1992 Fronteiras na Amazônia - Um espaço Integrado, IPRI, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília
1992 Divisão do Meio Ambiente, Chefe
1993 Ordem Rio Branco, Brasil, Comendador
1993 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 20 de dezembro
1994 Embaixada em Buenos Aires, Ministro-Conselheiro
1994 O Tratamento Multilateral do Meio Ambiente:Ensaio de um Novo Espaço Ideológico, in Temas de Política Externa Brasileira II, Paz e Terra, São Paulo, Versão integral em Cadernos do IPRI, n. 18, Brasília
1997 Repensando el Mercosur:Brasil-Argentina y una nueva sociedad política, in Archivos del Presente, Año 3, n.9, Buenos Aires
1998 Relações Brasil-Argentina e o Mercosul: uma visão geo-econômica da integração, in Política Externa, Vol.7,n.1,Paz e Terra, São Paulo

1998 Ordem San Martin, Argentina, Gran-Oficial
1999 Consulado-Geral em Lisboa, Cônsul-Geral
2000 Observações sobre a visão argentina da política internacional de 1945 até hoje, in Argentina-Visões Brasileiras, Samuel Pinheiro Guimarães, org., IPRI-CAPES, Brasília
2001 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral
2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande-Oficial
2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 16 de junho
2003 Departamento da África, Diretor
2004 Ordem Al Wissam Al Aoui, Marrocos, Grande Oficial
2004 Ordem Rio Branco, Brasil,Grã Cruz
2004 V Comissão Mista Brasil-Nigéria, Abuja, Chefe de Delegação
2004 II Comissão Mista Brasil-África do Sul, Pretória, Chefe de Delegação
2005 Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente Médio, Subsecretário-Geral
2005 I e II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Israel, Brasília e Jerusalém, Chefe de delegação (2005 e 2006)
2007 Embaixada em Tel Aviv, Embaixador
2007 Ordem do Mérito Militar, Brasil,Grande-Oficial
2007 Embaixada junto à República de Chipre, Embaixador Cumulativo

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUBSECRETARIA-GERAL POLÍTICA III

DEPARTAMENTO DA ÁFRICA

NÚCLEO DE ACOMPANHAMENTO DOS TEMAS DA CPLP

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

SUMÁRIO EXECUTIVO

ostensivo

(nov/2009)

DADOS BÁSICOS

ORGANIZAÇÃO:	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
PAÍSES MEMBROS:	Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (obs.: Guiné Equatorial, Ilhas Maurício e Senegal são Membros Associados)
SEDE:	Lisboa (Portugal)
ÁREA TOTAL:	10,71 milhões de km² (2,2 milhões de km² sem o Brasil)
POPULAÇÃO TOTAL (est. 2007):	244,1 milhões (52,5 milhões sem o Brasil)
IDIOMAS OFICIAIS:	Português
SECRETÁRIO EXECUTIVO:	Domingos Simões Pereira (Guiné-Bissau), desde julho de 2008
DIRETOR-GERAL:	Hélder-Vaz Lopes (Guiné-Bissau)
PIB TOTAL (est. 2007):	US$ 1,603 trilhão (288,8 bilhões sem o Brasil)

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL COM A CPLP
2002/2008 - 2008

Países da CPLP (-Brasil)	2002	2006	2007	2008	Var.% 2002-2006	Var.% 2007-2008
Exportações brasileiras	817.318	2.374.371	3.099.588	3.763.244	360,4%	21,4%
Importações brasileiras	181.683	772.147	1.260.530	2.839.039	146,6%	125,2%
Intercâmbio comercial	999.001	3.146.518	4.360.118	6.602.283	560,9%	51,4%
Saldo comercial	635.635	1.602.224	1.839.058	924.205		

Histórico e Estrutura

Integrada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi estabelecida em julho de 1996, na Cimeira Constitutiva de Lisboa.

Trata-se de foro privilegiado para aprofundamento das relações entre seus Estados Membros, que se beneficiam de laços históricos, étnicos e culturais comuns. Cimentada pelo princípio da solidariedade, a CPLP tem como objetivos estatutários a concertação político diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e defesa da língua portuguesa.

A proposta de criação da Comunidade tem como antecedente o primeiro encontro de Chefes de Estado e de Governo de língua portuguesa, em novembro de 1989, realizado em São Luís do Maranhão, sob iniciativa do Presidente José Sarney. Nessa ocasião, foi decidida a criação do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), com sede em Praia.

Considerado como embrião da Comunidade, o IILP foi em 2005 integrado formalmente à Organização como principal foro de coordenação comunitária para defesa e promoção da língua portuguesa.

Consoante seus Estatutos, a CPLP compõe-se de um Secretariado Executivo e de três órgãos deliberativos: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (com reuniões bianuais); o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores (com reuniões anuais); e o Comitê de Concertação Permanente (CCP).

Em todas as instâncias deliberativas as decisões são tomadas por consenso. Foram realizadas sete Conferências de Chefes de Estado e de Governo, quatorze reuniões ordinárias e cinco extraordinárias do Conselho de Ministros, cento e vinte e sete reuniões ordinárias do CCP e sessenta e nove extraordinárias.

Integrado pelos representantes dos oitos países junto ao Secretariado Executivo da CPLP, o CCP reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

Desde 2006, o Brasil é representado no CCP pelo Chefe da Delegação brasileira junto à CPLP. O mesmo ocorre com Guiné-Bissau e Timor-Leste, que recentemente também abriram delegação para cuidar exclusivamente dos temas afetos à Comunidade. Todos os outros países, à exceção do Estado anfitrião, são representados no CCP por seu Embaixador junto à República Portuguesa.

Com sede em Lisboa, o Secretariado Executivo tem como funções principais implementar as decisões emanadas dos órgãos deliberativos e assegurar a execução dos programas de cooperação. É dirigido por um Secretário Executivo, o qual é auxiliado por um Diretor Geral.

Note-se que, ao passo que a nomeação do Secretário Executivo é objeto de decisão política, em bases rotativas entre os Estados Membros, a do Diretor Geral é resultante de concurso público internacional.

A partir de 2002, passaram a fazer parte da estrutura da CPLP as Reuniões Ministeriais Setoriais e a Reunião de Pontos Focais da Cooperação. Constituída legalmente em 2007, também como órgão integrante da Organização, a Assembléia Parlamentar da CPLP foi instalada em 2009. Ela substitui o Foro Parlamentar da CPLP, instituído inicialmente para dar início aos contatos entre os legislativos dois oito Estados.

Vários setores da administração pública dos oito Estados Membros contam com Reuniões Ministeriais Setoriais. No calendário de 2009, foram realizadas a IX Reunião dos Ministros do Trabalho (março/Óbidos), a II Reunião de Ministros da Saúde (maio/Estoril), a II Reunião dos Ministros da Juventude e Desportos (março/Lisboa), a XI Reunião dos Ministros da Defesa (maio/Luanda) e a IV Reunião dos Ministros da Agricultura (junho/Brasília).

Cabe assinalar que várias entidades não-governamentais da sociedade civil dos Estados Membros têm aderido aos princípios da Comunidade no sentido de promover ações de intercâmbio e de apoio institucional. Foi realizado, em novembro/2009, em Salvador/BA, o Encontro Preparatório para o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, que deverá ser realizado em 2010. Houve, ainda, o V Encontro Empresarial da CPLP, em Fortaleza/CE, setembro/2009.

A CPLP oferece a possibilidade de associação por meio das categorias de Observador Associado e Observador Consultivo. A primeira é facultada a Estados ou regiões lusófonas pertencentes a terceiros países, enquanto que a

segunda diz respeito a entidades das sociedades civis dos oitos países identificadas com os princípios e propósitos da CPLP

Gozam atualmente de "status" de Observador Associado a Guiné-Equatorial, as Ilhas Maurício e o Senegal; mais de quarenta organizações são Observadores Consultivos da CPLP.

Passados doze anos desde sua criação, a Comunidade apresenta um acervo considerável de realizações, com crescente projeção para dentro e para fora do espaço dos Estados Membros. Evidencia-se, paralelamente, notável convergência de propósitos e a existência de diálogo direto e fraterno entre os parceiros comunitários.

Concertação Político-Diplomática

A ação político-diplomática da Comunidade desenvolve-se em vários níveis de atuação. O mais imediato compreende o espaço dos Estados Membros e os mecanismos regionais de integração no qual estão inseridos. Além disso, a CPLP incentiva maior coordenação entre seus Estados Membros nos diversos foros multilaterais de que participam.

A CPLP teve participação construtiva, em consulta com outros atores internacionais, em recentes crises no Timor-Leste e na Guiné-Bissau resultantes de tentativas de insurreição contra os governos democráticos ali constituídos.

À vista desses episódios, o Brasil tem defendido maior atuação da CPLP em favor do fortalecimento institucional timorense e guineense.

Tendo em conta seu importante papel para o funcionamento institucional, o Brasil tem priorizado ações na área de segurança pública, justiça e observação eleitoral.

No caso de Guiné-Bissau, a CPLP mantém diálogo franco e produtivo com as Nações Unidas e as organizações econômicas regionais (UEMOA e CEDEAO) em apoio à manutenção do Governo democrático, inclusive no que diz respeito às recomendações da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas.

A cooperação na área eleitoral tem-se revelado de grande significado para processos eleitorais em alguns dos Estados Membros. Em contexto de pós-conflito, como é o caso da Guiné-Bissau, o amparo da comunidade internacional no campo eleitoral chega a ser imprescindível, com o estatuto de diplomacia preventiva. Em novembro/2009, houve eleições em Moçambique, com o acompanhamento de Missão de Observadores da CPLP.

Cabe notar que a partir do referendo de autodeterminação do Timor-Leste, de 1999, a CPLP enviou observadores a todos os escrutínios nos Estados Membros, à exceção dos realizados no Brasil, Cabo Verde e Portugal. Em 2008 a Comunidade foi convidada pela primeira vez a enviar missão de observação em um país extracomunitário (Zimbábue).

Convém assinalar a existência de espaço para uma mais estreita coordenação dos oito países nos foros multilaterais em questões sensíveis como segurança alimentar, energética e migrações.

Cooperação técnica

Na área de cooperação, cabe frisar que a atuação brasileira na África, em especial nos Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs), exprime, no plano externo, a prioridade que o Governo Lula atribui aos temas sociais.

Aqueles países e o Timor-Leste são, no tocante à alocação de recursos, os principais recipiendários da cooperação técnica prestada pelo Brasil.

Educação, capacitação institucional e profissional, intercâmbio acadêmico e combate ao HIV/AIDS consistem nas áreas prioritárias da cooperação brasileira.

Para citar somente as iniciativas mais recentes, destacam-se o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS), aprovado pela Reunião de Ministros da Saúde do Rio de Janeiro (novembro de 2008); o projeto "Universidade Luso-Afro-Brasileira" (UNILAB), na cidade de Redenção/Ceará, com previsão de entrada de atividades em 2010; e o Plano de Cooperação de Segurança Alimentar, aprovado na reunião deste ano de Ministros da Agricultura da CPLP.

Apesar de não serem projetos comunitários, vale menção, por sua importância e alcance, o estabelecimento pelo Brasil do escritório da Embrapa, em Gana,

do escritório representação da Fundação Osvaldo Cruz em Moçambique, bem como também, neste país, de fábrica de medicamentos anti-retrovirais.

Promoção e defesa da língua portuguesa

A última Cimeira de Chefes de Estado e de Governo (Lisboa, julho de 2008) elegeu como prioridade a promoção e defesa do idioma português.

No último Conselho de Ministros (Praia, Cabo Verde, julho de 2009), os Chanceleres, tendo em vista a reestruturação do IILP e a divulgação da Língua Portuguesa, comprometeram-se a renovar o Compromisso do Maranhão, no sentido de promover, defender, enriquecer e difundir a Língua Portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico e tecnológico e de utilização em fóruns internacionais, assim como língua de promoção econômica e empresarial. Foi produzida a Declaração da Praia sobre a Projeção da Língua Portuguesa no Mundo.

A entrada em vigor do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa poderá auxiliar na consolidação internacional do português.

O Governo brasileiro entende ser imprescindível, sem prejuízo de outras iniciativas nessa área, a revitalização do Instituto Institucional da Língua Portuguesa (IILP) de modo que sejam cumpridos seus objetivos estatutários. O Brasil deverá sediar, em março de 2010, "Conferência Internacional sobre o futuro da língua portuguesa no sistema mundial."

Domingos Simões Pereira
Secretário Executivo
(1963, Guiné-Bissau)

Domingos Simões Pereira, de Guiné-Bissau, ocupa desde julho de 2008 o cargo de Secretário Executivo da CPLP. Engenheiro e com passagem em diversos postos da administração bissau-guineense, Simões Pereira sucedeu o Embaixador Luís Fonseca, de Cabo Verde.

Engenheiro Civil e Industrial pelo Instituto de Engenharia de Odessa, ex-URSS (Ucrânia). Mestre em Ciências da Engenharia Civil pela Universidade Estatal de Califórnia em Fresno.

De dezembro de 2006 até à data da última nomeação foi Conselheiro do Primeiro Ministro da Guiné-Bissau para as Infra-estruturas por conta do Banco Mundial. Foi Secretário-geral da Caritas Guiné-Bissau de setembro de 2006 a setembro de 2008. Foi Ministro das Obras Públicas, Construções e Urbanismo de maio de 2004 a novembro de 2005. Ministro do Equipamento Social entre 2002 e 2003. Assistente Técnico para a Reforma das Infra-Estruturas no Projeto de Reforma e Desenvolvimento do Setor Privado (Banco Mundial), de 2000 a 2004. Assistente Técnico para a Célula de Apoio ao Ordenador Nacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento (União Europeia), de 1999 a 2000.

Entre 1988 e 1999, assumiu diversos cargos, entre os quais: Diretor Nacional da Viação e Transportes Terrestres; Diretor-Geral das Estradas e Pontes; Chefe de Gabinete do Ministro das Obras Públicas e Diretor do Laboratório de Engenharia Civil; Estágiario no Gabinete de Projetos de Engenharia no Departamento dos Transportes da Califórnia (CALTRANS, Fresno); Diretor Técnico da Cooperativa Unidade e Progresso, em Bissau.

Hélder Vaz Lopes
Diretor-Geral
(Guiné-Bissau)

Hélder Vaz Lopes, também de Guiné-Bissau, ocupa desde janeiro de 2008, o cargo de Diretor Geral. Filósofo e mestre em administração e gestão pública, Vaz Lopes atuou em diversas agências internacionais e, em seu país, foi detentor de mandato parlamentar e exerceu o cargo de Ministro da Economia.

DEAF/NPLP, 25/11/09

DADOS BÁSICOS POR PAÍS

ANGOLA	
CAPITAL:	Luanda
ÁREA:	1.246.700 Km²
POPULAÇÃO (2008-FMI):	18,80 milhões
IDIOMAS:	Português (oficial), umbundo, quimbundo, quicongo
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Africanas (47%), católica (38%), protestante (15%).
SISTEMA POLÍTICO:	República com sistema misto de Governo
CHEFE DE ESTADO:	Presidente José Eduardo dos Santos (desde setembro/1979)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Paulo Kassoma (desde setembro/2008)
MINISTRO DO EXTERIOR:	Assunção Afonso dos Anjos
PIB (2008-FMI):	US$ 83,38 bilhões
PIB PER CAPITA (2008-FMI):	US$ 4,961.00
PIB PPP (2008 - FMI):	US$ 106,41 bilhões
PIB PER CAPITA PPP (2008-FMI):	US$ 6,331.91
Variação do PIB (2009 - FMI)	(3,9%)
UNIDADE MONETÁRIA	Kwanza (Kz)
TAXA DE INFLAÇÃO (2009-FMI):	12,1% (est.)
DÍVIDA EXTERNA (2007):	US$ 7,6 bilhões (EIU)
VISITAS RECENTES	**Visitas Presidenciais:** PR Lula em Luanda (Nov/03); PR José Eduardo dos Santos (Abr/06); PR Lula a Luanda (Out/07). **Visitas Ministeriais:** Min. Celso Amorim a Luanda (mai/03, jul/05); Min. João Bernardo de Miranda (abr/05, jul/08); Ministro da Defesa, Nelson Jobim (Mai/2009); Min. da Agricultura de Angola, Afonso Pedro Canga (Brasília, Mai/2009)

CABO VERDE	
CAPITAL:	Praia
ÁREA:	4.033 Km²
POPULAÇÃO (2008):	546 mil
IDIOMAS:	Português e crioulo.
RELIGIÕES:	Católica e protestante (Igreja do Nazareno)
SISTEMA DE GOVERNO:	Semipresidencialismo
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Pedro Verona Rodrigues Pires (desde março/2001)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro José Maria Pereira Neves (desde fevereiro/2001)
CHANCELER:	Ministro José Brito
VISITAS RECENTES	**Visitas ao Brasil:** PR Pedro Verona Pires. (Jun/2003); PM José Maria Neves (Out/2003; Ago/2005, Out/2009); PR Pedro Verona Pires (Set/2005); Participação do Presidente Pedro Pires na Cúpula dos Intelectuais da África e da Diáspora (Salvador, Jul/2006); MNE Brito (Abr/2009). **Visitas a Cabo Verde:** PR Luiz Inácio Lula da Silva. (Jul/2004) Min. Celso Amorim (Jan/2005 e jun/08); Min. Celso Amorim participa de Conselho de Ministros extraordinário da CPLP (Praia, Mar/2009)
PIB NOMINAL (2008 – FMI):	US$ 1,8 bilhão
PIB PPP (2008 – FMI)	US$ 1,75 bilhão
PIB PER CAPITA NOMINAL (2008 – FMI)	US$ 3,6 mil
PIB PER CAPITA PPP (2008 – FMI)	US$ 3,47 mil
UNIDADE MONETÁRIA:	Escudo de Cabo Verde

GUINÉ-BISSAU	
CAPITAL:	Bissau
ÁREA:	36.125 Km²
POPULAÇÃO (2008 - ONU):	1,7 milhão
IDIOMAS:	Português (oficial), crioulo (kriol).
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Religiões africanas 50%, Islamismo 45% e Cristianismo 5%
SISTEMA POLÍTICO:	República semipresidencialista.
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Malai Bacai Sanha (desde setembro/2009)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Carlos Gomes Jr (desde dezembro/2008)
CHANCELER:	Min. Adelino Mano Queitá
VISITAS E ENCONTROS RECENTES	**Visitas Presidenciais:** PR Lula (Abr/2005 e 2006); PR João Bernardo Vieira (Nov/2007). **Visitas Ministeriais:** Min. Celso Amorim (Jan/2005 e abr/08); MNE António Isaac Monteiro (Mar/2006)
EMBAIXADOR EM BISSAU	Jorge Kadri
PIB NOMINAL (2008 – FMI)	US$ 461 milhões
PIB PPP (2008 – FMI))	US$ 847 milhões
PIB PER CAPITA NOMINAL (2008 - FMI):	US$ 264
PIB PER CAPITA PPP (2008 – FMI)	US$ 485
UNIDADE MONETÁRIA:	Franco CFA

MOÇAMBIQUE	
CAPITAL:	Maputo
ÁREA:	801.590 km²
POPULAÇÃO (2008; ONU):	20,7 milhões
IDIOMAS:	Português (oficial), emakhuwa (26,1%), xichangana (11,3%) entre outras.
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Tradicionais 50,4%, cristianismo 38,4%, protestantes 8,9%,
SISTEMA POLÍTICO:	República semipresidencialista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Armando Emílio Guebuza (desde fevereiro/ 2005)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeira-Ministra Luisa Dias Diogo (desde fevereiro/2004)
CHANCELER:	Oldemiro Balói
PIB (2008 - FMI):	US$ 9,654 bilhões
PIB PPP (2008 – FMI)	US$ 18,600 bilhões
PIB *per capita* (2008 - FMI):	US$ 465
PIB PPP *per capita* (2008 - FMI):	US$ 896
VISITAS RECENTES	**Visita a Moçambique** PR Luiz Inácio Lula da Silva (2003, 2008); VPR José Alencar (fev/05); Min. Amorim (2003, 2005) **Visita ao Brasil** PR Chissano (ago/2004); PR Guebuza (set/2007, jul/2009); MNE Oldemiro Balói (set/2008)

PORTUGAL

NOME OFICIAL	**República Portuguesa**
CAPITAL	**Lisboa**
ÁREA	**92,391 km²**
POPULAÇÃO	**10,8 milhões (2007)**
RELIGIÃO MAJORITÁRIA	**Catolicismo - 84% (censo de 2001)**
SISTEMA POLÍTICO	**Semi-presidencialista**
CHEFE DE ESTADO	**Presidente Aníbal António Cavaco Silva**
CHEFE DE GOVERNO	**PM José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa**
CHANCELER	**Ministro Luís Filipe Marques Amado**
PIB	**US$ 223,3 bilhões (2007)**
PIB PER CAPITA	**US$ 21.082 (2007, FMI)**

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	
CAPITAL:	São Tomé
ÁREA:	**1.001 km² (menor país da África)**
POPULAÇÃO (est. 2009):	212,679 mil
IDIOMAS:	**Português (oficial) e crioulo.**
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	**70% Católicos; 8% protestantes; 3,1% outras religiões e 18,9% sem religião**
SISTEMA POLÍTICO:	**República parlamentarista.**
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Fradique de Menezes
CHEFE DE GOVERNO:	**Primeiro-Ministro Joaquim Rafael Branco**
MINISTRO DO EXTERIOR:	Carlos Alberto Pires Tiny
VISITAS RECENTES	**Visitas a São Tomé e Príncipe:** **PR Luiz Inácio Lula da Silva (Nov/2003 e Jul/2004); Min. Celso Amorim (2003, 2008).** **Visitas ao Brasil** **PR Fradique de Menezes (Ago/2005); MNE Pequeno (2004, 2005); MNE Carlos Gustavo dos Anjos (Mar/2007); MNE Carlos Tiny, (Jan/2009); PM Rafael Branco (Mar/2009).**
PIB (est. 2008 FMI):	US$ 176 milhões (nominal) **US$ 280 milhões (PPP)**
PIB PER CAPITA (est. 2008 FMI):	**US$ 1.100 (nominal)** **US$ 1.748 (PPP)**
UNIDADE MONETÁRIA:	**Dobra**

TIMOR LESTE

CAPITAL:	Díli
ÁREA:	14.609 km^2 (equivalente a metade de Alagoas, ou cerca de três vezes o Distrito Federal)
POPULAÇÃO (2007):	1,155 milhão de habitantes
IDIOMAS:	Tétum e português (oficiais). O inglês e o indonésio são considerados línguas de trabalho
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Católica (97%), animista (difusa na cultura local)
REGIME DE GOVERNO:	República parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Presidente José Ramos-Horta
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Kay Rala Xanana Gusmão
CHANCELER:	Zacarias Albano da Costa
PIB (2008)	US$ 473 milhões (excluindo petróleo)
PIB "per capita" (2008)	US$ 409 (excluindo petróleo)
EXPORTAÇÕES (2008)	US$ 11 milhões (excluindo petróleo)
IMPORTAÇÕES (2008)	US$ 309 milhões
IDH (publicado em 2008, dados de 2006):	0,483, ou 158º de 179 listados
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar Americano

Fonte: FMI e *The Economist Intelligence Unit*

ACORDOS INTRA-CPLP (em ordem alfabética)

» Acordo de Cooperação Consular entre os Estados-membros da CPLP

» Acordo de Cooperação entre Estados Membros da CPLP sobre o Combate ao HIV/SIDA

» Acordo de Cooperação entre os Estados Membros sobre o Combate à Malária/Paludismo

» Acordo de Cooperação entre os Estados-membros da CPLP nos domínios cinematográfico e audiovisual

» Acordo de Cooperação entre Governos Integrantes da CPLP para Redução da Demanda, Prevenção de Uso Indevido e Combate à Produção e ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas

» Acordo de Cooperação entre Instituições de Ensino Superior dos Países-Membros da CPLP

» Acordo de Cooperação no domínio da Juventude e do Desporto

» Acordo Geral de Cooperação no âmbito da CPLP

» Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais de Estados-membros da CPLP

» Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas para Determinadas Categorias de Pessoas

» Acordo sobre a concessão de Visto Temporário para tratamento médico a cidadãos da CPLP

» Acordo sobre o estabelecimento de Balcões Específicos nos Postos de Entrada e Saída para o Atendimento de Cidadãos da CPLP

» Acordo sobre o estabelecimento de Requisitos Comuns Máximos para a Instrução de Processos de Visto de Curta Duração

» Acordo sobre o estabelecimento da Sede da CPLP em Portugal

» Acordo sobre a Isenção de Taxas e Emolumentos devidos à emissão e renovação de autorizações de residência para os cidadãos da CPLP

» Acordo sobre a Supressão de Vistos e Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço, entre os Governos dos Países-Membros da CPLP

» Convenção de Cooperação Técnica entre as Administrações Aduaneiras dos Países de Língua Oficial Portuguesa

» Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Estados de Língua Oficial Portuguesa em Matéria de Luta contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e de Substâncias Psicotrópicas

» Convenção sobre Assistência Mútua Administrativa entre os Estados de Língua Oficial Portuguesa para Prevenção, Investigação e Repressão das Infracções Aduaneiras

» Convenção sobre Auxílio Judiciário em matéria Penal entre os Estados Membros da CPLP

» Convenção sobre Extradição entre os Estados Membros da CPLP

» Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Administração Pública

» Convenção sobre o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial

» Convenção sobre transferência de pessoas condenadas entre os Estados Membros da CPLP

» Declaração Constitutiva da CPLP

» Estatutos da CPLP

» Estatuto do Centro de Análise Estratégica

» Estatuto do Fórum dos Parlamentos dos Países de Língua Oficial Portuguesa

» Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa

» Protocolo de Cooperação entre a CPLP e o Fórum Empresarial de Língua Portuguesa - FELP

» Protocolo de Cooperação entre os Países de Língua Portuguesa no domínio da Segurança Pública

» Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

» Revisão dos Estatutos do IILP

» Resolução de Revisão dos Estatutos da CPLP

» Resolução sobre o Estabelecimento da Assembleia Parlamentar da CPLP (Revisão dos Estatutos da CPLP)

» Resolução sobre o Fórum dos Parlamentos de Língua Portuguesa

» Segundo Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa)

ACORDOS BILATERAIS DO BRASIL COM A CPLP

Título	Outra Parte	Data de Celebração	Vigência
Protocolo de Cooperação entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e o Governo da República Federativa do Brasil para a Implementação do Projeto "Conferência Internacional Infanto-Juvenil: uma Contribuição ao Programa de Educação Ambiental da CPLP"	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	30/06/2009	Em vigor
Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para a Implementação do Projeto "Educação Ambiental na CPLP no Marco da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável"	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa	30/09/2009	Em vigor

Aviso nº 1.027 - C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PEDRO MOTTA PINTO COELHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Atenciosamente,

ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interina

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 08/12/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF

OS:19100/2009

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 257, de 2009** (nº 982/2009, na origem), de 4 do corrente, pela qual o Presidente da República, solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América, de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase".

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

É a seguinte a mensagem recebida:

MENSAGEM
Nº 257, DE 2009
(nº 982/2009, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, proponho a Vossas Excelências seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 24,300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase", de conformidade com a inclusa Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Fazenda.

Brasília, 4 de dezembro de 2009.



EM nº 164/2009 - MF

Brasília, 19 de novembro de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Ministério do Meio Ambiente solicitou autorização ao Ministério da Fazenda para contratação de operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até USD 24,300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II - Segunda Fase".

2. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu meios de controle, pelo Senado Federal, das operações financeiras externas de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, consoante o art. 52, incisos V, VII e VIII, tendo a Câmara Alta disciplinado a matéria mediante a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007, e a Resolução nº 43, de 2001, republicada e consolidada em 10 de abril de 2002, ambas do Senado Federal.

3. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000.

4. A Secretaria do Tesouro Nacional prestou as devidas informações sobre as finanças externas da União, conforme disciplinado pela Resolução nº 48, de 2007, do Senado Federal, e pelo art. 32 da Lei de Responsabilidade Fiscal, manifestando-se favoravelmente quanto à contratação da operação de crédito pela República Federativa do Brasil, desde que, previamente à assinatura do contrato, seja verificado o cumprimento das condições prévias ao primeiro desembolso do contrato de empréstimo.

5. O Banco Central do Brasil efetuou o credenciamento da operação, no âmbito do Sistema de Registro de Operações Financeiras (ROF), sob o registro TA517088-BACEN, cuja cópia encontra-se a esta anexa.

6. A seu turno, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional pronunciou-se pela legalidade da minuta contratual, concluindo não haver óbice legal à contratação da operação de crédito, por meio do Parecer cuja cópia encontra-se em anexo, juntamente com a cópia da minuta contratual da operação em tela e do pronunciamento da Secretaria do Tesouro Nacional.

7. Em razão do acima exposto, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar à Presidência da República que envie Mensagem ao Senado Federal, a fim de submeter à apreciação daquela Casa o pedido de autorização para contratação da operação financeira descrita nesta Exposição de Motivos.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Guido Mantega

PARECER

PGFN/COF/Nº 2474/2009

Exame jurídico de operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil (RFB) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até USD 24,300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase".

Contratação sujeita à autorização do Senado Federal. Aplicação do art. 52, inciso V, da Constituição. Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967; Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; e a Resolução nº 48, de 21 de dezembro de 2007.

- I -

Trata-se de operação de crédito externo a ser celebrada entre a República Federativa do Brasil (RFB) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até USD 24,300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase"[1].

- II -

DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EXTERNO

2. O empréstimo será concedido pelo BIRD, Organismo Internacional do qual a República Federativa do Brasil faz parte.

[1] Processo Administrativo nº 10951.000349/2009-01.

3. O Mutuário é a República Federativa do Brasil, pessoa jurídica de Direito Público Interno, a quem incumbe praticar os atos de natureza financeira previstos contratualmente, e também compete fazer constar, em momento oportuno, em suas propostas orçamentárias, os recursos necessários para o pagamento dos compromissos assumidos.

4. A operação financeira externa, consoante ressaltado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF), nos termos do PARECER nº 854/2009/GERFI/COREF/STN, de 10 de novembro de 2009 (fls. 215/220), tem como objetivo geral "contribuir para o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de regulamentação do poder público para o exercício da gestão ambiental no País, melhorando efetivamente a qualidade ambiental e gerando benefícios socioeconômicos" (item 5).

5. As formalidades prévias à contratação são aquelas prescritas na Constituição da República Federativa do Brasil; na Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007; no Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974; na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, alterada pela Portaria nº 650, de 1º de outubro de 1992, ambas do então Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento, como se acham em vigor; e nos demais dispositivos legais e regulamentares pertinentes.

6. Tais aspectos normativos, conforme apontado nos itens seguintes, foram correspondidos.

ANÁLISE DO PROGRAMA PELA COFIEX

7. O Programa foi identificado como passível de obtenção de financiamento externo pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX), de que trata o Decreto nº 3.502, de 12 de junho de 2000, conforme a Recomendação nº 868, de 5 de maio de 2005 (fls. 161), homologada pelo Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 31 de maio de 2006 (fls. 161), no valor até de USD 44,230,000.00 (quarenta e quatro milhões e duzentos e trinta mil dólares), e contrapartidas de até USD 7,170,000.00 (sete milhões e cento e setenta mil dólares), entre Estados e Distrito Federal, e de até USD 11.740,000.00 (onze milhões e setecentos e quarenta mil dólares), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), da seguinte forma distribuídos:

(i) **Primeira Etapa**:

(a) Empréstimo: até USD 22,115,000.00 (vinte e dois milhões e cento e quinze mil dólares);

(b) Contrapartida: até USD 3,585,000.00 (três milhões e quinhentos e oitenta e cinco mil dólares), entre Estados e Distrito Federal;

(c) Contrapartida: até USD 5,870,000.00 (cinco milhões oitocentos e setenta mil dólares), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

(ii) **Segunda Etapa**:

(a) Empréstimo: até USD 22,115,000.00 (vinte e dois milhões e cento e quinze mil dólares);

(b) Contrapartida: até USD 3,585,000.00 (três milhões e quinhentos e oitenta e cinco mil dólares), entre Estados e Distrito Federal;

(c) Contrapartida: até USD 5,870,000.00 (cinco milhões oitocentos e setenta mil dólares), pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

8. Por meio da RESOLUÇÃO COFIEX nº 382, de 11 de junho de 2008, foi estendido o prazo de validade da referida Recomendação COFIEX até 6 de junho de 2009.

9. Nos termos da RESOLUÇÃO COFIEX nº 436, de 24 de abril de 2009, foram: (i) alterados os valores de obtenção do empréstimo para até USD 24,326,500.00 (vinte e quatro milhes, trezentos e vinte e seis mil e quinhentos dólares); e das contrapartidas para até USD 3,943,500 (três milhões, novecentos e quarenta e três mil e quinhentos dólares), entre Estados e Distrito Federal, e até USD 6,457,000.00 (seis milhões e quatrocentos e cinqüenta e sete mil dólares), para o MMA.; (ii) bem como for prorrogado o prazo de validade do Programa até o dia 6 de junho de 2010.

PLANO PLURIANUAL E ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS

10. Conforme verificação feita pela STN, nos termos do Parecer em voga (item 13), o Programa objeto do financiamento encontra-se parcialmente amparado pela Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, que "Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011", de acordo com a Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento,Orçamento e Gestão (SPI-MP).

11. Quanto a esse aspecto, nos termos do aludido Parecer, concluiu a STN:

> "15. De forma complementar a SPI informou que os valores de 2009 não estão levando em consideração eventual alteração orçamentária por meio de crédito adicional. Dessa forma, entendemos que os recurso previstos no Plano Plurianual (PPA) são suficientes para dar início ao Programa durante o período de vigência deste PPA. Entretanto, caso o executor venha a cumprir o cronograma apresentado no item 9 deste parecer, será necessária a suplementação de recursos para o Programa."

12. Com base em informação da Secretaria de Orçamento Federal (SOF-MP), indica a STN que foi publicada a Portaria SOF nº 43, de 21 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União de 21 de julho de 2009, "que modifica fontes de recursos e identificadores de uso da LOA 2009, de forma a viabilizar o processo de contratação da referida operação de crédito".

13. Quanto à referida Portaria SOF nº 43, de 2009, a STN verifica que, "Em decorrência dessa alteração, a ação 8499 ficou com recursos equivalentes a R$ 3.041. 322,00, sendo R$ 2.141.322,00 provenientes de recursos externos (fonte 148) e R$ 900.000,00 de contrapartida nacional (fonte 100)." — e, com isso — "as dotações orçamentárias são suficientes para dar início à execução do Projeto em 2009." (cf. itens 16 e 17, do mencionado PARECER nº 854/2009/GERFI/COREF/STN).

14. Registra também a STN, no item 18 do Parecer, que, "Segundo Ofício nº 188/09/CGGO/SPOA/SECEX/MMA (fls. 133/134), de 11.08.2009, os recursos que serão disponibilizados para o Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase, por meio da contratação da operação de crédito em tela, serão integralmente priorizados pelo Ministério do Meio Ambiente, ao longo de toda a sua execução."

15. Consoante a afirmação contida no item 19, do mesmo Parecer, conclui a STN que "há margem, na presente data, para a contratação da pleiteada operação nos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos dos artigos 6º e 7º da Resolução SF 48/2007, de 21.12.2007."

PARECER FAVORÁVEL DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

16. Considerando os documentos constantes dos autos, a STN emitiu o aludido PARECER nº 854/2009/GERFI/COREF/STN, em que descreve as condições financeiras da operação de crédito e atesta o cumprimento das condições necessárias à contratação, e presta as demais informações pertinentes, manifestando-se favoravelmente à contratação do contrato de empréstimo externo, sob a condição da verificação do estágio de atendimento das condições prévias ao primeiro desembolso referidas no item 20 e do devido registro da operação perante o Banco Central do Brasil (BACEN).

CREDENCIAMENTO DA OPERAÇÃO PERANTE O BACEN

17. O BACEN efetuou o credenciamento da operação, conforme o Ofício nº 274/2009/DESIG/DICIC-SUREX, de 11 de novembro de 2009, sob o registro ROF TA517088, com prazo de validade de trezentos e sessenta dias (cf. fls. 222/224).

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E TRADUÇÃO JURAMENTADA DA MINUTA CONTRATUAL

18. Para fins do disposto no art. 32, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e da Portaria MEFP nº 497, de 1990, alterada pela Portaria MEFP nº 650, de 1992, a Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente (CONJUR-MMA) concluiu, por meio do Parecer no 811/2009/CGCA/CONJUR/MMA/ta, de colacionada às fls. 225/229, de 9 de outubro de 2009, pela legalidade das cláusulas constantes da minuta contratual sob análise.

19. O MMA apresentou, para juntada aos autos, tradução juramentada do texto contratual.

- III -

DA MINUTA DE CONTRATO DE EMPRÉSTIMO EXTERNO

20. O empréstimo será concedido pelo BIRD, sendo certo que foram estipuladas, nas respectivas *minutas* contratuais, cláusulas usuais de tais operações (cf. fls. 140/148).

21. Cumpre ressaltar que o preceito contido no art. 42, § 5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993[2], possibilita, em realização de obras com recursos provenientes de organismo financeiro internacional, a aplicação de regras e ritos específicos licitatórios exigidos pelo organismo internacional, no caso, o BIRD.

22. Na minuta, foi observado, ainda, o disposto no art. 8º da Resolução nº 48 de 2007, do Senado Federal, que veda disposição contratual de natureza política, atentatória à soberania nacional e à ordem pública, contrária à Constituição e às leis brasileiras, bem assim que implique compensação automática de débitos e créditos.

- IV -

23. Em face do exposto, deve o assunto ser submetido à consideração do Senhor *Ministro de Estado da Fazenda para que, em entendendo cabível, encaminhe a matéria para* exame e final pronunciamento do Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V e VII, da Constituição da República, ressalvando-se que, previamente à assinatura do instrumento contratual, devem ser implementadas as condições apontadas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN-MF).

---

[2] "§ 5º Para a realização de obras, prestação de serviços ou aquisição de bens com recursos provenientes de financiamento ou doação oriundos de agência oficial de cooperação estrangeira ou organismo financeiro multilateral de que o Brasil seja parte, poderão ser admitidas, na respectiva licitação, as condições decorrentes de acordos, protocolos, convenções ou tratados *internacionais aprovados pelo Congresso Nacional, bem como as normas e procedimentos daquelas entidades, inclusive* quanto ao critério de seleção da proposta mais vantajosa para a administração, o qual poderá contemplar, além do preço, outros fatores de avaliação, desde que por elas exigidos para a obtenção do financiamento ou da doação, e que também não conflitem com o princípio do julgamento objetivo e sejam objeto de despacho motivado do órgão executor do contrato, despacho esse ratificado pela autoridade imediatamente superior."

É o parecer que se submete à superior consideração.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO, em 16 de novembro de 2009.

CARLOS ANTÔNIO CORRÊA DE VIANA BANDEIRA
Procurador da Fazenda Nacional

De acordo. À consideração da Senhora Procuradora-Geral Adjunta de Consultoria Fiscal e Financeira, em exercício.

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS DA UNIÃO, em 17 de novembro de 2009.

BUELY DIB DE SOUSA E SILVA
Coordenadora-Geral Substituta

Aprovo o Parecer. Encaminhe-se o assunto à análise do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, após ouvida a Secretaria Executiva.

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, em 19 de novembro de 2009.

SÔNIA PORTELLA
Procuradora-Geral Adjunta da Fazenda Nacional,
em exercício

Parecer nº. 854 2009/ GERFI/ COREF/ STN

Em 10 de novembro de 2009.

ASSUNTO: República Federativa do Brasil/ Ministério do Meio Ambiente - MMA. Operação de crédito externo, no valor de US$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Recursos destinados ao **Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II - Segunda Fase. Pedido de autorização.**

Ref.: Processo 10951.000349/2009-01

Sr. Coordenador-Geral Substituto,

Trata o presente Parecer de pedido de autorização para que a República Federativa do Brasil contrate operação de crédito externo, de interesse do Ministério do Meio Ambiente, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de US$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos serão destinados ao Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II - Segunda Fase (1ª etapa).

Recomendação da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX

2. Cabe mencionar, que a Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX, por meio da Recomendação nº 868, de 05.05.2006, às fls.161, homologada pelo Sr. Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão em 31.05.2006, identificou o Programa como passível de apoio de financiamento externo, sendo até US$ 44.230.000,00 provenientes do Banco Mundial e até US$ 18.910.000,00 de contrapartida nacional. Sendo o Programa dividido em duas etapas. A primeira etapa corresponde a um total de até US$ 22.115.000,00 provenientes do empréstimo, de até US$ 3.585.000,00 de contrapartida de Estados e Distrito Federal e de até US$ 5.870.000,00 de contrapartida da União.

3. Por sua vez, a Resolução nº 382, de 11.06.2008, às fls.160, estendeu o prazo do Programa até 06.06.2009, sem prejuízo dos demais termos da recomendação nº 868.

4. Posteriormente, a Resolução nº 436, de 24.04.2009, às fls.159, para esta primeira etapa, autorizou: (i) a prorrogação do prazo validade da Recomendação nº 868, redefinindo-o para até 06.06.2010, (ii) e o aumento dos valores do empréstimo e da contrapartida, elevando-os para até US$ 24.326.500,00 e até US$ 10.400.500,00, respectivamente. Com relação à contrapartida, US$ 6.457.000,00 serão aportados pela União e US$ 3.943.500,00 pelos Estados e Distrito Federal.

Objetivos do Projeto, Arranjo Institucional e Análise de Custo-Benefício.

5. De acordo com informações contidas na Avaliação Custo-Benefício do programa (fls. 79/94) o objetivo do Programa é contribuir para o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de regulamentação do poder público para o exercício da gestão ambiental no País, melhorando efetivamente a qualidade ambiental e gerando benefícios socioeconômicos.

6. Com a implantação do PNMA II – Fase 2 espera-se alcançar avanços significativos no tocante ao desempenho dos órgãos ambientais, melhoria dos procedimentos, aumento da capacidade do corpo técnico e maior agilidade nos procedimentos de licenciamento ambiental e o fortalecimento da capacidade de gestão ambiental.

7. O Projeto será executado pelo Ministério do Meio Ambiente – MMA, a participação no Projeto é voluntária e aberta a todas as Unidades da Federação. A execução do Projeto PNMA II – Fase 2 está prevista para ocorrer em duas etapas, sendo os recursos do financiamento em tela destinados à primeira etapa.

8. O Projeto está estruturado em três componentes e seus respectivos subcomponentes.

i) Componente Desenvolvimento Institucional: visa fortalecer a infra-estrutura física e organizacional dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) na utilização de instrumentos de gestão ambiental. Subcomponentes: Licenciamento Ambiental, Monitoramento Ambiental e Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental.

ii) Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais: busca estimular a adoção de práticas sustentáveis e de gestão integrada entre os diversos setores cujas atividades possam, sob qualquer forma, causar degradação dos recursos naturais.

iii) Componente Coordenação, Articulação e Comunicação: busca apoiar a execução e supervisão dos projetos estaduais, de forma a estabelecer uma maior comunicação interna e externa, divulgando e disseminando os resultados e as boas práticas para a gestão ambiental. Apoio ao processo de planejamento da gestão ambiental nos Órgãos Estaduais de meio Ambiente (Oemas), por meio do Subcomponente Planejamento da Gestão Ambiental.

Fluxo Financeiro

9. De acordo com informações fornecidas pelo Ministério do Meio Ambiente (fls.115/116), os recursos do empréstimo serão desembolsados em cinco anos, conforme Quadro I.

Quadro I: Cronograma estimativo de desembolsos, em US$

Anos/ Fontes	BIRD	Federal	Total
2009	954.865	409.228	1.364.093
2010	3.934.930	1.686.399	5.621.329
2011	5.116.140	2.192.631	7.308.771
2012	4.984.147	2.136.063	7.120.210
2013	5.419.818	2.322.779	7.742.597
2014	3.220.000	1.380.000	4.600.000
Reserva Técnica	670.100[1]	291.000	961.100
Total	**24.300.000**	**10.418.100**	**34.718.100**

1. O total do componente BIRD no cronograma enviado pelo mutuário somava US$ 24.308.900,00, razão pela qual foi feita uma redução na reserva técnica equivalente a US$ 8.900,00, para totalizar US$ 24.300.000,00 e adequar o valor ao previsto no contrato.

Condições Financeiras

10. Conforme minuta negociada do contrato de empréstimo (fls.135/158), as condições financeiras da operação de crédito em foco, inseridas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF do Banco Central do Brasil, sob o registro TA 517088 (fls. 163/171), objeto de manifestação favorável desta Secretaria, serão as seguintes:

Quadro II: Condições financeiras da operação

Credor:	Banco Mundial - BIRD
Modalidade:	Margem Variável (*Variable Spread Loan*)
Valor do Empréstimo:	Equivalente a US$ 24.300.000,00
Prazo de Desembolso:	Até 15.12.2014.
Amortização:	Será feita em 50 parcelas semestrais, sucessivas, e na medida do possível, iguais. As quotas de amortização serão pagas sempre no dia 15 dos meses de junho e dezembro. A primeira parcela será paga em 15.12.2014 e a última em 15.06.2039.
Juros:	Exigidos semestralmente, vencíveis em 15.06 e 15.12, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa anual flutuante (*LIBOR 6m + spread*).
Juros de mora:	0,50% a.a. acrescidos aos juros devidos e ainda não pagos. Vencidos 30 (trinta) dias após a data prevista para pagamento dos juros, constituirá o Mutuário em mora, e a mesma será aplicada conforme o disposto na Seção 3.2 (d) das Normas Gerais.
Comissão à vista (*front-end fee*):	0,25% sobre o valor do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade.
Opção de alteração de modalidade de empréstimo:	A contratação na modalidade margem variável permite a sua alteração para contratação em margem fixa mediante solicitação formal ao credor (cláusula 2.07 do contrato de empréstimo). A margem fixa permite ao mutuário a utilização dos seguintes instrumentos financeiros: (i)

	converter a taxa de juros aplicável ao montante parcial ou total do empréstimo, de flutuante para fixa ou vice-versa; (ii) alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante já desembolsado; (iii) alterar a moeda de referência da operação de crédito para o montante a desembolsar.

11. Foi anexado ao presente Parecer e às fls 172, o cálculo estimativo do serviço da dívida, bem como do custo efetivo médio da operação, situado em 4,39% a.a., flutuante conforme a variação da LIBOR. Considerando o custo atual da curva média de captação do Tesouro em dólar no mercado internacional, a operação encontra-se em patamares aceitáveis a esta Secretaria.

12. Quanto às demais disposições contidas na Portaria MEFP 497/1990, na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução do Senado Federal nº 48/2007 há que se destacar o seguinte:

I - Inclusão no Plano Plurianual

13. A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI/MP, por meio de mensagem fac-símile datada de 29.06.2009, às fls. 117, informou que a operação de crédito externo em análise encontra-se parcialmente amparada na Lei nº 11.653/2008 (Lei do Plano Plurianual 2008/2011), na ação 8499 (Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente), no âmbito do Programa 0511 (Gestão da Política de Meio Ambiente).

14. Ainda segundo a SPI, o valor total estimado para o Projeto, no período 2008/2011, equivale a R$ 12.740.096,00 (doze milhões, setecentos e quarenta mil e noventa e seis reais), distribuídos da seguinte forma: R$ 3.041.928,00 em 2009 (Lei Orçamentária), R$ 4.313.289,00 para 2010 e R$ 5.384.879,00 para 2011.

15. De forma complementar a SPI informou que os valores de 2009 não estão levando em consideração eventual alteração orçamentária por meio de crédito adicional. Dessa forma, entendemos que os recursos previstos no Plano Plurianual (PPA) são suficientes para dar início ao Programa durante o período de vigência deste PPA. Entretanto, caso o executor venha a cumprir o cronograma apresentado no item 9 deste parecer, será necessária a suplementação de recursos para o Programa.

II - Previsão Orçamentária

16. A Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP informou, mediante fac-símile nº 005, de 21.07.2009, que foi publicado no Diário Oficial da União de 21.07.2009, a Portaria SOF nº 43 que modifica fontes de recursos e identificadores de uso da LOA 2009, de forma a viabilizar o processo de contratação da referida operação de crédito. Em decorrência dessa alteração, a ação 8499 ficou com recursos equivalentes a R$ 3.041.322,00, sendo R$ 2.141.322,00 provenientes de recursos externos (fonte 148) e R$ 900.000,00 de contrapartida nacional (fonte 100).

17. Dessa forma, considerando o cronograma de utilização dos recursos e as informações da SOF/MP, concluímos que as dotações orçamentárias são suficientes para dar início à execução do Projeto em 2009.

III – Adequação à Programação Financeira do Tesouro Nacional

18. Segundo Ofício nº 188/09/CGGO/SPOA/SECEX/MMA (fls.133/134), de 11.08.2009, os recursos que serão disponibilizados para o Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II - Segunda Fase, por meio da contratação da operação de crédito em tela, serão integralmente priorizados pelo Ministério do Meio Ambiente, ao longo de toda a sua execução.

IV - Limites de Endividamento

19. Conforme estabelecido pelo inciso III, § 1°, art. 32 da Lei Complementar n° 101/2000, a contratação de operações de crédito fica condicionada à observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal. De acordo com informações obtidas no Relatório de Gestão Fiscal da União para o 2º quadrimestre de 2009 (fls. 162), há margem, na presente data, para a contratação da pleiteada operação nos limites estabelecidos pelo Senado Federal, nos termos dos artigos 6° e 7° da Resolução SF 48/2007, de 21.12.2007.

V – Alcance das Obrigações Contratuais

20. Constam do artigo IX das Normas Gerais (fls. 205), as condições de efetividade aplicáveis aos empréstimos com o BIRD. Complementarmente, cabe ressaltar que foram estabelecidas, no Artigo V do Acordo de Empréstimo (fls. 143), condições adicionais de efetividade, que consistem, além do registro da operação no Banco Bentral do Brasil, na publicação e adoção, de forma que o Banco que considere satisfatória, das seguintes portarias: (i) Legislação sobre a Unidade de Coordenação-Geral; (ii) Legislação sobre o Programa; (iii) Legislação da Comissão de Supervisão; (iv) O Manual Operacional do Projeto.

21. Entendemos que as demais obrigações constantes da minuta negociada do Acordo de Empréstimo e nas Normas Gerais do BIRD são passíveis de cumprimento pelas partes envolvidas, não atribuindo ao Tesouro Nacional, riscos superiores àqueles normalmente assumidos em operações dessa natureza.

VI – Demais Informações

22. Foram anexadas ao processo, às fls. 173/188, as informações elaboradas por esta STN relativas às finanças da União, atualizadas no endereço http://www.tesouro.fazenda.gov.br, bem como as demais análises de que trata o artigo 3º da Portaria MEFP nº 497/1990, para encaminhamento ao Senado Federal.

23. Registre-se que foi verificada, na presente data, a observância, por parte da União, das restrições estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 04.05.01, para a contratação de operações de crédito.

VII – Conclusão

25. À vista do exposto, nada temos a opor à contratação da pleiteada operação de crédito externo, desde que previamente à formalização do instrumento contratual, sejam verificados o cumprimento das condicionalidades relacionadas no item 20 deste Parecer.

À consideração, sugerindo o encaminhamento do processo à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, para as providências de sua alçada.

YOHANA V. ZAVATTIERO TOGNOLO
Analista de Finanças e Controle

EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COREF

De acordo.

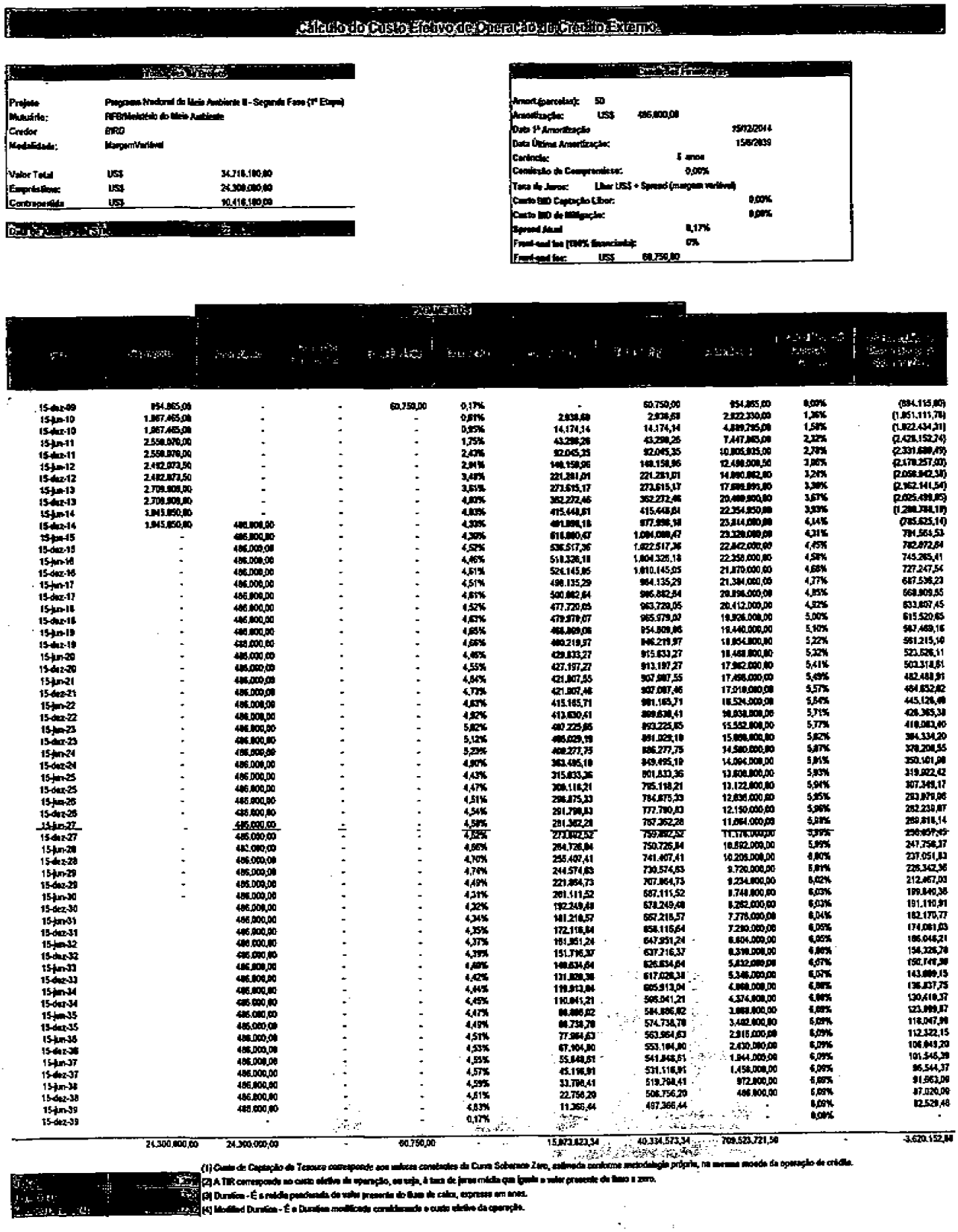
CHARLES CARVALHO GUEDES
Coordenador-Geral da COREF, Substituto

De acordo.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Secretário-Adjunto do Tesouro Nacional

De acordo.

ARNO HUGO AUGUSTIN FILHO
Secretário do Tesouro Nacional



Cálculo do Custo Efetivo de Operação de Crédito Externo

Projeto	Programa Nacional de Meio Ambiente II - Segunda Fase (1ª Etapa)	
Mutuário:	RFB/Ministério do Meio Ambiente	
Credor	BIRD	
Modalidade:	Margem Variável	
Valor Total	US$	34.710.180,00
Empréstimo:	US$	24.300.000,00
Contrapartida	US$	10.410.180,00

Amort.(parcelas):	50		
Amortização:	US$	486.000,00	
Data 1ª Amortização			15/12/2014
Data Última Amortização:			15/6/2039
Carência:		5 anos	
Comissão de Compromisso:		0,00%	
Taxa de Juros:	Libor US$ + Spread (margem variável)		
Custo BID Captação Libor:			0,00%
Custo BID de Mitigação:			0,00%
Spread Atual		0,17%	
Front-end fee (100% financiado):		0%	
Front-end fee:	US$	60.750,00	

15-dez-09	954.865,08	-	-	60.750,00	0,17%	-	60.750,00	954.865,00	0,00%	(894.115,00)
15-jun-10	1.867.465,08	-	-	-	0,51%	2.938,69	2.938,69	2.822.330,00	1,36%	(1.851.111,78)
15-dez-10	1.867.465,08	-	-	-	0,95%	14.174,14	14.174,14	4.689.795,08	1,58%	(1.822.434,31)
15-jun-11	2.558.970,00	-	-	-	1,75%	43.298,25	43.298,25	7.447.865,08	2,32%	(2.428.152,24)
15-dez-11	2.558.970,00	-	-	-	2,49%	92.045,35	92.045,35	10.805.935,00	2,78%	(2.331.689,49)
15-jun-12	2.492.973,50	-	-	-	2,91%	148.158,96	148.158,96	12.498.908,50	2,96%	(2.178.257,00)
15-dez-12	2.492.973,50	-	-	-	3,48%	221.281,01	221.281,01	14.990.882,00	3,24%	(2.058.942,30)
15-jun-13	2.709.908,00	-	-	-	3,91%	273.615,17	273.615,17	17.698.895,00	3,39%	(2.162.141,54)
15-dez-13	2.709.908,00	-	-	-	4,49%	362.272,46	362.272,46	20.488.900,00	3,67%	(2.025.499,85)
15-jun-14	1.943.850,00	-	-	-	4,83%	415.448,61	415.448,61	22.354.850,00	3,93%	(1.298.788,19)
15-dez-14	1.943.850,00	486.000,00	-	-	4,39%	491.896,18	977.896,18	23.814.080,00	4,14%	(785.625,14)
15-jun-15	-	486.000,00	-	-	4,39%	616.880,47	1.094.088,47	23.328.080,00	4,31%	791.564,53	
15-dez-15	-	486.000,00	-	-	4,52%	536.517,36	1.022.517,36	22.842.080,00	4,45%	782.672,64	
15-jun-16	-	486.000,00	-	-	4,46%	518.326,18	1.004.326,18	22.356.080,00	4,58%	745.265,41	
15-dez-16	-	486.000,00	-	-	4,61%	524.145,95	1.010.145,95	21.870.080,00	4,68%	727.247,54	
15-jun-17	-	486.000,00	-	-	4,51%	498.135,29	984.135,29	21.384.080,00	4,77%	687.536,23	
15-dez-17	-	486.800,00	-	-	4,61%	500.882,84	986.882,84	20.898.080,00	4,85%	668.909,55	
15-jun-18	-	486.800,00	-	-	4,52%	477.720,05	963.720,05	20.412.080,00	4,92%	633.897,45	
15-dez-18	-	486.800,00	-	-	4,63%	479.979,07	965.979,07	19.926.080,00	5,00%	615.520,65	
15-jun-19	-	486.800,00	-	-	4,65%	468.809,08	954.809,08	19.440.080,00	5,10%	567.469,16	
15-dez-19	-	486.800,00	-	-	4,66%	460.219,97	946.219,97	18.954.800,80	5,22%	551.215,10	
15-jun-20	-	486.000,00	-	-	4,46%	429.833,27	915.833,27	18.468.800,80	5,32%	523.526,11	
15-dez-20	-	486.000,00	-	-	4,55%	427.197,27	913.197,27	17.982.800,80	5,41%	503.514,51	
15-jun-21	-	486.000,00	-	-	4,64%	421.807,55	907.807,55	17.496.800,80	5,49%	482.488,91	
15-dez-21	-	486.000,00	-	-	4,73%	421.807,46	907.087,46	17.010.080,00	5,57%	464.852,82	
15-jun-22	-	486.000,00	-	-	4,63%	415.165,71	901.165,71	16.524.000,00	5,64%	445.126,98	
15-dez-22	-	486.000,00	-	-	4,82%	413.630,41	899.630,41	16.038.000,00	5,71%	426.365,38	
15-jun-23	-	486.800,00	-	-	5,02%	407.225,85	893.225,85	15.552.000,00	5,77%	418.083,60	
15-dez-23	-	486.800,00	-	-	5,12%	405.029,19	891.029,19	15.066.000,00	5,82%	394.334,20	
15-jun-24	-	486.800,00	-	-	5,23%	408.277,75	894.277,75	14.580.000,00	5,87%	378.208,55	
15-dez-24	-	486.000,00	-	-	4,90%	363.495,19	849.495,19	14.094.000,00	5,91%	350.101,08	
15-jun-25	-	486.000,00	-	-	4,43%	315.833,36	801.833,36	13.608.000,00	5,93%	319.902,42	
15-dez-25	-	486.800,00	-	-	4,47%	308.118,21	795.118,21	13.122.000,00	5,94%	307.349,17	
15-jun-26	-	486.800,00	-	-	4,51%	298.875,33	784.875,33	12.636.000,00	5,95%	293.979,96	
15-dez-26	-	486.800,00	-	-	4,54%	291.790,83	777.790,83	12.150.000,00	5,96%	282.230,87	
15-jun-27	-	486.000,00	-	-	4,58%	281.362,28	767.362,28	11.664.000,00	5,98%	269.818,14	
15-dez-27	-	486.000,00	-	-	4,62%	273.892,52	759.892,52	11.178.000,00	5,99%	256.857,49	
15-jun-28	-	486.000,00	-	-	4,66%	264.726,84	750.726,84	10.692.000,00	5,99%	247.756,37	
15-dez-28	-	486.000,00	-	-	4,70%	255.407,41	741.407,41	10.206.000,00	6,00%	237.051,83	
15-jun-29	-	486.000,00	-	-	4,74%	244.574,83	730.574,83	9.720.000,00	6,01%	226.342,36	
15-dez-29	-	486.000,00	-	-	4,49%	221.864,73	707.864,73	9.234.000,00	6,02%	212.467,03	
15-jun-30	-	486.000,00	-	-	4,31%	201.111,52	687.111,52	8.748.000,00	6,03%	199.840,36	
15-dez-30		486.000,00	-	-	4,32%	192.249,48	678.249,48	8.262.000,00	6,03%	191.110,91	
15-jun-31		486.800,00	-	-	4,34%	181.216,57	667.216,57	7.776.000,00	6,04%	182.170,77	
15-dez-31		486.800,00	-	-	4,35%	172.116,64	658.116,64	7.290.000,00	6,05%	174.081,03	
15-jun-32		486.000,00	-	-	4,37%	161.951,24	647.951,24	6.804.000,00	6,05%	166.046,21	
15-dez-32		486.000,00	-	-	4,39%	151.736,37	637.216,37	6.318.000,00	6,06%	158.326,70	
15-jun-33		486.800,00	-	-	4,40%	140.634,04	626.834,04	5.832.000,00	6,07%	150.749,38	
15-dez-33		486.800,00	-	-	4,42%	131.828,38	617.028,38	5.346.000,00	6,07%	143.889,15	
15-jun-34		486.800,00	-	-	4,44%	119.913,04	605.913,04	4.860.000,00	6,08%	136.837,75	
15-dez-34		486.000,00	-	-	4,45%	110.041,21	595.041,21	4.374.000,00	6,08%	130.418,37	
15-jun-35		486.000,00	-	-	4,47%	98.896,82	584.896,82	3.888.000,00	6,08%	123.999,87	
15-dez-35		486.000,00	-	-	4,49%	88.738,78	574.738,78	3.402.000,00	6,09%	118.047,98	
15-jun-36		486.000,00	-	-	4,51%	77.964,63	563.964,63	2.916.000,00	6,09%	112.322,15	
15-dez-36		486.000,00	-	-	4,53%	67.904,80	553.184,80	2.430.000,00	6,09%	106.849,20	
15-jun-37		486.000,00	-	-	4,55%	55.848,61	541.848,61	1.944.000,00	6,09%	101.546,20	
15-dez-37		486.000,00	-	-	4,57%	45.198,81	531.198,81	1.458.000,00	6,09%	96.544,37	
15-jun-38		486.800,00	-	-	4,59%	33.798,41	519.798,41	972.800,00	6,09%	91.563,09	
15-dez-38		486.800,00	-	-	4,61%	22.756,29	508.756,29	486.800,00	6,09%	87.020,00	
15-jun-39		486.800,00	-	-	4,83%	11.365,44	497.365,44	-	6,09%	82.529,48	
15-dez-39		-	-	-	0,17%	-	-	-	0,00%	-	
	24.300.000,00	24.300.000,00	-	60.750,00	-	15.973.623,34	40.334.573,34	709.523.721,50	-	-3.620.152,84	

(1) Custo de Captação do Tesouro corresponde aos valores constantes da Curva Soberana Zero, calculada conforme metodologia própria, na mesma moeda da operação de crédito.

(2) A TIR corresponde ao custo efetivo da operação, ou seja, à taxa de juros média que iguala o valor presente do fluxo a zero.

(3) Duration - É a média ponderada do valor presente do fluxo de caixa, expresso em anos.

(4) Modified Duration - É a Duration modificada considerando o custo efetivo da operação.

Ofício nº 274/2009/Desig/Dicic-Sured

Brasília, 11 de novembro de 2009.

Pt. 0901461515

A Sua Senhoria a Senhora
SÔNIA DE ALMENDRA FREITAS PORTELLA NUNES
Coordenadora-Geral de Operações Financeiras da União – COF
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN
Esplanada dos Ministérios – Bloco "P" – 8° Andar – Sala 803
70048-900 Brasília – DF
Fax: 3412-1740

Assunto: ROF TA517088 – Comunica credenciamento – RFB – Ministério da Fazenda

Senhora Coordenadora-Geral,

1. Referimo-nos ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA517088, por meio do qual o Ministério do Meio Ambiente solicita que a República Federativa do Brasil, representada pelo Ministério da Fazenda, seja credenciada para negociar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$24.300.000,00, destinados ao Financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente II – Segunda Fase.

2. A propósito, informamos que, por meio do Ofício nº 272/2009/Desig/Dicic-Sured (anexo), o Banco Central do Brasil, com base no Art. 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986 e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, credenciou a RFB – Ministério da Fazenda a negociar referida operação no exterior, nas condições constantes do ROF supracitado.

Atenciosamente,

Ofício nº 242 /2009/Desig/Dicic-Sured

Brasília, 11 de novembro de 2009.

Pt. 0901461515

A Sua Senhoria a Senhora
FLORA CERQUEIRA – Diretora
Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental
Departamento de Coordenação do SISNAMA
Esplanada dos Ministérios, Bloco B – 8º andar
70068-901 Brasília (DF)
Fax: 3321-1526

Assunto: **ROF TA517088 – Comunica credenciamento – RFB – Ministério da Fazenda**

Senhora Diretora,

1. Referimo-nos ao Ofício nº 116/2009/DSIS/SAIC/MMA, de 30.10.2009, e ao Registro de Operação Financeira (ROF) TA517088, de 30.9.2009, por meio dos quais V.Sa. solicita que a República Federativa do Brasil, representada pelo Ministério da Fazenda e do Meio Ambiente, seja credenciada para celebrar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$24.300.000,00, destinados ao Financiamento do Programa Nacional do Meio Ambiente II – Segunda Fase, a ser executado pelo Ministério do Meio Ambiente – Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – Departamento de Coordenação do SISNAMA.

2. A propósito, de acordo com o disposto no artigo 98 do Decreto 93.872, de 23.12.1986, e na Portaria 497, de 27.8.1990, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, comunicamos que o Banco Central do Brasil credenciou a RFB – Ministério da Fazenda a negociar referida operação no exterior, nas condições discriminadas a seguir, constantes do citado ROF:

i) *devedor*: República Federativa do Brasil – Ministério da Fazenda;

ii) *credor*: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

iii) *valor*: até US$24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares norte-americanos);

iv) *modalidade*: empréstimo margem variável (Variable Spread Loan);

v) amortização: em até 50 (cinqüenta) parcelas semestrais, sucessivas e, sempre que possível, iguais, vencendo-se a primeira em 15 de dezembro de 2014 e a última em 15 de junho de 2039;

vi) juros: semestralmente nos dias 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano, e calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo, a uma taxa composta pela taxa de juros Libor de 6 (seis) meses para dólares norte-americanos, acrescida de margem variável, a ser determinada pelo BIRD a cada período de pagamento de juros;

vii) *comissão inicial:* 0,25% sobre o valor total do empréstimo, a ser debitada na data em que o contrato entrar em efetividade;

viii) *juros de mora*: 0,5% a.a., acima da taxa de juros da operação.

3. Informamos que as datas de pagamento do principal, dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo.

4. O citado empréstimo pode ser convertido de margem variável (VSL) para margem fixa (FSL), com pagamento de comissão ao BIRD, caso o mutuário opte por utilizar os produtos de cobertura de riscos (conversão de moedas e taxas de juros, bem como estabelecimento de tetos e bandas para flutuação da taxa de juros) oferecidos pelo referido Banco.

5. O presente credenciamento foi concedido com base nas declarações e nos documentos apresentados, pelo devedor e credor, podendo o Banco Central do Brasil apurar a veracidade das informações, na forma do artigo 62 do Decreto 55.762, de 17.2.1965. Fica vedado o pagamento, a qualquer título, em moeda nacional ou estrangeira, de ônus ou encargos que não estejam expressamente aprovados pelo Banco Central do Brasil.

6. A operação estará definitivamente registrada no ROF com a condição de "concluído" após a inclusão dos eventos 9006 (manifestação STN/COPEM), 9001 (Resolução do Senado Federal) e 9007 (manifestação da PGFN e a aprovação do Exmo. Sr. Ministro da Fazenda).

7. Por fim, informamos que este credenciamento é válido pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a partir desta data.

Atenciosamente,

PARECER Nº 811/2009/CGCA/CONJUR/MMA/ta
REFERÊNCIA: Processo nº 02000.002050/2009-01
INTERESSADO: Secretaria Executiva - SECEX
ASSUNTO : Contrato de Empréstimo . BIRD.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. Atos Complementares. Contrato de Empréstimo. Programa Nacional do Meio Ambiente II – Fase II. Mutuário: República Federativa do Brasil. Executor: Ministério do Meio Ambiente. Entidade Financiadora : Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Contrapartida Brasileira. Aprovação SEAIN/MPOG, PGFN/MF, MMA E BANCO MUNDIAL. Cumprimentos dos requisitos de negociação. Parecer Técnico MMA pela aprovação. Aspectos jurídico-formal atendido. Viabilidade.

Senhora Consultora Jurídica Substituta

1. A Diretora do Departamento de Coordenação do SISNAMA, encaminha a esta Consultoria jurídica conforme Despacho nº 128/2009/DSIS/SAIC/MMA, fl. 176, solicitação de manifestação sobre a celebração da Fase 2 do PNMA II, com financiamento do BIRD (Contrato de Empréstimo), negociada e aprovada pelas partes.

2. Preliminarmente, cumpre ressaltar que o exame desta Consultoria se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 1993, subtraindo-se ao âmbito da competência institucional deste Órgão Consultivo, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária. Sublinhe-se que a apreciação ora empreendida cinge-se aos aspectos jurídico-formais da minuta do contrato de empréstimo.

3. Cumpre fazer um breve relato sobre a negociação e posterior aprovação dos documentos contratuais referentes ao Programa Nacional do Meio Ambiente II - PNMA II, Fase II, objeto de financiamento do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD.

4. A reunião de **pré-negociação** desenvolveu-se na Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em 6 de agosto de 2009, contando com a participação de representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional-PGFN/MF, da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, do Ministério do Meio Ambiente (Consultoria Jurídica e Secretaria-Executiva) e da própria Secretaria de Assuntos Internacionais.

5. Os Documentos enviados pelo Bird ao Governo Brasileiro e discutidos na pré-negociação constituem-se em: Documento de Avaliação de Projeto (Project Appraisal Document) e Acordo de Emprestimo (loan Agreement).

6. Consta dos documentos acima citados que o PNMA II, Fase 2, será executado em quatro anos(2009-2012). Para esta fase estão aprovados recursos da ordem de US$ 34.720,00 (trinta e quatro milhões e setecentos e vinte mil dólares), sendo US$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares) oriundos do agente financiador – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e US$ 10.420.000,00 (dez milhões, quatrocentos e vinte mil dólares) de contrapartida nacional.

7. Foram ressaltados os seguintes apontamentos:

I - o cumprimento de condições especiais prévias ao primeiro desembolso, relacionadas no contrato constitui requisito para a assinatura do contrato por parte do Governo Federal. Assim, havendo tais condições, a assinatura só ocorrerá após confirmação formal, pelo BIRD, do adimplemento substancial dessas condições. No presente contrato, as condições especiais acham-se estabelecidas na cláusula 5.02 do artigo V;

II - o Ministério do Meio Ambiente confirmou o encaminhamento para o BIRD dos manuais operacionais relativos ao Programa para sua não-objeção;

III - a SEAIN ressaltou ao Ministério do Meio Ambiente que uma vez assinado o contrato com o BIRD, qualquer alteração que se faça necessária nos termos contratuais deverá ser precedida de apreciação pelo GTEC-COFIEX, sendo esta uma exigência legal;

IV - no que diz respeito a Descrição do Projeto - Anexo I, deverá se adequar o texto para incluir os Órgão Federais e o Distrito Federal; revisar a redação deixando claro o objetivo dos componentes (detalhes operacionais para o PAD e Manuais do Programa);

V - no que se refere as aquisições, inserir a legislação brasileira aplicável e aceita pelo Banco;

VI - quanto a Seção IV - Saque de Recursos de Empréstimo inserir viagens e custos de diárias para equipes técnicas da Unidade de Coordenação do Projeto, Entidades do Projeto e Colaboradores Eventuais, quando realizando atividades referentes à implementação do Projeto;

VII - ajustar na Seção I - Definições - os Acordos de Cooperação, Termo de Cooperação e Convênios para a parceria com os Órgãos Federais, Estaduais e ONGs;

VIII - inserir, no âmbito do Licenciamento Ambiental, os Órgãos Federais vinculados diretamente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Agência Nacional de Águas - ANA, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes e intervenientes Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Fundação Palmares;

IX - em face do agente para aquisição de bem e serviços para o programa ser o PNUD, ressaltou-se a observância do Acórdão do Tribunal de Contas da União - TCU nº 133/2009.

8. A negociação com o BIRD, ocorreu nos dias 12 e 13 de agosto de e contou com a presença dos representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, SEAIN, Ministério do Meio Ambiente e Banco Mundial.

9. A contratação do empréstimo será realizada em duas etapas, sendo que a contratação do empréstimo relativo à segunda etapa somente ocorrerá com a verificação do bom desempenho da primeira e após o comprometimento de 75% dos recursos externos e a utilização de pelo menos 50% daqueles recursos.

10. A inclusão dos correspondentes valores de ingresso e contrapartida financeira no Orçamento Geral da União deverá estar dentro dos limites fixados para os Órgãos envolvidos na execução do Programa.

11. O texto acordado e finalizado entre as partes, contempla além das questões apresentadas na pré-negociação os seguintes tópicos: portarias de regulamentação do programa; condições da negociação; nome do projeto; carta de desembolso, relatório de gestão financeira, auditoria financeira, *spread* variável; financiamento retroativo; fundos de contrapartida; aquisições; condições e eficácia do manual operacional e acordo final.

12. O Contrato a ser firmado constitui-se de um empréstimo para execução do Projeto PNMA II, Fase 2, cujo objetivo é "contribuir para o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de regulamentação do poder público para o exercício da gestão ambiental no País, melhorando efetivamente a qualidade ambiental e gerando benefícios socioeconômicos, tais como: desenvolver ações para aumentar a eficácia do processo de licenciamento ambiental, integrando-o com os demais instrumentos de gestão ambiental; apoiar o processo de descentralização da gestão ambiental, fortalecendo a capacidade operativa dos estados, Distrito Federal e municípios; estimular a adoção de soluções inovadoras e a formação de parcerias entre o poder público e a sociedade civil, para a gestão ambiental; desenvolver e implementar sistemas de monitoramento ambiental, voltados para a geração de informações que auxiliem a tomada de decisão; promover o efetivo exercício do planejamento da gestão ambiental pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMA's; desenvolver um conjunto nacional de indicadores da gestão ambiental.

13. Os objetivos acima transcritos, decorrem das políticas ambientais estabelecidas na farta e significativa legislação ambiental, e nos inúmeros programas constantes do Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual de 2009 (LOA 2009).

14. No que diz respeito à conveniência e oportunidade, o "De Acordo" deste Ministério à celebração do Contrato de Empréstimo com o Bird, o setor competente manifestou-se favoravelmente, conforme Parecer 27/2009, fls.159/164.

15. Segundo orientação da Advocacia-Geral da União, as Consultorias Jurídicas emitem pareceres sobre legalidade. Desse modo, este parecer restringir-se-á ao exame da conformidade ao Direito, deixando de apreciar, como *sói* acontecer, aspectos de conveniência e oportunidade.

16. Diante do quanto acima aduzido, esta Consultoria Jurídica,não erige nenhum óbice à adoção das providências hábeis à formalização do Contrato de Empréstimo a ser firmado com o Bird, mediante encaminhamento à PGFN/SEAFN para posterior envio ao Congresso para aprovação (arts. 49, inciso I e 84, inciso VIII da CF/88).

Á apreciação superior. Após, à Secretaria-Executiva para as providências decorrentes.

É o Parecer, s.m.j..

Brasília, 09 de outubro de 2009.

TÂNIA ARRAIS MONTEIRO
Coordenadora-Geral de Atos, Contratos e Ajustes

De acordo. À SECEX na forma proposta no parecer retro.
Brasília, 09 de outubro de 2009.

GERLENA MARIA SANTANA DE SIQUEIRA
Consultora Jurídica Substituta

De ordem, ao PNMA,
para conhecimento e
demais providências.
On 21/10/09
Renata Tiemi Miyasaki Fernandes
Analista Ambiental
Mat. 2466185

Recebido na SECEX/MMA
Data 20 / 10 / 09
Nº Registro: 1908
As: 15 : 50
Ass:

Ao DSIS, 21/10/09
Para os fins.

Carmen Dolores Paranhos Sampaio
Chefe de Gabinete
Secretaria Executiva
Ministério do Meio Ambiente

Nota nº 1435 2009/GERFI/COREF-STN

Em 29 de outubro de 2009.

ASSUNTO: República Federativa do Brasil/Ministério do meio Ambiente - MMA. Operação de crédito externo, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de US$ 24,3 milhões. Recursos destinados ao Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II - Segunda Fase.
Pedido de autorização.

Processo MF nº10951.000349/2009-01

De modo a atender ao disposto na Carta-Circular n. º 2.771, de 20.11.97, do Banco Central do Brasil, que trata dos procedimentos para o Registro de Operações Financeiras – ROF, sugerimos a inserção no sistema a seguinte manifestação para o ROF TA517088: **"Esta Secretaria, nos termos do artigo 98 do Decreto n. º 93.872, de 23.12.86, nada tem a opor seja a República Federativa do Brasil/Ministério do Meio Ambiente credenciado a negociar operação de crédito externo, com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, no valor de até US$ 24,3 milhões, cujos recursos destinam-se ao Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II - Segunda Fase, objeto da Recomendação nº 868, de 05.05.2006, da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEX e das Resoluções nº 382, de 11.06.2008, e nº 436, de 24.04.2009. Importa ressaltar, todavia, que a decisão deste Ministério somente será formalizada quando do encaminhamento do pleito ao Senado Federal".**

À consideração superior.

YOHANA V. ZAVATTIERO TOGNOLO
Analista de Finanças e Controle da COREF/STN

EDUARDO LUIZ GAUDARD
Gerente da COREF/STN

De acordo.

NINA MARIA ARCELA
Coordenadora-Geral da COREF

COMISSÃO DE FINANCIAMENTOS EXTERNOS

SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO N.º 436, 24 de abril de 2009

O Presidente da Comissão de Financiamentos Externos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, da Resolução COFIEX nº 290, referente ao Regimento Interno da COFIEX, e ouvida a COFIEX na sua 82.ª Reunião, realizada no dia 24 de abril de 2009,

Resolve

Com relação à Recomendação COFIEX nº 868, datada de 5 de maio de 2006, alterada pela Resolução COFIEX nº 382, datada de 11 de junho de 2008, referente ao "Programa Nacional do Meio Ambiente II - Fase II - 1ª Etapa", de interesse do Ministério do Meio Ambiente:

i) autorizar o incremento no valor do empréstimo de até US$ 22.115.000,00 para até US$ 24.326.500,00 e da contrapartida de até US$ 9.455.000,00 para até US$ 10.400.500,00, sendo US$ 6.457.000,00 do MMA e US$ 3.943.500,00 dos Estados e Distrito Federal;

ii) prorrogar, até 6 de junho de 2010 o seu prazo de validade, sem prejuízo nos demais termos das referidas Recomendação e Resolução; e

Alexandre Meira da Rosa
Secretário-Executivo

João Bernardo de Azevedo Bringel
Presidente

Memorando nº 1918 GERFI/COREF/STN

Em 30 de junho 2009.

Ao: Sr. Coordenador-Geral da CODIP

Assunto: República Federativa do Brasil / Ministério do Meio Ambiente. Operação de crédito externo, no valor de US$ 24,3 milhões, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD. Recursos destinados à Segunda Fase do **Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II (1ª etapa).** Contratação direta.

Refiro-me à possibilidade de escolha, facultada pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, quanto à moeda e à modalidade de empréstimo, bem como às datas para pagamento dos compromissos decorrentes da contratação em epígrafe, ora em fase de negociação.

2. Segundo informações fornecidas pelo Ministério do Meio Ambiente, a estimativa de desembolsos anuais do pretendido empréstimo é apresentada a seguir:

Quadro II - Estimativa de Desembolsos Anuais - Em US$

Anos/ Fontes	BIRD	Federal	Total
2009 (4 meses)	954.865	409.228	1.364.093
2010	3.934.930	1.686.399	5.621.329
2011	5.116.140	2.192.631	7.308.771
2012	4.984.147	2.136.063	7.120.210
2013	5.419.818	2.322.779	7.742.597
2014	3.220.000	1.380.000	4.600.000
Reserva Técnica	670.100[1]	291.000	970.000
Total	24.300.000	10.418.100	34.727.000

1. O total do componente BIRD no cronograma enviado pelo mutuário somava US$ 24.308.900,00, razão pela qual foi feita uma redução na reserva técnica equivalente a US$ 8.900,00, para totalizar US$ 24.300.000,00 e adequar o valor ao previsto no contrato.

3. Tendo em vista que essa Coordenação-Geral é responsável pelo gerenciamento da carteira de empréstimos contratados pela União, solicito a V.Sª. informar, com a urgência que o assunto requer, a alternativa mais adequada à estratégia de endividamento desta STN.

4. Por fim, solicito também o preenchimento do formulário anexo, bem como a indicação das datas para pagamento do empréstimo.

Atenciosamente,

NINA MARIA ARCELA
Coordenadora-Geral da COREF

Aviso nº 79 /2009/GM/MMA

Em, 07 de abril de 2009

A Sua Excelência o Senhor
GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

Assunto: **SEGUNDA FASE DO PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE II – PNMA II - Contratação de Operação de Crédito.**

Senhor Ministro,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar o obséquio de autorizar a adoção das providências necessárias à contratação da primeira operação de crédito externo com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird), destinada a financiar a Segunda Fase do Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II. Os recursos serão aplicados no aperfeiçoamento e fortalecimento do processo de gestão ambiental dos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama, nos três níveis de Governo.

2. A Recomendação nº 868, de 05 de maio de 2006, da Comissão de Financiamentos Externos – Cofiex, revalidada pela Resolução nº 382, de 11/06/2008, autorizou a preparação da Segunda Fase do PNMA II, subdividida em duas operações de crédito, perfazendo o montante de US$ 44.230.000,00 (quarenta e quatro milhões, duzentos e trinta mil dólares). A primeira, é objeto desta solicitação, no valor de US$ 22.115.000,00 (vinte e dois milhões, cento e quinze mil dólares) de Fonte Externa, do Bird. Em complemento aos recursos da operação, serão adicionados US$ 9.455.000,00 (nove milhões, quatrocentos e cinqüenta e cinco mil dólares) de contrapartida nacional (Tesouro Nacional e Tesouro Estadual).

3. Ressalte-se que, no futuro, para ter acesso à segunda parcela da operação de crédito externo, no valor de US$ 22,115,000.00 (vinte e dois milhões, cento e quinze mil dólares), a Cofiex exige, concomitantemente, o comprometimento de 75% (setenta e cinco por cento) e utilização de pelo menos 50% (cinqüenta por cento) dos recursos externos previstos.

4. Os documentos relativos às exigências contidas na Resolução do Senado Federal nº 96, de 15/12/1989, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21/12/2007 e os previstos na Portaria nº 497, de 27 de agosto de 1990, do extinto Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, serão encaminhados à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Atenciosamente,

CARLOS MINC
Ministro de Estado do Meio Ambiente

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 11.653, DE 7 ABRIL DE 2008.

Mensagem de veto

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

§ 1º Integram o Plano Plurianual os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas Finalísticos;

II - Anexo II - Programas de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais; e

III - Anexo III - Órgãos Responsáveis por Programas de Governo.

§ 2º Não integram o Plano Plurianual os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Art. 2º O Plano Plurianual 2008-2011 organiza a atuação governamental em Programas orientados para o alcance dos objetivos estratégicos definidos para o período do Plano.

Art. 3º Os programas e ações deste Plano serão observados nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

§ 1º A gestão fiscal e orçamentária e a legislação correlata deverão levar em conta as seguintes diretrizes da política fiscal:

I - elevação dos investimentos públicos aliada à contenção do crescimento das despesas correntes primárias até o final do período do Plano;

II - redução gradual da carga tributária federal aliada ao ganho de eficiência e combate à evasão na arrecadação;

III - preservação de resultados fiscais de forma a reduzir os encargos da dívida pública.

§ 2º Serão considerados prioritários, na execução das ações constantes do Plano, os projetos:

I - associados ao Projeto-Piloto de Investimentos Públicos - PPI e ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; e

II - com maior índice de execução ou que possam ser concluídos no período plurianual.

Art. 4º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental que articula um conjunto de ações visando à concretização do objetivo nele estabelecido, sendo classificado como:

a) Programa Finalístico: pela sua implementação são ofertados bens e serviços diretamente à sociedade e são gerados resultados passíveis de aferição por indicadores;

b) Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais: aqueles voltados para a oferta de serviços ao Estado, para a gestão de políticas e para o apoio administrativo;

II - Ação: instrumento de programação que contribui para atender ao objetivo de um programa, podendo ser orçamentária ou não-orçamentária, sendo a orçamentária classificada, conforme a sua natureza, em:

a) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

b) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

c) Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo federal, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

Art. 5º Os valores financeiros, metas físicas e períodos de execução estabelecidos para as ações orçamentárias são estimativos, não se constituindo em limites à programação das despesas expressas nas leis orçamentárias e em seus créditos adicionais, ressalvado o disposto no § 2º do art. 6º.

Art. 6º Somente poderão ser contratadas operações de crédito externo para o financiamento de ações orçamentárias integrantes desta Lei.

§ 1º As operações de crédito externo que tenham como objeto o financiamento de projetos terão como limite contratual o valor total estimado desses projetos.

§ 2º Os desembolsos decorrentes das operações de crédito externo de que trata o caput deste artigo estão limitados, no quadriênio 2008-2011, aos valores financeiros previstos para as ações orçamentárias constantes deste Plano.

CAPÍTULO II

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 7º A gestão do Plano Plurianual observará os princípios de eficiência, eficácia e efetividade e compreenderá a implementação, monitoramento, avaliação e revisão de programas.

Art. 8º O Poder Executivo manterá sistema de informações gerenciais e de planejamento para apoio à gestão do Plano, com característica de sistema estruturador de governo.

Art. 9º Caberá ao Poder Executivo estabelecer normas complementares para a gestão do Plano Plurianual 2008-2011.

Parágrafo único. O Poder Executivo manterá atualizado, na Internet, o conjunto de informações necessárias ao acompanhamento da gestão do Plano.

Seção II

Projetos de Grande Vulto

Art. 10. Consideram-se, para efeito deste Plano, como Projetos de Grande Vulto, ações orçamentárias do tipo projeto:

I - financiadas com recursos do orçamento de investimento das estatais, de responsabilidade de empresas de capital aberto ou de suas subsidiárias, cujo valor total estimado seja igual ou superior a cem milhões de reais;

II - financiadas com recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, ou com recursos do orçamento das empresas estatais que não se enquadrem no disposto no inciso anterior, cujo valor total estimado seja igual ou superior a vinte milhões de reais.

§ 1º O projeto de grande vulto deverá constituir ação orçamentária específica a nível de título, com objeto determinado, vedada sua execução à conta de outras programações.

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo somente se aplicará ao projeto de lei orçamentária do ano subseqüente ao da assinatura do convênio ou contrato de repasse, na hipótese de projeto de caráter plurianual custeado com dotação destinada a transferências voluntárias para o financiamento de projetos de investimentos apresentados por Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 3º (VETADO)

§ 4º Serão adotados critérios e requisitos adicionais para a execução, acompanhamento e controle, interno e externo, incluindo a avaliação prévia da viabilidade técnica e socioeconômica, sempre que o custo total estimado do projeto de grande vulto for igual ou superior a:

I - cem milhões de reais, quando financiado com recursos do orçamento de investimento das estatais, de responsabilidade de empresas de capital aberto ou de suas subsidiárias; ou

II - cinqüenta milhões de reais, quando financiado com recursos do orçamento fiscal e da seguridade social ou com recursos do orçamento das empresas estatais que não se enquadrem no disposto no item anterior.

§ 5º O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal:

I - estabelecerá critérios e parâmetros para a avaliação dos projetos de grande vulto de forma diferenciada em função de faixas de valor e de tipos de intervenção;

II - poderá regulamentar as características e a necessidade de individualização, em projetos orçamentários específicos, de que trata o § 1º deste artigo, dos empreendimentos contemplados na programação do Plano Plurianual.

Seção III

Do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC

Art. 11. As ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC constantes do Plano Plurianual 2008-2011 integram as prioridades da Administração Pública Federal, e terão tratamento diferenciado durante o período de execução do Plano, na forma do disposto nesta Lei.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

Art. 12. O Poder Executivo fica autorizado a suplementar, por decreto, dotações consignadas nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, integrantes da lei orçamentária anual e devidamente identificadas no SIAFI, até o limite de 30% (trinta por cento) de cada ação, mediante o cancelamento de até 30% (trinta por cento) de cada ação orçamentária integrante do PAC, exceto se outro critério for fixado pela lei orçamentária anual.

Art. 13. Os limites mínimos de contrapartida, fixados nas leis de diretrizes orçamentárias, poderão ser reduzidos mediante justificativa do titular do órgão concedente, que deverá constar do processo correspondente, quando os recursos transferidos pela União destinarem-se ao atendimento das ações relativas ao PAC.

Art. 14. O Órgão Central de Planejamento e Orçamento Federal processará o cadastramento dos empreendimentos do PAC e o monitoramento das execuções física, orçamentária e financeira de cada empreendimento.

§ 1º O Órgão Central de Planejamento e Orçamento Federal definirá os requisitos, critérios e condições diferenciadas para o cumprimento do disposto neste artigo em função de faixas de valor e tipos de intervenção, por segmento ou setor.

§ 2º Caberá ao Poder Executivo enviar ao Congresso Nacional relatório quadrimestral com as ações e respectivas metas consolidadas, bem como os resultados de implementação e execução de suas ações.

Seção IV

Das Revisões e Alterações do Plano

Art. 15. A exclusão ou a alteração de programas constantes desta Lei ou a inclusão de novo programa serão propostas pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei de revisão anual ou específico de alteração da Lei do Plano Plurianual.

§ 1º Os projetos de lei de revisão anual, quando necessários, serão encaminhados ao Congresso Nacional até 31 de agosto.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual conterão, no mínimo, na hipótese de:

I - inclusão de programa:

a) diagnóstico sobre a atual situação do problema que se deseja enfrentar ou sobre a demanda da sociedade que se queira atender com o programa proposto;

b) indicação dos recursos que financiarão o programa proposto;

II - alteração ou exclusão de programa:

a) exposição das razões que motivam a proposta.

§ 3º Considera-se alteração de programa:

I - modificação da denominação, do objetivo ou do público-alvo do programa;

II - inclusão ou exclusão de ações orçamentárias;

III - alteração do título, do produto e da unidade de medida das ações orçamentárias.

§ 4º As alterações previstas no inciso III do § 3º poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária ou de seus créditos adicionais, desde que mantenham a mesma codificação e não modifiquem a finalidade da ação ou a sua abrangência geográfica.

§ 5º A inclusão de ações orçamentárias de caráter plurianual poderá ocorrer por intermédio de lei de créditos especiais desde que apresente, em anexo específico, as informações referentes às projeções plurianuais e aos atributos constantes do Plano.

Art. 16. O Poder Executivo fica autorizado a:

I - alterar o órgão responsável por programas e ações;

II - alterar os indicadores dos programas e seus respectivos índices;

III - incluir, excluir ou alterar ações e respectivas metas, no caso de ações não- orçamentárias;

IV - adequar a meta física de ação orçamentária para compatibilizá-la com alterações no seu valor, produto, ou unidade de medida, efetivadas pelas leis orçamentárias anuais e seus créditos adicionais ou por leis que alterem o Plano Plurianual;

V - incorporar as alterações de que trata o § 3º do art. 15 desta Lei, decorrentes da aprovação da lei orçamentária para 2008, podendo ainda incluir os demais elementos necessários à atualização do Plano Plurianual;

VI - incorporar anexo contendo relação de obras inacabadas, observando as decisões do Tribunal de Contas da União sobre o assunto.

§ 1º O Poder Executivo divulgará, na Internet, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação da Lei Orçamentária para 2008, os anexos atualizados do Plano com as alterações decorrentes do disposto no inciso V e VI do **caput** deste artigo.

§ 2º O valor total estimado de cada projeto deverá refletir os custos atualizados da execução e os valores programados para a conclusão do projeto.

Seção V

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 17. O Poder Executivo instituirá o Sistema de Monitoramento e Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, sob a coordenação do Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, competindo-lhe definir diretrizes e orientações técnicas para seu funcionamento.

Art. 18. Os Órgãos do Poder Executivo responsáveis por programas, nos termos do Anexo III desta Lei, deverão manter atualizadas, durante cada exercício financeiro, na forma estabelecida pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal, as informações referentes à execução física das ações orçamentárias e à execução física e financeira das ações não-orçamentárias constantes dos programas sob sua responsabilidade.

§ 1º Para efeito de subsídio aos processos de tomada e prestação de contas, os registros no sistema de informações gerenciais e de planejamento serão encerrados até 15 de fevereiro do exercício subseqüente ao da execução;

§ 2º Aplica-se aos órgãos dos Poderes Legislativo, Judiciário e o Ministério Público da União, responsáveis por programas, o disposto no **caput** e no §1º deste artigo.

Art. 19. O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até o dia 15 de setembro de cada exercício, relatório de avaliação do Plano, que conterá:

I - avaliação do comportamento das variáveis macroeconômicas que embasaram a elaboração do Plano, explicitando, se for o caso, as razões das discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;

II - demonstrativo, na forma dos Anexos I e II desta Lei, contendo, para cada programa a execução física e orçamentária das ações orçamentárias nos exercícios de vigência deste Plano;

III - demonstrativo, por programa e por indicador, dos índices alcançados ao término do exercício anterior e dos índices finais previstos;

IV - avaliação, por programa, da possibilidade de alcance do índice final previsto para cada indicador e de cumprimento das metas, indicando, se for o caso, as medidas corretivas necessárias;

V - as estimativas das metas físicas e dos valores financeiros, para os três exercícios subseqüentes ao da proposta orçamentária enviada em 31 de agosto, das ações orçamentárias constantes desta Lei e suas alterações, das novas ações orçamentárias previstas e das ações não-orçamentárias, inclusive as referidas nos artigos 22 e 23 desta Lei.

Parágrafo único. As estimativas de que trata o inciso V são referências para fins do cumprimento do disposto no inciso IV, § 2º, art. 7º, da Lei nº 8.666, de 1993, e no art. 16 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Seção VI

Da Participação Social

Art. 20. O Poder Executivo e o Poder Legislativo promoverão a participação da sociedade na elaboração, acompanhamento e avaliação das ações do Plano de que trata esta Lei.

Parágrafo único. As audiências públicas regionais ou temáticas, realizadas durante a apreciação da proposta orçamentária, com a participação dos órgãos governamentais, estimularão a participação das entidades da sociedade civil.

Art. 21. O Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal garantirá o acesso, pela Internet, às informações constantes do sistema de informações gerenciais e de planejamento para fins de consulta pela sociedade.

Parágrafo único. Os membros do Congresso Nacional terão acesso irrestrito, para fins de consulta, aos sistemas informatizados relacionados à elaboração, acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Ficam dispensadas de discriminação no Plano as ações orçamentárias cuja execução restrinja-se a um único exercício financeiro.

Art. 23. Ficam dispensadas de discriminação nos anexos a que se refere o art. 1º:

I - as atividades e as operações especiais cujo valor total para o período do Plano seja inferior a setenta e cinco milhões de reais;

II - os projetos cujo custo total estimado seja inferior a vinte milhões de reais.

Parágrafo único. As ações orçamentárias que se enquadrarem em um dos critérios estabelecidos nos incisos I e II do *caput* e no art. 22 comporão o "Somatório das ações detalhadas no Orçamento/Relatório Anual de Avaliação", constante de cada programa.

Art. 24. O Poder Executivo divulgará, pela Internet, pelo menos uma vez em cada um dos anos subseqüentes à aprovação do Plano, em função de alterações ocorridas:

I - texto atualizado da Lei do Plano Plurianual;

II - anexos atualizados incluindo a discriminação das ações a que se referem os arts. 22 e 23, em função dos valores das ações aprovadas pelo Congresso Nacional;

III - relação atualizada das ações integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, com sua programação plurianual.

Parágrafo único. As ações não-orçamentárias que contribuam para os objetivos dos programas poderão ser incorporadas aos anexos a que se refere o inciso II ou apresentadas em anexo específico, devidamente identificadas.

Art. 25. Ficam revogados os §§ 1º e 3º do art. 20 da Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de abril de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
João Bernardo de Azevedo Bringel

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.4.2008.

Esta Lei e seus anexos estarão publicados em suplemento à presente edição

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E CIDADANIA AMBIENTAL
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO DO SISNAMA

AVALIAÇÃO CUSTO- BENEFÍCIO DO PNMA II, FASE 2 (2009-2012)

1. TÍTULO DO PROJETO

PROGRAMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE II – PNMA II, Fase 2.

2. EXECUTOR, DURAÇÃO E RECURSOS GLOBAIS

O Programa Nacional do Meio Ambiente II, Fase 2 será executado pelo Ministério do Meio Ambiente. Está previsto para ser implementado em duas fases, conforme aprovado pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX) da Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), mediante as Recomendações COFIEX nº 865, de 5 de maio de 2006, nº 382, de 11 de junho de 2008 e nº 436, de 24 de abril de 2009.

A Fase 2A está prevista para ser executada em quatro anos (2009-2012) e a Fase 2B em dois anos (2013-2014). Para cada subfase estão aprovados recursos da ordem de US$ 34.720.000,00 (trinta e quatro milhões e setecentos e vinte mil dólares), sendo US$ 24.300.000,00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares) oriundos do agente financiador – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (Bird) e US$ 10.420.000,00 (dez milhões, quatrocentos e vinte mil dólares) de contrapartida nacional. A negociação da Fase 2B será realizada posteriormente e está condicionada ao cumprimento dos requisitos da COFIEX de execução de 50% dos recursos externos e comprometimento de 75% desses recursos.

3. INTRODUÇÃO

Este documento trata da análise custo-benefício e das informações necessárias para instruir o processo de operação externa, de caráter reembolsável (empréstimo), do Bird para o Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II, Fase 2A (National Environmental Program II - Phase 2A).

O PNMA II é um programa de longo prazo, desenhado para ser implementado em fases. A Fase 1 foi desenvolvida de 2000 a 2006. A Fase 2A objetiva dar continuidade ao aprimoramento do processo de gestão ambiental no País, nos três níveis de governo.

O Programa possui um desenho geral e uma estratégia de execução que refletem os princípios de gestão ambiental que se busca estimular no País. Estes princípios compreendem os conceitos de gestão compartilhada, desenvolvimento sustentável, parcerias e ação descentralizada, visando uma abordagem mais efetiva para lidar com problemas atuais e agir preventivamente para evitar problemas futuros. O aprimoramento do processo de licenciamento ambiental, em âmbito nacional, constitui a prioridade de ação do PNMA II, Fase 2A.

A participação no PNMA II é voluntária e aberta a todas as Unidades da Federação. Já foram assinados Acordos de Cooperação Técnica (ACTs) com 24 Unidades da Federação, demonstrando o alto grau de adesão ao Programa.

O montante de recursos para o financiamento dos projetos é definido por meio de análise do nível de gestão ambiental de cada UF, mediante o processo de cumprimento dos critérios de elegibilidade, com base em documentação comprobatória encaminhada à Unidade de Coordenação-Geral do PNMA II.

4. MINUTAS CONTRATUAIS E DESCRIÇÃO DO PROJETO PNMA II, FASE 2A

As minutas contratuais enviadas pelo Bird ao Governo Brasileiro consistem em dois documentos: (i) Documento de Avaliação de Projeto (Project Appraisal Document) e (ii) Acordo de Empréstimo (Loan Agreement).

O PNMA II, Fase 2, tem por objetivo contribuir para o fortalecimento da infra-estrutura organizacional e de regulamentação do poder público para o exercício da gestão ambiental no País, melhorando efetivamente a qualidade ambiental e gerando benefícios socioeconômicos. Especificamente, busca:

- desenvolver ações para aumentar a eficácia do processo de licenciamento ambiental, integrando-o com os demais instrumentos de gestão ambiental;
- apoiar o processo de descentralização da gestão ambiental, fortalecendo a capacidade operativa dos estados, Distrito Federal e municípios;
- estimular a adoção de soluções inovadoras e a formação de parceiras entre o poder público e a sociedade civil, para a gestão ambiental;
- desenvolver e implementar sistemas de monitoramento ambiental, voltados para a geração de informações que auxiliem a tomada de decisão;

- fomentar a adoção de instrumentos econômicos visando promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica, e a melhoria do desempenho da gestão ambiental nas unidades da federação;
- promover a articulação entre as 27 Unidades da Federação no desenvolvimento de ações comuns e cooperação horizontal para o aperfeiçoamento e aplicação dos instrumentos de gestão ambiental;
- promover o efetivo exercício do planejamento da gestão ambiental pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente – OEMA´s;
- desenvolver um conjunto nacional de indicadores da gestão ambiental.

O Programa está estruturado em três componentes e seus respectivos subcomponentes. O orçamento total de US$ 34.727 milhões apresenta a seguinte distribuição:

COMPONENTE	FASE 2A (US$ milhões)
Desenvolvimento Institucional	**25.757**
Licenciamento Ambiental	17.157
Monitoramento Ambiental	5.600
Instrumentos Econômicos para Gestão Ambiental	3.000
Gestão Integrada de Ativos Ambientais	**3.000**
Coordenação, Articulação e Comunicação	**5.000**
Planejamento da Gestão Ambiental	1.400
Comunicação	1.000
Gestão e Articulação	2.600
Reserva Técnica	970
TOTAL	34.727

5. DESCRIÇÃO DOS COMPONENTES E SUBCOMPONENTES

5.1. Componente Desenvolvimento Institucional

O Componente Desenvolvimento Institucional visa fortalecer a infra-estrutura física e organizacional dos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama) na utilização de instrumentos de gestão ambiental. Será implementado por meio de seus três subcomponentes: Licenciamento Ambiental, Monitoramento Ambiental e Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental, a seguir detalhados:

5.1.2 Subcomponente Licenciamento Ambiental

Este subcomponente visa aumentar a eficiência e a eficácia na execução do processo de licenciamento pelos órgãos ambientais competentes integrantes do Sisnama. Desta forma, sua implementação envolve os órgãos federais, o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis - Ibama, a Agência Nacional de Águas - Ana e o Instituto Chico Mendes – ICMBio, bem como os órgãos estaduais e municipais de meio ambiente. Em face de sua importância no contexto atual do país, este subcomponente terá sua execução priorizada frente aos demais componentes e subcomponentes. Efetivamente, suas ações buscam:

- Apoiar a implantação ou aperfeiçoamento de sistemas informatizados de licenciamento ambiental, com rotinas, normas e procedimentos definidos e institucionalizados, integrados com outros setores e órgãos que participam da gestão ambiental, permitindo mais objetividade, agilidade e transparência na condução dos processos, na tomada de decisão e na divulgação de informações;
- Apoiar a regularização, sob o ponto de vista ambiental, das atividades econômicas mais importantes para o estado, no que se refere à demanda e ao enquadramento (potencial poluidor/degradador x porte) e estabelecer ou revisar as normas para o seu licenciamento, fiscalização e automonitoramento;
- Institucionalizar o uso de instrumentos de apoio à tomada de decisão para o licenciamento ambiental;
- Estabelecer e auxiliar na formação de parcerias entre entes federados para o licenciamento, fiscalização e/ou monitoramento das atividades poluidoras e/ou degradadoras;

- Identificar temas/tipologias para harmonização de instrumentos jurídicos, conceitos, informações, procedimentos técnicos, dentre outros, no que se refere ao licenciamento, fiscalização e automonitoramento das atividades poluidoras e/ou degradadoras.

5.1.3 Subcomponente Monitoramento Ambiental

Este subcomponente tem por objetivo desenvolver e/ou aprimorar as ações de monitoramento ambiental no âmbito dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente - Oemas, com o propósito de subsidiar a formulação de políticas ambientais e a tomada de decisão relativa à gestão do meio ambiente. Suas ações buscam:

- Fortalecer a capacidade técnica e operacional dos Oemas para o monitoramento ambiental;
- Apoiar as demandas por informação ambiental, de modo que os sistemas de informação sobre o meio ambiente possam ser efetivamente utilizados na tomada de decisão;
- Apoiar a implantação e/ou reestruturação de redes básicas ou dirigidas para o monitoramento ambiental em áreas prioritárias;
- Possibilitar o estabelecimento de indicadores de qualidade ambiental como subsídio à tomada de decisão e formulação de políticas públicas de controle ambiental;
- Incentivar a parceria e a cooperação técnica entre as entidades de meio ambiente e demais setores públicos e privados, no uso e acesso dos dados gerados e da informação ambiental;
- Desenvolver ou consolidar sistemas estaduais de informação sobre o meio ambiente, integrados com outros setores e órgãos que participam da gestão e do monitoramento ambiental estadual, de modo que estas informações sejam utilizadas como instrumento complementar às demais ações de gestão ambiental no Estado (tais como licenciamento ambiental, fiscalização, planejamento por bacias hidrográficas, dentre outros);
- Promover a divulgação da informação sobre a qualidade dos recursos naturais ao público em geral e, quando for o caso, às populações afetadas;
- Promover a implementação de ações voltadas à sustentabilidade financeira das ações de monitoramento ambiental nos estados, desenvolvidas pelo PNMA II.

5.1.4 Subcomponente Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental

Este subcomponente visa apoiar as Unidades da Federação (UFs) na adoção de instrumentos econômicos com o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental, social e econômica e a melhoria do desempenho da gestão ambiental estadual. Suas ações visam:

- Fortalecer a capacidade técnica e operacional dos Oemas e a articulação com outros órgãos setoriais tais como fazenda, planejamento e infra-estrutura, visando a formulação de instrumentos econômicos;
- Apoiar as UFs na formulação, implantação e avaliação de instrumentos econômicos;
- Capacitar os estados e o Distrito Federal na identificação e aplicação de instrumentos econômicos;
- Apoiar as UFs na execução de projetos estaduais que contemplem instrumentos econômicos voltados para melhoria da gestão ambiental, incluindo também ações de mitigação das mudanças climáticas.

5.2. Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais

O Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais busca estimular a adoção de práticas sustentáveis e de gestão integrada entre os diversos setores cujas atividades possam, sob qualquer forma, causar degradação dos recursos naturais, buscando a melhoria contínua da qualidade do meio ambiente e a geração de benefícios socioeconômicos para a população local. O Componente busca:

- implementar projetos de gestão integrada, com caráter replicável, que promovam melhorias de qualidade mensuráveis em ativos ambientais específicos e sirvam como modelos de desenvolvimento sustentável;
- aprofundar o processo de gestão ambiental compartilhada no País, fortalecendo a capacidade operativa dos estados e dos municípios nessa área de atuação governamental;
- estimular a internalização da dimensão ambiental e da estratégia do desenvolvimento sustentável no planejamento e nos grandes eixos de políticas públicas, nos diferentes níveis de governo;

- gerar benefícios socioeconômicos para comunidades locais, com base em alternativas de desenvolvimento sustentável;
- identificar soluções institucionais inovadoras – com estímulo à articulação interinstitucional e à formação de parcerias entre os diversos setores do estado e da sociedade civil – para a ação integrada, em regime de complementaridade, no equacionamento dos problemas ambientais e na direção do desenvolvimento sustentável;
- estimular o desenvolvimento e a adoção de instrumentos institucionais e legais de proteção ao meio ambiente nas Unidades da Federação; e
- adotar estratégias que visem à sustentabilidade (econômica, social, institucional e ambiental) das atividades dos projetos na fase de pós-investimento do Programa.

Este Componente irá apoiar especificamente os Estados do Ceará e Alagoas, que tiveram seus projetos aprovados na Fase 1 e não puderam iniciar a execução dos mesmos.

5.3. Componente Coordenação, Articulação e Comunicação

O Componente Coordenação, Articulação e Comunicação busca apoiar a execução e supervisão dos projetos estaduais, de forma a estabelecer uma maior comunicação interna (entre os executores) e externa (com o público em geral), divulgando e disseminando os resultados e as boas práticas para a gestão ambiental. Além disso, tem como propósito estratégico o apoio ao processo de planejamento da gestão ambiental nos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente (Oemas), por meio do Subcomponente Planejamento da Gestão Ambiental, o qual será descrito a seguir.

5.3.1 Subcomponente Planejamento da Gestão Ambiental

Este subcomponente pretende apoiar o processo de qualificação das Unidades da Federação ao PNMA II e fortalecer o Planejamento da Gestão Ambiental nos Oemas. Especificamente, pretende:

- Avaliar o nível da gestão ambiental das Unidades da Federação, com base no cumprimento dos critérios de elegibilidade definidos pelo Programa;
- Apoiar os avanços das Unidades da Federação, nas políticas e instrumentos prioritários para a melhoria da gestão ambiental estadual;
- Apoiar as Unidades da Federação no estabelecimento/revisão de suas prioridades ambientais;

- Apoiar a elaboração do diagnóstico da área prioritária visando à elaboração dos projetos do Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais;
- Apoiar a elaboração de Planos de Ação Ambiental nas Unidades da Federação, a partir da listagem de prioridades ambientais definidas pelos estados;
- Estabelecer um conjunto de indicadores de gestão ambiental, com base na tabela de critérios de elegibilidade;
- Incentivar parcerias e a cooperação técnica para a implementação dos Planos de Ação Ambiental.

6. PRINCIPAIS RESULTADOS, BENEFÍCIOS SOCIAIS, AMBIENTAIS, INSTITUCIONAIS E ECONÔMICOS

Com a implementação do PNMA II, Fase 2, espera-se alcançar avanços significativos no tocante ao desempenho dos órgãos ambientais, melhoria dos procedimentos, aumento da capacidade do corpo técnico e maior agilidade nos procedimentos de licenciamento ambiental e o fortalecimento da capacidade de gestão ambiental, particularmente nas temáticas de recursos hídricos, florestais, gestão de áreas protegidas envolvendo as populações locais e as entidades da sociedade civil.

Apresentar-se-á, a seguir, a análise detalhada de cada componente /subcomponente do Programa, visando proporcionar uma melhor avaliação dos resultados e benefícios sob os ~~aspectos econômicos, sociais ambientais e institucionais:~~

6.1. Componente Desenvolvimento Institucional

6.1.1 Subcomponente Licenciamento Ambiental

Dentre os benefícios esperados, ressaltam-se: agilidade dos procedimentos administrativos, aumento da capacidade técnica-institucional, definição e divulgação das normas técnicas, redução da "judicialização" de licenças, maior transparência e diminuição dos prazos de análise e emissão das licenças. A melhoria dos processos de licenciamento dará maior segurança aos empreendedores com relação às condicionantes e aos custos ambientais dos seus empreendimentos, e promoverá o desenvolvimento econômico dentro dos critérios ambientais.

O programa prevê auxiliar em melhorias diretas nos sistemas estaduais de licenciamento de 15 (quinze) estados, além das ações com o Ibama, Ana e ICMBio. Soma-se a estes projetos, a serem elaborados pelos interessados, a realização de ações pela Unidade de Coordenação-Geral do PNMA II, em conjunto com outros órgãos do MMA, voltadas, em síntese, à harmonização de procedimentos entre os órgãos envolvidos com o licenciamento ambiental.

Ao final desta fase, espera-se alcançar os seguintes resultados:

- Implantação, em 15 estados de sistemas de licenciamento, com pelo menos uma das seguintes atividades: monitoramento efetivo pós-licença, fiscalização in loco de atividades produtivas e sistemas informatizados;
- Elaboração/atualização em 15 estados de manuais, procedimentos e normas técnicas para as 3 tipologias mais importantes;
- Redução, em pelo menos 10 estados, do tempo de emissão da Licença Prévia para as 3 tipologias mais importantes;
- Habilitação, em pelo menos 8 estados, de até 10 municípios para o compartilhamento das atividades de licenciamento ambiental.

6.1.2 Subcomponente Monitoramento Ambiental

O subcomponente Monitoramento Ambiental auxiliará no conhecimento e acompanhamento sistemático da situação dos recursos naturais nas unidades da Federação. Neste sentido, buscará fortalecer a capacidade técnica e operacional dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente visando o monitoramento ambiental dos recursos naturais mais importantes ou pressionados nas Unidades da Federação. O monitoramento ambiental deriva do conhecimento e acompanhamento sistemático da situação dos recursos ambientais dos meios físico e biótico, relacionados com a recuperação, melhoria ou manutenção da qualidade ambiental. Portanto, a qualidade ambiental está relacionada ao controle de variáveis ambientais, que se alteram, seja em função das ações antrópicas, seja em função de transformações naturais.

O monitoramento trabalhará com parâmetros físicos (ar, água, clima), biológicos (flora, fauna) e sociais (grau de satisfação da população, percepção ambiental dos recursos). Para tanto, será estimulada a divulgação de informação objetiva sobre a qualidade dos recursos naturais às populações afetadas e ao público em geral.

Além disso, o monitoramento ambiental de recursos naturais prioritários contribui diretamente com as ações de licenciamento ambiental e fiscalização.

Objetiva-se também o estímulo à cooperação técnica e a transferência de tecnologia entre as entidades estaduais de meio ambiente, incluindo os centros de pesquisa e as universidades que executem atividades de monitoramento ambiental. Além disso, espera-se que as atividades de monitoramento ambiental possam estimular a participação de representantes da sociedade civil na elaboração, acompanhamento da execução e controle dos resultados dos projetos, como é o caso dos comitês de bacias hidrográficas.

Por fim, um dos benefícios do subcomponente será a definição de indicadores/parâmetros mínimos a serem considerados na análise de recursos naturais nos estados, como é o caso da água.

Custos advindos do monitoramento ambiental são decorrentes principalmente da ampliação de estruturas laboratoriais necessárias à execução dos projetos ou da implantação de redes de monitoramento ambiental. Há que se considerar a indicação, por parte dos executores, das fontes de recursos para a sustentabilidade financeira da estrutura implantada pelo PNMA II, após o prazo de execução dos projetos.

Seus principais resultados esperados são:

- 12 estados com programas de monitoramento ambiental abrangendo diferentes recursos ambientais, com prioridade para água e ar, estruturados;
- 12 estados com sistemas de monitoramento desenvolvidos ou consolidados, baseado em processo de levantamento de demandas de informação, que incluam: sistematização das informações, disseminação de informação à população e utilização para tomada de decisão;
- 4 estados, pelo menos, com implantação e/ou reestruturação de redes básicas ou dirigidas para o monitoramento ambiental em áreas prioritárias.

6.1.3 Subcomponente Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental

A adoção de estratégias de intervenção pública ou mecanismos que atuam na esfera econômica minimizam as falhas de mercado e proporcionam a melhoria da gestão e a sustentabilidade ambiental. O uso de instrumentos econômicos aplicados à gestão ambiental reduz os custos de fiscalização se comparados com os mecanismos de comando e controle.

Os projetos a serem formulados irão internalizar os danos ambientais na lógica econômica, de modo a fazer com que as medidas ambientalmente mais amigáveis sejam privilegiadas pelas leis do mercado. Poderão ser de dois tipos de instrumentos econômicos: incentivos econômicos, que atuarão por meio de prêmios ou penalidades sobre determinado produto ou fator para direcionar a melhoria ambiental; ou mediante a introdução de mecanismos que atuarão através da criação de uma "mercadoria ambiental", onde poderá negociar-se, direta ou indiretamente, algum certificado capaz de refletir a escassez de algum recurso ambiental.

O uso dos instrumentos econômicos aplicados à gestão ambiental tem diferentes impactos sociais, políticos e econômicos sobre os atores sociais. Abrangem diversas modalidades de incentivos como favorecimento na obtenção de créditos, isenção de taxas e impostos, alocação de receitas em programas especiais, fornecimento preferencial de serviços públicos, disponibilização de tecnologia, capacitação técnica, subsídio a produtos, além de garantias de acesso a mercados ou programas especiais, entre outros.

Os potenciais benefícios que a implantação e o uso adequado dos instrumentos econômicos podem propiciar aos órgãos ambientais são:

- alocação mais eficiente de recursos econômicos agregados pela sociedade;
- melhoramento tecnológico para aumentar a qualidade ambiental;
- indução dos agentes econômicos às melhorias ambientais;
- direcionamento dos impostos e taxas para atividades ambientalmente mais degradadoras;
- a diminuição dos processos litigiosos, pois têm mais aceitação pelos agentes econômicos tradicionais.

Os principais resultados esperados são:

- 9 Unidades da Federação aptas a desenvolver propostas de implantação de instrumentos econômicos aplicáveis à gestão ambiental mediante ações de capacitação, com participação de outros atores governamentais e não governamentais, em especial o setor produtivo;
- 9 projetos de instrumentos econômicos voltados para o aperfeiçoamento da gestão ambiental implantados em parceria com setores produtivos e da sociedade civil.

6.2. Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais

O Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais busca gerar modelos de desenvolvimento sustentável levando, prioritariamente, benefícios ambientais e, ainda, ganhos sociais, econômicos e institucionais. De forma geral, a implementação do Componente possibilitará os seguintes benefícios:

Institucionais

Do ponto de vista institucional, os órgãos ambientais estaduais e o Distrito Federal, executores dos projetos descentralizados, serão beneficiados pelas ações do Programa, mediante o fortalecimento da capacidade institucional para a gestão ambiental, particularmente nas temáticas priorizadas nos projetos: recursos hídricos, recursos florestais, e gestão de áreas naturais protegidas. Além disto, as instituições alcançarão maior experiência na realização de projetos descentralizados com participação da sociedade, já que o Componente incentiva a inserção e o comprometimento de órgãos da sociedade civil (ONGs) e do setor privado no equacionamento das questões ambientais locais trabalhadas nos projetos.

Socioeconômicos

A população das áreas abrangidas pelos projetos de gestão integrada de ativos ambientais, na qualidade de usuária de recursos ambientais, será beneficiada pela melhoria na qualidade de recursos naturais estratégicos para a sua subsistência, particularmente os recursos hídricos, e pela melhoria das condições de saúde pública.

Os pequenos produtores rurais envolvidos nas ações dos projetos serão beneficiados, na medida em que serão capacitados a desenvolver suas atividades de forma mais racional e sustentável, podendo alcançar uma melhoria na renda, devido à diminuição no desperdício do uso dos recursos ambientais (como água e perda de solos), ou por desenvolverem uma produção diferenciada (agricultura orgânica).

Ambientais

Impactos ambientais positivos devem ser produzidos nos ativos ambientais trabalhados, tais como áreas de proteção de mananciais de abastecimento, florestas, solos agrícolas, áreas protegidas e outras. As áreas piloto dos projetos obterão melhorias mensuráveis de qualidade ambiental, que poderão ser ampliadas para toda a bacia. Ou seja, espera-se que a estratégia desenvolvida nos projetos venha também validar um modelo de gestão ambiental que sirva de referencial e pólo irradiador para outras regiões do estado que enfrentam problemas semelhantes.

Em sua Fase 2-A, o Componente irá apoiar especificamente dois estados que tiveram seus projetos na Fase I e não puderam iniciar a execução dos mesmos: Ceará e Alagoas. Nestes dois estados espera-se alcançar os seguintes benefícios para ambos os projetos:

6.3. Custos dos projetos das Unidades da Federação

A tabela a seguir apresenta os custos estimados para a execução dos projetos em cada um dos componentes do Programa. Os estados, após o processo de qualificação ao Programa, poderão acessar os recursos nas classes 1, 2, 3 ou 4:

Projetos Previstos por Componente/ Subcomponente	Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
	0 a 15 pontos	16 a 30 pontos	31 a 45 pontos	46 a 60 pontos
Componente Desenvolvimento Institucional				
15 projetos/ LA	LA: até R$ 500 Mil	LA: até R$ 700 mil	LA: até R$ 1 milhão	LA: até R$ 1,5 milhão
12 projetos/ MA	MA: até R$ 450 Mil	MA: até R$ 670 mil	MA: até R$ 850 mil	MA: até R$ 1,1 milhão
9 projetos/ IE	IE: até R$ 330 Mil	IE: até R$ 440 mil	IE: até R$ 560 mil	IE: até R$ 890 mil
Componente Gestão Integrada de Ativos Ambientais				
2 projetos/ AA	Não habilitado	Até R$ 1 milhão	Até R$ 2 milhões	Até R$ 4 milhões

Obs.: LA: Licenciamento Ambiental; MA: Monitoramento Ambiental; IE: Instrumentos Econômicos para a Gestão Ambiental; AA: Gestão Integrada de Ativos Ambientais

6.4. Componente Coordenação, Articulação e Comunicação

6.4.1 Subcomponente Planejamento da Gestão Ambiental

O apoio ao planejamento da gestão ambiental tem como um de seus benefícios a estratégia de promover um processo de planejamento dentro dos órgãos estaduais de meio ambiente. A referida estratégia envolverá etapas de trabalho, que terão como objetivo levar os estados a ponderarem suas demandas ambientais, de acordo com aspectos sistêmicos e não mais pontuais e com isso definirem suas prioridades ambientais (áreas e temas prioritários). Por outro lado, possibilitará, por meio da comprovação de critérios de elegibilidade, uma

análise de alguns instrumentos e princípios de gestão ambiental, que os estados estão utilizando, e inclusive, prestará assistência técnica para que os níveis de utilização destes instrumentos e princípios possam ser melhorados, com isso, avançando em sua capacidade de gestão.

Desta forma, será possível elaborar e executar projetos, que estejam mais de acordo com a realidade local. Os projetos serão discutidos e elaborados com participação local, porém pensando o todo, ou seja, os problemas ambientais mais críticos dos estados, que não estão sendo contemplados por outras fontes de financiamento ou que mereçam uma atenção mais especial, devido às pressões que estejam sendo submetidos.

Assim sendo, os Estados terão a gestão do seu meio ambiente fortalecida, mediante a introdução de uma visão de longo prazo, estratégica e ética, incorporando diferentes pressões sociais, e considerando a dinâmica econômica que tende a comprometer a sustentabilidade a longo prazo.

7. INFORMAÇÕES ADICIONAIS NECESSÁRIAS PARA A OPERAÇÃO DE CRÉDITO DA UNIÃO COM O BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD)

7.1. Data de Início do Projeto

O Programa Nacional do Meio Ambiente II, Fase 2 será implementado a partir de 01 de setembro de 2009.

7.2. Inclusão do Projeto na Lei Orçamentária Anual e no no Plano Plurianual (PPA 2008-2011)

O PNMA II está previsto na Lei Orçamentária Anual de 2009 (LOA/2009) na função 18 "Gestão Ambiental", Subfunção 541 "Preservação e Conservação Ambiental", Programa 0511 "Gestão da Política de meio Ambiente" e ação 8499 – "Apoio a Projetos de Gestão Integrada do Meio Ambiente (PNMA II) – Nacional". O Programa está inserido no PPA 2008-2011.

7.3. Aprovação do Projeto PNMA II, Fase 2, pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)

O projeto Programa Nacional do Meio Ambiente II, Fase 2, foi aprovado pela Recomendação COFIEX nº 865/06, de 5 de maio de 2006, revalidada pela Recomendação COFIEX nº 382/08, de 11 de junho de 2008.

Lorene Bastos Lage Pimentel

Coordenadora-Geral do PNMA II

De Acordo,

Flora Cerqueira

Diretora do Departamento de Coordenação do SISNAMA

7.3. Aprovação do Projeto PNMA II, Fase 2, pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEX)

O projeto Programa Nacional do Meio Ambiente II, Fase 2, foi aprovado pelas Recomendações COFIEX nº 865, de 5 de maio de 2006, nº 382, de 11 de junho de 2008 e nº 436, de 24 de abril de 2009.

LORENE BASTOS LAGE PIMENTEL

Coordenadora-Geral do PNMA II

De acordo,

FLORA CERQUEIRA

Diretora do Departamento de Coordenação do SISNAMA

Agosto/2009
Vol. 15, Nº 8

MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, setembro/2009

Esta publicação encontra-se disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional — www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/resultado.asp — com acesso aos exemplares anteriores e ao cronograma anual de divulgação.

MINISTRO DA FAZENDA
Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO
Nelson Machado

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL
Arno Hugo Augustin Filho

CHEFE DE GABINETE
Lindemberg de Lima Bezerra

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS
Eduardo Coutinho Guerra
Líscio Fábio de Brasil Camargo
Marcus Pereira Aucélio
Paulo Fontoura Valle

COORDENADORA-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS
Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

EQUIPE
Andresa Costa Bisson
Angela Carballido Fernandez
Bruno Fabricio Ferreira da Rocha
Felipe Augusto Trevisan Ortiz
Felipe Palmeira Bardella
Hellane Bertuluci Fernandes
Heloise Teixeira Saito
Janet Maria Pereira
Renato Nogueira Starling

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:
(61) 3412-3970/3971

Informações:
Tel.: (61) 3412-2203
Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br
Home Page: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2o andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970
Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 15, n. 8, agosto 2009. 31 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. - vol. 1, n. 1 (1995)- . - Brasília : , STN, 1995- .
Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.
ISSN 1519-2970
1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil, Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O resultado primário do Governo Central em agosto de 2009 foi superavitário em R$ 3,7 bilhões, contra R$ 1,5 bilhão obtido em julho. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R$ 8,9 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R$ 5,2 bilhões e de R$ 54,2 milhões, respectivamente.

O resultado primário do Governo Central em agosto de 2009 foi superavitário em R$ 3,7 bilhões, contra R$ 1,5 bilhão obtido em julho.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2008-2009

(R$ Milhões)

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2009	2009	2008	2009
I. RECEITA TOTAL	60.323,0	60.839,0	499.344,0	442.919,4
I.1. Receitas do Tesouro	48.697,3	46.353,5	395.207,0	350.488,3
I.1.1. Receita Bruta (1)	48.270,7	47.199,1	372.641,5	357.473,0
I.1.2. (-) Restituições	-2.413,4	-990,3	-6.783,4	-6.830,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-54,8
I.2. Receitas da Previdência Social	14.887,4	14.486,2	99.999,9	110.883,0
I.2.1. Receitas da Previdência Social - Urbano (2)	13.925,6	14.053,3	93.871,1	107.662,4
I.2.2. Receitas da Previdência Social - Rural (2)	961,8	966,9	6.128,8	5.900,1
I.3. Receitas do Banco Central	178,2	296,3	1.936,6	1.575,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	7.796,1	10.093,8	84.886,4	92.693,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	52.527,0	50.745,2	391.457,7	370.886,1
IV. DESPESA TOTAL	51.816,9	47.008,8	366.806,1	346.116,1
IV.1. Despesas do Tesouro	33.294,9	37.209,7	181.167,8	214.193,8
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	14.376,4	11.433,6	92.141,8	97.934,9
IV.1.2. Custeio e Capital	16.929,1	19.660,6	90.868,3	116.559,6
IV.1.2.1. Despesas do FAT	4.826,0	2.792,3	15.897,9	18.370,2
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	697,6	878,6	2.490,6	1.301,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.893,9	1.901,7	10.893,6	12.421,6
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	11.711,5	10.701,4	71.994,4	82.516,0
IV.1.2.4.1. Outras Despesas de Custeio	8.722,3	8.450,7	66.604,7	66.982,3
IV.1.2.4.2. Outras Despesas de Capital	2.989,2	2.250,7	15.889,6	17.365,7
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	89,5	106,5	618,5	727,5
IV.2. Despesas da Previdência Social (base caixa)	17.588,8	19.891,7	126.329,0	146.215,7
IV.2.1. Benefícios Previdenciários - Urbano (2)	13.913,8	15.866,4	99.481,2	112.217,0
IV.2.2. Benefícios Previdenciários - Rural (2)	3.490,3	3.923,3	24.890,7	27.998,7
IV.3. Despesas do Banco Central	243,1	284,5	1.309,8	1.710,8
V. FUNDO SOBERANO DO BRASIL - FSB (4)	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV - V)	1.709,2	3.736,1	74.650,5	53.590,9
VI.1. Tesouro Nacional	4.667,2	8.953,5	99.804,6	93.792,5
VI.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.090,2	-5.191,5	-34.263,8	-28.961,3
VI.2.1. Previdência Social (RGPS) - Urbano (2)	13,0	+1.633,1	-2.796,1	-4.884,8
VI.2.2. Previdência Social (RGPS) - Rural (2)	-3.103,2	-3.558,4	-31.606,7	-33.006,5
VI.3. Banco Central (6)	-63,8	-54,2	-390,3	-340,9
VII. RESULTADO PRIMÁRIO (%)			5,04%	1,21%

(*) Dados revistos, ajustes e alterações. Não inclui receitas de securitização de FGTS e despesas com empréstimos do FGTS para a construção de moradias, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.
(1) Exclui as receitas de compensação para o Fundo de Seguridade Social (CPSS) e de devolução de pessoal e parcela apropriada da CPSS de inativos públicos federais, com efeito no resultado primário consolidado.
(2) Fonte: Ministério da Previdência Social. A apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pela Min. de Previdência Social segundo metodologia própria.
(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais de 0,3 ponto de 2008, dirigidas com cumprimento de metas.
(4) Despesas correspondentes à integralização de cotas do FSB no Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização - FFIE, conforme artigos 1º da Lei nº 11.887/2008, no MP nº 432/2009 e no Decreto nº 6.704/2008.
(5) Resultado contábil dos demais benefícios previdenciários.
(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (valor correspondente do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO JAN-AGO: %

DISCRIMINAÇÃO	08/07	09/08
Receitas	10,8%	-6,6%
Tesouro	10,5%	-6,8%
Previdência	10,6%	10,7%
Transferências	22,4%	-6,4%
Receita Líquida	10,6%	-6,4%
Despesas	11,4%	16,1%
Benefícios	10,7%	12,6%
Pessoal	8,3%	10,8%
Custeio e Capital	14,0%	17,3%
FAT	10,0%	55,6%
Subsídios	-41,1%	-31,8%
LOAS/RMV	10,2%	16,1%
Outras	19,1%	16,1%
Custeio	11,0%	10,2%
Capital	47,2%	9,6%
PIB nominal	11,4%	2,8%

Relativamente à receita bruta do Tesouro Nacional, houve redução de R$ 1,1 bilhão (2,2%), passando de R$ 48,3 bilhões em julho para R$ 47,2 bilhões em agosto. Essa evolução decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) queda de R$ 3,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R$ 1,8 bilhão na de CSLL, em função

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Receita Total	24,56%	23,82%
Transferências	4,48%	4,98%
Receita Líquida	20,11%	19,93%
Despesa Total	18,18%	18,11%
Resultado Primário	3,94%	1,81%

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS
BRASIL, 2008 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JUL/08	AGO/08
Constitucionais (Participação)	6.732,7	7.353,8
CIDE-Combustíveis	254,8	-
Lei Kandir, nº 11973/01	192,5	192,5
Demais	1.117,0	2.547,7
Total	8.296,9	10.093,8

(*) Inclui saldo financeiro

O acumulado de janeiro a agosto, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R$ 23,8 bilhões, equivalente a 1,2% do PIB.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	5,24%	5,73%
Previdência Social	-1,23%	-1,80%
Banco Central	-0,01%	-0,02%
Governo Central	3,94%	1,81%

do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, sem correspondência em agosto; ii) diminuição de R$ 1,9 bilhão na arrecadação de cota-parte de compensações devido ao pagamento trimestral de *royalties* relativos à extração de petróleo no mês de julho; iii) aumento de R$ 6,1 bilhões na arrecadação de dividendos; e iv) elevação de R$ 1,7 bilhão na arrecadação de outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos recursos da rede bancária para a Conta Única do Tesouro Nacional, no montante de R$ 1,7 bilhão, em conformidade com a Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009.

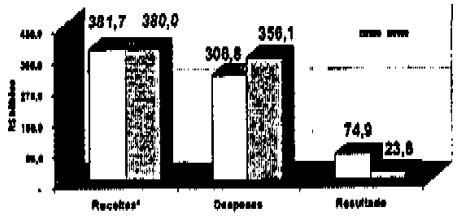
As transferências a Estados e Municípios totalizaram R$ 10,1 bilhões em agosto, contra R$ 7,8 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 29,5% em termos nominais. As transferências constitucionais registraram R$ 7,2 bilhões, com acréscimo de 16,1% frente a julho de 2009, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de julho, repassado em agosto. As demais transferências aumentaram R$ 1,6 bilhão (135,1%), especialmente em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e da participação especial na exploração de petróleo e gás natural.

Do lado dos dispêndios, verificou-se diminuição de R$ 6,2 bilhões (18,5%) nas despesas do Tesouro Nacional em relação a julho, explicada: i) pelo decréscimo de R$ 3,2 bilhões (17,2%) dos dispêndios de custeio e capital, principalmente nas despesas no âmbito do Fundo de Amparo ao Trabalhador (R$ 2,1 bilhões); e ii) pela *redução de R$ 3,0 bilhões (20,5%) dos gastos com pessoal e encargos sociais*, decorrente do adiantamento de parcela da gratificação natalina aos servidores do Poder Executivo Federal no mês anterior, sem correspondência em agosto.

O déficit da Previdência Social aumentou 67,8% (R$ 2,1 bilhões) relativamente a julho, passando de R$ 3,1 bilhões para R$ 5,2 bilhões. Na segregação do resultado por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R$ 1,6 bilhão no mês, contra resultado superavitário de R$ 13,0 milhões em julho, enquanto que a parcela rural registrou déficit de R$ 3,6 bilhões em agosto, superior em R$ 451,9 milhões ao déficit de R$ 3,1 bilhões apurado em julho.

Na acumulado de janeiro a agosto, o resultado do Governo Central foi superavitário em R$ 23,8 bilhões, contra R$ 74,9 bilhões registrados em igual período de 2008. Tal evolução decorre de fatores atípicos ocorridos neste e naquele exercícios. As receitas do Governo Central, líquidas de transferências aos Estados e Municípios, apresentaram redução nominal de 0,4% no período, enquanto as despesas do Governo Central apresentaram elevação de 16,1%.

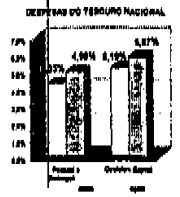
RECEITAS, DESPESAS E RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-AGO (R$ bilhões)



A evolução das receitas do Tesouro Nacional no acumulado do ano decorreu, em grande medida, da compensação de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis e das desonerações ocorridas no período

A receita bruta do Tesouro Nacional apresentou redução de 3,9% (R$ 14,6 bilhões) relativamente ao período de janeiro a agosto de 2008, explicada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) alterações na legislação tributária, especialmente em relação ao IPI; ii) redução de 12,8% na produção industrial no período de janeiro a julho de 2009 comparativamente ao mesmo período de 2008, com impacto sobre a arrecadação do IPI; iii) compensação, no ano corrente, de débitos de Cofins, PIS/Pasep e CIDE-Combustíveis, por pagamento indevido ou a maior realizado em período anterior; e iv) queda na arrecadação do IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas.

As despesas do Tesouro Nacional aumentaram 18,2% em termos nominais entre janeiro e agosto de 2009, frente ao mesmo período de 2008. Essa evolução decorreu, principalmente, dos seguintes fatores: i) elevação de R$ 2,7 bilhões no volume de pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal; ii) efeito de reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores; e iii) incremento das despesas discricionárias, as quais se elevaram em R$ 11,8 bilhões, com destaque para a execução do Ministério da Saúde, superior em R$ 6,7 bilhões ao realizado no ano anterior. Por outro lado, as despesas com créditos extraordinários se reduziram em R$ 2,6 bilhões. Cumpre salientar o incremento de R$ 1,4 bilhão (8,6%) dos investimentos no acumulado de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008.



O crescimento das despesas do Tesouro Nacional em 2009 decorreu do pagamento de precatórios e sentenças judiciais de custeio e de pessoal, de dinâmica das despesas discricionárias e do incremento dos gastos com investimentos.

Por fim, o déficit da Previdência Social elevou-se em 21,2% (R$ 5,2 bilhões) relativamente à mesma base de comparação de 2008, passando de R$ 24,4 bilhões para R$ 29,6 bilhões. A arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 10,7 bilhões (10,7%), explicado, sobretudo, pelo crescimento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, as despesas com benefícios previdenciários cresceram R$ 15,9 bilhões (12,8%) em decorrência do aumento de 10,8% no valor médio de benefícios pagos, consequência do reajuste

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-AGO (R$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	%
Contribuição	80.888,9	100.888,9	24,7%
Urbana	66.671,1	107.662,4	11,4%
Rural	3.288,9	3.987,1	-4,1%
Benefícios	124.288,9	140.213,7	12,8%
Urbana	99.488,8	112.217,8	12,8%
Rural	24.887,7	27.896,7	12,1%
Res. Previdência	-43.888,8	-29.381,2	21,2%
Urbana	-4.716,1	-4.884,8	22,8%
Rural	-21.887,7	-23.888,8	12,8%

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional diminuiu 2,2% relativamente ao mês anterior, refletindo o efeito da arrecadação trimestral do IRPJ e da CSLL registrada em julho e a arrecadação de dividendos em agosto.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2009 (R$ bilhões)

DISCRIMINAÇÃO	julho	agosto
Impostos	21.553,7	17.251,8
Imposto de Renda	10.419,2	11.042,3
IPI	2.449,8	2.241,8
Outros	8.884,2	3.971,1
Contribuições	15.429,4	16.813,2
Cofins	8.831,3	9.153,2
PIS/PASEP	1.817	2.0
CSLL	4.288,8	5.013,3
CIDE - Combustível	128,9	163,4
Outras	2.771,7	2.441,8
Demais	7.248,8	13.237,8
Cota parte	2.884,4	938,3
Dividendos Arrecadado	2.822,8	1.488,8
Dividendos da União	1.718,8	7.814,3
Concessões	111,8	7,3
Outras	1.282,4	2.484,8
Total Bruto	43.231,8	47.781,8

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso, e da elevação de 3,3% na quantidade média mensal de benefícios pagos. Destaca-se também a elevação de R$ 863,4 milhões no pagamento de precatórios judiciais relativos a *benefícios previdenciários*.

Na segregação por clientela, a parcela urbana do RGPS apresentou déficit de R$ 4,6 bilhões, que corresponde a 15,4% do déficit total do regime, e a parcela rural registrou déficit de R$ 25,0 bilhões (84,6% do déficito do RGPS).

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R$ 47,2 bilhões em agosto contra R$ 48,3 bilhões verificados em julho de 2009 (redução de 2,2%). Este comportamento é explicado pela diminuição de R$ 4,6 bilhões na arrecadação de impostos e de R$ 1,8 bilhão na de contribuições, atenuadas pelo aumento de R$ 5,3 bilhões nas *demais receitas do Tesouro*.

As receitas de impostos federais totalizaram R$ 17,3 bilhões e as de contribuições R$ 16,7 bilhões em agosto, apresentando, respectivamente, decréscimos de R$ 4,6 bilhões (20,9%) e de R$ 1,8 bilhão (9,8%) em relação aos valores apurados em julho. Essa evolução reflete, em especial, a queda de R$ 3,8 bilhões na arrecadação do IRPJ e de R$ 1,8 bilhão na da CSLL, em função do pagamento, em julho, da 1ª cota ou cota única desses tributos, sem correspondência em agosto.

As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 13,3 bilhões no mês contra R$ 7,9 bilhões registrados em julho de 2009, apresentando crescimento de R$ 5,3 bilhões (66,8%). As principais variações nesse grupo foram: i) o aumento de R$ 6,1 bilhões na arrecadação de dividendos; ii) a elevação de R$ 1,7 bilhão na arrecadação de outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais, com transferência dos recursos da rede bancária para a Conta Única do Tesouro Nacional, no montante de R$ 1,7 bilhão, em conformidade com a Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009; e iii) a diminuição de R$ 1,9 bilhão na arrecadação da cota-parte de compensações devido ao pagamento trimestral de *royalties* relativos à extração de petróleo no mês de julho.

De janeiro a agosto de 2009, a receita bruta do Tesouro Nacional alcançou R$ 357,5 bilhões, apresentando decréscimo de R$ 14,6 bilhões (3,9%) ao ser comparada ao mesmo período de 2008. Como proporção do PIB, a receita bruta atingiu 18,2%, contra 19,6% no período de janeiro a agosto de 2008.

A diminuição na arrecadação de impostos e contribuições decorreu, principalmente, dos seguintes fatores:

a) decréscimo de R$ 6,6 bilhões (26,1%) na arrecadação do IPI, explicado principalmente pelos itens: i) IPI – Bebidas, em função da alteração da sistemática da tributação do setor de bebidas, conforme Leis nº 11.727/2008 e nº 11.827/2008; ii) IPI - Automóveis, decorrente da alteração da tabela de incidência do imposto para os fatos geradores de janeiro a dezembro de 2009 e criação de mecanismo que permitiu a utilização da nova tabela também para o estoque de veículos não negociados até 12 de dezembro de 2008, conforme Decretos nº 6.687/2008, nº 6.809/2009 e nº 6.890/2009; iii) IPI – Vinculado à importação, decorrente da redução de 31,3% no valor em dólar das importações, da elevação de 26,4% na taxa média de câmbio e da elevação de 4,7% da alíquota média efetiva do tributo; e iv) IPI – Outros, devido à queda de 12,8% na produção industrial no acumulado de janeiro a julho de 2009 relativamente ao mesmo período de 2008. As arrecadações desse tributo também foram afetadas pelas desonerações constantes dos Decretos nº 6.696, nº 6.809, nº 6.823, nº 6.825, nº 6.826 e nº 6.890, todos de 2009;

b) decréscimo de R$ 6,3 bilhões (8,0%) na arrecadação da Cofins e de R$ 871,4 milhões (4,3%) no PIS/Pasep, refletindo: i) a realização de compensações de pagamento indevido ou a maior, no montante de R$ 3,9 bilhões, nos meses de janeiro a agosto de 2009; e ii) as desonerações promovidas por meio das Leis nº 11.774 e nº 11.787, ambas de 2008, nº 11.945/2009 e pela Medida Provisória nº 460/2009.

c) queda de R$ 5,4 bilhões (9,0%) na arrecadação de IRPJ, refletindo a redução da lucratividade das empresas, no acumulado do ano, e de depósitos judiciais;

d) *decréscimo de R$ 2,0 bilhões (46,6%) na arrecadação da CIDE – Combustíveis*, devido à redução da alíquota específica por metro cúbico de gasolina e diesel, a partir de fatos geradores de maio de 2008 (Decreto nº 6.446/2008) e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R$ 1,0 bilhão;

e) decréscimo de R$ 1,4 bilhão (10,5%) na arrecadação do IOF decorrente da alteração das alíquotas em conformidade com as desonerações regulada pelos Decretos nº 6.391, nº 6.453, nº 6.566, nº 6.613, nº 6.655 e nº 6.691, todos de 2008;

f) elevação de R$ 3,0 bilhões (5,3%) no IRRF, principalmente devido: i) ao crescimento de R$ 1,3 bilhão (4,1%) no IRRF – Rendimentos do Trabalho, reflexo do aumento da massa salarial e da alteração da tabela de incidência do tributo em conformidade com a Lei nº 11.945/2009; e ii) ao aumento de R$ 1,3 bilhão (24,5%) do IRRF – Remessas ao Exterior, influenciado pela elevação de 26,4% da taxa média de câmbio em relação ao mesmo período do ano anterior.

O conjunto das demais receitas do Tesouro Nacional, por sua vez, apresentou crescimento de R$ 6,3 bilhões (11,6%) em relação ao período de janeiro a agosto de 2008, decorrente: i) do incremento de R$ 8,4 bilhões das receitas de dividendos;

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Imposto de Renda	178.699,9	164.343,5
IPI	136.865,1	123.047,8
Cofins	79.264,8	72.958,0
Contribuições	25.091,4	22.219,8
Cofins	148.618,4	132.618,8
CPMF	74.431,3	73.198,4
CSLL	1.196,6	139,9
Cide - Combustíveis	50.437,9	30.368,0
Outras	4.289,1	2.289,7
Demais	25.297,7	22.817,0
Cota parte	53.738,8	39.994,6
Dividendos Arrecadados	16.245,4	12.004,8
Dividendos da União	14.556,8	16.716,1
Concessões	9.813,8	10.256,9
Outras	4.469,8	1.948,7
Total Bruto	7.722,8	11.056,4
	574.941,6	527.478,5

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Imposto de Renda	31,08%	31,15%
IPI	23,80%	23,32%
Cofins	13,79%	13,83%
Contribuições	4,36%	4,21%
Cofins	25,84%	25,14%
CPMF	12,94%	13,87%
CSLL	0,21%	0,03%
Cide - Combustíveis	8,77%	5,76%
Outras	0,75%	0,43%
Demais	4,40%	4,32%
Cota parte	9,34%	7,58%
Dividendos Arrecadados	2,82%	2,28%
Dividendos da União	2,53%	3,17%
Concessões	1,71%	1,94%
Outras	0,78%	0,37%
Total Bruto	1,34%	2,10%
	100,00%	100,00%

A evolução da receita bruta do Tesouro Nacional no ano de 2009 está sendo influenciada por fatores sazonais e por mudanças na incidência de tributos e contribuições.

RECEITAS DO TESOURO

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Demais	53.738,8	39.994,6
Cota parte	16.245,4	12.004,8
Fdo de Estabilização (CPSS)	4.541,4	5.005,4
Dividendos Arrecadados	14.556,8	16.716,1
Dividendos da União	9.813,8	10.256,9
Concessões	4.469,8	1.948,7
Outras	5.369,4	5.744,4

ii) do aumento da arrecadação das receitas diretamente arrecadadas em R$ 1,8 bilhão, sobretudo em função da arrecadação da contribuição sobre a receita de concessão e permissão de energia elétrica em 2009, sem correspondência em 2008; iii) do acréscimo de *R$ 2,8 bilhões em outras receitas, refletindo a regularização de depósitos judiciais*, com transferência dos depósitos da rede bancária para a conta Única do Tesouro Nacional, nos valores de R$ 577,6 milhões em maio e de R$ 1,7 bilhão em agosto de 2009; iv) da queda de R$ 2,8 bilhões (62,6%) no volume arrecadado proveniente de concessões, em decorrência da arrecadação, em março de 2008, de R$ 1,9 bilhão relativo à 9ª rodada de licitação de blocos exploratórios de petróleo e gás natural e, em maio de 2008, de R$ 1,7 bilhão decorrente da exploração de serviços de telefonia móvel (3G); e v) do decréscimo de R$ 4,8 bilhões (28,7%) na arrecadação relativa à cota-parte de compensações financeiras, em função da redução do preço internacional do petróleo.

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS

DISCRIMINAÇÃO	JAN-AGO	AGO/09
Constitucionais (FPE/FPM/Outras)	6.218,7	7.223,6
CIDE-Combustíveis	204,8	-
Lei Comp. nº 116/2003[1]	102,5	102,5
Demais	1.147,8	2.887,2
Total	7.673,7	10.213,3

[1] Inclui Distrito Federal

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI/FPE/FPM)

Discriminação	Jan	Ago
Variação Nominal	7.388,7	10.389,3
Primeira Quinzena	1.782,9	1.797,3
Segunda Quinzena	4.473,1	5.126,4
Total	13.644,7	17.313,1

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Constitucionais (FPE/FPM/Outras)	66.891,9	68.388,1
CIDE - Combustíveis	1.203,7	886,8
Lei Comp. nº 116/2003[1]	1.210,1	1.180,8
Demais	15.788,2	18.247,6
Total	85.093,9	88.703,3

[1] Inclui Distrito Federal

Em agosto, as transferências a Estados e Municípios totalizaram R$ 10,1 bilhões, contra R$ 7,8 bilhões no mês anterior, apresentando crescimento de 29,5%. As transferências constitucionais alcançaram R$ 7,2 bilhões, com aumento de R$ 1,0 bilhão (16,1%) frente a julho, reflexo da maior arrecadação dos tributos compartilhados (IR e IPI), especialmente no terceiro decêndio de julho, com impacto em agosto. As demais transferências aumentaram R$ 1,6 bilhão (135,1%), especialmente em decorrência da sazonalidade do repasse de recursos provenientes de *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural.

Na comparação entre o acumulado de janeiro a agosto de 2009 frente ao mesmo período de 2008, as transferências a Estados e Municípios apresentaram, em seu conjunto, redução de R$ 2,0 bilhões (2,4%), atingindo a marca de R$ 82,6 bilhões. Tal desempenho é explicado: i) pela redução de R$ 3,8 bilhões (5,7%) nas transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM), reflexo da menor arrecadação das receitas compartilhadas (IR e IPI) em 2009 comparativamente a 2008; ii) pela queda de R$ 2,6 bilhões (25,8%) nas transferências relativas aos *royalties* e participações especiais da Lei nº 9.478/1997, em função da queda do preço internacional do petróleo; iii) pela diminuição de R$ 746,7 milhões nas transferências da CIDE, devido, como já mencionado, às alterações promovidas por meio do Decreto nº 6.446/2008 e a compensações, entre janeiro e março de 2009, no valor de aproximadamente R$ 1,0 bilhão iv) pelo aumento de R$ 1,9 bilhão de transferência a título de auxílio financeiro sob amparo da Medida Provisória nº 464/2009 (compensação da Lei Complementar nº 87/1996 – Lei Kandir); v) pelo aumento de R$ 1,7 bilhão das transferências relativas ao Fundeb decorrente do fluxo financeiro desse repasse estabelecido pela Portaria Interministerial MEC/MF nº 408/09; e vi) pelo incremento de R$ 988,7 milhões em outras transferências, em virtude do pagamento de

R$ 962,6 milhões relativo a apoio financeiro aos Municípios, sem correspondência em 2008 (MP nº 462/2009).

Em agosto, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R$ 27,2 bilhões, apresentando decréscimo de R$ 6,2 bilhões (18,5%) relativamente a julho. Contribuíram para este resultado a diminuição de R$ 3,2 bilhões (17,2%) registrada nas despesas de Custeio e Capital e de R$ 3,0 bilhões (20,5%) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais.

As despesas de Pessoal e Encargos Sociais diminuíram principalmente devido ao adiantamento, em julho, de parcela do décimo terceiro salário (gratificação natalina) dos servidores do Poder Executivo.

A redução observada nas despesas de Custeio e Capital deve-se, sobretudo, à diminuição das seguintes rubricas: *i)* despesas no Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, R$ 2,1 bilhões (43,2%); *ii)* Subsídios e Subvenções Econômicas, R$ 118,1 milhões (16,9%); e *iii)* *Outras Despesas de Custeio e Capital*, R$ 1,0 bilhão (8,6%).

No caso das despesas do FAT, verificou-se pagamento no montante de R$ 3,2 bilhões em benefícios de abono salarial PIS/Pasep, concentrados em julho, contra R$ 1,1 bilhão em agosto, conforme previsto no calendário de pagamento do abono salarial referente ao exercício 2009/2010 (julho/2009 a junho/2010), regulamentado pela Resolução Codefat nº 605, de 27 de maio de 2009. Por sua vez, os gastos com seguro-desemprego totalizaram R$ 1,7 bilhão em agosto, mantendo o mesmo desempenho do mês anterior.

Em relação aos Subsídios e Subvenções Econômicas, o decréscimo decorreu, principalmente, do retorno líquido do Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf no valor de R$ 472,0 milhões. Por outro lado, registraram aumento em relação ao mês anterior nas despesas com o programa Aquisição do Governo Federal – AGF (no valor de R$ 172,7 milhões) e com subvenções aos Fundos Regionais (R$ 326,4 milhões).

No âmbito das Outras Despesas de Custeio e Capital, houve queda de R$ 1,0 bilhão (8,6%) relativamente a julho, concentrada principalmente nas despesas discricionárias, com redução de R$ 723,4 milhões (7,5%), destacando-se os Ministérios da Defesa (R$ 231,6 milhões) e da Ciência e Tecnologia (R$ 110,8 milhões). Por outro lado, a execução dos Fundos de Desenvolvimento (ADA/ADENE) foi de R$ 139,7 milhões, superior ao observado no mês anterior em R$ 62,0 milhões (63,4%).

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2009 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JUL/09	AGO/09
Pessoal e Encargos	14.373,6	11.435,6
Custeio e Capital	18.538,1	15.998,8
Despesas do FAT	4.938,9	2.798,9
Subsídios e Subvenções[1]	697,8	579,6
LOAS/RMV	1.692,2	1.691,7
Outras	11.713,2	10.701,4
Transferências ao Exterior	85,1	128,3

[1] Não inclui as subvenções econômicas pagas a título de PESE. Despesas com reconhecimento de passivos.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, 2009 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO[1]	JUL/09	AGO/09
Agricultura	422,5	486,7
Custeio Agropecuário	1,3	1,3
Investimento Rural	0,7	0,6
Preços Agrícolas	294,9	366,2
- EGF	0,1	0,1
- AGF	162,5	334,9
- Subsídio ao preço	172,3	30,3
Pronaf	98,8	-472,0
Pesca	0,0	0,0
Cacau	0,0	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo de Terroristas	88,7	88,7
FUNCAFÉ	1,0	0,7
Revitaliza	0,0	0,0
Outros	87,9	88,8
Habitação (PSH)	131,1	48,4
FNO	-0,6	-14,7
Exportação (Proex)	-45,4	41,2
Total	698,4	580,2

[1] Não inclui as subvenções econômicas pagas a título de PESE. Despesas com reconhecimento de passivos e despesas com subvenção sob análise temporal.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL
BRASIL, 2009 (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	JUL/09	AGO/09
Benefícios previdenciários	30,0	0,0
Legislativo	69,0	92,0
Judiciário	365,3	341,1
Créditos extraordinários[1]	128,4	109,0
Projeto Piloto de Investimentos[2]	1.116,2	696,0
Outras[3]	777,4	887,6
Discricionárias	9.888,8	9.888,8
Min. da Saúde	3.598,1	4.168,7
Min. da Def. Nacional	1.169,2	1.163,0
Min. da Educação	1.143,7	1.109,0
Min. da Justiça	128,0	998,0
Min. da Ciência e Tec.	282,0	172,0
Min. da Des. Agrário	119,4	117,0
Min. do Trabalho	226,0	177,1
Min. da Previdência	128,0	128,0
Min. das Relações	276,1	276,0
Demais	1.438,1	1.187,0
Total	11.084,2	10.112,4

[1] Inclui créditos extraordinários para Projeto Piloto de Investimentos.
[2] Corresponde à despesa de pessoal e custeio de órgãos e entes de esferas estadual, distrital e municipal no âmbito do Projeto Piloto de Investimentos, conforme estabelecido no art. 2º da Lei nº 11.762, de 1º de agosto de 2008.
[3] Inclui Fundos Constitucionais, Legislativo, Judiciário, Fundo Constitucional do DF, Fundef, e compensação ao RGPS de desonerações tributárias.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Tesouro Nacional	8,58%	10,96%
Pessoal e Encargos	4,33%	4,98%
Custeio e Capital	5,19%	5,87%
Despesas do FAT	0,71%	0,62%
Subsídios e Subvenções[1]	0,12%	0,09%
LOAS/RMV	0,30%	0,32%
Outras	3,79%	4,39%
Transferências ao Exterior	0,07%	0,04%

[1] Não inclui as subvenções econômicas pagas a título de PESE. Despesas com reconhecimento de passivos e despesas com subvenção sob análise temporal.

Até o segundo quadrimestre de 2009, as despesas do FAT cresceram R$ 4,8 bilhões em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representou 0,22 p.p. do PIB do período.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-AGO (R$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO[1]	2008	2009
Agricultura	1.967,0	2.006,6
Custeio Agropecuário	218,6	196,6
Investimento Rural	27,9	101,9
Preços Agrícolas	466,7	1.796,0
- EGF	4,1	11,2
- AGF	457,6	1.114,7
- Subsídio ao preço	735,0	668,7
Pronaf	685,2	-74,2
Pesca	302,9	143,9
Cacau	0,9	0,7
Securitização	0,0	0,0
Fundo de Terroristas	266,6	476,0
FUNCAFÉ	15,6	44,0
Revitaliza	0,0	32,9
Outros	-1.175,4	-2.556,9
Habitação (PSH)	868,0	179,7
FNO	-1.433,5	-1.556,6
Exportação (Proex)	31,7	84,9
Total	707,0	-1.466,3

[1] Não inclui as subvenções econômicas pagas a título de PESE. Despesas com reconhecimento de passivos e despesas com subvenção sob análise temporal.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,9% do PIB, contra 9,5% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R$ 33,0 bilhões (18,2%) em relação a 2008, destacando-se os incrementos de R$ 15,8 bilhões (19,2%) nos gastos com Pessoal e Encargos Sociais e de R$ 17,0 bilhões (17,3%) nas Despesas de Custeio e Capital.

Os dispêndios com a folha salarial registram aumento de 0,65 p.p. em relação ao PIB no período, passando de 4,33% em 2008 para 4,98% em 2009. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento foi de R$ 1,4 bilhão (9,3%); no Poder Executivo, houve acréscimo de R$ 12,0 bilhões (18,7%). Parte do aumento da despesa no âmbito do Poder Executivo decorreu da reestruturação de carreiras dos servidores públicos civis e militares. Por sua vez, os precatórios de pessoal apresentaram aumento de R$ 2,4 bilhões (78,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os gastos com Custeio e Capital passaram de 5,19% para 5,87% do PIB (acréscimo de 0,69 p.p.), impulsionados pelo incremento de 0,46 p.p. na rubrica Outras Despesas de Custeio e Capital, com acréscimo de 0,22 p.p. nas despesas com abono salarial, seguro-desemprego e gastos operacionais do FAT e 0,08 p.p. nos dispêndios com LOAS/RMV, não obstante a queda de 0,07 p.p. do PIB nos gastos com Subsídios e Subvenções Econômicas.

As despesas do FAT atingiram R$ 18,4 bilhões *nos oito primeiros meses de* 2009, contra R$ 13,5 bilhões em igual período do ano anterior. O acréscimo decorre não somente do aumento do salário mínimo mas também do número de benefícios identificados.

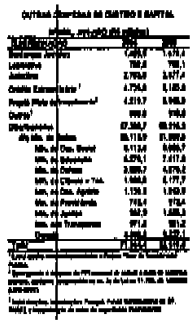
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2009

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idosos	Variação em relação à média do ano anterior	Portadores de Necessidades Especiais	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.466.205	13%	551.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.487	12%	627.693	19%	1.063.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.268	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.834	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.369.050	10%	1.131.939	13%	1.267.111	8%
média 2007	2.675.497	9%	1.339.649	19%	1.335.818	5%
média 2008	2.810.536	5%	1.360.255	10%	1.450.303	9%
média jan-ago/01	1.288.896	-	453.147	-	835.449	-
média jan-ago/02	1.418.980	12%	611.724	18%	904.136	6%
média jan-ago/03	1.609.990	14%	618.004	20%	994.088	10%
média jan-ago/04	1.836.724	14%	778.790	26%	1.059.934	7%
média jan-ago/05	2.130.491	16%	981.309	26%	1.187.172	9%
média jan-ago/06	2.356.821	10%	1.112.434	13%	1.244.388	5%
média jan-ago/07	2.650.216	8%	1.219.647	10%	1.318.870	6%
média jan-ago/08	2.766.306	5%	1.337.409	10%	1.428.879	8%
média jan-ago/09	3.015.809	9%	1.467.925	10%	1.547.884	8%

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R$ 1,9 bilhão (18,1%) em relação ao acumulado até agosto de 2008. Essa variação é explicada pelos reajustes de 9,21% e 12,05% do salário mínimo nos anos de 2008 e 2009, respectivamente, e pelo crescimento vegetativo da quantidade de benefícios pagos, que foi de 9,0% no período de janeiro a agosto de 2009 relativamente a 2008 (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,3 milhão foi destinado aos idosos e 1,3 milhão aos portadores de necessidades especiais.

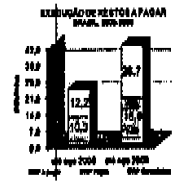
Até o segundo quadrimestre de 2009, as despesas com Subsídios e Subvenções Econômicas alcançaram R$ 1,2 bilhão contra R$ 2,5 bilhões em 2008. A redução concentrou-se nos retornos líquidos no âmbito do FND, que passaram de R$ 1,4 bilhão em 2008 para R$ 4,2 bilhões em 2009. No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se queda nas despesas relativas aos seguintes Programas: i) Investimento Rural, R$ 129,4 milhões; ii) Sustentação de Preços, R$ 86,9 milhões; e iii) Custeio Agropecuário, R$ 31,0 milhões. Por outro lado, foi registrado aumento no Programa Aquisição do Governo Federal de R$ 1,4 bilhão.

Até agosto de 2009, os gastos com o Projeto Piloto de Investimento do governo federal apresentaram incremento de R$ 1,7 bilhão (40,9%).



As Outras Despesas de Custeio e Capital cresceram R$ 11,6 bilhões no período (16,1%) em relação ao exercício anterior. Destaque para os gastos com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO-2009), que totalizaram R$ 5,9 bilhões em 2009 contra R$ 4,2 bilhões (40,9%) no ano anterior. Os gastos discricionários cresceram R$ 11,8 bilhões (20,6%). Por esse total responderam principalmente os Ministérios da Saúde (R$ 6,7 bilhões), da Defesa (R$ 1,3 bilhão), da Educação (R$ 1,1 bilhão) e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R$ 913,9 milhões). Por outro lado, registrou-se redução das despesas discricionárias no Ministério dos Transportes (R$ 40,7 milhões).

O montante pago de restos a pagar (RP) até agosto de 2009, segundo o conceito do Decreto de Programação Financeira, correspondeu a R$ 16,9 bilhões, equivalente a 38,7% do total de RP inscritos (menos cancelamentos) contra 45,8% no mesmo período do ano anterior. Dos RP pagos em 2009, R$ 9,5 bilhões referem-se a despesas com investimentos, correspondentes a um percentual de execução de 29,9% do total de restos a pagar de investimento do ano, concentrados principalmente nos Ministérios dos Transportes (R$ 2,7 bilhões), das Cidades (R$ 1,2 bilhão), da Educação (R$ 1,1 bilhão), da Saúde (R$ 866,2 milhões) e da Integração Nacional (R$ 737,3 milhões).



Previdência Social

Em agosto, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R$ 5,2 bilhões, superior em R$ 2,1 bilhões ao registrado em julho (elevação de 67,8%). Isso se deve essencialmente ao pagamento antecipado de metade do abono anual correspondente à gratificação de Natal a parte dos segurados e dependentes da

Previdência Social, nos termos do Decreto nº 6.927, de 6 de agosto de 2009. No acumulado do ano, observou-se um crescimento do déficit no montante de R$ 5,2 bilhões (21,2%) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em agosto de 2009, o déficit da Previdência Social foi de R$ 5,2 bilhões. No acumulado de janeiro a agosto, o déficit atingiu R$ 29,6 bilhões, equivalentes a 1,50% do PIB.



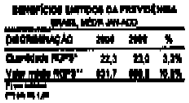


TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2009	2009	2008	2009
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	14.287,4	14.400,2	99.926,2	110.652,5
Arrecadação Bruta	15.633,2	15.695,6	111.449,8	123.507,7
- Contribuição Previdenciária	14.593,6	14.807,7	103.215,8	113.368,5
- Simples	1.081,2	1.126,5	6.746,6	8.030,9
- CPT	57,2	60,6	481,8	481,8
- Depósitos Judiciais	90,3	79,5	536,6	1.482,4
- Refis	0,9	21,4	199,1	158,4
- Outras Receitas	0,0	0,0	0,0	0,0
(-) Restituição/Devolução	-66,3	-47,7	-224,7	-356,3
(-) Transferências a Terceiros	-1.479,6	-1.447,9	-11.298,9	-12.498,8
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	17.380,8	19.591,7	124.320,0	140.218,7
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.093,5	-5.191,5	-24.393,8	-29.561,2
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,20%	-1,50%

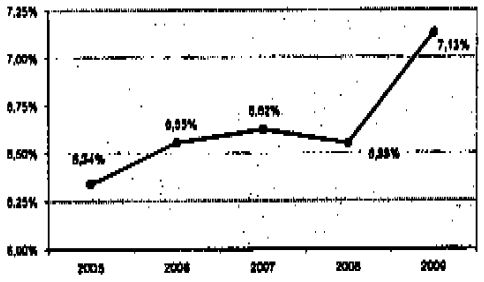
A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R$ 14,4 bilhões em agosto, apresentando um aumento de R$ 112,8 milhões (0,8%) frente aos ingressos líquidos do mês anterior. No acumulado do ano, a arrecadação líquida apresentou aumento de R$ 10,7 bilhões (10,7%) relativamente a igual período do ano anterior. O principal fator que explica este crescimento foi o aumento da massa salarial, que repercute nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada entre dezembro de 2008 e julho de 2009 foi 14,2% superior à verificada no período correspondente de 2007/2008.

As despesas com benefícios este mês alcançaram o montante de R$ 19,6 bilhões, apresentando um incremento de R$ 2,2 bilhões (12,7%) com relação ao mês anterior. Esta elevação decorre principalmente do pagamento antecipado de 50% do abono equivalente à gratificação de Natal, conforme dispõe o Decreto nº 6.927, de 6 de agosto de 2009, a metade dos segurados e dependentes da Previdência Social que auferem benefícios no valor de até um salário mínimo, nos termos do art. 41-A, § 3º da Lei nº 8.213/1991. A outra metade dos titulares de benefícios de até um salário mínimo, bem como a totalidade dos beneficiários com direito a mais de um salário mínimo, receberiam no mês seguinte (setembro) essa parcela antecipada do abono anual. No acumulado de 2009, as despesas com benefícios elevaram-se de R$ 15,9

bilhões (12,8%) em relação ao período correspondente em 2008. Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R$ 68,06 (10,8%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como conseqüência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 740,0 mil (3,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) aumento de R$ 863,4 milhões (20,5%) no pagamento de precatórios.

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a agosto de cada ano. Verifica-se que em 2005 esses gastos correspondiam a 6,34% do PIB; em 2009, correspondem a 7,13%. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios apresentou um acréscimo de 0,2 ponto percentual do PIB por ano.

DESPESAS COM BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS (RGPS)
Brasil, 2005-2009 (% do PIB) - janeiro a agosto



No estoque de benefícios dos primeiros oito meses de 2009, comparado ao período correspondente em 2008, destacam-se os aumentos de 607,3 mil aposentadorias (4,3%) e de 184,0 mil pensões por morte (2,9%), bem como a redução de 69,5 mil benefícios de auxílio-doença (3,2%).

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-AGO (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009
Contribuição	5,39%	5,63%
Urbano	5,09%	5,47%
Rural	0,17%	0,15%
Benefícios	6,58%	7,13%
Urbano	5,24%	5,71%
Rural	1,31%	1,42%
Res. Primário	-1,29%	-1,50%
Urbano	-0,15%	-0,23%
Rural	-1,14%	-1,27%

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2008-2009

Em mil benefícios

	JUL	AGO	JAN-AGO	
	2009	2009	2008	2009
Benefícios do RGPS	23.213	23.242	22.297	23.037
Previdenciários	22.407	22.440	21.520	22.234
Aposentadorias	14.801	14.847	14.078	14.680
Idade	7.695	7.722	7.283	7.627
Invalidez	2.859	2.875	2.790	2.850
Tempo de contribuição	4.237	4.250	4.006	4.194
Pensão por morte	6.368	6.383	6.183	6.336
Auxílio-Doença	1.119	1.094	1.199	1.106
Salário - maternidade	89	85	49	83
Outros	49	50	42	48
Acidentários	807	802	778	803
Aposentadorias	157	157	151	156
Pensão por morte	127	127	120	128
Auxílio - doença	172	166	148	169
Auxílio - acidente	274	274	271	273
Auxílio - suplementar	76	75	82	77

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,36 p.p. em relação aos primeiros oito meses de 2008. Por sua vez, os gastos com benefícios previdenciários cresceram 0,58 p.p. Como resultado, o déficit primário do RGPS aumentou para 1,50% do PIB, 0,22 p.p. maior que o mesmo nível registrado no mesmo período do ano anterior.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional – DLTN alcançou o montante de R$ 709,1 bilhões em agosto, o que corresponde a 24,2% do PIB. Comparativamente ao mês anterior, houve aumento de R$ 5,5 bilhões em termos nominais, o equivalente a 0,1 ponto percentual do PIB. Contribuíram para esse resultado o crescimento de R$ 55,4 bilhões no estoque da dívida interna e de R$ 1,8 bilhão no estoque da dívida externa líquida, compensados em grande parte pelo aumento de R$ 51,6 bilhões nos haveres internos.

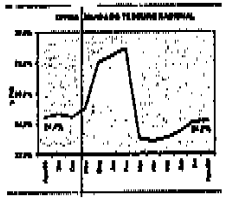
Em agosto, a Dívida Líquida do Tesouro totalizou R$ 709,1 bilhões ou 24,2% do PIB.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	628.554	604.062	600.454
I.1. Dívida Interna	1.835.174	1.841.322	1.896.908
I.2. Haveres Internos	1.004.321	1.244.638	1.296.226
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	96.864	106.913	108.682
II.1. Dívida Externa	96.321	107.201	108.988
II.2. Haveres Externos	257	288	306
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	721.907	703.986	709.136
IV. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[1]	34,4%	24,1%	24,2%

(*) Dados sujeitos a alteração.
(1) PIB referente aos 12 meses encerrados.



Em comparação ao ano anterior, a DLTN tomada em proporção do PIB reduziu-se em 0,2 ponto percentual, passando de 24,4% em agosto de 2008 para 24,2% em agosto de 2009. Em termos nominais, houve redução de R$ 12,8 bilhões no mesmo período, conseqüência da expansão de R$ 291,9 bilhões nos Haveres do Tesouro Nacional que mais do que compensou o aumento de R$ 279,2 bilhões no saldo total da dívida, no mesmo período.

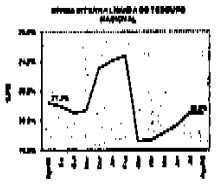
A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de agosto com um saldo de R$ 600,5 bilhões, perfazendo em percentual do PIB o equivalente a 20,5%. Em comparação ao mês anterior, houve aumento de R$ 3,8 bilhões em termos nominais, permanecendo estável em termos percentuais do PIB. Houve aumento de R$ 55,4 bilhões no estoque da dívida interna e de R$ 51,6 bilhões no saldo dos haveres internos.

Relativamente ao ano anterior, a Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional, tomada em proporção do PIB, reduziu 0,7 p.p., passando de 21,2% em agosto de 2008 para 20,5% em agosto de 2009. Em termos nominais observou-se uma diminuição de R$ 25,4 bilhões, decorrente do efeito conjugado do aumento

Dívida Interna Líquida

Em agosto, a Dívida Interna Líquida totalizou R$ 600,5 bilhões, equivalentes a 20,5% do PIB.

de R$ 291,9 bilhões nos haveres e do crescimento de R$ 266,3 bilhões no estoque da dívida interna.



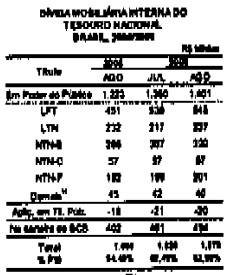


TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA INTERNA	1.434.174	1.841.322	1.896.908
I.1. Dívida Mobiliária	1.807.811	1.819.744	1.875.248
DPMFi em Poder do Público[1]	1.225.196	1.349.856	1.400.952
DPMFi em Poder do Banco Central	402.387	490.901	494.092
(-) Aplicações em Títulos Públicos[2]	(17.941)	(20.843)	(19.926)
I.2. Demais Obrigações Internas	22.884	21.578	21.440
II. HAVERES INTERNOS	1.004.321	1.244.638	1.296.226
II.1. Disponibilidades Internas	237.701	380.319	396.878
II.2. Haveres junto aos Governos Regionais	444.231	440.797	438.349
II.3. Haveres da Administração Indireta	199.496	211.407	213.729
II.4. Haveres Administrados pela STN	122.893	212.119	248.270
III. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	628.864	596.683	600.454
IV. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[3]	21,2%	20,5%	20,5%

(*) Dados sujeitos a alteração.
(1) Inclui TDA e ex-ter securitizada.
(2) Refere-se a aplicações do FAT e fundos diversos em títulos públicos federais.
(3) PIB referente aos 12 meses encerrados.

A Dívida Mobiliária (Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi – descontadas as aplicações do FAT e outros fundos públicos em títulos federais) elevou-se em R$ 55,5 bilhões (1,5 p.p. em relação ao PIB), comparativamente ao mês de julho. Em comparação ao ano anterior, o aumento foi de R$ 267,6 bilhões em termos nominais e de 9,5 p.p. em proporção do PIB, passando de 54,4% para 63,9% do PIB. O crescimento da DPMFi verificado no mês está associado à apropriação de juros no valor de R$ 15,2 bilhões e à emissão líquida de R$ 39,1 bilhões, reflexo da emissão de R$ 36 bilhões ao BNDES decorrente da terceira parcela da concessão de crédito ao banco ao amparo da Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009.

Na carteira de títulos em poder do público, houve aumento de R$ 51,1 bilhões, explicado pela emissão líquida de R$ 40,2 bilhões mais a apropriação de juros de R$ 10,9 bilhões. Na carteira do Banco Central, a variação foi de R$ 3,3 bilhões, resultado do resgate de R$ 1,1 bilhão e da apropriação de juros de R$ 4,3 bilhões. Não houve emissões.

Em relação à composição da carteira em poder do público, a principal variação comparada ao mês anterior ocorreu no estoque de LTN, cujo incremento alcançou R$ 19,8 bilhões, explicado pelas emissões no valor de R$ 29,7 bilhões mais a apropriação de juros de R$ 2,1 bilhões, contra um resgate de R$ 12,0 bilhão.

TABELA 6
VARIAÇÃO DA DÍVIDA MOBILIÁRIA INTERNA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, AGO/2009

R$ bilhões

Título	Saldo Jul/09	Fatores de Variação[1]			Saldo Ago/09
		Emissões	Resgates[2]	Juros[3]	
Em poder do público	1.340,9	65,0	-34,8	10,0	1.401,0
LFT	537,8	5,2	-1,8	3,7	545,3
LTN	217,2	29,7	-12,0	2,1	237,1
NTN-B	307,0	18,6	-7,7	2,8	320,4
NTN-C	96,9	0,0	0,0	0,3	97,2
NTN-F	188,6	11,4	-1,0	2,0	201,0
Demais[4]	42,2	0,1	-2,8	0,3	40,1
Na carteira do BCB	499,8	0,0	-1,05	4,35	494,1
Total	1.840,7	65,0	-35,8	14,3	1.895,1

(*) Não inclui saldos de haveres relativos às aplicações oficiais em títulos públicos.
[1] Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) no saldo da obrigação.
[2] Inclui cancelamentos referentes à operação de Swaps e outros ajustes.
[3] Refere-se aos juros apropriados por competência.
[4] Inclui títulos da dívida securitizada e TDA.

Os haveres internos do Tesouro Nacional cresceram R$ 51,6 bilhões em relação ao mês anterior, o que equivale a 1,5 p.p. do PIB. Houve aumento de R$ 15,6 bilhões nas disponibilidades internas, de R$ 2,3 bilhões nos haveres da administração indireta e de R$ 36,2 bilhões nos haveres administrados pela STN contra redução de R$ 2,4 bilhões nos haveres junto aos governos regionais.

Relativamente aos haveres administrados pela STN, o aumento de R$ 36,2 bilhões decorreu do crescimento daqueles de legislação específica, como resultado da concessão de crédito ao BNDES, por meio da emissão de títulos públicos, conforme Lei nº 11.948/2009. Quanto aos haveres da administração indireta, houve aumento de R$ 1,0 bilhão nos haveres do FAT, de R$ 274,2 milhões nos haveres dos Fundos Regionais e de R$ 1,0 bilhão nos haveres de fundos diversos.

Em relação aos haveres junto aos governos regionais, houve, comparativamente ao mês anterior, diminuição nos saldos das dívidas de estados e municípios (exceto Bônus Renegociados) em função das amortizações ocorridas no período, compensadas em parte pela incidência dos juros contratuais, e do efeito negativo da atualização monetária, medida pelo IGP-DI, que no mês de julho registrou deflação de 0,64%. Pelos termos contratuais, a correção monetária é realizada com base na taxa de inflação verificada no mês anterior ao mês de referência da apuração do saldo. No caso dos Bônus Renegociados, houve um pequeno aumento decorrente da variação cambial do período.

HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS
BRASIL, 2008/2009

R$ bilhões

Discriminação	2008	2009	
	AGO	JUL	AGO
Lei 8.727/93	315,8	316,6	314,9
MP 2.185/01	46,4	46,1	46,0
Lei 9.496/97	40,8	39,2	38,6
Assunção de Dívidas	15,1	11,3	11,2
Bônus Renegociados	6,9	6,6	6,6
Lei 7.976/89	1,3	0,4	0,4
Demais Haveres	16,7	16,1	16,1
Total	444,2	446,8	439,9
% PIB	15,63%	15,13%	14,89%

Em agosto, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional totalizou R$ 108,7 bilhões, contra R$ 106,9 bilhões em julho. Houve elevação de R$ 1,8 bilhão em termos nominais, permanecendo estável em termos percentuais do PIB.

Dívida Externa Líquida

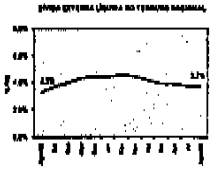


TABELA 7
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (*)
BRASIL, 2008/2009

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2008	2009	
	AGO	JUL	AGO
I. DÍVIDA EXTERNA	96.321	107.201	108.764
I.1. Dívida Mobiliária	74.023	83.039	84.642
Euro	9.812	10.122	10.309
Global US$	53.859	62.382	63.720
Global BRL	10.367	10.268	10.342
Demais	267	265	271
I.2. Dívida Contratual	22.298	24.162	24.429
Organismos Internacionais	18.720	20.488	20.648
Bancos Privados e Agências Governamentais	3.578	3.674	3.781
II. HAVERES EXTERNOS	287	288	285
II.1. Disponibilidades de Fundos, Autarquias e Fundações	287	288	285
III. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL	96.034	106.912	108.593
IV. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[1]	3,3%	3,7%	3,7%

(*) Dados sujeitos a alteração.
[1] PIB valorizado pelo IGP-DI corrente.

Esse aumento decorreu da desvalorização do Real frente às demais moedas que compõem a Dívida Externa, cuja magnitude alcançou no mês R$ 765,0 milhões, e também de emissão líquida de R$ 254,0 milhões no período, contra a apropriação de juros no valor de R$ 748,0 milhões. Do estoque total da dívida, a dívida mobiliária corresponde a 77,6% (R$ 84,5 bilhões); e a dívida contratual representa 22,4% (R$ 24,4 bilhões).

TABELA 8
VARIAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, AGO/2009

R$ milhões

Discriminação	Saldo Jul/09	Fatores de Variação[1]				Saldo Ago/09
		Emissões	Resgates[2]	Juros[3]	Variação Cambial	
Dívida Mobiliária	83.039	970	(936)	898	670	84.642
Global US$	62.382	970	(936)	872	360	63.720
Euro	10.122	-	-	78	110	10.309
Global BRL	10.268	-	-	89	-	10.357
Demais	266	-	-	7	2	271
Dívida Contratual	24.162	30	100	80	202	24.429
Org. Internacionais	20.488	10	(66)	34	163	20.648
Bancos Priv/Ag. Gov.	3.674	10	(32)	16	113	3.781
Total	107.201	990	(736)	748	783	108.988

[1] Valores negativos (positivos) indicam decréscimo (acréscimo) no saldo da obrigação.
[2] Inclui pagamentos regulares e prepayments, bem como os relativos à permuta de Títulos e outros ajustes.
[3] Refere-se aos juros nominais apropriados por competência no trimestre de referência, convertida para moeda local pela taxa de câmbio do final do período.

Em comparação ao ano anterior, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional aumentou R$ 12,6 bilhões em termos nominais, passando de R$ 96,1 bilhões em agosto de 2008 para R$ 108,7 bilhões em agosto de 2009. Em percentual do PIB, o aumento foi de 0,5 p.p.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

***b) Tabelas do Resultado Fiscal** (Informação dos 12 meses anteriores)*

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

***c) Tabelas da Dívida** (Informação dos 12 meses anteriores)*

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional

Tabela A6 – Dívida do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Haveres do Tesouro Nacional

d) Outras Informações

Tabela A8 – Investimento do Governo Federal por Órgão até Agosto 2009/2008

e) Boletim de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
Emgea – Empresa Gestora de Ativos
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
Pass – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RFB – Receita Federal do Brasil
RGPS – Regime Geral de Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – Título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Inmetro – Instituto Nacional de Calorização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TESOURO NACIONAL

TABELA A3 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL *

R$ milhões

	Ago/2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2009
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	53.517,2	59.279,2	44.966,5	64.595,9	68.618,6	49.395,7	54.928,9	52.812,7	58.451,6	62.209,9	57.226,3	54.386,8	60.564,5
I.1 - Receita Bruta	48.466,8	52.291,3	44.535,3	49.454,6	52.803,1	39.868,0	38.418,2	38.517,9	42.364,7	45.345,3	40.844,4	39.534,3	44.340,5
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-9,0	-9,0	-9,0	-37,3	-27,5	0,0	-9,0	-9,0
I.3 - Outras Operações Difusão de Crédito	1.218,3	1.383,7	1.753,6	1.151,3	1.136,9	1.579,7	1.521,6	2.318,8	1.888,7	1.371,6	2.803,2	1.386,5	1.638,6
I.4 - Receita das Operações de Crédito	348,4	180,3	288,2	162,8	308,9	96,3	144,7	178,5	288,9	488,1	83,7	254,4	686,2
I.5 - Receita do Salário Educação	777,5	818,8	874,6	887,9	906,7	1.418,6	818,9	805,1	826,7	788,9	883,2	849,8	807,5
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	14.259,9	14.516,2	14.809,1	14.435,4	24.557,4	12.107,2	13.424,1	13.009,8	14.250,4	14.572,1	13.451,8	15.140,3	13.056,8
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	49.895,2	54.755,0	46.714,9	47.437,4	69.535,6	50.661,9	50.866,8	53.925,9	54.134,5	60.394,2	54.169,8	51.294,7	57.544,7
II.1 - Liberações Vinculadas	14.317,2	11.648,8	13.281,7	16.581,4	15.498,4	13.429,1	13.815,6	16.159,3	13.966,4	15.223,8	14.443,4	15.713,1	14.513,4
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	9.861,7	8.822,5	7.754,2	9.738,2	12.222,5	9.476,5	9.827,1	7.049,8	4.150,8	9.986,2	9.615,3	6.843,8	7.715,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	2.434,1	648,1	1.178,1	2.624,2	971,8	1.405,4	2.288,5	1.031,5	1.916,9	2.347,2	1.263,3	1.403,4	0,0
II.1.3 - Lei Complementar 87/96 Complementar 115	162,5	162,5	812,5	1.586,3	1.301,8	162,5	162,5	162,5	162,5	162,5	2.162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	2.434,8	2.815,8	2.547,8	2.634,7	1.944,8	2.380,7	2.537,5	1.915,7	2.477,1	2.648,8	2.462,8	2.583,8	2.234,8
II.2 - Liberações Ordinárias	34.799,8	43.106,3	34.491,2	30.855,9	45.696,2	38.844,3	43.870,2	45.766,5	44.468,0	52.791,4	40.726,7	35.680,5	47.833,3
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	18.536,1	21.035,2	16.537,5	17.444,8	14.771,5	17.522,4	12.166,4	12.481,8	11.825,6	12.662,8	15.218,6	12.585,2	12.923,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.434,8	45,0	0,0	64,2	455,5	2.583,5	618,5	559,5	1.266,1	2.914,5	719,4	1.889,2	1.697,5
II.Dívida Contratual Interna	81,8	80,5	101,8	62,1	72,1	78,5	103,2	108,7	105,8	88,9	88,5	84,3	98,7
II.Dívida Contratual Externa	1.353,0	-57,5	-101,8	19,2	421,5	2.543,4	767,2	449,8	1.160,3	2.425,6	617,9	1.785,5	998,8
II.2.3 - Encargos do BPMF - Mercado	2.961,5	4.387,8	2.952,3	4.841,9	5.367,8	10.229,8	3.827,3	3.273,7	2.198,4	6.868,6	2.347,9	14.814,9	2.711,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.166,2	16.564,3	12.788,2	15.307,2	20.886,8	22.523,5	16.425,5	16.851,7	17.295,9	16.945,9	17.582,2	17.388,2	27.596,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.740,9	9.548,5	9.625,9	10.328,3	14.793,5	7.177,8	8.701,8	11.209,6	11.648,5	13.033,7	10.544,6	12.436,8	12.668,4
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	154,5	169,2	488,8	258,1	410,1	602,4	151,6	231,2	261,3	547,8	313,8	366,1	298,9
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO PRIMÁRIO DO TESOURO (I - II)	3.621,3	3.523,4	18.251,6	-841,5	81.083,0	-36.861,7	-4.745,2	1.886,8	3.984,1	-4.478,3	-5.042,5	-14.929,7	-3.179,8
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	15.944,2	4.881,4	10.907,6	13.010,9	66.171,1	31.211,5	19.341,7	21.852,9	19.406,6	33.495,1	27.171,6	30.999,1	11.311,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	10.262,7	2.777,5	9.972,1	12.667,2	66.083,8	30.800,9	18.221,6	20.435,4	17.994,8	32.825,4	26.522,6	33.388,2	17.281,6
IV.2 - Outras Operações de Crédito	783,5	1.198,5	883,9	234,7	1.287,3	677,6	1.620,1	1.257,5	1.671,7	1.387,7	1.481,5	948,3	1.948,7
V. DESPESAS	3.944,6	98.403,7	28.988,8	2.555,8	31.815,8	14.643,1	3.171,3	30.888,5	23.383,6	37.894,3	18.383,3	30.383,8	3.644,4
V.1 - Amortização Dívida Interna	3.230,7	98.296,5	28.529,8	2.466,8	31.462,8	13.363,7	1.346,6	29.548,5	22.671,2	36.966,6	14.668,5	29.422,8	3.431,6
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	3.068,5	96.126,1	28.385,2	2.373,8	31.277,0	12.894,3	1.260,2	29.126,3	22.586,8	36.787,5	13.987,2	29.148,3	3.258,3
V.1.2 - Dívida Contratual	162,1	170,5	171,5	192,4	185,8	171,3	176,5	238,8	183,5	179,2	177,1	181,5	177,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	745,9	134,2	110,6	88,4	353,1	1.865,8	1.806,5	462,6	804,4	2.969,8	2.303,6	1.961,6	212,8
V.3 - Aquisição de Ações/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	6.534,2	-95.545,3	-17.945,9	10.580,8	45.834,8	-31.465,5	15.615,3	-4.692,8	-4.623,6	12.538,8	12.459,9	4.628,1	14.867,7
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	2.822,9	5.914,3	3.712,2	482,9	31.992,5	-33.796,1	832,7	14.218,4	-8.392,9	778,4	22.878,1	-22.853,8	2.287,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	26.730,8	1.961,4	-3.218,8	11.084,8	87.429,6	-115.513,5	11.536,1	11.717,3	-13.535,9	1.529,9	27.834,8	-33.196,3	10.574,8

* Ótica Liberação. Dados sujeitos a alteração.

TESOURO NACIONAL

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL *

R$ milhões

	Ago/2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2009
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	4.822,9	5.596,3	17.612,7	2.682,9	31.992,5	1.760,9	1.832,7	14.218,4	2.160,1	10.974,4	26.278,1	3.167,9	2.987,8
I.1. Emissão de Títulos	1.496,0	0,0	15.896,9	0,0	29.469,3	0,0	0,0	11.577,4	0,0	7.585,4	22.665,1	0,0	0,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.312,3	2.163,4	1.357,3	2.401,8	2.274,9	1.579,6	1.686,3	2.501,1	2.054,8	3.223,0	3.328,8	2.943,9	3.138,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras dos Urgs	213,8	183,8	157,8	281,1	248,3	130,2	186,4	140,0	152,2	170,0	184,3	223,2	49,2
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	3.249,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	1.209,8	0,0	16.900,0	2.200,0	0,0	37.560,0	1.000,0	0,0	11.560,0	10.606,0	3.500,0	26.080,0	990,0
II.1. Resgate de Títulos	653,5	0,0	16.300,0	0,0	0,0	30.000,0	0,0	0,0	11.000,0	7.680,7	2.943,1	20.000,0	0,0
II.2. Encargos da DPMF	556,5	0,0	0,0	2.200,0	0,0	7.560,0	1.000,0	0,0	560,0	2.919,3	556,9	6.080,0	990,0
III. RESULTADO (I - II)	3.613,9	5.596,3	1.112,7	482,9	31.992,5	-35.799,1	832,7	14.218,4	-8.399,9	778,4	22.878,1	-22.853,8	2.297,8

* Dados sujeitos a alteração.

TESOURONACIONAL

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) *

R$ milhões

	Ago/2008	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/2009
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	1,6	29,5	103,3	66,5	3,1	185,4	71,6	3,8	3,4	1,8	1,8	1,3	1,2
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	6,5	6,8	6,1	6,1	6,1	13,7	6,8	4,1	6,1	-446,5	8,3	8,7	8,5
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-6,9	-11,1	-13,1	294,1	105,1	349,3	136,4	211,5	317,8	99,2	136,3	384,5	368,3
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,1	0,6	0,8	3,5	0,1	2,3	0,8	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-36,8	-34,3	42,4	132,4	74,8	148,7	88,8	185,5	237,5	35,8	33,8	152,1	324,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	25,0	21,9	46,3	76,2	43,0	188,5	37,8	108,9	88,4	60,6	98,8	142,1	36,3
IV. PRONAF	-2,1	11,8	191,6	25,9	140,8	222,8	7,2	2,6	6,8	186,2	23,3	31,8	-471,8
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	12,7	13,7	192,2	-42,1	0,8	191,9	3,8	0,7	4,8	188,5	9,6	6,4	7,2
IV.2. Concessão de Financiamento[1]	-11,8	5,8	-37,1	-46,2	139,5	31,4	4,1	-4,9	2,1	-3,7	15,3	25,2	-479,2
V. PROEX	-27,8	44,8	53,2	58,8	-89,8	69,5	-191,8	33,8	8,8	18,8	43,8	45,4	81,2
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	28,8	25,8	47,2	25,3	0,8	28,8	1,8	35,8	58,2	27,1	28,8	62,4	37,1
V.2. Concessão de Financiamento[1]	-64,8	18,7	-15,1	33,1	-81,5	1,1	-193,2	-2,1	-49,8	-8,8	15,1	-115,8	34,2
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)[2]	0,8	2,1	1,1	30,3	167,4	0,8	0,8	0,8	27,8	27,8	98,8	0,8	0,8
VII. CACAR	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,8	0,8	0,8
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	0,8	0,8	1,1	0,8	46,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	131,1	42,4
IX. DESCENTRALIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
X. FUNDO DA TERRA-NOVA[1]	46,8	193,8	193,7	196,1	233,8	98,2	99,1	99,1	73,8	24,5	42,2	96,7	96,7
XI. FUNCAFÉ	0,8	0,8	0,8	0,8	3,7	21,8	4,8	3,8	3,8	1,8	2,8	1,8	0,7
XII. SEAF/ALCOA	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	33,8	0,8	0,8	0,8
XIII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)[3]	-1.674,8	-4,7	967,3	-36,8	-19,8	-16,8	-36,8	-2.347,5	-41,8	-34,5	-2.031,1	-8,8	-44,7
XIV. TOTAL	-1.647,4	188,8	1.556,8	-48,8	671,8	753,7	134,8	-1.784,7	432,8	181,8	-1.364,8	466,4	86,3

* Dados revistos, sujeitos a alteração. Não incluí reembolsos de parcelas e despesas com subvenções aos bancos regionais.
[1] Concessão de empréstimos novos valores.
[2] Inclui "Despesas" decorrentes de baixa de ativos anteriores a inscrição na Dívida Ativa da União.

TESOURONACIONAL

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Ago/08	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/09
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	623.260,8	624.586,8	614.743,8	618.211,8	688.247,8	711.258,8	715.153,8	748.251,8	743.676,8	857.834,8	871.141,8	886.883,4	888.453,8
I.1. DÍVIDA INTERNA	1.636.171,4	1.635.168,8	1.648.488,2	1.668.273,8	1.764.666,8	1.685.118,8	1.774.324,9	1.791.481,8	1.736.813,8	1.758.814,8	1.821.638,1	1.841.321,7	1.864.818,4
DPMFi em Poder do Público[2]	1.228.194,8	1.224.736,1	1.218.372,8	1.244.383,7	1.284.823,8	1.221.887,8	1.247.388,7	1.267.733,8	1.291.787,1	1.274.253,2	1.321.875,8	1.348.885,5	1.408.962,4
DPMFi em Poder do Banco Central	402.367,8	408.314,7	410.149,8	412.485,8	484.310,8	462.386,3	486.518,4	482.112,0	474.243,3	475.585,3	499.848,1	490.801,4	454.892,3
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-17.941,2	-18.388,8	-18.388,8	-18.384,1	-17.453,7	-28.878,5	-38.778,2	-28.808,8	-21.198,8	-21.888,2	-21.578,8	-20.943,8	-19.828,5
Demais Obrigações Internas	23.583,8	22.478,1	22.438,4	22.488,4	22.485,8	22.333,8	22.215,1	22.802,4	21.853,1	21.883,2	21.883,3	21.577,7	21.448,2
I.2. HAVERES INTERNOS	1.044.828,8	1.010.581,2	1.033.747,1	1.042.061,8	1.084.578,8	973.860,4	959.198,3	1.011.158,8	1.002.837,2	1.002.887,8	1.250.494,8	1.264.836,3	1.250.234,8
Disponibilidades Internas	237.701,3	232.988,8	253.884,4	238.838,8	258.437,2	186.237,7	182.220,3	385.985,3	374.380,5	375.963,9	407.426,1	385.316,8	366.578,3
Haveres junto aos Governos Regionais	444.230,9	443.803,8	446.713,7	452.542,1	451.888,3	458.188,0	450.183,7	448.287,8	443.638,8	443.881,1	442.462,3	440.796,7	438.349,3
Haveres da Administração Indireta	192.485,2	201.410,8	203.984,2	206.317,3	209.251,8	205.422,6	210.080,2	207.572,7	208.258,8	210.668,0	212.328,5	211.466,8	213.723,7
Haveres Administrados pelo STN	172.883,2	132.647,8	142.374,7	146.262,1	147.230,3	152.040,3	126.881,1	163.925,4	158.444,8	162.934,8	188.337,9	212.118,7	208.218,8
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	89.853,3	119.964,8	118.724,4	101.515,8	132.887,8	158.138,8	133.223,7	139.878,3	121.967,4	113.718,3	112.448,8	104.511,5	100.882,8
II.1. DÍVIDA EXTERNA	96.328,8	118.364,4	119.884,8	129.914,2	132.312,3	131.143,7	133.899,5	138.458,1	122.287,8	114.857,8	112.728,8	107.281,8	100.968,1
Dívida Mobiliária	74.822,8	84.588,8	90.863,2	99.935,5	102.924,8	103.838,7	102.837,1	108.147,8	94.084,8	88.517,7	87.535,8	83.808,3	84.541,6
Dívida Contratual	22.297,8	25.767,5	28.201,5	30.048,7	31.587,4	31.113,0	31.582,4	30.302,3	28.343,8	26.548,2	25.182,5	24.181,7	24.426,5
II.2. HAVERES EXTERNOS	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	305,0	375,8	379,8	349,5	298,7	288,1	289,5	285,2
Disp. de Fundos, Autarquias e Fundações	267,2	319,5	360,2	428,4	325,2	305,0	375,8	379,8	349,5	298,7	288,1	289,5	285,2
III. DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	721.987,1	734.551,6	733.468,8	747.787,6	821.494,3	842.867,8	848.377,3	878.131,3	865.783,7	871.884,2	883.581,3	783.395,0	789.136,4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB[3]	34,4%	34,6%	34,4%	35,0%	38,5%	39,4%	39,9%	22,6%	22,6%	23,0%	23,3%	24,1%	24,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
1/ Valor líquido da dívida constituída e TDA.
2/ PIB referências para IGP-DI acumulado.

TESOURONACIONAL

TABELA A6 - DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Ago/08	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/09
I. DÍVIDA INTERNA	1.530.174,4	1.535.963,3	1.549.496,7	1.566.373,1	1.764.016,5	1.693.515,5	1.714.351,9	1.731.401,3	1.736.813,5	1.758.914,5	1.821.615,1	1.841.321,7	1.856.688,4
I.1. DPMFi EM PODER DO PÚBLICO*	1.223.194,9	1.234.735,1	1.216.372,2	1.244.393,7	1.264.823,3	1.231.897,9	1.247.398,7	1.287.793,9	1.261.787,1	1.274.253,3	1.321.675,5	1.349.443,5	1.406.982,4
LFT	451.294,9	457.640,8	444.760,2	455.979,6	453.631,4	479.629,3	482.258,0	471.368,1	483.697,7	500.767,9	499.212,2	537.902,9	545.296,8
LTN	232.314,2	238.952,6	223.730,5	229.185,0	239.143,0	178.147,5	188.148,3	212.314,8	187.246,1	189.825,5	232.978,3	217.223,0	237.052,5
NTN-B	285.561,7	288.519,7	293.654,3	290.260,5	298.488,3	304.536,4	308.455,2	311.249,8	315.858,4	291.839,7	301.300,4	307.032,7	320.349,4
NTN-C	52.181,0	57.978,7	58.042,0	58.705,1	59.116,7	57.533,5	58.074,4	57.965,4	57.716,9	58.074,5	58.481,8	58.918,9	57.160,8
NTN-F	152.325,3	156.098,4	162.572,8	164.189,2	168.023,5	164.264,0	166.186,4	169.172,8	172.541,4	186.324,9	187.542,1	186.561,8	200.957,7
Dívida Securitizada	16.285,2	13.736,6	13.399,9	13.912,7	15.668,3	14.958,9	14.902,3	14.768,3	14.706,8	14.825,8	14.822,3	14.268,3	12.189,6
Demais Títulos em Poder do Público	34.222,6	33.668,1	30.763,2	32.161,6	31.432,5	31.609,3	31.499,1	30.837,2	29.786,8	28.577,6	28.489,5	27.976,1	27.965,5
I.2. DPMFi EM PODER DO BANCO CENTRAL	482.357,6	494.914,3	418.149,5	412.685,6	494.318,6	482.366,1	465.816,4	462.112,6	474.243,3	475.943,9	499.648,1	488.881,4	494.692,3
LFT	125.749,3	127.136,1	128.587,6	141.013,3	167.345,5	180.309,2	180.529,6	198.923,6	208.554,6	206.849,9	215.886,7	224.705,6	226.255,5
LTN	129.635,5	127.898,6	196.891,7	147.971,9	131.148,6	86.827,1	69.861,6	66.362,5	85.271,1	99.951,2	108.876,1	91.886,9	92.895,7
Demais Títulos na Carteira do BCB	148.972,8	151.311,7	153.669,8	153.720,6	175.816,6	174.139,6	174.785,6	178.825,7	179.327,2	168.573,1	174.581,3	174.187,7	174.958,1
I.3. (-) APLICAÇÕES OFICIAIS EM TÍTULOS PÚBLICOS	-97.947,3	-96.360,0	-96.359,0	-93.554,1	-97.453,7	-96.978,5	-96.778,9	-96.896,6	-91.158,8	-93.699,2	-91.578,9	-96.943,6	-98.836,5
I.4. DEMAIS OBRIGAÇÕES INTERNAS	22.563,6	22.476,4	22.424,4	22.661,4	22.894,6	22.333,9	22.215,1	22.103,4	21.930,1	21.893,2	21.893,3	21.577,7	21.498,1
II. DÍVIDA EXTERNA	98.329,8	100.344,4	101.884,6	129.934,3	132.512,2	131.143,7	133.599,5	130.459,1	122.247,8	114.957,8	112.723,6	107.261,0	108.968,1
II.1. DÍVIDA MOBILIÁRIA	74.022,8	84.596,8	86.883,2	89.435,5	109.924,9	106.639,7	102.807,1	100.147,8	94.804,8	88.517,7	87.535,6	83.609,3	84.541,8
Euro	9.812,4	10.349,3	10.945,2	12.132,9	13.359,3	12.055,8	12.038,3	12.357,9	10.808,1	10.534,3	10.396,2	10.121,9	10.307,8
Global US$	53.668,5	62.963,4	63.942,0	75.871,7	78.439,3	77.339,1	73.252,4	76.999,5	72.325,0	67.039,4	66.188,7	62.381,7	63.720,2
Global R$	10.362,9	10.486,0	10.555,0	10.564,0	10.783,0	10.257,9	10.366,9	10.468,0	10.585,0	10.564,6	10.753,0	10.257,9	10.242,4
Demais Títulos Externos	287,7	298,1	330,0	366,9	343,3	987,8	378,4	324,4	305,8	279,4	277,7	267,8	271,1
II.2. DÍVIDA CONTRATUAL	22.307,0	25.767,5	29.381,5	38.948,7	31.587,4	34.113,9	31.583,4	30.302,3	28.243,0	25.540,1	25.187,5	24.181,7	24.426,3
Organismos Multilaterais	14.719,6	21.583,9	23.858,4	25.364,6	26.514,2	26.655,7	25.911,7	25.463,3	23.897,7	21.550,4	21.387,3	20.487,6	20.845,9
Credores Privados e Ag. Governamentais	3.573,3	4.201,6	4.535,1	5.684,1	5.073,2	5.698,3	5.059,7	4.838,9	4.345,3	3.989,6	3.805,2	3.674,1	3.786,0
III. DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.728.495,1	1.745.320,5	1.758.575,4	1.796.257,1	1.988.888,7	1.916.202,2	1.947.951,5	1.891.851,6	1.859.061,3	1.864.872,4	1.934.384,1	1.948.822,7	1.965.656,5
DÍVIDA DO TESOURO NACIONAL/PIB**	56,4%	56,9%	56,8%	59,0%	63,8%	61,4%	62,9%	64,0%	63,9%	64,9%	66,5%	66,9%	68,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
(*) Inclui TDA e dívida securitizada.
(**) PIB variação pelo IGP-DI acumulado.

TESOURONACIONAL

TABELA A7 - HAVERES DO TESOURO NACIONAL

R$ milhões

	Ago/08	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago/09
I. HAVERES INTERNOS	1.094.138,6	1.118.841,3	1.125.747,1	1.143.681,9	1.164.679,8	973.868,6	999.194,3	1.211.196,5	1.192.987,3	1.192.987,3	1.239.494,8	1.244.638,3	1.256.214,9
I.1. DISPONIBILIDADES INTERNAS	237.761,5	232.989,0	233.694,4	236.956,8	235.437,2	186.331,7	182.230,3	385.965,9	374.360,5	375.983,9	407.436,1	388.396,9	396.876,3
I.2. HAVERES JUNTO AOS GOVERNOS REGIONAIS	444.230,9	443.680,9	448.713,2	452.542,1	451.596,5	456.169,6	458.153,7	448.287,8	443.038,6	443.891,1	443.462,9	448.758,7	456.349,3
Bônus Renegociados	8.638,2	7.337,4	8.171,8	9.612,7	9.078,1	8.864,6	8.676,3	8.658,4	7.948,8	7.341,1	7.985,3	8.828,7	8.824,9
Haveres Originários de Pasep (MP 2.196/01)	2.908,9	2.887,5	2.868,6	2.844,5	2.822,9	2.800,5	2.779,4	2.750,7	2.724,1	2.697,3	2.668,3	2.645,2	2.648,0
Cessão de Créditos Bacen (MP 2.179/01)	11.026,3	11.002,2	11.017,5	11.113,0	11.098,0	11.071,2	11.047,3	11.022,1	10.998,8	10.975,5	10.970,6	10.944,4	10.918,5
Reneg. da Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 7.976/89)	1.238,6	1.343,8	1.411,3	1.449,1	1.102,9	1.049,2	1.001,8	1.016,7	955,6	845,8	482,3	441,7	411,8
Reneg. de Dívidas junto aos Gov. Regionais (Lei 9.727/98)	42.578,3	42.060,3	41.873,0	41.781,1	41.582,8	41.366,3	41.048,4	40.418,0	40.129,3	39.772,4	39.487,8	39.365,1	38.952,2
Renegociação de Dívidas Estaduais (Lei 9.496/97)	314.151,8	313.672,8	318.152,6	320.177,8	320.256,3	319.145,8	319.776,9	319.045,3	316.521,0	317.173,7	317.586,5	316.752,5	314.876,7
Renegociação de Dívidas Municipais (MP 2.185/01)	49.360,0	49.143,2	49.398,1	50.201,2	50.841,2	50.676,5	50.348,6	50.223,3	49.893,1	50.968,4	50.137,0	50.105,0	49.899,5
Antecipação de Royalties	13.077,3	12.955,3	12.885,3	13.169,1	13.079,5	12.943,0	12.225,0	12.998,2	11.979,9	11.569,3	11.444,3	11.316,5	11.220,3
Demais Haveres junto aos Governos Regionais	2.753,1	2.781,5	2.824,1	2.872,4	2.879,5	2.831,6	2.830,5	2.774,3	2.761,9	2.537,5	2.598,7	2.557,2	2.527,7
I.3. HAVERES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	199.495,2	201.498,8	203.994,2	206.317,9	210.231,0	205.423,4	210.888,2	207.873,7	206.209,6	210.698,0	212.328,5	211.486,8	213.729,7
Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	130.748,3	132.044,7	133.553,6	134.838,6	136.995,3	134.762,1	136.847,6	135.893,2	135.653,7	136.927,2	137.928,7	135.778,0	136.788,6
Fundos Constitucionais Regionais	42.781,2	43.533,7	43.949,2	44.385,5	44.958,7	45.387,3	45.868,7	46.367,8	46.864,4	47.375,2	47.804,5	48.375,8	48.858,8
Fundos Diversos	25.967,6	26.042,4	26.580,3	27.091,8	28.320,8	25.273,9	28.180,8	24.992,5	24.731,3	25.845,5	26.695,3	27.255,0	28.250,1
I.4. HAVERES ADMINISTRADOS PELA STN	192.891,2	192.667,6	141.374,2	148.262,1	147.236,3	152.948,3	158.921,1	148.925,4	166.464,6	163.534,6	166.337,9	212.196,7	216.279,6
Haveres de Órgãos, Entidades e Empresas Estatais	5.545,1	5.544,6	5.551,3	5.534,0	5.558,7	5.559,0	5.561,1	5.559,3	5.561,2	5.563,4	5.565,5	5.566,6	5.567,8
Haveres de Operações Estruturadas	44.923,5	46.665,0	46.136,5	48.751,7	50.075,1	50.064,3	53.064,2	53.667,3	52.676,1	51.367,9	54.388,7	58.737,6	59.673,3
Haveres Originários de Privatizações	7.079,9	7.423,1	7.427,3	7.429,6	7.433,2	7.428,9	7.421,8	7.485,8	7.410,5	7.404,2	7.397,7	7.392,3	7.385,3
Haveres de Legislação Específica	38.880,5	45.973,6	52.746,0	55.660,1	55.368,0	66.855,2	63.219,3	73.308,8	72.214,6	70.501,6	96.761,3	121.835,3	157.299,6
Demais Haveres Administrados pela STN	26.464,2	27.051,7	27.511,7	28.436,6	28.780,6	28.892,9	29.004,9	28.864,3	28.581,6	27.797,2	27.332,7	27.237,1	27.852,4
II. HAVERES EXTERNOS	287,2	319,5	360,2	428,4	325,2	308,8	375,6	378,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	287,2	319,5	360,2	428,4	325,2	308,8	375,6	378,8	340,5	298,7	288,1	289,5	285,2
III. HAVERES DO TESOURO NACIONAL (I+II)	1.804.581,1	1.819.160,9	1.826.107,4	1.843.499,3	1.865.284,8	974.177,3	999.574,2	1.211.575,3	1.193.377,7	1.193.286,2	1.239.782,9	1.244.927,7	1.256.520,1
HAVERES DO TESOURO NACIONAL/PIB*	34,9%	33,9%	34,2%	34,5%	35,9%	32,9%	34,4%	41,6%	40,9%	40,9%	42,6%	42,7%	44,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.
(*) PIB variação pelo IGP-DI acumulado.

TESOURONACIONAL

Boletim FPE / FPM / IPI Exportação
Fundos de Participação dos
Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim Ano XIV - nº 8 - Internet: http://www.tesouro.fazenda.gov.br

AGOSTO / 2009

Comentários

Em Agosto de 2009 os repasses dos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentam acréscimo de 16,3%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM, naquele mês alcançam o montante de R$ 5.612.254,2 (mil), ante R$ 4.824.337,2 (mil) no mês anterior, já descontada a parcela do FUNDEB equivalente a 20%.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na Internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: »Governo»DAF - Distribuição da Arrecadação Federal»Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61) 3412-3116. Não deixe de consultar, também, a central telefônica oferecida pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61) 3482-6060.

Distribuição do FPM/FPE

R$ Mil

Origens	2008		2009			Variação Mensal		Jan a Ago/2009 / Jan a Ago/2008
	Julho	Agosto	Janeiro a Agosto	Julho	Agosto	Agost/2009 Julho/09	Agost/2009 Agost/2008	
FPM	2.830.289,0	3.457.053,7	26.698.881,3	3.486.990,7	2.869.823,3	16,3%	-17,0%	-6,8%
FPE	2.704.487,5	3.303.444,9	25.471.174,1	2.987.345,5	2.742.371,0	16,3%	-17,0%	-6,8%
IPI-Exp	271.041,8	277.100,7	1.848.826,8	181.788,2	174.892,0	7,8%	-37,0%	-28,4%

Observações já deduzido o FUNDEB - 20%

Previsto x Realizado

Mês	FPM				IPI-EXP			
	Estimado		Realizado		Estimado		Realizado	
AGOSTO	+ 21 %		+ 16,3 %		+ 21 %		+ 20 %	7,8 %

Estimativa Trimestral

FUNDOS	SETEMBRO	OUTUBRO	NOV/OUT
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	+ 11 %	+ 13 %	+ 23 %
IPI - EXP	+ 12 %	+ 14 %	+ 3 %

Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram oriundos da parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/07/2009 a 20/08/2009, conforme demonstrativo abaixo:

R$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE	FPM	IPI-EXP	TOTAL
JUL/3ª DEC	1.669.242	8.728.230	10.397.471	AGO/1ª DEC	1.788.385	1.871.545	133.639	3.793.449
AGO/1ª DEC	441.868	965.731	1.407.289	AGO/2ª DEC	242.084	253.312	35.325	530.690
AGO/2ª DEC	71.601	4.067.656	4.139.257	AGO/3ª DEC	711.982	745.066	5.728	1.462.747
TOTAL	2.182.401	13.761.617	15.944.017	TOTAL	2.742.371	2.869.923	174.692	5.786.886

Observações:

- Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta – Restituições – Incentivos Fiscais;
- Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa);
- Nas transferências regulares foram deduzidos 20% para o FUNDEB;

Distribuição dos Fundos

R$ Mil

Estados	UF	FPM	FPE	IPI - EXP
ACRE	AC	14.972,9	53.816,5	24,9
ALAGOAS	AL	67.969,0	114.068,4	516,5
AMAZONAS	AM	40.266,7	76.523,1	2.102,3
AMAPÁ	AP	10.028,0	93.559,7	183,9
BAHIA	BA	280.920,0	257.678,7	11.721,3
CEARÁ	CE	149.208,4	201.206,0	1.548,7
DISTRITO FEDERAL	DF	4.685,3	18.927,8	173,2
ESPÍRITO SANTO	ES	49.349,2	41.135,6	7.161,5
GOIÁS	GO	103.931,9	77.956,3	2.766,6
MARANHÃO	MA	119.288,8	197.849,5	1.803,3
MINAS GERAIS	MG	376.120,9	122.158,9	20.995,0
MATO GROSSO DO SUL	MS	43.575,0	36.528,4	1.171,4
MATO GROSSO	MT	52.909,1	63.291,2	2.057,9
PARÁ	PA	104.269,7	167.613,7	8.106,9
PARAÍBA	PB	92.476,5	131.329,4	387,8
PERNAMBUCO	PE	143.929,0	189.229,1	1.072,5
PIAUÍ	PI	73.118,2	118.506,5	60,6
PARANÁ	PR	196.131,9	79.069,0	16.746,7
RIO DE JANEIRO	RJ	84.377,0	41.895,2	27.616,3
RIO GRANDE DO NORTE	RN	70.875,3	114.573,8	292,4
RONDÔNIA	RO	26.020,3	77.214,2	545,9
RORAIMA	RR	10.006,5	68.030,0	8,4
RIO GRANDE DO SUL	RS	194.510,7	84.577,4	20.616,2
SANTA CATARINA	SC	111.329,8	35.096,9	11.933,0
SERGIPE	SE	41.577,5	113.953,7	152,4
SÃO PAULO	SP	379.375,5	27.423,7	34.918,4
TOCANTINS	TO	40.574,9	119.018,8	57,0
TOTAL		2.869.923,3	2.742.371,0	174.592,0

Obs.: Deduzidos 20% do FUNDEB.

No Diário Oficial da União do dia 6 de novembro de 2008, foi publicada a Portaria STN nº 616, de 5 de novembro de 2008, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2009, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Normas e de Avaliação da Execução de Despesa
Fone: (61) 3412-3116 - Fax: (61)3412-3026
Email: transferencias.stn@fazenda.gov.br .

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DE SÃO PAULO

ROMAIN ROLAND PIRES LEAL

Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial
Matriculado Na Junta Comercial do Estado de São Paulo
Sob nº 1641 – Idioma Inglês – CPF – MF nº 267.310.887-49
RG nº 336072041 – SSP-SP – CCM nº 2.693.654-2
CEP 01225-010 – Largo de Santa Cecília, 73 – Apº 20 – Tel.: (11) 3361.9944 / (61) 3468.2173
E-mail: romalface@gmail.com

Nº da Tradução ou Versão: 81 ..... Livro nº: 001 ..... Fls.: 376

Eu, Romain Roland Pires Leal, Tradutor Público Juramentado para as línguas inglesa e portuguesa, certifico que foi submetido a mim um Contrato de Empréstimo, em língua inglesa, através da Coordenação Geral do Programa Nacional do Meio Ambiente II (PNMA II) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Por meio deste instrumento, traduzo o documento em língua portuguesa, palavra por palavra, com o melhor do meu conhecimento, como se segue, a partir da página dois:

Departamento Jurídico
VERSÃO CONFIDENCIAL
Isabella Micali Drossos
13 de agosto de 2009

TEXTO NEGOCIADO

EMPRÉSTIMO NÚMERO ——BR

Contrato de Empréstimo

(Programa Nacional do Meio Ambiente II – Fase II – 1ª Etapa)

entre a

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

e o

BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

Datado , de 2009

Nº da Tradução ou Versão: 81. Livro nº: 001 2
Romain Roland Pires Leal, / Tradutor Juramentado e Intérprete Comercial / Matriculado Na Junta Comercial do Estado de São Paulo / Sob nº 1641 – Idioma Inglês – C.P.F. – M.F. nº 267.310.887-49 / R.G. nº 336072041 – SSP-SP – CCM nº 2.693.654-2 / CEP: 01225-010 – Largo de Santa Cecília, 73 – Apº 20 – Tel: (11) 3361.3230 / (61) 3468.2173 / E-mail: romalface@gmail.com

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO

Contrato datado de ---------- de 2009, entre a REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL ("Tomador") e o BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ("Banco Mundial"). O Banco e o Tomador, por meio deste, concordam com o seguinte:

ARTIGO I – CONDIÇÕES GERAIS E DEFINIÇÕES

1.01. As Condições Gerais (como definidas no Apêndice a este Contrato) constituem parte integrante do Contrato.

1.02. A menos que o contexto exija de outra forma, os termos em maiúsculas usados neste Contrato têm os significados a eles atribuídos nas Condições Gerais ou no Apêndice a este Contrato.

ARTIGO II - EMPRÉSTIMO

2.01. O Banco concorda em emprestar ao Tomador, nos termos e condições estabelecidos ou referidos neste Contrato, a quantia de vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares (US$ 24.300.000). Tal quantia pode ser periodicamente convertida, através de uma Conversão Monetária, de acordo com as cláusulas da Seção 2.07 do presente Contrato ("Empréstimo"), para apoio ao financiamento do projeto descrito no Anexo 1 deste Contrato ("Projeto").

2.02. O Tomador poderá sacar os recursos do empréstimo de acordo com a Seção IV do Anexo 2 deste Contrato. O Representante do Tomador, para propósitos de qualquer ação exigida ou permitida de acordo com esta Seção é o/a Secretário/a Executivo/a do Ministério do Meio Ambiente do Tomador ou o Coordenador-Geral do Projeto.

2.03. A Taxa Inicial pagável pelo Tomador deverá ser igual a um quarto de um por cento (0,25%) do montante do Empréstimo.

2.04. O juro amortizável pelo Tomador a cada período deverá ser a uma taxa igual à LIBOR para a Moeda de Empréstimo mais o Spread Variável; desde que, após uma Conversão do todo ou de qualquer porção do montante principal do Empréstimo, o juro amortizável pelo Tomador - durante o Período de Conversão sobre tal quantia - seja determinado de acordo com as cláusulas do Artigo IV das Condições Gerais. Não obstante o exposto, se qualquer montante do Saldo de Empréstimo Sacado permanecer não-pago quando devido e assim continuar por um período de trinta dias, então o juro amortizável pelo Tomador deverá ser calculado conforme previsto na Seção 3.02 (d) das Condições Gerais.

2.05. As Datas de Pagamento são 15 de junho e 15 de dezembro de cada ano.

2.06. O montante principal do Empréstimo deverá ser pago (reembolsado) de acordo com as condições de amortização estabelecidas no Anexo 3 deste Contrato.

2.07. (a) O Tomador poderá a qualquer momento requerer quaisquer das seguintes Conversões dos termos do Empréstimo para facilitar acurada gestão de débito: (i) mudança da Moeda do Empréstimo de toda ou qualquer porção do montante principal do Empréstimo, sacada ou não, para uma Moeda Aprovada; (ii) mudança da base da taxa de juros aplicável a toda e qualquer porção do montante principal do Empréstimo sacado e pendente de uma Taxa Variável a uma Taxa Fixa, ou vice-versa; (iii) o estabelecimento de limites sobre a Taxa Variável, aplicáveis a toda e qualquer porção da quantia principal do Empréstimo sacado e pendente, pelo estabelecimento de Juros Máximos ou Mínimos sobre a Taxa Variável.

(b) Qualquer conversão requerida conforme o parágrafo (a) desta Seção, que seja aceita pelo Banco, será considerada uma "Conversão", como definida nas Condições Gerais e deverá ser efetuada segundo as cláusulas do Artigo IV das Condições Gerais e das Diretrizes de Conversão.

ARTIGO III – PROJETO

3.01. O Tomador declara seu comprometimento aos objetivos do Projeto e do Programa. Para este fim, o Tomador deverá realizar o Projeto através do MMA de conformidade com as cláusulas do Artigo V das Condições Gerais.

3.02. Sem limitação nas cláusulas da Seção 3.01 deste Contrato e exceto na medida em que o Banco e Tomador possam de outra forma concordar, o Tomador deverá garantir que o Projeto seja realizado segundo as cláusulas do Anexo 2 deste Contrato.

ARTIGO IV – CUIDADOS ESPECIAIS DO BANCO

4.01. Os Eventos Adicionais de Suspensão consistem do seguinte:

(a) A Regulamentação da Unidade de Coordenação de Projeto (UCP) foi alterada, suspensa, revogada, repelida ou renunciada, de modo a afetar, na opinião do Banco, material e adversamente, a habilidade do Tomador para desempenhar qualquer de suas obrigações sob este Contrato.

(b) A Legislação do Programa foi alterada, suspensa, revogada, repelida ou renunciada, de modo a afetar, na opinião do Banco, material e adversamente, a habilidade do Tomador para desempenhar qualquer de suas obrigações sob este Contrato.

(c) A Regulamentação da Comissão de Supervisão foi alterada, suspensa, revogada, repelida ou renunciada, de modo a afetar, na opinião do Banco, material e adversamente, a habilidade do Tomador para desempenhar qualquer de suas obrigações sob este Contrato.

4.02. Os Eventos Adicionais de Aceleração consistem do seguinte: que qualquer evento especificado na Seção 4.01 (a), (b) ou (c) deste Contrato ocorra e continue por um período de 60 dias após a notificação do evento ser repassada pelo Banco ao Tomador.

ARTIGO V – EFETIVIDADE E PRAZOS

5.01. As Condições Adicionais de Efetividade consistem do seguinte:

(a) A Regulamentação da Unidade de Coordenação do Projeto ter sido adotada e publicada em forma e conteúdo satisfatórios ao Banco.

(b) A Regulamentação do Programa ter sido adotada e publicada em forma e conteúdo satisfatórios ao Banco.

(c) A Regulamentação da Comissão de Supervisão ter sido adotada e publicada em forma e conteúdo satisfatórios ao Banco.

(d) O Manual Operacional do Projeto ter sido adotado através de regulamentação emitida e publicada pelo MMA em forma e conteúdo satisfatórios ao Banco.

5.02. A Questão Legal Adicional consiste do seguinte, ou seja, que o Empréstimo tenha sido registrado junto ao Banco Central do Tomador.

5.03. Sem dano às cláusulas das Condições Gerais, o Prazo Final de Efetividade é a data a contar noventa (90) dias após a data deste Contrato, mas em nenhum caso após os dezoito (18) meses após a aprovação pelo Banco do Empréstimo que expira em_____.

ARTIGO VI – REPRESENTANTE E ENDEREÇOS

6.01. Exceto como estipulado na Seção 2.02 deste Contato, o Representante do Tomador é seu Ministro da Fazenda.

6.02. O Endereço do Tomador é:

Ministério da Fazenda
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
Esplanada dos Ministérios, Bloco "P" - 8° andar
Brasília, DF, 70048-900
Brasil

Fac-símile:
55-61-3412-1740

Com cópias para:

SEAIN – Secretaria de Assuntos Internacionais do
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Esplanada dos Ministérios, Bloco K – 5° andar
Brasília, DF, 70040-906
Brasil

Fac-símile:
(55-61) 2020-5006

E para:

MMA – Secretaria Executiva PNMA II
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, 6° andar
Brasília, DF, 70068-901
Brasil

Fac-símile:
(55-61) 3317-1761

6.03. O Endereço do Banco é:

International Bank for Reconstruction and Development
1818 H Street, N.W.
Washington, D.C. 20433
United States of America

Cable address:	Telex:
Facsimile:	
INTBAFRAD	248423(MCI) or
1-202-477-6391	
Washington, D.C.	64145(MCI)

ACORDADO em ----------, a partir do dia e ano primeiramente acima descrito

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Por

Representante Autorizado

BANCO INTERNACIONAL PARA A RECONSTRUÇÃO E O DESENVOLVIMENTO

Por

Representante Autorizado

ANEXO I

Descrição do Projeto

O objetivo do Projeto é contribuir para fortalecer as principais instituições ambientais do Tomador ao reforçar a capacidade de gestão ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal. Além disso, demonstrar a efetividade de parcerias-alvo, focadas em prioridades definidas.

O Projeto apoia a Segunda Fase do Programa e consiste dos seguintes componentes:

Componente A. Desenvolvimento Institucional

Fornecer apoio ao Tomador e aos Estados Elegíveis através de Parceiros selecionados do Projeto para atividades específicas (as Parcerias) para: (1) fortalecer as políticas de licenciamento ambiental e procedimentos nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal; (2) implementar um sistema de monitoramento ambiental, integrando as atuais redes de monitoramento ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal ao sistema de informação do MMA e melhoria da capacidade de análise e processamento para redes de monitoramento ambiental; (3) promover instrumentos econômicos inovadores para gestão ambiental, incluindo, dentre outros, auditorias ambientais, pagamento por serviços ambientais, licenças negociáveis e impostos ambientais com base no princípio do *poluidor-pagador*.

Componente B. Gestão Integrada de Ativos Ambientais

Oferecer apoio ao Tomador e Estados Elegíveis através de Parceiros do Projeto, para identificar, classificar e atender importantes desafios ambientais em seus territórios e realizar parcerias com o objetivo de adotar práticas sustentáveis de gestão integrada.

Componente C. Coordenação, Articulação e Comunicação

Fornecer apoio à capacidade técnica e administrativa do Tomador, na medida do necessário, para administrar Parcerias e atividades do Projeto via financiamento para: fortalecer a estrutura organizacional e operacional da Unidade de Coordenação do Projeto, incluindo, entre outros, sua capacidade para canalizar assistência técnica e formação de capacidade para Estados Elegíveis e Parceiros, acompanhar critérios de elegibilidade para Estados Elegíveis, desenvolver propostas de Parcerias, acompanhar os procedimentos de licenciamento ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, coordenar com a Comissão de Supervisão, a revisão e aprovação de propostas de Parcerias, coordenar com outros parceiros a implementação do Projeto, sejam esses parceiros acadêmicos, públicos, privados ou outras partes interessadas. Além disso, desenvolver e implementar um sistema de gestão de informação que garanta: ampla disseminação das lições aprendidas decorrentes das atividades atuais e passadas, relacionadas ao Projeto, e que ajude a construir apoio público e consciência para iniciativas ambientais no território do Tomador.

ANEXO 2

Execução do Projeto

Seção I. Arranjos de Implementação

A. Arranjos Institucionais

1. O Tomador deverá, através da MMA, realizar o Projeto (ou promover sua realização) de acordo com o Manual Operacional do Projeto, incluindo o Plano de Aquisições, os Planos Operativos Anuais, os Planos de Gestão Ambiental, a Estratégia de Gestão Ambiental, os Planos dos Povos Indígenas, a Estratégia dos Povos Indígenas e a Estratégia de Reassentamento Involuntário. Exceto se o Banco concordar com outra forma, não se deverá alterar nem renunciar a qualquer cláusula destes documentos sem anterior aprovação por escrito por parte do Banco. No caso de qualquer conflito entre os termos e condições de tais documentos e os deste Contrato, os termos deste Contrato deverão prevalecer.

2. O Tomador deverá manter, até a completa finalização da execução do Projeto, uma unidade de coordenação de Projeto (a Unidade de Coordenação do Projeto) dentro do MMA e com pessoal competente em números adequados, com qualificações e experiência satisfatórias ao Banco e contratados conforme as cláusulas da Seção III deste Anexo, incluindo a seguinte equipe principal: um Coordenador Geral, um Coordenador-Adjunto, um coordenador técnico para cada componente e subcomponente de projeto, um gestor de aquisições, um gestor financeiro, um gestor de avaliação e monitoramento e outras equipes técnicas e de apoio (até um máximo de 35 membros no total para a Unidade de Coordenação do Projeto) com funções e responsabilidades detalhadas no Manual Operacional do Projeto.

3. O Tomador deverá manter, até a completa finalização da execução do Projeto, a Comissão de Supervisão, que deverá se reunir, pelo menos uma vez a cada semestre e submeter as atas das reuniões ao Banco.

4. O Tomador deverá, através da Unidade de Coordenação do Projeto (pelo menos uma vez por ano, durante a implementação do Projeto ou até 1° de dezembro, a partir da Data de Efetividade), preparar e fornecer ao Banco um plano (o Plano Operativo Anual) do Projeto para implementação nos doze meses seguintes.

5. O Tomador deverá, através da Unidade de Coordenação do Projeto: (a) ter todo o histórico de aquisições e documentação das Parcerias para cada ano fiscal do Projeto auditados, conforme princípios adequados de auditoria de aquisições, por auditores independentes aceitos pelo Banco; (b) fornecer ao Banco, tão logo disponível (em data não posterior a seis meses após o fim de cada ano fiscal) o relatório de auditoria, em abrangência e detalhe como solicitados pelo Banco; (c) fornecer ao Banco qualquer outra informação concernente a aquisições e documentação de auditorias de aquisições daí decorrente, na forma em que o Banco venha solicitar.

B. Anticorrupção

O Tomador deverá garantir que o Projeto seja realizado conforme as cláusulas das Diretrizes Anticorrupção.

C. Acordos de Cooperação Técnica

1. Para realizar o Projeto, o Tomador, através do MMA, deverá assinar e posteriormente manter e cumprir os Acordos de Cooperação Técnica com os Estados Elegíveis. Tudo sob termos e condições aprovadas pelo Banco, como adicionalmente especificado no Manual Operacional. O Tomador deverá fazer com que o MMA e os Estados Elegíveis, dentro de suas responsabilidades, cumpram com os ditos Acordos de Cooperação Técnica até o fim da execução do Projeto.

2. O Tomador, através do MMA, deverá exercer seus direitos sob os Acordos de Cooperação, de tal modo a proteger os interesses do Tomador, dos Estados Elegíveis e do Banco, além de consumar os objetivos do Empréstimo. Salvo dispositivo em contrário aceito pelo Banco, o Tomador não transferirá, alterará, revogará ou renunciará aos Acordos de Cooperação Técnica ou a quaisquer de suas cláusulas.

D. Parcerias

1. O Tomador, através do MMA, deverá conceder dotações para Parcerias sob os Componentes A e B do Projeto, com critérios de elegibilidade e procedimentos aceitáveis ao Banco, como mais detalhado no Manual Operacional do Projeto.

2. O Tomador, através do MMA, deverá firmar acordos com Parceiros do Projeto para realizar parcerias sob os Componentes A e B do Projeto. Tais convênios deverão ser feitos conforme termos da versão preliminar do texto apresentada como modelo aprovado pelo Banco e incluído nos Manuais Operacionais do Projeto, no qual o Tomador deverá obter direitos adequados à proteção de seus interesses, bem como os do Banco, incluindo o direito a: (1) suspender ou excluir o direito de Parceiros de Projeto para usar os recursos da dotação ou obter restituição do todo ou de parte do montante da dotação então sacado, na ocasião do não cumprimento de obrigações sob o Acordo de Parceria; (2) exigir que os Parceiros de Projeto: (a) realizem Parcerias com o devido empenho e eficiência, conforme seguros padrões técnicos, ambientais, econômicos e financeiros, padrões sociais, além de práticas satisfatórias ao Banco, inclusive conforme cláusulas das Diretrizes Anticorrupção, aplicáveis a destinatários dos recursos de Empréstimo; desde que estes destinatários não sejam o Tomador, a Estratégia de Gestão Ambiental, a Estratégia para os Povos Indígenas e a Estratégia de Reassentamento; (b) fornecer, assim que necessário, os recursos exigidos para o propósito; (c) licitar os bens, obras e serviços a serem financiados pela dotação, de conformidade com as cláusulas deste Contrato; (d) manter procedimentos adequados para capacitá-lo a monitorar e avaliar, conforme indicadores aceitáveis ao Banco, o progresso das Parcerias e o alcance de seus objetivos; (e) (i) manter um sistema simplificado de gestão financeira e registros com padrões contábeis consistentemente aplicados e aceitáveis ao Banco, tudo de modo adequado a refletir as operações, recursos e gastos relacionados às Parcerias; (ii) mediante solicitação do Banco ou do Tomador, fazer com que as declarações contábeis (relatórios financeiros) sejam auditados, por auditores independentes aceitáveis pelo Banco, de acordo com padrões consistentes de auditoria satisfatórios ao Banco e imediatamente fornecer as declarações ou relatórios dessa forma auditados para o Tomador e o Banco; (f) possibilitar que a Unidade de Coordenação do Projeto e o Banco inspecionem as Parcerias, suas operações e quaisquer registros ou documentos relevantes; (g) preparar e fornecer à Unidade de Coordenação do Projeto e ao Banco, toda esta informação, na medida em que o Tomador, a Unidade de Coordenação do Projeto ou o Banco devam razoavelmente solicitar com relação ao disposto (precedente).

3. O Tomador exercerá seus direitos sob cada Acordo de Parceria, de tal modo a proteger os interesses do Tomador, da Unidade de Coordenação do Projeto, dos Parceiros de Projeto e do Banco, além de cumprir os objetivos do Projeto. Exceto se o Banco concordar de outra forma, o Tomador não delegará, alterará, revogará ou renunciará a qualquer Acordo de Parceria ou a quaisquer de suas cláusulas.

E. Salvaguardas

1. Plano e Estratégia de Gestão Ambiental

O Tomador deverá, através da Unidade de Coordenação do Projeto: (a) implementar o Projeto conforme a Estratégia de Gestão Ambiental; (b) quando aplicável para as Parcerias, de acordo com as cláusulas da Estratégia de Gestão Ambiental: (i) disponibilizar à aprovação do Banco, uma avaliação ambiental específica para cada Parceria (o Plano de Gestão Ambiental); (ii) fazer com que os Parceros do Projeto cumpram os requisitos especificados pelo Plano de Gestão Ambiental conforme seus termos.

2. Plano e Estratégia de Reassentamento Involuntário

O Tomador deverá, através da Unidade de Coordenação do Projeto: a) implementar o Projeto de acordo com a Estratégia de Reassentamento; b) quando aplicável para Parcerias, conforme as cláusulas da Estratégia de Reassentamento: (i) fornecer ao Banco, para sua aprovação, um plano específico de reassentamento involuntário para cada Parceria; (ii) fazer com que os Parceiros do Projeto cumpram os requisitos especificados por tal Plano de Reassentamento, de acordo com seus termos.

3. Plano e Estratégia para os Povos Indígenas

O Tomador deverá, através da Unidade de Coordenação do Projeto: a) implementar o Projeto de acordo com a Estratégia para os Povos Indígenas; b) quando aplicável para Parcerias, de acordo com as cláusulas da Estratégia para os Povos Indígenas: (i) fornecer ao Banco, para sua aprovação, um plano específico para os povos indígenas (o Plano para os Povos Indígenas) para cada Parceria; (ii) fazer com que os Parceiros do Projeto cumpram os requisitos especificados por tal Plano para os Povos Indígenas, segundo seus termos.

Seção II. Relatório de Monitoramento e Avaliação do Projeto

A. Relatórios do Projeto

1. O Tomador deverá monitorar e avaliar o progresso do Projeto e preparar Relatórios de Projetos de conformidade com as cláusulas da Seção 5.08 das Condições Gerais e com base em indicadores apresentados nos Manuais Operacionais do Projeto. Cada Relatório de Projeto deverá cobrir o período de um semestre e ser fornecido ao Banco em prazo não superior a quarenta e cinco dias após o final do período coberto pelo relatório.

2. Para propósitos da Seção 5.08 das Condições Gerais, o relatório sobre a execução do Projeto e o plano relacionado requerido de acordo com essa Seção deverá ser fornecido ao Banco em prazo não posterior a seis meses após a Data de Encerramento.

B. Gestão Financeira, Relatórios Contábeis e Auditorias

1. O Tomador deverá manter ou criar condições para a manutenção de um sistema de gestão financeira de acordo com as cláusulas da Seção 5.09 das Condições Gerais.

2. Sem limitação nas cláusulas da parte A desta Seção e como parte dos Relatórios do Projeto, o Tomador deverá preparar e fornecer ao Banco, em prazo não superior a quarenta e cinco dias após o final de cada semestre, relatórios contábeis temporários e não-auditados para o Projeto, cobrindo o semestre, em forma e substância satisfatórias ao Banco.

3. O Tomador deverá ter seus Demonstrativos Financeiros auditados de acordo com as cláusulas da Seção 5.09 (b) das Condições Gerais. Cada auditoria dos Demonstrativos Financeiros deverá cobrir o período de um ano fiscal do Tomador. Os Demonstrativos Financeiros auditados para cada um desses períodos deverão ser fornecidos ao Banco em data não posterior a seis meses após o final do período.

Seção III. Aquisições

A. Geral

1. Bens, Obras e Serviços Que Não Sejam Serviços de Consultoria

Todos os bens, obras e serviços que não sejam serviços de consultoria requeridos pelo Projeto e a serem financiados pelos recursos do Empréstimo, deverão ser adquiridos de conformidade com as exigências estabelecidas ou citadas na Seção 1 das Diretrizes de Licitação e com as cláusulas desta Seção.

2. Serviços de Consultoria.

Todos os serviços de consultoria solicitados pelo Projeto e a serem financiados pelos recursos do Empréstimo deverão ser adquiridos de acordo com as exigências estabelecidas ou citadas nas Seções I e IV das Diretrizes para Consultorias e com as cláusulas desta Seção.

3. Definições.

Os termos em letras maiúsculas usados abaixo nesta Seção para descrever métodos específicos de aquisição ou revisão pelo Banco de contratos específicos referem-se ao método correspondente descrito nas Diretrizes de Licitação ou Diretrizes para Consultorias, de acordo com o caso.

B. Métodos Específicos de Aquisição de Bens, Obras e Serviços Que Não Sejam de Consultoria

1. Licitação Competitiva Internacional.

Exceto se de outra forma determinado no parágrafo 2 abaixo, bens, obras e serviços, com a exceção de serviços de consultorias, deverão ser adquiridos sob contratos adjudicados baseados em Licitação Competitiva Internacional.

2. Outros Métodos de Aquisição de Bens, Obras e Serviços, Exceto Serviços de Consultoria.

A seguinte tabela detalha os métodos de aquisição, exceto em Licitação Competitiva Internacional, os quais podem ser usados para bens, obras e serviços que não sejam de consultoria. O Plano de Aquisições deverá especificar as circunstâncias sob as quais tais métodos possam ser usados.

Método de Aquisição
(a) Licitação Competitiva Nacional (inclusive *pregão eletrônico,* - através de sistema de aquisição eletrônica aprovado pelo Banco – estabelecido na legislação do Tomador, a respeito de bens e serviços de não-consultoria)
(b) Shopping
(c) Contratação Direta

Contratos adjudicados com base em Licitação Competitiva Nacional estarão sujeitos aos seguintes procedimentos adicionais, ou seja, que os documentos de licitação sejam aceitáveis ao Banco.

C. Métodos Especiais de Aquisição de Serviços de Consultoria

1. Seleção Baseada em Qualidade e Custo (SBQC).

Exceto se de outra forma determinado no parágrafo 2 abaixo, serviços de consultoria deverão ser adquiridos sob contratos adjudicados através de Seleção Baseada em Qualidade e Custo.

2. Outros Métodos de Aquisição de Serviços de Consultoria.

A tabela seguinte especifica os métodos de aquisição que não sejam de Seleção baseada em Qualidade e Custo, os quais poderão ser usados para serviços de consultoria. O Plano de Aquisições deverá especificar as circunstâncias sob as quais tais métodos possam ser usados.

Métodos de Aquisição
(a) Seleção Baseada em Qualidade (SBQ)
(b) Seleção pelo Menor Custo (SMC)
(c) Seleção Baseada nas Qualificações dos Consultores (SQC)
(d) Seleção de Fonte Única (Contratação Direta)
(e) Procedimentos estabelecidos no Parágrafo 5.2 e 5.3 das Diretrizes de Seleção de Consultores Individuais
(f) Procedimentos de Contratação Direta para a Seleção de Consultores Individuais

D. Revisão pelo Banco de Decisões de Aquisição

O Plano de Aquisições deverá apresentar os contratos que deverão estar sujeitos a Revisão Prévia do Banco. Todos os outros contratos deverão estar sujeitos a Revisão Posterior pelo Banco.

Seção IV. Saque de Recursos de Empréstimo

A. Geral

1. O Tomador poderá sacar os recursos do Empréstimo em conformidade com as cláusulas do Artigo II das Condições Gerais desta Seção. Além de instruções adicionais que o Banco venha a especificar em notificações ao Tomador (incluindo as "Diretrizes de Desembolso do Banco Mundial para Projetos", datadas de maio de 2006, como revisadas ocasionalmente pelo Banco e aplicáveis a este Contrato e em consonância com estas instruções), para financiar Gastos Elegíveis como apresentadas na Tabela no parágrafo 2 abaixo.

2. A seguinte tabela especifica as categorias de Gastos Elegíveis que podem ser financiados a partir de recursos do Empréstimo ("Categoria"), a alocação dos montantes do Empréstimo para cada Categoria e a porcentagem de gastos a serem financiados para Gastos Elegíveis em cada Categoria.

Montante do Empréstimo Alocado		
Categoria	**(Em Dólares)**	**% de Gastos a Serem Financiados**
(1) Bens e serviços que não sejam serviços de consultoria para o Projeto	6. 139. 250	100%
(2) Serviços de consultorias e auditorias para o Projeto	10.000.000	100%
(3) Custos Operacionais e Treinamento para o Projeto	8.100.000	100%
(4) Taxa Inicial	60.750	Montante pagável de acordo com a Seção 2.03 deste Contrato, de acordo com a Seção 2.07 (b) das Condições Gerais
TOTAL	**24.300.000**	

Para os propósitos desta Tabela:

(a) O termo "Custos Operacionais" significa custos recorrentes do Projeto incorridos pela Unidade de Coordenação do Projeto e de acordo com os Acordos de Parceria, incluindo: (i) manutenção e operação de veículos, reparos, combustível e peças sobressalentes; (ii) manutenção de computador e equipamento, incluindo hardware e software; (iii) custos de comunicação, transporte e remessas (sempre que estes custos não estejam incluídos nos custos de bens e mercadorias); (iv) equipamentos e material de escritórios; (v) salários de equipe de apoio para a Unidade de Coordenação do Projeto (excluindo salários de funcionários públicos ou de empregados do Tomador, dos Estados Elegíveis ou de Parceiros do Projeto); (vi) viagens e custos de diárias para equipes técnicas da Unidade de Coordenação do Projeto e Parceiros do Projeto, quando em processo de realização de atividades de supervisão e controle de qualidade para o Projeto;

(b) O termo "Treinamento" significa: (i) material de treinamento e aluguel de instalações para treinamento; (ii) honorários razoáveis, viagens, diárias de instrutores, instituições de treinamento e estagiários;

(c) "Serviços que não sejam de consultoria" significa os dispêndios razoáveis, incorridos por conta de implementação do Projeto, para cobrir custos razoáveis de serviços de coleta de dados, impressão, tradução, topografia e outros serviços, os quais não sejam prestados por consultores e que não estejam cobertos nas definições de Custos Operacionais e Treinamento apresentados nos parágrafos (a) e (b) acima.

B. Condições de Saque e Período de Saque

1. Não obstante as cláusulas da parte A desta Seção, nenhuma retirada será feita para pagamentos feitos antes da data deste Contrato. Exceto que, se retiradas até um montante agregado não excedendo ao equivalente a US$ 4.860.000 possam ser feitas para pagamentos efetuados durante os doze meses imediatamente anteriores a tal data, para Dispêndios Elegíveis sob as Categorias (1), (2) e (3).

2. A data de encerramento é 31 de dezembro de 2014.

Seção V. Outras Obrigações

Em 31de dezembro de 2011, ou outra data aceita pelo Banco, o Tomador deverá:

1. Realizar, conjuntamente com o Banco, uma Revisão de Meio Termo da implementação das operações sob o Projeto. Esta revisão deverá cobrir o progresso alcançado na implementação do Programa e do Projeto e deverá determinar se os indicadores de desempenho apresentados no Manual Operacional do Projeto foram alcançados;

2. Após a Revisão de Meio Termo, agir imediata e diligentemente para adotar qualquer ação corretiva que seja recomendada pelo Banco.

ANEXO 3

Roteiro de Amortização

1. A seguinte tabela apresenta as Datas de Pagamento do Principal do Empréstimo e a percentagem do total do montante principal do Empréstimo pagável em cada Data de Pagamento do Principal ("Parcela de Prestação"). Se os recursos do Empréstimo foram totalmente sacados a partir da primeira Data de Pagamento do Principal, o montante principal do empréstimo reembolsável pelo Tomador em cada Data de Pagamento do Principal será determinado pelo Banco ao multiplicar: (a) Saldo de Empréstimo Sacado a partir da primeira Data de Pagamento do Principal; por (b) a Parcela de Prestação para cada Data de Pagamento do Principal, tal montante reembolsável a ser ajustado, como necessário, para deduzir quaisquer montantes referidos no parágrafo 4 deste Anexo, ao qual uma Conversão de Moeda se aplica.

Data de Pagamento do Principal	**Parcela de Prestação (Em Porcentagem)**
Em cada 15 de junho e 15 de dezembro A começar em 15 de dezembro de 2014 até 15 de junho de 2039	2 %

2. Se as receitas do Empréstimo não forem totalmente sacadas a partir da primeira Data de Pagamento do Principal, a principal quantia do Empréstimo, reembolsável pelo Tomador em cada Data de Pagamento do Principal, deverá ser determinada como se segue:

(a) Na medida em que qualquer receita do empréstimo tenha sido retirada a partir da primeira Data de Pagamento do Principal, o Tomador deverá reembolsar o Saldo de Empréstimo Sacado a partir de tal data, de acordo com o parágrafo 1 deste Anexo.

(b) Qualquer montante, sacado após a primeira Data de Pagamento do Principal, deverá ser reembolsável em cada Data de Pagamento do Principal que recaia após a data de tal saque, em quantias determinadas pelo Banco ao multiplicar a quantia de cada uma destas retiradas por uma fração, cujo numerador seja a original Parcela de Prestação. Esta parcela já vem especificada na

tabela no parágrafo 1 deste Roteiro para a mencionada Data de Pagamento do Principal ("Parcela Original de Prestação"), cujo denominador é a soma de todas as restantes Parcelas Originais de Prestações para Datas de Pagamento do Principal que recaiam em, ou após tal data, sendo tais quantias reembolsáveis a serem ajustadas, como necessário, para deduzir quaisquer montantes referidos no parágrafo 4 deste Anexo, aos quais uma Conversão Monetária se aplique.

3. **(a)** Montantes do Empréstimo, sacados no período de dois meses antes de qualquer Data de Pagamento do Principal, deverão, com o objetivo unicamente de calcular as quantias principais pagáveis em qualquer Data de Pagamento do Principal, ser tratados como sacados e pendentes, na segunda Data de Pagamento do Principal, seguinte à data de retirada e deverão ser reembolsáveis em cada Data de Pagamento do Principal, a começar com a segunda Data de Pagamento do Principal, seguinte à data de retirada.

(b) Não obstante as cláusulas do subparágrafo (a) deste parágrafo, se em qualquer momento o Banco adotar um sistema de faturamento com data de vencimento sob o qual as faturas sejam emitidas na ou após a Data de Pagamento do Principal, as cláusulas deste subparágrafo não deverão mais se aplicar a quaisquer saques feitos após a adoção de tal sistema de faturamento.

4. Não obstante as cláusulas dos parágrafos 1 e 2 deste Anexo, na Conversão Monetária de toda ou qualquer parte do Saldo de Empréstimo Sacado para uma Moeda Aprovada, a quantia assim convertida na Moeda Aprovada, que seja reembolsável em qualquer Data de Pagamento do Principal, a ocorrer durante o Período de Conversão, deverá ser determinada pelo Banco ao multiplicar tal quantia em sua moeda de

denominação, imediatamente antes da Conversão, por uma das seguintes opções: (i) pela taxa de câmbio que reflita as quantias do principal na Moeda Aprovada, pagável pelo Banco sob a Transação de Garantia Monetária relacionada à Conversão; (ii) se o Banco assim determinar, conforme as Diretrizes de Conversão, pelo componente de taxa de câmbio da Taxa de Referência do Banco Central (PTAX 800 / Screen Rate).

5. Se o Saldo do Empréstimo Sacado está denominado em mais de uma Moeda de Empréstimo, as cláusulas deste Anexo deverão se aplicar separadamente para a quantia denominada em cada Moeda de Empréstimo, de modo a produzir um programa separado de amortização para cada quantia.

APÊNDICE

Seção I. Definições

1. "Plano Operativo Anual" significa um plano operativo a ser preparado pelo Tomador até 1° de dezembro de cada ano do Projeto, como explícito na Seção I. A.4 do Anexo 2 deste Contrato.

2. "Diretrizes Anticorrupção" significam as "Diretrizes sobre Prevenção e Combate a Fraude e Corrupção em Projetos Financiados por Empréstimos do BIRD e Créditos e Subvenções da IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento)", datados de 15 de outubro de 2006.

3. "Categoria" significa uma classificação de despesas apresentada na tabela da Seção IV do Anexo 2 deste Contrato.

4. "Diretrizes para Consultorias" significam as "Diretrizes de Seleção e Contratação de Consultores pelos Tomadores do Banco Mundial", publicadas pelo Banco em maio de 2004 e revisadas em outubro de 2006.

5. "Estados Elegíveis" significam as Unidades da Federação (UF) no Território do Tomador, as quais tenham assinado um Acordo com o Tomador através do MMA, para implementação do Projeto e que a UF determinada tenha sido qualificada segundo os critérios apresentados nos Manuais Operacionais do Projeto.

6. "Estratégia de Gestão Ambiental" significa o documento datado de 24 de abril de 2008, como publicado na página www.mma.gov.br, o qual contém as medidas de proteção ambiental com relação ao Projeto. Inclui medidas para identificação de condições ambientais existentes e potenciais impactos ambientais diretos ou indiretos a partir da realização do Projeto. Incluem-se aí Parcerias, recomendações de medidas de mitigação para cada impacto negativo identificado, bem como medidas para reforçar cada impacto positivo identificado.

7. "Plano de Gestão Ambiental" significa o documento a ser publicado e disponibilizado ao público na página www.mma.gov.br e preparado para cada Parceria, conforme a Estratégia de Gestão Ambiental. Nele, delineam-se procedimentos gerais de implementação, medidas de mitigação e monitoramento para Parcerias, de modo que tal plano possa ser alterado a períodos com a prévia aprovação do Banco.

8. "Distrito Federal" significa o Distrito Federal do Brasil, cidade que é a capital do Tomador.

9. "Condições Gerais" significam o documento sobre as "Condições Gerais para Empréstimos do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento", datado de 1º de julho de 2005 (como alterado até 12 de fevereiro de 2008) com as modificações apresentadas na Seção II deste Apêndice.

10. "Estratégia para os Povos Indígenas" significa o documento datado de 24 de abril de 2008, publicado e disponível ao público na página www.mma.gov.br, que contenha os princípios e políticas que devam se aplicar à preparação e realização do Projeto. Inclui-se aí, qualquer Plano para os Povos Indígenas que possa ser requerido sob o Projeto, contendo qualquer Parceria sob o Componente B do Projeto.

11. "Plano dos Povos Indígenas" significa um plano publicado e disponível ao público na página www.mma.gov.br, preparado para cada Parceria sob o Componente B do Programa, de acordo com a Estratégia para os Povos Indígenas. Deverá ser satisfatório ao Banco, para o propósito de mitigar qualquer impacto adverso sobre povos indígenas, como resultado de uma Parceria e garantir que eles se beneficiem de tal parceria.

12. "MMA" significa o Ministério do Meio Ambiente do Tomador.

13. "Parceria" significa uma iniciativa elegível para um Parceiro de Projeto, aprovado pelo Tomador e a Comissão de Supervisão, de acordo com cláusulas relevantes do Manual Operacional do Projeto e a ser parcialmente financiado por dotação sob o Acordo de Parceria para as atividades apresentadas nos Componentes A e B do Programa e a serem realizadas pelo Parceiro de Projeto dentro do território do Tomador.

14. "Contratos de Parceria" significa acordos contratados entre o MMA e Parceiros do Projeto, como referido na Seção I.D. do Anexo 2 deste Contrato para o financiamento e a implementação de Parcerias sob o Componente A e B do Projeto.

15. "Diretrizes de Aquisição" significam as "Diretrizes: Aquisição sob Empréstimos do BIRD e créditos da IDA", publicados pelo Banco em maio de 2004 e revisados em outubro de 2006.

16. "Plano de Aquisições" significa o plano de aquisições do Tomador para o Projeto, datado de 12 de agosto de 2009 e referido no parágrafo 1.16 das Diretrizes de Aquisições e parágrafo 1.24 das Diretrizes para Consultores. O mesmo deverá ser atualizado a períodos, conforme as cláusulas previstas nos parágrafos indicados.

17. "Programa" significa o Segundo Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II), concebido para fortalecer o sistema de gestão ambiental nacional, no território do Tomador, como estabelecido na Regulamentação do Programa.

18. "Regulamentação do Programa" significa a portaria a ser adotada pelo MMA para estabelecer o Programa.

19. "Unidade de Coordenação do Projeto" significa a unidade referida na Seção I.A.2 do Anexo 2 deste Contrato, estabelecida dentro da estrutura administrativa do MMA e a cargo da implementação diária do Projeto, de acordo com a Regulamentação da Unidade de Coordenação do Projeto.

20. "Regulamentação da Unidade de Coordenação do Projeto" significa a regulamentação do MMA (Portaria) a ser adotada pelo MMA para o estabelecimento da Unidade de Coordenação do Projeto.

21. "Parceiros de Projeto" significa qualquer instituição municipal, do Distrito Federal, estadual ou federal, envolvida no processo de licenciamento ambiental ou no monitoramento ambiental no território do Tomador, com o qual o Tomador, através do MMA, tenha assinado um Acordo de Parceria para a implementação dos Componentes A e B do Projeto.

22. "Manuais Operacionais do Projeto" significam os manuais operacionais para o Projeto, aprovados pelo Banco, a serem adotados pelo Tomador através de uma regulamentação (Portaria), que deverá incluir, dentre outros: (i) a estrutura da Unidade de Coordenação de Projeto, bem como as funções e responsabilidades para o pessoal da citada Unidade, a cargo da coordenação e Monitoramento diário do Projeto; (ii) os procedimentos para aquisição de obras, bens e serviços para o Projeto, inclusive para as Parcerias, bem como para gestão financeira e auditorias; (iii) arranjos de desembolso e fluxo de recursos do Projeto; (iv) indicadores de desempenho para o Projeto; (v) os critérios de

elegibilidade para Parcerias, sua seleção e processos de aprovação, bem como formulários-modelos para Contratos de Parcerias e para Contratos de Cooperação Técnica; (vi) plano de pessoal para a Unidade de Coordenação do Projeto; (vii) Plano Operativo Anual para o primeiro ano do Projeto; (viii) Plano de Aquisições, Estratégias de Gestão Ambiental, Estratégias para os Povos Indígenas e Estratégias de Reassentamento.

23. "Estratégia de Reassentamento" significa o documento (publicado e disponível para o público na página www.mma.gov.br, datado de 24 de abril de 2008 e delineando procedimentos de implementação geral, medidas de mitigação e procedimentos de monitoramento para reassentamento involuntário sob o Projeto, já que tal estratégia pode ser corrigida ocasionalmente com a prévia aprovação do Banco.

24. "Plano de Reassentamento" significa um documento ou documentos a serem preparados, quando aplicáveis para cada Parceria. Sempre de acordo com as cláusulas da Estratégia de Reassentamento e publicados e disponibilizados ao público na página www.mma.gov.br. Deverá delinear procedimentos específicos de implementação, medidas de mitigação e procedimentos de monitoração para qualquer reassentamento involuntário sob a Parceria e de modo que o dito plano possa ser alterado de tempos em tempos com a prévia aprovação do Banco.

25. "Comissão de Supervisão" significa uma comissão estabelecida e operando mediante Regulamentação da Comissão de Supervisão, a cargo de revisar, selecionar e aprovar propostas de Parcerias.

26. "Regulamentação da Comissão de Supervisão" significa a regulamentação do MMA (Portaria) a ser adotada pelo MMA para o estabelecimento da Comissão de Supervisão.

27. "Acordos de Cooperação Técnica" significa quaisquer dos Contratos assinados com os Estados Elegíveis para a implementação do Projeto, como referido na Seção I.C do Anexo deste Contrato

Seção II. Modificações das Condições Gerais

As modificações às Condições Gerais são as seguintes:

1. O parágrafo (a) da Seção 2.07 é modificado para ser lido como se segue:

"Seção 2.07. *Adiantamento de Preparação de Refinanciamento e Capitalização de Taxa Inicial e Juros*

(a) Se o Contrato de Empréstimo prepara-se para o reembolso a partir dos recursos do Empréstimo de um adiantamento feito pelo Banco ou pela IDA ("Adiantamento de Preparação"), o Banco deverá (em favor desta Parte Interessada do Empréstimo), sacar da Conta de Empréstimo na ou após a Data de Efetividade, a quantia exigida para reembolsar o saldo pendente e sacado do adiantamento, convertido ao valor do dia de tal saque, da Conta de Empréstimo e para pagar todas as cobranças acumuladas e não-pagas, se houver, sobre o adiantamento em tal data. O Banco deverá pagar o montante assim sacado para si mesmo ou para a IDA, conforme o caso, e deverá cancelar a restante quantia não-sacada do adiantamento."

2. O Parágrafo (1) da Seção 7.02 é modificado para se ler do modo seguinte:

"Seção 7.02 *Suspensão pelo Banco*

(1) *Inelegibilidade.* O Banco, ou a IDA ter declarado o Tomador (exceto o País Membro) ou a entidade Realizadora do Projeto, inelegível para receber receitas de qualquer financiamento feito pelo Banco ou pela IDA. Isso, como resultado de uma determinação pelo Banco ou pela IDA de que o Tomador ou a Entidade Realizadora do Projeto tenha participado de práticas fraudulentas, corruptas, coercivas ou coniventes, em conexão com o uso de recursos de qualquer financiamento feito pelo Banco ou pela IDA."

3. Os seguintes termos e definições estabelecidos no Apêndice são modificados ou deletados e os seguintes novos termos e definições são acrescidos em ordem alfabética para o Apêndice, com os termos sendo renumerados de forma compatível:

(a) O Termo "Avanço de Preparação do Projeto" está modificado para se ler "Adiantamento de Preparação" e sua definição está alterada para se ler da forma seguinte:

"Adiantamento de Preparação" significa o adiantamento referido no Contrato de Financiamento e reembolsável de acordo com a Seção 2.07."

(b) A definição do termo "Data de Conversão" é modificada para se ler da seguinte forma:

"Data de Conversão" significa, a respeito de uma Conversão, a Data de Execução (como neste documento definida) ou outra data equivalente, como solicitada pelo Tomador e aceita pelo Banco, na qual a Conversão entra em efeito, e como posteriormente especificado nas Diretrizes de Conversão.

Certifico que o precedente é cópia fiel e completa em português da versão original em inglês. Em testemunho do que, firmo a presente tradução do Contrato de Empréstimo do Programa Nacional do Meio Ambiente II – Fase II – 1ª Etapa.

São Paulo, 15 de setembro de 2009

Romain Roland Pires Leal

Aviso nº 1.028 - C. Civil.

Em 4 de dezembro de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Crédito externo.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da república, no exercício do cargo de Presidente da República, relativa à proposta para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo entre a República Federativa do Brasil e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até US$ 24,300,000.00 (vinte e quatro milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do "Programa Nacional do Meio Ambiente II – PNMA II – Segunda Fase".

Atenciosamente,

ERENICE GUERRA
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República, Interina

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

Publicado no DSF, de 08/12/2009.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Não havendo mais oradores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Srªs e Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 219, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2009 (nº 5.665/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.*

– Dependendo da leitura do Parecer da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, favorável, Relator: Senador Renato Casagrande.

– Dependendo da leitura do Parecer da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, favorável, Relatora "ad hoc": Senadora Serys Slhessarenko.

– Dependendo de Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

(Sobrestando a pauta a partir de 06/12/2009).

2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 221, DE 2009

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 221, de 2009 (nº 5.798/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *institui o Programa de Cultura do Trabalhador; cria o vale-cultura; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 7.713, de 22 de dezembro de 1988, e a Consolidação das Leis do Trabalho-CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências.*

– Dependendo da leitura dos Pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; e de Educação, Cultura e Esporte.

– Dependendo de Parecer da Comissão de Assuntos Econômicos. (Sobrestando a pauta a partir de 12/12/2009).

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2008

Terceira e última sessão de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 95, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

11
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão "medida sócio-educativa" pela "medida psicossocioeducativa").

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

12
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania,

Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

13
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei n° 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

14
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

15
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

16
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

17
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008

– Complementar (nº 375/2006– Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessarenko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 138, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 138, de 2008 (nº 706/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que altera o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, dispondo sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de dezoito anos, e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.882 e 1.883, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Marina Silva, favorável; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Cícero Lucena, favorável com as Emendas nºs 1 e 2– CMA, que apresenta.

21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Morais, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

23
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

24
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

25
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto–Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CAS, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1– CAS (Substitutivo), que oferece.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1– CAS, que apresenta.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 11, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3– CE, que apresenta.

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3– CE.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

33
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que fixa critério para instituição de datas comemorativas.

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

34
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 430, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 430, de 2008 (nº 387/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao Mercosul, assinado em Caracas, em 4 de julho de 2006, pelos presidentes dos Estados Partes do Mercosul e da Venezuela.

Parecer favorável, sob nº 2.056, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romero Jucá, com voto vencido, em separado, do Senador Tasso Jereissati, e voto em separado do Senador Mozarildo Cavalcanti.

35
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 847, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 847, de 2009 (nº 1.666/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios, para Prestação de Serviços de Saúde, firmado no Rio de Janeiro, em 28 de novembro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 2.145, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

36
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006
(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto–Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

37
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1– CE (Substitutivo), que oferece.

38
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo *o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): – favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): – favorável, nos termos da Emenda nº 1– CCJ (Substitutivo), que apresenta.

39
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que

restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1– CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

40

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007– Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): – favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2– Plen): – favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

41

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei no 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

42

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 201, DE 2009

Projeto de Lei do Senado nº 201, de 2009, de autoria da Comissão Parlamentar de Inquérito – Pedofilia, que altera os arts. 286 e 287 do Decreto– Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.

Parecer sob nº 1.880, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator "ad hoc": Senador Francisco Dornelles, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2– CCJ, que apresenta.

43

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto– Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1– CCJ, que apresenta.

44

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

45

REQUERIMENTO Nº 356, DE 2007

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 356, de 2007, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando que seja encaminhado ao Ministro de Estado das Rela-

ções Exteriores voto de conclamação para que lance nos fóruns internacionais, principalmente na Organização das Nações Unidas, a proposta de realização da III Conferência Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento, a "RIO + 20", em 2012, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, deflagrando desde já as necessárias negociações para os compromissos a serem ali firmados.

Parecer favorável, sob nº 2.071, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

46

REQUERIMENTO Nº 1.017, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.017, de 2009, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que solicitando voto de aplauso ao ex– Presidente da República Fernando Henrique Cardoso pelo lançamento do livro, em dois volumes, América Latina, Desafios da Democracia e do Desenvolvimento.

Parecer favorável, sob nº 2.164, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora "ad hoc": Senadora Kátia Abreu.

47

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

48

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)

49

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

50

REQUERIMENTO Nº 1.210, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.210, de 2009, do Senador João Pedro, solicitando voto de censura à Polícia Aduaneira do Aeroporto de Roma, na Itália, em relação à abordagem realizada por policiais quando da visita da Senadora Patrícia Saboya àquela cidade.

Parecer favorável, sob nº 2.097, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

51

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

52

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

53

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos

partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

54

REQUERIMENTO Nº 1.278, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.278, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à iniciativa adotada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR) ao adotar normativamente a obrigatoriedade de encaminhamento, pelos jurisdicionados, de informações sobre projeto básico das obras públicas segundo os padrões técnicos fixados pela Orientação Técnica OT–IBR– 01, desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas (IBRAOP).

Parecer favorável, sob nº 2.086, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

55

REQUERIMENTO Nº 1.279, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.279, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando voto de aplauso à iniciativa de cooperação e de troca recíproca de informações na fiscalização de obras públicas adotada mediante convênio pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná e pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná.

Parecer favorável, sob nº 2.087, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Romeu Tuma.

56

REQUERIMENTO Nº 1.295, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.295, de 2009, do Senador Marconi Perillo, solicitando voto de aplauso à Polícia Federal pela operação Roubo S/A – Saque Noturno, realizada em diversos municípios do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em setembro de 2009.

Parecer favorável, sob nº 2.098, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

57

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).

58

REQUERIMENTO Nº 1.371

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).

59

REQUERIMENTO Nº 1.443, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.443, de 2009, do Senador Expedito Júnior, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 37, de 2009, dos Projetos de Lei do Senado nºs 80, de 2006; 340, de 2007; e 375, de 2008, a fim de que tenha tramitação autônoma (dedução do Imposto de Renda de despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal).

60

REQUERIMENTO Nº 1.450, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.450, de 2009, do Senador Antonio Carlos Júnior, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 376, de 2009, ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2006, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 294, de 2004; 219, de 2005; 353, de 2007, e 368, de 2008, por versarem sobre matéria correlata (dispõem sobre as programações da Voz do Brasil e das convocações de rede obrigatória gratuita de radiodifusão).

61
REQUERIMENTO Nº 1.452, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.452, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2009, e do Projeto de Lei do Senado nº 149, de 2009; com o Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2004, que já se encontra apensado aos Projetos de Lei da Câmara nºs 70, de 2004; 78, 86, 108 e 133, de 2005; 6, de 2006; 99, 103 e 128, de 2007; e 74, 135, 165, 172 e 198, de 2008; e com os Projetos de Lei do Senado nºs 141 e 322, de 2003; 167 e 208, de 2004; 56 e 315, de 2006; 71, 96, 97, 192, 201, 222, 257, 383, 401, 462, 550, 594, 613 e 645, de 2007; 19, 202, 253, 280 e 426, de 2008, por regularem a mesma matéria (alteram dispositivos do Código de Trânsito Brasileiro).

62
REQUERIMENTO Nº 1.473, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.473, de 2009, do Senador João Vicente Claudino, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (altera a Lei dos Cartórios para dispor sobre infrações cometidas por Tabeliães de Notas).

63
REQUERIMENTO Nº 1.474, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.474, de 2009, do Senador Alvaro Dias, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2009, com o Projeto de Lei do Senado nº 327, de 2004, por regularem a mesma matéria (regulamentar a participação de Torcidas Organizadas em competições esportivas).

64
REQUERIMENTO Nº 1.489, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.489, de 2009, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 174, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

65
REQUERIMENTO Nº 1.490, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.490, de 2009 , da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 181, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

66
REQUERIMENTO Nº 1.491, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.491, de 2009 , da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando o sobrestamento do estudo do Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2009, até que tenham sido sanadas irregularidades na documentação apresentada e analisada com base na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

67
REQUERIMENTO Nº 1.514, DE 2009
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do a rt. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.514, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de louvor ao Governador José Serra pela iniciativa da quebra das patentes de medicamentos.

68
REQUERIMENTO Nº 1.516, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.516, de 2009, do Senador Lobão Filho, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 99, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 301, de 2003; 355, de 2004; 8 e 18, de 2005; 45, de 2006; 42, de 2007; 54, de 2009; e com os Projetos de Lei da Câmara nºs 106, de 2007; 55 e 75, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (prestadoras de serviços públicos).

69
REQUERIMENTO Nº 1.548, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1548, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, solicitando dispensa de parecer da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 48, de 2009 (tipifica como crime a venda de bebida alcoólica à criança ou adolescente).

70
REQUERIMENTO Nº 1.549, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.549, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 465, de 2008; e 194, de 2009; com os Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003; 106, de 2006; 470 e 681, de 2007; 138, de 2008; e 115, de 2009, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (deduções na base de cálculo do imposto de renda de pessoas físicas).

71
REQUERIMENTO Nº 1.612, DE 2009
(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.612, de 2009, da Comissão Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja encaminhado ao Presidente da República voto de conclamação para que, por intermédio do Ministérios das Relações Exteriores, seja lançada nos fóruns internacionais, principalmente na ONU, proposta de emenda ao Estatuto de Roma, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal o julgamento de responsáveis por crimes contra o Meio Ambiente, ampliando sua jurisdição.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Cavalcanti. Bloco/PRB – PB) – Está encerrada a 240ª sessão não deliberativa desta segunda– feira, 7 de dezembro de 2009.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 33 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR JOÃO DURVAL NA SESSÃO DO DIA 03 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. JOÃO DURVAL (PDT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Brasil, ou uma grande parte dele, voltou a conviver, no dia 10 de novembro último, com o fenômeno do blackout, ou do apagão, como é mais conhecido entre nós. Desta vez, foram quase seis horas, entre as 22 horas daquela noite de terça– feira e as 4 da madrugada seguinte, no decorrer das quais um contingente estimado entre 50 e 80 milhões de pessoas, em 18 Estados, ficou sem fornecimento regular de energia elétrica.

Não se trata, é certo, de algo novo, seja para os brasileiros, seja para os habitantes da maioria dos países do mundo. Ao contrário. Os de mais idade certamente ainda se lembrarão do famoso *blackout* ocorrido, em 1965, no Nordeste dos Estados Unidos e do Canadá, centrado na cidade de Nova York, durante o qual a cidade permaneceu praticamente às escuras durante 14 horas. Evento semelhante, aliás, voltou a ocorrer em 2003, na mesma região, com prejuízos contabilizados da ordem de 6 bilhões de dólares.

Mais recentemente, podemos relembrar os apagões ocorridos de forma intermitente na Califórnia, entre 2000 e 2001, causados pela incapacidade das empresas fornecedoras em prover tempestivamente a crescente demanda local.

Há, também, o apagão alemão de 2006, que ameaçou jogar no escuro todo o continente europeu. E aquele, na Indonésia, considerado o maior de todos os tempos, no qual 100 milhões de pessoas foram afetadas, por cerca de sete horas, nas ilhas de Java e de Bali.

O retrospecto brasileiro, por sua vez, não é menos preocupante, especialmente no período dos últimos 10 anos. Em 1999, em meados do mês de março, tivemos aquele que foi o evento precursor da maior crise de energia de toda a nossa história, que se evidenciaria completamente pouco tempo depois, e haveria de marcar de modo indelével o final do Governo FHC. Naquela ocasião, durante quase quatro horas, 70% do território brasileiro ficou sem energia elétrica, afetando 10 Estados das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, assim como partes do Paraguai.

Em maior ou em menor grau, a queda no fornecimento de eletricidade iria se repetir por mais algumas vezes, tendo as mais significativas ocorrido em 2005, 2007 e, finalmente, no recente episódio de 10 de novembro.

Esse apanhado sucinto, Senhor Presidente, não pretende – é evidente! – fazer a história do apagão no Brasil; e muito menos no mundo! Dele, entretanto, gostaria de tirar algumas conclusões importantes.

A primeira delas é que ocorrências, tais como a de novembro, podem muito bem acontecer num contexto tão complexo como é o do sistema elétrico brasileiro.

Essa complexidade, aliás, é uma característica própria e inerente do assim chamado Sistema Interligado Nacional, pilar da bem-sucedida estrutura brasileira

de distribuição de energia elétrica, cujas dimensões e abrangência não encontram paralelo em nenhum outro lugar do mundo.

Veja, Sr. Presidente, que com a recente integração de Rondônia e do Acre, o Brasil se encontra praticamente todo interligado, em termos de geração e consumo de eletricidade, à exceção das porções mais distantes da Amazônia Ocidental. Com isso, por exemplo, se chove pouco em um determinado ponto do País, a produção excedente no restante pode ser desviada para lá, evitando racionamentos ou cortes no fornecimento local.

Os técnicos estimam que o *Sistema Interligado*, por si só – em função da grande flexibilidade que proporciona ao casamento entre demanda e oferta –, agrega ao nosso parque de geração algo equivalente a 30% dos seus atuais 106 mil Megawatts.

Ninguém possui, em qualquer outro país, algo semelhante! Mas esse gigantismo cobra seu preço, por vezes! Um deles é o risco de que problemas ocorridos em determinado ponto na rede se propaguem País afora, com impressionante velocidade, tal como quase todo o Brasil testemunhou, desta vez.

O fator complexidade, entretanto, não é suficiente para justificar algo de muito grave, que é reiteradamente observado em todas as panes do fornecimento elétrico recentemente ocorridas no Brasil; ou, ao menos, em todas aquelas de que guardo memória, no decurso destes últimos 10, 11 anos.

Trata-se, Srªs. e Srs. Senadores, do modo inadequado com o qual, nessas ocasiões, lidam com a questão as autoridades setoriais que, em nome do Governo, sobre ela se pronunciam.

Vejam que não exagero! Por toda a imprensa nacional é possível identificar e selecionar os rastros do desencontro que – nessas oportunidades – acomete os Ministros e demais dirigentes envolvidos.

Em Brasília, logo ao início do último apagão, o Ministro Edison Lobão afirmou que "houve um desligamento completo de Itaipu"; que uma linha de transmissão haveria caído, e determinado a queda de outras. Mesmo entendendo impossível dar certeza das causas da falha, identificou-a – em suas próprias palavras – como provavelmente vinculada a "fatores atmosféricos", tais como "tempestades de grande intensidade".

O Presidente da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, por sua vez, disse que "não houve problema de geração de energia", mas um problema de avaria nas torres de transmissão. Registrou a imprensa declaração textual sua de que haveria "99% de chance de o apagão ter sido provocado por um vendaval".

Na mesma linha do Ministro Lobão, o Diretor– Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, informou a O Globo que o problema era devido ao desligamento total de Itaipu.

Já as autoridades do Operador Nacional do Sistema elétrico, ONS, divulgaram, no início do dia 11, que estavam, naquele momento, priorizando a recomposição do sistema, e que apenas após seu total restabelecimento seria possível fazer um diagnóstico do que aconteceu.

As causas reais, entretanto, até hoje estão sendo pesquisadas, e não se encontram adequada e oficialmente identificadas. O relatório final do ONS tem entrega prevista apenas para o próximo dia 4 de dezembro, segundo informação do Diretor– Geral do ONS, Hermes Chipp, repassada em audiência pública conjunta das Comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos do Senado, dia 26 de novembro último.

A preocupação de todos nós – claro! – é de que as causas do episódio sejam devidamente levantadas, analisadas e comprovadas, permitindo, a partir de sua correta identificação, que as medidas corretivas apropriadas sejam, por fim, implantadas.

Causa certa má impressão, portanto, que as autoridades, no afã de apresentar justificativas imediatas, acabem por produzir apenas ruído e desinformação – prejudicando justamente o mais importante, ou seja, o aperfeiçoamento dos pontos frágeis do sistema, única providência que tornará menos prováveis outros incidentes de mesma natureza, no futuro.

Este, Sr. Presidente, é meu alerta!

O Brasil possui, no seu Sistema Interligado Nacional, uma preciosa ferramenta de competitividade econômica e de promoção do bem– estar social. Essa ferramenta, porém, é complexa e passível de incorporar aperfeiçoamentos importantes. Mais que minimizar possíveis efeitos políticos dos apagões, as autoridades setoriais deveriam zelar pela precisão da informação que dão ao público, e pelo rigoroso e técnico levantamento das causas dos incidentes.

Qualquer outro tipo de condução do problema produz apenas confusão, e impede, ou dificulta, que as melhorias cabíveis sejam efetivamente aportadas ao Sistema, em aberto desserviço aos interesses do Brasil e do seu povo.

Finalizo, portanto, pedindo às autoridades do setor elétrico que enxerguem em minhas considerações apenas aquilo que realmente as inspira: o apego ao interesse público. Por isso, elas são vertidas num tom positivo e propositivo, coisa que, estou certo, será reconhecida e valorizada pelos interlocutores aos quais as dirijo.

Afinal, é do desejo de todos nós que a qualidade dos serviços prestados pelo setor elétrico brasileiro melhore a cada dia, e que a oferta de energia se faça de modo cada vez mais seguro.

Muito obrigado pela atenção!

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA
(por Unidade da Federação)

Bahia
Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro
Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão
Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará
Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco
Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo
Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais
Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás
Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso
Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul
Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará
PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba
Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo
Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí
Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte
Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina
Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas
Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe
Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Amazonas
Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná
Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre
Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul
Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal
Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia
Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins
Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá
Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima
Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos
*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)
(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) (15)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)
RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (27)

Leitura: 15/03/2007
Designação: 05/06/2007
Instalação: 03/10/2007
Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) (1)	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) (13)	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) (10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) (4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) (5)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (8)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) (12,22)	1. João Pedro (PT-AM) (19)
Fátima Cleide (PT-RO) (2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) (25)
Eduardo Suplicy (PT-SP) (3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (24)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (23)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:
1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303-3514
Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)
VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008
Designação: 24/03/2008
Instalação: 25/03/2008
Prazo final: 04/08/2008
Prazo prorrogado: 13/03/2009
Prazo prorrogado: 23/09/2009
Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:
1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).
6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).
7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).
8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).
*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.
**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.
***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:
1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicombustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) (2)
RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) (3)

Leitura: 15/05/2009
Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) (1,4,5,6)
Valdir Raupp (PMDB-RO) (1)	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:
1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
2. Eleito em 14.07.2009.
3. Designado em 14.07.2009.
4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

7) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.581, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.581, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (1)
VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (2)
RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008
Instalação: 06/11/2008
Prazo prorrogado: 30/06/2009
Prazo prorrogado: 31/08/2009
Prazo prorrogado: 22/12/2009
Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)
Senador César Borges (PR)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:
1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).
*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).
**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.
***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.
****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2009.
*****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio
Telefone(s): 33033511
Fax: 33031176
E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)
VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)
RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008
Instalação: 10/04/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) (1)	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) (2,3,4)
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:
1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
3. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)
VICE-PRESIDENTE: VAGO (2)
RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1)	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) (3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos
Telefone(s): 33034854
Fax: 33031176

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) (2)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) (1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 330311176
E-mail: willw@senado.gov.br

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (4)
RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) (4)

Instalação: 16/09/2009
Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) (2)
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) (5)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) (3)	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) (1)	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
*. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 33033514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) (3)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) (3)
RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senador Adelmir Santana (DEM)
Senador Eduardo Azeredo (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Eduardo Suplicy (PT)
Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (1,2)
PTB
Senador Gim Argello

Notas:
1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 33031176
E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) (1)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) (2)	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) (4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) (3)	1. Senador Gerson Camata (PMDB) (3)
Senador Neuto De Conto (PMDB) (3)	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) (3,5,7,8)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3)	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) (3)
Senador Valter Pereira (PMDB) (3)	4. Senador Paulo Duque (PMDB) (3)
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:
1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senador Arthur Virgílio (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador Augusto Botelho (PT)
Senadora Fátima Cleide (PT)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (2)
Senador Valdir Raupp (PMDB) (1)
PTB
Senador Romeu Tuma

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:
Coordenação:

MEMBROS
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)
Senador César Borges (PR)
Senador Inácio Arruda (PC DO B)
Maioria (PMDB, PP)
Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)
Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)
PTB
Senador João Vicente Claudino

Notas:
1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
*. Incluido o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)
Senador Francisco Dornelles (PP)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone(s): 3303.4638
E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)
RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)
RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)
RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Demóstenes Torres (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)
Senador Papaléo Paes (PSDB)
Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) (3,5)
Senador Renato Casagrande (PSB)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)
Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

VAGO (1,2,4)

Notas:
1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)

NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009, QUE *REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL*

~~**PRAZOS**~~[1]

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)
RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)[2]
PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)[2]
PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009[3]

[1] Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.
[2] Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.
[3] Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO
COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)
VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)
Delcídio Amaral (PT) (34)	2. Renato Casagrande (PSB) (36)
Aloizio Mercadante (PT) (31)	3. João Pedro (PT) (11,28)
Tião Viana (PT) (32)	4. Ideli Salvatti (PT) (33)
Marcelo Crivella (PRB) (41)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (35,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (29)	6. Sadi Cassol (PT) (4,30,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (37)	7. João Ribeiro (PR) (38)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (55,57)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,68)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (64,67)	2. Gilvam Borges (PMDB) (56,59)
Gerson Camata (PMDB) (69,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,63)
Valdir Raupp (PMDB) (60)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (1,63,80,85,86)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,54)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,58,71)
Pedro Simon (PMDB) (61,66)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,63)
Renan Calheiros (PMDB) (65,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (65,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) (52)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,47)
Efraim Morais (DEM) (44)	3. Heráclito Fortes (DEM) (51)
Raimundo Colombo (DEM) (50)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (42)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,45)	5. Kátia Abreu (DEM) (43)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) (5,49)
Cícero Lucena (PSDB) (26)	7. Alvaro Dias (PSDB) (22)
João Tenório (PSDB) (25)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,27,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (26,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (23)
Tasso Jereissati (PSDB) (26)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (24,75)
PTB (7)	
João Vicente Claudino (48)	1. Sérgio Zambiasi (12,48)
Gim Argello (48)	2. Fernando Collor (48)

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Osmar Dias (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:
1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
27. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
28. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
30. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.

32. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
35. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
37. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
44. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
45. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
48. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
50. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).

62. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
63. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.20090, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 19 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-4605 e 33113516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:
1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (5)	
VAGO (3,18,29,71,81)	1. VAGO (26,78)
Augusto Botelho (PT) (31)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (27)	3. Eduardo Suplicy (PT) (34)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (33,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (32,35)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,60,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,59,63)	7. José Nery (PSOL) (36,64,65)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (55)
Gilvam Borges (PMDB) (9,50)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,51)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
VAGO (52,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (54,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (43,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,82,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB (8)	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,58)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclydes Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG.
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão(OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
59. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)
VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
12. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).
15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) (13)

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) (13)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (5)	1. Raimundo Colombo (DEM) (2,3)
Papaléo Paes (PSDB) (9)	2. VAGO (2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Augusto Botelho (PT) (4)	1. Marcelo Crivella (PRB) (2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (12,14,15)	1. Paulo Duque (8)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6)	1. João Durval (PDT) (7)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
16. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:
1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Serys Slhessarenko (PT) (38,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,33)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,36)
Eduardo Suplicy (PT) (38)	3. Marcelo Crivella (PRB) (31)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (37)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,34,70)
Ideli Salvatti (PT) (38)	5. César Borges (PR) (39,40)
João Pedro (PT) (32,40,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,30,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,69)
Almeida Lima (PMDB) (60,68)	2. Renan Calheiros (PMDB) (57,65,86,93)
Gilvam Borges (PMDB) (56,68)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,67,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,68)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,64,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,68)	5. Valdir Raupp (PMDB) (51,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,63)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,68)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (49)	1. Efraim Morais (DEM) (47)
Demóstenes Torres (DEM) (52)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (41,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,45)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (43)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,48)
Alvaro Dias (PSDB) (27,73)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (29)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (24,71,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Lúcia Vânia (PSDB) (27)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (26,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (27)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,75,90,92)
PTB (7)	
Romeu Tuma (44)	1. Gim Argello (46)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:
1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
29. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
31. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
32. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
37. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).

39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
40. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
41. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
46. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
52. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
71. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão(Of. nº 76/09-LPDT).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)
RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Osmar Dias	1. VAGO (1)

Notas:
1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.
*. Em 17.11.2009, lido o Of. nº 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira
Telefone(s): 3303-3972
Fax: 3303-4315
E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: VAGO (91)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,81,90,93,94)	1. João Pedro (PT) (1,38)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. Gim Argello (PTB) (35,95,100)
Fátima Cleide (PT) (36)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,33)
Paulo Paim (PT) (36,50,66)	4. José Nery (PSOL) (34)
Inácio Arruda (PC DO B) (30)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (32,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (31,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (32,71)
Sadi Cassol (PT) (37,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (32,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (62)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,53,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (62,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (61)	3. Pedro Simon (PMDB) (62)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (59)	4. Neuto De Conto (PMDB) (54)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (63)
VAGO (5,9,56,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,58)
VAGO (60,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (57)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,40)	1. Gilberto Goellner (DEM) (42)
Marco Maciel (DEM) (45)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,49)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,51)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (48,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (52)	4. Efraim Morais (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,47)
Adelmir Santana (DEM) (41)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (25,69,75,84,89,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,92)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (24,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (22)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,46)	1. João Vicente Claudino (46)
Romeu Tuma (46)	2. Mozarildo Cavalcanti (46)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
25. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
36. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
37. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
41. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
42. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
47. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
49. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
50. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Designação: 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) (1)
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:
1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares
Telefone(s): 3311-3498
Fax: 3311-3121
E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (22)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (24)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (23)	4. Delcídio Amaral (PT) (21)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (39,47,48,49)	1. Romero Jucá (PMDB) (39)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) (40)	3. Almeida Lima (PMDB) (39)
Valter Pereira (PMDB) (39)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (39)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (29)	1. Adelmir Santana (DEM) (33)
Kátia Abreu (DEM) (27)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,35)
Heráclito Fortes (DEM) (34)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) (9,30,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,15)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (14)
Marisa Serrano (PSDB) (17)	7. Mário Couto (PSDB) (16)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,42)	1. Cristovam Buarque (12,36,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
16. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
34. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:
1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA

(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6,7,8)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:
1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) (4)
VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (5)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (6)

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (3,7,8)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:
1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
**. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho
Telefone(s): 3311-3935
Fax: 3311-1060
E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) (2)
RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) (2)

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) (4)
César Borges (PR) (3)	2. João Pedro (PT) (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (1,5,6)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:
1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (6)	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,60,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (23)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,26,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,20,48,49,57,65,67) **(cedida ao PDT)**	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Gilvam Borges (PMDB) (34)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (36,55,63,66)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,29)	1. Heráclito Fortes (DEM) (32)
Rosalba Ciarlini (DEM) (30)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (31,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,28)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (25)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,27)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,59,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB (7)	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
26. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
31. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
32. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) (16)
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Paulo Paim (PT) (6)	1. Fátima Cleide (PT) (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (15,17,18)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,7)
Valter Pereira (PMDB) (11)	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) (12)
Mário Couto (PSDB) (13)	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (10)
PTB	
Sérgio Zambiasi (14)	1.

Notas:
1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER
(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Slhessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:
1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (9)	
Eduardo Suplicy (PT) (43)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,71,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,74)	2. Marina Silva (PV) (47,83,84)
João Ribeiro (PR) (41,67)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,73)
João Pedro (PT) (40)	4. Magno Malta (PR) (38)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,54,66,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,44,49,70)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,63)
Francisco Dornelles (PP) (62)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,72,75)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,65)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Gilvam Borges (PMDB) (10,21,61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) (58)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,53)
Demóstenes Torres (DEM) (57)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,50)
Marco Maciel (DEM) (18,29,56)	3. José Agripino (DEM) (23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) (8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) (52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,68)	5. Alvaro Dias (PSDB) (35)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) (36)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (37)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti (48)
PDT	
Patrícia Saboya (31,59,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,32,60)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclydes Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclydes Mello comunica filiação ao PRB, em 1ª/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
36. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
37. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
38. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
41. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
44. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
67. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
72. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
73. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
75. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. Nº 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. Nº 165/2009/GLPTB).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:
1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclydes Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. Nº 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (2)	
Serys Slhessarenko (PT) (16)	1. Marina Silva (PV) (23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (16,29,60)	2. Paulo Paim (PT) (18,29,55)
Ideli Salvatti (PT) (16)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)
Inácio Arruda (PC DO B) (19)	4. VAGO (24,71,72,73)
Fátima Cleide (PT) (21)	5. Eduardo Suplicy (PT) (17)
João Ribeiro (PR) (22)	6. João Pedro (PT) (20)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) (49)	2. Lobão Filho (PMDB) (26,52)
Paulo Duque (PMDB) (44)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,45)
Mão Santa (PSC) (5,9,53,70,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (43)
Valdir Raupp (PMDB) (54,59)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,58,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (27)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (31)
Eliseu Resende (DEM) (32)	2. Efraim Morais (DEM) (33)
Heráclito Fortes (DEM) (38)	3. Adelmir Santana (DEM) (35)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (34,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (30)
Kátia Abreu (DEM) (7,28)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,36)
Arthur Virgílio (PSDB) (42,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (15)
João Tenório (PSDB) (40,56)	7. Mário Couto (PSDB) (13,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15)	8. Alvaro Dias (PSDB) (15,62)
Marconi Perillo (PSDB) (41)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (14)
PTB (4)	
Fernando Collor (37)	1. Gim Argello (37)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
16. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
17. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
18. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
19. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
32. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
34. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
36. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
37. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
38. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
42. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Fiho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
60. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
71. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)
VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,24)
Serys Slhessarenko (PT) (2,25)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (23,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (27)	3. Tião Viana (PT) (23,54)
José Nery (PSOL) (26)	4. VAGO (23)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,41,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (45)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (46)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,43)	3. Valdir Raupp (PMDB) (48)
Almeida Lima (PMDB) (42)	4. Gerson Camata (PMDB) (47,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (36)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (38)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (34)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (19)
Marconi Perillo (PSDB) (20)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,22)
Papaléo Paes (PSDB) (17)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (21)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,16,40)	1. João Durval (15,39)

Notas:
1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
16. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
17. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
20. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
21. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
22. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
24. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
26. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
27. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Paulo Paim (PT) (22)
Sadi Cassol (PT) (23,62,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,63,65)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (2,11,44,47,59,68,69)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,41)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (42,48)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,64,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão(Of. 144/2009 - GLDBAG).
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS
Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) (3)
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:
1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (4)	
Marcelo Crivella (PRB) (19)	1. Delcídio Amaral (PT) (22)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (19,52,54)
Magno Malta (PR) (21)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (20,43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (20,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (20,47)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)	1. Valter Pereira (PMDB) (36)
Lobão Filho (PMDB) (35)	2. Romero Jucá (PMDB) (38)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,39)	3. Gilvam Borges (PMDB) (8,9,34,42,48)
Valdir Raupp (PMDB) (40,46)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) (2,53,56,58)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)	1. Gilberto Goellner (DEM) (27)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (25)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (24)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (14)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (16,31)
Flexa Ribeiro (PSDB) (16,31)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (17,49)
Papaléo Paes (PSDB) (15)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,16,45)
PTB (5)	
Sérgio Zambiasi (28)	1. Fernando Collor (28)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:
1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suaa indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).

43. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO (3)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO (3)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) (1)	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) (2)
VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) (4)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 5ª Eleição Geral: 23/11/2005
2ª Eleição Geral: 30/06/1999 6ª Eleição Geral: 06/03/2007
3ª Eleição Geral: 27/06/2001 7ª Eleição Geral: 14/07/2009
4ª Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (3)	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO (1)	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	3. Mão Santa (PSC-PI) (13)
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO (5)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (7)	1. VAGO (6)
VAGO (12)	2. VAGO (9)
VAGO (8)	3. VAGO (11)
VAGO (10)	4. VAGO (10)
VAGO (10)	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 02/10/2009

Notas:
1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRIB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf
Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) (1)	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) (2)	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) (1)	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 Fax:3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

Número de membros: 12 titulares

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) (3)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) (3)

1ª Designação: 03/12/2001
2ª Designação: 26/02/2003
3ª Designação: 03/04/2007
4ª Designação: 12/02/2009

MEMBROS
PMDB
Wellington Salgado de Oliveira (MG) (4)
DEM
Marco Maciel (PE)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PT
Fátima Cleide (RO)
PTB
Osvaldo Sobrinho (MT) (2,11)
PDT
Patrícia Saboya (CE) (5,7,8)
PR
Magno Malta (ES) (1,6,9)
PSB
Renato Casagrande (ES)
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PC DO B
Inácio Arruda (CE)
PP
Francisco Dornelles (RJ) (10)
PSOL
José Nery (PA)

Atualização: 26/11/2009

Notas:
1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE)foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-4561/3303-5258 Fax:3303-5258
E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE	**PRESIDENTE**
Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE	**1º VICE-PRESIDENTE**
Deputado Marco Maia (PT-RS)	Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE	**2º VICE-PRESIDENTE**
Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	Senadora Serys SIhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO	**1º SECRETÁRIO**
Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO	**2º SECRETÁRIO**
Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO	**3º SECRETÁRIO**
Deputado Odair Cunha (PT-MG)	Senador Mão Santa (PSC-PI)[1]
4º SECRETÁRIO	**4º SECRETÁRIO**
Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA	**LÍDER DA MAIORIA**
Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA**
Deputado André de Paula (DEM/PE)	Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**
Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**
Deputado Damião Feliciano (PDT-PB)[2]	Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

[1] Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

[2] O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP) [12]
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE) [12]
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS) [12]

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO[6] (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) [13]
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS[4] (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY[8] (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC)[10]	1. MOACIR MICHELETTO[7] (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES)[11]
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS)[14]	1. LEANDRO SAMPAIO[5] (PPS/RJ)
GERALDO THADEU[9] (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO[3] (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO[1] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / BrasilFones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880 e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

---

[1] Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.
[2] Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.
[3] Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.
[4] Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.
[5] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.
[6] O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.
[7] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.
[8] Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.
[9] Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.
[10] Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.
[11] Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.
[12] Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.
[13] O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.
[14] Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil
Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: **cpcm@camara.gov.br**
www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano[1]

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	**LÍDER DA MAIORIA** RENAN CALHEIROS PMDB-AL
LÍDER DA MINORIA ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	**LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA** RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	**PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL** EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

[1] O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Pág.

ACIR GURGACZ

Considerações acerca dos avanços com as discussões em torno da reforma do Código Florestal Brasileiro..... 211

ALOIZIO MERCADANTE

Parecer nº 2.280, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 496, de 2009 (nº 984/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes de Membros de Missão Diplomática ou Repartição Consular, celebrado em Berlim, em 14 de fevereiro de 2008. 420

ALVARO DIAS

Parecer nº 2.238, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, de autoria do Senador Paulo, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático. 49

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim..... 390

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque..... 399

Alerta sobre a previsão das perdas ocasionadas pela renúncia fiscal do Governo, que decidiu prorrogar a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, móveis e construções civis, medida que tem impacto direto na arrecadação dos Municípios..... 408

ANTONIO CARLOS JÚNIOR

Parecer nº 2.256, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 679, de 2009 (nº 1.461/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Pindaí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindaí, Estado da Bahia..... 253

Parecer nº 2.257, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 683, de 2009 (nº 1.504/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária de Conceição do Canindé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Canindé, Estado do Piauí. 257

CÉSAR BORGES

Parecer nº 2.241, de 2009 (da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco..... 87

CRISTOVAM BUARQUE

Comentário acerca da importância da luta contra a corrupção juntamente com os membros

Pág.

da Maçonaria. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti..... 172

Comentários ao pronunciamento do Senador Mão Santa sobre os vencimentos dos professores do País. Aparte ao Senador Mão Santa. 183

Comentários acerca da crise de corrupção no Governo Federal e sobre a importância do debate ideológico..... 184

Parecer nº 2.278, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 864, de 2009 (nº 1.728/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cata-vento – Juventude e Cidadania para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobradinho, Distrito Federal..... 352

Considerações sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção e apelo para que a ordem da Juíza Júnia de Souza Antunes de reintegração de posse, por parte da Polícia Legislativa, seja dado um prazo maior para os parlamentares e os manifestantes entrem em acordo pacífico..... 396

DELCÍDIO AMARAL

Parecer nº 2.254, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 632, de 2009 (nº 1.515/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação Social Deodápolis - ACCSD para executar serviço de radiodifusão comunitária nacidade de Deodápolis, Estado de Mato Grosso do Sul. 244

DEMÓSTENES TORRES

Parecer nº 2.237, de 2009 (da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2009, de autoria do Senador Magno Malta, que qualifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, por correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, além de aumentar as suas respectivas penas, por isonomia com o Código Penal. 41

Parecer nº 2.259, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 687, de 2009 (nº 1.533/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural dos Trabalhadores de Flores de Goiás para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Flores de Goiás, Estado de Goiás..... 265

EDUARDO AZEREDO

Parecer nº 2.262, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 740, de 2009 (nº 1.223/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Cultural e Educativa de Paiva – MG para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paiva, Estado de Minas Gerais..... 278

Parecer nº 2.269, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 766, de 2009 (nº 1.630/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Amigos Nova Vale para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoinha, Estado de São Paulo. 312

EDUARDO SUPLICY

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque..... 397

Comentários ao pronunciamento do Senador João Pedro sobre o resultado das eleições na Bolívia, em dezembro de 2009. Aparte ao Senador João Pedro..... 404

Leitura de carta que Sua Excelência enviou ao Presidente do Diretório de São Paulo do Partido dos Trabalhadores (PT), Edinho Silva, e ao Presidente do Diretório Nacional do PT, Deputado Federal Ricardo Berzoini, no dia 5 de dezembro de 2009, em reunião ocorrida na sede do Sindicato dos Servidores da Saúde, sobre prestação de contas do mandato de Sua Excelência. 410

ELISEU RESENDE

Parecer nº 2.248, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 446, de 2007 (nº 142/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Scala FM Stereo de Belo Horizonte

Pág.

Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. 216

Parecer nº 2.250, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 325, de 2008 (nº 501/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Magno's Comunicações e Serviços Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Água Comprida, Estado de Minas Gerais..... 225

FERNANDO COLLOR

Requerimento nº 1.612, de 2009, o qual requer que seja encaminhado ao Presidente da República Voto de Conclamação para que, por intermédio do Ministério das Relações Exteriores, lance nos fóruns internacionais, principalmente na ONU – Organização das Nações Unidas - proposta de emenda ao Estatuto de Roma, de 1998, que criou a Corte Penal Internacional, em Haia, que possibilite a esse Tribunal o julgamento de responsáveis por crimes contra o Meio Ambiente, ampliando sua jurisdição..... 358

FLÁVIO ARNS

Parecer nº 2.236, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências. 30

Parecer nº 2.264, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 750, de 2009 (nº 1.486/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultura e Artístico de Honório Serpa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Honório Serpa, Estado do Paraná..... 288

Parecer nº 2.267, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 757, de 2009 (nº 1.544/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária – FM de Lindóia do Sul para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina..... 302

Pág.

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim..... 387

Considerações acerca das audiências públicas realizadas na Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, para homenagear e premiar os Educadores Nota 10 no Brasil, prêmios concedidos pela Fundação Victor Civita..... 392

Comentários acerca do transcurso no dia 5 de dezembro, do Dia Nacional da Pastoral da Criança, e no dia 11 de dezembro, do Dia Nacional da à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES)..... 392

FLEXA RIBEIRO

Parecer nº 2.277, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 860, de 2009 (nº 1.648/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicações ECOCAP FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Poço, Estado do Pará. 347

Parecer nº 2.279, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 806, de 2009 (nº 1.693/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Beija-Flor Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Juriti, Estado do Pará. 412

GARIBALDI ALVES FILHO

Comentários acerca da sanção, pelo Presidente da República, da Lei nº 11.959, que dispõe sobre a política nacional de desenvolvimento sustentável da agricultura e da pesca. 166

Registro da realização da 8ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em dezembro de 2009, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Aparte ao Senador Mão Santa. 380

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim..... 388

Pág.

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque..... 398

Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-Prefeito de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte, Antônio Rodrigues de Carvalho..... 402

GERALDO MESQUITA JÚNIOR

Comentários sobre o pronunciamento do Senador Cristovam Buarque acerca da importância que há na função de parlamentar no tocante à transformação da política. Aparte ao Senador Cristovam Buarque. 189

Registro da presença de Sua Excelência no lançamento do livro *Atentai Bem! Assim Falou Mão Santa*, de Zózimo Tavares. 191

Considerações sobre a produção legislativa de Sua Excelência, destacando o projeto que assegura aos estagiários o direito ao vale-transporte e apelo em favor da aprovação do projeto que dispõe sobre a proibição de propaganda de bebidas alcoólicas no rádio e na televisão..... 191

Comentários acerca da realização, no Estado do Acre, do plebiscito para a decisão do horário local. 191

Críticas à prisão do jornalista Antônio Muniz, no Estado do Acre. 191

GILBERTO GOELLNER

Comentários ao pronunciamento do Senador Garibaldi Alves Filho sobre o desenvolvimento da atividade pesqueira. Aparte ao Senador Garibaldi Alves Filho. 167

Comentários ao pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti sobre o perfil da sociedade brasileira bem como o sistema eleitoral brasileiro. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti..... 171

Comentários acerca da distribuição de terra no País. Aparte ao Senador Pedro Simon..... 199

Comentários acerca da forma como são feitas as licitações públicas no País, os comprometimentos com as empresas e com as campanhas eleitorais e denúncia de fraude em licitação no Ministério dos Esportes. 208

Parecer nº 2.271, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 788, de 2009 (nº 1.635/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Vale das Perdidas de Jaciara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Jaciara, Estado de Mato Grosso. 321

Parecer nº 2.272, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 807, de 2009 (nº 1.703/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Canarana Telecomunicação Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Querência, Estado de Mato Grosso. 325

HERÁCLITO FORTES

Parecer nº 2.282, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 845, de 2009 (nº 1.396/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre um Programa de Férias e Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Nova Zelândia, assinado em Auckland, em 28 de agosto de 2008. 432

IDELI SALVATTI

Justificação pela ausência de Sua Excelência na abertura da 15ª Conferência das Partes (COP 15), em Copenhague, Dinamarca, um dos maiores eventos na área ambiental..... 374

Comentários sobre a edição de medida provisória para socorrer as famílias atingidas pelas catástrofes climáticas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina..... 374

Cumprimentos aos bolivianos pelo resultado das eleições realizadas em dezembro de 2009. .. 374

INÁCIO ARRUDA

Parecer nº 2.240, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 347, de 2007, de autoria do Senador Osmar Dias, que altera a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências, para obrigar hospitais a manter comissões de captação e doação de órgãos..... 73

Parecer nº 2.247, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, que acrescenta o art. 38-A à Lei nº 8.212, de

Pág.

24 de julho de 1991, e o art. 51-A à Lei nº 8.213, da mesma data, com o objetivo de dispor sobre o parcelamento de débitos e concessão de aposentadoria por idade para os pescadores prejudicados pela redução da piscosidade da Laguna dos Patos e do litoral do Rio Grande do Sul. 141

JOÃO DURVAL

Parecer nº 2.234, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 271, de 2007, de autoria do Senador Magno Malta, que altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, acrescenta ao art. 23, parágrafo que permite o funcionamento de comunidades terapêuticas de recuperação de dependentes químicos nas condições que menciona e dá outras providências..... 15

Considerações acerca do apagão de energia elétrica ocorrido em diversos estados do País na noite do dia 10 para o dia 11 de novembro de 2009. 617

JOÃO PEDRO

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque..... 398

Registro da realização em Manaus, no Estado de Amazonas, do 66º Encontro Nacional dos Conselhos Federal e Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea/Crea)..... 402

Considerações acerca do resultado das eleições na Bolívia, em dezembro de 2009. 402

Parecer nº 2.285, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 875, de 2009 (nº 1.741/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Cooperação no Setor de Energia com foco em Energias Renováveis e Eficiência Energética, celebrado em Brasília, em 14 de maio de 2008..... 447

JOÃO RIBEIRO

Parecer nº 2.273, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 824, de 2009 (nº 1.723/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Apicultores de Ponte Alta do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins..... 330

Parecer nº 2.274, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 825, de 2009 (nº 1.724/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Esperantina - TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Esperantina, Estado do Tocantins..... 334

Parecer nº 2.276, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 857, de 2009 (nº 1.610/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão de Radiodifusão Comunitária de Araguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguaçu, Estado do Tocantins..... 343

Parecer nº 2.281, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 721, de 2009 (nº 1.383/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006..... 427

LOBÃO FILHO

Parecer nº 2.253, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2009 (nº 1.312/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato o ato que outorga autorização à CECOAMA – Central de Comunicação de Amarante do Maranhão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Amarante do Maranhão, Estado do Maranhão..... 240

MÃO SANTA

Comentários acerca da presença dos líderes maçônicos no Brasil durante toda a história brasileira. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti..... 173

Comentários acerca da importância da atividade pesqueira..... 180

Pág.

Manifestação contrária à corrupção que se verifica no País. 181

Críticas ao governo do Estado do Piauí pela má gestão dos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT)..... 181

Comentários acerca dos vencimentos dos professores, médicos e aposentados do País. 181

Homenagem ao Colégio Brasileiro de Cirurgiões, localizado no Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, pelos 80 anos de sua criação.. 377

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque..... 400

MARCELO CRIVELLA

Parecer nº 2.246, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 281, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que aprova a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para fixar prazo de recolhimento e multa ao empregador que atrasar na transferência da contribuição sindical descontada na folha de seus empregados..... 130

Parecer nº 2.263, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 745, de 2009 (nº 1.413/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Cultural de Cristais Paulista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cristais Paulista, Estado de São Paulo..... 283

Parecer nº 2.266, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 755, de 2009 (nº 1.532/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Escola de Rádio e TV de Mendes para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mendes, Estado do Rio de Janeiro. 297

MARCO MACIEL

Parecer nº 2.283, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 865, de 2009 (nº 1.477/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Ajuste Complementar, por Troca de Notas, do Acordo sobre Cooperação Financeira entre o Brasil e a República Federal da Alemanha sobre o Projeto Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas/Eletrobrás, celebrado em Brasília, em 13 de agosto de 2008..... 437

MARISA SERRANO

Projeto de Lei do Senado nº 547, de 2009, que altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, que cria o Fundo Garantia-Safra e institui o Benefício Garatia-Safra, destinado a agricultores familiares vitimados pelo fenômeno da estiagem, nas regiões que especifica, para estender o Benefício Garantia-Safra à área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste -SUDECO e dá outras providências..... 452

MOZARILDO CAVALCANTI

Considerações acerca do perfil da sociedade brasileira, destacando a matéria do jornal *Folha de S. Paulo*, publicada no dia 4 de outubro de 2009.. 168

Manifestação em defesa de mobilização da sociedade, das instituições e da imprensa, pela moralização da política e pelo afastamento dos políticos corruptos da administração pública..... 168

OSVALDO SOBRINHO

Comentários acerca da importância, para o Brasil, dos assuntos discutidos junto com as instituições e o Congresso Nacional no templo da Maçonaria. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. 170

Comentários e registro acerca da produção legislativa do Senado Federal e a necessidade de ser promovida uma reforma constitucional no capítulo que trata da organização do Estado. 201

Relato dos problemas enfrentados pelo Estado do Mato Grosso na produção de energia elétrica na Usina Mário Covas e as dificuldades verificadas no suprimento de gás boliviano para a mesma Usina e outros segmentos produtivos do Estado..... 201

PAPALÉO PAES

Parecer nº 2.239, de 2009 (da Comissão de Educação, Cultura e Esporte), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 63, de 2003, de autoria do Senador Paulo, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para disciplinar a criação da Comissão Nacional de Avaliação de Material Didático..... 54

Parecer nº 2.242, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Sena-

Pág.

do nº 431, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre o uso da palavra "cancerígeno" em substituição às utilizadas para designar os produtos derivados do tabaco..... 92

Parecer nº 2.243, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2008, de autoria do Senador Raimundo Colombo, que altera a Lei nº 6.259, de 30 de outubro de 1975, para incluir no Programa Nacional de Imunização vacinas contra infecções pneumocócicas, meningites bacterianas, hepatites virais, varicela e gripe, à população..... 99

Parecer nº 2.244, de 2009 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde. 106

Críticas à propaganda vinculada na TV, do Ministério da Saúde, que trata sobre a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). 371

Críticas ao Ministério da Educação pelo baixo índice de comparecimento no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e pela transferência de responsabilidade na confecção das provas para empresas terceirizadas..... 371

Considerações sobre o Programa Calha Norte, ação de desenvolvimento em defesa da Região Norte do Brasil. Senador Papaléo Paes. 371

PAULO PAIM

Parecer nº 2.235, de 2009 (da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 315, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proteção do trabalho do idoso e dá outras providências..... 25

Registro e comentários acerca da agenda cumprida por Sua Excelência no mês de dezembro de 2009, nos Estados do Rio Grande do Sul e São Paulo. 382

Comentários acerca da luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. 382

PEDRO SIMON

Reflexão sobre a fome, miséria e violência no mundo..... 194

Pág.

Considerações à campanha de iniciativa do jornal *O Globo* que, sob o tema "Nós e você somos dois", prega uma grande mobilização nacional no combate à corrupção. 194

Requerimento nº 1.610, de 2009, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Marcos Palombini, ex-Prefeito de Vacaria e ex-Secretário de Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul.... 205

Requerimento nº 1.611, de 2009, que requer Voto de Profundo Pesar pelo falecimento da Senhora Fátima Fink, ex-Prefeita de Miraguaí, Estado do Rio Grande do Sul. 207

ROBERTO CAVALCANTI

Comentários acerca do projeto sobre o transporte aeroviário que indeniza o usuário pelo atraso quanto por *overbooking*. Aparte à Senadora Serys Slhessarenko. 363

Manifestação contrária às declarações feitas pelo economista Paul Krugman, ganhador do prêmio Nobel de Economia de 2008, em dezembro de 2009, que alertou para o fato de o fluxo de dólares para o Brasil ser uma bolha especulativa. 368

Parecer nº 2.284, de 2009 (da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 870, de 2009 (nº 1.656/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre Parceria e Cooperação em Matéria de Segurança, assinado em Brasília, em 6 de novembro de 2008..... 442

ROMERO JUCÁ

Parecer nº 2.251, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2008 (nº 689/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que outorga permissão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mucajaí, Estado de Roraima..... 230

Parecer nº 2.252, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 46, de 2009 (nº 822/2008, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Paraviana Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Luiz, Estado de Roraima..... 235

Pág.

ROSALBA CIARLINI

Parecer nº 2.245, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya, que define práticas preventivas nos cuidados com a saúde, estabelece normas para atendimento médico da criança e do adolescente no âmbito do Sistema Único de Saúde. 113

SADI CASSOL

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim..... 389

Comentários ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque sobre a ocupação do plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal por manifestantes que lutam contra a corrupção. Aparte ao Senador Cristovam Buarque..... 397

Comentários ao pronunciamento do Senador João Pedro sobre as eleições na Bolívia, em dezembro de 2009. Aparte ao Senador João Pedro.. 404

Registro da realização da I Feira da Modas no Estado do Tocantins, em dezembro de 2009, importante movimento de negócios para o estado.... 407

SÉRGIO GUERRA

Parecer nº 2.268, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 760, de 2009 (nº 1.545/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Santa Cruz do Capibaribe para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco..... 307

SÉRGIO ZAMBIASI

Parecer nº 2.258, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 685, de 2009 (nº 1.526/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Radiodifusora Comunitária - ARCO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quinze de Novembro, Estado do Rio Grande do Sul. 261

Pág.

Parecer nº 2.260, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 689, de 2009 (nº 1.537/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Comunitária Arroiomeense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul..... 270

Parecer nº 2.265, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 754, de 2009 (nº 1.492/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Prado Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Flores da Cunha, Estado do Rio Grande do Sul..... 292

Parecer nº 2.270, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 781, de 2009 (nº 1.622/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Núcleo Cultural Bentogonçalvense para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul. 316

SERYS SLHESSARENKO

Comentários acerca dos esforços de Sua Excelência nos Ministérios da Agricultura e do Planejamento, a fim de obter mais recursos para o setor agrícola brasileiro e registro de participação de Sua Excelência no 10º Encontro da Mulher Rural, com ênfase na agricultura familiar. 163

Registro de audiência de Sua Excelência com o Ministro das Comunicações Hélio Costa. 163

Comentários acerca da abertura da 15ª Conferência das Partes (COP 15), em Copenhague, Dinamarca um dos maiores evento na área ambiental. 363

Comentários acerca do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, do jornalista Elio Gaspari, intitulado "Punição ao *overbooking*" sobre o projeto que indeniza o usuário pelo atraso quanto por *overbooking*. 363

Registros das atividades realizadas por Sua Excelência em dezembro de 2009 no Estado de Mato Grosso e comentários acerca do recebimento de homenagens da Organização Brasil Américas a parlamentares, autoridades e prefeitos do Estado. 363

Pág.

VALDIR RAUPP

Parecer nº 2.233, de 2009 (da Comissão de Assuntos Sociais), sobre o Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2003, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que dispõe sobre limites de despesas de custeio e manutenção do serviço de loterias, destina parte dos recursos das loterias federais para o Fundo Nacional do Meio Ambiente, criado pela Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, e dá outras providências..... 2

Parecer nº 2.275, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 853, de 2009 (nº 1.482/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Auto CAP – Comunicações Indústria e Comércio de Petróleo e Derivados Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Alto Alegre, Estado de Roraima..... 338

VALTER PEREIRA

Parecer nº 2.249, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 484, de 2007 (nº 369/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova ato que outorga autorização à Associação Comunitária Vida Nova de Canarana para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Canarana, Estado de Mato Grosso.. 221

Pág.

Comentários ao pronunciamento do Senador Paulo Paim sobre a luta em favor dos idosos, aposentados e pensionistas do Brasil e pela queda do fator previdenciário. Aparte ao Senador Paulo Paim..... 388

Registro de falecimento do ex-Deputado Estadual, pelo Estado do Mato Grosso do Sul, Nelson Buainain..... 395

WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA

Parecer nº 2.255, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 675, de 2009 (nº 1.441/2009, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Estudantil de Espera Feliz -ACEEFE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espera Feliz, Estado de Minas Gerais..... 248

Parecer nº 2.261, de 2009 (da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática), sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 698, de 2009 (nº 1.969/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária beneficente e Cultural de São João Batista do Glória para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista do Glória, Estado de Minas Gerais..... 274